Diário Oficial
da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul

ASSOMASUL
Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul
Municipalismo atuante. Estado forte.

ANO XVIII Nº 4064 **Quarta-feira, 01 de abril de 2026** Órgão de divulgação oficial dos municípios

Expediente:

Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul - ASSOMASUL
Gestão 2025/2026

Presidente: Thalles Tomazelli - Itaquiraí

MM EDITORACAO E TECNOLOGIA LTDA:06308429000127
Assinado de forma digital por MM EDITORACAO E TECNOLOGIA LTDA:06308429000127
Dados: 2026.03.31 21:33:35 -04'00'

ASSINATURA ELETRÔNICA

SUMÁRIO

COSEMS/MS - Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso do Sul	2
Consórcio de Municípios Sul-Fronteira	11
Prefeitura Municipal de AMAMBAI	50
Prefeitura Municipal de ANTÔNIO JOÃO	61
Prefeitura Municipal de APARECIDA DO TABOADO	70
Prefeitura Municipal de BATAGUASSU	111
Prefeitura Municipal de BATAYPORÃ	116
Prefeitura Municipal de BODOQUENA	126
Prefeitura Municipal de BONITO	142
Prefeitura Municipal de BRASILÂNDIA	147
Prefeitura Municipal de CAARAPÓ	154
Prefeitura Municipal de CAMAPUÃ	160
Prefeitura Municipal de CARACOL	163
Prefeitura Municipal de CORONEL SAPUCAIA	176
Prefeitura Municipal de ELDORADO	196
Prefeitura Municipal de FIGUEIRÃO	200
Prefeitura Municipal de GLÓRIA DE DOURADOS	210
Prefeitura Municipal de GUIA LOPES DA LAGUNA	237
Prefeitura Municipal de IGUATEMI	284
Prefeitura Municipal de JAPORA	295
Prefeitura Municipal de JARAGUARI	298
Prefeitura Municipal de JARDIM	302
Prefeitura Municipal de JUTI	322
Prefeitura Municipal de LADÁRIO	325
Prefeitura Municipal de LAGUNA CARAPÃ	352
Prefeitura Municipal de MIRANDA	364
Prefeitura Municipal de NAVIRAÍ	371
Prefeitura Municipal de PARANAÍBA	380
Prefeitura Municipal de PARANHOS	394
Prefeitura Municipal de PEDRO GOMES	395
Prefeitura Municipal de SELVIRIA	402
Prefeitura Municipal de SETE QUEDAS	412
Prefeitura Municipal de SIDROLÂNDIA	413
Prefeitura Municipal de SONORA	493
Prefeitura Municipal de SÃO GABRIEL DO OESTE	500
Prefeitura Municipal de TAQUARUSSU	555
Prefeitura Municipal de TERENOS	565
Prefeitura Municipal de TRÊS LAGOAS	569

COSEMS/MS - CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL

11ª MOSTRA DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS – MS, AQUI TEM SUS!

REGULAMENTO DA EDIÇÃO 2026

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso do Sul (COSEMS/MS) estabelece critérios para a inscrição, seleção, avaliação e premiação de experiências no âmbito da 11ª Mostra de Experiências Exitosas – "MS, aqui tem SUS! - 2026".

DOS OBJETIVOS

Constituem objetivos da 11ª Mostra de Experiências Exitosas – "MS, aqui tem SUS!":

Propiciar o compartilhamento de experiências bem-sucedidas no âmbito do SUS;

Estimular, fortalecer e divulgar as ações de municípios que inovam na busca de soluções, visando à garantia do direito à saúde;

Dar visibilidade às práticas de saúde no âmbito da gestão local, segundo a realidade dos territórios;

Promover um espaço para a troca de experiências e reflexões sobre a gestão e a organização dos serviços de saúde;

Oportunizar o fortalecimento estratégico e aprimoramento do Sistema Único de Saúde.

DA PARTICIPAÇÃO

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições e submissões das experiências devem ser realizadas pelo endereço eletrônico: https://mostra.cosemsms.org.br

As experiências submetidas à seleção não precisam ser inéditas, mas devem ter sido efetivamente implementadas e ser consideradas bem-sucedidas, no sentido de contribuírem para a gestão do SUS e para a garantia do direito à saúde da população, não sendo, portanto, possível a submissão de experiências que ainda não tenham sido colocadas em prática (projeto) ou que não estejam vigentes.

As experiências submetidas à seleção não podem ter sido premiadas em edições anteriores da "Mostra de Experiências Exitosas de Mato Grosso do Sul" ou em outros eventos nacionais do CONASEMS.

O processo de seleção das experiências será realizado pela Comissão Avaliadora designada pelo COSEMS/MS em conformidade com os respectivos regulamentos, inclusive para os trabalhos destinados ao Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, edição 2026, promovido pelo CONASEMS.

O COSEMS/MS dará destaque aos 07 (sete) primeiros classificados com maior pontuação, que terão vagas garantidas na 21ª Mostra Nacional "Brasil, aqui tem SUS", promovida pelo CONASEMS, e dará menção honrosa para mais 10 (dez) experiências, conforme ordem de classificação.

Parágrafo único: Será limitada **a seleção de uma experiência por município**, seguindo a ordem de classificação.

Os municípios com experiências selecionadas para a "Mostra Brasil! Aqui tem SUS" deverão confirmar a participação do autor ou coautor no Congresso Nacional assim que forem comunicados pelo COSEMS/MS. Caso o autor ou coautor não possa participar, o COSEMS/MS deverá ser comunicado com antecedência para que sejam contempladas as vagas disponibilizadas, seguindo a ordem de classificação.

A inscrição das experiências será feita diretamente pelos autores, mediante inclusão e registro dos dados solicitados na plataforma disponibilizada pelo COSEMS/MS e classificação da experiência de acordo com as modalidades e temáticas especificadas nos **Anexos 3 e 4** deste regulamento.

No ato de efetivação da inscrição de cada experiência, o autor declara-se ciente e de acordo com o inteiro teor deste regulamento, bem como se responsabiliza pela veracidade das informações inseridas.

A descrição/resumo da experiência deve seguir o formato contido no **Anexo 1**, bem como atender às orientações contidas no **Anexo 2** deste regulamento.

Serão considerados aptos para realizar a inscrição os trabalhos que se enquadrem nas seguintes modalidades 1 e 2.

A data limite para a formalização da inscrição das experiências pelos autores estará estabelecida neste regulamento.

As experiências inscritas deverão seguir os seguintes requisitos:

Estar alinhadas às diretrizes do SUS;

Observar a legislação e normas infralegais vigentes em âmbito nacional; e

Ter como autor(es) da experiência integrante (s) da equipe de trabalhadores do município ou do COSEMS.

A seleção das experiências será realizada pela Comissão Avaliadora e serão considerados aptos para se inscreverem trabalhos que se enquadrem nas seguintes modalidades:

Modalidade 1: Experiências das equipes de trabalhadores do município e/ou experiências da gestão municipal, incluindo aquelas executadas de forma compartilhada, cooperada, intersetorial ou interfederativa, nos respectivos territórios;

Modalidade 2: Experiências do COSEMS/MS.

Considerando que o objetivo da 11ª Mostra de Experiências Exitosas – "MS, aqui tem SUS!" é incentivar o intercâmbio de experiências municipais e distritais no SUS, é vedada a seleção de trabalhos que promovam a divulgação de produto ou serviço com finalidades comerciais, sob pena de desclassificação.

DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES DAS EXPERIÊNCIAS

Os autores das experiências selecionadas autorizam automaticamente, de forma gratuita e definitiva, **o COSEMS/MS a publicar e/ou divulgar o trabalho inscrito na 11ª Mostra de Experiências Exitosas – "MS, aqui tem SUS!" em âmbito estadual, nacional e/ou internacional, integralmente ou em parte, incluindo as**

imagens ou mídias relacionadas ao trabalho e, também, o e-mail de contato indicado no ato da inscrição, com citação da autoria, pelos meios de reprodução, divulgação e formato que julgar necessário.

Os autores declaram serem os titulares, ou terem a autorização dos titulares dos seus direitos de imagem incluídos na apresentação das experiências selecionadas na 11ª Mostra de Experiências Exitosas – "MS, aqui tem SUS!", assumindo inteira responsabilidade em relação ao uso das mesmas e isentando o COSEMS/MS de toda e qualquer responsabilidade por quaisquer danos e/ou litígios decorrentes de tal uso.

Ao efetuar a sua inscrição e ter seu trabalho selecionado para participar da 21ª Mostra Nacional "Brasil, aqui tem SUS", os autores declaram-se cientes e de acordo com o fato de que as apresentações podem ser filmadas e fotografadas para utilização das imagens e vozes durante o evento ou posteriormente no site, canais, redes sociais e demais meios de divulgação institucional do COSEMS/MS, sem quaisquer limites de números de vezes, no território nacional e internacional, a qualquer tempo, sem que isso caracterize uso indevido desses direitos ou de qualquer outro direito de personalidade e sem que dessa utilização decorra qualquer ônus ou direito de indenização.

DA AVALIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As experiências inscritas serão avaliadas de forma on-line. A avaliação on-line será realizada por 02 (dois) avaliadores externos, sendo adstrita ao trabalho escrito e realizada via sistema digital. As experiências serão pontuadas pelos avaliadores nos seguintes termos:

II. Relevância: A experiência relatada apresentou medidas relevantes à resolubilidade do sistema local de saúde, com resultados decorrentes do processo de planejamento no SUS, na implantação e implementação das ações, conferindo direcionalidade às ações e serviços de saúde necessários à promoção, proteção e recuperação da saúde da população, promovendo a atenção em saúde de forma igualitária, sem privilégios ou barreiras, e em conformidade com as necessidades dos usuários, ofertando intervenções com respeito às suas necessidades.

Caráter Inovador: A experiência relatada apresentou uma abordagem diferenciada, dinâmica e criativa, demonstrando a capacidade de encontrar novas respostas e soluções para problemas existentes. As ações individuais e/ou coletivas favorecem a expressão de ideias criativas que possibilitem inovações no território.

Aplicabilidade: A experiência relatada se baseou em estratégias replicáveis e apresentou resultados que podem ser reproduzidos em outros territórios, com e sem a Estratégia de Saúde da Família;

Resultados alcançados: A experiência relatada apresentou indicadores e resultados relacionados a questões passíveis de intervenção por parte da gestão, evidenciando problemas e apresentando estratégias de atuação para sua resolução, contribuindo para o fortalecimento das políticas de saúde;

AVALIAÇÃO ONLINE DAS EXPERIÊNCIAS

Todas as experiências inscritas serão submetidas, inicialmente, a uma Comissão Avaliadora composta por 02 (dois) avaliadores externos, convidados pela Comissão Organizadora da Mostra, com experiência em saúde pública e na área da temática selecionada no ato da inscrição. **Parágrafo Único:** NÃO haverá a divulgação dos avaliadores on-line

A apreciação dos trabalhos pelos avaliadores externos será feita mediante a atribuição de pontos, de 1 a 5, para cada um dos seguintes itens a serem observados na experiência:

Relevância (0 a 30 pontos);

Caráter inovador (0 a 30 pontos);

Aplicabilidade (0 a 20 pontos); e

Resultados alcançados (0 a 20 pontos)

Parágrafo único: A nota atribuída pelo avaliador on-line à experiência variará de 0 a 100 pontos.

O anúncio da premiação ocorrerá no dia **08/05/2026**, por meio de live nas redes sociais do COSEMS/MS, em horário a ser definido e divulgado com antecedência.

DA AVALIAÇÃO PRESENCIAL DAS EXPERIÊNCIAS

De forma excepcional, neste ano não haverá avaliação presencial, sendo realizada apenas a avaliação online das experiências inscritas.

TEMÁTICAS (DESCRIÇÃO ANEXO 3)

Gestão e planejamento do SUS;

Controle social e participação da comunidade na saúde;

Gestão do trabalho e da educação na saúde;

Atenção básica/primária à saúde;

Modelo de atenção à saúde;

Vigilância em saúde no município;

Regulação do SUS no município;

Gestão da assistência farmacêutica;

Saúde digital;

Saúde Mental.

DAS PREMIAÇÕES DA 11ª MOSTRA MS, AQUI TEM SUS!

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

Todas as experiências apresentadas na 11ª Mostra MS, aqui tem SUS! serão publicadas em uma edição especial da Revista da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS);

Os autores deverão inserir, no espaço do banner, no site da mostra, o resumo no formato exigido pela ESP/MS; Haverá uma comunicação no site do COSEMS/MS a respeito do layout e as orientações imprescindíveis para a publicação;

PREMIAÇÃO

As 07 (sete) experiências selecionadas na Modalidade 1 serão representantes na 21ª Mostra "Brasil, aqui tem SUS", no período de 12 a 15 de julho de 2026, em Porto Alegre/RS, e terão as seguintes premiações:

1º ao 3º lugar – Certificado com a colocação, menção honrosa, passagem e hospedagem para participação na 21ª Mostra "Brasil, aqui tem SUS";

4º ao 7º lugar – Certificado com a colocação, menção honrosa e hospedagem ou passagem, conforme escolha do autor, para participação na 21ª Mostra "Brasil, aqui tem SUS"

Serão premiados, com valores em dinheiro, os três primeiros colocados:

1º. colocado receberá o valor de R$ 1.000,00 (mil reais);

2º. colocado receberá o valor de R$ 900,00 (novecentos reais);

3º. colocado receberá o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais).

Parágrafo único: As premiações serão destinadas aos autores que apresentarem a experiência na 21ª Mostra "Brasil, aqui tem SUS". Todas as experiências selecionadas terão isenção da inscrição no congresso, para o apresentador na 21ª Mostra "Brasil, aqui tem SUS".

As experiências selecionadas gravarão um vídeo sobre a experiência para divulgação nas redes sociais do COSEMS/MS;

As apresentações serão gravadas para utilização nas redes sociais do COSEMS/MS.

Todas as experiências selecionadas serão apresentadas na reunião do COSEMS/MS do mês de maio de 2026, sendo que o deslocamento e hospedagem serão de responsabilidade dos apresentadores e/ou do município;

OUTRAS DISPOSIÇÕES

DAS DESPESAS PELA PARTICIPAÇÃO

O COSEMS/MS NÃO se responsabilizará pelas despesas do responsável pela apresentação da experiência, tais como alimentação, hospedagem, transporte e outras decorrentes do deslocamento e/ou da apresentação dos premiados da 11ª Mostra de Experiências Exitosas – MS, aqui tem SUS!

DOS PRAZOS

ETAPA ESTADUAL DE SELEÇÃO DE EXPERIÊNCIAS	
PRAZOS	**ATIVIDADES**
01 de abril	Publicação do regulamento de seleção – Edição 2026
01 a 25 de abril	Período de inscrições e submissão das experiências na plataforma
10 de abril	Curso: Aperfeiçoamento em escrita (online)
26 de abril a 06 de maio	Avaliação online das experiências pela Comissão Avaliadora
08 de maio	Divulgação das experiências selecionadas para 21ª mostra Brasil, aqui tem SUS!
09 a 15 maio	Período de correção e/ou adequação, no site da mostra, das experiências selecionadas para 21ª mostra Brasil, aqui tem SUS!
19 maio	Apresentação das experiências e premiação na reunião ordinária do COSEMS/MS

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O COSEMS/MS nomeará os Avaliadores da 11ª Mostra de Experiências Exitosas – MS, aqui tem SUS! na modalidade online.

Os integrantes da Comissão Organizadora e os avaliadores da 11ª Mostra MS, aqui tem SUS! Não poderão ter trabalhos inscritos na Mostra ou qualquer tipo de vínculo com as experiências inscritas na modalidade 1.

A resolução com a nomeação da Comissão Organizadora encontra-se publicada no Portal do Diário Oficial da Assomasul e na página oficial do COSEMS/MS.

Os casos omissos no presente regulamento serão analisados e resolvidos pela Comissão Organizadora.

Campo Grande/MS, 31 de março de 2026.

Janssen Portela Galhardo

Presidente do COSEMS/MS

Adeliza Maria Santos Abrami

Coordenadora da 11ª Mostra de Experiências Exitosas – MS, aqui tem SUS!

ANEXO 1 – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

(Sistema online)

O autor deve preencher as informações no **FORMULÁRIO** da plataforma online:

1. Identificação

Estado

Município da Experiência

Gestor(a)

Nome completo

E-mail

Autor(a) principal

Nome completo

CPF

E-mail

Telefone

Coautores(as) (máximo 10)

Nome completo

Responsável pela apresentação do trabalho

Nome completo

CPF

E-mail

2. Modalidade de Inscrição

1 - Experiências das equipes de trabalhadores do município e/ou da gestão

municipal, incluindo aquelas executadas de forma compartilhada, cooperada, intersetorial ou interfederativa, nos respectivos territórios. ( )

2 - Experiências dos COSEMS em ações desenvolvidas no apoio à gestão, na colaboração especializada e na cooperação com os municípios de seus respectivos territórios, incluindo também parcerias com as Secretarias Estaduais de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. ( )

3. Temáticas (modalidade 1)

Gestão e planejamento do SUS ( )

Controle social e participação da comunidade na saúde ( )

Gestão do trabalho e da educação na saúde ( )

Atenção básica ( )

Modelo de atenção à saúde ( )

Vigilância em saúde no município/distrito federal ( )

Regulação do sus no município/distrito federal ( )

Gestão da assistência farmacêutica ( )

Saúde digital ( )

Saúde mental ( )

4. Informações sobre a experiência

Parte superior do formulário:

Título da experiência (campo **obrigatório,** que deve ser preenchido com LETRAS EM CAIXA ALTA e conter até 100 caracteres, considerando os espaços).

Os tópicos a seguir são **obrigatórios** e possuem campos específicos para preenchimento. Esses campos **não** devem ser preenchidos com letras em caixa alta:

Atenção: É necessário observar o número máximo de caracteres de cada campo, descrito entre parênteses, incluindo os espaços.

Apresentação (máximo de 2.000 caracteres)

Objetivos (máximo de 1.500 caracteres)

Metodologia (máximo de 2.500 caracteres)

Resultados (máximo de 2.000 caracteres)

Conclusões (máximo de 1.500 caracteres)

Palavras-Chave (máximo de 50 caracteres - realize a separação por vírgula)

Os tópicos a seguir incluem campos opcionais e obrigatórios:

Link de vídeo (opcional)

Banner (obrigatório)

Para a inclusão do banner, o arquivo precisa ter 1080px de largura por 1920px de altura (sempre na vertical) no formato JPEG OU PNG. Deve conter a identificação do município da experiência e informações de contato (e-mail) do autor e/ou coautores.

Atenção: Outro formato não será aceito pelo sistema.

( ) Declaro que li o edital e que são verdadeiras as informações prestadas.

ANEXO 2 – ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

TÍTULO (CAIXA ALTA – máximo 100 caracteres, com espaços)

O título é a primeira credencial do trabalho a ser apresentado. É importante que seja claro, conciso e que informe o objeto/tema da experiência. O título poderá conter até 100 caracteres (com espaços).

APRESENTAÇÃO (máximo de 2000 caracteres)

Esse item deve conter um breve enunciado sobre a questão/problema que a experiência aborda, bem como sua caracterização (incluindo local, período e população alvo) e a motivação que levou à sua realização. O texto deverá conter até 2.000 caracteres (com espaços).

OBJETIVOS (máximo de 1.500 caracteres)

Objetivo Geral: enunciado curto, redigido no infinitivo, que dialoga e responde à questão central do trabalho, representando o ponto de partida para o planejamento da experiência.

Objetivos Específicos: quando houver, devem dialogar com as questões acessórias do trabalho, sejam desagregações do objetivo central da experiência ou contribuições potenciais da experiência (por quê? para quê? da pesquisa). O texto deverá conter até 1.500 caracteres (com espaços).

METODOLOGIA (máximo de 2.500 caracteres)

Esse item deve apresentar, de forma clara e concisa, a estratégia institucional, o desenho das experiências, bem como as fontes, instrumentos e recursos utilizados na experiência. O Texto deverá conter até 2.500 caracteres (com espaços).

RESULTADOS (máximo de 2.000 caracteres)

Esse item deve apresentar os principais resultados da experiência. O texto deverá conter até 2.000 caracteres (com espaços, sem inserir tabelas, gráficos ou gravuras).

CONCLUSÃO (máximo de 1.500 caracteres)

O texto final apresentar uma síntese que responda aos objetivos da experiência, incluindo, quando couber, recomendações. O texto deverá conter até 1.500 caracteres (com espaços).

PALAVRAS-CHAVE (máximo de 50 caracteres - realize a separação através de vírgula)

Palavras que representem o tema e os aspectos mais relevantes da experiência. O texto deverá conter até 50 caracteres (com espaços).

ANEXO 3 – TEMÁTICAS – MODALIDADE 1

Gestão e planejamento do SUS

Inclui relatos sobre:

Práticas na elaboração, articulação e acompanhamento dos instrumentos de gestão e planejamento do SUS.

Estratégias de construção de diagnóstico, análise de situação de saúde, definição de prioridades, metas e indicadores.

Experiências de processos e procedimentos legais de organização administrativa do sistema local de saúde: processos licitatórios/registro de preços/terceirização.

Experiências de organização das referências e os processos de pactuação.

Experiências em processos de contratualização de serviços de saúde, integração regional e adequação dos limites geográficos.

Experiências de participação na CIR e processos decisórios (CIR e CIB).

Experiências de implantação e implementação de ouvidorias como instrumento de gestão do SUS.

Experiências de organização e funcionamento do Fundo Municipal/Distrital de Saúde.

Experiências de planejamento e execução orçamentária, conforme instrumentos de planejamento em saúde.

Experiências de gestão dos recursos financeiros.

Experiências de alocação de recursos: planejamento e respectiva análise.

Experiências em gestão de custos em saúde.

Experiências sobre investimentos em ações e serviços públicos de saúde.

Experiências em monitoramento e avaliação: ferramentas e métodos para medir indicadores e resultados de saúde, apoiando a tomada de decisão.

Inclui relatos sobre processos locais de organização do município frente à Judicialização:

Experiências de núcleos de apoio técnico e de análise das demandas judiciais.

Experiências e arranjos de cooperação com atores do Sistema de Justiça, inclusive pré-processuais para a prevenção da Judicialização.

Experiências de manejo da judicialização no âmbito municipal/distrital que conduziram à redução do número de demandas judiciais.

Controle social e participação da comunidade na saúde

Inclui relatos sobre:

Experiências de controle social e participação da comunidade no SUS.

Experiências sobre ações e/ou mobilizações para participação do controle social nas conferências municipais e nas etapas estaduais ou nacional de Conferências de Saúde.

Gestão do trabalho e da educação na saúde

Inclui relatos sobre experiências dos processos de gestão do trabalho nas Secretarias Municipais de Saúde:

Experiências abordando valorização profissional, tais como: planos de cargos, carreira e salários; implantação de mesas de negociação; planejamento dos processos gerenciais e da estrutura organizacional da área de gestão do trabalho na SMS; formulação e implementação de programas de qualificação, incentivo e vínculo dos profissionais.

Experiências sobre relações de trabalho a partir da participação do trabalhador na gestão da saúde no território e o resultado para a efetividade e eficiência do SUS.

Experiências da gestão com a participação do trabalhador como sujeito e agente transformador de seu ambiente e das ações nos processos de trabalho: na organização da assistência à saúde; na organização do cuidado.

Experiências sobre a saúde e segurança do trabalhador, incluindo ações voltadas para as ofertas de cuidado e manejo de sofrimento psíquico destes profissionais.

Experiências com iniciativas voltadas à adequação quantitativa e qualitativa de profissionais às demandas dos serviços.

Experiências com teletrabalho utilizando tecnologias ou reorganização de processos para maior eficiência e satisfação

dos trabalhadores.

Inclui relatos sobre experiências na educação na saúde e formação de profissionais de saúde com ênfase na mudança das práticas dos profissionais e do trabalho das Equipes, no desenvolvimento das ações de saúde:

Experiências em Educação Permanente em Saúde como ferramenta para a reflexão crítica sobre a prática cotidiana dos serviços de saúde, visando mudanças nas relações, nos processos, nos atos de saúde e nas pessoas.

Experiências na construção de propostas de sensibilização e qualificação visando à formação dos gestores, trabalhadores e usuários do SUS.

Experiências de integração ensino-serviço.

Experiências com inovação educacional: Uso de metodologias ativas, ferramentas digitais ou plataformas de ensino para qualificação dos trabalhadores.

Experiências em formação de gestores: experiências voltadas para capacitação de líderes e gestores na área da saúde.

Experiências em desenvolvimento ou fortalecimento de programas de residência multiprofissional e em medicina de família e comunidade.

Experiências na discussão de diagnóstico, planejamento e implantação de COAPES – Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde de acordo com as necessidades locorregionais.

Experiências de matriciamento entre equipes especializadas (e/ou multiprofissionais) e equipes da Atenção Básica.

Experiência de apoio institucional e/ou apoio matricial, no âmbito da gestão e/ou da clínica e/ou das relações interprofissionais.

Atenção básica/primária à saúde

Inclui relatos sobre a gestão e organização da AB no município:

Experiências em ações comunicativas entre dirigentes, técnicos e usuários dos serviços visando a democratização das relações e otimizando resultados.

Estratégias para ampliação do acesso à APS (ex.: horários estendidos, teleatendimentos).

Experiências de organização das agendas e redução do absenteísmo.

Estratégias de atenção na articulação dos territórios: parcerias, pontos de apoio, HPP, UPA, Atenção Domiciliar.

Ações e atividades de acolhimento e aproximação dos serviços de saúde e usuários.

Experiências de fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), com ações inovadoras de cuidado.

Experiências de implementação de protocolos assistenciais baseados em evidências.

Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças em temas como alimentação saudável, prática de atividades físicas, imunização e saúde bucal, com ou sem abordagem intersetorial, envolvendo escolas, comunidades e outros setores.

Experiências de promoção da equidade e garantia de acesso à saúde de grupos específicos: populações em situação de rua, negra, ciganos, quilombolas, indígenas, LGBT, campo, floresta e águas entre outros.

Experiências com ações e metodologias de planejamento das estratégias intersetoriais visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Experiências de integração entre a atenção básica e a vigilância em saúde.

Experiências que promovam o trabalho articulado entre médicos, enfermeiros, agentes comunitários e profissionais de equipes multiprofissionais.

Experiências de ordenamento da rede de saúde e da coordenação do cuidado: matriciamento / integração com equipes multiprofissionais.

Experiências com campanhas de prevenção específicas, como saúde da mulher (planejamento familiar, pré natal, prevenção de câncer, saúde do homem, acompanhamento e monitoramento de doentes crônicos, violência domiciliar e envelhecimento saudável).

Experiências de ações preventivas realizadas em escolas, espaços comunitários e locais de trabalho.

Experiências com soluções digitais para estratificação de risco e organização da agenda de cuidados.

Modelo de atenção à saúde

Inclui relatos sobre:

A construção da Rede de Atenção à Saúde.

Monitoramento regional da Rede de Atenção à Saúde.

Experiências com estratégias de diagnóstico e governança, nas discussões de ofertas de serviços e resolutividade regional.

Experiências nas pactuações e na definição das portas de entradas, fluxos e referências e contra-referências.

Experiências na organização do Transporte Sanitário.

Experiências da AB como ordenadora da rede.

Experiências com a programação e acompanhamento das ações e serviços de saúde no território e na região.

Experiências com coordenação do cuidado: Adoção de práticas que garantam a continuidade e o acompanhamento do cuidado entre diferentes serviços e equipes.

Experiências com abordagens interdisciplinares: modelos que integrem diferentes categorias profissionais para planejar e executar o cuidado, incluindo as equipes multiprofissionais.

Experiências com uso de ferramentas para estratificação de risco e gestão do cuidado, com foco em doenças crônicas ou agravos sensíveis à Atenção Primária.

Experiências de regulação sob coordenação da AB: atenção especializada, apoio diagnóstico e atenção hospitalar.

Experiências na conformação da governança da rede macrorregional no Planejamento Regional Integrado.

Vigilância em saúde no município

Inclui relatos sobre promoção das ações de controle:

Experiências na coleta e processamento de dados.

Experiências na análise dos dados, avaliação e divulgação.

Experiências com recomendações de medidas, intervenções e discussão com as Equipes de Saúde e Comunidade.

Experiências no enfrentamento adequado dos principais problemas e desafios da gestão local de saúde.

Experiências nas análises sobre a situação de saúde e de seus determinantes e condicionantes.

Experiências na capacitação das equipes de saúde no aperfeiçoamento da produção de informações, conhecimentos e evidências, no sentido de qualificação da gestão do SUS.

Experiências com a alimentação dos sistemas de informação.

Experiências com a Rede de Frio, ações de imunização e articulação com a AB.

Experiências em emergências de saúde pública.

Inclui relatos sobre a implantação e implementação de ações de vigilância ambiental:

Experiências no monitoramento da qualidade da água e ar.

Ações de controle de zoonoses.

Ações de controle de vetores.

Inclui relatos sobre ações da VISA no município:

Experiências de educação em saúde.

Experiências na fiscalização.

Implantação de Código Sanitário.

Experiências nas ações da VISA integradas com Atenção Básica.

Experiências nas ações integradas das vigilâncias.

Experiências da Gestão da descentralização das ações da VISA, vinculado às normativas do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Experiências nas Ações de Saúde do Trabalhador, Rede de serviços

sentinela, articulação e integração de ações com AB.

Experiências sobre práticas de rastreamento da distribuição de produtos, incluindo medicamentos.

Experiências em emergências de saúde pública.

Regulação do SUS no município

Inclui relatos sobre implantação e implementação de ações sobre a regulação no território:

Experiências na regulamentação, controle e fiscalização sobre produtores de bens e serviços de saúde públicos e privados.

Experiências no acompanhamento e avaliação das ações e serviços de saúde: qualidade, humanização, resolubilidade e satisfação do usuário.

Inclui relatos sobre ações e estratégias sobre processos de regulação da atenção à saúde:

Experiências em contratualização dos serviços com foco na rede de atenção.

Experiências no monitoramento e avaliação, processamento das informações para pagamento, cadastro dos estabelecimentos de saúde e profissionais, autorização de internações e apoio diagnóstico, etc.

Experiências de regulação do acesso.

Implantação de protocolos de encaminhamento e estruturação dos fluxos referência e contrarreferência.

Experiências sobre gestão de leitos.

Gestão da assistência farmacêutica

Inclui relatos sobre experiências na organização e estruturação da assistência farmacêutica:

Experiência nos serviços relacionados ao cuidado farmacêutico.

Experiências nos serviços farmacêuticos técnico-gerenciais (seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição).

Experiência na implantação e execução do programa QualifarSUS.

Experiência em estratégia de aquisição compartilhada de medicamentos (consórcio, atas de registro de preço, compras centralizadas com outro ente, etc.).

Experiências em saúde digital na assistência farmacêutica (Hórus, ESUS, tecnologias de informação, etc.).

Experiências sobre a promoção do uso racional de medicamentos.

Saúde digital

Inclui relatos sobre:

Experiências inovadoras no uso da Tecnologia da Informação e Comunicação como meio para qualificar os processos de vigilância em saúde, atenção à saúde, assistência farmacêutica, gestão do trabalho, educação em saúde ou gestão do SUS.

Experiências que demonstrem a mudança na realidade local e melhoria da gestão pelo acompanhamento, monitoramento,

avaliação e análise sistemática de informações em saúde.

Experiências que apontem a utilização de tecnologias emergentes (chatbots, inteligência artificial, aplicações móveis, dispositivos vestíveis, robótica aplicada, medicina personalizada e internet das coisas, voltados ao SUS) como mecanismos para transformação do SUS e melhoria da saúde da população.

Experiências que apliquem Tecnologia da Informação e Comunicação para gerar maior interação e engajamento do cidadão e proporcionar desfechos positivos no seu processo de saúde-doença.

Experiências relacionadas à implementação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no âmbito da SMS.

Experiências de adoção de mecanismos de segurança e proteção de dados pessoais no SUS, em conformidade com a LGPD.

Experiências demonstrando o resultado da inserção da Saúde Digital nos instrumentos de planejamento do SUS nas necessidades de saúde identificadas.

Experiências de inovação em tecnologias de cuidado e informação, como uso de prontuários eletrônicos e sistemas de informação para melhorar a gestão do cuidado e o acompanhamento dos usuários, implementação de tecnologias remotas, como teleconsultas ou telemonitoramento, para facilitar o acesso ao cuidado, soluções digitais para estratificação de risco e organização da agenda de cuidados.

As experiências que envolvam o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC deverão:

Estar em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde e com a Estratégia de Saúde Digital para o Brasil.

Respeitar a LGPD, sendo vedada a exposição de dados pessoais dos usuários beneficiados pela experiência.

Saúde Mental.

Inclui relatos sobre saúde mental na Atenção Básica:

Iniciativas que fortaleçam a integração da atenção primária à saúde mental.

Estratégias inovadoras para o cuidado na atenção primária e desmedicalização.

Experiências voltadas à redução de encaminhamentos desnecessários para serviços especializados.

Experiências de atuação das equipes multiprofissionais, incluindo processos de supervisão clínica institucional e matriciamento, com impacto positivo na qualidade do cuidado.

Inclui relatos sobre saúde mental na Atenção Psicossocial:

Iniciativas que ampliem o acesso a serviços especializados de saúde mental e melhoria da qualidade do atendimento.

Parcerias intersetoriais, com resultados positivos para os usuários e a comunidade (ex: com educação, trabalho, assistência social, etc).

Iniciativas inovadoras e relevantes em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em todas as suas modalidades, com foco nos resultados alcançados.

Inclui relatos sobre saúde mental na Atenção de Urgência e Emergência:

Experiências bem-sucedidas na resposta dos serviços de emergência a indivíduos em crise ou necessidade de cuidado intensivo em saúde mental, entre outros agravos associados, com destaque para o tempo de resposta e a eficácia da intervenção.

Inclui relatos sobre saúde mental na Atenção Residencial de Caráter Transitório:

Modelos de organização e trabalho das equipes envolvidas no cuidado em atenção residencial, com demonstração de resultados positivos na redução de reinternações e na promoção da inserção social dos residentes.

Iniciativas que promovam efetivamente a inserção comunitária de pacientes em transição do modelo manicomial para o cuidado em liberdade.

Inclui relatos sobre saúde mental na Atenção Hospitalar:

Experiências que apresentem melhoria no acesso e na qualidade dos serviços de saúde mental em leitos de hospitais gerais.

Estratégias eficazes para reduzir hospitalizações e promover cuidados baseados na comunidade, com dados que comprovem a redução de internações.

Experiências bem-sucedidas de integração da atenção hospitalar com outros componentes da RAPS, demonstrando impacto na continuidade do cuidado.

Inclui relatos de Estratégias de Desinstitucionalização:

Iniciativas que promovam a transição de cuidados institucionalizados para cuidados em liberdade, baseados na comunidade, apresentando resultados concretos na redução de internações prolongadas.

Estratégias inovadoras para promoção da independência e autodeterminação das pessoas em cuidado contínuo/crônico, em serviços residenciais, CAPS e outros.

Inclui relatos de Estratégias de Reabilitação Psicossocial:

Experiências bem-sucedidas na geração de renda, iniciativas culturais e ações solidárias para apoiar a reabilitação e recuperação de pessoas com transtornos mentais graves.

Iniciativas e estratégias inovadoras implementadas em Centros de Convivência, com impacto positivo na vida dos usuários.

RESOLUÇÃO Nº 003/2026/COSEMS/MS, 31 de março de 2026

Institui e nomeia os componentes da Comissão Organizadora da 11ª Mostra "Mato Grosso do Sul, aqui tem SUS - 2026".

O Presidente do CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade de promover o intercâmbio e dar visibilidade às práticas municipais implementadas no SUS, estimulando, fortalecendo e divulgando as ações das Secretarias Municipais de Saúde que inovam nas soluções visando a garantia do direito à saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de dar transparência às ações alusivas à *11ª Mostra "Mato Grosso do Sul, aqui tem SUS - 2026"* em todas suas etapas.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Comissão Organizadora da 11ª Mostra "Mato Grosso do Sul, aqui tem SUS – 2026".

Parágrafo único. A comissão terá a seguinte composição:

Aryanni Pâmmela Pulchério Abreu, Secretária Executiva do COSEMS;

Halex Mairton Barbosa Gomes e Silva – Apoiador e Assessor Técnico do COSEMS/MS;

Adeliza Maria Santos Abrami, Coordenadora de Apoio do COSEMS/MS;

Fabio Carvalho Mendes, Consultor Jurídico do COSEMS/MS;

Vinício de Faria e Andrade - Vice Presidente do COSEMS/MS;

Everton Villazante Constantino - Apoiador do COSEMS/MS;

Danilo José Pagnussat - Apoiador do COSEMS/MS;

Natalia Leal Capille Serra – Assessora de Comunicação do COSEMS/MS;

Patrícia Meireles Dagostin Zanette - Apoiadora do COSEMS/MS;

Art. 2º. Indicar como Coordenador da Comissão Organizadora da 11ª Mostra a senhora Adeliza Maria Santos Abrami.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande/MS, 31 de março de 2026.

JANSSEN PORTELA GALHARDO

Presidente do COSEMS/MS

CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS SUL-FRONTEIRA

Ata de nº 019/2026 - Assembleia Geral - Consórcio Sul Fronteira

CONSÓRCIO MULTIFACETÁRIO SUL FRONTEIRA, Ata de assembleia n° 019/2026, de 27 de março de 2026, no município de Laguna Carapã – MS.

Ata de assembleia para apresentação e aprovação de prestação de contas referente ao exercício de 2025 do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira.

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2026, às 10h00, no gabinete do prefeito municipal de Laguna Carapã/MS, senhor Itamar Bilibio, sito a Av. Erva Mate , n° 650, centro, no município de Laguna Carapã – MS, onde estiveram presentes os prefeitos municipais de Amambai, senhor **Sérgio Diozébio Barbosa**; de Antônio João, senhor **Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira**; de Aral Moreira, senhora **Elaine Aparecida Soligo**; de Laguna Carapã, senhor **Itamar Bilibio;** de Ponta Porã, senhor **Eduardo Esgaib Campos;** de Douradina, senhora **Nair Branti**; o Dr. **Dráusio Jucá Píres**, Jurídico do Consórcio; o senhor **Cleber Luiz Garcia Vasques Torres** contador do Consórcio e o senhor **Wallyson Martins Colombo**, Secretário Executivo do Consórcio Sul, para deliberarem sobre a apresentação e aprovação de prestação de contas referente ao exercício de 2025, conforme edital de convocação publicado do diário oficial dos municípios de Mato Grosso do Sul – Assomasul de nº 4053, do dia 17 de março de 2026. A aprovação de contas do Consórcio baseia-se na Cláusulas 32ª e 36ª do estatuto social e refere-se ao exercício de 2025. A convocação foi realizada através de publicação no Diário Oficial da Assomasul, do dia 17 de março de 2026, n° 4053, página 6, "*O CONSÓRCIO MULTIFACETÁRIO SUL FRONTEIRA, através de seu presidente, senhor Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira, Oliveira, prefeito municipal de Antônio João, em obediência a cláusula 32ª do Estatuto Social, convoca os representantes dos municípios consorciados para a assembleia geral ordináriaa realizar-se no dia 27 de março de 2026, a partir das 10:00 horas, no gabinete do prefeito do município de Laguna Carapã/MS, sito à Avenida Erva Mate, n° 650, centro, em Laguna Carapã/MS, com quórum mínimo de 75% dos municípios consorciados conforme determina a cláusula 34ª e cláusula 35ª do Estatuto Social, para tratar dos seguintes assuntos: 1) Apresentação e aprovação do balanço anual referente ao exercício de 2025; 2) Discussão e apresentação das ações para o ano de 2026; 3) Apresentação e deliberação de renúncia da vice-presidência; e 4) Assuntos Gerais.* ***Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira,*** *Presidente do Consórcio Sul Fronteira"*. O senhor Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira, prefeito municipal de Antônio João e presidente do Consórcio Sul Fronteira, tomou a palavra e deu por iniciada a reunião, agradeceu a presença dos prefeitos pertencentes ao Consórcio e repassou a palavra ao anfitrião, senhor Itamar Bilibio, prefeito municipal de Laguna Carapã/MS, que destacou a importância do modelo de assembleia geral de forma itinerante, pois prestigia os municípios e gera maior interatividade entre os prefeitos e tem grande satisfação em poder recepcionar os prefeitos e suas assessorias. Ato seguinte, repassou a palavra ao presidente, senhor Marcelo Agnaldo da Silva Oliveira, que disse ser muito importante a presença dos prefeitos na assembleia geral, onde serão colocados em pauta assuntos importantes do Consórcio Sul Fronteira. O presidente deu por iniciada a assembleia geral em razão da necessidade de apresentação e aprovação de contas referente ao exercício de 2025, conforme as exigências legais dos órgãos de fiscalização e controle. Ato contínuo, seguindo o protocolo de apresentação das contas referente ao exercício de 2025, passou a palavra ao senhor Wallyson Martins Colombo, secretário executivo do Consórcio que de forma verbal, clara e objetiva fez comentários referente ao exercício de 2025 e solicitou que o senhor Cleber Luiz Garcia Vasques Torres, contador do Consórcio Sul Fronteira fizesse a apresentação e demonstração das contas referente ao exercício de 2025. Após as explicações foi passada a palavra ao senhor Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira, que agradeceu as explanações e passou a palavra ao senhor Itamar Bilibio, presidente do Conselho Fiscal do Consórcio Sul Fronteira, que agradeceu ao senhor Cleber Luiz Garcia Vasques Torres pela explanação do balanço anual de 2025, declarando que os documentos apresentados e seus demonstrativos refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico-financeira do Consórcio Sul Fronteira. Disse que após apreciação dos dados apresentados é favorável à aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2025. Ato contínuo, foi repassada a palavra ao presidente, Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira, que agradeceu as explicações contábeis referente ao exercício de 2025 feitas pelo senhor Cleber Luiz Garcia Vasques Torres e pelo presidente do Conselho Fiscal, dando início ao processo de aprovação pelos membros presentes. O presidente Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira perguntou aos prefeitos pertencentes ao Consórcio se existe alguma dúvida quanto à apreciação e ao detalhamento da prestação de contas referente ao exercício de 2025, e se alguém gostaria de fazer alguma retificação ou adendo ao conteúdo das contas. Os prefeitos por manifestação individual disseram nada haver de inconsistências e que estavam de acordo com as explicações apresentadas. Não havendo nenhuma dúvida ou alteração com relação ao conteúdo apresentado, passou-se para a aprovação da mesma, que de forma aberta, verbal e unanime se manifestaram a favor da aprovação de contas referente ao exercício de 2025. Ficando aprovada a prestação de contas referente ao exercício de 2025 do Consórcio Sul Fronteira. Ato seguinte, o presidente Agnaldo Marcelo determinou ao secretário executivo, Wallyson Martins Colombo que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua publicação e efeitos legais. Ato contínuo, o presidente apresentou aos prefeitos o ofício de solicitação de renúncia da senhora Nair Branti, prefeita municipal de Douradina/MS do cargo de Vice-presidência do Consórcio Sul Fronteira, eleita para o biênio 2025/2026. Após a leitura, o presidente declarou que a decisão da prefeita Nair Branti é legítima e que não se opõe a solicitação feita. Ato contínuo, perguntou aos prefeitos pertencentes ao Consórcio se existe alguma dúvida quanto a solicitação feita e se alguém gostaria de fazer algum questionamento. Os prefeitos por manifestação individual disseram nada haver a ser comentado e que estavam de acordo com a solicitação requerida. Diante da solicitação e da manifestação positiva dos prefeitos, o presidente determinou que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua publicação e efeitos legais, declarando a vacância do cargo de Vice-presidente do Consórcio Sul Fronteira da atual data até o dia 31 de dezembro de 2026. Ato contínuo, o presidente repassou a palavra para a senhora Rayanne de Souza, veterinária e coordenadora do SIM Sul fronteira no ano de 2025 para fazer uma explanação da situação atual que se encontra os programas SISBI-POA e PAC-POA e da importância de sua estruturação junto aos municípios e produtores rurais. Ela fez as ponderações da situação e dos próximos passos a serem dados, organização e oficinas junto aos produtores e demais ações para o fortalecimento do serviço de inspeção, repassando a palavra ao presidente Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira, onde perguntou aos prefeitos se alguém gostaria de colocar mais algum assunto ou proposta em discussão, os mesmos disseram mais nada a ser tratado. O presidente, determinou que fosse redigida a ata por

mim, Wallyson Martins Colombo, secretário executivo, que após lida e achada conforme, foi perguntado aos presentes da necessidade de alguma alteração, sem nenhuma manifestação a mesma foi aprovada, passando para sua assinatura e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a assembleia. Assinam no original os(as) prefeitos(as) e demais participantes: **Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira**, Prefeito Municipal de Antônio João – MS, Presidente – Consórcio Sul Fronteira; **Sérgio Diozébio Barbosa**, Prefeito Municipal de Amambai – MS, Secretário Geral – Consórcio Sul Fronteira; **Elaine Aparecida Soligo**, Prefeita Municipal de Aral Moreira – MS; **Nair Branti**, Prefeita Municipal de Douradina – MS, Vice-presidente Consórcio Sul Fronteira; **Itamar Bilibio**, Prefeito Municipal de Laguna Carapã - MS, Presidente do Conselho Fiscal, Consórcio Sul Fronteira; **Eduardo Esgaib Campos**, Prefeito Municipal de Ponta Porã – MS, Vice-presidente, Consórcio Sul Fronteira; **Cleber Luiz Garcia Vasques Torres**, Contador, Consórcio Sul Fronteira; **Dráusio Jucá Pires**, Assessoria Jurídica, Consórcio Sul Fronteira e **Wallyson Martins Colombo**, Secretário executivo, Consórcio Sul Fronteira.

Declaração de Vacância - Vice-presidência - Consórcio Sul Fronteira

DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA

DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DO CARGO DE VICE-PRESIDENTE DO CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA

O PRESIDENTE do Consórcio Sul Fronteira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo estatuto social e deliberação pela assembleia geral ordinária;

Considerando, a solicitação de RENÚNCIA da Excelentíssima Senhora Vice-presidente, Nair Branti, prefeita municipal de Douradina/MS, protocolado neste Consórcio, em 02 de março de 2026;

Considerando, a Cláusula 41ª do Estatuto Social que determina ser competência legal da Presidência e apreciação da assembleia geral a declaração de extinção do mandato de Vice-presidente, conforme Termo de Renúncia apresentado.

Faz saber para registro e publicação.

Fica declarada a **extinção do mandato** da Vice-presidente do Consórcio Sul Fronteira, Excelentíssima Senhora Nair Branti, prefeita municipal de Douradina/MS, eleita para o biênio de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026, bem como fica declarada a vacância do cargo de Vice-presidente do Consórcio.

O senhor Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira, prefeito municipal de Antônio João e Presidente do Consórcio Sul Fronteira, determina que sejam tomadas as medidas estatutárias e legais para a efetiva renúncia.

Esta declaração terá validade após publicação no Diário Oficial da Assomasul, órgão de imprensa oficial do Consórcio Sul Fronteira.

Ponta Porã/MS, 27 de março de 2026.

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira

Presidente do Consórcio Sul Fronteira

Relatório de Gestão Orçamentária e Financeira - Exercício 2025 - Consórcio Sul Fronteira

Relatório de Gestão Orçamentária e Financeira

Com fulcro na Resolução TCE/MS nº 88, de 03 de outubro de 2018 e Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Com suas alterações conforme Resolução TCE/MS nº 119, de 18 de dezembro de 2021 e suas alterações, prestação de contas de gestão, apresentamos o Relatório de Gestão Orçamentária e Financeira do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira, referente ao Exercício Financeiro de 2025, conforme segue:

ORÇAMENTO PÚBLICO

Orçamento público é um instrumento de planejamento e execução das Finanças Públicas. O conceito está ligado à previsão das Receitas e Fixação das Despesas Públicas. No Brasil, sua natureza jurídica é considerada como sendo de lei em sentido formal, apenas. Isso guarda relação com o caráter meramente autorizativo das despesas públicas ali previstas. O orçamento conta com estimativa das receitas e autorização para realização de despesas da administração pública direta e indireta em um determinado exercício, que, no Brasil, coincide com o ano civil.

Na sua mais exata expressão, o orçamento público é o quadro Orgânico da Economia Pública e é o espelho da vida do Município e, pelas cifras existentes, se conhecem os detalhes de seus progressos da sua cultura e da sua civilização.

Seu conteúdo é uma alavanca de prosperidade, se utilizando instrumentalmente em forma de trabalho, especialmente social, cujo reflexo, certamente é o suporte à busca incessante de Bases Econômicas sólidas e melhoria da qualidade de vida da população dos entes consorciados.

Diante do acima exposto, o orçamento do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira, para o exercício de 2025, teve cumprimento aos mandamentos Constitucionais, Portarias Interministerial nº 163, de 04 de maio 2001, e suas alterações.

O Orçamento do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira, estimou-se a Receita em R$ 24.840.000,00 e fixou a Despesa em R$ 24.840.000,00 para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais e de Seguridade Social.

Lei Orçamentária Anual – LOA

A elaboração dessa Lei deve orientar-se pelas disposições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício e conformar-se com os objetivos e metas constantes do Plano Plurianual vigente no período.

A Lei Orçamentária Anual (exercício de 2025) foi sancionada e promulgada sob a Resolução nº 014/2024,

de 17 de outubro de 2024.

A receita estimada para o Consórcio Multifacetário Sul Fronteira é apresentada no quadro seguinte:

RECEITA ESTIMADA	VALOR R$
Transferências Correntes	480.003,00
TOTAL	480.003,00

A despesa fixada, segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza da despes, é apresentada no quadro seguinte:

DESPESA FIXADA	VALOR R$
DESPESAS CORRENTES	451.664,35
DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL	451.664,35

Execução da Receita

A receita orçamentária efetivamente arrecadada é demonstrada no quadro a seguir, totalizando R$ 510.002,76 que corresponde a 2,05% da receita total prevista.

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO R$	EXECUÇÃO	(B/A)*100(%)
Receita Corrente	24.840.000,00	510.002,76	2,05%
TOTAL	24.840.000,00	510.002,76	2,05%

Execução da Despesa

A despesa orçamentária apresenta um total executado de R$ 455.764,35 que corresponde a 1,83% do crédito total atualizado.

DESP. ATUALIZADA	VALOR R$	DESP. EXECUTADA	VALOR R$
Despesa Correntes	995.000,00	Despesa Correntes	455.764,35
Pessoal e Encargos	268.200,00	Pessoal e Encargos	169.733,81
Outras Desp. Correntes	726.800,00	Outras Desp. Correntes	286.030,54
DESP. DE CAPITAL	23.845.000,00	DESP. DE CAPITAL	0,00
Investimentos	23.845.000,00	Investimentos	0,00
TOTAL	24.840.000,00	TOTAL	455.764,35

BALANÇO GERAL

As demonstrações contábeis que compõem o Balanço Geral do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira, referente ao exercício de 2025, foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP).

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as resceitas e despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Alguns fatos relevantes do Balanço Orçamentário:

- A despesa orçamentária é demonstrada por empenho, liquidação e despesa paga.

I – Receita Prevista e Receita Arrecadada

Do confronto da receita estimada com a realizada, verifica-se um défict na arrecadação de R$ 24.384.235,65) que corresponde a 97,95% ao que foi previsto, conforme demonstrado a seguir:

RECEITA	VALOR – R$	%
Prevista	24.840.000,00	100%
Arrecadada	510.002,76	2,05%
Diferença a Menor	24.384.235,65	97,95%

II – Despesa Fixada e Despesa Realizada

Confrontando-se a despesa fixada atualizada com a despesa realizada, constata-se uma diferença, a menor, de R$ 24.384.235,65, equivalente a 98,17% da despesa fixada atualizada, conforme demonstrado a seguir.

DESPESA	VALOR – R$	%
Atualizada	24.840.000,00	100%
Executada	455.764,35	1,83%
Diferença a Menor	24.384.235,65	98,17%

III – Receita Arrecadada e Despesa Realizada

Comparando-se a receita arrecadada com a despesa realizada, identifica-se um Superávit Orçamentário de R$ 54.238,41) correspondente a 10,63% da receita arrecadada, assim demonstrado:

Receita Arrecadada	**510.002,76**
Despesa Realizada	**455.764,35**
Déficit Orçamentário	**54.238,41**

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A despesa orçamentária é demonstrada por destinação de recursos.

A posição das contas de receita e despesas financeiras, bem como os saldos discriminados no Balanço Financeiro pode ser assim apresentada:

Saldo em Espécie do Exercício anterior		**390.697,17**
(+) Ingressos		**510.002,76**
Transferências do Consórcio – Contrato de Rateio	**510.002,76**	
Extra Orçamentários	**0,00**	
(-) Dispêndios		**451.664,35**
Orçamentários	**451.664,35**	
Extra Orçamentários	**0,00**	
(=) Disponível do exercício		**449.983,81**

O saldo bancário em 31 de dezembro de 2025 conforme demonstrativo acima, é de R$ 449.983,81

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em situação estática, as contas representativas de bens, direitos, obrigações e o saldo patrimonial positivo ou negativo, da entidade pública.

Anexo ao Balanço Patrimonial deverá ser elaborado o demonstrativo do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

O quadro a seguir demonstra seus resultados:

ATIVO		**PASSIVO**	
Circulante	**449.983,81**	**Circulante**	**53.021,00**
Não Circulante	**7.106,00**	**Não Circulante**	**0,00**
Ajuste de Perdas	**0,00**	**Patrimônio Líquido**	**0,00**
Total	**457.089,81**	**Total**	**53.021,00**

Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP aduz o enfoque orçamentário à demonstração, ao separar as variações em decorrentes/independentes da execução orçamentária.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetas o patrimônio líquido.

Para fins da DVP, apresentar-se-ão as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária que consistem em incorporação de ativos não financeiros, desincorporação de passivos não financeiros, desincorporação de ativos não financeiros e incorporação de passivos não financeiros.

Considerar-se-ão apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**513.878,31**
Variações Aumentativas Financeiras	**29.856,18**	
Transf. De Delegações Recebidas	**0,00**	
Ganhos com Ativos e Desinc. de Passivos	**480.003,00**	
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**451.664,35**
Pessoal e Encargos	**169.733,81**	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	**281.930,54**	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeira	**0,00**	
Transferências e Delegações Concedidas	**xxxxxx**	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**451.664,35**	
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		**62.213,96**

O Resultado Patrimonial do Período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No presente exercício registrou um

SUPERÁVIT Patrimonial de R$ 62.213,96 conforme o quadro acima.

Destarte, procuramos no presente relatório retratar os principais aspectos da gestão financeia do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, colocando-nos à disposição dessa Egrégia Corte de Contas para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessárias.

Apresento a Vossa Excelência, protestos da mais alta estima e respeito.

Ponta Porã, 31 de março de 2026.

Atenciosamente,

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES

Contador CRC-MS 015056/O-5

Consórcio Sul Fronteira

Rua Guia Lopes, 663 – Centro – Ponta Porã – MS

Parecer do Conselho Fiscal - Prestação Contas 2025 - Consórcio Sul Fronteira

PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2025

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira, reunido no gabinete do prefeito do município de Laguna Carapã/MS, sito a Avenida Erva Mate, nº 650, Centro, no município de Laguna Carapã - MS, conforme convocação de assembleia geral ordinária para apreciação e aprovação de prestação de contas referente ao exercício de 2025, com o objetivo de examinar o relatório administrativo apresentado, contendo Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal é da opinião que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico-financeira do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira em 31 de dezembro de 2025.

Laguna Carapã, 27 de março de 2026.

Itamar Bilibio

Prefeito Municipal de Laguna Carapã -MS

Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Esgaib Campos

Prefeito Municipal de Ponta Porã – MS

Vice-presidente do Conselho Fiscal

Resolução Nº 008/2026 - Consórcio Sul Fronteira

RESOLUÇÃO Nº 008/2026, de 27 de março de 2026.

Dispõe sobre a aprovação e homologação da decisão do Conselho Fiscal do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira, no uso de suas atribuições, faço saber que a Assembleia Geral, aprova e eu promulgo a seguinte Resolução:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado e homologado o Parecer do Conselho Fiscal do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira referente a análise e apreciação das Demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2025.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna Carapã/MS, 27 de março de 2026.

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira

Presidente do Consórcio Multifacetário Sul Fronteira

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025
Mês: Dezembro

ANEXO 10 DA RECEITA DA LEI 4.320/64
A portaria SOF Nº 8, 04 de Fevereiro de 1985
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Cód. Red.	Cód.	Descrição da Receita	Prevista	Atualizada	Realizada				Diferenças	
					Anterior	No mês	Anulada no mês	Acumulada	Para Mais	Para Menos
20	0.0.0.0.00.0.0.00.00.	RECEITAS CORRENTES	24.840.000,00	7.872.000,00	366.550,88	143.451,88	0,00	510.002,76	0,00	7.361.997,24
24	0.3.0.0.00.0.0.00.00.	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	26.215,88	3.783,88	0,00	29.999,76	29.999,76	0,00
23	0.3.2.0.00.0.0.00.00.	VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	26.215,88	3.783,88	0,00	29.999,76	29.999,76	0,00
22	0.3.2.1.00.0.0.00.00.	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	0,00	0,00	26.215,88	3.783,88	0,00	29.999,76	29.999,76	0,00
21	0.3.2.1.01.0.0.00.00.	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	26.215,88	3.783,88	0,00	29.999,76	29.999,76	0,00
14	0.3.2.1.01.0.1.00.00.	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	0,00	0,00	26.215,88	3.783,88	0,00	29.999,76	29.999,76	0,00
28	0.7.0.0.00.0.0.00.00.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.840.000,00	7.872.000,00	340.335,00	139.668,00	0,00	480.003,00	0,00	7.391.997,00
31	0.7.1.0.00.0.0.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.484.000,00	-8.484.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	8.496.000,00	0,00
30	0.7.1.9.00.0.0.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.484.000,00	-8.484.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	8.496.000,00	0,00
29	0.7.1.9.52.0.0.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	8.484.000,00	-8.484.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	8.496.000,00	0,00
13	0.7.1.9.52.0.1.00.00.	Transferências da União a Consórcios Públicos - Principal	8.484.000,00	-8.484.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	8.496.000,00	0,00
34	0.7.2.0.00.0.0.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	6.060.000,00	6.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.060.000,00
33	0.7.2.9.00.0.0.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	6.060.000,00	6.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.060.000,00
32	0.7.2.9.50.0.0.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	6.060.000,00	6.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.060.000,00
12	0.7.2.9.50.0.1.00.00.	Transferências de Estados a Consórcios Públicos - Principal	6.060.000,00	6.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.060.000,00
27	0.7.3.0.00.0.0.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	10.296.000,00	10.296.000,00	328.335,00	139.668,00	0,00	468.003,00	0,00	9.827.997,00
26	0.7.3.9.00.0.0.00.00.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	10.296.000,00	10.296.000,00	328.335,00	139.668,00	0,00	468.003,00	0,00	9.827.997,00
25	0.7.3.9.50.0.0.00.00.	TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	10.296.000,00	10.296.000,00	328.335,00	139.668,00	0,00	468.003,00	0,00	9.827.997,00
15	0.7.3.9.50.0.1.00.00.	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal	10.296.000,00	10.296.000,00	328.335,00	139.668,00	0,00	468.003,00	0,00	9.827.997,00
35	0.3.2.1.01.0.1.00.00.	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	0,00	0,00	-143,58	0,00	0,00	-143,58	0,00	143,58
SOMA - TOTAL			24.840.000,00	7.872.000,00	366.550,88	143.451,88	0,00	510.002,76	0,00	7.361.997,24

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025
Mês: Dezembro

ANEXO 10 DA RECEITA DA LEI 4.320/64
A portaria SOF Nº 8, 04 de Fevereiro de 1985
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025
Mês: Dezembro

Anexo 11 - Lei 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Red.	Dotação	Títulos	Autorizada			Realizada		Saldo a Empenhar Saldo a Liquidar Saldo a Pagar
			Crédito Orçamentário	Suplementar Reduzido Especial/Extraord	Acumulado	Empenhado Mês Liquidado Mês Pago Mês	Empenhado Ano Liquidado Ano Pago Ano	
Órgão: 01 CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA Unid....: 001 CONSÓRCIO SUL FONTEIRA								
2001		**MANUTENÇÃO DO CONSORCIO SUL FRONTEIRA (CONTRATO DE RATEIO)**						
1	04.122.0001-3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	60.000,00	75.000,00 0,00 0,00	135.000,00	8.764,00 26.292,00 26.292,00	124.471,33 124.471,33 124.471,33	10.528,67 0,00 0,00
2	04.122.0001-3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	13.200,00	120.000,00 0,00 0,00	133.200,00	-1.896,73 7.949,27 7.949,27	45.262,48 45.262,48 45.262,48	87.937,52 0,00 0,00
4	04.122.0001-3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	36.000,00	0,00 0,00 0,00	36.000,00	0,00 0,00 0,00	7.950,00 7.950,00 7.950,00	28.050,00 0,00 0,00
3	04.122.0001-3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas Com Locomoção	12.000,00	0,00 0,00 0,00	12.000,00	0,00 0,00 0,00	6.749,88 6.749,88 6.749,88	5.250,12 0,00 0,00
5	04.122.0001-3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	82.800,00	200.000,00 0,00 0,00	282.800,00	7.500,00 24.500,00 24.500,00	114.200,00 114.200,00 114.200,00	168.600,00 0,00 0,00
6	04.122.0001-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	258.000,00	0,00 0,00 0,00	258.000,00	3.884,17 22.257,23 22.257,23	154.694,38 150.594,38 150.594,38	103.305,62 4.100,00 4.100,00
7	04.122.0001-3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pj	24.000,00	0,00 0,00 0,00	24.000,00	52,96 414,45 414,45	2.436,28 2.436,28 2.436,28	21.563,72 0,00 0,00
8	04.122.0001-4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	114.000,00	0,00 0,00 0,00	114.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	114.000,00 0,00 0,00
Total Projeto Atividade.....:			**600.000,00**	**395.000,00 0,00 0,00**	**995.000,00**	**18.304,40 81.412,95 81.412,95**	**455.764,35 451.664,35 451.664,35**	**539.235,65 4.100,00 4.100,00**
2002		**Implantação de Telemedicina nos municípios consorciados**						
9	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	192.000,00	0,00 0,00 0,00	192.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	192.000,00 0,00 0,00
10	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	168.000,00	0,00 0,00 0,00	168.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	168.000,00 0,00 0,00
11	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	120.000,00	0,00 0,00 0,00	120.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	120.000,00 0,00 0,00
Total Projeto Atividade.....:			**480.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**480.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**0,00 0,00 0,00**	**480.000,00 0,00 0,00**
2003		**Implantação de compra conjunta de medicamentos**						
12	10.302.0002-3.3.90.32.00.00	Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita	600.000,00	0,00 0,00 0,00	600.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	600.000,00 0,00 0,00
13	10.302.0002-3.3.90.32.00.00	Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita	960.000,00	0,00 0,00 0,00	960.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	960.000,00 0,00 0,00
14	10.302.0002-3.3.90.32.00.00	Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita	840.000,00	0,00 0,00 0,00	840.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	840.000,00 0,00 0,00
Total Projeto Atividade.....:			**2.400.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**2.400.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**0,00 0,00 0,00**	**2.400.000,00 0,00 0,00**
2004		**Implantação de contratação conjunta de exames de alta comple**						
15	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	288.000,00	0,00 0,00 0,00	288.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	288.000,00 0,00 0,00
16	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	180.000,00	0,00 0,00 0,00	180.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	180.000,00 0,00 0,00
17	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	252.000,00	0,00 0,00 0,00	252.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	252.000,00 0,00 0,00
Total Projeto Atividade.....:			**720.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**720.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**0,00 0,00 0,00**	**720.000,00 0,00 0,00**
2005		**Implantação de forma consorciada de energia fotovoltaica**						

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas

Exercício: 2025

Mês: Dezembro

Anexo 11 - Lei 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Red.	Dotação	Títulos	Autorizada			Realizada		Saldo a Empenhar Saldo a Liquidar Saldo a Pagar
			Crédito Orçamentário	Suplementar Reduzido Especial/Extraord	Acumulado	Empenhado Mês Liquidado Mês Pago Mês	Empenhado Ano Liquidado Ano Pago Ano	
Órgão: 01 CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA Unid....: 001 CONSÓRCIO SUL FONTEIRA								
2005		**Implantação de forma consorciada de energia fotovoltaica**						
18	18.752.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.250.000,00	0,00 0,00 0,00	5.250.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	5.250.000,00 0,00 0,00
19	18.752.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000.000,00	0,00 0,00 0,00	6.000.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	6.000.000,00 0,00 0,00
20	18.752.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.750.000,00	0,00 0,00 0,00	3.750.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	3.750.000,00 0,00 0,00
Total Projeto Atividade.....:			**15.000.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**15.000.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**0,00 0,00 0,00**	**15.000.000,00 0,00 0,00**
2006		**Diagnóstico infraestrutura, educação, habitação, assistência**						
21	04.122.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	84.000,00	0,00 0,00 0,00	84.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	84.000,00 0,00 0,00
22	04.122.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.000,00	0,00 0,00 0,00	96.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	96.000,00 0,00 0,00
23	04.122.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	60.000,00	0,00 0,00 0,00	60.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	60.000,00 0,00 0,00
Total Projeto Atividade.....:			**240.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**240.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**0,00 0,00 0,00**	**240.000,00 0,00 0,00**
2007		**Implantação de Sistema Informatizado de Dados**						
27	04.122.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	700.000,00	0,00 15.000,00 0,00	685.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	685.000,00 0,00 0,00
28	04.122.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	500.000,00	0,00 0,00 0,00	500.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	500.000,00 0,00 0,00
29	04.122.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	800.000,00	0,00 380.000,00 0,00	420.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	420.000,00 0,00 0,00
24	04.122.0002-4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	800.000,00	0,00 0,00 0,00	800.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	800.000,00 0,00 0,00
25	04.122.0002-4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	700.000,00	0,00 0,00 0,00	700.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	700.000,00 0,00 0,00
26	04.122.0002-4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	500.000,00	0,00 0,00 0,00	500.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	500.000,00 0,00 0,00
Total Projeto Atividade.....:			**4.000.000,00**	**0,00 395.000,00 0,00**	**3.605.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**0,00 0,00 0,00**	**3.605.000,00 0,00 0,00**
2008		**Implantação Unidade Móvel de Saúde Especialidade Medicas**						
30	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	490.000,00	0,00 0,00 0,00	490.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	490.000,00 0,00 0,00
31	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	350.000,00	0,00 0,00 0,00	350.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	350.000,00 0,00 0,00
32	10.302.0002-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	560.000,00	0,00 0,00 0,00	560.000,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	560.000,00 0,00 0,00
Total Projeto Atividade.....:			**1.400.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**1.400.000,00**	**0,00 0,00 0,00**	**0,00 0,00 0,00**	**1.400.000,00 0,00 0,00**
Total Órgão/Unidade .....:			**24.840.000,00**	**395.000,00 395.000,00 0,00**	**24.840.000,00**	**18.304,40 81.412,95 81.412,95**	**455.764,35 451.664,35 451.664,35**	**24.384.235,65 4.100,00 4.100,00**
Total Geral .....:			**24.840.000,00**	**395.000,00 395.000,00 0,00**	**24.840.000,00**	**18.304,40 81.412,95 81.412,95**	**455.764,35 451.664,35 451.664,35**	**24.384.235,65 4.100,00 4.100,00**

Observação: A coluna do mês não está levando em consideração as anulações.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas

Exercício: 2025

Mês: Dezembro

Anexo 11 - Lei 4.320/64
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 102, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) - Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Nr.	G1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
1	RECEITAS CORRENTES (I)	24.840.000,00	24.840.000,00	509.859,18	-24.330.140,82
2	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
6	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	29.856,18	29.856,18
12	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Valores Mobiliários	0,00	0,00	29.856,18	29.856,18
14	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
20	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.840.000,00	24.840.000,00	480.003,00	-24.359.997,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 102, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) - Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Nr.	G1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
28	Transferências da União e de suas Entidades	8.484.000,00	8.484.000,00	12.000,00	-8.472.000,00
29	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.060.000,00	6.060.000,00	0,00	-6.060.000,00
30	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	10.296.000,00	10.296.000,00	468.003,00	-9.827.997,00
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
41	RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
45	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
46	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 102, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) - Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Nr.	G1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
55	Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
57	Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
58	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
59	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.840.000,00	24.840.000,00	509.859,18	-24.330.140,82
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	24.840.000,00	24.840.000,00	509.859,18	-24.330.140,82
73	DÉFICIT (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
74	TOTAL (VIII) = (VI + VII)	24.840.000,00	24.840.000,00	509.859,18	-24.330.140,82
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
77	Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

Nr.	G2 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
79	DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.726.000,00	22.726.000,00	455.764,35	451.664,35	451.664,35	22.270.235,65

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Nr.	G2 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
80	Pessoal e Encargos Socias	73.200,00	268.200,00	169.733,81	169.733,81	169.733,81	98.466,19
81	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	Outras Despesas Correntes	22.652.800,00	22.457.800,00	286.030,54	281.930,54	281.930,54	22.171.769,46
83	DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.114.000,00	2.114.000,00	0,00	0,00	0,00	2.114.000,00
84	Investimentos	2.114.000,00	2.114.000,00	0,00	0,00	0,00	2.114.000,00
85	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	24.840.000,00	24.840.000,00	455.764,35	451.664,35	451.664,35	24.384.235,65
89	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	24.840.000,00	24.840.000,00	455.764,35	451.664,35	451.664,35	24.384.235,65
97	SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	54.094,83	0,00	0,00	-54.094,83
98	TOTAL (XV) = (XIII+ XIV)	24.840.000,00	24.840.000,00	509.859,18	451.664,35	451.664,35	24.330.140,82
99	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - ANEXO 1 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PCASP PORT. STN Nº 1.131/2021

Nr.	G3 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - d - e)
		EM EXERCÍCIOS e) ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (b)				
100	DESPESAS CORRENTES	13.535,10	83,58	0,00	0,00	13.618,68	0,00
101	Pessoal e Encargos Sociais	640,00	0,00	0,00	0,00	640,00	0,00
102	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Outras Despesas Correntes	12.895,10	83,58	0,00	0,00	12.978,68	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - ANEXO 1 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PCASP PORT. STN N° 1.131/2021

Nr.	G3 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - d - e)
		EM EXERCÍCIOS e) ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (b)				
104	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	TOTAL	13.535,10	83,58	0,00	0,00	13.618,68	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - ANEXO 2 DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- PCASP PORT. STN N° 1.131/2021

Nr.	G4 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f) = (a + b - d - e)
		EM EXERCÍCIOS e) ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (b)			
109	DESPESAS CORRENTES	0,00	4.019,13	0,00	4.019,13	0,00
110	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	3.925,84	0,00	3.925,84	0,00
111	Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	Outras Despesas Correntes	0,00	93,29	0,00	93,29	0,00
113	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	TOTAL	0,00	4.019,13	0,00	4.019,13	0,00

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 13 - Balanço Financeiro
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 103, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 06 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Ingressos				Dispêndios			
Especificação	**Nota**	**2025**	**2024**	**Especificação**	**Nota**	**2025**	**2024**
Receitas Orçamentárias (I)	0,00	509.859,18	724.522,80	Despesas Orçamentárias (VI)	0,00	455.764,35	539.793,97
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	500 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00
501 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	501 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	0,00	0,00	0,00	502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	0,00	0,00	0,00
503 - Apoio financeiro da União em decorrência de estado de calamidade pública	0,00	0,00	0,00	540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	503 - Apoio financeiro da União em decorrência de estado de calamidade pública	0,00	0,00	0,00
541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00
542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00
543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00
544 - Recursos de Precatórios do FUNDEF	0,00	0,00	0,00	544 - Recursos de Precatórios do FUNDEF	0,00	0,00	0,00
545 - Recursos de Precatórios do FUNDEB (2007- 2020)	0,00	0,00	0,00	545 - Recursos de Precatórios do FUNDEB (2007- 2020)	0,00	0,00	0,00
546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	0,00	0,00	0,00	546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	0,00	0,00	0,00
550 - Transferência do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	550 - Transferência do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00
551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	0,00	0,00	0,00	551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	0,00	0,00	0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	0,00	0,00	0,00	552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	0,00	0,00	0,00
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	0,00	0,00	0,00	553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	0,00	0,00	0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00
572 - Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	572 - Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00
573 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	573 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00
574 - Operações de Crédito Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	574 - Operações de Crédito Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 13 - Balanço Financeiro
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 103, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 06 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Ingressos				Dispêndios			
Especificação	Nota	2025	2024	Especificação	Nota	2025	2024
575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00
576 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	0,00	0,00	0,00	576 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	0,00	0,00	0,00
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0	0,00	0,00	0,00	602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0	0,00	0,00	0,00
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	0,00	0,00	0,00	603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	0,00	0,00	0,00
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos de combate às endemias	0,00	0,00	0,00	604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos de combate às endemias	0,00	0,00	0,00
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	0,00	0,00	0,00	605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	0,00	0,00	0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	0,00	0,00	621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	0,00	0,00
622 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00	622 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios - Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	632 - Transferências do Estado referentes a Convênios - Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00
633 - Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	633 - Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00
634 - Operações de Crédito vinculadas à Saúde	0,00	0,00	0,00	634 - Operações de Crédito vinculadas à Saúde	0,00	0,00	0,00
635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00	635 - Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00	0,00
636 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	636 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 13 - Balanço Financeiro
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 103, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 06 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Ingressos				Dispêndios			
Especificação	Nota	2025	2024	Especificação	Nota	2025	2024
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	0,00	0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	0,00	0,00	0,00
662 - Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	662 - Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social	0,00	0,00	0,00
665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00	700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00	0,00
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00	0,00	701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00	0,00
702 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	0,00	0,00	0,00	702 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	0,00	0,00	0,00
703 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	0,00	0,00	0,00	703 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	0,00	0,00	0,00
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
705 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	705 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
706 - Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00	706 - Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00
707 - Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	0,00	0,00	0,00	707 - Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	0,00	0,00	0,00
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00
709 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	709 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00
710 - Transferência Especial dos Estados	0,00	0,00	0,00	710 - Transferência Especial dos Estados	0,00	0,00	0,00
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	0,00	0,00	0,00	711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	0,00	0,00	0,00
712 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN	0,00	0,00	0,00	712 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN	0,00	0,00	0,00
713 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP	0,00	0,00	0,00	713 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 13 - Balanço Financeiro
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 103, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 06 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Ingressos				Dispêndios			
Especificação	Nota	2025	2024	Especificação	Nota	2025	2024
714 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	0,00	0,00	0,00	714 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	0,00	0,00	0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	0,00	0,00	715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	0,00	0,00
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	0,00	0,00	716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	0,00	0,00
717 - Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	0,00	0,00	0,00	717 - Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	0,00	0,00	0,00
718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	0,00	0,00	718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	0,00	0,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	0,00	0,00	719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	0,00	0,00
720 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	0,00	0,00	0,00	720 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	0,00	0,00	0,00
721 - Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo # Lei nº 13.885/2019	0,00	0,00	0,00	721 - Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo # Lei nº 13.885/2019	0,00	0,00	0,00
747 - Outras vinculações de transferências da União	0,00	0,00	0,00	747 - Outras vinculações de transferências da União	0,00	0,00	0,00
748 - Outras vinculações de transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	748 - Outras vinculações de transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00
749 - Outras vinculações de transferências	0,00	0,00	0,00	749 - Outras vinculações de transferências	0,00	0,00	0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00	0,00	751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00	0,00
752 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	0,00	0,00	753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	0,00	0,00	0,00
753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	0,00	0,00	0,00	752 - Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	0,00	0,00
754 - Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	754 - Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	0,00	0,00	0,00	755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	0,00	0,00	0,00
756 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	756 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	0,00	0,00	0,00
757 - Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte	0,00	0,00	0,00	757 - Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente faz parte	0,00	0,00	0,00
758 - Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente não faz parte	0,00	0,00	0,00	758 - Recursos de Depósitos Judiciais - Lides das quais o Ente não faz parte	0,00	0,00	0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	759 - Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 13 - Balanço Financeiro
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 103, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 06 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Ingressos				Dispêndios			
Especificação	**Nota**	**2025**	**2024**	**Especificação**	**Nota**	**2025**	**2024**
760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas	0,00	0,00	0,00	760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas	0,00	0,00	0,00
761 - Recursos Vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	0,00	0,00	0,00	761 - Recursos Vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	0,00	0,00	0,00
799 - Outras Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	799 - Outras Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00
801 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	801 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00
803 - Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	0,00	0,00	0,00	803 - Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	0,00	0,00	0,00
804 - Demais Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	804 - Demais Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00
860 - Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	860 - Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00
861 - Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	861 - Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
862 - Recursos de Depósitos de Terceiros	0,00	0,00	0,00	862 - Recursos de Depósitos de Terceiros	0,00	0,00	0,00
869 - Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	869 - Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00
880 - Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	509.859,18	724.522,80	880 - Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	455.764,35	539.793,97
898 - Recursos a Classificar	0,00	0,00	0,00	898 - Recursos a Classificar	0,00	0,00	0,00
899 - Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	899 - Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00
Repasse Duodécimo Outros Poderes	0,00	0,00	0,00	Repasse Duodécimo Outros Poderes	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Financeiras	0,00	0,00	0,00	Outras Transferências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas Independente da Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas Independente da Execução Orçamentária	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00	0,00	Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 13 - Balanço Financeiro
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 103, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 06 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Ingressos				Dispêndios			
Especificação	**Nota**	**2025**	**2024**	**Especificação**	**Nota**	**2025**	**2024**
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	0,00	0,00	0,00	Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)	0,00	0,00	0,00
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00	0,00	Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	0,00	66.972,02	55.683,67	Pagamentos Extraorçamentários (X)	0,00	61.780,21	97.488,70
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	0,00	4.100,00	83,58	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	71.553,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	4.019,13	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	62.872,02	51.580,96	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	61.780,21	25.935,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extra Orçamentários	0,00	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (V)	0,00	390.697,17	247.773,37	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	0,00	449.983,81	390.697,17
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	0,00	390.697,17	247.773,37	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	0,00	449.983,81	390.697,17
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	0,00	967.528,37	1.027.979,84	TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	0,00	967.528,37	1.027.979,84

Fonte de Recursos	2025			2024		
	Receita Orçamentária (a)	**Deduções da Receita Orçamentária (b)**	**Saldo (c) = (a - b)**	**Receita Orçamentária (d)**	**Deduções da Receita Orçamentária (e)**	**Saldo (f) = (d - e)**
880	510.002,76	143,58	509.859,18	724.522,80	0,00	724.522,80

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 13 - Balanço Financeiro
Ano de 2025

Instruções de Preenchimento:
1) Os valores informados nas colunas: exercício atual (Exemplo: coluna 2018) e exercício anterior (Exemplo: coluna 2017) do G1 - Ingressos deverão ser registradas liquidas das deduções.
2) A coluna "NOTA" deverá ser utilizada para marcar a numeração sequencial das notas explicativas refente ao detalhamento das "Deduções da Receita Orçamentária" por Fonte/Destinação de Recursos.
3) A coluna "NOTA" também poderá ser utilizada para detalhar outros elementos e justificativas decorrentes de movimentações relevantes. O parâmetro de relevância: movimentação acima/abaixo de 30%.
4) No G3 - QUADRO ANEXO, o valores lançados na fonte "89 Outras Receitas Primárias" e na fonte "94 Outras Receitas Não Primárias" deverão ser identificados em notas explicativas.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 105, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 04 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Ativo				Passivo			
Especificação	**NOTA[1]**	**2025**	**2024**	**Especificação**	**NOTA[1]**	**2025**	**2024**
ATIVO CIRCULANTE	0,00	449.983,81	390.697,17	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	53.021,00	55.948,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	449.983,81	390.697,17	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00	3.925,84
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	Pessoal a Pagar	0,00	0,00	3.925,84
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	0,00	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	0,00	Encargos Sociais a Pagar	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributaria	0,00	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00	93,29
Divida Ativa não Tributaria	0,00	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	53.021,00	51.929,19
Estoques	0,00	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Ativo Biológico	0,00	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	7.106,00	7.106,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	404.068,81	341.854,85
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributária	0,00	0,00	0,00	Patrimônio Social	0,00	0,00	0,00
Créditos Previdenciários do RPPS	0,00	0,00	0,00				

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 105, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 04 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Ativo				Passivo			
Especificação	NOTA[1]	2025	2024	Especificação	NOTA[1]	2025	2024
Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	Capital Social Realizado	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	Reservas de Capital	0,00	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	Reservas de Lucros	0,00	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00	0,00
Ativo Biológico	0,00	0,00	0,00	Resultados Acumulados	0,00	404.068,81	341.854,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	0,00	Superávits ou Déficits Acumulados[2]	0,00	404.068,81	341.854,85
Investimentos	0,00	0,00	0,00	Superávits ou Déficits do Exercício	0,00	62.213,96	117.455,81
Imobilizado	0,00	7.106,00	7.106,00	Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	0,00	341.854,85	224.399,04
Bens Móveis	0,00	12.830,00	12.830,00	Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	Superávits ou Déficits resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00	0,00	0,00
(-) Subvenção Governamental para Investimentos	0,00	0,00	0,00	Lucros e Prejuízos Acumulados[2]	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	0,00	5.724,00	5.724,00	Lucros e Prejuízos do Exercício	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	Lucros e Prejuízos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Intangíveis	0,00	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00	0,00	Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00	0,00	Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,00	0,00	Superávits ou Déficits resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,00	0,00	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	457.089,81	397.803,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	0,00				
Diferido	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DO ATIVO	0,00	457.089,81	397.803,17				

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Ano de 2025

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64			
Especificação	NOTA[1]	2025	2024
ATIVO (I)	0,00	457.089,81	397.803,17
Ativo Financeiro	0,00	449.983,81	390.697,17
Ativo Permanente	0,00	7.106,00	7.106,00
PASSIVO (II)	0,00	57.121,00	69.483,42
Passivo Financeiro	0,00	57.121,00	69.483,42
Passivo Permanente	0,00	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL (I -II)	0,00	399.968,81	328.319,75

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64			
Especificação	NOTA[1]	2025	2024
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00	0,00
Demandas Judiciais	0,00	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Obrigações Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Demandas Judiciais	0,00	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
Fonte de Recursos	NOTA[2]	2025	2024
1.500.1001	0,00	0,00	0,00
1.880.7000	0,00	104.094,83	99.640,73
2.880.7000	0,00	288.767,98	221.489,44

Instruções de Preenchimento:
1) A coluna "NOTA" deverá ser numerada e posteriomente referenciada em Notas Explicativas para detalhar elementos e justificativas decorrentes de movimentações relevantes. O parâmetro de relevância será: movimentação acima/abaixo de 30%.
2) Obrigatoriamente as Fontes de Recursos utilizadas no G5 - FONTES DE RECURSOS deverão ser informadas em Notas Explicativas por Detalhamento das Fontes/Destinação de Recursos.
3) A referência à nota deverá estar evidenciada na coluna "NOTA", presente na estrutura do demonstrativo, de modo a facilitar sua localização pelo usuário.
4) No G5 - FONTES DE RECURSOS, o valores lançados na fonte 89 Outras Receitas Primárias" e na fonte "94 Outras Receitas Não Primárias" deverão ser identificados em notas explicativas.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Ano de 2025

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 104, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 05 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	Nota	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	513.878,31	724.522,80
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	29.856,18	15.570,98
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	29.856,18	15.570,98
Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos	0,00	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	0,00	480.003,00	708.951,82
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	480.003,00	708.951,82
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 104, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 05 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	Nota	2025	2024
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	4.019,13	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	4.019,13	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	0,00	513.878,31	724.522,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	451.664,35	607.066,99
Pessoal e Encargos	0,00	169.733,81	159.049,03
Remuneração a Pessoal	0,00	135.676,35	126.257,03
Encargos Patronais	0,00	34.057,46	32.792,00
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 104, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 05 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	Nota	2025	2024
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00
Políticas Publicas de Transferência de Renda	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	281.930,54	448.017,96
Uso de Material de Consumo	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	281.930,54	443.231,36
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00	4.786,60
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00	0,00
Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Péblicos	0,00	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64, Arts. 101 e 104, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 05 - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	Nota	2025	2024
Perdas com Alienação	0,00	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	0,00	451.664,35	607.066,99
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	0,00	62.213,96	117.455,81

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Balanço Geral
Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Ano de 2025

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
Ano de 2025

Lei nº 4.320/64 Arts. 101 e 105, inc. III, § 3, Portaria STN nº 437/2012 (Parte V MCASP) e alterações - TCE/MS Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Nr.	G1 - TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO 2024	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO 2026
			INSCRIÇÃO	BAIXA POR PAGTO	BAIXA POR CANCELAMENTO	
1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (I)	4.019,13	0,00	0,00	4.019,13	0,00
2	Restos a Pagar em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Restos a Pagar em 2024	4.019,13	0,00	0,00	4.019,13	0,00
4	Restos a Pagar em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Restos a Pagar em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Restos a Pagar em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Restos a Pagar em 2020 ou mais anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	13.618,68	4.100,00	0,00	13.618,68	4.100,00
9	Restos a Pagar em 2025	0,00	4.100,00	0,00	0,00	4.100,00
10	Restos a Pagar em 2024	83,58	0,00	0,00	83,58	0,00
11	Restos a Pagar em 2023	13.535,10	0,00	0,00	13.535,10	0,00
12	Restos a Pagar em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Restos a Pagar em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Restos a Pagar em 2020 ou mais anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	TOTAL DE RESTOS A PAGAR (III) = (I + II)	17.637,81	4.100,00	0,00	17.637,81	4.100,00
16	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Serviços da Dívida a Pagar em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Serviços da Dívida a Pagar em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Serviços da Dívida a Pagar em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Serviços da Dívida a Pagar em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Serviços da Dívida a Pagar em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Serviços da Dívida a Pagar em 2020 ou mais anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	51.929,19	31.436,01	30.344,20	0,00	53.021,00
24	DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
Ano de 2025

25	TOTAL DAS DÍVIDAS FLUTUANTES	69.567,00	35.536,01	30.344,20	17.637,81	57.121,00

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas

Exercício: 2025

Anexo 18 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

Portaria STN nº 437/2012 (Parte V do MCASP) e alterações, IPC 08 - TCE/MS Resolução nº 88, de 03/10/2018.

Nr.	G1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES	Nota	2025	2024
1	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	0,00	59.286,64	149.393,80
2	Ingressos	0,00	572.731,20	776.103,76
3	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00
4	Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
5	Receita Patrimonial	0,00	29.856,18	15.570,98
6	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
7	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
8	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
9	Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00	0,00
11	Transferências Recebidas	0,00	480.003,00	708.951,82
12	Outros ingressos operacionais	0,00	62.872,02	51.580,96
13	Desembolsos	0,00	513.444,56	626.709,96
14	Pessoal e demais despesas	0,00	451.664,35	600.774,26
15	Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00
16	Transferências concedidas	0,00	0,00	0,00
17	Outros Desembolsos Operacionais	0,00	61.780,21	25.935,70
18	Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais(I)	0,00	59.286,64	149.393,80
19	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	-6.470,00
20	Ingressos	0,00	0,00	0,00
21	Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
22	Amortização de emprestimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	0,00
23	Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00	0,00
24	Desembolsos	0,00	0,00	6.470,00
25	Aquisição de ativos não circulante	0,00	0,00	6.470,00
26	Concessão de emprestimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00
27	Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00	0,00
28	Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento(II)	0,00	0,00	-6.470,00
29	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00
30	Ingressos	0,00	0,00	0,00
31	Operacões de crédito	0,00	0,00	0,00
32	Integralização de capital social de empresas dependentes	0,00	0,00	0,00
33	Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00	0,00
34	Desembolsos	0,00	0,00	0,00
35	Amortização/refinanciamento da dívida	0,00	0,00	0,00
36	Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00	0,00
37	Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento(III)	0,00	0,00	0,00
38	GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA(I+II+III)	0,00	59.286,64	142.923,80
39	Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	0,00	390.697,17	247.773,37
40	Caixa e Equivalentes de Caixa Final	0,00	449.983,81	390.697,17

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 18 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

Nr.	G2 - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	2025	2024
41	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	480.003,00	708.951,82
42	Intergovernamentais	480.003,00	708.951,82
43	da União	12.000,00	0,00
44	de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
45	de Municípios	468.003,00	708.951,82
46	Intragovernamentais	0,00	0,00
47	Outras transferências recebidas	0,00	0,00
48	Total das Transferências Recebidas	480.003,00	708.951,82
49	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
50	Intergovernamentais	0,00	0,00
51	a União	0,00	0,00
52	a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
53	a Municípios	0,00	0,00
54	Intragovernamentais	0,00	0,00
55	Outras transferências concedidas	0,00	0,00
56	Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00

Nr.	G3 - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	2025	2024
57	Legislativa	0,00	0,00
58	Judiciária	0,00	0,00
59	Essencial a Justiça	0,00	0,00
60	Administração	451.664,35	600.774,26
61	Defesa Nacional	0,00	0,00
62	Segurança Pública	0,00	0,00
63	Relações Exteriores	0,00	0,00
64	Assistência Social	0,00	0,00
65	Previdencia social	0,00	0,00
66	Saúde	0,00	0,00
67	Trabalho	0,00	0,00
68	Educação	0,00	0,00
69	Cultura	0,00	0,00
70	Direitos da Cidadania	0,00	0,00
71	Urbanismo	0,00	0,00
72	Habitação	0,00	0,00
73	Saneamento	0,00	0,00
74	Gestão Ambiental	0,00	0,00
75	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
76	Agricultura	0,00	0,00
77	Organização Agrária	0,00	0,00
78	Indústria	0,00	0,00
79	Comércio e Serviços	0,00	0,00
80	Comunicações	0,00	0,00
81	Energia	0,00	0,00
82	Transporte	0,00	0,00
83	Desporto e Lazer	0,00	0,00
84	Encargos Especiais	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Anexo 18 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa

Nr.	G3 - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	2025	2024
85	Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	451.664,35	600.774,26

Nr.	G4 - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2025	2024
86	Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
87	Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
88	Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
89	Total dos Juros e Encargos da Divida	0,00	0,00

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Mês atual: Dezembro

Balancete Financeiro

Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**			
RECEITAS CORRENTES				Administração	437.459,95	18.304,40	455.764,35
RECEITA PATRIMONIAL	26.072,30	3.783,88	29.856,18	Saúde	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	340.335,00	139.668,00	480.003,00	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	437.459,95	18.304,40	455.764,35
TOTAL RECEITAS CORRENTES	366.407,30	143.451,88	509.859,18				
RECEITAS DE CAPITAL							
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	366.407,30	143.451,88	509.859,18				
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				**DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA A PAGAR	437.459,95	18.304,40	455.764,35	DESPESA ORÇAMENTÁRIA PAGA NO MÊS	370.251,40	81.412,95	451.664,35
INSS	9.516,20	2.854,86	12.371,06	INSS	11.810,91	2.854,86	14.665,77
IRRF	15.345,94	3.719,01	19.064,95	IRRF	11.959,42	3.719,01	15.678,43
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	0,00	RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	462.322,09	24.878,27	487.200,36	OUTROS PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	0,00	0,00	0,00
				TOTAL DE DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	394.021,73	87.986,82	482.008,55
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				**INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**			
TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				**SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE**			
Caixa	0,00	0,00	0,00	Caixa	0,00	0,00	0,00
Banco Conta Movimento	390.697,17	387.944,88	390.697,17	Banco Conta Movimento	387.944,88	449.983,81	449.983,81
Banco Conta Vinculada	0,00	0,00	0,00	Banco Conta Vinculada	0,00	0,00	0,00
TOTAL DISPONÍVEL	390.697,17	387.944,88	390.697,17	TOTAL DISPONÍVEL	387.944,88	449.983,81	449.983,81
Total	1.219.426,56	556.275,03	1.387.756,71	**Total**	1.219.426,56	556.275,03	1.387.756,71

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025

Mês atual: Dezembro

Balancete Financeiro

Receitas				Despesas			
Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total	Títulos	Acum. Anterior	Valor no mês	Total

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA
RUA GUIA LOPES, 663, CENTRO, PONTA PORÃ/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2025
Mês atual: Dezembro

Conciliação Bancária em 31/12/2025

Banco: BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 00787 Conta: 60219-1-BB - CONSÓRCIO SUL FRONTEIRA

Lanc.	Data	Histórico	Nº Cheque/Doc.	Operação	Valor
					0,00

Total da Conciliação.....:	0,00
Saldo Contábil.....:	449.983,81
Saldo do Extrato Bancário...:	**449.983,81**

Banco: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A. - BANSICREDI

Agência: 00913 Conta: 22429-1-22429-1 - Sicredi

Lanc.	Data	Histórico	Nº Cheque/Doc.	Operação	Valor
					0,00

Total da Conciliação.....:	0,00
Saldo Contábil.....:	0,00
Saldo do Extrato Bancário...:	**0,00**

Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira
Presidente

CLEBER LUIZ GARCIA VASQUES TORRES
CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI

Secretaria Municipal de Gestão

DECRETO Nº 090/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026. Fixa o valor da bolsa estágio e do auxílio transporte mensal dos estagiários da Administração Pública Municipal, e

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito Municipal de Amambai-MS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 2.160/2009 e na Lei Federal n° 11.788/2008, e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.968/2026, de 23 de março de 2026, que concede reajuste de vencimentos à razão de 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento), incidente a partir da Folha de Pagamento de Março/2026;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto torna público o valor da bolsa estágio mensal dos estagiários da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O valor da bolsa mensal obedecerá às especificações abaixo:

I – estagiários com carga horária de 20 (vinte) horas semanais:

a) do ensino médio regular ou de curso de formação profissional de nível médio: R$ 660,23 (seiscentos e sessenta reais e vinte e três centavos);

b) de nível superior ou de cursos tecnólogos: R$ 785,44 (setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

II – estagiários com carga horária de 30 (trinta) horas semanais:

a) do ensino médio regular ou de curso de formação profissional de nível médio: R$ 990,34 (novecentos e noventa reais e trinta e quatro centavos);

b) de nível superior ou de cursos tecnólogos: R$ 1.178,20 (mil cento e setenta e oito reais e vinte centavos).

Art. 3º. Além da bolsa estágio descrita no artigo anterior, os estagiários fazem jus ao recebimento de auxílio transporte mensal no valor de R$ 90,72 (noventa reais e setenta e dois centavos).

Art. 4°. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/03/2026, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2026.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº _____ Pag: _____

Em: _____/_____/_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

DECRETO Nº 092/26 DE 31 DE MARÇO DE 2.026 "Concede Função Gratificada FG-03 ao servidor RENATO PINZAN MORAES e dá outras providências".

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito Municipal de Amambai-MS., no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar Municipal nº 016/2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Função Gratificada, Símbolo FG-03 sobre o salário do servidor RENATO PINZAN MORAES, ocupante do cargo efetivo de FISCAL MUNICIPAL, inscrito sobre a Matricula nº 25402-1, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda/PAC – Posto de Atendimento ao Contribuinte.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/03/26, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2.026

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº_____Pag:_____

Em_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

DECRETO Nº 093/26 DE 31 DE MARÇO DE 2.026 "Dispõe sobre a alteração da Função Gratificada, da servidora CYNTHIA IZABEL DE SOUZA PEREIRA e dá outras providências".

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA, Prefeito Municipal de Amambai-MS., no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar Municipal nº 016/2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada de Função Gratificada, Símbolo FG-03 PARA Função Gratificada, Símbolo FG-5, sobre o salário da servidora CYNTHIA IZABEL DE SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, inscrita sobre a Matricula nº 3602-2, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda/PAC – Posto de Atendimento ao Contribuinte.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/03/26, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2.026

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº_____Pag:_____

Em_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

Secretaria Municipal de Desporto e Cultura EDITAL 001/2026 -002/2026 E 003/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS

APROVADOS COM RECURSO DA POLÍTICA

NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

A Prefeitura Municipal de Amambai, através da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura após análise de mérito, torna público o resultado do Edital, 001/2026 – 002/2026 E 003/2026 da Lei 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e a universalização do acesso à cultura no Brasil. A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

Fomento, Produção e Qualificação (1.394,23)

Paulo Henrique Paionk CPF: 947.601.609-49

Michael Rodrigo de Brito CPF: 033.569.971-57

Marcio Lopes Morinigo CPF:047.185.161-29

Glauce Graças Borges CPF: 068.067.031-94

Ivanir Paula Machado Dutra CPF:043.085.171-50

Ademir Barros Borges CPF: 078.215.221-04

Atílio Rafael da Silva CPF: 046.334.641-67

Tomasia Rodrigues Nunes CPF: 500.888.071-34

Raquel Moreira CPF: 072.928.221-00

Durval Monteiro de Souza Neto CPF:019.225.881-80

Fomento, Produção e Qualificação (2.000,00)

Flavia Françolin Nogueira CPF: 982.686.351-34 Mabê Laços

Rosana Santana e Silva CPF: 030.744.761-84 Cenografia que Encanta

Emilly Vieira dos Santos CPF: 079.316.101-05 Vozes de Amambai

Raquel Fernandes CPF: 024.485.971-03 Mach in Bend

Eraldo dos Santos Ferreira da silva CPF: 014.908.671-71 Eraldo e Banda

Fomento, Produção e Qualificação (5.000,00)

Maria Jiselli Adiala CPF:067.963.761-37 ARTESANATO BIOJOIAS NAMIXAI IVOTY´I

Josilaine Gonçalves Fernandes CPF: 058.744.311-10 MODA ÍNDIGENA: GRAFISMO COMO IDENTIDADE CULTURAL

Darcy Ramires Lopes CPF: 448.325.081-72 MÃOS QUE PRODUZEM PARA INFÂNCIA

Ilda Neves da Silva CPF: 810.378.641-15 BATUCADA NA PRAÇA

Fomento, Produção e Qualificação (10.000,00)

Cristiane de Lima CPF: 949.715.011-34 OFICINA ARTE EM RESINA

Joceli Duarte Sandri CPF: 807.469.851-34 ARTE POPULAR EM MINIATURA

Fomento, Produção e Qualificação (15.000,00)

Celso Pereira dos Santos CPF: 954.762.961-15 CINE ITINERANTE
Roberto Bandeira Duarte CPF: 949.739.381-49 DOM MAIOR – AULAS DE VIOLÃO

Edital 002/2026 PNAB

Espaços Culturais (10.000,00)

Associação Cultural Amambaiense CNPJ:09.219.259/0001-00
Instituto Eduardo Dutra Lescano CNPJ: 17.895.498/0001-09
Mãos Que Produzem Arte CNPJ: 04.336.599/0001-90
Joel Vieira CPF: 343.767.471-49 Arte no Barro
Casa da Sopa vovó Anastácia CNPJ: 24.488.706/0001-02
Instituto Histórico e Geográfico de Amambai CNPJ:06.974.748/0001-71
Gebesson Solano CPF: 088.249.651-49 Grupo Pái Kuara Rendy
Casa da Sopa Irmã Sheila CNPJ:03.739.703/0001-24
WF Eventos CNPJ: 10.454.450/0001-08
Vanderléia Córdoba Candido CPF:874.094.451-49 Arte e Festa

Edital 003/2026 PNAB

Aquisição e Circulação (1.000,00)

Porfíria Machado Dutra CPF:458.729.501-78
Carmem Zilmeire da Silva CPF: 691.597.771-68
Jonas Sanches Gonçalves CPF: 705.048.821-63
Keli Denise Borvao CPF: 048.905.421-83
Ana Beatriz Nogueira CPF: 079.857.361-90
Fabiana dos Santos Braga CPF: 020.695.901-00
Jaqueline Raldi Lugo CPF: 004.056.881-48
Evandro Cáceres CPF: 029.540.811-12
Jocy dos Santos Dias CPF: 506.259.501-00
Melanida Lopes CPF: 506.303.931-68
Sandra Rossate CPF: 004.012.961-64
Clamara Cabreira Gonçalves CPF: 018.652.611-30
Bruna Danieli Rodrigues CPF: 736.104.701-78
Darieli Maciel Ferreira CPF: 081.825.671-06
Deise Bianchini CPF: 012.777.888-80

Aquisição e Circulação (5.000,00)

Gilmar Padilha CPF: 916.483.431-04 – Show Garotos do Balanço
Nedi Pereira CPF: 040.454.901-24 – Arte que Resiste: O Artesanato como identidade Cultural

Aquisição e Circulação (10.000,00)

Lucas Batista CPF: 064.300.531-56
Projeto: RÁDIO POSITIVA

Aquisição e Circulação (15.000,00)

Jamil Martins Melo CPF: 367.608.971-53
Projeto: COLORES DE LOS ERBALES

Aquisição e Circulação (20.000,00)

Marlon Junior Flores Amaral CPF:041.544.851-41
Projeto: CHE PURAJHEI

Aquisição e Circulação (30.000,00)

Paulo César Antunes dos Santos CPF:023.297.421-77
PROJETO: CIRCUITO CULTURA

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156040/2025
LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/ 2025
PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE
CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – CONTRATANTE

ROTTOLI SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ: 07.248.485/0001-86

OBJETO: "**Registro de Preço para Contratação de empresa para Prestação de serviços de Limpeza, Desobstrução e Dedetização, entre outros, em atendimento as demandas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Amambai, pelo período estimado de 12 (doze) meses".**

VALOR: R$ 836,00 (Oitocentos e trinta e seis reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.04.00 SECRETARIA MUN. DE AGROPECUARIA

3.3.90.39.78 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

22.661.0002.2013.0000 – MANUTENÇAO DA GERENCIA DE AGROPECUARIA

Local e Data: Amambai/MS, 30 de março de 2026.

Assinam:

Luiz Fernando Fischer – Secretário Municipal

CPF: 436.592.501-63

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Secretaria Municipal de Gestão

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – TEMPORÁRIO (CONTRATO Nº 011/2026)

Contratante: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - MS

Contratado**: EDINEUSA JARA DE COADRO.**

Objeto: Contrato de trabalho por prazo determinado para desempenho das funções de Auxiliar de Saúde Bucal - Temporário, conforme determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade imediata de atendimento à população, e estará desenvolvendo suas funções na Unidade de Saúde – ESF Panorama, em virtude da inexistência de candidato habilitado em concurso público vigente, bem como a impossibilidade de remanejamento de pessoal.

Amparo Legal: O presente contrato é firmado com base na Lei Complementar Municipal n.º 004/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em especial, no artigo 181, VII, com a redação conferida pela Lei Complementar Municipal n.º 016/2010 e demais dispositivos contidos da lei mencionada e; Edital 014/2025 que promove novo processo seletivo para contratação temporária para o cargo de Técnico em Enfermagem e Auxiliar de Saúde Bucal publicado no Diário Oficial dos Municípios - Assomasul nº 3853, pág. 04-08 em 03.06.2025 e, homologado através do Edital 018/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios – Assomasul nº 3867, Ano XVII, págs. 04-05, de 24 de junho de 2025 e, Edital 001/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios – Assomasul nº 4048; págs. 04-05 no dia 10 de março de 2026, o qual convoca os candidatos para admissão imediata para atendimento às unidades básicas do município. E considerando por fim que, este Edital não possui o condão de obstar a convocação futura dos candidatos para nomeação definitiva para o cargo efetivos de Técnico em Enfermagem e de Auxiliar de Saúde Bucal, evitando, assim, qualquer prejuízo aos candidatos e ao certame;

Valor: R$ 2.374,60 (dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos).

Prazo: 11 de março de 2026, tendo vigência até 10 de março de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

Amambai, 11 de março de 2026.

Município de Amambai

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Contratante

Contratado

EDINEUSA JARA DE COADRO

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Departamento de Licitação

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO UNILATERAL DE EXTINÇÃO CONTRATO Nº 4.381/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 153553/2025

Partes:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMAMBAI-MS

CNPJ: 13.823.697/0001-42

Contratante

ORTIZ & FELTRIM LTDA ME

CNPJ : 04.411.142/0002-83

Contratada

Objeto: Extinção do contrato n.º 4.381/2025,cujo objeto fora Aquisição de medicamentos e materiais de consumo hospitalar, destinados aos pacientes usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, atendidos pela rede pública do Município de Amambai - MS, relativamente às decisões de ordem judicial encartadas aos autos, tanto quanto aos itens desertos no âmbito do Pregão Eletrônico nº. 056/2024, para um período de 12 (doze) meses, quanto ao acrescido de nova demanda de paciente específico, em decorrência de decisão proferida nos autos nº 0801098-28.2024.8.12.0004, mediante pactuação junto à Secretaria de Saúde do Estado, tudo em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência- Anexo I do Edital, com suas alterações posteriores, por processo licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025, anulando o valor de R$ 1.630,80 (um mil, seiscentos e trinta reais, oitenta centavos).

FORO: Comarca de Amambaí/MS

DOTAÇÃO:

02.09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.32.02 – MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR

3.3.90.32.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.301.0008.1017.0000 – INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAÚDE

10.301.0008.2115.0000 - PAB FIXO - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA

Amambai - MS, 25 de Março de 2026

Alessandro Godoi Barbosa

Secretário Municipal de Saúde

CPF: 757.408.420-34

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO UNILATERAL DE EXTINÇÃO CONTRATO Nº 4.380/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 153553/2025

Partes:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMAMBAI-MS

CNPJ: 13.823.697/0001-42

Contratante

E.A. MELO PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

CNPJ : 57.050.993/0001-23

Contratada

Objeto: Extinção do contrato n.º 4.380/2025,cujo objeto fora Aquisição de medicamentos e materiais de consumo hospitalar, destinados aos pacientes usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, atendidos pela rede pública do Município de Amambai - MS, relativamente às decisões de ordem judicial encartadas aos autos, tanto quanto aos itens desertos no âmbito do Pregão Eletrônico nº. 056/2024, para um período de 12 (doze) meses, quanto ao acrescido de nova demanda de paciente específico, em decorrência de decisão proferida nos autos nº 0801098-28.2024.8.12.0004, mediante pactuação junto à Secretaria de Saúde do Estado, tudo em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência- Anexo I do Edital, com suas alterações posteriores, por processo licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025, anulando o valor de R$ 5.358,14 (cinco mil, trezentos e cinquenta oito reais, quatorze centavos).

FORO: Comarca de Amambaí/MS

DOTAÇÃO:

02.09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.32.02 – MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR

3.3.90.32.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.301.0008.1017.0000 – INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAÚDE

10.301.0008.2115.0000 - PAB FIXO - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA

Amambai - MS, 25 de Março de 2026

Alessandro Godoi Barbosa

Secretário Municipal de Saúde

CPF: 757.408.420-34

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO UNILATERAL DE EXTINÇÃO CONTRATO Nº 4.379/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 153553/2025

Partes:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMAMBAI-MS

CNPJ: 13.823.697/0001-42

Contratante

COMPANY HOSPITALAR LTDA

CNPJ : 51.640.302/0001-65

Contratada

Objeto: Extinção do contrato n.º 4.379/2025,cujo objeto fora Aquisição de medicamentos e materiais de consumo hospitalar, destinados aos pacientes usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, atendidos pela rede pública do Município de Amambai - MS, relativamente às decisões de ordem judicial encartadas aos autos, tanto quanto aos itens desertos no âmbito do Pregão Eletrônico nº. 056/2024, para um período de 12 (doze) meses, quanto ao acrescido de nova demanda de paciente específico, em decorrência de decisão proferida nos autos nº 0801098-28.2024.8.12.0004, mediante pactuação junto à Secretaria de Saúde do Estado, tudo em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência- Anexo I do Edital, com suas alterações posteriores, por processo licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025, anulando o valor de R$ 4.319,88 (quatro mil, trezentos e dezenove reais, oitenta e oito centavos).

FORO: Comarca de Amambaí/MS

DOTAÇÃO:

02.09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.32.02 – MEDICAMENTOS PARA USO DOMICILIAR

3.3.90.32.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

10.301.0008.1017.0000 – INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAÚDE

10.301.0008.2115.0000 - PAB FIXO - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA

Amambai - MS, 25 de Março de 2026

Alessandro Godoi Barbosa

Secretário Municipal de Saúde

CPF: 757.408.420-34

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156040/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/ 2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – CONTRATANTE

AMILTON BATISTA FAGUNDES

CNPJ 20.547.057/0001-12.

OBJETO: "**Registro de Preço para Contratação de empresa para Prestação de serviços de Limpeza, Desobstrução e Dedetização, entre outros, em atendimento as demandas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Amambai, pelo período estimado de 12 (doze) meses".**

VALOR: R$ 500,00 (Quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.04.00 SECRETARIA MUN. DE AGROPECUARIA

3.3.90.39.78 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

22.661.0002.2013.0000 – MANUTENÇAO DA GERENCIA DE AGROPECUARIA

Local e Data: Amambai/MS, 30 de março de 2026.

Assinam:

Luiz Fernando Fischer – Secretário Municipal

CPF: 436.592.501-63

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157297/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 018/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 193/2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA – CONTRATANTE

FABRICIO WIGGERS – ME CNPJ: 10.454.450/0001-08 CONTRATADA.

OBJETO: "**REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE INSUMOS/EQUIPAMENTOS/AFINS, A SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECOM – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E SEDESC – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA, POR UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES**".

VALOR: R$ 2.850,00 (Dois mil oitocentos e cinquenta reias).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02 14 00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

3.3.90.39.12 – LOCAÇAO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS

27.812.0013.2029.0000 – Manutenção Departamento de Esporte e Lazer

Local e Data: Amambai/MS, 30 de março de 2026.

Assinam:

Ramon Venceslau B. MOREIRA – Secretário Municipal

CPF: 293.616.798-13

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156040/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/ 2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS – CONTRATANTE

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – CONTRATANTE

D.D LIPEZA DEDETIZADORA LTDA

CNPJ: 09.642.212/0001-47

OBJETO: "**Registro de Preço para Contratação de empresa para Prestação de serviços de Limpeza, Desobstrução e Dedetização, entre outros, em atendimento as demandas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Amambai, pelo período estimado de 12 (doze) meses".**

VALOR: R$ 100,00 (Cem reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.04.00 SECRETARIA MUN. DE AGROPECUARIA

3.3.90.39.78 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

20.606.0002.2015.0000 – MANUTENÇAO DA GERENCIA DE AGROPECUARIA

Local e Data: Amambai/MS, 30 de março de 2026.

Assinam:

Luiz Fernando Fischer – Secretário Municipal

CPF: 436.592.501-63

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170459/2024

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 056/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 213/2026

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS –

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO –

CNPJ Nº 13.971.788/0001-25 CONTRATANTE

SMS DE LIMA EIRELI

CNPJ: 39.854.397/0001-14 CONTRATADA.

OBJETO: **registro de preços visando a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades das diversas secretarias e órgãos municipais, por um período estimado de 01 (um) ano.**

VALOR: R$ 259,80 (Setecentos e trinta reais e oitenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.06.00– SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO

3.3.90.30.07 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

04.122.0002.2022.0000 – MANUTENÇAO ENC. GABINETE DA SECRET. DE GESTAO

Local e Data: Amambai/MS, 30 de março de 2025.

Assinam:

Dorival Soares da Silva – Secretário Municipal

CPF: 555.919.491-34

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169994/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 055/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS –

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA CONTRATANTE

ANJOS TRANSPORTE E TURISMO LTDA

CNPJ: 30.058.833/0001-74 - CONTRATADA.

OBJETO: **"**Registro de Preços para Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros, com fornecimento de motorista, combustível, seguro e demais encargos necessários, visando o deslocamento de atletas vinculados à Secretaria Municipal de Desporto e Cultura, em conformidade com o cronograma de atividades esportivas oficiais promovidas ou apoiadas pelo Município, tal como o transporte de pacientes usuários do SUS – Sistema Único de Saúde assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Amambai – MS, por um período estimado de 01 (um) ano", que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

VALOR: R9.528,80 (Um mil oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

3.3.90.39.14 – LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS.

27.812.00013.2029.0000 – Manutenção Departamento de esporte e Lazer

Local e Data: Amambai/MS, 30 de março de 2026.

Assinam:

Ramon Venceslau B. Moreira – Secretário Municipal

CPF: 293.616.798-13

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 136

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156034/2025

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 196/2025

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS –

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –

CNPJ Nº 13.971.788/0001-25 CONTRATANTE

SMS DE LIMA EIRELI

CNPJ: 39.854.397/0001-14 CONTRATADA.

OBJETO: **Registro de Preço visando a Aquisição de gêneros alimentícios – Coffee Break para atender as necessidades nas realizações de capacitações, qualificações, reuniões e eventos, promovidos pelas Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Desporto e Cultura e Saúde da Prefeitura Municipal de Amambai/MS, pelo período de 12 (doze) meses**

VALOR: R$ 4.374,00 (Quatro mil trezentos e setenta e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.30.07 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

08.122.0056.2215.0000 – GESTAO ADMINISTRATIVA DO FMAS

Local e Data: Amambai/MS, 30 de março de 2026.

Assinam:

Zanete Rodrigues Borges Correa - Secretária Municipal

CPF: 407.674.771-20

Gilmar Machado da Costa – Contador

CRC: 006945/0-1

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Departamento de Licitação

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 178/2026

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 060/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 150960/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 188/2025

CÓDIGO REGISTRO INFORMAÇÃO: A0152E1252B748F757C049174AB5E760FD3A4CF5

PARTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS

CNPJ: 03.568.433/0001-36

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – CONTRATANTE

MALKUT & BOHN LTDA – CONTRATADA.

CNPJ: 10.868.068/0001-40

OBJETO: "Aquisição de equipamentos permanentes de informática (computadores completos), a fim de prover as necessidades das diversas secretarias municipais, órgãos e afins, compreendendo a estrutura geral da Administração Municipal de Amambai - MS, por um período estimado de 12 (doze) meses".

VALOR TOTAL: R$ 325.760,33 (Trezentos e vinte e cinco mil setecentos e sessenta reais e trinta e três centavos).

PRAZO: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses.

FISCAL DO CONTRATO:

Lucas Flores Bicca, Matrícula Funcional nº. 23.399-1

Cristian Borges Miranda, matricula funcional nº 6331.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

02.06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

04.122.0002.2022.0000 – MANUTENÇÃO ENC. GABINETE DA SECRET. DE GESTÃO

02.09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0006.2152.0000 – PAB V - SAÚDE DA FAMILIA SF

02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSOSTÊNCIA SOCIAL

08.244.0056.2207.0000 – BLOCO GESTÃO DO PROG. BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO

02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0003.1000.0000 – INVESTIMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0056.2198.0000 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
02.14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA
13.392.0013.2065.0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDO INVESTIMENTO CULTURAIS
02.05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
12.121.0002.2019.0000 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA
02.13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE
16.122.0002.2107.0000 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO
02.10.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0002.2033.0000 – MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE LIMPEZ PÚBLICA
02.07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.391.0006.1008.0000 – INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO
02.12.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
18.542.0012.2059.0000 – MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
02.11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA
04.451.0002.2035.0000 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DE SECRETÁRIO
FORO: Comarca de Amambaí/MS
Local e Data: Amambai/MS, 31 de Março de 2026.
Dorival Soares da Silva – Secretário Municipal de Gestão
Decreto nº 005/25
Denilson Malkut – Contratado
MALKUT & BOHN LTDA

Matéria enviada por ALEX WILLIAM DE SOUZA SANTOS

Secretaria Municipal de Gestão

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO TÉCNICO EM ENFERMAGEM – TEMPORÁRIO (CONTRATO Nº 012/2026)

Contratante: MUNICÍPIO DE AMAMBAI - MS

Contratado**: BRUNA PROHC DOS SANTOS AQUINO.**

Objeto: Contrato de trabalho por prazo determinado para desempenho das funções de Técnico de Enfermagem - Temporário, conforme determinado pela Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade imediata de atendimento à população, e estará desenvolvendo suas funções na Unidade de Saúde – ESF São Luiz, em virtude da inexistência de candidato habilitado em concurso público vigente, bem como a impossibilidade de remanejamento de pessoal.

Amparo Legal: O presente contrato é firmado com base na Lei Complementar Municipal n.º 004/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em especial, no artigo 181, VII, com a redação conferida pela Lei Complementar Municipal n.º 016/2010 e demais dispositivos contidos da lei mencionada e; Edital 014/2025 que promove novo processo seletivo para contratação temporária para o cargo de Técnico em Enfermagem e Auxiliar de Saúde Bucal publicado no Diário Oficial dos Municípios - Assomasul nº 3853, pág. 04-08 em 03.06.2025 e, homologado através do Edital 018/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios – Assomasul nº 3867, Ano XVII, págs. 04-05, de 24 de junho de 2025 e, Edital 001/2026 publicado no Diário Oficial dos Municípios – Assomasul nº 4048; págs. 04-05 no dia 10 de março de 2026, o qual convoca os candidatos para admissão imediata para atendimento às unidades básicas do município. E considerando por fim que, este Edital não possui o condão de obstar a convocação futura dos candidatos para nomeação definitiva para o cargo efetivos de Técnico em Enfermagem e de Auxiliar de Saúde Bucal, evitando, assim, qualquer prejuízo aos candidatos e ao certame;

Valor: R$ 4.964,32 (quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Prazo: 11 de março de 2026, tendo vigência até 10 de março de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei.

Amambai, 11 de março de 2026.

Município de Amambai
SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA
Contratante
Contratado
BRUNA PROHC DOS SANTOS AQUINO

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

Republica por incorreção - PORTARIA N.º 068/26 DE 06 DE MARÇO DE 2.026 Dispõe sobre Licença Maternidade á servidora que menciona, e dá outras providencias.

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA - Prefeito Municipal de Amambai-MS, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando Protocolo nº 178345/26

RESOLVE,

Art.1º Conceder Licença Maternidade à servidora abaixo relacionada.

SERVIDORA	PERIODO DA LICENÇA
RAFAELA FERREIRA DE OLIVEIRA	120 DIAS A PARTIR DE 25/02/26

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar da data constante do atestado médico apresentado conforme tabela acima, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de março de 2.026

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº_____Pag_____

Em:_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

Secretaria Municipal de Gestão

PORTARIA N.º 078/26 DE 25 DE MARÇO DE 2.026 Concede Licença para Tratar de Interesse Particular a servidora MICHELE DE SOUZA DOS SANTOS e dá outras prov

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA - Prefeito Municipal de Amambai-MS, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 88 da Lei Complementar 004/2004, e,

- Considerando o Protocolo nº 176741/26

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular (TIP) a servidora **MICHELE DE SOUZA DOS SANTOS** ocupante do cargo efetivo de VIGIA – PADRÃO 01 – REFERENCIA 04 - inscrita sobre a Matricula nº 10119-3, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04/03/26.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 04/03/26, ficando revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 31 de março de 2.026

SERGIO DIOZÉBIO BARBOSA

Prefeito Municipal

DORIVAL SOARES DA SILVA,

Secretário Municipal (SFAZ e SMG)

Publicado no DOM (Assomasul).

Diário nº_____Pag:_____

Em_____

Matéria enviada por VERA LUCIA LARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2026

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO – MS

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio João – MS, Ver. Luís Ramão Franco Pires, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o feriado nacional da Paixão de Cristo no ano de 2026;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 46, de 24 de novembro de 2025, que institui ponto facultativo no Estado no dia 02 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o Decreto nº 172, de 30 de março de 2026, publicado pela Prefeitura Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 02 (quinta-feira) de abril de 2026, no âmbito da Câmara Municipal de Antônio João – MS, em razão do feriado nacional da Paixão de Cristo, celebrado no dia 03 (sexta-feira) de abril de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cámara Municipal de Antônio João – MS, 31 de março de 2026

LUIS RAMAO FRANCO PIRES

Presidente do Poder Legislativo

Matéria enviada por Nubia Renata Gomes Tavares Jurumenha

Prefeitura Municipal de Antonio João

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2024

Partes: Prefeitura Municipal de Antônio João-MS, e a empresa AUTO POSTO FLOR DA SERRA LTDA EPP

Data Assinatura: 31/03/2026

Segundo termo aditivo de reequilíbrio financeiro da ata de registro de preço nº 017/2024, referente aquisição de combustível DIESEL S10 passa de R$ **6,87** (seis reais e oitenta e sete centavo) para R$ **8,15** (oito reais e quinze centavos) totalizando R$ 103.097,50 para a quantidade contratada de 12.650,00 litros, ao valor do contrato original, conforme Art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021e alterações posteriores.

Demais posições: Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições da ata de registro de preço.

Comarca de Ponta Porã/MS.

Assinam: Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira e Jucenyr Martins.

Antônio João-MS,31 de março de 2026

Agnaldo Marcelo de Silva Oliveira

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Claudia Ramires Salinas da Silva Siqueira

---

Departamento de Licitações

ATO DE TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Antônio João-MS, por meio de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar: sem efeito a publicação do extrato do décimo segundo termo aditivo de prazo – ao contrato nº 09/2022, veiculada na ASSOMASUL -Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, n.º 3988, edição do dia 11 de dezembro de 2025, página 10, em razão de pedido de rescisão do contrato pela empresa TECMS Construções e Serviços Ltda.

Para que não produza efeitos legais, fica a referida publicação considerada sem validade.

Antônio João/MS, 31 de março de 2026.

Agnaldo Marcelo de Silva Oliveira

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Luiz Carlos Vendruscolo

Departamento de Licitações

Extrato de Contrato administrativo n° 014/2026

Extrato de Contrato – Publicação

Processo n°: 119/2025

Inexigibilidade: 020/2025

Chamamento Público nº: 04/2025

Partes: Prefeitura Municipal de Antônio Joao MS e Maria Célia Araujo Aranda.

OBJETO: "CREDENCIAMENTO" de agricultores para **Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural,** destinados à composição da alimentação escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino de Antônio João – MS, durante o ano letivo de 2026, conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009. Lei nº 14.947/2024 e resoluções do FNDE relativas ao PNAE.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. DE ATIV.	FUNCIONAL	NAT. DA DESPESA	FONTE	REDUZIDO
015	001	2018	12.306.0403	3.3.90.39.00.00	1552.0007000	135

Valor Global: **R$ 16.896,59** (Dezesseis mil, oitocentos e noventa e seis reais, cinquenta e nove centavos)

Vigência: 12 (doze) meses

DA FISCALIZAÇÃO: Fica designado o ser responsável pelo contrato , o servidor Giovani Leandro Vareiro.

DATA DA ASSINATURA: 26/03/2026

Amparo Legal: Art. 79, inciso I, da Lei 14.133/2021

Assinam: **Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira** – Prefeito Municipal e **Maria Célia Araujo Aranda**

Extrato de Contrato administrativo n° 015/2026

Extrato de Contrato – Publicação

Processo n°: 119/2025

Inexigibilidade: 020/2025

Chamamento Público nº: 04/2025

Partes: Prefeitura Municipal de Antônio Joao MS e Valdete Franco dos Santos.

OBJETO: "CREDENCIAMENTO" de agricultores para **Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural,** destinados à composição da alimentação escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino de Antônio João – MS, durante o ano letivo de 2026, conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009. Lei nº 14.947/2024 e resoluções do FNDE relativas ao PNAE.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ. DE ATIV.	FUNCIONAL	NAT. DA DESPESA	FONTE	REDUZIDO
015	001	2018	12.306.0403	3.3.90.39.00.00	1552.0007000	135

Valor Global: **R$ 39.985,05** (Trinta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais, e cinco centavos)

Vigência: 12 (doze) meses

DA FISCALIZAÇÃO: Fica designado o ser responsável pelo contrato, o servidor Giovani Leandro Vareiro.

DATA DA ASSINATURA: 26/03/2026

Amparo Legal: Art. 79, inciso I, da Lei 14.133/2021

Assinam: **Agnaldo Marcelo da Silva Oliveira** – Prefeito Municipal e **Valdete Franco dos Santos**

Extrato do 8º Termo Aditivo de prazo e valor ao Contrato nº 07/2023 CPL

Empresa: **TÂNIA DE FATIMA NOGUEIRA ME**

CNPJ 20.027.490/0001-27

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de impressões em preto/branco e colorido, com comodato de máquinas compreendendo a sessão de direito de uso de equivalentes novos, incluindo fornecimento de todo material de consumo (toner, cilindro, peças e manutenção), para atender as diversas Secretarias do Município de Antonio João MS.

Pregão Presencial nº 040/2022

Processo Administrativo n° 078/2022

O valor total ajustado é de R**$ 192.271,86 (Cento e noventa e dois mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta e seis centavos)**.

As despesas decorrentes das aquisições da presente licitação correrão a cargo das seguintes dotações orçamentarias:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO / VALOR R$ 22.932,50

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VINCULADA AO QDD ABAIXO:					
ÓRGÃO	**UNIDADE**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**	**REDUZIDO**
14	001	2006	3.3.90.39.00.00	1500.0007	50
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA					

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / VALOR R$ 113.246,40

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VINCULADA AO QDD ABAIXO:					
ÓRGÃO	**UNIDADE**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**	**REDUZIDO**
08	001	2060	3.3.90.39.00.00	1500.1002	11

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / VALOR R$ 11.457,50

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VINCULADA AO QDD ABAIXO:					
ÓRGÃO	**UNIDADE**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**	**REDUZIDO**
17	001	2022	3.3.90.39.00.00	1500.007	187
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA					

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS
VALOR R$ 1.667,40

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VINCULADA AO QDD ABAIXO:					
ÓRGÃO	**UNIDADE**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**	**REDUZIDO**
19	001	2024	3.3.90.39.00.00	1500.0007	211
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA					

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
VALOR R$ 1.666,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VINCULADA AO QDD ABAIXO:					
ÓRGÃO	**UNIDADE**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**	**REDUZIDO**
11	001	2032	3.3.90.39.00.00	1500.0007	272
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA					

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA / VALOR R$ 41.302,06

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VINCULADA AO QDD ABAIXO:					
ÓRGÃO	**UNIDADE**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSO**	**REDUZIDO**
15	001	2012	3.3.90.39.00.00	1500.1001	92
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA					

Data de Assinatura: 27/03/2026
Data da Vigência: 01/04/2026 a 30/09/2026

Matéria enviada por Cledina Aparecida Valensuelos

Jurídico

LEI ORDINÁRIA Nº 1288 DE 31 DE MARÇO DE 2026

"Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN no município de Antonio João, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e institui a Conferência Alimentar e Nutricional e dá outras providências.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 1º. Esta Lei estabelece os componentes municipais do SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 e em seus atos regulatórios nos âmbitos Federal e Estadual, com o propósito de garantir o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN é órgão consultivo e deliberativo, no âmbito de sua competência, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS com agenda permanente de assessoramento ao executivo municipal na articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para políticas e ações na área de alimentação e nutrição.

Art. 3º. A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§1º. A adoção dessas políticas e ações, deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§2º. É dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 4º. A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo único. A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável inclui a realização do direito de todas as pessoas terem acesso à orientação que contribua para o enfrentamento ao sobrepeso, a obesidade, contaminação de alimentos e mais doenças consequentes da alimentação inadequada.

Art. 5º. A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I – A ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II – A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III – A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V – A produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI – A implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etnoculturais do Município do Estado.

VII – A adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto a tolerância com maus hábitos alimentares, quanto a desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto a falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros.

Art. 6º. A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, requer o respeito à soberania do Estado sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art.7º. O Município de Antônio João/MS deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do Estado, contribuindo assim para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN do Município de Antônio João/MS elaborará seu Regimento Interno em até 120 (cento e vinte) dias a contar da data da sua instalação.

CAPÍTULO II

DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Art. 9º. A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado, no Município de Antônio João - MS por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 10º. O SISAN, no Município, reger-se-á pelos princípios e diretrizes dispostos na Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Art. 11º. São componentes municipais do SISAN:

I – A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao COMSEAN Municipal das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do Município;

II – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

III – A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional-CAISAN Municipal integrada por representantes indicados pelos Secretários Municipais responsáveis pelas pastas afetas de forma mais direta com a consecução da Segurança Alimentar e Nutricional e nomeados por ato do Prefeito, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, considerando as especificidades locais, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos expostos no Decreto Federal nº 7.272/2010, ou decreto substituto, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente, as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do COMSEAN Municipal, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) monitorar e avaliar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

IV – Os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional do Município, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional -CAISAN.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, CAISAN Municipal, será presidida pelo

titular da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SUA COMPOSIÇÃO

Art. 12º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN do Município de Antonio João - MS será composto por no mínimo 10 (dez) Conselheiros(as), de forma paritária, composto por representantes da Sociedade Civil Organizada e de representantes do Governo Municipal, com a seguinte composição:

I – 05 (cinco) representantes do Governo Municipal, tanto da administração direta quanto indireta, indicados por seus órgãos de origem, nomeados a critério do Prefeito do Município de Antonio João, por período indeterminado, podendo ser substituídos a qualquer tempo, por outro representante, sendo a designação regulamentada através de Decreto.

II – 05 (cinco) representantes da sociedade civil e entidades não governamentais, com composição regulamentada através de Decreto.

Art. 13º. Os representantes da Sociedade Civil e entidades não-governamentais a que se o inciso II, do art. 12, desta Lei, serão eleitos de acordo com critérios a serem definidos pelo COMSEAN/Antonio João em seu Regimento Interno.

Art. 14º. As instituições representadas no COMSEAN, prevista no inciso II, do art. 12, desta Lei, devem ter efetiva atuação no Município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

Art. 15º. O COMSEAN terá como Presidente um de seus membros.

Art. 16º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 17º. A atividade de Conselheiro do COMSEAN não será remunerada a qualquer título, sendo considerada atividade de relevante interesse público, sendo justificadas as ausências em decorrência de participação nas reuniões do conselho.

Art. 18º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN do Município poderá contar com Câmaras Temáticas, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas, podendo instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Art. 19º. Cabe ao Poder Executivo assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN do Município, assim como as suas Câmaras Temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao seu funcionamento.

Art. 20º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituirá seus atos através de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 21º. Todas as sessões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional serão públicas e registradas em atas.

Art. 22º. Compete ao COMSEAN:

I - Acompanhar as ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional;

II - Propor as diretrizes da política e do plano municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável;

III - Articular áreas do governo municipal e de organizações da sociedade civil para implementação de ações que visam promover a segurança alimentar e nutricional;

IV - Propor ações emergenciais para atendimento à população em situação de insegurança alimentar e ações de educação alimentar e nutricional;

V - Propor e coordenar campanhas de conscientização da opinião pública;

VI - Ampliar as condições de acesso a alimentos de qualidade;

VII - Estimular práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;

VIII - Produzir conhecimento e acesso à informação;

IX - Desenvolver atividades integradas com os Conselhos Estadual e Federal;

X - Elaborar diagnóstico da situação de insegurança alimentar, a realização do monitoramento e a aferição dos resultados obtidos, mediante identificação e acompanhamento de indicadores;

XI - Realizar, incentivar e apoiar estudos que fundamentam as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional sustentável;

XII - Realizar, em um período não superior a 4 (quatro) anos, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;

Art. 23º. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional reger-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - Promover a intersetorialidade das políticas, programas, projetos e serviços governamentais;

II - Descentralizar as ações e articulações, em regime de colaboração entre as esferas de governo;

III - Garantir a participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas de segurança alimentar e nutricional nas três esferas de governo;

IV - Articular o orçamento e a gestão; e

V - Estimular o desenvolvimento de pesquisas e a capacitação de recursos humanos.

CAPÍTULO IV

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 24º. Fica instituída a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, composta por delegados representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, que se reunirá a cada 04 (quatro) anos sob a organização do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, conforme dispuser o Regimento Interno próprio.

Art. 25º. A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será convocada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, conforme calendário determinado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ou Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

§1º. A realização da Conferência deverá ser amplamente divulgada nos principais meios de comunicação de abrangência Municipal.

§2º. Para realização da Conferência, o Conselho constituirá Comissão Organizadora dentre seus membros, escolhidos em plenária.

Art. 26º. Compete a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, além do citado no artigo 3º, desta Lei:

I – Eleger os representantes efetivos e suplentes da Sociedade Civil Organizada no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN;

II – Aprovar o Regimento Interno da Conferência;

III – Aprovar e dar publicidade às suas resoluções, registradas em documento final.

CAPÍTULO V
DA CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 27º. Fica criada a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN do Município de Antonio João - MS, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da Administração Pública Municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I – Elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEAN, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II – Coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional;

III – Apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – Monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V – Participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional sobre o Pacto de Gestão do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI – Solicitar informações de quaisquer órgãos da Administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições;

VII – Assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII – Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno em consonância com a Lei Federal n° 11.346, de 15 de setembro de 2006, e em seus atos regulatórios nos âmbitos Federal e Estadual.

Art. 28º. A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela CAISAN, com base nas prioridades estabelecidas pelo COMSEAN, a partir de deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá:

I – Conter análise da situação Nacional, Estadual e/ ou Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II – Ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III – Dispor sobre os temas previstos no parágrafo único, do art. 22, do Decreto Federal n° 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo COMSEAN e pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – Explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V – Incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI – Definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação;

VII – Ser revisado a cada 02 (dois) anos, com base nas orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do COMSEAN e no monitoramento da sua execução.

Art. 29º. A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 30º. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN será integrada por no mínimo 03 representantes das secretarias municipais a serem designados através de Decreto próprio.

Parágrafo único. A CAISAN será presidida pela Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 31º. A Secretaria Executiva da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN será exercida

pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário Executivo indicado pelo titular da pasta e designado por ato do Chefe do Executivo.

Art. 32º. A CAISAN poderá instituir Comitês Técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 33º. Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FUMSEA, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, e ao COMSEA, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações nas áreas de segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será regulamentado por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 34º. Constituem recursos do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FUMSEA:

I - A dotação consignada anualmente no orçamento do Município e os recursos financeiros adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício, bem como quaisquer outros incentivos governamentais;

II - Os recursos financeiros oriundos do governo Federal, Estadual e de outros órgãos públicos recebidos diretamente ou por meio de convênios destinados à área da segurança alimentar e nutricional;

III - Os recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênio destinados à área da segurança alimentar e nutricional;

IV - As doações, contribuições e auxílios de terceiros;

V - As rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capitais;

VI - Outros recursos legalmente constituídos.

Art. 35º. Os recursos do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FUMSEA destinam-se a custear:

I – O financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvidas pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional ou por órgãos conveniados;

II - As despesas com consultoria, projetos de pesquisas ou de estudos na área de Segurança Alimentar e Nutricional;

III - As despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de segurança alimentar e nutricional;

IV – Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para implantação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional;

V - Aquisição de materiais permanentes e de consumo, e outros insumos necessários à execução e funcionamento dos programas e equipamentos públicos;

VI - Aquisição de materiais permanentes e de consumo, e outros insumos necessários à execução e funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN;

VII - aquisição de materiais permanentes e de consumo, e outros insumos necessários ao fortalecimento da gestão do SISAN no Município;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36º. O Prefeito Municipal editará Decreto regulamentando esta Lei.

Art. 37º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 38º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito municipal

Matéria enviada por Giulia Yukie de Oliveira Komiyama

Recursos Humanos

portarias

Portaria RH nº. 45/2026De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR ADRIANO DE OLIVEIRA FARIAS, do cargo Comissionado de Coordenador Executivo de transporte, logística e Abastecimento do quadro de funcionários desta prefeitura

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 01.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 46/2026De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR ANTONIO CARLOS SILVINO, do cargo Comissionado de Assessor Especial do quadro de funcionários desta prefeitura

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 01.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 47/2026De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR JANAYNNA ALVARES MOREIRA, do cargo Comissionado de Assessor I do quadro de funcionários desta prefeitura

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 31.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 48/2026. De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE :

Art. 1º. – NOMEAR ANDREY HENRY LOUREIRO DA SILVA, para exercer o cargo comissionado de Assistente Técnico II no quadro de funcionários desta prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 082/2017, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e o Art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 01.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 49/2026. De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE :

Art. 1º. – NOMEAR DIRCEU VERISSIMO RODRIGUES, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Apoio aos Pequenos Produtores no quadro de funcionários desta prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 082/2017, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e o Art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 13.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 50/2026. De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE :

Art. 1º. – NOMEAR EDUARDO DE OLIVEIRA DAUZACKER, para exercer o cargo comissionado de Diretor Técnico de Tributação no quadro de funcionários desta prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 082/2017, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e o Art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 01.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 51/2026. De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE :

Art. 1º. – NOMEAR JOAO LUCAS PEDROSO FRANCO, para exercer o cargo comissionado de Assistente Técnico II no

quadro de funcionários desta prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 082/2017, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e o Art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 10.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 52/2026. De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE :

Art. 1º. – NOMEAR MARLON SANTOS DA ROSA, para exercer o cargo comissionado de Assessor II no quadro de funcionários desta prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 082/2017, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e o Art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 10.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 53/2026. De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE :

Art. 1º. – NOMEAR RAMAO COLMAN DE MARAIS, para exercer o cargo comissionado de Diretor Técnico de Arquitetura e Urbanismo no quadro de funcionários desta prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 082/2017, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e o Art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 01.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Portaria RH nº. 54/2026. De 31 de Março de 2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições de seu cargo,

RESOLVE :

Art. 1º. – NOMEAR VANESSA PEIXOTO JAQUET, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Departamento de Fiscalização no quadro de funcionários desta prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 082/2017, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo e o Art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de 01.03.2026.

AGNALDO MARCELO DA SILVA OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Dioni Soares Martins

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 07/2026, DE 26 DE MARÇO DE 2026.

"Dispõe sobre Aprovação do Projeto garantia de igualdade e locomoção da pessoa com deficiência intelectual e múltipla – unidos pela APAE".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Complementar Municipal nº 086 de 27 de março de 2019. Em reunião extraordinária Resolução aprovada em ata nº.297/2026 de 26 de março de 2026.

R E S O L V E:

Art.1º - APROVAR Projeto garantia de igualdade e locomoção da pessoa com deficiência intelectual e múltipla – unidos pela APAE.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação:

Regiane Aparecida Barbosa

Presidente do CMDCA

A via original encontra-se assinada.

Matéria enviada por Higor Gamarra Flores

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO

Câmara Municipal de Aparecida do Taboado

Republica-se por Incorreção

ATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

"Designa servidor para acompanhar e fiscalizar Contrato nº 007/2026 e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no Contrato Administrativo nº 007/2026, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026, Processo Administrativo nº 012/2026.

RESOLVE

Art. 1º Designar para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 007/2026 a servidora pública municipal **SIMONE ESPÍRITO SANTO GOMES**, designada para tal no bojo do supracitado contrato, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a realização de curso de capacitação presencial, destinado a vereadores, servidores e equipe administrativa da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado/MS, com foco na estruturação, regulamentação, tramitação, execução, controle, transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares municipais, empresa **IPD – INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 64.024.252/0001-33.

Art. 2º A servidora designada deverá observar os dispositivos contratuais e as exigências constantes do contrato, acompanhar e fiscalizar a, execução do curso de capacitação, bem como tudo quanto for pertinente ao citado contrato.

Art. 3º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Aparecida do Taboado – MS, 30 de março de 2026.

HEBERSON GALTER CUSTODIO

PRESIDENTE

Matéria enviada por Aritana Souto Valim

Secretaria Municipal de Saúde

AVISO Nº 08 DE SESSÃO PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO 001/2024

AVISO Nº 08 DE SESSÃO PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO

EDITAL N.º 001/2024

CREDENCIAMENTO N.º 001/2024

JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS, Prefeito do Município de Aparecida do Taboado/MS e **DAIANE DE SOUZA PUPIN,** Secretária Municipal de Saúde, tornam público a quem possa interessar, que **a 08ª SESSÃO PÚBLICA para abertura dos envelopes e análise da documentação das empresas que manifestaram interesse em credenciar-se para a prestação dos serviços em diversas áreas da saúde, nos moldes descrito no Edital de Credenciamento nº 001/2024**, e pelos valores preestabelecido na Tabela Unifica de Credenciamento, **iniciar-se-á às 13:00 horas, do dia 02 de abril de 2026**, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Laudelino de Melo,1.483 – Centro, em Aparecida do Taboado/MS.

As empresas interessadas, que apresentaram envelopes com a documentação exigida, poderão enviar representante para acompanhar a abertura e análise dos envelopes, munidos de documento com poderes próprios, nos moldes estabelecidos no Edital.

Aparecida do Taboado/MS, 31 de março de 2026.

JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS

Prefeito

Matéria enviada por LIS MARIA ALMEIDA DA SILVEIRA

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 071/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 071/2026

EMPRESA CONTRATADA: FORTE SINAL EQUIPAMENTOS LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais).

O Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, através do senhor **Adriano de Souza**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 071/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do contrato n° 071/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	ADRIANO DE SOUZA	SECRETÁRIO MUNICIPAL	4.771

Aparecida do Taboado/MS, em 25 de março de 2026.

Adriano de Souza

Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

Adriano de Souza

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 065/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 065/2026

EMPRESA CONTRATADA: SKY CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 339,20 (trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

A Secretária Municipal de Assistência Social, através da senhora **Michaeli Mignoli da Silva**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 065/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do contrato 065/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MICHAELI MIGNOLI DA SILVA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5573

Aparecida do Taboado/MS, em 24 de março de 2026.

MICHAELI MIGNOLI DA SILVA

Secretária Municipal De Assistência Social

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

MICHAELI MIGNOLI DA SILVA

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 066/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 066/2026

EMPRESA CONTRATADA: SKY CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 339,20 (trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

A Secretaria Municipal de Administração, através do senhor **Horacides Martins Junior**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 066/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do CONTRATO n° 066/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	HORACIDES MARTINS JUNIOR	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4412

Aparecida do Taboado/MS, em 24 de março de 2026.

Horacides Martins Junior

Secretário Municipal de Administração

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

Horacides Martins Junior

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 067/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2026

EMPRESA CONTRATADA: CAMBÉ MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 556,80 (quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

A Secretária Municipal de Assistência Social, através da senhora **Michaeli Mignoli da Silva**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 067/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do contrato 067/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MICHAELI MIGNOLI DA SILVA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5573

Aparecida do Taboado/MS, em 25 de março de 2026.

MICHAELI MIGNOLI DA SILVA

Secretária Municipal De Assistência Social

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

MICHAELI MIGNOLI DA SILVA

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 068/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 068/2026

EMPRESA CONTRATADA: CAMBÉ MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 65.864,61 (sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

A Secretaria Municipal de Administração, através do senhor **Horacides Martins Junior**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 068/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do CONTRATO n° 068/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	HORACIDES MARTINS JUNIOR	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4412

Aparecida do Taboado/MS, em 25 de março de 2026.

Horacides Martins Junior

Secretário Municipal de Administração

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

Horacides Martins Junior

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 069/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 069/2026

EMPRESA CONTRATADA: DANIEL DELGADO PINTO

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 1.973,00 (mil novecentos e setenta e três reais).

O Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, através do senhor **Adriano de Souza**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 069/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do contrato n° 069/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	ADRIANO DE SOUZA	SECRETÁRIO MUNICIPAL	4.771

Aparecida do Taboado/MS, em 25 de março de 2026.

Adriano de Souza

Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

Adriano de Souza

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 070/2026.

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2026

CONTRATADA: DANIEL DELGADO PINTO

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR MENSAL CONTRATADO: R$ 318,55 (trezentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos).

A Secretária Municipal de Saúde, através da senhora **Daiane de Souza Pupin**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 070/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - O fiscal acima denominado, representará a Secretaria Municipal perante a empresa contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência do servidor supra designado, o secretário responsável por sua respectiva pasta deverá informar o fiscal suplente.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do Contrato n° 070/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DAIANE DE SOUZA PUPIN	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	5016

Aparecida do Taboado/MS, em 25 de março de 2026.

Daiane de Souza Pupin

Secretária Municipal de Saúde

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal de Contrato

Daiane de Souza Pupin

Gestora do Contrato

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 073/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 073/2026

EMPRESA CONTRATADA: GZ COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 17.818,43 (dezessete mil oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos).

A Secretaria Municipal de Administração, através do senhor **Horacides Martins Junior**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 073/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do CONTRATO n° 073/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	HORACIDES MARTINS JUNIOR	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4412

Aparecida do Taboado/MS, em 26 de março de 2026.

Horacides Martins Junior

Secretário Municipal de Administração

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

Horacides Martins Junior

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 072/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2026

EMPRESA CONTRATADA: GZ COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 268,00 (duzentos e sessenta e oito reais).

A Secretária Municipal de Assistência Social, através da senhora **Michaeli Mignoli da Silva**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 072/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do contrato 072/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MICHAELI MIGNOLI DA SILVA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5573

Aparecida do Taboado/MS, em 26 de março de 2026.

MICHAELI MIGNOLI DA SILVA

Secretária Municipal De Assistência Social

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

MICHAELI MIGNOLI DA SILVA

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 078/2026.

"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS."

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADO(A), a empresa **G.O.S SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA**, neste ato representada por seu Sócio proprietário, o Sr. **GILVANDRO OLIVEIRA DA SILVA**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 024/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 004/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 004/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **20/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
4	MALA DE FERRAMENTAS TECIDO GROSSO ? CORES PRETA E VERDE. MATERIAL DE PANO GROSSO DE OXFORD À PROVA D'ÁGUA. COM BOLSOS FRONTAIS E TRASEIROS. DIMENSÕES APROXIMADAS: PROFUNDIDADE 28 CM, LARGURA 22 CM, COMPRIMENTO 42 CM.	UN	Saco De Ferramentas Lona Oxford	BL00086 - 30 cm x 45 cm x 28 cm	2	R$ 188,62	R$ 377,24

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 377,24 (trezentos e setenta e sete reais e vinte quatro centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 006/2026
Unidade:	022501	- Secretaria Municipal de Educação (SME)
Funcional:	12.361.0003.2169.0000	- Gestão do Ensino Fundamental
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (26/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

G.O.S Soluções Inteligentes Ltda

P/ Contratada

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 074/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 074/2026

EMPRESA CONTRATADA: DATA BRASIL EPIS E TREINAMENTOS LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 8.859,48 (oito mil oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

A Secretaria Municipal de Administração, através do senhor **Horacides Martins Junior**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 074/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do CONTRATO n° 074/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	HORACIDES MARTINS JUNIOR	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4412

Aparecida do Taboado/MS, em 24 de março de 2026.

Horacides Martins Junior

Secretário Municipal de Administração

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

Horacides Martins Junior

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 075/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 075/2026

EMPRESA CONTRATADA: DATA BRASIL EPIS E TREINAMENTOS LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 1.434,12 (mil quatrocentos e trinta e quatro reais e doze centavos).

A Secretária Municipal de Assistência Social, através da senhora **Michaeli Mignoli da Silva**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 075/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do contrato 075/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	MICHAELI MIGNOLI DA SILVA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5573

Aparecida do Taboado/MS, em 26 de março de 2026.

MICHAELI MIGNOLI DA SILVA

Secretária Municipal De Assistência Social

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

MICHAELI MIGNOLI DA SILVA

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 076/2026.

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 076/2026

CONTRATADA:DATA BRASIL EPIS E TREINAMENTOS LTDA

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR MENSAL CONTRATADO: R$ 970,14 (novecentos e setenta reais e quatorze centavos).

A Secretária Municipal de Saúde, através da senhora **Daiane de Souza Pupin**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 076/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - O fiscal acima denominado, representará a Secretaria Municipal perante a empresa contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência do servidor supra designado, o secretário responsável por sua respectiva pasta deverá informar o fiscal suplente.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do Contrato n° 076/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	DAIANE DE SOUZA PUPIN	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	5016

Aparecida do Taboado/MS, em 25 de março de 2026.

Daiane de Souza Pupin

Secretária Municipal de Saúde

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal de Contrato

Daiane de Souza Pupin

Gestora do Contrato

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 077/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 077/2026

EMPRESA CONTRATADA: E. LUAN CAMARGO DE ALMEIDA LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 024/2026, por meio da abertura do Edital nº 004/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 004/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais).

A Secretaria Municipal de Administração, através do senhor **Horacides Martins Junior**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 077/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETRARIA MUNICIPAL DE OBRAS	GERALDO FRANCISCO PEREIRA	DIRETOR DE ALMOXARIFADO DA OBRAS	5035
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	SAMUEL DA SILVA QUEIROZ ALCAZAS CLAUDINO	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	4295

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do CONTRATO n° 077/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	HORACIDES MARTINS JUNIOR	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4412

Aparecida do Taboado/MS, em 25 de março de 2026.

Horacides Martins Junior

Secretário Municipal de Administração

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

GERALDO FRANCISCO PEREIRA

Fiscal

SAMUEL DA SILVA QUEIROZ ALCAZAS CLAUDINO

Fiscal

Horacides Martins Junior

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 078/2026 - EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 078/2026

EMPRESA CONTRATADA: G.O.S SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA

Processo de Licitação Pública nº 024/2026, por meio da abertura do Edital nº 004/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 004/2026

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 377,24 (trezentos e setenta e sete reais e vinte quatro centavos).

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da senhora **Luciana Barbosa Cavalcante**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 078/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	LUCIANA LOPES DE SILVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	318

2 - O fiscal acima denominado, representará a Secretaria Municipal perante a empresa contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência do servidor supra designado, o secretário responsável por sua respectiva pasta deverá informar o fiscal suplente.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do Contrato n° 078/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	LUCIANA BARBOSA CAVALCANTE	SECRETÁRIO MUNICIPAL	4977

Aparecida do Taboado/MS, em 26 de março de 2026.

Luciana Barbosa Cavalcante

Secretaria de Municipal de Educação

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Luciana Lopes de Silveira

Fiscal de Contrato

Luciana Barbosa Cavalcante

Gestor de Contrato

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 079/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 079/2026

EMPRESA CONTRATADA: LOPEZ E FILHO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 024/2026, por meio da abertura do Edital nº 004/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 004/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 1.896,90 (mil oitocentos e noventa e seis reais e noventa centavos).

A Secretaria Municipal de Administração, através do senhor **Horacides Martins Junior**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 079/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETRARIA MUNICIPAL DE OBRAS	GERALDO FRANCISCO PEREIRA	DIRETOR DE ALMOXARIFADO DA OBRAS	5035
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	SAMUEL DA SILVA QUEIROZ ALCAZAS CLAUDINO	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	4295

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do CONTRATO n° 079/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	HORACIDES MARTINS JUNIOR	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4412

Aparecida do Taboado/MS, em 26 de março de 2026.

Horacides Martins Junior

Secretário Municipal de Administração

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

GERALDO FRANCISCO PEREIRA

Fiscal

SAMUEL DA SILVA QUEIROZ ALCAZAS CLAUDINO

Fiscal

Horacides Martins Junior

Gestor

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 064/2026

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor da contratualização que se pretende, conforme objeto abaixo, e dá outras providências.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 064/2026

EMPRESA CONTRATADA: J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

Processo de Licitação Pública nº 004/2026, por meio da abertura do Edital nº 002/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026.

OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS.

VALOR TOTAL ESTIMADO CONTRATADO: R$ 3.506,50 (três mil quinhentos e seis reais e cinquenta centavos).

A Secretaria Municipal de Administração, através do senhor **Horacides Martins Junior**, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 117 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e a celebração de Contrato firmado, **RESOLVE:**

1 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de FISCAL do Contrato n° 064/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO	CHEFE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	4809

2 - Os fiscais acima denominados, representarão as respectivas Secretarias perante as empresas fornecedoras e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Legislação.

3 - Na ausência dos servidores supra designados, os secretários responsáveis por suas respectivas pastas deverão informar os fiscais suplentes, por atos de ofício.

4 - DESIGNAR, para desempenhar os trabalhos de GESTOR do CONTRATO n° 064/2026, os(as) servidores(as) a seguir:

SECRETARIA	NOME	CARGO	MATRICULA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	HORACIDES MARTINS JUNIOR	SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	4412

Aparecida do Taboado/MS, em 24 de março de 2026.

Horacides Martins Junior

Secretário Municipal de Administração

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaramos estar cientes da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

JOYCE GABRIELA MORAIS CARDOSO

Fiscal

Horacides Martins Junior

Gestor

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 079/2026.

"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS."

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADO(A), a empresa **LOPEZ E FILHO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, neste ato representada por seu Sócio proprietário, o Sr. **BRUNO TALEBI LOPEZ**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 024/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 004/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 004/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **20/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
3	GAZEBO TIPO TENDA ARTICULADA SANFONADA 3x3 COM PAREDES LATERAIS. Tenda articulada tipo sanfonada, com estrutura desmontável e dobrável, medindo 3 m de comprimento, 3 m de largura e 2,5 m de altura. Possui três paredes laterais removíveis, proporcionando proteção contra sol, vento e chuva, adequada para eventos, abrigos temporários e áreas externas. Estrutura leve e resistente, de montagem rápida, com peso aproximado de 12 kg. Marca de referência: Chalesco.	UN	NAUTIKA	UN	1	R$ 850,00	R$ 850,00
5	Marreta Quadrada 5kg com Cabo de Fibra A Marreta Quadrada 5000g possui cabeça forjada da marreta é feita de aço 50, com verniz preto e tem tempera seletiva que assegura dureza grande (52 HRc) e durabilidade, além de a e um pouco protuberante e polida de dois lados. Cabo de fibra de vidro amortiza o impacto de golpe. Revestimento de borracha impede o deslizamento de mãos e assegura a tomada segura e confortável. A fixação de cabeça e muito sólida.	UN	TENACE	5KG	5	R$ 209,38	R$ 1.046,90

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 1.896,90 (mil oitocentos e noventa e seis reais e noventa centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 006/2026
Unidade:	021401	- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
Funcional:	15.452.0010.2056.0000	- Conservação de vias, limpeza pública e serviços municipais
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 006/2026
Unidade:	022601	- Secretaria Mun. de Meio Ambiente, Desen. Ciência, Tecnolo e Inovação
Funcional:	20.606.0007.2182.0000	- Apoio as Atividades do Agronegócio
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (26/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Lopez E Filho Comércio E Serviços Ltda

P/ Contratada

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 077/2026.

"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS."

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADO(A), a empresa **E. LUAN CAMARGO DE ALMEIDA LTDA**, neste ato representada por seu Sócio proprietário, o Sr. **EDSON LUAN CAMARGO DE ALMEIDA**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 024/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 004/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 004/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **20/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS DE ITENS FRACASSADOS EM LICITAÇÕES ANTERIORES, INCLUINDO ITEM NOVO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E OBRAS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
1	COLETE SINALIZADOR REFLETIVO DE ALTA VISIBILIDADE. Colete sinalizador de alta visibilidade, confeccionado em material refletivo e cor laranja intensa, no modelo tipo jaqueta, sem bolsos. Desenvolvido para uso em atividades externas, noturnas ou de risco, garantindo maior segurança e visibilidade do usuário. Estrutura leve e resistente, com peso aproximado de 130 g e dimensões de cerca de 230 × 230 × 20 cm. Produto não elétrico, sem necessidade de fonte de energia ou baterias, de fácil vestimenta e ajuste. Marca de referência: Vonder.	UN	VONDER	VONDER	20	R$ 22,90	R$ 458,00
2	ENXADA LARGA Nº 2.5, LÂMINA EM AÇO CARBONO TEMPERADO, LARGURA 29,5CM X 22,2 DE ALTURA, CABO METÁLICO TUBULAR DE 140 CM COM EMPUNHADURA. USO: PREPARO E MANEJO DE SOLO. SEM INDICAÇÃO DE MARCA.	UN	RAMADA	RAMADA	50	R$ 68,40	R$ 3.420,00
6	PÁ QUADRADA com cabo reto de madeira, nº 4, lâmina em aço, com acabamento, cabo em madeira caipira, comprimento total de no mínimo 1,20 m, dimensões da lâmina 24 × 18,peso aproximado 1,8 kg.	UN	COLLINS	COLLINS	60	R$ 61,70	R$ 3.702,00

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 7.580,00 (sete mil quinhentos e oitenta reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 006/2026
Unidade:	021401	- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
Funcional:	15.452.0010.2056.0000	- Conservação de vias, limpeza pública e serviços municipais
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 006/2026
Unidade:	022601	- Secretaria Mun. de Meio Ambiente, Desen. Ciência, Tecnolo e Inovação
Funcional:	20.606.0007.2182.0000	- Apoio as Atividades do Agronegócio
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (25/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

E. Luan Camargo De Almeida Ltda

P/ Contratada

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 071/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **FORTE SINAL EQUIPAMENTOS LTDA**, neste ato representada pelo Sr. **MATEUS DA SILVA COSTA**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
12	CALÇADO BOTA CANO LONGO (07 LÉGUAS) - Bota de segurança com cano longo, popularmente conhecida como ?7 Léguas?, confeccionado em borracha ou PVC de alta resistência, garantindo impermeabilidade e proteção contra líquidos, lama e produtos químicos leves, com Certificado de Aprovação (CA), borracha antiderrapante, deve atender às normas de segurança aplicáveis a calçados de proteção (NR-06). Tamanhos da numeração de 34 a 46 (numeração a definir no pedido de compra).	PAR	"CARTOM 300BF CA 51055"	"CARTOM 300BF CA 51055"	200	R$ 35,40	R$ 7.080,00

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	022501	- Secretaria Municipal de Educação (SME)
Funcional:	12.361.0003.2169.0000	- Gestão do Ensino Fundamental
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	020801	- Secretaria Municipal de Administração (SMA)
Funcional:	04.122.0002.2007.0000	- Gestão da Secretaria de Administração
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (25/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Forte Sinal Equipamentos Ltd

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 064/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **J.F COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA,** neste ato representada pela Sra. **JOZIANE FRANCO LEAL**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO

e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
3	ALGODÃO HIDRÓFILO, 100% ALGODÃO, ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, INODORO, INSÍPIDO, ROLO COM MANTA FINA, ESPESSURA UNIFORME, CAMADAS SOBREPOSTAS REGULARMENTE, COMPACTO, ASPECTO HOMOGÊNEO E MACIO, BOA ABSOÇÃO, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO, EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ROLO NA COR BRANCO COM 25G.	ROLO	cottonbaby	cottonbaby	50	R$ 4,65	R$ 232,50
19	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO - confeccionado em tecido com fio 100% de algodão e resina acrílica, apresentando massa adesiva a base de oxido de zinco, borracha natural e resinas, distribuída de forma uniforme, boa aderência, isentas de substâncias alérgicas, bordas com acabamento e enrolado em carretel, embalagem contendo impresso dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde/ANVISA, tamanho 10cm x 4,5m.	UN	cral	cral	50	R$ 10,01	R$ 500,50
21	GAZE ESTÉRIL 7,5 CM X 7,5 CM - 08 CAMADAS, 05 DOBRAS, COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, NÃO ADERENTE, ISENTA DE IMPUREZAS, MACIA E ALTAMENTE ABSORVENTE. ESTERILIZADA POR ÓXIDO DE ETILENO OU RAIO GAMA, EMBALAGEM PACOTE COM 10 UNIDADES.	PCTE	erimax soft	erimax soft	500	R$ 0,66	R$ 330,00
29	LUVA DE VAQUETA TIPO PETROLEIRA ? cano curto, confeccionada em vaqueta de couro, Reforço na palma, Dorso com elástico - proporciona maior ajuste, Menor absorção à transpiração e ao calor, Maior tato, maleabilidade e conforto.	PAR	medix	medix	150	R$ 12,09	R$ 1.813,50
40	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL ? termômetro clínico com escala de leituradireta de 35°c a 42°c, visor de cristal líqüido, bateria tipo botão embalagem protetora individual com dados de identificação, procedência e atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto. Deve trazer bateria Incluída. Apresentar manual em português e registro de certificação no INMETRO. ANVISA.	UN	gtech	gtech	50	R$ 12,60	R$ 630,00

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 3.506,50 (três mil quinhentos e seis reais e cinquenta centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021401	- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
Funcional:	15.452.0010.2056.0000	- Conservação de vias, limpeza pública e serviços municipais
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	022501	- Secretaria Municipal de Educação (SME)
Funcional:	12.361.0003.2169.0000	- Gestão do Ensino Fundamental
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei

n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (24/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

J.F Comercio De Material E Medicamentos Hospitalares Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 065/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e também o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** neste ato representado por sua Gestora, a senhora **MICHAELI MIGNOLI DA SILVA,** nomeada pela Portaria "RH" nº 002, de 01 de janeiro de 2025, publicado no DOM em 03 de janeiro de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 5.573-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **SKY CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, neste ato representada pela Sra. **MATHEUS DA SILVA CORDEIRO DIAS BATISTA**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
5	AVENTAL - Avental confeccionado em material resistente, como PVC, vinil ou tecido impermeável, destinado à proteção do tronco e pernas do trabalhador contra respingos de água, produtos químicos de limpeza, com Certificado de Aprovação (CA), Possui tiras ou cordões para ajuste no pescoço e na cintura, proporcionando maior segurança e conforto durante o uso, lavável, reutilizável e indicado para serviços de limpeza geral, lavagem de áreas e manipulação de produtos de higienização, deve atender às normas de segurança aplicáveis (NR-06).	UN	Plastcor	Avental	40	R$ 8,48	R$ 339,20

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 339,20 (trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021302	- Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional:	08.122.0006.2041.0000	- Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social

Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (24/03/2025)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Michaeli Mignoli Da Silva

Gestora do Fundo Municipal de Assistencia Social

Sky Clean Comércio De Equipamentos Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 066/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **SKY CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, neste ato representada pela Sra. **MATHEUS DA SILVA CORDEIRO DIAS BATISTA**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
5	AVENTAL - Avental confeccionado em material resistente, como PVC, vinil ou tecido impermeável, destinado à proteção do tronco e pernas do trabalhador contra respingos de água, produtos químicos de limpeza, com Certificado de Aprovação (CA), Possui tiras ou cordões para ajuste no pescoço e na cintura, proporcionando maior segurança e conforto durante o uso, lavável, reutilizável e indicado para serviços de limpeza geral, lavagem de áreas e manipulação de produtos de higienização, deve atender às normas de segurança aplicáveis (NR-06).	UN	Plastcor	Avental	296	R$ 8,48	R$ 2.510,08
13	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO SAPATO/TÊNIS SEM CADARÇO - Cor branca. confeccionado em EVA. Leve, impermeável, lavável, com bactericida para reduzir o odor nos pés. Com elástico nas laterais, palmilha higiênica removível antibacteriana de 3mm + 10%, solado antiderrapante de borracha, sem biqueira de aço, com gravação indelével do tamanho, nome do fabricante. Produto com Certificado de Aprovação (CA). Tamanhos da numeração de 34 a 44 (numeração a definir no pedido de compra).	PAR	Crival	Calçado	102	R$ 40,00	R$ 4.080,00

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 6.590,08 (seis mil quinhentos e noventa reais e oito centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	022501	- Secretaria Municipal de Educação (SME)
Funcional:	12.361.0003.2169.0000	- Gestão do Ensino Fundamental
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	020801	- Secretaria Municipal de Administração (SMA)
Funcional:	04.122.0002.2007.0000	- Gestão da Secretaria de Administração
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (24/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Sky Clean Comércio De Equipamentos Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 067/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e também o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representado por sua Gestora, a senhora **MICHAELI MIGNOLI DA SILVA,** nomeada pela Portaria "RH" nº 002, de 01 de janeiro de 2025, publicado no DOM em 03 de janeiro de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 5.573-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **CAMBÉ MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, neste ato representada pela Sra. **MOISES SOARES GONÇALVES**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da

abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
34	MASCARA DESCARTAVEL CIRURGICA - branca, confeccionado em falso tecido, com 03 camadas, sendo 1 camada interna filtrante composta de meltblown fitesa, filtragem de 96,7% efb, com clips nasal e tiras hipoalérgicas em elastico, caixa com 50 unidades, contendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade, registro no Ministério da Saúde e Certificado de Aprovação no Ministério do Trabalho - E.P.I., tamanho P.ANVISA.	CX	SPK	SPK	120	R$ 4,64	R$ 556,80

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 556,80 (quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021302	- Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional:	08.122.0006.2041.0000	- Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (25/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Michaeli Mignoli Da Silva

Gestora do Fundo Municipal de Assistencia Social

Cambé Med Distribuidora De Medicamentos E Materiais Hospitalares Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 068/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **CAMBÉ MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, neste ato representada pela Sra. **MOISES SOARES GONÇALVES**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
7	AVENTAL DESCARTÁVEL COM MANGA LONGA E PUNHO - AVENTAL DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO. 100% POLIPROPILENO, NA COR BRANCA, TAMANHO ÚNICO, EQUIVALENTE AO TAMANHO GRANDE COM MANGAS LONGAS, ELÁSTICO NOS PUNHOS, FECHADO NA FRENTE E COM ABERTURA NAS COSTAS; EMBALADO EM PACOTE PLÁSTICO CONTENDO NO MÍNIMO 10 (DEZ) UNIDADES, DEVIDAMENTE IDENTIFICADO COM DADOS DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 18 (DEZOITO) MESES APÓS A DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NA ANVISA	PCTE	SPK	SPK	3843	R$ 16,15	R$ 62.064,45
34	MASCARA DESCARTAVEL CIRURGICA - branca, confeccionado em falso tecido, com 03 camadas, sendo 1 camada interna filtrante composta de meltblown fitesa, filtragem de 96,7% efb, com clips nasal e tiras hipoalérgicas em elastico, caixa com 50 unidades, contendo externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade, registro no Ministério da Saúde e Certificado de Aprovação no Ministério do Trabalho - E.P.I., tamanho P.ANVISA.	CX	SPK	SPK	819	R$ 4,64	R$ 3.800,16

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 65.864,61 (sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	022501	- Secretaria Municipal de Educação (SME)
Funcional:	12.361.0003.2169.0000	- Gestão do Ensino Fundamental
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (25/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Cambé Med Distribuidora De Medicamentos E Materiais Hospitalares Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 069/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **DANIEL DELGADO PINTO**, neste ato representada pelo Sr. **DANIEL DELGADO PINTO**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
14	Capacete de Segurança Classe B Com Suspensão 6 Pontos CA 29792 - Os capacetes de proteção são desenvolvidos em polietileno de alta densidade, proporcioando alta resistência contra impactos e choques elétricos para as mais diversas condições de trabalho.A aba frontal auxilia impedindo que a luz solar atinja os olhos do usuário.A suspensão é composta por 6 pontos de fixação que forma um inteligente sistema de amortecimento que distribui melhor o peso em caso de impacto e oferece maior conforto e estabilidade para o usuário. Testeira projetada para absorver o máximo de suor e não irritar a pele. Alta resistência Casco fabricado em polietileno de alta densidade Distribuição do peso Suspensão com 6 pontos de fixação CA 29.792 Aprovado para proteção do crânio contra impactos de objetos e choques elétrico Normas Atendidas NBR 8221 CLASSE B: 30 kV TIPO II ? Aba frontal	UN	Delta	Beryl	40	R$ 14,70	R$ 588,00
16	Chapéu Árabe com Protetor de Pescoço -Chapéu Árabe, confeccionado em brim ou 100% Poliester, com protetor de pescoço, a touca deve ser de material perfurado, com botões de pressão nas laterais das abas e no protetor de pescoço, se ajustável a qualquer tamanho de cabeça.	UN	Delta	801	100	R$ 13,85	R$ 1.385,00

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 1.973,00 (mil novecentos e setenta e três reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025

Unidade:	021401	- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
Funcional:	15.452.0010.2056.0000	- Conservação de vias, limpeza pública e serviços municipais
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (25/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Daniel Delgado Pinto

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 070/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTES, o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e também o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado por sua Gestora, a Senhora **DAIANE DE SOUZA PUPIN,** nomeada pelo Decreto "RH" nº 002, de 01 de janeiro de 2021, publicado no DOM em 05 de janeiro de 2021, portadora da Matrícula Funcional nº 5016, e de outro lado, como CONTRATADO(A), a empresa **DANIEL DELGADO PINTO**, neste ato representada pelo Sr. **DANIEL DELGADO PINTO**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
16	Chapéu Árabe com Protetor de Pescoço -Chapéu Árabe, confeccionado em brim ou 100% Poliester, com protetor de pescoço, a touca deve ser de material perfurado, com botões de pressão nas laterais das abas e no protetor de pescoço, se ajustável a qualquer tamanho de cabeça.	UN	Delta	801	23	R$ 13,85	R$ 318,55

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 318,55 (trezentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021202	- Fundo Municipal de Saúde
Funcional:	10.301.0005.2033.0000	- Gestão da atenção Primária
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (25/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Daiane de Souza Pupin

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Daniel Delgado Pinto

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 072/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e também o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representado por sua Gestora, a senhora **MICHAELI MIGNOLI DA SILVA,** nomeada pela Portaria "RH" nº 002, de 01 de janeiro de 2025, publicado no DOM em 03 de janeiro de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 5.573-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **GZ COMERCIO E SERVICOS LTDA**, por seu representante legal o senhor: **SAMIR ZIAD DAWOD YBRAIM**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
31	LUVA PVC LIMPEZA CANO CURTO tamanhos "P M e G" (a serem escolhidos no momento do pedido): Luva de segurança confeccionada em PVC, modelo cano curto, interior forrado com algodão para maior conforto, palma e dedos antiderrapantes. Proteção das mãos contra agentes químicos de limpeza (detergentes, desinfetantes, cloro, etc.), umidade proveniente de operações com líquidos e contra agentes abrasivos. Atender à NR-6 (Equipamentos de Proteção Individual) e certificada conforme CA (Certificado de Aprovação) do MTE. Luva de proteção em PVC, resistente a produtos químicos, detergentes e soluções de limpeza. Proporciona segurança e higiene às mãos durante serviços de limpeza, prevenindo contato com agentes nocivos. Confortável, reutilizável de fácil higienização. Nome do EPI: Luva de PVC para Limpeza. Descrição: Luva de proteção em PVC, resistente a produtos químicos domésticos e de limpeza, ideal para tarefas de higienização, proteção contra água, detergertes e soluções alcalinas. Finalidade: Proteção das mãos contra agentes químicos, abrasivos e líquidos durante atividades de limpeza. Categoria: EPI de proteção das mãos ? Categoria II. Material: PVC (Policloreto de Vinila). Tamanhos: P, M e G, CA (Certificado de Aprovação): CA 41.917	PAR	IMBAT	IMBAT	80	R$ 3,35	R$ 268,00

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 268,00 (duzentos e sessenta e oito reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021302	- Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional:	08.122.0006.2041.0000	- Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (26/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Michaeli Mignoli Da Silva

Gestora do Fundo Municipal de Assistencia Social

Gz Comercio E Servicos Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 073/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE

PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa **GZ COMERCIO E SERVICOS LTDA**, por seu representante legal o senhor: **SAMIR ZIAD DAWOD YBRAIM**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
8	AVENTAL TÉRMICO - Avental térmico, sem forro, sem bolsos. Confeccionado em tecido de algodão com tratamento impermeabilizante atóxico e retardante de chamas; com tiras ajustáveis na cintura e pescoço. Costurado com linha de aramida. Cor azul. Medidas: comprimento: 120 cm; largura: 70 cm. Produto com Certificado de Aprovação (CA).	UN	BENETHERM	BENETHERM	46	R$ 104,31	R$ 4.798,26
9	AVENTAL TÉRMICO - Avental térmico, sem forro, sem bolsos. Confeccionado em tecido de algodão com tratamento impermeabilizante atóxico e retardante de chamas; com tiras ajustáveis na cintura e pescoço. Costurado com linha de aramida. Cor azul. Medidas: comprimento: 90 cm; largura: 60 cm. Produto com Certificado de Aprovação (CA).	UN	BENETHERM	BENETHERM	46	R$ 87,21	R$ 4.011,66
11	Caixa plástica rígida, confeccionada em material de alta resistência (polipropileno ou similar), destinada ao armazenamento e organização de produtos de primeiros socorros. Deve possuir as seguintes características mínimas: Material: plástico resistente, atóxico, lavável e de fácil higienização. Tamanho mínimo: capacidade compatível com o armazenamento de itens de primeiros socorros MINIMO 90X16X14 CM (mínimo aproximado de 10 a 15 litros). Estrutura: caixa com tampa articulada ou removível, com fecho firme, que garanta boa vedação e proteção dos materiais internos. Resistência: deve suportar manuseio frequente, quedas leves e transporte. Alças: preferencialmente com alça superior para facilitar o transporte, quando aplicável. Cor: branca, vermelha ou transparente, permitindo rápida identificação do conteúdo. Identificação: deve possuir espaço externo para etiqueta ou identificação visual como ?KIT DE PRIMEIROS SOCORROS?. Acabamento: superfície lisa, sem rebarbas ou partes cortantes, garantindo segurança no manuseio. Empilhamento: deve permitir armazenamento estável, podendo ser empilhada sem risco de deformação. A caixa plástica deverá ser entregue nova, sem sinais de uso, com bom acabamento, garantindo durabilidade e adequada proteção aos materiais internos.	UN	RAINHA	RAINHA	50	R$ 67,00	R$ 3.350,00
17	Cinto Segurança 4 Pontos Ancoragem E 5 Ajustes + Talabarte. Nº - CA: 50.901 - TAM: Único; PONTOS DE ANCORAGEM : 4 - Sendo 1 dorsal, 2 laterais e 1 Peitoral FIVELA DE AJUSTE DUPLA: 5 - Sendo 2 nas pernas (um cada perna) , 1 na região da cintura e 2 na região do peito (suspensório) Talabarte Simples tipo I com ABS para retenção de queda - ABNT NBR 15834:2020 CONECTORES: 1 - Mosquetão classe T trava dupla com retorno automatico, abertura 21 (+ ou - 2mm) 1 - Mosquetão classe A trava dupla com retorno automatico, abertura 55 FITAS: Braços - Fita tubular de alta tenacidade 35mm com elástico, ABS -Sistema de absorção de energia que possibilita a redução de possíveis impactos sobre o corpo do trabalhador.	UN	DEGOMASTER	VDEGOMASTER	5	R$ 260,00	R$ 1.300,00
20	FRASCO 250ML COM TAMPA PUMP - Plástico transparente (PET ou similar), resistente e de fácil higienização, 250 ml, Tampa: Bomba dosadora (pump) com acionamento manual, cor branca, que permite saída controlada do produto e evita desperdício, Formato: Cilíndrico, com corpo liso e transparente, possibilitando a visualização do conteúdo interno, Indicado para acondicionamento e dispensação de álcool em gel 70% ou outros antissépticos de mesma viscosidade. Tampa com rosca, permitindo o reabastecimento, Sistema de válvula dosadora para aplicação direta nas mãos e Portátil, prático e reutilizável.	UN	DUPLASTIC	DUPLASTIC	50	R$ 4,90	R$ 245,00
22	LANTERNA PEQUENA COM CARREGADOR USB - Lanterna pequena portátil, tamanho aproximado 8 cm comprimento, 34 cm diâmetro, confeccionada em material resistente, com acionamento por botão liga/desliga, recarregável USB, potência 200w, proporcionando iluminação adequada para uso em inspeções, primeiros socorros e situações de emergência.	UN	ULTRA	ULTRA	50	R$ 16,80	R$ 840,00
26	LUVA DE SEGURANÇA (ANTICORTE) - produzida em nylon, fibra de vidro, polietileno e elastano de alta performance. Resistente a corte nível 5. Ideal para manuseio com facas, ferramentas pontiagudas, indicado para uso profissional em cozinhas. Luva com um ajuste confortável, alta resistência à abrasão, rasgos e furos e proporciona alta sensibilidade tátil. Malha com máxima proteção e antibacteriana. Ambidestra. Tamanho G. Produto com Certificado de Aprovação (CA).	PAR	IMBAT	IMBAT	34	R$ 17,33	R$ 589,22

32	LUVA TÉRMICA - luva térmica modelo cinco dedos; impermeável; 35 centímetros de comprimento; confeccionada com tecido ou similar, com forração dupla para proteção das mãos e braços do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas, vapor, calor de contato, convectivo e radiante). desenvolvida exclusivamente para uso em cozinhas industriais, para manuseio de peças altamente aquecidas com total segurança, eficaz contra queimaduras nos processos de banhos-maria, cubas, fornos, rampas e autoclaves. facilidade de higienização. Permitir o contato com os alimentos sem risco de contaminação. Resistência até 250°C; impermeável; repelente a água e óleo. Produto com Certificado de Aprovação (CA). Marca de Referência: Protex® K	PAR	PROTELOJA	PROTELOJA	34	R$ 58,61	R$ 1.992,74
35	Máscara PFF2 com Filtro CA 10578 Máscara PFF KSN oferece o mais alto nível de NIOSH eficiência de filtração nominal em um respirador sem manutenção. Máscara facial naturalmente contornada com flange nariz de espuma alivia pontos de pressão, estão disponíveis em uma versão com válvula para reduzir a acumulação de calor no interior da máscara para uma maior aceitação do trabalhador. Oferece proteção contra a toxicidade de aerossóis sólidos e líquidos não-tóxicos e-to-média baixa (por exemplo, óleo-névoas). Camadas internas e externas de não-tecido protegem o filtro mantendo suas fibras no interior do respirador, aumentando a durabilidade e evitando que as fibras se soltem gerando desconforto. JOBELUVs camadas de não tecido são finas e facilitam a respiração, exigindo menor esforço do usuári. Filtro com tecnologia KSN? Extremamente eficiente e fácil de respirarrespirador de classe PFF-2 testado conforme norma NBR 13698 para Peças Semi Faciais Filtrante Penetração máxima através do filtro 6% Resistência máxima a inalação 240 Pa Resistência máxima a exalação 300 Pa.	UN	ALLIANCE	ALLIANCE	200	R$ 1,65	R$ 330,00
36	ÓCULOS DE PROTEÇÃO ? Policarbonato incolor, com tratamento antiembaçante e antirrisco, armação leve e resistente, design anatômico que proporcione conforto durante o uso prolongado. Devem possuir hastes reguláveis para melhor ajuste ao rosto do usuário, garantindo ampla cobertura da região ocular contra impactos de partículas volantes, respingos químicos e poeiras em geral. O equipamento deve atender às normas de segurança aplicáveis (ex.: CA ? Certificado de Aprovação do MTE) e proporcionar proteção UV.	UN	GRAZIE	GRAZIE	15	R$ 4,87	R$ 73,05
38	Protetor Auditivo Plug Silicone C.A. 19.578 - Protetor auditivo tipo plugue, confeccionado em silicone de grau farmaceutico, do tipo inserção, composto de um eixo de três flanges maciças e cônicas, todas de dimensões variáveis, contendo um orifício no seu interior, moldável a diferentes canais auditivos. PROTEÇÃO DO SISTEMA AUDITIVO DO USUÁRIO CONTRA NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA SUPERIORES AO ESTABELECIDO NA NR 15	UN	COPOL	COPOL	100	R$ 1,39	R$ 139,00
41	TESOURA SEM PONTA - Tesoura escolar de uso geral, com lâminas de aço inoxidável, cabo anatômico em material plástico resistente, ponta arredondada, tamanho aproximado em 10 cm, para maior segurança.	UN	MASTER	MASTER	50	R$ 2,99	R$ 149,50

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 17.818,43 (dezessete mil oitocentos e dezoito reais e quarenta e três centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	022501	- Secretaria Municipal de Educação (SME)
Funcional:	12.361.0003.2169.0000	- Gestão do Ensino Fundamental
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021401	- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
Funcional:	15.452.0010.2056.0000	- Conservação de vias, limpeza pública e serviços municipais
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (26/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Gz Comercio E Servicos Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 074/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e de outro lado, como CONTRATADO(A), a empresa **DATA BRASIL EPIS E TREINAMENTOS LTDA**, neste ato representada pela Sra. **MONALIZA GRAZIELA CANAVAROLI GARCIA**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
6	Avental de Raspa 1,20 X 0,60 CA 38789 - Avental de proteção confeccionado em raspa de couro; Com tiras em raspa fixadas na cintura e no pescoço para ajustes; Características e aplicabilidades: Proteção do tronco do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares.	UN	QUALITY KOUROS	48396	20	R$ 45,81	R$ 916,20
10	BOTINA DE SEGURANÇA - confeccionada em couro (espessura de 1,8mm a 2,2mm) e com solado em (PU) BIDENSIDADE bicolor, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal, fechamento em elástico nas laterais, com Certificado de Aprovação (CA), deve atender às normas de segurança aplicáveis (NR-06). Tamanhos da numeração de 34 a 46 (numeração a definir no pedido de compra).	PAR	KADESH	47827	170	R$ 42,18	R$ 7.170,60
33	LUVAS DE RASPAS - PAR - Luva de segurança confeccionada em raspa tira de reforço externo em raspa entre os dedos polegar e indicador reforço interno em raspa na palma e face palmar dos dedos, punho nos tamanhos 7 cm.	PAR	PLASTCOR	47022	8	R$ 13,76	R$ 110,08
37	Perneira de Proteção em Couro Com Talas e Velcro CA 14750 - A caneleira oferece proteção das pernas do usuário contra picada de cobra, animais peçonhentos e ofídios. Ensaio realizado pela FUNED Fundação Ezequiel Dias de Belo Horizonte/MG. A perneira também oferece proteção contra agentes abrasivos, escoriantes, térmicos provenientes de operações de soldagem e processos similares. Características Gerais: Perneira de segurança confeccionada em duas camadas de laminado sintético, cor padrão marrom café, com três talas de PVC na parte frontal para aliviar os pequenos impactos, metatarso fixado através de solda eletrônica para proteger o peito do pé, o fechamento nas bordas é feito por meio de viés em material sintético, fechamento total em velcro e fechos plásticos, que facilitam a fixação, regulagem e a colocação da perneira.	PAR	SAYRO	47497	20	R$ 33,13	R$ 662,60

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 8.859,48 (oito mil oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021401	- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
Funcional:	15.452.0010.2056.0000	- Conservação de vias, limpeza pública e serviços municipais
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	022501	- Secretaria Municipal de Educação (SME)
Funcional:	12.361.0003.2169.0000	- Gestão do Ensino Fundamental
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (24/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Data Brasil Epis E Treinamentos Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 075/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTE(S), o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e também o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representado por sua Gestora, a senhora **MICHAELI MIGNOLI DA SILVA,** nomeada pela Portaria "RH" nº 002, de 01 de janeiro de 2025, publicado no DOM em 03 de janeiro de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 5.573-2, e de outro lado, como CONTRATADO(A), a empresa **DATA BRASIL EPIS E TREINAMENTOS LTDA**, neste ato representada pela Sra. **MONALIZA GRAZIELA CANAVAROLI GARCIA**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações

posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
10	BOTINA DE SEGURANÇA - confeccionada em couro (espessura de 1,8mm a 2,2mm) e com solado em (PU) BIDENSIDADE bicolor, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal, fechamento em elástico nas laterais, com Certificado de Aprovação (CA), deve atender às normas de segurança aplicáveis (NR-06). Tamanhos da numeração de 34 a 46 (numeração a definir no pedido de compra).	PAR	KADESH	47827	34	R$ 42,18	R$ 1.434,12

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 1.434,12 (mil quatrocentos e trinta e quatro reais e doze centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021302	- Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional:	08.122.0006.2041.0000	- Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (26/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Michaeli Mignoli Da Silva

Gestora do Fundo Municipal de Assistencia Social

Data Brasil Epis E Treinamentos Ltda

P/ Contratada

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras, Licitação e Contratos

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 076/2026.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE

PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS".

Os infra-assinados, de um lado, como CONTRATANTES, o **MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS**, neste ato devidamente representado pelo senhor **JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS**, prefeito, regularmente eleito e empossado para a condução do Executivo Municipal, pelo período de 2025/2028, portador da Matrícula Funcional nº 4472-2, e também o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado por sua Gestora, a Senhora **DAIANE DE SOUZA PUPIN,** nomeada pelo Decreto "RH" nº 002, de 01 de janeiro de 2021, publicado no DOM em 05 de janeiro de 2021, portadora da Matrícula Funcional nº 5016, e de outro lado, como CONTRATADO(A), a empresa **DATA BRASIL EPIS E TREINAMENTOS LTDA**, neste ato representada pela Sra. **MONALIZA GRAZIELA CANAVAROLI GARCIA**, ajustam o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas:

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no **Processo de Licitação Pública nº 004/2026,** por meio da abertura do **Edital nº 002/2026,** na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 002/2026,** devidamente ADJUDICADO e HOMOLOGADO em **18/03/2026,** pelo senhor Prefeito e nos termos da Lei n. 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

OBJETO (art. 92, I e II, Lei 14.133/2021)

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DE APARECIDA DO TABOADO-MS,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto detalhado da contratação:

Item	Descrição	Und	Marca	Modelo	Qnt	Vl. Unit.	Vl. Total
10	BOTINA DE SEGURANÇA - confeccionada em couro (espessura de 1,8mm a 2,2mm) e com solado em (PU) BIDENSIDADE bicolor, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal, fechamento em elástico nas laterais, com Certificado de Aprovação (CA), deve atender às normas de segurança aplicáveis (NR-06). Tamanhos da numeração de 34 a 46 (numeração a definir no pedido de compra).	PAR	KADESH	47827	23	R$ 42,18	R$ 970,14

Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

O **Termo de Referência**, anexo ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

A **Proposta do contratado**, ofertada junto ao Processo de Contratação que originou o presente Contrato;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO PREÇO (art. 92, V, da Lei 14.133/2021)

O valor total da contratação é de **R$ 970,14 (novecentos e setenta reais e quatorze centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária		
		- Processo n.º 218/2025
Unidade:	021202	- Fundo Municipal de Saúde
Funcional:	10.301.0005.2033.0000	- Gestão da atenção Primária
Cat. Econ.:	3.3.90.30.00	- Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, com link para o Portal da Transparência do Governo Municipal, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal n. 1.507, de 2015.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Assinado e datado digitalmente. (25/03/2026)

José Natan de Paula Dias

Prefeito

Daiane de Souza Pupin
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Data Brasil Epis E Treinamentos Ltda
P/ Contratada
Testemunhas:
1 _____
2 _____

Matéria enviada por Karen Sue Zanon Piacentini Alves de Souza

---

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos
PORTARIA Nº 358, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS, Prefeito do Município de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o senhor **GUSTAVO CARVALHO RODRIGUES DE ALMEIDA,** para exercer o cargo em comissão de **PROCURADOR GERAL ADJUNTO,** símbolo ADI-2, com lotação na Advocacia Geral do Município, a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal "OSWALDO BERNARDES DA SILVA", em Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, aos 31 dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS
Prefeito

Matéria enviada por JAQUELINE DA SILVA NEGRÃO

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos
PORTARIA Nº 357, 31 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS, Prefeito do Município de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam exonerados os servidores ocupantes dos seguintes cargos em comissão a partir do dia 01 de abril de 2026:

MAT	NOME	CARGO
5245	ANAMELIA SOUZA PEREIRA ROSA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
4998	FATIMO AP. BARBOSA DIAS	SECRETÁRIO ADJUNTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
685	JUCELMO NOGUEIRA SOUTO	SECRETÁRIO ADJUNTO DE GOVERNO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "OSWALDO BERNARDES DA SILVA", em Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, aos 31 dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS
Prefeito Municipal

Matéria enviada por JAQUELINE DA SILVA NEGRÃO

Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos
PORTARIA Nº 356, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS, Prefeito do Município de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a senhora **ANDREIA CLARA BARROSO DOS SANTOS,** ocupante do cargo temporário de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** no dia 01 de abril de 2026, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Paço Municipal "OSWALDO BERNARDES DA SILVA", em Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, aos 31 dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ NATAN DE PAULA DIAS
Prefeito

Matéria enviada por JAQUELINE DA SILVA NEGRÃO

PORTARIA - IPAMAT Nº 003, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A SENHORA JOSEFA JOANA BRAZ HIPOLITO".

A Diretora Presidente do IPAMAT – Instituto de Previdência do Município de Aparecida do Taboado – MS, no uso de suas atribuições Legais:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder o Benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição para a Senhora Josefa Joana Braz Hipolito**,** funcionária pública municipal ocupante do cargo de Especialista de Educação, Nível II, Grau G, Faixa 25, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Aparecida do Taboado – MS com fundamento no Art. 40, § 1º, III da Constituição Federal com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 103/2019 em consonância com o § 1º e § 2º do Art. 75 da Lei Municipal nº 1.677 de 22 de dezembro de 2021.

Art. 2º - O valor do benefício será com proventos integrais e corresponderá à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo em exercício anterior a concessão do benefício em conformidade com o Art. 75, § 6º, I da Lei Municipal nº 1.677/2021.

Art. 3º - A revisão dos proventos será de conformidade com o Art. 75, § 7º, I Lei Municipal nº 1.677/2021, ou seja, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art.4º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sede do IPAMAT – Instituto de Previdência do Município de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, em 31 de março de 2026.

CRISTIANE MENDES VIEIRA NEVES

DIRETORA PRESIDENTE DO IPAMAT.

Decreto RH nº 120-2022.

Matéria enviada por CRISTIANE MENDES VIEIRA NEVES

Secretaria Municipal de Assistência Social

resolução 007-26 CMAS

Aprova: Aplicação de valores reprogramados do Fundo Nacional de Assistência Social para custear os serviços de Residência Inclusiva.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidos pelo artigo 18 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, e do artigo 8 da Lei Municipal nº 613/1994.

CONSIDERANDO: Resultado da plenária realizado em 23 de março 2026.

CONSIDERANDO: Cofinanciamento Estadual, por meio de valores repassados pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) foi cessado para o exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicação de valores reprogramados do Fundo Nacional de Assistência Social para custear os serviços de Residência Inclusiva.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Aparecida do Taboado - MS, 24 de março de 2026.

Eligênia Muricy Depetriz

Presidente CMAS

Matéria enviada por Tereza Raquel da Silva Grangeiro Nascimento

Secretaria Municipal de Assistência Social

resolução 006-26 CMAS

Aprova: Plano de Ação Integrado do Cadastro Único e Programa Bolsa Família 2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidos pelo artigo 18 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, e do artigo 8 da Lei Municipal nº 613/1994.

CONSIDERANDO: Resultado da plenária realizado em 23 de março 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação Integrado do Cadastro Único e Programa Bolsa Família 2026.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Aparecida do Taboado - MS, 24 de março de 2026.

Eligênia Muricy Depetriz

Presidente CMAS

Matéria enviada por Tereza Raquel da Silva Grangeiro Nascimento

Secretaria Municipal de Assistência Social

resolução 005-26 CMAS

Aprova: Relatório de Atendimento dos meses de janeiro e fevereiro de 2026.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidos pelo artigo 18 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, e do artigo 8 da Lei Municipal nº 613/1994.

CONSIDERANDO: Resultado da plenária realizada em 23 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar Relatórios de atendimento referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2026.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Aparecida do Taboado - MS, 24 de março de 2026.

Eligênia Muricy Depetriz

Presidente CMAS

Matéria enviada por Tereza Raquel da Silva Grangeiro Nascimento

---

Secretaria Municipal de Assistência Social

resolução 008-26 CMAS

Aprova: Partilha de recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social, relativo ao Bloco da Proteção Social Especial.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe são conferidos pelo artigo 18 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, e do artigo 8 da Lei Municipal nº 613/1994.

CONSIDERANDO: Resultado da plenária realizado em 23 de março 2026.

CONSIDERANDO: o Albergue Noturno "Jesus de Nazaré" também se enquadra no Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova a Partilha de recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social, relativo ao Bloco da Proteção Social Especial, com a seguinte divisão: 54,8% destinado ao Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; 22,6% para o Lar dos Idosos "Vicente Marques de Queiroz" e 22,6% ao Albergue Noturno "Jesus de Nazaré".

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Aparecida do Taboado - MS, 24 de março de 2026.

Eligênia Muricy Depetriz

Presidente CMAS

Matéria enviada por Tereza Raquel da Silva Grangeiro Nascimento

---

Câmara Municipal de Aparecida do Taboado

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 03/2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei...

CONSIDERANDO que, a Lei Municipal nº 1.881, de 09 de março de 2026, de Prorrogação de vigência do Plano Municipal de Educação (PME).

CONSIDERANDO que, a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, através do Ofício SMED nº 106/2026, solicitou da Câmara Municipal a indicação dos seus representantes.

CONSIDERANDO que, cabe à Mesa Diretora da Câmara Municipal a indicação do representante.

RESOLVE

Art. 1º - Fica indicada, para representar a Câmara Municipal junto à Comissão Gestora Municipal e Comissão Técnica Municipal de Elaboração do Plano Municipal de Educação, a Vereadora Patrícia Maria dos Santos.

Art. 2º Fica indicada ainda, na qualidade de suplente, a Vereadora **Amanda Inácio de Lima.**

Art. 3º Comunique-se ao Prefeito Municipal e à Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, referida indicação.

Art. 4º Esta resolução da mesa diretora entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Aparecida do Taboado – MS, 31 de março de 2026.

HEBERSON GALTER CUSTÓDIO

PRESIDENTE

AMANDA TOLENTINO MORETTI DE ALMEIDA

1ª SECRETÁRIA

MATHEUS VICENTE DA COSTA

2º SECRETÁRIO

Matéria enviada por Aritana Souto Valim

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APARECIDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)
R MARCOLINO TEIXEIRA DE QUEIROZ , 844 CNPJ:14.779.187/0001-88

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
31/03/2026	300

Unidade Gestora: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE APARECIDA**

Reserva | 1 of 1

CREDOR: **122752**
NOME: **55.739.046 DANUBIA FERREIRA PANTALEAO AMARAL** CNPJ/CPF: **55.739.046/0001-19**
ENDEREÇO: 549
MUNICIPIO: CHAPADAO DO CEU UF: GO

TIPO DE CRÉDITO: ORÇAMENTÁRIO	ESPÉCIE: OR - Ordinário	LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	696	13.02	08	122	0006	2046	4.4.90.52.35	6600000 000

RECURSOS FINANCEIROS 4.4.90.52.35	Centro C. 002-006	Nº Pedido	CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	SECRETARIA	00274/26	

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	2.000,00	1.622,00	378,00

Valor que se empenha conforme pedido gerado a partir do resultado Solicitação: 00339/26
Solicitação gerada a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000183/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 76 - Mod. Formatada: 76 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PERIFÉRICOS PARA COMPUTADORES FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025, E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO/MS, PELO PERÍODO DE 12 MESES
RECURSO DO IGD - CADASTRO ÚNICO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
115	032.001.415	TABLET – CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TELA: 9.1 A 10 POL MEMÓRIA RAM: MÍNIMO 4 GB GB, ARMAZENAMENTO INTERNO: SUPERIOR A 32 GB, ARMAZENAMENTO EXTERNO: SUPERIOR A 32 GB,PROCESSADOR: OCTA CORE OU SUPERIOR, CÂMERA FRONTAL: SUPERIOR A 8 MPX, CÂMERA TRASEIRA: ATÉ 8 MPX, CONECTIVIDADE: WI-FI / 3G / 4G / BLUETOOTH, SISTEMA OPERACIONAL PROPRIETÁRIO.GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	2	UN	POSITIVO VISION TAB 10	811,00	1.622,00

PROCESSO 094/2025	LICITAÇÃO: 000183/25	**Soma/Itens:** R$ 1.622,00	**Valor Empenhado** 1.622,00

FORNECEDOR
55.739.046 DANUBIA FERREIRA PANTALEAO AMARAL
55.739.046/0001-19

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
03.563.335/0001-06 Exercício: 2026

DECRETO Nº 49 , DE 01 DE ABRIL DE 2026 - LEI N.1874

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

Resolve:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$308.481,05 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **308.481,05**

02 12 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
84	10.301.0005.2033.0000	MAIS SAÚDE, MELHOR VIDA		66.300,00
600.0000.000	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
02 13 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
177	08.122.0006.2041.0000	PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL INTEGRADO		12.000,00
500.0000.000	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		
02 12 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
718	10.303.0005.2035.0000	MAIS SAÚDE, MELHOR VIDA		85.300,00
600.0000.043	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU		
726	10.302.0005.2034.0000	MAIS SAÚDE, MELHOR VIDA		142.281,05
500.1002.041	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
02 25 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME)			
725	12.361.0003.2169.0000	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA O FUTURO		2.600,00
571.0000.000	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: **230.181,05**

Fontes de Recurso		
500	1002	142.281,05
571	0000	2.600,00
600	0000	85.300,00

Anulação:

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
03.563.335/0001-06 Exercício: 2026

DECRETO Nº 49 , DE 01 DE ABRIL DE 2026 - LEI N.1874

02 12 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
87	10.301.0005.2033.0000			-66.300,00
600.0000.000	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT		
02 13 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
228	08.245.0006.2044.0000			-12.000,00
500.0000.000	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		

-78.300,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor a partir desta data ,revogadas as disposições contrárias.

Aparecida do Taboado, 01 de abril de 2026

JOSE NATAN DE PAULA DIAS
PREFEITO MUNICIPAL

HORACIDES MARTINS JUNIOR
SEC. MUNICICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA LAUDELINO DE MELO, Nº 1483
CNPJ:11.291.694/0001-80

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
31/03/2026	**607**

Unidade Gestora: **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **4015**
NOME: **WILSON PEREIRA DA SILVA - TACOS - EPP** CNPJ/CPF: **05.006.683/0001-08**
ENDEREÇO: AV. LITERIO GRECCO , Nº 536
MUNICIPIO: FERNANDOPOLIS UF: SP

TIPO DE CRÉDITO: ORÇAMENTÁRIO | ESPÉCIE: OR - Ordinário | LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	84	12.02	10	301	0005	2033	3.3.90.30.21	6000000 000

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.30.21 | Centro C. 004-017 | Nº Pedido 00591/26 | CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
	335.154,85	2.140,10	333.014,75

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado Solicitação: 00074/26
Solicitação gerada a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000173/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 67 - Mod. Formatada: 67 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE APARECIDA DO TABOADO – MS, PELO PERÍODO DE 12 MESES
obs: solicitação da Ata; 002/2026 para atender as Unidades do Fundo Municipal de Saúde

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL
64	041.009.009	CLORO GEL - GALÃO 5 LITROS - PARA LIMPEZA, ACONDICIONADO EM GALÃO DE 5 LITROS. REGISTRO NO MS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INDICAÇÕES E PRECAUÇÕES DE USO, COMP. E INFORMAÇÃO ESTAMPADO NO ROTULO DO PRODUTO.	70	GAL	Taquímicas TRADICIONAL	20,75	1.452,50
130	046.001.013	ESPONJA DE LAVAR LOUÇAS DUPLA FACE - PCTE COM 03 UNID - PARA LAVAR LOUÇA, DE UM LADO ESPONJA MACIA DO OUTRO LADO ABRASIVA, EMBALAGEM PLASTICA ORIGINAL DO FABRICANTE COM 3 UNIDADES, REGISTRO DO MS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INDICAÇÕES E PRECAUÇÕES DE USO, COMP. E INFORMAÇÕES ESTAMPADOS NO RÓTULO DO PRODUTO.	95	PCT	ALKLIN TRADICIONAL	1,44	136,80
184	080.007.099	LUVA PARA LIMPEZA - TAMAHNHO "G" - COMPOSIÇÃO BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, REFORÇADA, COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE. TAMANHO GRANDE, DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 13.393.	48	PAR	MEDIX TRADICIONAL	2,05	98,40
218	041.003.351	PANO DE CHÃO - ALTA ABSORÇÃO, 100 % ALGODÃO PARA LIMPEZA, TIPO SACO, TAMANHO MINIMO 40X62 CM.	232	UN	TEXTIL TRADICIONAL	1,95	452,40

PROCESSO 085/2025	LICITAÇÃO: 000173/25	**Soma/Itens:** R$ 2.140,10	**Valor Empenhado** 2.140,10

FORNECEDOR
WILSON PEREIRA DA SILVA - TACOS - EPP
05.006.683/0001-08

MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA ELIAS TOLENTINO DE ALMEIDA, 4098
CNPJ:03563335/0001-06

NOTA DE EMPENHO

OR - Ordinário

DATA	NÚMERO
31/03/2026	1040

Unidade Gestora: **MUNICIPIO DE APARECIDA DO TABOADO**

Reserva 1 de 1

CREDOR: **123301**
NOME: **JOANA D'ARC DA SILVA DALPOZO** CNPJ/CPF: **04.035.471/0001-96**
ENDEREÇO: AMAZONAS
MUNICIPIO: SAO FRANCISCO UF: SP

TIPO DE CRÉDITO: ORÇAMENTÁRIO | ESPÉCIE: OR - Ordinário | LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

CLASSIFICAÇÃO:	F.O	U.O	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJET/ATIVIDADE	NATUR. DESPESA	FONTE RECURSO
	500	25.01	12	361	0003	2169	3.3.90.30.14	5001001 000

RECURSOS FINANCEIROS 3.3.90.30.14 | Centro C. 003-076 | Nº Pedido 01468/26 | CONTRATO
ELEMENTO DE DESPESA MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO | Ensino Fundamental

O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL
	412.197,02	2.352,00	409.845,02

Valor que se empenha conforme Pedido gerado a partir do resultado Solicitação: 00598/26
Solicitação gerada a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000012/26 - Ano Mod.: 2026 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 3 - Mod. Formatada: 3 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE APARECIDA DO TABOADO/MS, REFERENTES AOS ITENS FRACASSADOS NOS PREGÕES Nº 049/2025 E Nº 065/2025
FAZ NECESSÁRIO A AQUISIÇÃO DOS PLANETÁRIOS PARA OS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL. PORTANTO TRATA-SE

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VLR UNIT R$	TOTAL

PROCESSO 003/2026 | LICITAÇÃO: 000012/26 | **Soma/Itens:** R$ 0,00 | **Valor Empenhado** 2.352,00

FORNECEDOR
JOANA D'ARC DA SILVA DALPOZO
04.035.471/0001-96

PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU

Secretaria de Administração e Fazenda

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 258/2025 SEMSA.

I – MUNICÍPIO DE BATAGUASSU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Av. Aquidauana n.º 1001, Centro, nesta cidade de Bataguassu – Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ/MF 03.576.220/0001-56, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. Wanderléia Caravina** doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, **Sr**. **Júlio César Gonçalves Portela,** portador do RG Nº 53.964.023-2 SSP/SP e CPF Nº 042.581.651-66, residente e domiciliado à Rua José Berro, n.º 03, Reta A-1, neste Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato denominado de **CONTRATADO,** resolvem firmar o presente contrato nos termos que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a prorrogação do contrato de trabalho para dar continuidade aos serviços essenciais do município, em caráter temporário de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 2.652/2019, artigo 2º, inciso XII, alínea "e".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O tempo de vigência do deste termo aditivo será de 23/04/2026 a 22/04/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Bataguassu/MS, 26 de março de 2026

Wanderléia Caravina
Prefeita Municipal

Júlio César Gonçalves Portela
Contratado

Matéria enviada por ANA XIMENES

Secretaria de Administração e Fazenda

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 231/2025 SEMSA.

I – MUNICÍPIO DE BATAGUASSU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Av. Aquidauana n.º 1001, Centro, nesta cidade de Bataguassu – Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ/MF 03.576.220/0001-56, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. Wanderléia Caravina** doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, **Sr**. **Johnny Helton Moura de Almeida,** portador do RG Nº 968.063.381-00 SSP/MS e CPF Nº 968.063.381-00, residente e domiciliado à Rua José Kotai, n.º 95, Jd. Campo Grande, neste Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato denominado de **CONTRATADO,** resolvem firmar o presente contrato nos termos que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a prorrogação do contrato de trabalho para dar continuidade aos serviços essenciais do município, em caráter temporário de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 2.652/2019, artigo 2º, inciso XII, alínea "a".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O tempo de vigência do deste termo aditivo será de 07/04/2026 a 06/04/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Bataguassu/MS, 26 de março de 2026

Wanderléia Caravina
Prefeita Municipal

Johnny Helton M. de Almeida
Contratado

Matéria enviada por ANA XIMENES

Secretaria de Administração e Fazenda

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 229/2025 SEMSA.

I – MUNICÍPIO DE BATAGUASSU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Av. Aquidauana n.º 1001, Centro, nesta cidade de Bataguassu – Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ/MF 03.576.220/0001-56, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. Wanderléia Caravina** doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, **Sra**. **Janaína Soares Rasteiro Caseiro,** portadora do RG Nº 32.518.263-2 SSP/SP e CPF Nº 318.751.418-98, residente e domiciliada à Avenida Aquidauana, nº 102, Centro, neste Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato denominado de **CONTRATADO,** resolvem firmar o presente contrato nos termos que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a prorrogação do contrato de trabalho para dar continuidade aos serviços essenciais do município, em caráter temporário de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 2.652/2019, artigo 2º, inciso XII, alínea "a".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O tempo de vigência do deste termo aditivo será de 07/04/2026 a 06/04/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Bataguassu/MS, 26 de março de 2026

Wanderléia Caravina
Prefeita Municipal

Janaina Soares R. Caseiro
Contratada

Matéria enviada por ANA XIMENES

Secretaria de Administração e Fazenda

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 230/2025 SEMSA.

I – MUNICÍPIO DE BATAGUASSU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Av. Aquidauana n.º 1001, Centro, nesta cidade de Bataguassu – Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ/MF 03.576.220/0001-56, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. Wanderléia Caravina** doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, **Sra**. **Fernanda Dias Assunção,** portadora do RG Nº 41.505.275-0 SEJUSP/SP e CPF Nº 416.166.198-30, residente e domiciliada à Rua Vilma Martins e Souza, n.º 50, Residencial Modelo I, neste Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato denominado de **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente contrato nos termos que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a prorrogação do contrato de trabalho para dar continuidade aos serviços essenciais do município, em caráter temporário de excepcional interesse público, de acordo com a Lei 2.652/2019, artigo 2º, inciso XII, alínea "a".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O tempo de vigência do deste termo aditivo será de 07/04/2026 a 06/04/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Bataguassu/MS, 26 de março de 2026

Wanderléia Caravina
Prefeita Municipal

Fernanda Dias Assunção
Contratada

Matéria enviada por ANA XIMENES

Secretaria de Administração e Fazenda

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 226/2025 SEMAS.

I – MUNICÍPIO DE BATAGUASSU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Av. Aquidauana n.º 1001, Centro, nesta cidade de Bataguassu – Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ/MF 03.576.220/0001-56, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. Wanderléia Caravina** doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, **Sra. Tainara Alves da Silva,** portadora do RG Nº 59.769.127-7 SSP/SP e CPF Nº 072.262.391-75, residente e domiciliado à Rua Manoel da Costa Lima, nº 2410, Nova Porto XV, neste Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato denominado de **CONTRATADA,** resolvem firmar o presente contrato nos termos que adiante seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a prorrogação do contrato de trabalho para dar continuidade aos serviços essenciais do município, em caráter temporário de excepcional interesse público, na forma do art. 2°, Inciso XII da Lei Municipal nº 2.652/2019, para substituir servidora titular que se encontra exercendo função gratificada de Encarregada do Setor de Conselhos Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O tempo de vigência do deste termo aditivo será de 07/04/2026 a 06/04/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e

assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Bataguassu/MS, 31 de Março de 2026

Wanderléia Caravina
Prefeita Municipal

Tainara Alves da Silva
Contratada

Matéria enviada por ANA XIMENES

LEI Nº 3.258/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026

"Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei Municipal que institui o Vale-Alimentação aos servidores públicos do Município de Bataguassu, e dá outras providências".

WANDERLEIA CARAVINA, Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE BATAGUASSU APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O caput e os §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei Municipal que institui o Vale-Alimentação aos servidores públicos do Município de Bataguassu passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** Fica instituído o Vale-Alimentação, no valor de R$ 367,50 (trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), benefício a ser concedido mensalmente aos servidores públicos em atividade da Prefeitura do Município de Bataguassu.

§ 1º Farão jus ao benefício constante no caput deste artigo os servidores efetivos que tenham remuneração não superior a R$ 4.111,78 (quatro mil, cento e onze reais e setenta e oito centavos), valor este que será reajustado de acordo com os índices de reajustes anuais dos vencimentos dos servidores municipais.

§ 2º Os servidores contratados e comissionados, cujos vencimentos não ultrapassem o valor de R$ 2.392,58 (dois mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), também farão jus ao recebimento do Vale-Alimentação, valor este que será reajustado de acordo com os índices de reajustes anuais dos vencimentos dos servidores municipais."

Art. 2º. Os efeitos financeiros decorrentes desta Lei ficam autorizados a partir da folha de pagamento do mês de março de 2026.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 27 de março de 2026.

Gabinete do Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 31 de Março de 2026.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araújo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

Câmara Municipal

Portaria nº003/2026

Enivaldo Vieira Marques, Presidente da Câmara Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO, a celebração alusiva a Semana Santa '' Sexta Feira da Paixão'', que antecede as comemorações pascais,

CONSIDERANDO, o que dispõe o decreto municipal n°051/2026, dispõe sobre o Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Bataguassu-MS em virtude das festividades de Páscoa.

D E C R E T A:

Art. 1º Em virtude do Feriado dia 03/04/2026(Sexta feira da Paixão), fica decretado Ponto Facultativo nesta casa de leis no dia 02 de Abril do decorrente ano, em virtude da preparação para Semana Santa que antecede á Páscoa da Ressurreição de Jesus cristo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário Joaquim Lara Filho (JÔ) 30 de março de 2026.

Enivaldo Vieira Marques

Presidente

Matéria enviada por Juliana Aparecida da Costa Barbosa

PORTARIA Nº 243/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"Dispõe sobre convocação de professore para ministrar aulas em caráter temporário para o ano letivo de 2026".

WANDERLEIA CARAVINA, Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o inciso IX, do artigo 37, daConstituição Federal, que permite a contratação temporária para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.652/2019, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a existência de vários professores afastados temporariamente do exercício de suas respectivas funções por motivo de benefícios previdenciários, licenças, entre outros;

CONSIDERANDO a inexistência de candidatos habilitados em concurso público;

CONSIDERANDO ainda que, ao longo do ano, há inúmeras ausência justificadas em razão de apresentação de atestados médicos (menos de 15 dias), folgas eleitorais, entre outras;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo nº 14/2025, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar a professora, em caráter temporário, relacionada abaixo, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ministrar aulas na Rede Municipal de Ensino, conforme segue:

Professor	Justificativa	Lotação	Turno	Remuneração/ Carga Horária	Período
Helena Ramos dos Santos	Vaga Pura	Escola Marechal Rondon	Vespertino	R$ 2.590,07 22 h/a	01/04/2026 a 10/12/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 31 de Março de 2026.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araujo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

PORTARIA Nº 244/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"Dispõe sobre convocação de professores para ministrar aulas em caráter temporário para o ano letivo de 2026".

WANDERLEIA CARAVINA, Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o inciso IX, do artigo 37, daConstituição Federal, que permite a contratação temporária para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.652/2019, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a existência de vários professores afastados temporariamente do exercício de suas respectivas funções por motivo de benefícios previdenciários, licenças, entre outros;

CONSIDERANDO a inexistência de candidatos habilitados em concurso público;

CONSIDERANDO ainda que, ao longo do ano, há inúmeras ausência justificadas em razão de apresentação de atestados médicos (menos de 15 dias), folgas eleitorais, entre outras;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo nº 14/2025, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar os professores, em caráter temporário, relacionados abaixo, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para ministrar aulas na Rede Municipal de Ensino, conforme segue:

Professor	Justificativa	Lotação	Turno	Remuneração/ Carga Horária	Período
Eleliana Venâncio Hay Mussi	Vaga Pura	Escola Marechal Rondon	Vespertino	R$ 2.590,07 22 h/a	02/04/2026 a 21/12/2026
Alessandra Pereira de Aguiar Bispo	Vaga Pura	Escola Marechal Rondon	Matutino	R$ 2.590,07 22 h/a	02/04/2026 a 21/12/2026
Juliana Aparecida Machado	Vaga Pura	Escola Marechal Rondon	Matutino	R$ 2.590,07 22 h/a	02/04/2026 a 21/12/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, em 31 de Março de 2026.

Wanderleia Caravina

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alled Carolayne Reis Araujo

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por CLAUDELI DA SILVA MACIEL

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

REFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU-MS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026

CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas sem qualquer exclusividade para prestação de serviços de médicos e exames médicos especializados, na hipótese paralela e não excludente, no município de Bataguassu-MS, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência

AUTORIZAÇÃO

A Sra. WANDERLEIA CARAVINA, Prefeita Municipal, portadora da Matrícula Funcional nº 117684-1, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o processo supramencionado foi instruído com os documentos exigidos pelo artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme estabelecido na Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO o levantamento de preços de mercado, realizado pela equipe de licitações deste Poder Executivo Municipal, assim como tudo que consta dos autos do processo em epígrafe, amparado pelo parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município;

AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DIRETA, nos termos descritos abaixo:

Proponente: ALVES E JACCOUD LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 22.542.744/0001-70, com sede a Av. Dias Barroso, s/nº, Sala 03, Centro, CEP: 79.780-000, Bataguassu - MS;

Perfaz por sua vez o valor unitário, a quantidade e o valor total do item:

Item 06 – 320,11 - Qtd: 1170 - Valor Total: 374.528,70

Proponente: CLINVIDA SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 07.818.187/0001-84, com sede a Rua Rio Brilhante, 193, Centro, CEP: 79.780-000, Bataguassu - MS;

Perfaz por sua vez o valor unitário, a quantidade e o valor total do item:

Item 06 – 320,11 - Qtd: 1170 - Valor Total: 374.528,70

Item 07 – 206,33 – Qtd: 936 – Valor Total: 193.124,88

Proponente: MILA SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 36.038.565/0001-05, com sede a Rua Vagner Geraldo Braga, 95, Residencial Modelo, CEP: 79.780-000, Bataguassu - MS;

Perfaz por sua vez o valor unitário, a quantidade e o valor total do item:

Item 03 – 138,73 - Qtd: 2160 - Valor Total: 299.656,80

Proponente: MRM65 SERVIÇOS DE APOIO A GESTAO DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 19.209.889/0001-40, com sede a Rua Tupiniquins, 80, Vila Mathilde Vieira, CEP: 19050-610, Presidente Prudente – SP;

Perfaz por sua vez o valor unitário, a quantidade e o valor total do item:

Item 03 – 138,73 - Qtd: 2160 - Valor Total: 299.656,80

Item 05 – 267,22 - Qtd: 2620 - Valor Total: 700.116,40

Conforme Fundamento Legal no artigo 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Divulgue-se no Portal Nacional das Contratações Publicas – PNCP este ato ou o contrato decorrente desta contratação, em atendimento ao determinado no parágrafo único do artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021, esta decisão também deverá ser publicada na imprensa oficial e no portal de transparência do Município, onde deverá permanecer a disposição do público em geral.

Cumpra-se.

Publique-se.

Bataguassu/MS, 31 de Março de 2.026.

WANDERLEIA CARAVINA

Prefeita Municipal

Matéria enviada por Tamara Soares Cazuza

PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONTRATAÇÃO

EDITAL Nº 066/2025 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – P.S.S. Nº 001-2025. EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA COMPOR O CADASTRO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL.

A Prefeitura Municipal, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, com fundamento nas Leis Complementares nº 003/2001, 018/2011, 020/2012 e 55/2021, torna pública, para conhecimento dos interessados, **A CONTRATAÇÃO DAS CANDIDATAS CONVOCADAS, APROVADAS E APTAS COM AS DOCUMENTAÇÕES,** em acordo com o edital de convocação nº 060/2025.

Art. 1º - As candidatas abaixo relacionadas terão início de suas atividades laborais no dia 06 de abril de 2026, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

ATENDENTE EDUCACIONAL

KARINA ARAUJO DA SILVA
CAROLINE VITÓRIA GONÇALVES GRAVA TOEBE
JAMILE CIRILLO GIACOMINI
KETHELYN CHRISTHYNI TELES DOS SANTOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

SIMEIRE DE AZEVEDO SILVA
ROSILDA PEREIRA BARBOSA
ELISANGELA RODRIGUES XAVIER

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Batayporã-MS, 01 abril de 2026.

_____

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Diele Torres da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2026

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ e ELISANGELA RODRIGUES XAVIER - CPF N° 032.XXX.XXX-40

OBJETO

Constitui objeto deste contrato administrativo por prazo determinado, a execução pelo(a) servidor(a) temporário(a) de tarefas inerentes às funções de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, neste Município.

RECURSO

As despesas correrão a conta de dotação orçamentária municipal, constante do Programa de Trabalho 05.006.2014.3. 1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal.

Parágrafo único. O objeto do presente contrato tem a previsão de ser executado pelo valor total de R$ 19.673,28 (dezenove mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA

Este contrato administrativo vigerá, somente e tão-somente, enquanto existir a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo primeiro. O início da vigência será do dia 06 de abril de 2026 com previsão de término no dia 5 de abril de 2027, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

DATA

Batayporã/MS, 20 de março de 2026.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal.

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ e CAROLINE VITORIA GONÇALVES GRAVA TOEBE - CPF N° 074.XXX.XXX-17

OBJETO

Constitui objeto deste contrato administrativo por prazo determinado, a execução pelo(a) servidor(a) temporário(a) de tarefas inerentes às funções de Atendente Educacional, para atendimento, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, neste Município.

RECURSO

As despesas correrão a conta de dotação orçamentária municipal, constante do Programa de Trabalho 05.006.2019.3. 1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal.

Parágrafo único. O objeto do presente contrato tem a previsão de ser executado pelo valor total de R$ 21.828,48 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA

Este contrato administrativo vigerá, somente e tão-somente, enquanto existir a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo primeiro. O início da vigência será do dia 06 de abril de 2026 com previsão de término no dia 05 de abril de 2027, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

DATA

Batayporã/MS, 25 de março de 2026.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal.

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE ATAS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2024

DAS PARTES -O MUNICIPIO DE BATAYPORÃ/MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL e a empresa MITRA DIOCESANA DE NAVIRAI - PAROQUIA SANTO ANTONIO DE PADUA, inscrita no CNPJ. Nº 14.815.628/0008-26.

DO OBJETO -Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência e reajuste de preços do contrato nº 019/2024 de 08/04/2024, que tem por objeto a Locação de imóvel para sediar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes.

DO PRAZO -Este contrato fica prorrogado por mais **12 (doze) meses**, com término em **08 de abril de 2027**, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei Federal 14.133 de 2021.

DO REAJUSTE -O valor do contrato será corrigido de acordo com o índice do IPCA (últimos 12 meses), no percentual de 3,81%.

DO VALOR MENSAL -O valor contratual mensal passa de R$ 14.000,00 (catorze mil reais) para R$ 14.533,40 (catorze mil quinhentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

DO VALOR DO CONTRATO -Fica acrescido o valor de R$ 174.400,80 (cento e setenta e quatro mil quatrocentos reais e oitenta centavos) ao Contrato nº 019/2024.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -As despesas decorrentes com a execução deste Termo Aditivo correrão pela seguinte dotação orçamentária: 07.092.2.032.3.3.90.39.00.00.00.00.1.500.0000 (28/26).

DO FUNDAMENTO LEGAL -O presente TERMO ADITIVO tem por fundamento legal o artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

DA RATIFICAÇÃO -Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato ora aditado que não foram alteradas por este instrumento.

DATA -31 de março de 2026

LUCIANE CALDEIRA DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Assistência Social-Interina

Matéria enviada por Maria Roseli Pontes

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE ATAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2025 - Código de Registro no TCE: 3AA7BF2EB69EB00A61218693DC23F25104EEF066

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ nº 15.166.802/0001-43 e a empresa SOLUÇÃO NETWORK PROVEDOR LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.693.643/0003-09.

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo e reajuste do Contrato nº 016/2025 de 31/03/2025, referente a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, telecomunicações através do fornecimento

de link dedicado e transporte de link LAN-TO-LAN (L2L) via fibra óptica, com velocidade mínima de 500 Mbps para download e 500 Mbps para upload, com garantia de cem por cento de velocidade do acesso simétrico de download e upload, devendo disponibilizar 1 (UM) bloco CIDR/32 com 14 endereços IPs contíguos e válidos para a internet, a ser instalado na sede PMB, os dispositivos físicos instalados na estrutura da PMB devem se manter no padrão 19" (polegada) e 1u (rack), os serviços incluem instalação, manutenção e assistência técnica.

DO PRAZO

Este contrato fica prorrogado por mais **12 (doze) meses**, com término em **31 de março de 2027**, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei Federal 14.133 de 2021.

DO REAJUSTE

O valor do contrato será corrigido de acordo com o índice do IPCA (últimos 12 meses), no percentual 3,81%.

DO VALOR DO CONTRATO

Em virtude do aditamento da vigência contratual e reajuste, fica acrescido o valor de R$ 34.497,02 (trinta e quatro mil e quatrocentos e noventa e sete reais e dois centavos) ao Contrato nº 016/2025.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes com a execução deste termo aditivo, correrão pela seguinte dotação orçamentária: 07.092.4. 8.122.2.030.3.3.90.39.00.00.00.00.1.500.0000 (13/2026).

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO tem por fundamento legal o artigo 124 e seguintes da Lei n° 14.133/21.

DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato ora aditado que não foram alteradas por este instrumento.

DATA

30 de março de 2026.

LUCIANE CALDEIRA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Assistência Social Interina

Matéria enviada por Deiziane Bernardes da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE ATAS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2025 - Código de Registro no TCE: 3AA7BF2EB69EB00A61218693DC23F25104EEF066

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS e a empresa SOLUÇÃO NETWORK PROVEDOR LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.693.643/0003-09.

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo e reajuste do Contrato nº 015/2025 de 31/03/2025, referente a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, telecomunicações através do fornecimento de link dedicado e transporte de link LAN-TO-LAN (L2L) via fibra óptica, com velocidade mínima de 500 Mbps para download e 500 Mbps para upload, com garantia de cem por cento de velocidade do acesso simétrico de download e upload, devendo disponibilizar 1 (UM) bloco CIDR/32 com 14 endereços IPs contíguos e válidos para a internet, a ser instalado na sede PMB, os dispositivos físicos instalados na estrutura da PMB devem se manter no padrão 19" (polegada) e 1u (rack), os serviços incluem instalação, manutenção e assistência técnica.

DO PRAZO

Este contrato fica prorrogado por mais **12 (doze) meses**, com término em **31 de março de 2027**, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei Federal 14.133 de 2021.

DO REAJUSTE

O valor do contrato será corrigido de acordo com o índice do IPCA (últimos 12 meses), no percentual 3,81%.

DO VALOR DO CONTRATO

Em virtude do aditamento da vigência contratual e reajuste, fica acrescido o valor de R$ 80.503,64 (oitenta mil e quinhentos e três reais e sessenta e quatro centavos) ao Contrato nº 015/2025.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes com a execução deste termo aditivo, correrão pela seguinte dotação orçamentária: 03.003.1. 4.123.2.006.3.3.90.39.00.00.00.00.1.500.0000 (35/2026).

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO tem por fundamento legal o artigo 124 e seguintes da Lei n° 14.133/21.

DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato ora aditado que não foram alteradas por este instrumento.

DATA

30 de março de 2026.

GABRIEL BOFFO DA ROCHA

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Matéria enviada por Deiziane Bernardes da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE ATAS

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 117/2022

DAS PARTES -O MUNICIPIO DE BATAYPORÃ-MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e o Sr. MARCUS TULIO LYUJI MURZANI TANAKA, portador do CPF n° 223.181.248-76.

DO OBJETO -Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo e reajuste de preços do Contrato nº 117/2022 de 05/10/2022, referente a Locação de 01 (um) imóvel na cidade de Jales – SP.

DA PRORROGAÇÃO -Este contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em **05 de abril de 2027**, podendo ser prorrogado conforme o disposto no art. 57 da Lei 8.663/93.

DO REAJUSTE -O valor do contrato será corrigido no pelo índice IPCA, acumulado nos últimos 12 meses no percentual de 3,81 %.

DO VALOR MENSAL -O valor contratual mensal passa de R$ 5.021,86 (cinco mil vinte e um reais e oitenta e seis centavos) para o valor de R$ 5.213,19 (cinco mil duzentos e treze reais e dezenove centavos).

DO VALOR DO CONTRATO -Em virtude do aditamento e reajuste de preços, fica acrescido o valor de R$ 62.558,28 (sessenta e dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos) ao Contrato nº 117/2022.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -As despesas decorrentes com a execução deste termo aditivo, correrão pela seguinte dotação orçamentária: 06.091.2042.3.3.90.36.00.00.00.00.1.500.1002 (17/2026).

DO FUNDAMENTO LEGAL -O presente TERMO ADITIVO tem por fundamento legal o artigo 65, Inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

DA RATIFICAÇÃO -Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato ora aditado que não foram alteradas por este instrumento.

DATA -30 de março de 2026

LETICIA RODRIGUES SANCHES

Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por Maria Roseli Pontes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2025

DAS PARTES

MUNICIPIO DE BATAYPORÃ E RIAN KEVIN MARTINS DOS SANTOS – CPF 090.XXX.XXX-31

OBJETO

Constitui objeto deste contrato administrativo por prazo determinado, a execução pelo(a) servidor(a) temporário(a) de tarefas inerentes às funções de Recepcionista no Pronto Socorro Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, neste Município.

VALOR CONTRATUAL

O valor contratual passa de R$ 21.616,32 (vinte e um mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) mais o valor de 21.616,32 (vinte e um mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) para R$ 43.232,64(quarenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado a partir do dia 01 de abril 2026 a 31 de março de 2027, a vigência do presente contrato.

DATA

Batayporã-MS, 30 de março de 2026.

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025

DAS PARTES

MUNICIPIO DE BATAYPORÃ E ROSILENE RODRIGUES DOS SANTOS DUTRA – CPF 704.XXX.XXX-49

OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o valor contratual e o prazo de vigência, nos termos das cláusulas 07ª e 10ª do referido contrato administrativo.

VALOR CONTRATUAL

O valor contratual passa de R$ R$ 29.651,40 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos) mais o valor de R$ 29.651,40 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos) para R$ 59.302,80 (cinquenta e nove mil, trezentos e dois reais e oitenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado a partir do dia 01 de abril de 2026 a 31 de março de 2027, a vigência do presente contrato.

DATA

Batayporã-MS, 30 de março de 2026.

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE ATAS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2024

DAS PARTES -O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA PUBLICA e a empresa A. S. N. AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.723.250/0001-03.

DO OBJETO -Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reajuste de preços e a prorrogação do prazo do Contrato nº 020/2024 de 09/04/2024, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação e execução de serviços de limpeza pública, para atender as necessidades do Município de Batayporã – MS.

DO PRAZO -Este contrato fica prorrogado por mais **12 (doze) meses**, com término em **09 de abril de 2027**, podendo ser prorrogado, conforme o disposto no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

DO REAJUSTE -O valor do contrato será corrigido de acordo com o índice do IPCA (últimos 12 meses), no percentual de 3,81%.

DO VALOR DO CONTRATO -Em virtude do aditamento e reajuste de preços, fica acrescido o valor de R$ 1.971.682,88 (um milhão novecentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos) ao Contrato nº 020/2024.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -As despesas decorrentes deste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação Orçamentária: 13.001.2.010.3.3.90.39.00.00.00.00.1.500.0000 (135/26).

DO FUNDAMENTO LEGAL -O presente TERMO ADITIVO tem por fundamento legal o artigo 57, Inciso II e art. 65, inciso II "d", da Lei nº 8.666/93.

DA RATIFICAÇÃO -Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato ora aditado que não foram alteradas por este instrumento.

DATA -30 de março de 2026.

PATRICIA PORTIOLI MATHIAS TEIXEIRA

Secretária Municipal de Infraestrutura Publica

Matéria enviada por Maria Roseli Pontes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ e SIMEIRE DE AZEVEDO SILVA - CPF N° 028.XXX.XXX-11

OBJETO

Constitui objeto deste contrato administrativo por prazo determinado, a execução pelo(a) servidor(a) temporário(a) de tarefas inerentes às funções de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, neste Município.

RECURSO

As despesas correrão a conta de dotação orçamentária municipal, constante do Programa de Trabalho 05.006.2021.3. 1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal.

Parágrafo único. O objeto do presente contrato tem a previsão de ser executado pelo valor total de R$ 19.673,28 (dezenove mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA

Este contrato administrativo vigerá, somente e tão-somente, enquanto existir a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo primeiro. O início da vigência será do dia 06 de abril de 2026 com previsão de término no dia 05 de abril de 2027, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

DATA

Batayporã/MS, 19 de março de 2026

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal.

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ e KARINA ARAUJO DA SILVA - CPF N° 080.XXX.XXX-41

OBJETO

Constitui objeto deste contrato administrativo por prazo determinado, a execução pelo(a) servidor(a) temporário(a) de tarefas inerentes às funções de Atendente Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, neste Município.

RECURSO

As despesas correrão a conta de dotação orçamentária municipal, constante do Programa de Trabalho 05.006.2021.3. 1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal.

Parágrafo único. O objeto do presente contrato tem a previsão de ser executado pelo valor total de R$ 21.828,48 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA

Este contrato administrativo vigerá, somente e tão-somente, enquanto existir a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo primeiro. O início da vigência será do dia 06 de abril de 2026 com previsão de término no dia 05 de abril de 2027, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

DATA

Batayporã/MS, 18 de março de 2026.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal.

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ e ROSILDA PEREIRA BARBOSA - CPF N° 017.XXX.XXX-30

OBJETO

Constitui objeto deste contrato administrativo por prazo determinado, a execução pelo(a) servidor(a) temporário(a) de tarefas inerentes às funções de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, neste Município.

RECURSO

As despesas correrão a conta de dotação orçamentária municipal, constante do Programa de Trabalho 05.006.2014.3. 1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal.

Parágrafo único. O objeto do presente contrato tem a previsão de ser executado pelo valor total de R$ 19.673,28 (dezenove mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA

Este contrato administrativo vigerá, somente e tão-somente, enquanto existir a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo primeiro. O início da vigência será do dia 06 de abril de 2026 com previsão de término no dia 05 de abril de 2027, podendo ser prorrogado por termo aditivo**.**

DATA

Batayporã/MS, 19 de março de 2026.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal.

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 79/2026

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ e KETHELYN CHRISTHYNI TELES DOS SANTOS - CPF N° 094.XXX.XXX-64

OBJETO

Constitui objeto deste contrato administrativo por prazo determinado, a execução pelo(a) servidor(a) temporário(a) de tarefas inerentes às funções de Atendente Educacional, para atendimento, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, neste Município.

RECURSO

As despesas correrão a conta de dotação orçamentária municipal, constante do Programa de Trabalho 05.006.2021.3. 1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal.

Parágrafo único. O objeto do presente contrato tem a previsão de ser executado pelo valor total de R$ 21.828,48 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA

Este contrato administrativo vigerá, somente e tão-somente, enquanto existir a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo primeiro. O início da vigência será do dia 06 de abril de 2026 com previsão de término no dia 05 de abril de 2027, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

DATA

Batayporã/MS, 25 de março de 2026.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal.

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAFIN) - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2026

DAS PARTES

MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ e JAMILE CIRILLO GIACOMINI - CPF N° 027.XXX.XXX-00

OBJETO

Constitui objeto deste contrato administrativo por prazo determinado, a execução pelo(a) servidor(a) temporário(a) de tarefas inerentes às funções de Atendente Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, neste Município.

RECURSO

As despesas correrão a conta de dotação orçamentária municipal, constante do Programa de Trabalho 05.006.2021.3. 1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoal.

Parágrafo único. O objeto do presente contrato tem a previsão de ser executado pelo valor total de R$ 21.828,48 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA

Este contrato administrativo vigerá, somente e tão-somente, enquanto existir a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo primeiro. O início da vigência será do dia 06 de abril de 2026 com previsão de término no dia 05 de abril de 2027, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

DATA

Batayporã/MS, 18 de março de 2026.

Germino da Roz Silva

Prefeito Municipal.

Matéria enviada por JECILENE DA CONCEIÇÃO LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 035/2026

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ, Estado Mato Grosso do Sul, através da Agente de Contratação, TORNA PÚBLICO o resultado da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 009/2026,** do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", **EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – LEI COMPLEMENTAR 123/2006,** para a aquisição de tubos de concreto com objetivo de atender demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura Pública do Município de Batayporã – MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no TR e seus anexos, Processo SIGA Nº BA-ADM-2026/01410, processo administrativo n° 035/2026**.** Não houve interessado. A Agente de Contratação declara o presente certame Licitatório como **DESERTA**.

LORENA ALVES DOS SANTOS - Agente de Contratação

HOMOLOGO o resultado da Licitação.

Batayporã-MS; 31 de março de 2026.

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Lorena Alves dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

Trata-se de Ratificação do ato de dispensa de licitação n° 011/2026 do ordenador despesas, nos termos do art. 75, inciso VIII da Lei Federal n° 14.133/2021, Contratação de clínica para internação, tratamento especializado em dependência química ou saúde mental para menores de 18 anos do sexo feminino, para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Batayporã –MS, e condições, quantidade e exigência estabelecida no TR e seus anexos, através do **Processo SIGA Nº BA-ADM-2026/01882, processo administrativo n° 039/2026,** em favor da empresa: **BEM VIVER CLÍNICA MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ n° 25.534.201/0001-08,** no valor total de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Batayporã-MS, 31 de março de 2026.

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

LETÍCIA RODRIGUES SANCHES

Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por IZABELI MORAES GONÇALVES PEREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

Trata-se de Ratificação do ato de dispensa de licitação n° 012/2026 do ordenador despesas, nos termos do art. 75, inciso VIII da Lei Federal n° 14.133/2021, para contratação de empresa para o serviço de hospedagem em quarto individual na cidade de Curitiba/PR, com fornecimento de alimentação (café da manhã, almoço e jantar), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Batayporã–MS, e nas condições, quantidade e exigência estabelecida no TR e seus anexos, através do Processo SIGA Nº BA-ADM-2026/02023, processo administrativo n°040/2026**,** em favor da empresa: **CASA NONA CECILIA ALOJAMENTO LTDA,** inscrita no CNPJ n° 35.589.204/0001-94**,** no valor total de R$ 26.640,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e quarenta reais).

Batayporã-MS, 31 de março de 2026.

GERMINO DA ROZ SILVA

Prefeito Municipal

LETÍCIA RODRIGUES SANCHES

Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por Lorena Alves dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN) - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2026

O MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ-MS, torna público aos interessados, a realização da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026, tipo menor PREÇO POR ITEM, COM DISPUTA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS LEI COMPLEMENTAR 123/2006,** que tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de colchões para atender as famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social –CRAS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social –SMAS do Município de Batayporã/MS, **Processo SIGA Nº BA-ADM-2026/01565, processo administrativo n°041/2026**, conforme condições, quantidades especificadas nos estudos técnicos preliminares e anexo I termo de referência.

Código de registro no TCE/MS: E7EB59DEAABC7C49DB53259EDF60BB7452597026

O Edital poderá ser solicitado gratuitamente, na forma eletrônica, por meio digital, através de download (via internet), no sítio eletrônico oficial www.bnc.org.br ou no e-mail setorlic@bataypora.ms.gov.br, no horário das 07h00min às 13h00min e consultado no portal da transparência do município. **Abertura das Propostas dia 17/04/2026 às 09h00min (Horário Brasília-DF).**

Batayporã-MS, 31 de março de 2026.

LORENA ALVES DOS SANTOS

Agente de Contratação

Matéria enviada por Lorena Alves dos Santos

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BATAYPORÃ
C.N.P.J.: 15.337.701/0001-98
Município: BATAYPORÃ

DECRETO Nº 040/2026, de 31 de Março de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BATAYPORÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BATAYPORÃ e autorização contida na Lei Municipal nº 1419/2025, de 19 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 198.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
06.091 - FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
06.091.10.301.3.2042-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$70.000,00
2.600.3130 (SF) - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares 70.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
06.091 - FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
06.091.10.301.3.2042-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$116.000,00
2.600.3130 (SF) - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares 116.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
06.091 - FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
06.091.10.301.3.2042-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$12.000,00
2.621.0000 (SF) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo 12.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$70.000,00
2.600.3130 (SF) - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares 70.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$116.000,00
2.600.3130 (SF) - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares 116.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$12.000,00
2.621.0000 (SF) - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo 12.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Março de 2026.

GERMINO DA ROZ SILVA
Prefeito Municipal

Nota(s) Explicativa(s):
A Lei Orçamentária vigente autoriza, o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional, que durante o exercício é necessário fazer alguns ajustes para atender as despesas com saldos insuficientes ou não computadas, sendo fundamental para oferecer flexibilidade e permitir operacionalidade de qualquer sistema orçamentário.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: elan.nascimento. Emissão: 31/03/2026, às 17:36:33. Protocolo: 84892b07-8889-414d-99a6-acd28fd68920

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BATAYPORÃ
C.N.P.J.: 15.337.701/0001-98
Município: BATAYPORÃ

DECRETO Nº 041/2026, de 31 de Março de 2026.

Remanejamento de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BATAYPORÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BATAYPORÃ e autorização contida na Lei Municipal nº 1419/2025, de 19 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 10.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
06.091 - FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
06.091.10.301.3.2042-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$10.000,00
1.500.1002 Recursos não vinculados de Impostos 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS
06.091 - FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
06.091.10.301.3.2042-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$10.000,00
1.500.1002 Recursos não vinculados de Impostos 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 31 de Março de 2026.

GERMINO DA ROZ SILVA
Prefeito Municipal

Nota(s) Explicativa(s):
A Lei Orçamentária vigente autoriza, o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional, que durante o exercício é necessário fazer alguns ajustes para atender as despesas com saldos insuficientes ou não computadas, sendo fundamental para oferecer flexibilidade e permitir operacionalidade de qualquer sistema orçamentário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

Câmara Municipal de Bodoquena-MS

Ato da Presidência nº006/2026

"Dispõe sobre Ponto Facultativo, e Feriados na Câmara Municipal de Bodoquena, e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, Vereador Ayrton Ferreira Marques, no uso de suas atribuições legais...

Resolve:

Artigo 1º - Conceder ponto facultativo aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Bodoquena – MS, no dia 02 de abril de 2026, em virtude do feriado de "**Sexta –feira da Paixão**", dia 03 de Abril de 2026,

Artigo 2º - Este Ato da Presidência entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Bodoquena MS. 31 de março de 2026.

Ayrton Ferreira Marques

Presidente/CMB

Matéria enviada por Leide Acosta Machado

Prefeitura Municipal de Bodoquena-MS.

AVISO DE DISPENSA DESERTA Nº. 29/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA-MS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Bodoquena, com sede na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020, Bairro Bandeira II, Bodoquena- MS, através de seu Presidente, Emanoel Lima Duarte, designado pelo Decreto Nº 03, de 12 de JANEIRO de 2026, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados que a **DISPENSA N° 29/2026**, julgada dia **17/02/2026 às 08h00min,** horário local, foi **DECLARADO DESERTA por ausência de fornecedores interessados**. **OBJETO:** Registro dos menores preço para futura e eventual aquisição de medicamentos fracassados/desertos e sem saldos para atender os pacientes da Atenção Primária à Saúde (APS) da UBS (Unidade Básica de Saúde).

Informações complementares: Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, sito a Av: Manoel Rodrigues de Oliveira, nº. 1020 – Bandeira II. O aviso com os dados completos encontra–se disponível aos interessados (gratuitamente) no endereço acima referido, das 07h00min às 13h00min de segunda à sexta-feira, ou através de solicitação feita via E-mail ao Departamento de Licitação (compras@bodoquena.ms.gov.br) ou no Site:www.bodoquena.ms.gov.br.

Bodoquena -MS, 30 de março de 2026.

MIRIÃ CHRIS ALVES DE ARRUDA GONÇALVES

Suplente da Comissão de Contratação

Matéria enviada por Douglas Ribeiro Bandeira

Prefeitura Municipal de Bodoquena-MS.

AVISO DE DISPENSA DESERTA Nº. 32/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA-MS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Bodoquena, com sede na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020, Bairro Bandeira II, Bodoquena- MS, através de seu Presidente, Emanoel Lima Duarte, designado pelo Decreto Nº 03, de 12 de JANEIRO de 2026, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados que a **DISPENSA N° 32/2026**, julgada dia **18/03/2026 às 08h00min,** horário local, foi **DECLARADO DESERTA por ausência de fornecedores interessados**. **OBJETO:** Contratação tem por objeto a aquisição de kits de carrinhos de limpeza hospitalar, visando atender as necessidades de higienização e biossegurança do Hospital Municipal Francisco Sales.

Informações complementares: Prefeitura Municipal de Bodoquena/MS, sito a Av: Manoel Rodrigues de Oliveira, nº. 1020 – Bandeira II. O aviso com os dados completos encontra–se disponível aos interessados (gratuitamente) no endereço acima referido, das 07h00min às 13h00min de segunda à sexta-feira, ou através de solicitação feita via E-mail ao Departamento de Licitação (compras@bodoquena.ms.gov.br) ou no Site:www.bodoquena.ms.gov.br.

Bodoquena -MS, 30 de março de 2026.

MIRIÃ CHRIS ALVES DE ARRUDA GONÇALVES

Suplente da Comissão de Contratação

Matéria enviada por Douglas Ribeiro Bandeira

Prefeitura Municipal de Bodoquena-MS.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 36/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026

O Município de Bodoquena – Estado de Mato Grosso do Sul, através do Presidente designado pelo Decreto Nº 03, de 12

de janeiro de 2026 torna público o resultado do processo supra.

Objeto: Registro dos menores preços para o futuro e eventual fornecimento de gelo e água mineral, destinados ao atendimento de artistas e da equipe organizadora durante eventos de pequeno porte promovidos ou apoiados pelo Município de Bodoquena/MS.

EMPRESA	Valor homologado
D M MEDINA LTDA **(07.690.271/0001-65)**	**R$ 1.920,00 (mil novecentos e vinte reais)**

Valor Global: R$ 1.920,00 (mil novecentos e vinte reais)

Vigência: 12 (doze) meses.

Bodoquena-MS, 31 de março de 2026«cdsProcesso_DATA_HOMOLOGACAO»

Homologar o resultado proferido pela comissão, no processo acima mencionado, em favor da empresa vencedora.

Marcele Albuquerque dos Santos Montagner

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Turismo e Meio Ambiente

Matéria enviada por Douglas Ribeiro Bandeira

Prefeitura Municipal de Bodoquena-MS.

AVISO DE SUSPENSA DA DISPENSA Nº 37/2026

PROCESSO: 59/2026 – **DISPENSA**: 37/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O Município de Bodoquena-MS, em conformidade com Art. 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021, **Contratação de empresa especializada na confecção e instalação de portões metálicos, grades, rufos e reparos em portas e janelas para atender às demandas do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos SCFV e Capela Municipal vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social de Bodoquena/MS.** Sendo suspenso para correções de medidas.

O termo de referência, modelo de proposta de preços e de declarações estão disponíveis no Site Oficial do Município através do link https://transparencia.betha.cloud/#/9thTqEHpf4m-Nn7nTliYbw==/consultas/18193 e no PNCP – Portal Nacional de Contratação Pública através do link https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1&municipios=5118&q=&status=recebendo_proposta

Bodoquena-MS, 31 de março de 2026

KAREN ALVES BARBOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Matéria enviada por Douglas Ribeiro Bandeira

Secretaria Geral de Governo e Gestão

DECRETO Nº 69 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Bodoquena/MS, a gestão e fiscalização de contratos administrativos e das atas de registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BODOQUENA, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º e no art. 117, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do(s) gestor(es) e fiscal(is), no âmbito da administração pública do Município de Bodoquena/MS.

Parágrafo único. Aplicam-se as disposições deste Decreto às contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ainda que não formalizadas pelo instrumento de contrato, na forma autorizada por seu art. 95.

Art. 2º As atividades de gestão e de fiscalização deverão ser realizadas de forma rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos especialmente designados por Portaria.

§1º Para o exercício da função, os gestores e os fiscais deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições.

§ 2º É facultada a designação de mais de um fiscal.

§ 3º Excepcional e motivadamente, a gestão do contrato ou da ata de registro de preços poderá ser exercida por setor do órgão ou da entidade sendo que, o titular do setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.

Art. 3º Na designação dos gestores e fiscais serão considerados:

I – a compatibilidade com as atribuições do cargo;

II – a complexidade do objeto;

III – o quantitativo de contratos e de atas de registro de preços por agente público; e

IV – a qualificação e a capacidade para o desempenho das atividades.

Art. 4º Os fiscais poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela Administração desde que observado o seguinte:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá a responsabilidade civil pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal; e

II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Art. 5º O agente público designado para o cumprimento do disposto neste Decreto deverá preencher os seguintes requisitos:

I – ser, preferencialmente, servidor efetivo dos quadros permanentes da Administração Pública;

II – não ser cônjuge ou companheiro dos contratados que estejam sob sua fiscalização ou gestão, nem ter com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil;

III – observar as disposições previstas no art. 9º da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Art. 6º Caberá ao gestor do contrato e da ata de registro de preços e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar os atos preparatórios à instrução processual visando a prorrogação, a alteração contratual, o apostilamento, as glosas, a troca ou execução de garantias, o reequilíbrio econômico-financeiro e a extinção de contratos e das atas de registro de preços, quando for o caso;

II - realizar o levantamento dos saldos dos contratos e das atas de registro de preços e informar a autoridade competente quando atingirem 50% do prazo de vigência;

III - informar o ordenador de despesas sobre o término de prazos contratuais e das atas de registro de preços no prazo de 4 (quatro) meses que antecedem o seu vencimento;

IV - deflagrar a análise de vantajosidade dos contratos e das atas de registro de preços de serviços e fornecimentos contínuos e as avaliações dos contratos de locação de imóveis, no prazo de 4 (quatro) meses que antecedem o vencimento do contrato ou da ata de registro de preços, para tomada de decisão da autoridade competente sobre eventual prorrogação;

V- averiguar a manutenção das condições de habilitação do contratado ou detentor da ata durante a execução do contrato ou da ata de registro de preços com apoio dos fiscais;

VI - coordenar os registros realizados pelos fiscais referentes às ocorrências relacionadas à execução do contrato ou da ata de registro de preços;

VII – acompanhar a matriz de risco e informar o ordenador de despesa a ocorrência de riscos;

VIII - elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato ou da ata de registro de preços para fins de atendimento da finalidade da administração;

IX – registrar, apurar e formalizar fatos que indiquem possíveis infrações administrativas cometidas pela empresa, que não tenham sido solucionadas anteriormente na fase da Ocorrência da Infração;

X - emitir Notificação Prévia ao licitante, contratado ou detentor da ata de registro de preços, para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada pela fiscalização, com a definição de prazo para a correção;

X – analisar as justificativas e provas apresentadas, no prazo previsto na Notificação Prévia e preencher o Registro de Resultado da Notificação Prévia;

XI – proceder ao arquivamento quando a justificativa for aceita e/ou a irregularidade for sanada;

XII – encaminhar os autos à autoridade competente para decidir sobre a instauração do Processo de Apuração de Responsabilidade - PAR, a ser conduzido pela Comissão Processante de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021;

XIII – elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato ou da ata de registro de preços;

XIV – emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado ou detentor da ata, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

XV – realizar o recebimento definitivo mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

XVI – informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas às empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo de 15 dias úteis contados da data de aplicação da sanção;

XVII - Realizar reuniões com os fiscais de contratos quando considerar necessário aprimorar o procedimento de acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos;

XVIII - Fornecer informações, quando solicitadas, aos órgãos de controle interno e externo.

Art. 7º Caberá(ão) ao(s) fiscal(is) e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, aos seus substitutos:

I - fiscalizar a execução do contrato ou da ata de registro de preços para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

II - anotar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou da ata de registro de preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - comunicar imediatamente ao gestor quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou da ata de registro de preços nas datas estabelecidas e que representem riscos previstos na matriz de risco;

IV - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato ou da ata de registro de preços e emitir o ateste;

V - no caso de obras e serviços de engenharia:

realizar, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, aprovar a planilha de medição emitida pela contratada, bem como manter o Diário de Obras atualizado;

armazenar os documentos relativos a projetos, alvarás, ART´s ou RRT´s e demais elementos de instrução referentes a projetos arquitetônico e complementares;

exigir a comprovação da baixa da matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) ou no Cadastro Nacional de Obras (CNO) como condição para o pagamento da última medição, sem prejuízo das demais cláusulas contratuais.

VI - realizar a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento;

VII - prestar apoio técnico e operacional ao gestor, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato ou ata de registro de preços e à formalização de apostilamento e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho, do pagamento, de garantias e glosas;

VIII – apoiar o gestor na verificação da manutenção das condições de habilitação do contratado ou detentor da ata, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

IX - examinar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada ou detentora da ata antes de cada pagamento;

X - auxiliar o gestor do contrato ou da ata de registro de preços com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações pelo contratado ou detentor da ata;

XI - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e proceder ao Registro de Ocorrência, descrevendo o fato e anexando elementos comprobatórios disponíveis;

XII – documentar e comunicar formalmente à empresa o fato identificado, garantindo-lhe a oportunidade de apresentar justificativa por escrito e/ou adotar as medidas necessárias para sanar ou corrigir a irregularidade;

XIII – encaminhar ao Gestor do Contrato ou da Ata de Registro de Preços o processo para expedição de Notificação Prévia;

XIV - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços com informações pertinentes às suas competências.

Art. 8º O desempenho das atribuições do gestor e dos fiscais de contrato ou da ata de registro de preços não exime a contratada ou detentor da ata de sua responsabilidade contratual, pela qual responderá integral e exclusivamente.

Art. 9º O recebimento provisório do objeto será realizado pelos fiscais do contrato e da ata de registro de preços, nos termos das atribuições formalmente designadas, cabendo o recebimento definitivo ao gestor do contrato ou à comissão especialmente designada pela autoridade competente, conforme o caso.

Parágrafo único. Nos contratos cuja execução envolva objeto de elevada complexidade técnica ou de relevante impacto econômico, o recebimento definitivo do objeto poderá ser realizado por comissão específica, composta por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos municipais, formalmente designados pela autoridade competente**,** com atribuições previamente definidas.

Art. 10 O gestor e o fiscal serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, os quais deverão dirimir as dúvidas e subsidiá-los com informações, visando a prevenção de riscos na execução do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 1º O auxílio de que trata o *caput* se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitação de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental.

§2º Sem prejuízo do disposto no §1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterá, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

Art. 11. Nos casos em que o Município disponha de almoxarifado, os procedimentos de recebimento de materiais e bens serão estabelecidos em ato normativo específico da Administração.

Art. 12. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos ou das atas de registro de preços e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato ou da ata de registro de preços serão efetuados no prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

Parágrafo único. O prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.

Art. 13. A apuração de infrações administrativas decorrentes da execução dos contratos administrativos, das atas de registro de preços ou dos instrumentos hábeis, bem como a aplicação de sanções correspondentes, observará no que couber, os procedimentos administrativos próprios instituídos no âmbito da Administração Pública Municipal, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Poderão ser editadas normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 049, de 19 de fevereiro de 2025.

Maria Girleide Rovari

Prefeita Municipal

Matéria enviada por LUCIANA DE JESUS OLIVEIRA DELGADO

Secretaria Geral de Governo e Gestão

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2026 EDITAL N. 006/2026 RESULTADO FINAL PÓS RECURSO REPUBLICA-SE POR CONSTAR INCORREÇÃO NO ORIGINAL, PUBLICADO EM 30/03/2026 NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS- ASS

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, designado por meio da Portaria n° 040/ADM, de 06 de março de 2026, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os itens 9.0 e 9.1 do Edital de abertura n. 01/2026,

TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL APÓS O PRAZO DE RECURSO E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2026, nos termos e condições constantes neste Edital:

DA PONTUAÇÃO FINAL

A classificação final após o prazo de recurso consta no Anexo I deste edital.

DA CLASSIFICAÇÃO

Os candidatos foram classificados de acordo com os parâmetros de desempate, conforme estabelece o item 7. do Edital n. 01/2026.

A classificação se deu pelo resultado relativo a pontuação final, todavia a convocação se dará mediante verificação dos vínculos e o período de interrupção nos termos do §5 do art. 8° da Lei Complementar n. 90, de 2019, com alterações promovidas pela Lei n° 153/2025, em conformidade com os itens 8.1 e 8.2 do Edital de Abertura.

A convocação se dará, oportunamente, mediante edital a ser publicado no diário oficial do Município, obedecendo o estabelecido no item 2.2 deste edital.

A contratação dos candidatos se dará única e exclusivamente para atendimento temporário e de excepcional interesse público, conforme preceitua inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, para o desenvolvimento de projetos e programas temporários, não havendo obrigatoriedade da contratação dos candidatos, ainda que estabelecido o quantitativo de vagas, em conformidade com o item 8 do Edital n. 01/2026.

Bodoquena, MS, 30 de março de 2026.

Ana Lucia De Oliveira Simões

Presidente da Comissão Organizadora

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS - TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ALEXSANDRA DA SILVA ALVES	12	0	12	30/08/1965	1º
JACSON LOPES BERNAL	7	2	9	29/05/2003	2º
PRISCILA CAMARA GOMES	8,5	0	8,5	04/12/1992	3°
ANDRESSA DA SILVA CARVALHO MACIEL	7,5	0	7,5	11/01/2005	4°
MARIA MICHELE DA SILVA	1	0	1	27/02/2001	5º
CARLOS BARBOSA	0	0	0	01/09/1970	6º
ALESSANDRA DA SILVA	0	0	0	21/04/1977	7º
FABIANA NUNES ALMEIDA DA SILVA	0	0	0	19/09/1984	8º
SILVANI RODRIGUES DO NASCIMENTO DE MORAES	0	0	0	21/01/1985	9º
GRACIELA ANGELICA DOS SANTOS	0	0	0	07/07/1985	10º
CATIA ANTONIA LOPES DE DEUS	0	0	0	13/06/1988	11º
MARINEIS DOS SANTOS	0	0	0	19/01/1990	12º
JACLINE CASA NOVA PIRES	0	0	0	05/12/1992	13º
FERNANDA GOES GOULART	0	0	0	04/03/1993	14º
ELIANA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	0	0	0	29/08/1996	15º
ROBERTO MACHADO SIMÕES JUNIOR	0	0	0	05/06/2000	16º
SANDRA REGINA DOS SANTOS ROCA	0	0	0	06/04/2003	17º
THAYRA MACHADO RODRIGUES	0	0	0	14/08/2003	18º
YASMIM GOMES RIBEIRO	0	0	0	16/04/2005	19º
MÉLRILI DE SOUZA GONÇALVES	0	0	0	01/12/2005	20º
MATHEUS MESSIAS MIRALHA	0	0	0	28/08/2006	21º

COZINHEIRO - TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
CARINA PIRES PEREIRA	12	0	12	06/11/1986	1º
MARIA COSMO RIBEIRO	9,25	0	9,25	02/09/1953	2°
ROSANGELA HILARIO DE OLIVEIRA SILVA	9,25	0	9,25	24/02/1974	3°
FLORINDA GARCIA DE PINHO	4,25	1	5,25	29/06/1974	4°
LEONORA VALERIO DA SILVA	3	0	3	30/09/1971	5º
FABIANA DE OLIVEIRA SOARES	2,75	0	2,75	23/04/1986	6º
ZILMA NASCIMENTO CANDIDO	0	0	0	02/03/1977	7º
ELISANGELA DE OLIVEIRA	0	0	0	07/04/1979	8º
VANDERLEI DA SILVA MORGADO	0	0	0	24/08/1985	9º
JOSIANE BATISTA DOS SANTOS	0	0	0	01/09/1987	10º

ANDREZA SOARES DA CRUZ	0	0	0	14/06/1990	11º
KAREN BRUNA DE JESUS ACOSTA	0	0	0	14/03/1996	12º
AMANDA GASPAR LADISLAU DOS SANTOS	0	0	0	10/09/1997	13º
JULIANA TORFO DA SILVA	0	0	0	10/02/1999	14º
THAIS PIRES DA SILVA	0	0	0	03/03/1999	15º

MOTORISTA DE ÔNIBUS/AMBULÂNCIA (SUMATRA)– TEMPORÁRIO (requisito: Transporte de Emergência)

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
JOSÉ DE SOUZA	6	0	6	30/09/1974	1º

MOTORISTA DE ÔNIBUS/AMBULÂNCIA (SEDE)– TEMPORÁRIO (requisito: Transporte de Emergência)

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
THIAGO RUFINO DA SILVA	12	0	12	14/08/1987	1º
ORLY PEIXOTO DIAS	11,25	0	11,25	14/05/1957	2º
EDIMILSON PEREIRA	0	0	0	05/03/1971	3º

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – MORRARIA TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ROBERTO ROSA	12	0	12	03/04/1986	1º
CLAUDINEI BARBOSA DELMONDES	6,75	0	6,75	29/10/1985	2º

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – SUMATRA TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ADMILSON NEVES GOMES	1	0	1	23/02/1975	1º

TÉCNICO DE LABORATÓRIO –TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
CLAUDIA ROBERTA LEME	0	2	2	25/04/1987	1º

FARMACÊUTICO – TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	PÓS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ALESSANDRA DE CAMPOS PEREIRA	12	1	3	16	27/01/1986	1º
THAINA DE BRITO DIAS	12	2	0	14	04/10/1995	2º

ASSISTENTE DE CRECHE - TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
IRENICE GUTIERRES LEITE OKANEKO	10	2	12	09/08/1986	1º
LUCÉLIA DIAS BARBOZA DA SILVA	6	3	9	19/05/1986	2º
GLEICE LUNA BONFIM GONÇALVES	0	8	8	10/02/1995	3º
NATALIENE RODRIGUES DO NASCIMENTO	3,5	2	5,5	11/11/1998	4º
JESSICA ASSIS DOS SANTOS	5	0	5	12/05/1991	5º
CRISTINIANA CHIMENES BARBOSA	1	3	4	18/05/2000	6º
EDUARDO PESSOA SOARES	3,5	0	3,5	21/09/2005	7º
ALINE SANTOS RODAS DALLA CORT	0	3	3	13/11/1983	8º
VALERIA DA SILVA OLIVEIRA	0	3	3	01/06/1994	9º
VITORIA MENDES ROLON BRAGA	2,75	0	2,75	15/06/2000	10º
GRAZIELA MARIANO DA SILVA	1	1	2	26/10/1982	11º
EMILLY DE SÁ BUENO	0	2	2	03/01/1999	12º
SOLMAR PEIXOTO PINTO	0	2	2	02/08/1976	13º
CASSANDRA LUVES CHIMENES ROGUES DO NASCIMENTO	1	0	1	16/05/1980	14º
JUCILENE DOMINGUES DOS SANTOS	1	0	1	01/02/1981	15º
MARIANY NASCIMENTO DUARTE WERDENBREG	1	0	1	05/12/1998	16º
RENATA MELLO DA SILVA	1	0	1	17/05/1996	17º
THALLIANE DESSBESELL DE SOUZA	1	0	1	25/02/1997	18º
GISLAINE APARECIDA PADILHA BARBOSA	0	1	1	18/09/2000	19º
LARA SABRINA RODRIGUES ESCAVILHA	0	1	1	15/01/2003	20º
ANTONIA PEREIRA DE OLIVEIRA	0,75	0	0,75	15/07/1985	21º

LUCIMAR PENAJO DA SILVA	0,5	0	0,5	26/02/1978	22º
DALILA TISCILICOSH	0	0	0	17/05/1977	23º
MARIA APARECIDA GRABNER	0	0	0	14/08/1980	24º
FRANCILEIDE SOUZA DOS SANTOS	0	0	0	22/06/1982	25º
ANA PAULA COSTA	0	0	0	25/10/1985	26º
SANDRA ESTEVÃO DE SOUZA SPANAMBERG	0	0	0	03/10/1986	27º
TANIA ALVES DE OLIVEIRA	0	0	0	07/04/1989	28º
ANA MARIA DE SOUZA CAETANO	0	0	0	23/08/1989	29º
DAMARIS GONZALES GUIMARÃES	0	0	0	26/12/1990	30º
LUANA TEREZA FURTADO	0	0	0	26/01/1991	31º
VIVIANE PACHECO DA SILVA	0	0	0	17/11/1993	32º
EDICLEIA PEDROSO DA SILVA	0	0	0	06/04/1997	33º
THOMAS EDSON DOS SANTOS PEREIRA	0	0	0	26/06/1998	34º
ELISSANDRA GRABNEER RONDON	0	0	0	24/08/2000	35º
MARIA MICHELE DA SILVA	0	0	0	27/02/2001	36º
LETICIA PEREIRA DE SOUZA	0	0	0	21/06/2003	37º
JOHNNY VITOR DE OLIVEIRA FERREIRA	0	0	0	31/07/2004	38º
MARIA FERNANDA MIRANDA FIRMO	0	0	0	31/01/2005	39º
CAROLINE CUNHA DE SOUZA	0	0	0	03/02/2005	40º
DANIELA PEREIRA ARECO	0	0	0	18/07/2005	41º
BIANCA LORRAINY LEITE GONÇALVES	0	0	0	24/08/2005	42º
CAYLLAYNNE BATISTA CRISTALDO	0	0	0	14/10/2005	43º
GRISSA LEITE BARBOSA DOS SANTOS	0	0	0	16/03/2006	44º
JHONATAN LEANDRO DE OLIVEIRA SOARES ANTIQUEIRA	0	0	0	17/06/2006	45º
LYDIANE RODRIGUES NUNES DA SILVA	0	0	0	15/10/2006	46º
SALETE MEDINA AGUIAR	0	0	0	29/12/2006	47º
ELLEN KAROLINY MARCELINO WERNER	0	0	0	13/03/2007	48º
EMYLLI BIANCA DALEÃO DUARTE	0	0	0	31/03/2007	49º
MONICA GALEANO GONÇALVES SOBRINHO	0	0	0	23/05/2007	50º
HELLEN TAUANY DO NASCIMENTO SANTOS	0	0	0	27/12/2007	51º
ISABELLI PIRES VILLAS	0	0	0	16/03/2008	52º

PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA SEDE - TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	PÓS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
ROSEMARY BALBINO DE SOUZA FERREIRA	12	7	3	22	18/09/1989	1º
DEBORA MACHADO	12	4	3	19	16/05/1987	2º
CARLA CRISTINA LIMA DA CUNHA	8,25	7	3	18,25	22/04/1990	3º
WALMIR DE SOUZA FERREIRA	0	3	3	6	31/10/1986	4º
ELEUZA MUNIZ GALEANO	0	1	3	4	21/08/1967	5º
SEBASTIANA FERREIRA DA SILVA GONÇALVES	0	1	3	4	14/08/1972	6º
JOEDIR SILVA DA CUNHA	0	3	0	3	05/01/1969	7º

PROFESSOR FUNDAMENTAL I- ÁREA RURAL – E. M. ATAÍDE SAMPAIO – TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	PÓS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
RAMONA APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA	12	10	3	25	06/08/1986	1º
CELIO DE SOUZA JESUS	12	7	3	22	04/11/1978	2º
MIRIÃ NEVES GOMES	4,75	6	3	13,75	14/04/1980	3º
SILVIA GONZALES	0	3	3	6	19/02/1979	4º
ANA BEATRIZ DA SILVA MOREL	0	5	0	5	28/02/2004	5º
JOICE DE MOURA CARVALHO	0	4	0	4	01/12/1995	6º
BEATRIZ DE MOURA CARVALHO	0	4	0	4	18/03/2003	7º
ROSELI CONCEIÇÃO PALACIO	0	3	0	3	17/09/1966	8º
GABRIELE DA SILVA PEREIRA	0	3	0	3	09/06/1998	9º
EDILENE BATISTA CRISTALDO	0	2	0	2	23/09/1977	10º
LEANDRA APARECIDA SANT'ANNA DA LUZ CAETANO	0	2	0	2	23/11/1988	11º
LUCIENE CONCEIÇÃO FELIX FERREIRA	0	1	0	1	07/01/1983	12º
ALESSANDRA XAVIER TIMOTEO	0	1	0	1	11/10/1990	13º
CLAUDIA ROBERTA LEME	0	0	0	0	25/04/1987	14º

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - SUMATRA

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	PÓS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
LAUANE CAROLINE LOPES VILHALVA	0	1	0	1	23/02/2001	1º
ÉRICA KHETHELLEN BARBOSA RODRIGUES	0	0	0	0	21/10/1999	2º

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL – TEMPORÁRIO

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	PÓS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
MARIA ANGELICA MAGALÃES PEREIRA	12	10	3	25	05/08/1971	1º
ELISANGELA DUARTE MARIM OLIVEIRA	12	10	3	25	27/12/1971	2º
RAMONA APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA	12	10	3	25	06/08/1986	3º
KATIANE SILVA FEITOSA VITORINO	12	9	3	24	27/05/1982	4º
ICLANIA MARIA BORDIN	12	8	3	23	06/09/1971	5º
ROSENIL ALVES GONÇALVES	12	10	0	22	06/08/1976	6º
KEYTH LOPES FALCAO	12	10	0	22	04/08/1983	7º
SILVANA DIAS DALEÃO	12	10	0	22	12/04/1986	8º
ALEXSANDRO CHERES DE OLIVEIRA	12	7	3	22	07/07/1988	9º
ALESSANDRA FONSECA DE ARRUDA GOULART	12	7	3	22	26/04/1991	10º
MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA SANTOS	8,25	10	3	21,25	25/10/1986	11º
CLAUDIA PEREIRA DO AMARAL	12	5	3	20	26/08/1980	12º
WILMA FERREIRA MATHIAS	12	7	0	19	21/08/1964	13º
JAILSA DA CRUZ DE OLIVEIRA SANTOS	12	7	0	19	01/10/1976	14º
LUCIMARA ANDRÉ DOS SANTOS SOARES	4,5	10	3	17,5	24/03/1972	15º
MARINA CONCEIÇÃO TEIXEIRA DA SILVA	12	5	0	17	25/10/1986	16º
MARIANA APARECIDA DE SOUZA GOMES	7,25	6	3	16,25	16/12/1995	17º
LUCIANA LIMA FIRMO BARBOSA	12	1	3	16	16/11/1980	18º
DEBORA MACHADO	12	4	0	16	16/05/1987	19º
JUSSARA RICARDO DA SILVA	3,75	9	3	15,75	03/10/1983	20º
MARIBEL RAMOS DE BAIRROS ROCHA	12	0	3	15	16/07/1966	21º
CRISTIANE CRISPIN DA SILVA	5	6	3	14	06/12/1977	22º
LUCINETE PEREIRA DO NASCIMENTO	3,75	10	0	13,75	26/04/1984	23º
SILVANA PEREIRA NANTES	8,25	4	0	12,25	08/08/1982	24º
CLEONICE GOMES DO NASCIMENTO	10	2	0	12	28/12/1964	25º
ÁUREA MARIA DE SOUZA	5	4	3	12	09/03/1963	26º
ZILMA GOMES DA SILVA	4,75	4	3	11,75	03/04/1992	27º
JOISILENE FIRMO CORDEIRO DA SILVA	7,5	3	0	10,5	21/08/1997	28º
JANE CAROLINE CARNEIRO FERREIRA	5	4	0	9	17/01/1990	29º
GISLAINE DOS SANTOS LOPES	4,75	1	3	8,75	22/07/1995	30º
MARTINA BÁRBARA FRETEZ	0	5	3	8	22/12/1979	31º
SILVANA MARTINS DA SILVA PETRONILIO	0	3	3	6	08/01/1968	32º
VALÉRIA FRANÇA ADAMES	0	4	0	4	26/08/1985	33º
SONYSMARA VIEIRA DE ALBUQUERQUE	2,5	1	0	3,5	12/02/1976	34º
DIONETE CARVALHO DIAS	0	0	3	3	09/10/1960	35º
DARCI ARAÚJO DOS SANTOS	0	3	0	3	31/12/1977	36º
CARLITO RODRIGUES DE PAULO	0	0	3	3	17/09/1981	37º
LUCIANE FALKIEVICZ	0	2	0	2	06/11/1983	38º
EULINDA DA SILVA ACOSTA	0	1	0	1	01/03/1981	39º
ROSIVAN DOS SANTOS ARAUJO	0	0	0	0	31/08/1976	40º

MOTORISTA DE ÔNIBUS/AMBULÂNCIA – TEMPORÁRIO (requisito: Transporte Coletivo)

CANDIDATO	TEMPO SERVIÇO	CURSOS/ CERTIFICADOS	SOMA	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
JACSON SORES DOS SANTOS	12	0	12	16/08/1987	1°

Matéria enviada por LUCIANA DE JESUS OLIVEIRA DELGADO

Prefeitura Municipal de Bodoquena-MS.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGAO ELETRONICO Nº. 08/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2026

O Município de Bodoquena – Estado de Mato Grosso do Sul, através do Agente de Contratação designado pelo Decreto 16/2025 torna público o resultado do processo supra.

Objeto: Registro de Preço para atendimento aos usuários e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica com com aquisição de urna funerária, enquanto modalidade de provisão da Proteção Social Básica, acompanhados pelos equipamentos públicos vinculados às Políticas de Assistência Social no município de Bodoquena-MS.

Empresa (s)	Valor Homologado
JULIARDSON DE C. COUTO LTDA 05.429.227/0001-70	**R$ 162.090,00 (cento e sessenta e dois mil e noventa reais)**

Valor Global: R$ 162.090,00 (cento e sessenta e dois mil e noventa reais)

Bodoquena-MS, 30 de março de 2026.

Homologar o resultado proferido pela comissão, no processo acima mencionado, em favor das Empresas vencedoras.

_____

Karen Alves Barbosa

Secretária Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Douglas Ribeiro Bandeira

Prefeitura Municipal de Bodoquena-MS.

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGAO ELETRONICO Nº. 08/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2026

O Município de Bodoquena – Estado de Mato Grosso do Sul, através do Agente de Contratação designado pelo Decreto 16/2025 torna público o resultado do processo supra.

Objeto: Registro de Preço para atendimento aos usuários e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica com com aquisição de urna funerária, enquanto modalidade de provisão da Proteção Social Básica, acompanhados pelos equipamentos públicos vinculados às Políticas de Assistência Social no município de Bodoquena-MS.

Empresa (s)	Valor Adjudicado
JULIARDSON DE C. COUTO LTDA 05.429.227/0001-70	**R$ 162.090,00 (cento e sessenta e dois mil e noventa reais)**

Valor Global: R$ 162.090,00 (cento e sessenta e dois mil e noventa reais)

Bodoquena-MS, 30 de março de 2026.

Adjudicar o resultado proferido pela comissão, no processo acima mencionado, em favor das Empresas vencedoras.

_____

Karen Alves Barbosa

Secretária Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Douglas Ribeiro Bandeira

Prefeitura Municipal de Bodoquena-MS.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 18/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2026

O Município de Bodoquena – Estado de Mato Grosso do Sul, através do Presidente designado pelo Decreto Nº 03, de 12 de janeiro de 2026 torna público o resultado do processo supra.

Objeto: Contratação de empresa especializada na confecção de lixeira metálica com duas tampas e divisórias, fabricada em chapa nº 14, medindo 2,00 m (comprimento) x 1,00 m (largura) x 1,00 m (altura), destinada a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Meio Ambiente e Cultura do Município de Bodoquena/MS.

EMPRESA	Valor homologado
A. LOURENCO CORREA JUNIOR LTDA (40.152.269/0001-08)	**R$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais)**

Valor Global: R$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais)

Vigência: 12 (doze) meses.

Bodoquena-MS, 31 de março de 2026«cdsProcesso_DATA_HOMOLOGACAO»

Homologar o resultado proferido pela comissão, no processo acima mencionado, em favor da empresa vencedora.

Marcele Albuquerque dos Santos Montagner

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Turismo e Meio Ambiente

Matéria enviada por Douglas Ribeiro Bandeira

Contrato

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 222/2025 DISPENSA N° 134/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E MEIO AMBIENTE E A EMPRESA CASA DA SEMENTE COMERCIO E SERV (11.162.527/0001-39).OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Aquisição De Material Para Implementação da horta comunitária, para atender as demandas do

departamento de agricultura.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – O presente termo aditivo ao contrato tem por fundamentação legal a prorrogação do prazo de vigência do presente contrato administrativo, conforme disposto na Clausula Segunda do contrato e artigo 105 de Lei 14.133/21 e alterações posterioresDA VIGÊNCIA – Em razão do presente, na forma e condições previstas prorroga-se o prazo de vigência, alterando de 02 de março de 2026 para o dia 02 de junho de 2026. RATIFICAÇÃO - Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.Assinam: Gerson Araujo dos SantosSecretaria Geral de Governo e Gestão - Contratante Marcele Albuquerque dos Santos MontagnerSecretária Municipal Desenvolvimento Econômico, Turismo, Meio Ambiente – ContratanteCASA DA SEMENTE COMERCIO E SERV (11.162.527/0001-39)Contratada. Bodoquena/MS, 02 de março de 2026.

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Contrato

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 63/2023-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 179/2023-PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2023

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BODOQUENA ATRAVÉS DA SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO E A EMPRESA JJ IMPRESSORAS.OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual do processo licitatório - Pregão Presencial nº 020/2023, cujo objeto é locação de impressora, com impressão, cópia e digitalização, visando atender as necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Bodoquena. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL– O presente termo aditivo ao contrato tem por fundamentação legal a prorrogação do prazo de vigência do presente contrato administrativo, conforme Clausula Sexta do Contrato nº 063/2023, e nos termos art. 57, II da Lei nº 8.666, de 1993.VIGÊNCIA: Em razão do presente, na forma e condições previstas prorroga-se o prazo de vigência, alterando a data do término que estava prevista para o dia 31 de dezembro de 2025, conforme cláusula sexta do contrato, para o dia 03 de maio de 2026.Assinam: **Gerson Araujo dos Santos** Secretaria Geral de Governo e Gestão– Contratante.JJ IMPRESSORAS -Contratada. Bodoquena/MS, 03 de março de 2026.

Matéria enviada por ELIVANIA DE SOUZA CARVALHO

Câmara Municipal de Bodoquena-MS

Resolução nº002/2026

"Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Bodoquena-MS, e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, Vereador **Ayrton Ferreira Marques,** no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz saber que o soberano Plenário aprovou e ele sanciona e promulga a presente Resolução:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Bodoquena/MS.

Art. 2º Esta Resolução tem como objetivos valorizar o servidor público, promover a eficiência da administração e garantir o desenvolvimento institucional.

Parágrafo único. O sistema de retribuição pecuniária dos servidores observa a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade, os componentes, as peculiaridades e os requisitos para a investidura no cargo.

Art. 3º No âmbito do Poder Legislativo é vedada a nomeação ou designação, para cargo em comissão ou função de confiança, de cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau do Presidente da Câmara.

Art. 4º Os quantitativos dos cargos que integram esta Resolução são os estabelecidos nos Anexos I e II desta Resolução.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º As atribuições específicas dos cargos efetivos do Poder Legislativo serão exercidas em conformidade com as competências vinculadas à respectiva formação profissional e constam do Anexo III desta Resolução.

CAPITULO III

DOS CONCEITOS

Art. 6º Para efeitos do presente Plano de Cargos e Vencimentos considera-se:

I. Cargo: unidade de competência indivisível, que se expressa em conjunto de deveres, responsabilidades, atribuições, tarefas e funções organizadas, que apresentam identidade de natureza, com número certo e denominação própria, preenchidos por servidores admitidos para tal fim, dividindo-se em cargos efetivos e cargos em comissão, sendo:

a) Cargo Efetivo: conjunto de deveres e responsabilidades, tarefas e atribuições conferidas a servidores admitidos por meio de Concurso Público para tal fim.

b) Cargo em Comissão: conjunto de deveres e responsabilidades, atividades, tarefas e atribuições inerentes à direção, coordenação, gerência, chefia e assessoramento ao Poder Legislativo, conferido temporariamente a pessoas com experiência, pertencentes ou não ao quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal, de livre nomeação e exoneração.

II. Função de Confiança: conjunto de deveres, responsabilidades, tarefas e atribuições exercidas por servidores efetivos para assessoramento, chefia e direção de trabalhos específicos, remuneradas por meio de gratificação acrescida ao

vencimento do servidor.

III. Grupo Ocupacional: agrupamento de cargos, correlatos ou afins, formado por um conjunto de atribuições direcionadas para um mesmo objetivo e que se relacionam pela natureza do trabalho ou pelo ramo do conhecimento desenvolvido.

IV. Classe: conjunto de cargos da mesma natureza, com responsabilidades e atribuições semelhantes, remunerado por uma faixa de referências e vencimentos.

V. Referência: representação salarial dos níveis hierárquicos em que se subdividem as classes.

VI. Progressão Funcional: passagem de uma referência salarial para outra imediatamente superior, na mesma classe, após interstício temporal determinado.

VII. Vencimento: retribuição pecuniária devida aos servidores pelo exercício de cargo público.

VIII. Remuneração: vencimento do cargo efetivo acrescido de vantagens pecuniárias permanentes, temporárias ou transitórias, atribuídas ao servidor pelo exercício de cargo público.

IX. Gratificação: vantagem pecuniária que se acresce ao vencimento do servidor efetivo ocupante de função de confiança.

X. Abono Permanência: reembolso ou incentivo financeiro equivalente ao valor da contribuição previdenciária que o servidor continua a pagar ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS), mesmo após já ter preenchido todos os requisitos para se aposentar voluntariamente.

XI. Adicional de Qualificação: vantagem pecuniária de caráter remuneratório, concedida a servidores públicos que, no decorrer de suas carreiras, adquirem conhecimentos e habilidades adicionais por meio de titulação acadêmica (pós-graduação, mestrado, doutorado) ou por participação em cursos de capacitação e treinamentos, desde que essas qualificações sejam superiores à escolaridade mínima exigida para o ingresso no cargo.

XII. Incorporação: direito adquirido pelo servidor público efetivo de ter uma parcela de sua remuneração, percebida por determinado período e em caráter não eventual, integrada permanentemente ao seu vencimento-base, nos termos e limites da legislação específica.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 7º O PCCR instituído por esta Resolução está fundamentado em um processo de reestruturação de cargos, carreira, vencimentos e política de remuneração com ênfase nas diretrizes e nos princípios seguintes:

I - vinculação das atividades a serem exercidas nas diversas áreas de atuação a estratégias, processos de trabalhos e competências das unidades organizacionais e, por consequência, aos objetivos estratégicos do Poder Legislativo;

II - participação e formação de opinião dos servidores por meio de processo democrático e transparente de comunicação e de coleta de informações e sugestões obtidas pelas entidades de classe representativas dos servidores, como forma de assegurar a modernização de cargos e carreira e o necessário equilíbrio interno e externo dos vencimentos com aqueles praticados por outros órgãos públicos estratégicos;

III - desenvolvimento funcional na carreira em decorrência de desempenho, tempo de serviço e participação em programas e projetos de capacitação e educação continuada com foco na gestão por competências como instrumento de desenvolvimento organizacional, profissional e pessoal dos servidores, levando-se em conta as necessidades estratégicas do Poder Legislativo de Bodoquena e os legítimos interesses dos servidores;

IV - ingresso nos cargos de provimento efetivo da carreira legislativa mediante a aprovação e a classificação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos;

V - nomeação para cargos em comissão da estrutura administrativa e designação para funções de confiança, de livre nomeação e exoneração, nos termos da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA OCUPACIONAL

Art. 8º A estrutura funcional compreende cargos efetivos, cargos em comissão e as funções de confiança.

Art. 9º Os cargos efetivos são organizados conforme o Anexo I e os cargos em comissão e funções de confiança conforme o Anexo II.

§1º Dos cargos comissionados existentes na estrutura da Câmara Municipal, no mínimo, cinco por cento (5%) serão destinados a servidores efetivos.

§2º As funções de confiança serão destinadas a servidores efetivos escolhidos e nomeados pelo Presidente da Câmara, não incorporando ao vencimento do servidor os valores da gratificação.

CAPÍTULO VI

DO PROVIMENTO

Art. 10º O ingresso em cargo efetivo se dará mediante concurso público de provas ou de provas de títulos para o padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.

Art. 11º O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público ficará sujeito, durante o período de 36 (trinta e seis) meses, a estágio probatório ao longo do qual a assiduidade, pontualidade, aptidão, disciplina, capacidade, eficiência e dedicação demonstradas serão objeto de avaliação, conforme critérios e fatores definidos em regulamento expedido pelo Presidente da Câmara, visando à sua confirmação na carreira ou exoneração do respectivo cargo.

§ 1º O servidor poderá ocupar, durante o período do estágio probatório, cargo em comissão.

§ 2º No caso de ausência ou de afastamento do servidor em estágio probatório por período superior a sessenta dias, a contagem para fins de avaliação será suspensa, recomeçando nova contagem a partir do retorno do servidor às suas atividades inerentes ao cargo.

§ 3º O servidor, ao término do período de estágio probatório, se confirmado na carreira, fará jus, automaticamente, à

progressão funcional da respectiva carreira.

Art. 12º Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração**.**

Art. 13º O provimento dos cargos em comissão é de exclusiva competência do Presidente da Câmara Municipal de Bodoquena, somente podendo ser alterados por Resolução própria e específica para esse fim.

Parágrafo único. A recomposição inflacionária dos cargos comissionados deverá ocorrer na mesma data de revisão salarial dos cargos efetivos.

Art. 14º Os servidores do Quadro Permanente, quando designados para cargos em comissão, poderão optar pelo vencimento do cargo efetivo ou do cargo para o qual foram nomeados, não podendo acumular os valores.

Art. 15º A revisão salarial dos vencimentos dos servidores efetivos do Legislativo Municipal dar-se-á sempre até o dia 15 de fevereiro de cada ano, por meio de resolução, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício.

CAPÍTULO VII

DA LOTAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

Art. 16º A lotação e movimentação dos servidores serão definidas por ato da Presidência, de acordo com o interesse público.

CAPÍTULO VIII

DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 17º O desenvolvimento funcional dar-se-á exclusivamente por progressão horizontal, entendida como a passagem do servidor de uma referência para a imediatamente superior, dentro da mesma classe.

Art. 18º A progressão horizontal ocorrerá mediante critérios de tempo de serviço e avaliação de desempenho, nos termos desta Resolução.

Art. 19º A progressão ocorrerá por mudança de referência dentro da mesma classe, observados critérios de tempo de serviço e desempenho.

CAPÍTULO IX

DA CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

Art. 20º A Câmara promoverá ações de capacitação e formação continuada dos servidores.

Art. 21º A capacitação e a educação continuada visam à qualificação e ao desenvolvimento dos servidores do quadro de pessoal do Poder Legislativo, constituindo-se em elemento primordial para o alcance dos objetivos estratégicos, a eficiência nos trabalhos desenvolvidos e a eficácia dos resultados obtidos pelo Poder Legislativo.

Art. 22º Capacitação e educação são o conjunto de ações pedagógicas que objetivam incentivar e assistir o crescimento profissional dos servidores, desenvolvendo suas competências profissionais e pessoais.

CAPÍTULO X

DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 23º São instituídos os seguintes adicionais e gratificações:

I – gratificação especial temporária;

II – gratificação por função de confiança;

III – adicional de férias;

IV - adicional de qualificação;

V - adicional por tempo de serviço;

VI – abono permanência;

VII – Incorporação de vantagens – aplicando-se exclusivamente aos servidores que já possuem esse direito adquirido por força da lei, conforme o marco temporal estabelecido em legislação específica.

§ 1º As gratificações de que tratam os incisos I e II deste artigo deverão ser calculadas apenas sobre o vencimento-base do servidor efetivo.

§2º O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

§3º O pagamento do abono de permanência, não se incorpora a base de cálculo para pagamento de adicionais de natureza pessoal ou de função ou gratificação diversas e cessa automaticamente quando o servidor se aposenta ou em caso de exoneração, demissão ou falecimento.

Seção I

Da Gratificação Especial Temporária

Art. 24º A Gratificação Especial Temporária é destinada aos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal que exerçam, por designação formal, funções de titularidade nas Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Bodoquena/MS.

Art. 25º A função gratificada será devida aos servidores efetivos que forem designados como titulares nas seguintes comissões e fiscalização:

I. Comissão de Contratação;

II. Comissão de Patrimônio;

III. Comissão de Ética;

IV. Fiscal de Contratos.

§1º Em licitações conduzidas por Comissão de Contratação, esta assume as atribuições do Agente de Contratação, e seu Presidente é responsável pela condução do processo licitatório, auxiliado pelos demais membros.

§2º Somente a gratificação do inciso IV, relacionada à fiscalização de contratos, conforme a Lei nº 14.133/2021, poderá ser destinada ao servidor comissionado em situações excepcionais e temporária, quando não houver efetivos disponíveis e qualificados, desde que justificado e com qualificação adequada.

Art. 26º A designação é de livre escolha da Presidência da Câmara, por ato interno, sendo que os servidores designados podem ser substituídos a qualquer momento por Ato da Presidência.

Parágrafo único. Ao Presidente caberá estabelecer qual índice de porcentagem do anexo IV deste Projeto, o servidor terá direito, após avaliação de desempenho, grau de responsabilidade e quantidade de serviços.

Art. 27º A Função Gratificada será temporária e não incorporará ao vencimento do servidor, sendo devido enquanto permanecer a designação.

Art. 28º O servidor designado para o exercício simultâneo de mais de uma função gratificada poderá perceber acréscimo remuneratório em razão da cumulação, observado o limite máximo adicional de até 20% (vinte por cento) incidente sobre a gratificação principal já percebida.

Parágrafo único. O acréscimo previsto no caput:

I – não poderá, em nenhuma hipótese, resultar em valor superior aos limites estabelecidos no Anexo IV desta Resolução;

II – dependerá de ato fundamentado da Presidência da Câmara;

III – será disciplinado em regulamento próprio, que estabelecerá critérios objetivos de concessão, controle e avaliação do exercício das funções.

Seção II

Da Gratificação Por Função de Confiança

Art. 29º A função de confiança legislativa (FCL) é destinada privativamente a ocupantes de cargo efetivo da Carreira Legislativa, para o desempenho de assistência, supervisão, direção, chefia e assessoramento técnico.

§ 1º A função de confiança legislativa (FCL) constitui ampliação temporária das atribuições do cargo efetivo e será exercida por servidor que possua experiência profissional, habilitação e/ou capacitação específica para o desempenho de suas atribuições e para assumir as responsabilidades que lhe são inerentes.

§ 2º Os ocupantes das funções de confiança poderão ser convocados sempre que o interesse da Administração exigir.

§ 3º - A designação para a Função de Confiança Legislativa (FCL) será feita por ato discricionário do Presidente da Câmara e terá caráter precário, podendo o servidor ser dispensado a qualquer tempo, a juízo da autoridade competente, cessando-se automaticamente o pagamento da respectiva gratificação.

Art. 30º A gratificação pelo exercício de Função de Confiança Legislativa (FCL) incidirá em percentual sobre o vencimento básico acrescido dos encargos especiais do cargo efetivo.

§ 1º Os quantitativos de Função de Confiança Legislativa (FCL) e os respectivos percentuais definidos para retribuir a gratificação em cada nível hierárquico são os identificados no Anexo IV desta Resolução.

§ 2º A definição do símbolo a ser atribuído na designação da Função de Confiança Legislativa (FCL) resultará da análise e da avaliação da posição hierárquica dentro da estrutura organizacional e/ou do nível de complexidade e de responsabilidade da atividade que deverão contemplar a ponderação dos seguintes fatores:

I - a correlação de atribuições do cargo efetivo e da função a ser exercida;

II - complexidade da atividade e o nível de poder decisório;

III - vinculação hierárquica, posições superiores e inferiores na estrutura do órgão ou entidade;

IV - nível de supervisão requerida no exercício das respectivas atribuições;

V - conhecimentos requeridos, nível de escolaridade, experiência e habilidades.

§ 3º A gratificação atribuída pelo exercício das funções de que trata este artigo será paga cumulativamente com as parcelas remuneratórias do cargo efetivo do servidor, sofrerá incidência de contribuição previdenciária, não se incorpora, para qualquer efeito, à remuneração do servidor e nem constituirá base para o cálculo de qualquer vantagem remuneratória, salvo a decorrente de gratificação natalina e de adicional de férias.

§ 4º É vedado acumular a gratificação pela Função de Confiança Legislativa (FCL) com gratificação pelo exercício de cargo em comissão.

Seção III

Do Adicional de Férias

Art. 31º Independentemente de pedido, será pago ao servidor, ao entrar em férias, um adicional de um terço a mais sobre a respectiva remuneração.

§ 1º O adicional incidirá, sempre, sobre a remuneração de um mês.

§ 2º No caso de o servidor exercer função de direção, chefia, assessoramento ou assistência, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de férias.

Art. 32º A critério da Presidência do Poder Legislativo, observadas a necessidade do serviço, a conveniência administrativa e a disponibilidade financeira e orçamentária, poderá ser autorizada a conversão em abono pecuniário de até um terço do período de férias dos servidores do Poder Legislativo, calculado com base na remuneração do servidor, incluído o adicional constitucional de férias.

§ 1º A conversão de que trata o caput dependerá de requerimento expresso do servidor, exclusivamente para fins de opção pela conversão, a ser apresentado com antecedência mínima de sessenta dias do início do gozo das férias, admitida, excepcionalmente, a análise de pedido apresentado em prazo inferior, desde que atendido o interesse da Administração.

§ 2º O servidor deverá indicar, no requerimento, o período contínuo em que permanecerá em efetivo exercício em razão da conversão das férias em abono pecuniário, vedada a conversão que recaia, total ou parcialmente, sobre o período de recesso legislativo.

§ 3º O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 4º Fica vedada a acumulação de mais de dois períodos aquisitivos de férias pelo servidor. A não fruição das férias no prazo legal implicará sua obrigatória concessão pela Administração, independentemente de requerimento do servidor.

Seção IV

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 33º O adicional por tempo de serviço será concedido aos servidores à razão de cinco por cento a cada cinco anos de serviço público efetivo prestado à Câmara Municipal de Bodoquena, observado o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento), incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo, ainda que investido o servidor em função ou cargo de confiança.

Parágrafo único. O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o quinquênio.

Seção V

Do Adicional de Qualificação

Art. 34º Fica instituído o adicional de qualificação, de caráter permanente, a ser concedido aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo quando da conclusão de formação em grau de escolaridade acima daquele exigido para o ingresso no respectivo cargo, conforme os requisitos e percentuais desta lei e regulamento próprio.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados os cursos de graduação de nível superior e de pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas, ou stricto sensu de mestrado e doutorado, ministrados por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação na forma da legislação vigente**.**

Art. 35º O Adicional de Qualificação incidirá sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, observado o seguinte:

I - 12,5% (doze vírgula cinco por cento) aos portadores de título de Doutor;

II - 10% (dez por cento) aos portadores de título de Mestre;

III - 7,5% (sete vírgula cinco por cento) aos portadores de Certificado de Especialização;

IV - 5% (cinco por cento), aos portadores de diploma de curso superior;

V – 3% (três por cento), aos portadores do diploma de tecnólogo;

VI - 2,5% (dois vírgula cinco por cento) aos ocupantes de cargos, portadores de certificado do ensino fundamental e médio.

§ 1º Para as hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo, os títulos e certificados aptos a gerar o direito à percepção do adicional de qualificação são os resultantes de cursos de pós-graduação relacionados ou afins às atribuições do cargo efetivo, da função de confiança ou do cargo em comissão que o servidor efetivo estiver investido.

§ 2º A percepção do adicional nas hipóteses dos incisos I, II e III, atribuído em razão da afinidade do curso de pós-graduação com a função de confiança ou cargo em comissão exercido pelo servidor efetivo, é assegurado apenas durante o respectivo exercício.

§ 3º O Adicional de Qualificação será devido a partir do dia do protocolo do requerimento para concessão da vantagem, devidamente instruída com a apresentação do título, diploma ou certificado.

§ 4º O integrante das carreiras de que trata esta Lei, quando cedido, não perceberá, durante o afastamento, o adicional de que trata este artigo.

§ 5º Sobre o adicional de que trata este artigo não incidirão quaisquer outras vantagens.

§ 6º Os cursos de formação devem ser oferecidos por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação, na forma da legislação vigente e o servidor será responsável pela veracidade das informações apresentadas.

§ 7º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um dos percentuais previstos nos incisos I a VI deste artigo.

Parágrafo único. Excepcionalmente, para os fins deste artigo, o Adicional de Qualificação incidirá também sobre o adicional por tempo de serviço, vedada a incidência recíproca ou a utilização dessa base de cálculo para qualquer outra vantagem, não se caracterizando efeito cascata.

CAPÍTULO XI

DAS LICENÇAS

Art. 36º Fica assegurado às servidoras públicas da Câmara Municipal o direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, mediante apresentação de atestado médico ou certidão de nascimento.

Art. 37º Fica assegurado aos servidores públicos da Câmara Municipal o direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, contados a partir da data do nascimento ou da adoção da criança, mediante apresentação de certidão de nascimento ou termo de adoção.

Parágrafo único. Durante o período de licença, o servidor não poderá exercer qualquer atividade remunerada, sob pena de perda do direito à licença e da respectiva remuneração.

CAPÍTULO XII

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 38º Progressão Funcional é a elevação do servidor efetivo à referência imediatamente superior àquela a que pertence, dentro da respectiva classe, obedecido critério de antiguidade**.**

Art. 39º A antiguidade será apurada pela permanência efetiva do servidor na referência, apurada em dias.

Art. 40º Não será concedida progressão automática a servidor que vier a falecer ou for aposentado, devendo os valores serem computados em progressões consolidadas.

Art. 41º Será de 2 (dois) anos de permanência efetiva na referência anterior o interstício para progressão, sendo a primeira automaticamente após o vencimento do estágio probatório.

§ lº. A progressão a que se refere o caput deste Artigo será com acréscimo de 4% (quatro por cento) do vencimento básico.

§ 2º A progressão somente será concedida quando verificado que o servidor cumpriu o interstício de 2 (dois) anos na referência anterior e não sofreu penalidade disciplinar ou ética.

Art. 42º Não fará jus à progressão o servidor que sofrer penalidade por infração ética no período de referência e enquanto perdurar os efeitos da punição.

Art. 43º Em benefício daquele a quem por direito cabia a progressão, será declarado sem efeito o ato que a houver concedido indevidamente.

§ lº. O beneficiário da progressão indevida a que se refere este artigo ficará obrigado a restituir o que receber indevidamente.

§ 2º. O servidor a quem cabia a progressão será indenizado da diferença de vencimento a que tiver direito.

CAPÍTULO XIII

DA INTERPRETAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE DIREITOS

Art. 44º Nenhuma disposição desta Lei poderá implicar redução de remuneração.

Art. 45º Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora.

CAPÍTULO XIV

DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES

Art. 46º Os Servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS são regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 47º Aplicam-se subsidiariamente aos servidores as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar Nº 123, de 29 de Dezembro de 2022, ou outra que venha a substituí-la.

Art. 48º O vínculo estatutário assegura ao servidor estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação especial de desempenho**.**

Art. 49º Os servidores não poderão acumular cargos públicos em desacordo com a Constituição Federal, sendo obrigatória a comprovação da compatibilidade de horários.

Art. 50º Os deveres, proibições, responsabilidades e sanções dos servidores seguem as disposições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e em regulamentos internos da Câmara Municipal.

CAPÍTULO XV

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 51º O horário de trabalho dos servidores da Câmara Municipal é de 40h (quarenta horas) semanais, podendo sofrer alteração por ato do Presidente, de acordo com a natureza e a necessidade dos serviços, cuja duração não poderá ser superior a quarenta horas semanais, com 08h (oito horas) diárias e intervalo de 02h (duas horas) para almoço, nem ser inferior a 30h (trinta horas) semanais, sendo seis horas ininterruptas, ressalvadas as disposições legais sobre cargas horárias especiais.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 52º Esta Resolução será complementada pelos Anexos I, II, III, IV e V, que integram o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e trazem a estrutura de cargos, requisitos, atribuições e gratificações**.**

Art. 53º Ficam criados, reestruturados e ajustados quantitativos de cargos no âmbito do quadro de servidores do Poder Legislativo da Câmara Municipal, na seguinte forma:

I – Ficam criados os seguintes cargos em comissão:

a) 01 (um) cargo de Diretor de Licitação;

b) 01 (um) cargo de Auxiliar Administrativo.

II – Ficam criados os seguintes cargos efetivos:

a) 01 (um) cargo de Pregoeiro;

b) 01 (um) cargo de Analista de Recursos Humanos;

c) 01 (um) cargo de Controlador Interno.

III – Os cargos em comissão abaixo relacionados passam a ter as seguintes novas denominações:

a) O cargo de Chefe de Gabinete passa a ser denominado Diretor de Gabinete;

b) O cargo de Assessor Jurídico passa a ser denominado Diretor Jurídico.

IV – Fica ajustado o quantitativo de vagas do cargo efetivo de Assistente Administrativo, que passa a ter 04 (quatro) vagas, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 54º Compete à Presidência da Câmara Municipal regulamentar as disposições desta Resolução e fixar normas e procedimentos administrativos para sua aplicação e implementação.

Art. 55º Ficam assegurados aos servidores do Poder Legislativo, todos os direitos adquiridos anteriormente a esta Resolução.

Artigo 56º - As despesas decorrentes da presente Resolução Legislativa, serão atendidas por conta das Orçamentárias

próprias.

Artigo 57º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, retroagindo os seus efeitos a partir de 1° abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Bodoquena MS., 31 de março de 2.026.

Ayrton Ferreira Marques

Presidente/CMB

Matéria enviada por Leide Acosta Machado

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

Câmara Municipal de Bonito

ATO CMB N. 17, DE 31 DE MARÇO DE 2026

O Presidente do Poder Legislativo do Município de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o que dispõe a Resolução 65 de 31 de agosto de 2.000,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Bonito, a servidora público municipal, TALISSA BALBUENO LEITE, Assessora Parlamentar, Matrícula 206-1.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO HENRIQUE BREDA SANTOS

Presidente

Matéria enviada por Mariana Alves Rodrigues da Rocha

Procuradoria Juridica

DECRETO Nº 109 DE, 31 MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde e a recomposição das Comissões Permanentes para o Biênio 2026 a 2028, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 2º a 5º da Lei nº 987, de 02 de dezembro de 2003, com alteração dada pela Lei Municipal nº 1.509 de 19 de novembro de 2018 (alterada pela Lei nº 1.583 de 08 de março de 2021);

CONSIDERANDO, as disposições contidas no art. 2º da Lei nº 987 de 2 de dezembro de 2003 que trata do Conselho Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º. A Composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Bonito-MS e de suas respectivas Comissões Permanente, Conselheiros Titulares e Suplentes dos Seguimentos, para o Biênio 2026/2028, será:

I – SECRETÁRIA EXECUTIVA: RUTH FERREIRA DE ARAUJO

II – MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Presidente: Nilza Dos Santos Cintra;

Vice-Presidente: Maria Do Carmo Souza Drumond;

1ª Secretário: Weksley Cantieri Barbosa;

2ª Secretária: Ana Carolina Colla Rodrigues.

III – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

Relator: Nilza dos Santos Cintra;

Presidente: Emanuele Campos do Nascimento Fontoura;

1º Secretario: Izabel Gonçalves Cavalheiro Dannemann**;**

2° Secretario: Eudo Sebastião Assis.

IV – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, NORMAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS DA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO

Relator: Luara Jacques Carvalho Engel;

Presidente: Nilza dos Santos Cintra;

1º Secretario: Maria do Carmo Souza Drumond;

2° Secretario: Weksley Cantieri Barbosa.

V – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Relator: Emanuele Campos do Nascimento Fontoura;

Presidente: Maria do Carmo Souza Drumond;

1º Secretario: Adalcio Barreto;

2° Secretario: Francisca do Carmo Firmo.

VI – COMISSÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PRÓPRIOS, CONVENIADOS E CONTRATADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/ SUS

Relator: Weksley Cantieri Barbosa;

Presidente: Nirlei Barreto Cheres;

1º Secretario: Elza Maria Trevelin;

2° Secretario: Raiane Benitez Silva.

VII – COMISSÃO DE CONTROLE SOCIAL E DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Relator: Izabel Gonçalves Cavalheiro Dannemann;

Presidente: José Estevam dos Santos,

1º Secretario: Ana Lice da Silva Nascimento dos Santos;

2° Secretario: Marcio Demerval Fonseca Filho.

VIII – CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES ELEITOS POR SEGMENTOS

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS DOS SUS:

Titular: Maria do Carmo Souza Drumond;

Suplente: Marta Gerusa dos Santos;

Titular: Elza Maria Trevelin;

Suplente: Rodrigo Loureiro Lopes;

Titular: Luara Jacques Carvalho Engel;

Suplente: Eudo Sebastião Assis;

Titular: Francisca do Carmo Firmo;

Suplente: Maria Cristina Leandra da Silva;

Titular: Weksley Cantieri Barbosa;

Suplente: Marcio Demerval Fonseca Filho;

Titular: Susana Beatriz Gatica Aguila;

Suplente: José Estevam dos Santos.

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES NA ÁREA DA SAÚDE:

Titular: Adalcio Barreto;

Suplente: Ana Lice da Silva Nascimento dos Santos;

Titular: Nilza dos Santos Cintra;

Suplente: Demerval de Lima Ferreira Filho;

Titular: Nirlei Barreto Cheres;

Suplente: Rosana Rodrigues dos Santos.

REPRESENTANATES DOS GESTORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS DA SAÚDE:

Titular: Ana Carolina Colla Rodrigues;

Suplente: Alex Lopes Belini;

Titular: Emanuele Campos do Nascimento Fontoura;

Suplente: Izabel Gonçalves Cavalheiro Dannemann;

Titular: Raiane Benitez Silva;

Suplente: Raquel de Oliveira Meza.

Art. 2º O mandato da mesa diretora findar-se-á em 22 de março de 2028, ocasião em que se fará nova eleição, permitida a recondução.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de publicação, devendo ser afixado no mural da Prefeitura Municipal de Bonito e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 91 da Lei Orgânica Municipal, revogando as disposições em contrário.

JOSMAIL RODRIGUES

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Giulia Menezes da Silva

Procuradoria Juridica

DECRETO Nº 100 DE, 31 DE MARÇO DE 2026.

RESCINDE O TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 006/2026, FIRMADO COM A EMPRESA JS LOCAÇÕES DIGITAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que não vem a PERMISSIONÁRIA cumprindo a contento o contrato, mormente no que se trata de realizar o pagamento da taxa mensal de R$500,00 (quinhentos reais), mediante Guia de Recolhimento do Munícipio, conforme o art. 5º do Decreto Municipal nº 58, de 11 de fevereiro de 2026;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 66, inciso VII, e artigo 105, 2º, permite revogação de contratos firmados com particulares para uso de bens públicos, através de Decreto Municipal, da lavra do Prefeito Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal nº 58 de 11.02.2026, na forma permitida pelo artigo 105, 2º, da Lei Orgânica Municipal, determinando o encerramento do Termo de Autorização de Uso de nº 006/2026, firmado entre município e a empresa JS Locações Digitais, destinado ao uso do espaço do quiosque localizado na Rua Cel. Pilad Rebuá, nº 1780, Centro do Município de Bonito/MS.

Art. 2º. A permissionária descumpriu a Cláusula Terceira, inciso II, letra c, do Termo de Autorização de Uso, ficando rescindindo o referido contrato, dando-se as partes ampla, geral, rasa e irrevogável quitação, nada devendo uma a

outra, nem podendo nada ser exigido em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal, ficando rescindido de pleno direito o Termo de Autorização de Uso Nº 006/2026 firmado em 31.12.2025, entre o Município de Bonito/MS e a empresa JS Locações Digitais.

Art. 3º. Este decreto revoga o Decreto nº 58, de 11.02.2026 e entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1° da Lei Orgânica Municipal.

JOSMAIL RODRIGUES

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Giulia Menezes da Silva

Procuradoria Juridica

DECRETO Nº 101 DE, 27 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE TERMO DE PERMISSÃO DE USO E RESPONSABILIDADE Nº 007/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO/MS E O EMPREENDEDOR INDIVIDUAL FERNANDO HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA - MEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 66, VI da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que os bens públicos podem ser disponibilizados a terceiros, com vistas a utilizá-los, após regular procedimento perante a pessoa jurídica de direito público que o detém;

CONSIDERANDO que o art. 1º, §3º, da Lei nº 1.403 de 23 de dezembro de 2015, delibera: "Dispõe sobre os bens imóveis municipais e dá outras providências.", e preconiza em seu §3º, que: "O uso comum dos bens públicos poderá ser gratuito ou mediante retribuição econômica";

CONSIDERANDO que o art. 7º, V, da Lei nº 1.403 de, 23 de dezembro de 2015, preconiza que: "os bens pertencentes ao patrimônio municipal poderão ser utilizados por terceiros, desde que não viole o interesse público, tendo como uma das modalidades de utilização a "Autorização de Uso';

CONSIDERANDO que o art. 13º, Parágrafo único, da Lei nº 1.403 de, 23 de dezembro de 2015, infere-se que: "Autorização é um ato unilateral, precário e discricionário, por tempo certo ou indeterminado, por meio do qual o Munícipio autoriza o particular a usufruir de bem imóvel" e "A autorização será efetivada mediante Decreto do Prefeito municipal";

CONSIDERANDO o Termo de Permissão de Uso e Responsabilidade nº 007/2026, do Município de Bonito;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o TERMO DE PERMISSÃO DE USO E RESPONSABILIDADE nº 007/2026, que tem como objeto a Permissão de Uso, a título precário e oneroso, para ocupação do Quiosque n° 05 da Praça da Liberdade, localizado na Rua 15 de novembro, entre as Ruas Pilad Rebuá e Luiz da Costa Leite, no centro do Município de Bonito/MS, pelo Empreendedor Individual FERNANDO HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CNPJ: 65.104.765/0001-60.

Art. 2º O quiosque deverá ser utilizado para o exercício de atividade estritamente comercial.

Art. 3º O PERMITENTE autoriza a PERMISSIONÁRIA a realizar a montagem de até 05 (cinco) mesas com 04 (quatro cadeiras) com abrigo de guarda sol no perímetro do espaço permitido.

Art. 4º A cessão de uso possui caráter oneroso, obrigando-se a PERMISSIONÁRIA ao pagamento de taxa mensal de R$ 400,00 (quatrocentos reais), com vencimento até o dia 10 de cada mês, mediante Guia de Recolhimento do Município, a ser retirada no Departamento de Tributação.

Art. 5º A PERMISSIONÁRIA se obriga a conservar, realizar a manutenção e guardo do espaço cujo uso lhe é permitido, deixando-o permanentemente limpo e conservado, assim como o uso de equipamentos e materiais em bom estado de conservação, além de primar pela qualidade dos serviços prestados, atendendo as exigências do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 6º O PERMITENTE obriga-se a disponibilizar espaço a PERMISSIONÁRIA e a fiscalizar a utilização do espaço e a sua adequação com a finalidade para o qual está sendo destinado.

Art. 7º A PERMISSIONÁRIA se responsabiliza pelas despesas com água, energia e taxas necessárias para o exercício da atividade, bem como por todas as obrigações que vier a assumir perante TERCEIROS, ainda que vinculadas ou decorrentes do uso do espaço, bem como, será responsável, exclusivamente, por danos ou indenizações a TERCEIROS devidos em decorrência dos equipamentos a serem instalados no local.

Art. 8º O Termo de Permissão de Uso e Responsabilidade terá vigência a partir do dia 20 de fevereiro de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer das obrigações ou condições nele pactuadas, ou pela superveniência de norma legal, fato administrativo que o torne inexequível, ou por ato unilateral de qualquer das partes, mediante aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 9º A PERMISSIONÁRIA não poderá, em hipótese alguma, ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o espaço objeto deste instrumento ou os direitos e obrigações dele decorrentes.

Art. 10. Fica vedada toda e qualquer alteração no imóvel sem a autorização expressa do PERMITENTE, devendo qualquer benfeitoria ser incorporada ao patrimônio do Município.

Art. 11. A utilização do bem público objeto do presente Termo de Permissão de Uso e Responsabilidade dar sê-a na forma estabelecida no Termo de Permissão de Uso e Responsabilidade nº 007/2026, que é parte integrante deste Decreto.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSMAIL RODRIGUES

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Giulia Menezes da Silva

Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 228/2026-RH

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio de 3 (três) meses, ao(a) servidor(a) **SONISLEI FERREIRA DA ROCHA** matrícula nº **819-1,** ocupando o Cargo Efetivo de Professor N-VI, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação nos termos do Art. 130 da Lei Complementar nº 103 de 27 de janeiro de 2014, referente ao período aquisitivo de **01/06/2006 a 31/05/2011**, compulsória a sua aposentadoria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser afixada no mural da Prefeitura Municipal de Bonito e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 91 da Lei Orgânica Municipal, produzindo efeitos a partir de **01/04/2026**.

Bonito/MS, 30 de março 2026.

JOSMAIL RODRIGUES

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Iris Lin de Fatima da Costa Aguirre

Departamento de Licitação e Contratos

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2026

O Município de Bonito – Estado de Mato Grosso do Sul, através da sua autoridade superior, torna público o resultado do processo supra.

OBJETO: Contratação de apólice de seguro veicular de 13 (treze) ônibus e 1 (um) automóvel para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação.

Código Registro Informação - AF986AA3399D7958BD8C5B9E2F29E0204A9BC840.

ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado do Processo acima mencionado, em favor da(s) empresas(s) vencedora(s) da licitação, conforme abaixo demonstrado:

Vencedor(es):

EMPRESA	LOTES	VALOR
Gente Seguradora S.A.	01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13 e 14.	R$ 72.063,00
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.	02 e 10.	R$ 24.971,27

Valor Total: R$ 97.034,27 (noventa e sete mil trinta e quatro reais e vinte e sete centavos).

Bonito/MS, 31 de março de 2026.

Josmail Rodrigues

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Fernanda Siqueira Artigas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO
RUA CEL. PILAD REBUA, 1780
03073673/0001-60 Exercício: 2026

DECRETO Nº 110 , DE 31 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1807

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$30.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **30.000,00**

02 12 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

322	10.301.0113.2057.0000	SAÚDE INTEGRAL: CUIDAR DE QUEM PRECISA	30.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Anulação:

02 12 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

327	10.302.0113.1019.0000	SAÚDE INTEGRAL: CUIDAR DE QUEM PRECISA	-2.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

337	10.303.0113.2033.0000	SAÚDE INTEGRAL: CUIDAR DE QUEM PRECISA	-28.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

-30.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSMAIL RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL
078.627.328-39

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Secretaria Municipal de Finanças - Coordenadoria de Gestão de Tributos

NOTIFICAÇÃO 117/2026 - FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Contribuinte : PEDRO PAES DE ALMEIDA

Endereço : RUA MILTON FERRARI, 127 – QD 00K, LOTE 0004

Bairro : JOSE ALVES DE FREITAS

CPF/CNPJ : ***.175.318-**

BIC : 6290

O Município de Brasilândia/MS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade emergencial e amparo legal da Lei Municipal n° 399/85.

Estando a parte contribuinte em local incerto e não sabido, NOTIFICA o munícipe, para que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, proceda a Limpeza do Terreno, no endereço informado acima.

Caso assim não o faça, será instaurado competente processo de fiscalização por infração ao que dispõe o artigo 119 da Lei nº399/85, Código de Posturas de Brasilândia.

Da Infração: Lei 399/85

Art. 10º - Os proprietários e os moradores são responsáveis perante as autoridades municipais pela manutenção da habitação em perfeitas condições de higiene, bom estado de pintura, e utilização do prédio e asseios dos jardins, quintais, terrenos e áreas livres.

Art. 11º - Para a preservação a manutenção da higiene das habitações, é proibido:

III – a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo, dentro dos limites urbanos;

Constatado o não atendimento desta notificação, será imposta ao infrator a multa do artigo 264 "b", no valor correspondente a 05 (cinco) UFMB, para cada terreno notificado, e no caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

O Município de Brasilândia/MS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade emergencial e amparo legal da Lei Municipal n° 399/85.

Brasilândia/MS, 31 de março de 2026.

Rosimeire Bernardino

Fiscal de Obras e Posturas

Matéria enviada por Rosimeire Bernardino

Secretaria Municipal de Finanças - Coordenadoria de Gestão de Tributos

NOTIFICAÇÃO 114/2026 - FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Contribuinte : ALEXANDRO COSTA FERREIRA

Endereço : RUA JOANA VICENTE LEITE, 100 – QD 00K, LOTE 0012

Bairro : JOSE ALVES DE FREITAS

CPF/CNPJ : ***.544.881-**

BIC : 6298

O Município de Brasilândia/MS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade emergencial e amparo legal da Lei Municipal n° 399/85.

Estando a parte contribuinte em local incerto e não sabido, NOTIFICA o munícipe, para que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, proceda a Limpeza do Terreno, no endereço informado acima.

Caso assim não o faça, será instaurado competente processo de fiscalização por infração ao que dispõe o artigo 119 da Lei nº399/85, Código de Posturas de Brasilândia.

Da Infração: Lei 399/85

Art. 10º - Os proprietários e os moradores são responsáveis perante as autoridades municipais pela manutenção da habitação em perfeitas condições de higiene, bom estado de pintura, e utilização do prédio e asseios dos jardins, quintais, terrenos e áreas livres.

Art. 11º - Para a preservação a manutenção da higiene das habitações, é proibido:

III – a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo, dentro dos limites urbanos;

Constatado o não atendimento desta notificação, será imposta ao infrator a multa do artigo 264 "b", no valor correspondente a 05 (cinco) UFMB, para cada terreno notificado, e no caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

O Município de Brasilândia/MS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade emergencial e amparo legal da Lei Municipal n° 399/85.

Brasilândia/MS, 31 de março de 2026.

Rosimeire Bernardino

Fiscal de Obras e Posturas

Matéria enviada por Rosimeire Bernardino

Secretaria Municipal de Finanças - Coordenadoria de Gestão de Tributos

NOTIFICAÇÃO 118/2026 - FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Contribuinte : NATALICIO ALVES DE OLIVEIRA

Endereço : RUA MILTON FERRARI, 117 – QD 00K, LOTE 0005

Bairro : JOSE ALVES DE FREITAS

CPF/CNPJ : ***.318.821-**

BIC : 6291

O Município de Brasilândia/MS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade emergencial e amparo legal da Lei Municipal n° 399/85.

Estando a parte contribuinte em local incerto e não sabido, NOTIFICA o munícipe, para que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, proceda a Limpeza do Terreno, no endereço informado acima.

Caso assim não o faça, será instaurado competente processo de fiscalização por infração ao que dispõe o artigo 119 da Lei nº399/85, Código de Posturas de Brasilândia.

Da Infração: Lei 399/85

Art. 10º - Os proprietários e os moradores são responsáveis perante as autoridades municipais pela manutenção da habitação em perfeitas condições de higiene, bom estado de pintura, e utilização do prédio e asseios dos jardins, quintais, terrenos e áreas livres.

Art. 11º - Para a preservação a manutenção da higiene das habitações, é proibido:

III – a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo, dentro dos limites urbanos;

Constatado o não atendimento desta notificação, será imposta ao infrator a multa do artigo 264 "b", no valor correspondente a 05 (cinco) UFMB, para cada terreno notificado, e no caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

O Município de Brasilândia/MS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade emergencial e amparo legal da Lei Municipal n° 399/85.

Brasilândia/MS, 31 de março de 2026.

Rosimeire Bernardino

Fiscal de Obras e Posturas

Matéria enviada por Rosimeire Bernardino

Prefeitura do Município de Brasilândia / MS - Secretaria Municipal de Administração - Coordenadoria Geral de Licitações

AVISO DE RESULTADO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Número do Processo: 6542/2025

Modalidade: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Número da Licitação: 001/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para construção de uma Creche do Proinfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil) do Bairro Valle Verde II, visando atender as necessidades desta municipalidade.

Item	**PN ENGENHARIA LTDA** - **CNPJ: 41.104.031/0001-70** Rua Clóvis Bevilaqua, 561 – Jardim São Bento, Campo Grande - MS, CEP: 79.004-630 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	% Desconto	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE DO PROINFÂNCIA (PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL) DO BAIRRO VALLE VERDE II, NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA-MS.	SV	1	5,31	R$ 3.135.191,666
	Total do Proponente				**R$ 3.135.191,67**

Valor Total: R$ 3.135.191,67 (três milhões, cento e trinta e cinco mil, cento e noventa e um reais e sessenta e sete centavos).

O Objeto desta licitação foi ADJUDICADO e HOMOLOGADO a empresa acima relacionada pelo Exmo Sr. Eraldo de Azevedo Coelho, Secretário de Governo, do Município de Brasilândia/MS.

Brasilândia / MS, 31 de março de 2026.

Protocolo (TCE) – "**51BCA132F1518C36C635AE02EBCB10FCC52D2FF9"**

Matéria enviada por Gislaine Moreira dos Santos

Procuradoria Geral do Município

DECRETO Nº. 6502/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"Dispõe sobre a substituição temporária da ordenação de despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social, em razão de afastamento da titular, e dá outras providências."

MARCIA REGINA DO AMARAL SCHIO, Prefeita Municipal de Brasilândia/MS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei";

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6458/2026, de 05 de janeiro de 2026, que delega a competência de Ordenador de Despesas à titular da Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO o afastamento da Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. EMÍLIA SANTANA DO AMARAL VICHETE, em razão de gozo de férias no período de 06 de abril de 2026 a 19 de abril de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade administrativa, a regular execução orçamentária, financeira e contratual da pasta, nos termos dos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público (art. 37, caput, da Constituição Federal),

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam suspensos, de forma excepcional e temporária, os efeitos do art. 4º do Decreto nº 6458/2026, de 05 de janeiro de 2026, no que se refere à delegação de competência de Ordenador de Despesas à Sra. EMÍLIA SANTANA DO AMARAL VICHETE, durante o período de seu afastamento por férias.

Art. 2º Fica delegada, em caráter temporário, a competência de Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social ao Sr. PAULO HENRIQUE DE ANDRADE, matrícula nº 71.994-4, Secretário Adjunto da pasta, no período compreendido entre **06 de abril de 2026 a 19 de abril de 2026**, competindo-lhe:

I – gerir os recursos orçamentários da Secretaria;
II – ordenar despesas;
III – solicitar emissão de empenhos e suprimentos;
IV – autorizar a abertura de processos licitatórios, bem como ratificar dispensas e inexigibilidades;
V – homologar e adjudicar procedimentos licitatórios;
VI – assinar contratos administrativos, atas de registro de preços e instrumentos congêneres;
VII – gerir contratos e compras governamentais;
VIII – executar convênios, termos de colaboração e de fomento;
IX – prestar contas aos órgãos competentes;
X – gerir os bens públicos afetos à Secretaria;
XI – praticar todos os demais atos necessários à execução orçamentária e administrativa da pasta.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput estende-se, no mesmo período, à competência de Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social, do Fundo Municipal da Pessoa Idosa e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, inclusive para emissão de ordens de pagamento, sempre em conjunto com o Secretário Municipal de Finanças ou com a Prefeita Municipal, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Encerrado o período de afastamento, restabelecem-se automaticamente os efeitos integrais do art. 4º do Decreto nº 6458/2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de abril de 2026.

Prefeitura do Município de Brasilândia/MS, 30 de março de 2026.

MARCIA REGINA DO AMARAL SCHIO

Prefeita Municipal

Registrado no serviço de secretaria, publicado e afixado no local público de costume.

Osvaldo da Silva Neto

Procurador Geral do Município

Matéria enviada por Valeria Barros Silva

Secretaria Municipal de Administração - Coordenadoria de Recursos Humanos

DECRETO "P" Nº. 1.228/2026. De, 26 de Março de 2026.

MARCIA REGINA DO AMARAL SCHIO, Prefeita Municipal de Brasilândia-MS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 66, Incisos I a XIII, da lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º - A Licença para tratar de Interesse Particular, por 03 (três) anos, da Servidora **RAKEILE KAROLINE DA SILVA OLIVEIRA,** ocupante do cargo **CUIDADOR - Efetivo**, Matricula 73511-2, conforme Lei Complementar nº 3.057/2023, de 01/11/2023, Artigo 166**,** no período de **01/04/2026 a 31/03/2029,** lotado na Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2026.

Art. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Município de Brasilândia-MS, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2026.

MARCIA REGINA DO AMARAL SCHIO

Prefeita Municipal

Registrado no serviço de secretaria, publicado e afixado no local público de costume.

SAMUEL TELLES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Matéria enviada por Agnaldo Costa Lira Junior

Secretaria Municipal de Administração - Coordenadoria de Recursos Humanos

CONVOCAÇÃO Nº 90/2026.

Brasilândia-MS, 31 de março de 2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA-MS, considerando resultado definitivo do edital nº 020 de 29 de maio de 2025, referente ao Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001, de 23 de fevereiro de 2025.

RESOLVE:

CONVOCAÇÃO Nº 90/2026.

Convocar os candidatos abaixo, aprovados no **Processo Seletivo nº 002/2025, de 23/02/2025, Prefeitura Municipal de Brasilândia –MS,** para comparecer nesta Prefeitura Municipal de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 02 (dois) dias a contar da data de publicação desta convocação, para contratação temporária realizada em processo seletivo, desde que, satisfeitas as exigências legais.

Cargo: PROFESSOR PEDAGOGO.

Local: ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO PEDRO DE SOUZA.

33 º - JEFERSON OTTONI BATISTA.

34 º - ZENAIDE PEREIRA DE OLIVEIRA.

ISABELA DOS SANTOS MACEDO DE OLIVEIRA

Coordenador de Recursos Humanos

Matricula 74340-2

Matéria enviada por Agnaldo Costa Lira Junior

Secretaria Municipal de Administração - Coordenadoria de Recursos Humanos

CONVOCAÇÃO Nº 89/2026.

Brasilândia-MS, 31 de março de 2026.

O MUNICIPIO DE BRASILANDIA – MS, Considerando o resultado final homologado através do Edital nº 3624, de 04/07/2024, e do edital de aprovados de nº 17.001/2024, de 04/07/2024, do Concurso de Provas e títulos.

RESOLVE:

CONVOCAÇÃO Nº 89/2026.

Convocar o candidato abaixo, aprovado no Concurso Publico Municipal de Brasilandia – MS, Edital de aprovados nº 17.001/2024, de 04/07/2024**,** para comparecer nesta Prefeitura Municipal de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 02 (dois) dias a contar da data de publicação desta convocação, para **CONTRATAÇÃO TEMPORARIA**, desde que, satisfeitas as exigências legais.

Cargo: PROFESSOR PEDAGOGO.

Local: ZONA URBANA.

23º - ANTONIO MARCOS DA SILVA MARTINS FILHO.

ISABELA DOS SANTOS MACEDO DE OLIVEIRA

Coordenador de Recursos Humanos

Matricula 74340-2

Matéria enviada por Agnaldo Costa Lira Junior

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026

Dispensa de Licitação Eletrônica nº 06/2026

Contratante: Câmara Municipal de Brasilândia/MS, inscrita no CNPJ nº 15.410.152/0001-30.

Contratada: SOLLO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.493.685/0001-74.

Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, higienização e copa e cozinha, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Brasilândia/MS, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

Valor Total: R$ 2.425,20 (dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte centavos).

Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.

Dotação Orçamentária:
01.01.01.01.031.0101.2001.33.90.30.22 (Material de Copa e Cozinha) – Ficha 897 – Fonte 1.500

01.01.01.01.031.0101.2001.33.90.30.21 (Material de Limpeza e produção de higienização) - ficha 897 - Fonte 1.500

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021.

Data da Assinatura: 31 de março de 2.026

Signatários:
CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA/MS – MARIA JOVELINA DA SILVA – Contratante
SOLLO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ISADORA AMARO CABRERA – Contratada

Matéria enviada por LEANDRO DOS SANTOS PINDAIBA

Câmara Municipal de Brasilândia

PORTARIA Nº 024/2026 De, 31 de março de 2026.

MARIA JOVELINA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e no que lhe é outorgado por lei etc.

RESOLVE:

Artigo 1º - **Nomeia a senhora BEATRIZ REGINA TAVARES CAPELLA**, matricula 178-1, do Cargo em Comissão de **ASSESSOR DE PARLAMENTAR** do Grupo ocupacional de Direção, Gerência e Assessoramento Parlamentar Superior e Intermediário DGAP-6, do Plano de Cargos desta Câmara Municipal a partir do dia **01/04/2026,** para ser lotado em seu gabinete.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua promulgação ou publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Plenário Raimundo Assis de Alencar, Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, ao 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2026.

MARIA JOVELINA DA SILVA

PRESIDENTE

Matéria enviada por Sérgio Rodrigues Lima

Prefeitura do Município de Brasilândia / MS - Secretaria Municipal de Administração - Coordenadoria Geral de Licitações

PORTARIA Nº. 026/2026

No uso de suas atribuições legais e nos termos da Emenda à Lei Orgânica n. 01/2024, Decreto Nº. 6205/2025 (Ordenadores) e do Decreto nº 6281/2025, pelo presente.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os seguintes servidores para atuar na fiscalização do **Contrato nº. 019/2026**, referente ao **Processo Administrativo nº. 1215/2026**, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Fiscal Titular: Patrícia Louzada da Costa

Fiscal Suplente: Flávia Fernanda Lima Murari Melchior

Parágrafo único – O servidor designado como Fiscal Suplente atuará automaticamente e de forma plena nas hipóteses de ausência, impedimento, afastamento, férias ou qualquer outra situação que inviabilize o exercício da fiscalização pelo titular, **dispensada a necessidade de nova designação ou publicação específica**, devendo, nestes casos, exercer integralmente as atribuições e responsabilidades legais da função de fiscal.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Brasilândia - MS, 31 de março de 2026.

Maria Inês Anselmo Costa

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Matéria enviada por Thais Nascimento Silva

Secretaria Municipal de Saúde - Conselho Municipal de Saúde

APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO 002ª - CMS

RESOLUÇÃO Nº 018/2026

Dispõe sobre a aprovação da Ata da 002ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Brasilândia/MS.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Brasilândia/MS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando:

A realização da 002ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 30 de março de 2026, no Centro de convivencia Conviver;

A necessidade de apreciação e aprovação da ata correspondente à referida reunião;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Ata da 002ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Brasilândia/MS, realizada no dia 30 de março de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasilândia/MS, 31 de março de 2026.

Nilson de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Matéria enviada por Adriele Bertolez Gonçalves

Secretaria Municipal de Saúde - Conselho Municipal de Saúde

Alteração do número da Reunião

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRASILÂNDIA – MS

RESOLUÇÃO Nº 017/2026

Dispõe sobre a correção da numeração de reunião publicada anteriormente e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Brasilândia – MS, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 8.142/1990 e pela legislação municipal vigente,

Considerando a publicação anterior que identificou equivocadamente a reunião como **216ª Reunião Ordinária** do dia 30 de março de 2026;

Considerando a necessidade de correção formal para garantir a transparência e a organização dos atos deste Conselho;

Resolve:

Art. 1º Corrigir a numeração da reunião anteriormente publicada como **216ª Reunião Ordinária** passando a constar como **002ª Reunião Extraordinária** do Conselho Municipal de Saúde de Brasilândia – MS.

Art. 2º Ficam mantidos todos os demais termos, conteúdos e deliberações constantes na publicação original, não havendo alteração em seu teor, exceto quanto à numeração da reunião.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Brasilândia – MS, 31 de março de 2026.

Nilson de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

[ABG1]

Matéria enviada por Adriele Bertolez Gonçalves

MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA
RUA ELVIRO MANCINI, Nº 530
03184058/0001-20 Exercício: 2026

DECRETO "O" Nº 39, DE 01 DE ABRIL DE 2026 - LEI N.3265

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$12,000.00 distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

12,000.00

02 05 01 **SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO E CULTURA**

1187	13.392.0504.2016.0000	GESTÃO, INCENTIVO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CUL	12,000.00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	F.R.: 2 5000000		

Artigo 2°. - O credito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Fontes de Recurso		
500	0000	12,000.00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS AUGUSTO FREIRE
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

MARCIA REGINA DO AMARAL SCHIO
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ

Departamento de Compras

EDITAL DISPENSA N.31/2026

PROCESSO: 55/2026 – DISPENSA: 31/2026

FUNDAMENTO LEGAL: ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O Município de Caarapó MS, em conformidade com Art. 75, inciso II da Lei Federal n.º14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **AQUISIÇÃO DE VENTILADOR PULMONAR RESGATE - TRANSPORTE - PARA EQUIPAR UTI MÓVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SOLICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e documentos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para apresentação da proposta de preços e dos documentos: 08/04/2026

Critério de julgamento: MENOR PREÇO

Endereço para entrega da proposta de preços e dos documentos: As propostas e envios de documentação serão recebidas somente pelo e-mail propostas@caarapo.ms.gov.br até às 13h00min. (horário do MS) do dia 08/04/2026.

O termo de referência, o modelo de proposta de preços e o modelo da declaração, estão disponíveis no Site Oficial do Municípioatravés dolink https://transparencia.betha.cloud/#/61M0eJ_21GlQw6p7f3svmg==/consulta/86413/detalhe/8187:9053:2026_55_9053e no PNCP – Portal NacionaldeContrataçãoPúblicaatravésdolink https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

Segue abaixo a relação de documentos a ser enviada junto com a proposta de preços (que deve estar completamente preenchida e assinada).

ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;

cópia de documento oficial de identificação pessoal do representante apto;

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, quando o objeto se referir a aquisição;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, na forma da Lei, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o objeto se referir a serviços ou obras de engenharia;

regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

regularidade perante a Justiça do Trabalho;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não haja prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias corridos.

o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, do inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021 mediante declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

Além dos documentos acima elencados, a empresa deverá apresentar os documentos constantes no Termo de Referência.

Outras informações poderão ser obtidas através do e-mail: propostas@caarapo.ms.gov.br

Caarapó MS 31 de março de 2026.

Maria Inês da Silva

Secretária Municipal de Suprimento e Logística

Matéria enviada por Aline Coleti de Faria

Câmara Municipal de Caarapó

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAARAPÓ**, Estado de Mato Grosso do Sul, através do seu Pregoeiro, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo "MENOR PREÇO", nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições pertinentes.

Objeto: O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada em serviços de limpeza, asseio, conservação, coleta de lixo, jardinagem, zeladoria, copa e cozinha nas dependências da Câmara Municipal de Caarapó/MS, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo fornecimento de EPIs, uniformes e equipamentos duráveis, sem o fornecimento de materiais de consumo, conforme as especificações e exigências contidas no Edital e Anexos.

Data da sessão: **15/04/2026**

Horário: **09:30 (Horário de Brasília - DF)**

Local: site www.bnc.org.br - "Acesso Identificado".

Recebimento das Propostas: Do dia 01/04/2026 até às 09h00min (horário oficial de Brasília-DF) do dia 15/04/2026

OBTENÇÃO DO EDITAL: Através do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no site oficial da Câmara Municipal https://camaracaarapo.ms.gov.br/category/publicacoes/licitacoes/; no sistema BNC Compras (www.bnc.org.br); mediante solicitação pelo e-mail licitacao@camaracaarapo.ms.gov.br; ou presencialmente no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Caarapó (Rua Euclides Serejo Baptista, nº 870), de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 12:00.

Obs.: Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação, salvo se houver comunicação em contrário por parte do Agente de Contratação.

Caarapó, 31 de março de 2026.

Jorge Fernando de Araujo Pieto

Pregoeiro

Matéria enviada por Jorge Fernando de Araujo Pieto

Secretaria de Educação

RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 006.01/2026/SEMEEC

Processo Seletivo Simplificado para a composição do Cadastro Reserva visando a Contratação Temporária de Profissionais da área de apoio à Educação para atuação no Centro Municipal de Educação Infantil Rita Tereza de Araújo Silva – Polo e Extensão de Cristalina, da Rede Municipal de Ensino de Caarapó-MS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ-MS, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, torna público o **RESULTADO DO EDITAL Nº. 006/2026/SEMEEC,** PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A COMPOSIÇÃO DO CADASTRO RESERVA VISANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE APOIO À EDUCAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RITA TEREZA DE ARAÚJO SILVA – POLO E EXTENSÃO DE CRISTALINA, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAARAPÓ-MS, de acordo com a Lei Complementar nº 072/2018, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público; a Lei Complementar nº 093/2021, que insere o Inciso VII, no Art. 7 da Lei Complementar nº 072/2018, sobre o interstício mínimo de 6 (seis) meses para a celebração de novo contrato temporário; o Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, que trata sobre os casos de contratação temporária por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; a Lei Complementar nº 067/2017, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério e das Carreiras de Apoio – PCCR; conforme o Edital PSS Nº 006/2026/SEMEEC, de 26 de março de 2026, constantes na relação abaixo.

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – ADI – DISTRITO DE NOVA AMÉRICA E CRISTALINA

Nome do Candidato	CPF	Data de Nascimento	Classificação
Mônica Aparecida Benites	017.476.991-10	29/01/1986	1º
Luciana Elias da Silva	019.240.961-10	14/11/1984	2º
Lavínia Kreher	096.915.561-11	23/03/2004	3º

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, 31 de março de 2026.

Carlos Vinícius da Silva Figueiredo

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

Portaria nº 347/2025

Matéria enviada por Katia Cilene Duarte da Cruz

Setor de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 065/2026

"**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA SUPORTE E REALIZAÇÃO DO CURSO DE HABILITAÇÃO E INSERÇÃO DE DIU E IMPLANTE SUBDÉRMICO, QUE SERÁ OFERTADO GRATUITAMENTE A 18 ENFERMEIROS DO MUNICÍPIO, CONTEMPLANDO ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS ESSENCIAIS PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SOLICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**"

PARTES:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ-MS

JABOQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA SUPORTE E REALIZAÇÃO DO CURSO DE HABILITAÇÃO E INSERÇÃO DE DIU E IMPLANTE SUBDÉRMICO, QUE SERÁ OFERTADO GRATUITAMENTE A 18 ENFERMEIROS DO MUNICÍPIO, CONTEMPLANDO ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS ESSENCIAIS PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SOLICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: O valor total da contratação é de **R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)**, para fornecer o **item 09.**

PRAZO: A vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da divulgação no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da contratação, objeto dessa licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e para o exercício futuro correrão por conta das dotações que as substituírem:

05.001.10.301.0006.2013.339099 –

Fontes: 1.500.1002-1.600.000 – 1.621.0000 – 1.600.3110 - cód 25

DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 2026.

FORO: Comarca de Caarapó-MS.

ASSINATURAS:

BEATRIZ DA SILVA ROMEIRO BIAGI

GESTORA DA FMS

Pelo CONTRATANTE

LUCIANO GALHEGO GALACHE

JABOQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Pela CONTRATADA

Testemunhas:

Nayara Mendes Yassuda de Souza

Aline Pancoti Martins

Matéria enviada por ANA PAULA RAVAZINE BERALDO

Setor de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 066/2026

"**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA SUPORTE E REALIZAÇÃO DO CURSO DE HABILITAÇÃO E INSERÇÃO DE DIU E IMPLANTE SUBDÉRMICO, QUE SERÁ OFERTADO GRATUITAMENTE A 18 ENFERMEIROS DO MUNICÍPIO, CONTEMPLANDO ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS ESSENCIAIS PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SOLICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**"

PARTES:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ-MS

SANAVITA PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA SUPORTE E REALIZAÇÃO DO CURSO DE HABILITAÇÃO E INSERÇÃO DE DIU E IMPLANTE SUBDÉRMICO, QUE SERÁ OFERTADO GRATUITAMENTE A 18 ENFERMEIROS DO MUNICÍPIO, CONTEMPLANDO ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS ESSENCIAIS PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SOLICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: O valor total da contratação é de **R$ 22.618,00 (vinte e dois mil seiscentos e dezoito reais)**, para fornecer os **itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 10.**

PRAZO: A vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da divulgação no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da contratação, objeto dessa licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e para o exercício futuro correrão por conta das dotações que as substituírem:

05.001.10.301.0006.2013.339099 –

Fontes: 1.500.1002-1.600.000 – 1.621.0000 – 1.600.3110 - cód 25

DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 2026.

FORO: Comarca de Caarapó-MS.
ASSINATURAS:
BEATRIZ DA SILVA ROMEIRO BIAGI
GESTORA DA FMS
Pelo CONTRATANTE
NAIR GONÇALVES
SANAVITA PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
Pela CONTRATADA
Testemunhas:
Nayara Mendes Yassuda de Souza
Aline Pancoti Martins

Matéria enviada por ANA PAULA RAVAZINE BERALDO

Setor de contratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 068/2026 – "LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO."

PARTES:
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAARAPÓ-MS
ANA PAULA ROSA

OBJETO: O objeto do presente instrumento contratual é a locação de um Imóvel Residencial, localizado na Rua Ponta Porã, nº 159 – Jardim Aprazível, nesta cidade e Comarca de Caarapó-MS, que será utilizado pela Sra. Franciscarla de Lima e Silva, tendo em vista o Parecer Técnico, assinado pela Assistente Social Sra. Miriam de Oliveira Marques – CRESS 2510 – 21 Região/MS, cópia anexo**.**

VALOR: O valor mensal da presente locação será de R$ 1.000,00 (mil reais) mensais, sem reajustes, ficando certo que o pagamento referente ao mês de locação será efetuado na data de assinatura e publicação do presente contrato**.**

PRAZO: A vigência do presente contrato será por um período de 06 (seis) meses, com efeitos retroativos a partir de 10 de março de 2026 e término em 10 de setembro de 2026, data em que havendo interesse das partes poderá ser renovado.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes desta locação serão empenhadas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caarapó, na seguinte dotação orçamentária: **08.001.08.244.24.2054.33.90.36 – 1.500.0000**

DATA DE ASSINATURA: 31 de março de 2026.

FORO: Comarca de Caarapó-MS.
ASSINATURAS:
JULIANA DA SILVA MONTEIRO
GESTORA DO FMAS
LOCATÁRIO
ANA PAULA ROSA
LOCADORA
Testemunhas:
Jair Vieira
Rozany Dias Ferraz Dacome

Matéria enviada por Veridiana Roso Prates de Falchi

EXTRATO DE CONTRATOS - RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO
POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº 492/2026
Partes: Município de Caarapó – MS e **CÉLIA ALVES SCARVONE.**
Objeto: Contratada para prestar serviços ao EMPREGADOR, na função de técnica de imobilização ortopédica
Vigência: De **01/04/2026** e término **31/12/2026**.
Valor: R$ 2.199,82 (dois mil cento e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), mensalmente.
Assinam: Beatriz da Silva Romeiro – Secretária Municipal de Saúde e **CÉLIA ALVES SCARVONE,** Contratada.
Caarapó-MS, 01 de abril de 2026.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO
POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº 493_2026
Partes: Município de Caarapó – MS e **LEOPOLDO PADOVANI TOFFOLI.**

Objeto: Contratado para prestar serviços ao EMPREGADOR, na função de médico clínico.

Vigência: De **01/04/2026** e término **31/12/2026**.

Valor: R$ 13.630,42 (Treze mil, seiscentos e trinta reais e quarenta e dois centavos), mensalmente.

Assinam: Beatriz da Silva Romeiro – Secretária Municipal de Saúde e **LEOPOLDO PADOVANI TOFFOLI,** Contratado.

Caarapó-MS, 01 de abril de 2026.

Matéria enviada por Milena Cristina da Silva Andrade

Setor de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 067/2026

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CONTINGÊNCIA ENERGETICA PARA CAMERAS FRIAS (MANUTENÇÃO SISTEMA ELÉTRICO MUDANÇA, SISTEMA DE BATERIAS, SUBSTITUIÇÃO DE ELETROVENTILADOR COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATERIA ESTACIONARIA 240AH), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SOLICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

PARTES:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ-MS

MTM ENGENHARIA ELETRICA E CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CONTINGENCIA ENERGETICA PARA CAMERAS FRIAS (MANUTENÇÃO SISTEMA ELÉTRICO MUDANÇA, SISTEMA DE BATERIAS, SUBSTITUIÇÃO DE ELETROVENTILADOR COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATERIA ESTACIONARIA 240AH), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E SOLICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: O valor total da contratação é de **R$ 63.540,00 (sessenta e três mil quinhentos e quarenta reais)**, para fornecer o **item: 01.**

PRAZO: A vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da divulgação no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da contratação, objeto dessa licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e, para o exercício futuro, por conta das dotações que as substituírem:

05.001.10.303.0004.2010.339000 –

FONTES 1.500.1002 – 1.600.000 – 1.621.0000

DATA DE ASSINATURA: 30 de março de 2026.

FORO: Comarca de Caarapó-MS.

ASSINATURAS:

BEATRIZ DA SILVA ROMEIRO BIAGI

GESTORA DA FMS

Pelo CONTRATANTE

MATEUS MEINHARDT MONTEIRO

MTM ENGENHARIA ELETRICA E CONSTRUTORA LTDA

Pela CONTRATADA

Testemunhas:

Nayara Mendes Yassuda de Souza

Aline Pancoti Martins

Matéria enviada por ANA PAULA RAVAZINE BERALDO

Setor de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 062/2026

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, COMPREENDENDO A CATALOGAÇÃO E INVENTÁRIO FÍSICO INDIVIDUALIZADO DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ/MS, AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL, ELABORAÇÃO DE LOTES, BEM COMO A EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO COMPLETO E APOIO À ELABORAÇÃO DO EDITAL DE ALIENAÇÃO DOS BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS."

PARTES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTO E LOGÍSTICA DE CAARAPÓ-MS

ABILITY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, COMPREENDENDO A CATALOGAÇÃO E INVENTÁRIO FÍSICO INDIVIDUALIZADO DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ/MS, AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL, ELABORAÇÃO DE LOTES, BEM COMO A EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO COMPLETO E APOIO À ELABORAÇÃO DO EDITAL DE ALIENAÇÃO DOS BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS.

VALOR: O valor total da contratação é de **R$ 30.700,00 (trinta mil e setecentos reais)**, para fornecer o **item 01.**

PRAZO: O prazo de **vigência da contratação** é de até **90 (noventa) dias**, contados a partir da divulgação no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes da contratação, objeto dessa licitação, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo discriminada e, para o exercício futuro, por conta da dotação que a substituir:

09.001.04.122.03.2009-339039 – FONTE 1.500.0000 – Despesa 127

DATA DE ASSINATURA: 27 de março de 2026.

FORO: Comarca de Caarapó-MS.

ASSINATURAS:

MARIA INÊS DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTO E LOGÍSTICA

Pelo CONTRATANTE

CLEITON GOMES TEODORO

ABILITY CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Pela CONTRATADA

Testemunhas:

Kleber Rorato Pereira

Alesandra Cristina Prudêncio

Matéria enviada por ANA PAULA RAVAZINE BERALDO

Setor de contratos

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2025

LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

PELO PRESENTE CONTRATO DE LOCAÇÃO**,** QUE FAZEM DE UM LADO O **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAARAPÓ-MS,** entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 14.787.874/0001-45, com sede à Av. XV de Novembro, n° 335, Centro, neste ato representado pela Gestora **SRA. JULIANA DA SILVA MONTEIRO,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 968.552.311-87 e portadora do RG nº 001.286.893 SSP/MS, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Euclides Serejo Baptista, nº 366, Centro, DE ORA EM DIANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE DE **LOCATÁRIO**, E O DO OUTRO LADO A SRA. **CLARICE ESTEVEZ CROIDER**, BRASILEIRA, CASADA, INSCRITA NO CPF N° 139.478.691-34, RESIDENTE E DOMICILIADA NA Rua DR. COUTINHO, nº 620 – CENTRO, na cidade de CAARAPÓ, Estado de Mato Grosso do Sul, DE ORA EM DIANTE DENOMINADA SIMPLESMENTE DE **LOCADORA,** AJUSTAM O PRESENTE TERMO ADITIVO, QUE REGER–SE–À CONFORME CLAUSULAS ABAIXO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO ADITAMENTO: Por solicitação do LOCATÁRIO**,** conforme MEMO/SMAS/JV nº 211_2026, as partes, de comum acordo, ajustam a **RENOVAÇÃO** do presente contrato de locação pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de abril de 2026 com término em 02 de abril de 2027, com reajuste de 4,26%, conforme índice do IPCA 2025 (acumulado de 12 meses), passando o valor do aluguel para R$ 4.316,96 (quatro mil, trezentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA – Demais Cláusulas: As demais disposições constantes do contrato supramencionado permanecem inalteradas.

E, por ser a expressão da verdade, firmam as partes o presente termo aditivo em duas vias de igual teor e forma, que vai assinado também por duas testemunhas maiores e capazes.

CAARAPÓ-MS, em 30 de março de 2026.

JULIANA DA SILVA MONTEIRO

GESTORA DO FMAS

LOCATÁRIO

CLARICE ESTEVEZ CROIDER

LOCADORA

Testemunhas:

Jair Vieira

Rozany Dias Ferraz Dacome

Matéria enviada por Veridiana Roso Prates de Falchi

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ

Secretaria Municipal de Agronegócio, Meio Ambiente e Empreendedorismo.

PARECER

FMMA

Fundo Municipal de Meio Ambiente

Assunto: Balancetes Financeiros de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

Aos seis do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis às 09:00 horas foi realizada na Sala de reuniões da Secretaria Municipal de Agronegócio, Meio Ambiente e Empreendedorismo, sito a Rua: Cuiabá nº 203, centro, Camapuã – MS, a reunião com os membros do Conselho do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA de Camapuã-MS. Participaram deste momento os representantes Governamentais Titulares: **Cintia Gonçalves Escobar**, **Antônio Giovani Diniz da Rocha, Camila Soares Martins e Markus Vinicius Palhano Enzo** suplente Governamental e os representantes não governamentais: **Pascoal Rezende França**, **Heliomar Lopes de Freitas e Maria Andréa Juliana França.** Para deliberar o seguinte assunto: **Prestação de contas dos Balancetes Financeiros do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA referente aos meses de janeiro a dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco.** Após análise e ponderações dos membros do conselho presentes, ficou aprovado, os balancetes apresentados do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, segue assinado o presente parecer pelos membros do conselho.

Matéria enviada por CAMILA SOARES MARTINS

Licitação

AVISO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE MÁXIMA DISPENSA CONVENCIONAL 008/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 026/2026

Dispensa de Licitação nº 008/2026

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Objeto: Aquisição de brindes em comemoração ao Dia das Mães.

Fundamento Legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a Dispensa nº 008/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos dos autos, para contratação da empresa**: BRUNA MOTA DE PAULA, inscrita no CNPJ Nº** 51.915.920/0001-70**,** no valor global de R$ 3.394,50 (três mil trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos).

Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Camapuã - MS, 31 de março de 2026.

MANOEL EUGÊNIO NERY

Prefeito Municipal

Matéria enviada por LUIS EDUARDO GONÇALVES BOGARIM RODRIGUES

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026.

Partes: Prefeitura Municipal de Camapuã/Associação de Pais e Amigos de Camapuã-MS - APAE.

Objeto: O presente termo de fomento tem por objeto destinar recursos financeiros, para ações de manutenção e de desenvolvimento do ensino na modalidade Educação Especial, ANEXO I.

Valor*:* O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), a ser dividido em 10 (nove) parcelas, sendo a primeira no valor de R$ 26.400 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), referente ao mês de março e abril de 2026, e mais 08 parcelas iguais de R$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Dotação Orçamentária:

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 02.007 – SECEL – Departamento de ensino escolar; 12 Educação; 367 Educação Especial; 0014 Programa Municipal Educação em Destaque: Escola para Todos; 2051 Programa de Educação Especial; 3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais; 08 Instituição de Caráter Educacional; 1500 – Recursos não vinculados de Impostos.

Prazo: O presente Termo de Fomento vigerá a partir de sua assinatura até 31/12/2026, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

Fundamento Legal: Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 3.423 de 13 de dezembro de 2016, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Assinantes: Manoel Eugênio Nery/Selma Maria Rodrigues Ramires/Danilo Ferreira Santana de Rezende.

Data: 31 de março de 2026.

Matéria enviada por RONALDO MIRANDA DE BARROS

ERRATA Nº 001/2026

CÓD. ESFINGE: 0E14D42ADC2975CBA5D5AE4A781B7E7D1626047A

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026

A Prefeitura Municipal de Camapuã-MS, por meio da Pregoeira, torna pública a retificação do Extrato do Aviso do Pregão Eletrônico nº 005/2026, que tem como objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem, farmacológicos e laboratoriais, publicado no Diário da Assomasul n. 4058, em 24/03/2026, página 210.

1. ONDE SE LÊ:

"...Data da abertura da sessão: **13/04/2026.**.."

2. LEIA-SE:

"...Data da abertura da sessão: **17/04/2026.**.."

3.RATIFICAÇÃO:
Ficam mantidos os demais termos, datas e condições estabelecidos no edital original e seus anexos, não alterados por esta errata.

4.PUBLICAÇÃO:
Esta errata será publicada no mesmo local do edital original (Diário Oficial, site da instituição) para fins de validade e transparência.

Camapuã-MS, 31 de março de 2026

MARIA ELIZANGELA N. CARDOSO -Pregoeira.

Matéria enviada por MARIA ELIZANGELA NOGUEIRA CARDOSO

Instituto de Previdência

PORTARIA CAMAPUÃ PREV Nº 004/2026.

CONCEDE aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora **ELIANE FURTADO DA SILVA** e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ – CAMAPUÃ PREV, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar 003/2006, de 17 de maio de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER**, a contar de 1 de abril de 2026, benefício previdenciário de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora **ELIANE FURTADO DA SILVA**, inscrita no CPF sob nº 805.**9.**1-72, no cargo de Professora, Matrícula 151, Nível III, Classe F, do quadro de servidores efetivos do Município de Camapuã-MS, com proventos integrais, conforme valor fixado na apostila e parecer jurídico integrante do Processo Administrativo Camapuã Prev nº 019/2025, com fundamento no artigo Art. 71 c/c Art. 57, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 003/2006.

Parágrafo Único – O valor dos proventos será revisto, na forma da Lei, na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos para o aposentado quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, em conformidade com o §1º do Art. 70 c/c Parágrafo Único do Art. 71 da Lei Complementar Municipal nº 003/2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Camapuã/MS, 31 de março de 2026.

Valdinei Silvério de Gouveia

Diretor Presidente do Camapuã Prev

Matéria enviada por FÁTIMA CÂNDIDA FERREIRA

Instituto de Previdência

PORTARIA CAMAPUÃ PREV Nº 005/2026.

CONCEDE aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor **JOSÉ THEODORO DA SILVA** e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ – CAMAPUÃ PREV, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar 003/2006, de 17 de maio de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER**, a contar de 01 de abril de 2026, benefício previdenciário de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição ao servidor **JOSÉ THEODORO DA SILVA**, inscrito no CPF sob nº 200.**3.**1-87, no cargo de Motorista, Matrícula 037, Nível IV, Classe G, Referência 34, do quadro de servidores efetivos do Município de Camapuã-MS, com proventos integrais, conforme valor fixado na apostila e parecer jurídico integrante do Processo Administrativo Camapuã Prev nº 001/2026, com fundamento no artigo Art. 71 c/c Art. 57, III, da Lei Complementar Municipal nº 003/2006.

Parágrafo Único – O valor dos proventos será revisto, na forma da Lei, na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos para o aposentado quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria, em conformidade com o §1º do Art. 70 c/c Parágrafo Único do Art. 71 da Lei Complementar Municipal nº 003/2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Camapuã/MS, 31 de março de 2026.

Valdinei Silvério de Gouveia

Diretor Presidente do Camapuã Prev

Matéria enviada por FÁTIMA CÂNDIDA FERREIRA

Assistência Social

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO.

RESOLUÇÃO Nº 006/2026, de 30 de março de 2026.

A Plenária do Conselho Municipal da Assistência Social de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião extraordinária do dia 30 de março de 2026, dentro das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 1.698 de 02 de setembro de 2010 e, considerando a Norma Operacional Básica - NOB/12,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade, a programação nº 500260520260001 - GND 3, no Sistema de Estruturação da Rede de Serviços do SUAS – Estrutura SUAS, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), o qual terá como finalidade o custeio das despesas relacionadas ao funcionamento do Lar de Idosos de Camapuã

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Camapuã-MS, 30 de março de 2026.

Rosemeire Nogueira França

Presidente do CMAS

Matéria enviada por NATHALIE RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Ata nº 03/2026

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Municipal de Saúde, em sua terceira (3ª) reunião realizada no dia (19) de Março de 2026, na sala do Conselho Municipal de Saúde, sito aruá Libindo Ferreira Leite nº 260, reuniram-se os seguintes conselheiros, Claudio Luis Espinosa (Presidente) Eder Wilson Dias Dede (Relator) Fernando Junior Leite Carvalho (Membro), para analisarem o Balancete Financeiro da Prestação de Contas de Janeiro de 2026 do Hospital Rita Antonia Maciel Godoy, que depois de analisados a Comissão deu o parecer favorável a sua aprovação, e relatam que esta ata vai assinada pelos três membros da comissão.

Claudio Luis Espinosa

Presidente

Eder Wilson Dias Dede

Relator

Fernando Junior Leite Carvalho

Membro

Caracol/MS 20 de Março de 2026

Matéria enviada por MODESTO VAZ FILHO

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

O Prefeito Municipal de Caracol - MS, no uso de suas atribuições legais, torna publico a anulação do processo licitatório nº 09/2026 Pregão Eletrônico nº 003/2026 cujo objeto consiste no **AQUISIÇAO DE COMBUSTÍVEIS (TIPO GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10), COM INSTALAÇÃO DE TANQUES AÉREOS DE ARMAZENAMENTOS E BOMBAS DE ABASTECIMENTOS, DENTRO DAS RECOMENDAÇÕES DA ANP, PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL MS.**

Justificativa: a presente medida se faz necessária em virtude da **DECISÃO SINGULAR INTERLOCUTÓRIA DSI - G.ICN - 217/2026**, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, que decretou a imediata suspensão cautelar da licitação.

Sendo assim, o prosseguimento do feito demonstra-se inviável, tornando necessária a anulação do presente certame, com fundamento no parecer jurídico expedido pela procuradoria municipal, na súmula 473 STF, e no inciso III do artigo 71 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Caracol MS, em 31 de março de 2026.

Carlos Humberto Pagliosa

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Vanderli Vieira Ximenes

EDITAL Nº 005/002/2026/SMS

EDITAL Nº 005/002/2026/SMS

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

Cristina Araújo Pezzini, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna público, o presente Edital que **HOMOLOGA O RESULTADO FINAL** do Processo Seletivo Simplificado **Nº 002/2026/SMS**, contratação temporária de profissionais de saúde pública, para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde de Caracol/MS, conforme tabela abaixo:

CARGO: PSICÓLOGO / UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Ordem	**Nome**	**Número da Inscrição**	**CPF**	**Pontuação**
1º	Edvania Cezar	003/2026	436***268-**	85,0

CARGO: NUTRICIONISTA / UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Ordem	**Nome**	**Número da Inscrição**	**CPF**	**Pontuação**
1º	Marilú Gonçales Pereira	001/2026	057***901-**	85,0
2º	Raissa de Jesus Rodrigues	002/2026	102***121-**	55,0

Caracol – MS, 30 de março de 2026.

Cristina Araújo Pezzini

Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por LUCIENE LOPES LESCANO

REPUBLIQUE-SE POR INCORREÇÃO

EDITAL Nº 006/002/2026/SMS

CONVOCAÇÃO

A comissão organizadora dos processos seletivos simplificados do Município, nomeada pela Portaria Nº 025/2024, **CONVOCA** os candidatos abaixo, para apresentação de documentos e posterior assinatura de contratos por prazo determinado conforme Circular Interna nº 32/2026/SMS, encaminhada pela Secretária Municipal de Saúde, e itens 10.3 e 10.4 do Edital nº 002/2026/SMS, acompanhados da Declaração de Entrega de Documentos, **conforme Anexo V e VI do Edital supracitado.**

Os candidatos deverão comparecer na sede da Prefeitura de Caracol, localizada a Rua Libindo Ferreira Leite, 251, Centro, do dia **01 de abril de 2026**, das 13h00min às 17h00min, no setor de "Recursos Humanos".

CARGO: PSICÓLOGO / UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Ordem	**Nome**	**Número da Inscrição**	**CPF**	**Pontuação**
1º	Edvania Cezar	003/2026	436***268-**	85,0

CARGO: NUTRICIONISTA / UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Ordem	**Nome**	**Número da Inscrição**	**CPF**	**Pontuação**
1º	Marilú Gonçales Pereira	001/2026	057***901-**	85,0

Caracol – MS, 30 de março de 2026.

_____

Antonio Carlos dos Santos Gouvêa

Presidente da Comissão

_____ _____

Daniel Magalhães Franco **Elaine Alves de Oliveira Pedrozo**

Membro da Comissão Membro da Comissão

Matéria enviada por LUCIENE LOPES LESCANO

NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTES SOBRE INÍCIO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB

Notificamos a Sra. **ALBERI JOSÉ PRADELLA**, brasileiro (a), inscrita no CPF Nº 333.XXX.XXX-49, proprietário(a) do imóvel determinado Lote 15 Quadra 68 localizado na Rua Rui Barbosa, registrado na matrícula Nº 1.328 do C.R.I de Bela Vista - MS, conforme disposto no Art. 31, §1º, da Lei 13.465/2017, que a Sra. **CLECI LOSEKANN CHAVES**, brasileira, trabalhadora rural, viúva, inscrita no CPF nº 528.XXX.XXX-53, residente e domiciliada na Fazenda Carandá – Zona Rural, Município de Caracol – MS, está iniciando a regularização fundiária do imóvel localizado na Rua Rui Barbosa - Centro, Quadra 68 Lote 12, Caracol - MS, sob Inscrição Imobiliária 010168121 Vimos por meio desta, informar, nos termos do que nos termos do artigo 31, §1º e §4º, da Lei 13.465/2017, que Vossa Senhoria tem o prazo de 30 dias para, querendo, apresentar impugnação a REURB, a contar da data da publicação. Advertimos que a ausência de manifestação, será interpretada como concordância com o processo de Regularização Fundiária.

Caracol – MS, 31 de março 2026.

CARLOS HUMBERTO PAGLIOSA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Jose Roberto Pissurno

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Republica-se por incorreção

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL A PEDIDO DO CONTRATO Nº 151/2025.

O presente termo tem por objetivo a rescisão, amigável e a pedido do Contrato Nº 155/20265, firmado em 01/12/2025 pelo Município de Caracol e a Sra Ana Carolina Ramos Pinheiro visando a prestação de serviços de Psicóloga vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Contratado: Ana Carolina Ramos Pinheiro

Contratante: Cristiane Araujo Pezzini – Secretária Municipal de Saúde.

Caracol – MS, 27 de março de 2026.

Matéria enviada por MODESTO VAZ FILHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL

CNPJ 03.217.924/0001-32

CONTRATADO MERCADO RANCHO 2P LTDA ME

CNPJ 27.774.673/0001-55

OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CARACOL – MS ITENS FRACASSADOS NO PROCESSO 101/2025**.**

FORNECEDOR MERCADO RANCHO 2P LTDA ME	**CNPJ** 27.774.673/0001-55
ENDEREÇO RUA JOÃO LOUREIO 440 CENTRO	**CIDADE/ESTADO** CARACOL/MS

REPRESENTANTE LEGAL

NOME PAULO VALDOCIR PRADELLA

(X) SÓCIO ADMINISTRADOR

( ) PROCURADOR

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI. MEDIDA	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, ADOÇADO - PACOTES DE 400 G, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MARATÁ	320	6,43	2.057,60
2	AMIDO DE MILHO, EM PÓ, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPELÃO OU POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA DE 500 GR, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	PCT	DONANA	60	8,25	495,00
3	CANELA EM PÓ - SACHE 10 GRAMAS... ISENTO DE PARASITAS E FUNGOS, LIVRES DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	150	2,94	441,00
4	COCO RALADO DESIDRATADO ADOÇADO, FINO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 100 G, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	160	5,66	905,60
5	CRAVO EMBALAGEM 10GR, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	1032	3,28	3.384,96
6	CREME DE LEITE - EMBALAGEM TETRA-PAK... ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 300G, CONFECCIONADA EM MATERIAL ORIGINAL DE FÁBRICA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	UN	ITALAC	300	5,15	1.545,00
7	FAROFA PRONTA (FARINHA DE MANDIOCA TEMPERADA SEM PIMENTA) PACOTE METALIZADO COM 500 G, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	ZAELI	300	7,46	2.238,00
8	GELATINA VÁRIOS SABORES... EM PÓ, EMBALAGEM DE PAPEL ORIGINAL DE FABRICA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DOS INGREDINETES, DATA DE VENCIMENTO, DIVERSOS SABORES, CONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 85G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	SOL	100	2,33	233,00
9	LEITE CONDENSADO TEXTURA HOMOGÊNEA, COR AMARELO CREME LEITOSO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 395GR, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	UN	PIRACANJUBA	300	6,85	2.055,00
10	MILHO PIPOCA - AMARELO, DE 1ª. QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS.	PCT	DONANA	190	5,90	1.121,00
11	VINAGRE - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 750 ML, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, INGREDIENTES E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	CASTELO	70	5,71	399,70
12	FUBA DE MILH0... ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO RESISTENTE DE 1 KG, COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, INGREDIENTES E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM. DEVE ESTAR SECO E BEM SOLTO NO PACOTE; COR AMARELA UNIFORME; NÃO TER MANCHAS DE COR PRETA, AZULADA OU ESVERDEADA E CHEIRO AZEDO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	240	5,96	1.430,40
13	SUCO EM PÓ, COM AÇUCAR, VÁRIOS SABORES, CAIXA COM 15 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	CX	SUK-UKI	274	9,45	2.589,30
14	TEMPERO COMPLETO 1 KG, SEM PIMENTA, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DONANA	95	8,47	804,65

15	FARINHA DE MADIOCA, EMBALAGEM DE 1 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KG	DONANA	100	7,78	778,00
16	BALAS DE FRUTAS MACIA PCT. C/ 700 G.	PCT	DELIKET	160	11,82	1.891,20
17	MAIONESE INDUSTRIALIZADA, EMBALAGEM DE 500 G CADA. DE BOA QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	QUERO	50	11,17	558,50
18	OLEO DE SOJA 900 ML REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 900ML, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EMBALADO EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO.	PET	CONCÓRDIA	910	8,28	7.534,80
19	AMENDOIM, EMBALAGEM DE 1 KG, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	90	12,73	1.145,70
20	REFRIGERANTE FARDO C/ 06, EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE INDUSTRIA, SABOR ARTIFICIAL DE GUARANÁ, COM DATA DE VALIDADE E ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 2 LT. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	FD	CONTI	144	44,20	6.364,80
21	FARINHA DE AVEIA RICA EM FIBRAS E SAIS MINERAIS, SEMENTES DE AVEIA, PACOTE 250 G	PCT	QUAKER	150	8,54	1.281,00
22	LEITE DE COCO 200ML	UN	MAIS COCO	130	7,83	1.017,90
23	DOCE DE PAÇOCA, PCT COM 50 UNIDADES	PCT	SANTA HELENE	5	43,99	219,95
24	CANELA EM PAU, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM APROXIMADAMENTE 15 GR, ISENTO DE PARASITAS E FUNGOS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, VALIDADE MÍNIMADE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	PCT	DONANA	1032	3,20	3.302,40
25	SUCO CONCENTRADO SABOR UVA, EMBALAGEM DE 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MAGUARI	300	7,74	2.322,00
26	SUCO CONCENTRADO SABOR MARACUJÁ, EMBALAGEM DE 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MAGUARI	300	7,62	2.286,00
27	SUCO CONCENTRADO SABOR LARANJA, EMBALAGEM DE 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MAGUARI	300	7,62	2.286,00
28	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, EMBALADO A VÁCUO, 125 GR AS INFORMAÇÕES DE LOTE E VALIDADE DEVEM CONSTAR NA EMBALAGEM.	UN	FLEISHMAN	94	13,45	1.264,30
29	ARROZ, AGULHA,TIPO1 "AMERICANO", LONGO E FINO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA COM 5KG, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM GRÃOS INTEIROS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	UN	DALLAS	580	20,31	11.779,80
30	CHIMI CHURRI - TEMPERO 12G	UN	DONANA	250	6,02	1.505,00
31	CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS DE CAFÉ DE 1ª QUALIDADE COM DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.PCT DE 500G.(EMBALADO A VACUO)	UN	COLCHÃO	3400	27,78	94.452,00
32	DOCE SORVETE SECO,DIVERSOS SABORES, PESO PRODUTO APROXIMADAMENTE 1,1 KG .CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	PRODOSA	40	41,75	1.670,00
33	AMEIXA EM CALDA ,PESO DRENADO 400GRAMA,PESO LIQUIDO 850 GRAMA	UN	TOZZI	30	12,66	379,80
34	MASSA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 450 GR, SABOR CHOCOLATE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	ZAELI	100	7,29	729,00
35	MASSA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 450 GR, SABOR FUBA. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	UN	ZAELI	100	7,29	729,00
36	DOCE SUSPIRO QUADRADO, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	CLOMEL	5	39,31	196,55
37	DOCES CANUDOS C/RECHEIO DOCE DE LEITE TRADICIONAL,CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	CLOMEL	45	37,54	1.689,30
38	PIPOCA DOCE,APROXIMADAMENTE 20G CADA ,FARDO COM 50 UNIDADES	FD	MAROCA	25	42,75	1.068,75
39	DOCE DE ABOBORA .EMBALADO INDIVIDUALMENTE ,PESO UNITARIO 60GR,PACOTE COM 20 UNIDADES	PCT	CLOMEL	50	43,19	2.159,50
40	ÁGUA MINERAL SEM GÁS COM LACRE DE SEGURANÇA NA TAMPA, EM GARRAFÃO DE 20L (COTA DE 24,68%), De POLICARBONATO, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, COR AZUL, PARA CONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, CONTENDO INSCRIÇÃO COM Nº DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 23/2006 DA ANVISA E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM) E AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), CONTENDO MARCA, PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM OU RÓTULO DO PRODUTO. APRESENTAR PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 02 (DOIS) MESES QUANDO DA EFETIVA ENTREGA.	UNI	ROSÁRIO DO SUL	584	19,82	11.574,88
41	GELADINHO PASTEURIZADO TIPO AMERICANO. PACOTE COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES. COMPOSTO POR 5 SABORES DIFERENTES (NO MÍNIMO). CADA GELADINHO CONTENDO 55 ML APROXIMADAMENTE.	PCT	BEBELA	25	20,87	521,75
42	AÇÚCAR CRISTALIZADO, BRANCO, PACOTE DE 2 KG, ISENTO DE IMPUREZA, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DOCE SUCAR	1906	9,00	17.154,00

43	MACARRÃO TIPO ESPAGUETI- ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO; NÃO DEVEM ESTAR COM PERFURAÇÕES CARUNCHOS E OUTROS INSETOS); DEVEM ESTAR INTEIROS E FIRMES, SEM PÓ BRANCO SOLTO NO PACOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KG	DALLAS	260	6,32	1.643,20
44	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TIPO I, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, PACOTE DE 01 KG, ISENTO DE MOFO E IMPUREZAS COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KG	DALLAS	552	5,80	3.201,60
45	POLVILHO DOCE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO RESISTENTE DE 1KG, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO ORIGINAL DO FABRICANTE, NÃO DEVE ESTAR CARUNCHADO, NEM MANCHAS ESCURAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KG	DONANA	80	8,50	680,00
46	MILHO VERDE EM CONSERVA, REIDRATADO, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE DE 200GR, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EMBALADO EM LATA ESTA NÃO DEVE APRESENTAR FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA ENTREGA DO PRODUTO.	UNI	FUGINI	210	6.88	1.444.80
47	COLORAU EM PÓ FINO, HOMOGÊNEO, COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	DONANA	70	16,54	1.157,80
48	SUCO CONCENTRADO SABOR ABACAXI, EMBALAGEM DE 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MAGUARI	300	7,88	2.364,00
49	BOMBOM DE CHOCOLATE, PACOTE COM 1KG CONTENDO 20 GRAMAS CADA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM PLÁSTICO, QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO AÇÚCAR, GORDURAS VEGETAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CASTANHA DE CAJU, SORO DE LEITE EM PÓ, MANTEIGA DE CACAU, CACAU EM PÓ, MASSA DE CACAU, LEITE EM PÓ INTEGRAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, FLOCOS DE ARROZ, AMIDO DE MILHO, FARINHA DE SOJA, AROMATIZANTE E FERMENTO QUÍMICO BICARBONATO DE SÓDIO. PODE CONTER TRAÇOS DE AMÊNDOAS, AMENDOIM, AVELÃ, CASTANHA DO PARÁ E NOZES.	PCT	SONHO DE VALSA	150	64,90	9.735,00
50	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 250GR, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALI- DADE E PESO LÍQUIDO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	FLEISHIMAN	124	12,89	1.598,36
51	SAL REFINADO IODADO 1 KG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE	KG	DONANA	122	3,15	384,30
52	CHA MATE TORRADO E QUEBRADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPELÃO ORIGINAL DE FÁBRICA COM 250G, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	UN	SÃO ROQUE	2515	6,84	17.202,60
53	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 510ML. FARDO COM 12 UNIDADES,VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	FD	POR DO SOL	1024	17,47	17.889,28
54	ERVA DOCE,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM APROXIMADAMENTE 10 GR, ISENTO DE PARASITAS E FUNGOS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, VALIDADE MÍNIMADE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	PCT	DONANA	984	3,24	3.188,16
55	EXTRATO DE TOMATE - 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 860G, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM.SE EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO .	UN	ELEFANTE	670	12,26	8.214,20
56	FEIJÃO TIPO 1, CARIOQUINHA, NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 01KG, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO,LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS,FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS OU CORPOS ESTRANHOS COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM .	UN	FEMILA	372	8,38	3.117,36
57	OVOS DE PÁSCOA 300 GRAMAS, SABOR: CHOCOLATE AO LEITE, RECHEIOS: BOMBONS.	UN	GAROTO	300	30,99	9.297,00

58	ERVILHA EM LATA... ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 280G, CONFECCIONADA EM LATA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO.A LATA, NÃO DEVE ESTAR AMASSADAS, ENFERRUJADAS E ESTUFADAS, NÃO DEVEM CONTER PERFURAÇÕES, NÃO DEVEM SOLTAR AR COM CHEIRO DE AZEDO OU PODRE QUANDO ABERTOS, NÃO DEVE APRESENTAR MANCHAS ESCURAS E FERRUGEM NA PARTE INTERNA. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO	UN	BONDUELLE	160	5,22	835,20
59	GOIABADA EM BARRA, TIPO CASCÃO, EMBALAGEM DE 250 GR	UN	VAL	170	6,10	1.037,00
60	CANJICA DE MILHO BRANCA(TIPO CANJICA) ESPECIFICAÇÃO : TIPO 1, COR BRANCA E DESPELICULADO. EMBALAGEM PRIMARIA: PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES PARA 500 G.	UN	DONANA	50	7,00	350,00
61	UVA PASSA PRETA SEM SEMENTE, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200 G COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UN	LA VIOLETERA	20	12,81	256,20
62	AZEITONA VERDE SEM CAROÇO ,EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO,EMBALADO EM VIDRO ,500 GRAMA.	UN	RIGOMEL	60	13,60	816,00
63	BISCOITO ÁGUA E SAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, VITAMINADO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 345G, CONFECCIONADA EM PAPEL OU POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO; NÃO DEVEM ESTAR COM PERFURAÇÕES (CARUNCHOS E OUTROS INSETOS); DEVEM ESTAR INTEIROS E FIRMES, SEM PÓ BRANCO SOLTO NO PACOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DALLAS	760	6,10	4.636,00
64	BISCOITO DE ROSCA DE BOA QUALIDADE PCT 300GR, 1ª QUALIDADE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 300G, CONFECCIONADA EM PAPEL OU POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO; NÃO DEVEM ESTAR COM PERFURAÇÕES (CARUNCHOS E OUTROS INSETOS); DEVEM ESTAR INTEIROS E FIRMES, SEM PÓ BRANCO SOLTO NO PACOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DALLAS	700	6,25	4.375,00
65	BALA DE GOMA (JUJUBA) SABOR: FRUTAS SORTIDAS, 32G. CAIXA C/ 30 UNIDADES.	CX	JELLY ROLLS	110	20,25	2.227,50
66	PIRULITO DOCE SABORES VARIADOS,CONTENDO 50 UNIDADE NO PACOTE, COM 20 GRAMAS CADA PIRULITO. PCT COM 1KG	PCT	MEGALITO	100	15,70	1.570,00
67	TETA DE NEGA COM COBERTURA DE CHOCOLATE AO LEITE - CX COM 700 GRAMAS,COM 50 UNIDADES	CX	TETA BEL	25	39,65	991,25
68	GOTAS DE CHOCOLATE - SABOR AVELÃ, COM FORMATO E TAMANHO E MEDIDA CERTA, AS GOTAS SÃO IDEAIS PARA A ADIÇÃO EM MASSAS DE BISCOITOS, BOLOS AMANTEIGADOS, PANETONES E COLOMBAS. CONSERVAÇÃO: GARANTA O DESEMPENHO PERFEITO. ARMAZENAR O PRODUTO AO ABRIGO DA LUZ, EM LOCAL FRESCO, SECO, AREJADO E LONGE DE PRODUTOS QUE EXALAM ODOR. MANTER A EMBALAGEM SEMPRE FECHADA APÓS O USO, CASO NÃO USE TODO O CONTEÚDO, ENVOLVA A EMBALAGEM ORIGINAL COM FILME PLÁSTICO, FECHANDO BEM. PACOTE COM 1KG EM MÉDIA.	UN	TOP	10	35,41	354,10
69	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA DE PRIMEIRA QUALIDADE, VITAMINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPEL OU POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA COM 345 GR, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DALLAS	660	6,32	4.171,20
70	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - 1,5 LITROS; FARDO COM 6 UNIDADES; VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR A DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	FD	POR DO SOL	290	36,68	10.637,20
71	BATATA PALHA DE 500G	PCT	POINT CHIP'S	60	22,91	1.374,60
72	VINAGRE DE ÁLCOOL BRANCO - COM DATA DE FABRICAÇÃO EVALIDADE, EMBALAGENS PLÁSTICAS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, GARRAFAS DE 750 ML, ÍNTEGRA SEM VAZAMENTOS.	UN	CASTELO	200	6,72	1.344,00
73	MASSA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 400 GR,SABORES BAUNILHA VALIDADE MINIMA 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DALLAS	100	6,95	695,00
74	MASSA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 400 GR, SABORES LARANJA VALIDADE MINIMA 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DALLAS	150	6,95	1.042,50
75	ORÉGANO DESIDRATADO E MOÍDO. ISENTO DE MOFOS E UMIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE E NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, PESO, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. PACOTE COM 90 A 100 GR.	PCT	DONANA	430	3,45	1.483,50
76	MACARRÃO TIPO PADRE NOSSO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO; NÃO DEVEM ESTAR COM PERFURAÇÕES (CARUNCHOS E OUTROS INSETOS); DEVEM ESTAR INTEIROS E FIRMES, SEM PÓ BRANCO SOLTO NO PACOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KG	DALLAS	200	6.51	1.302,00
77	TEMPERO PARA CARNE - SAL, COLORIFICO, ALHO*, CEBOLA*, OREGANO*, SALSA*, LOURO*, CONDIMENTOS PREPARADOS DE ALHO E DE CEBOLA, REALCADORES DE SABOR GLUTAMATO MONOSSODICO, INOSINATO DISSODICO E GUANILATO DISSODICO. PACOTE COM 12 SACHES DE 5G. PESO TOTAL DO PACOTE 60G.	PCT	JAZAM	100	8.22	822.00
VALOR TOTAL DE **R$ 319.000,00** (TREZENTOS E DEZENOVE MIL REAIS).						

LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/2021 ART. 14 I

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES, CONTADOS DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ARP NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

DATA ASSINATURA 31/03/2026

CARACOL/MS 31 DE MARÇO DE 2026.

CARLOS HUMBERTO PAGLIOSA – CONTRATANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE CARACOL/MS

MERCADO RANCHO 2P LTDA ME – CONTRATADO

PAULO VALDOCIR PRADELLA

CNPJ 27.774.673/0001-55

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL

CNPJ 03.217.924/0001-32

CONTRATADO MERCADO RANCHO 2P LTDA ME

CNPJ 27.774.673/0001-55

OBJETO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CARACOL – MS ITENS FRACASSADOS NO PROCESSO 101/2025**.**

FORNECEDOR MERCADO RANCHO 2P LTDA ME	**CNPJ** 27.774.673/0001-55
ENDEREÇO RUA JOÃO LOUREIO 440 CENTRO	**CIDADE/ESTADO** CARACOL/MS

REPRESENTANTE LEGAL

NOME PAULO VALDOCIR PRADELLA

(X) SÓCIO ADMINISTRADOR

( ) PROCURADOR

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI. MEDIDA	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO, ADOÇADO - PACOTES DE 400 G, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MARATÁ	320	6,43	2.057,60
2	AMIDO DE MILHO, EM PÓ, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPELÃO OU POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA DE 500 GR, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	PCT	DONANA	60	8,25	495,00
3	CANELA EM PÓ - SACHE 10 GRAMAS... ISENTO DE PARASITAS E FUNGOS, LIVRES DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	150	2,94	441,00
4	COCO RALADO DESIDRATADO ADOÇADO, FINO, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 100 G, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	160	5,66	905,60
5	CRAVO EMBALAGEM 10GR, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	1032	3,28	3.384,96
6	CREME DE LEITE - EMBALAGEM TETRA-PAK... ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 300G, CONFECCIONADA EM MATERIAL ORIGINAL DE FÁBRICA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	UN	ITALAC	300	5,15	1.545,00
7	FAROFA PRONTA (FARINHA DE MANDIOCA TEMPERADA SEM PIMENTA) PACOTE METALIZADO COM 500 G, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	ZAELI	300	7,46	2.238,00
8	GELATINA VÁRIOS SABORES... EM PÓ, EMBALAGEM DE PAPEL ORIGINAL DE FABRICA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DOS INGREDINETES, DATA DE VENCIMENTO, DIVERSOS SABORES, CONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 85G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	SOL	100	2,33	233,00
9	LEITE CONDENSADO TEXTURA HOMOGÊNEA, COR AMARELO CREME LEITOSO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 395GR, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO.	UN	PIRACANJUBA	300	6,85	2.055,00
10	MILHO PIPOCA - AMARELO, DE 1ª. QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 500G, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS.	PCT	DONANA	190	5,90	1.121,00

11	VINAGRE - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 750 ML, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, INGREDIENTES E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	CASTELO	70	5,71	399,70
12	FUBA DE MILH0... ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO RESISTENTE DE 1 KG, COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, INGREDIENTES E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM. DEVE ESTAR SECO E BEM SOLTO NO PACOTE; COR AMARELA UNIFORME; NÃO TER MANCHAS DE COR PRETA, AZULADA OU ESVERDEADA E CHEIRO AZEDO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	240	5,96	1.430,40
13	SUCO EM PÓ, COM AÇUCAR, VÁRIOS SABORES, CAIXA COM 15 UNIDADES. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	CX	SUK-UKI	274	9,45	2.589,30
14	TEMPERO COMPLETO 1 KG, SEM PIMENTA, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DONANA	95	8,47	804,65
15	FARINHA DE MADIOCA, EMBALAGEM DE 1 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KG	DONANA	100	7,78	778,00
16	BALAS DE FRUTAS MACIA PCT. C/ 700 G.	PCT	DELIKET	160	11,82	1.891,20
17	MAIONESE INDUSTRIALIZADA, EMBALAGEM DE 500 G CADA. DE BOA QUALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	QUERO	50	11,17	558,50
18	OLEO DE SOJA 900 ML REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 900ML, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EMBALADO EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR VESTÍGIOS DE FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO.	PET	CONCÓRDIA	910	8,28	7.534,80
19	AMENDOIM, EMBALAGEM DE 1 KG, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DONANA	90	12,73	1.145,70
20	REFRIGERANTE FARDO C/ 06, EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE INDUSTRIA, SABOR ARTIFICIAL DE GUARANÁ, COM DATA DE VALIDADE E ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 2 LT. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	FD	CONTI	144	44,20	6.364,80
21	FARINHA DE AVEIA RICA EM FIBRAS E SAIS MINERAIS, SEMENTES DE AVEIA, PACOTE 250 G	PCT	QUAKER	150	8,54	1.281,00
22	LEITE DE COCO 200ML	UN	MAIS COCO	130	7,83	1.017,90
23	DOCE DE PAÇOCA, PCT COM 50 UNIDADES	PCT	SANTA HELENE	5	43,99	219,95
24	CANELA EM PAU, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM APROXIMADAMENTE 15 GR, ISENTO DE PARASITAS E FUNGOS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, VALIDADE MÍNIMADE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	PCT	DONANA	1032	3,20	3.302,40
25	SUCO CONCENTRADO SABOR UVA, EMBALAGEM DE 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MAGUARI	300	7,74	2.322,00
26	SUCO CONCENTRADO SABOR MARACUJÁ, EMBALAGEM DE 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MAGUARI	300	7,62	2.286,00
27	SUCO CONCENTRADO SABOR LARANJA, EMBALAGEM DE 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MAGUARI	300	7,62	2.286,00
28	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, EMBALADO A VÁCUO, 125 GR AS INFORMAÇÕES DE LOTE E VALIDADE DEVEM CONSTAR NA EMBALAGEM.	UN	FLEISHMAN	94	13,45	1.264,30
29	ARROZ, AGULHA,TIPO1 "AMERICANO", LONGO E FINO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ORIGINAL DE FÁBRICA COM 5KG, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM GRÃOS INTEIROS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	UN	DALLAS	580	20,31	11.779,80
30	CHIMI CHURRI - TEMPERO 12G	UN	DONANA	250	6,02	1.505,00
31	CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO TRADICIONAL, TORRADO E MOÍDO, CONSTITUÍDO DE GRÃOS DE CAFÉ DE 1ª QUALIDADE COM DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.PCT DE 500G.(EMBALADO A VACUO)	UN	COLCHÃO	3400	27,78	94.452,00
32	DOCE SORVETE SECO,DIVERSOS SABORES, PESO PRODUTO APROXIMADAMENTE 1,1 KG .CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	PRODOSA	40	41,75	1.670,00
33	AMEIXA EM CALDA ,PESO DRENADO 400GRAMA,PESO LIQUIDO 850 GRAMA	UN	TOZZI	30	12,66	379,80
34	MASSA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 450 GR, SABOR CHOCOLATE. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	ZAELI	100	7,29	729,00
35	MASSA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 450 GR, SABOR FUBA. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	UN	ZAELI	100	7,29	729,00
36	DOCE SUSPIRO QUADRADO, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	CLOMEL	5	39,31	196,55
37	DOCES CANUDOS C/RECHEIO DOCE DE LEITE TRADICIONAL,CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	CLOMEL	45	37,54	1.689,30
38	PIPOCA DOCE,APROXIMADAMENTE 20G CADA ,FARDO COM 50 UNIDADES	FD	MAROCA	25	42,75	1.068,75
39	DOCE DE ABOBORA .EMBALADO INDIVIDUALMENTE ,PESO UNITARIO 60GR,PACOTE COM 20 UNIDADES	PCT	CLOMEL	50	43,19	2.159,50

40	ÁGUA MINERAL SEM GÁS COM LACRE DE SEGURANÇA NA TAMPA, EM GARRAFÃO DE 20L (COTA DE 24,68%), De POLICARBONATO, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, COR AZUL, PARA CONDICIONAMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, CONTENDO INSCRIÇÃO COM Nº DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 23/2006 DA ANVISA E ALTERAÇÕES POSTERIORES, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM) E AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), CONTENDO MARCA, PROCEDÊNCIA E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM OU RÓTULO DO PRODUTO. APRESENTAR PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 02 (DOIS) MESES QUANDO DA EFETIVA ENTREGA.	UNI	ROSÁRIO DO SUL	584	19,82	11.574,88
41	GELADINHO PASTEURIZADO TIPO AMERICANO. PACOTE COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES. COMPOSTO POR 5 SABORES DIFERENTES (NO MÍNIMO). CADA GELADINHO CONTENDO 55 ML APROXIMADAMENTE.	PCT	BEBELA	25	20,87	521,75
42	AÇÚCAR CRISTALIZADO, BRANCO, PACOTE DE 2 KG, ISENTO DE IMPUREZA, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DOCE SUCAR	1906	9,00	17.154,00
43	MACARRÃO TIPO ESPAGUETI- ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO; NÃO DEVEM ESTAR COM PERFURAÇÕES CARUNCHOS E OUTROS INSETOS); DEVEM ESTAR INTEIROS E FIRMES, SEM PÓ BRANCO SOLTO NO PACOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KG	DALLAS	260	6,32	1.643,20
44	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TIPO I, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, PACOTE DE 01 KG, ISENTO DE MOFO E IMPUREZAS COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KG	DALLAS	552	5,80	3.201,60
45	POLVILHO DOCE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO RESISTENTE DE 1KG, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO ORIGINAL DO FABRICANTE, NÃO DEVE ESTAR CARUNCHADO, NEM MANCHAS ESCURAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	KG	DONANA	80	8,50	680,00
46	MILHO VERDE EM CONSERVA, REIDRATADO, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE DE 200GR, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. SE EMBALADO EM LATA ESTA NÃO DEVE APRESENTAR FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA ENTREGA DO PRODUTO.	UNI	FUGINI	210	6.88	1.444.80
47	COLORAU EM PÓ FINO, HOMOGÊNEO, COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	DONANA	70	16,54	1.157,80
48	SUCO CONCENTRADO SABOR ABACAXI, EMBALAGEM DE 500 ML, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	MAGUARI	300	7,88	2.364,00
49	BOMBOM DE CHOCOLATE, PACOTE COM 1KG CONTENDO 20 GRAMAS CADA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM PLÁSTICO, QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO AÇÚCAR, GORDURAS VEGETAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CASTANHA DE CAJU, SORO DE LEITE EM PÓ, MANTEIGA DE CACAU, CACAU EM PÓ, MASSA DE CACAU, LEITE EM PÓ INTEGRAL, LEITE EM PÓ DESNATADO, FLOCOS DE ARROZ, AMIDO DE MILHO, FARINHA DE SOJA, AROMATIZANTE E FERMENTO QUÍMICO BICARBONATO DE SÓDIO. PODE CONTER TRAÇOS DE AMÊNDOAS, AMENDOIM, AVELÃ, CASTANHA DO PARÁ E NOZES.	PCT	SONHO DE VALSA	150	64,90	9.735,00
50	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 250GR, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALI- DADE E PESO LÍQUIDO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	FLEISHIMAN	124	12,89	1.598,36
51	SAL REFINADO IODADO 1 KG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG, ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE	KG	DONANA	122	3,15	384,30
52	CHA MATE TORRADO E QUEBRADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPELÃO ORIGINAL DE FÁBRICA COM 250G, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE E DE FRAGMENTOS ESTRANHOS, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	UN	SÃO ROQUE	2515	6,84	17.202,60
53	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 510ML. FARDO COM 12 UNIDADES,VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	FD	POR DO SOL	1024	17,47	17.889,28
54	ERVA DOCE,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, COM APROXIMADAMENTE 10 GR, ISENTO DE PARASITAS E FUNGOS, LIVRE DE FRAGMENTOS E CORPOS ESTRANHOS, VALIDADE MÍNIMADE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	PCT	DONANA	984	3,24	3.188,16

55	EXTRATO DE TOMATE - 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA COM APROXIMADAMENTE 860G, COM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM.SE EM LATA, ESTA NÃO DEVE APRESENTAR FERRUGEM, AMASSADURA OU ABAULAMENTO .	UN	ELEFANTE	670	12,26	8.214,20
56	FEIJÃO TIPO 1, CARIOQUINHA, NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO TRANSPARENTE ORIGINAL DE FABRICA COM 01KG, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO,LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS,FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS OU CORPOS ESTRANHOS COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADO NA EMBALAGEM .	UN	FEMILA	372	8,38	3.117,36
57	OVOS DE PÁSCOA 300 GRAMAS, SABOR: CHOCOLATE AO LEITE, RECHEIOS: BOMBONS.	UN	GAROTO	300	30,99	9.297,00
58	ERVILHA EM LATA... ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 280G, CONFECCIONADA EM LATA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO.A LATA, NÃO DEVE ESTAR AMASSADAS, ENFERRUJADAS E ESTUFADAS, NÃO DEVEM CONTER PERFURAÇÕES, NÃO DEVEM SOLTAR AR COM CHEIRO DE AZEDO OU PODRE QUANDO ABERTOS, NÃO DEVE APRESENTAR MANCHAS ESCURAS E FERRUGEM NA PARTE INTERNA. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO	UN	BONDUELLE	160	5,22	835,20
59	GOIABADA EM BARRA, TIPO CASCÃO, EMBALAGEM DE 250 GR	UN	VAL	170	6,10	1.037,00
60	CANJICA DE MILHO BRANCA(TIPO CANJICA) ESPECIFICAÇÃO : TIPO 1, COR BRANCA E DESPELICULADO. EMBALAGEM PRIMARIA: PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES PARA 500 G.	UN	DONANA	50	7,00	350,00
61	UVA PASSA PRETA SEM SEMENTE, EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200 G COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UN	LA VIOLETERA	20	12,81	256,20
62	AZEITONA VERDE SEM CAROÇO ,EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO,EMBALADO EM VIDRO ,500 GRAMA.	UN	RIGOMEL	60	13,60	816,00
63	BISCOITO ÁGUA E SAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, VITAMINADO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 345G, CONFECCIONADA EM PAPEL OU POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO; NÃO DEVEM ESTAR COM PERFURAÇÕES (CARUNCHOS E OUTROS INSETOS); DEVEM ESTAR INTEIROS E FIRMES, SEM PÓ BRANCO SOLTO NO PACOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DALLAS	760	6,10	4.636,00
64	BISCOITO DE ROSCA DE BOA QUALIDADE PCT 300GR, 1ª QUALIDADE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 300G, CONFECCIONADA EM PAPEL OU POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM ESPECIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO; NÃO DEVEM ESTAR COM PERFURAÇÕES (CARUNCHOS E OUTROS INSETOS); DEVEM ESTAR INTEIROS E FIRMES, SEM PÓ BRANCO SOLTO NO PACOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	DALLAS	700	6,25	4.375,00
65	BALA DE GOMA (JUJUBA) SABOR: FRUTAS SORTIDAS, 32G. CAIXA C/ 30 UNIDADES.	CX	JELLY ROLLS	110	20,25	2.227,50
66	PIRULITO DOCE SABORES VARIADOS,CONTENDO 50 UNIDADE NO PACOTE, COM 20 GRAMAS CADA PIRULITO. PCT COM 1KG	PCT	MEGALITO	100	15,70	1.570,00
67	TETA DE NEGA COM COBERTURA DE CHOCOLATE AO LEITE - CX COM 700 GRAMAS,COM 50 UNIDADES	CX	TETA BEL	25	39,65	991,25
68	GOTAS DE CHOCOLATE - SABOR AVELÃ, COM FORMATO E TAMANHO E MEDIDA CERTA, AS GOTAS SÃO IDEAIS PARA A ADIÇÃO EM MASSAS DE BISCOITOS, BOLOS AMANTEIGADOS, PANETONES E COLOMBAS. CONSERVAÇÃO: GARANTA O DESEMPENHO PERFEITO. ARMAZENAR O PRODUTO AO ABRIGO DA LUZ, EM LOCAL FRESCO, SECO, AREJADO E LONGE DE PRODUTOS QUE EXALAM ODOR. MANTER A EMBALAGEM SEMPRE FECHADA APÓS O USO, CASO NÃO USE TODO O CONTEÚDO, ENVOLVA A EMBALAGEM ORIGINAL COM FILME PLÁSTICO, FECHANDO BEM. PACOTE COM 1KG EM MÉDIA.	UN	TOP	10	35,41	354,10
69	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA DE PRIMEIRA QUALIDADE, VITAMINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE PAPEL OU POLIPROPILENO ORIGINAL DE FÁBRICA COM 345 GR, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DALLAS	660	6,32	4.171,20
70	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - 1,5 LITROS; FARDO COM 6 UNIDADES; VALIDADE DE 6 MESES A CONTAR A DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	FD	POR DO SOL	290	36,68	10.637,20
71	BATATA PALHA DE 500G	PCT	POINT CHIP'S	60	22,91	1.374,60
72	VINAGRE DE ÁLCOOL BRANCO - COM DATA DE FABRICAÇÃO EVALIDADE, EMBALAGENS PLÁSTICAS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, GARRAFAS DE 750 ML, ÍNTEGRA SEM VAZAMENTOS.	UN	CASTELO	200	6,72	1.344,00
73	MASSA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 400 GR,SABORES BAUNILHA VALIDADE MINIMA 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DALLAS	100	6,95	695,00
74	MASSA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 400 GR, SABORES LARANJA VALIDADE MINIMA 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	DALLAS	150	6,95	1.042,50

75	ORÉGANO DESIDRATADO E MOÍDO. ISENTO DE MOFOS E UMIDADE. EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE E NÃO VIOLADA, CONTENDO DADOS DO PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, PESO, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. PACOTE COM 90 A 100 GR.	PCT	DONANA	430	3,45	1.483,50
76	MACARRÃO TIPO PADRE NOSSO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONTENDO NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. NÃO DEVEM APRESENTAR COR ESVERDEADA COM PONTOS BRANCOS E CINZA (MOFO); NÃO DEVEM ESTAR COM CHEIRO DE MOFO; NÃO DEVEM ESTAR COM PERFURAÇÕES (CARUNCHOS E OUTROS INSETOS); DEVEM ESTAR INTEIROS E FIRMES, SEM PÓ BRANCO SOLTO NO PACOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	KG	DALLAS	200	6.51	1.302,00
77	TEMPERO PARA CARNE - SAL, COLORIFICO, ALHO*, CEBOLA*, OREGANO*, SALSA*, LOURO*, CONDIMENTOS PREPARADOS DE ALHO E DE CEBOLA, REALCADORES DE SABOR GLUTAMATO MONOSSODICO, INOSINATO DISSODICO E GUANILATO DISSODICO. PACOTE COM 12 SACHES DE 5G. PESO TOTAL DO PACOTE 60G.	PCT	JAZAM	100	8.22	822.00
VALOR TOTAL DE **R$ 319.000,00** (TREZENTOS E DEZENOVE MIL REAIS).						

LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/2021 ART. 14 I

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES, CONTADOS DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ARP NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

DATA ASSINATURA 31/03/2026

CARACOL/MS 31 DE MARÇO DE 2026.

CARLOS HUMBERTO PAGLIOSA – CONTRATANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE CARACOL/MS

MERCADO RANCHO 2P LTDA ME – CONTRATADO

PAULO VALDOCIR PRADELLA

CNPJ 27.774.673/0001-55

Matéria enviada por Vanderli Vieira Ximenes

Empenho 252

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **CNPJ: 15.615.736/0001-41**				**DATA**	**NÚMERO**	**SEQ**
				27/3/2026	**252**	001
NOTA DE EMPENHO						
UNID ORÇAM: **06.002-Fundo Municipal de Assistência Social**					RESERVA: **3**	
CREDOR:	NOME:	**HOME JOY LTDA**		CNPJ:	**55.166.202/0001-08**	
TIPO DE CRÉDITO: Orçamento Geral		ESPÉCIE: Global		LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação		

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAM	F.O. 258	U.O. 06.002	PROGRAMA 08.245.0008	PROJETO / ATIVIDADE 2105	NATUREZA DA DESPESA 3.3.90.32.00	FONTE RECURSO 661
DEMONSTRAÇÃO DAS QUOTAS ONERADAS					CONVÊNIO	CONTRATO
O CRÉDITO DISPONÍVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO AO LADO				SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ATUAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	AQUISIÇÃO DE COBERTORES A SEREM DISTRIBUÍDOS AS FAMÍLIAS QUE SE ENCONTRAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CARACOL/MS, CONFORME ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	Unidade	1,00	16.185,0000	16.185,0000

Pedido/Processo: 028/2026	Licitação: 8/2026	**TOTAL DOS ITENS/ TRANSPORTE**	**16.185,00**
Emitido: Usuário: VANDER			
Gestão: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		CNPJ: **15615736000141**	
Endereço: **AV LIBINDO FERREIRA LEITE, 251, CENTRO, CARACOL/MS**			

Matéria enviada por Vanderli Vieira Ximenes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 081/2025.

CONTRATANTE: Município de Caracol – MS.

CONTRATADO (A):Jander Teixeira Sampaio.

FUNDAMENTO: Cláusula Quarta do contrato de trabalho por prazo determinado n. 081/2025 bem como no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, e artigo 2º, §1º, inciso IV e V da Lei Municipal Nº 803/2019.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato de trabalho por prazo determinado n. 081/2025.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho n.081/2025, contados de 12 **de abril de 2026 a 31 de março de 2027**.

DO VALOR MENSAL: O Contratado recebera mensalmente, como retribuição pelo seu trabalho, valor equivalente ao vencimento fixado para o cargo efetivo de Profissional da Educação, Motorista de Transporte Escolar, Nível A, Classe V, nesta data equivalente a **R$ 1.621,00 (Um mil seiscentos e vinte e um reais).**

DOTAÇÃO: 06.007-08.241.0700.2152 - 3.1.90.04.00.00.

DATA DE ASSINATURA: 12/04/2026.

ASSINAM: Cristina Araujo Pezzini (Secretária Municipal de Saúde) **Jander Teixeira Sampaio.** (Contratado).

Matéria enviada por MODESTO VAZ FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 083/2025.

CONTRATANTE: Município de Caracol – MS.

CONTRATADO (A): Jeferson Ferreira Aguelho.

FUNDAMENTO: Cláusula Quarta do contrato de trabalho por prazo determinado n. 083/2025 bem como no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, e artigo 2º, §1º, inciso IV e V da Lei Municipal Nº 803/2019.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato de trabalho por prazo determinado n. 083/2025.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho n.083/2025, contados de 12 **de abril de 2026 a 31 de março de 2027**.

DO VALOR MENSAL: O Contratado recebera mensalmente, como retribuição pelo seu trabalho, valor equivalente ao vencimento fixado para o cargo efetivo de Profissional da Educação, Motorista de Transporte Escolar, Nível A, Classe V, nesta data equivalente a **R$ 1.621,00 (Um mil seiscentos e vinte e um reais).**

DOTAÇÃO: 06.007-08.241.0700.2152 - 3.1.90.04.00.00.

DATA DE ASSINATURA: 12/04/2026.

ASSINAM: Cristina Araujo Pezzini (Secretária Municipal de Saúde) **Jeferson Ferreira Aguelho.** (Contratado).

Matéria enviada por MODESTO VAZ FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 080/2025.

CONTRATANTE: Município de Caracol – MS.

CONTRATADO (A): Francisco Cristaldo.

FUNDAMENTO: Cláusula Quarta do contrato de trabalho por prazo determinado n. 080/2025 bem como no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, e artigo 2º, §1º, inciso IV e V da Lei Municipal Nº 803/2019.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato de trabalho por prazo determinado n. 080/2025.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho n.080/2025, contados de 12 **de abril de 2026 a 31 de março de 2027**.

DO VALOR MENSAL: O Contratado recebera mensalmente, como retribuição pelo seu trabalho, valor equivalente ao vencimento fixado para o cargo efetivo de Profissional da Educação, Motorista de Transporte Escolar, Nível A, Classe V, nesta data equivalente a **R$ 1.621,00 (Um mil seiscentos e vinte e um reais).**

DOTAÇÃO: 06.007-08.241.0700.2152 - 3.1.90.04.00.00.

DATA DE ASSINATURA: 12/04/2026.

ASSINAM: Cristina Araujo Pezzini (Secretária Municipal de Saúde) **Francisco Cristaldo.** (Contratado).

Matéria enviada por MODESTO VAZ FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 082/2025.

CONTRATANTE: Município de Caracol – MS.

CONTRATADO (A): Leonardo Gonzalez Marin.

FUNDAMENTO: Cláusula Quarta do contrato de trabalho por prazo determinado n. 082/2025 bem como no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, e artigo 2º, §1º, inciso IV e V da Lei Municipal Nº 803/2019.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato de trabalho por prazo determinado n. 082/2025.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho n.082/2025, contados de 12 **de abril de 2026 a 31 de março de 2027**.

DO VALOR MENSAL: O Contratado recebera mensalmente, como retribuição pelo seu trabalho, valor equivalente ao vencimento fixado para o cargo efetivo de Profissional da Educação, Motorista de Transporte Escolar, Nível A, Classe V, nesta data equivalente a **R$ 1.621,00 (Um mil seiscentos e vinte e um reais).**

DOTAÇÃO: 06.007-08.241.0700.2152 - 3.1.90.04.00.00.

DATA DE ASSINATURA: 12/04/2026.

ASSINAM: Cristina Araujo Pezzini (Secretária Municipal de Saúde) **Leonardo Gonzalez Marin.** (Contratado).

Matéria enviada por MODESTO VAZ FILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 1

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	3.993.943,27	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	3.993.943,27	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

NEY KUASNE
PRESIDENTE
363.629.309-59

LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA
CONTROLE INTERNO
061.335.868-69

RONALDO LUIZ VANZIN
CONTADOR
254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	3.500.000,00	3.895.338,00	3.889.281,27	3.889.281,27	3.889.281,27	6.056,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.195.000,00	2.817.146,26	2.816.548,82	2.816.548,82	2.816.548,82	597,44
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.305.000,00	1.078.191,74	1.072.732,45	1.072.732,45	1.072.732,45	5.459,29
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	500.000,00	104.662,00	104.662,00	104.662,00	104.662,00	0,00
INVESTIMENTOS	500.000,00	104.662,00	104.662,00	104.662,00	104.662,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	4.000.000,00	4.000.000,00	3.993.943,27	3.993.943,27	3.993.943,27	6.056,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	4.000.000,00	4.000.000,00	3.993.943,27	3.993.943,27	3.993.943,27	6.056,73
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	4.000.000,00	4.000.000,00	3.993.943,27	3.993.943,27	3.993.943,27	6.056,73
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(C)	(d)	JAN A DEZ 2025
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NEY KUASNE
PRESIDENTE
363.629.309-59

LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA
CONTROLE INTERNO
061.335.868-69

RONALDO LUIZ VANZIN
CONTADOR
254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 3

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (b-c)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	50.000,00	20.000,00	19.952,40	19.952,40	19.952,40	47,60
DESPESAS CORRENTES	50.000,00	20.000,00	19.952,40	19.952,40	19.952,40	47,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.000,00	20.000,00	19.952,40	19.952,40	19.952,40	47,60
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NEY KUASNE
PRESIDENTE
363.629.309-59

LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA
CONTROLE INTERNO
061.335.868-69

RONALDO LUIZ VANZIN
CONTADOR
254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

NOTA EXPLICATIVA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício de 2025

Anexo 12 - Balanço Orçamentário, O orçamento do poder legislativo no exercício de 2025, aprovado pela lei 1447/23 de 26 de Dezembro de 2023, estimou as receitas (Transferências Financeiras) e fixou as despesas no valor de R$ 4.000.000,00, houve suplementação para adequação do orçamento com o repasse do duodécimo de R$ 0,00, perfazendo um total orçamentário de R$ 4.000.000.00, foi executado (empenhado) R$ 3.993.943,27, sendo que houve uma economia orçamentária de R$ 6.056,73. De forma que os gastos ficaram assim distribuídos, despesas de pessoal e encargos sociais R$ 2.816.548,82, para outras despesas correntes R$ 1.072.732,45, as quais envolvem as despesas de manutenção do Poder Legislativo, e para despesas de capital R$ 104.662,00. No exercício foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de R$ 395.338,00.

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - MCASP

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		**0,00**	**0,00**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**		**3.993.943,27**	**0,00**
RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	0,00	RECURSOS NÃO VINCULADOS		3.993.943,27	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		**4.022.536,24**	**0,00**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**		**28.592,97**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		4.022.536,24	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		28.592,97	0,00
REPASSE RECEBIDO		4.022.536,24	0,00	REPASSE DUODÉCIMO CÂMARA MUNICIPAL		28.592,97	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		**627.751,80**	**0,00**	**PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS**		**631.095,88**	**0,00**
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		618.274,11	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		621.618,19	0,00
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		240.230,28	0,00	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		243.574,36	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		227.392,54	0,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		227.392,54	0,00
ISS		1.015,29	0,00	ISS		1.015,29	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		108.491,54	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		108.491,54	0,00
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		32.276,71	0,00	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		32.276,71	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		8.867,75	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		8.867,75	0,00
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		9.477,69	0,00	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		9.477,69	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		381,33	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		381,33	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		9.096,36	0,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO		9.096,36	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		**3.344,08**	**0,00**	**SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE**		**0,00**	**0,00**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)		3.344,08	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	0,00
CONTA ÚNICA		3.344,08	0,00				
TOTAL		**4.653.632,12**	**0,00**	**TOTAL**		**4.653.632,12**	**0,00**

NEY KUASNE	LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA	RONALDO LUIZ VANZIN
PRESIDENTE	CONTROLE INTERNO	CONTADOR
363.629.309-59	061.335.868-69	254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício de 2025

Anexo 13 - Balanço Financeiro No Balanço Financeiro do exercício de 2025 reflete os ingressos de transferências do poder Executivo, os dispêndios despesas do período, Bem como as movimentações Extra orçamentárias, além dos saldos caixa e equivalente de caixa.

Receita e despesa orçamentária - Pelo demonstrativo percebe-se que o Poder Legislativo não tem arrecadações orçamentárias e que nas despesas orçamentárias foi empenhado o valor de R$ 3.993.943,27. Transferências - Foram recebidas transferências financeiras do Poder Executivo no valor de R$ 4.022.536,24, dos quais foram devolvidos ao Executivo o valor de R$ 28.592,97, Ao final do exercício ficaram registrados na conta do Banco Do Brasil S/A o Saldo de R$ 0,00 e Banco Sicredi R$ 0,00, ficaram também registrados em restos a pagar para o exercício de 2026 o valor de R$ 0,00.

Extra orçamentários – O critério utilizado pela Entidade quanto à contabilização das retenções em despesas orçamentárias é o de considerar a retenção como valor restituível, conforme a espécie da retenção, no momento da liquidação da despesa orçamentária, efetuando-se o pagamento orçamentário do empenho ao fornecedor da parcela equivalente menos à retenção e, simultaneamente, retém a receita extra orçamentária, ficando em depósitos de diversas origens que após é efetuado o pagamento ao credor da retenção, o valor retido durante o exercício de 2025 foi de R$ 631.095,88, valores pagos de R$ 631.095,88, restando o saldo de R$ 0,00 de encargos sociais retidos para serem pagos no exercício de 2025 conforme saldo bancário.

Dos recursos recebidos, o Legislativo realizou aplicação financeira, retornando aos cofres municipais o montante de R$ 32.276,71, referente aos rendimentos da referida aplicação.

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 1

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		**0,00**	**17.395,55**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**0,00**	**3.344,08**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		**0,00**	**3.344,08**
CONTA ÚNICA	F	0,00	3.344,08
ESTOQUES		**0,00**	**14.051,47**
ALMOXARIFADO		**0,00**	**14.051,47**
MATERIAL DE CONSUMO	P	0,00	4.723,92
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P	0,00	740,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	0,00	8.396,35
OUTROS - ALMOXARIFADO	P	0,00	191,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**1.331.480,38**	**1.267.742,02**
IMOBILIZADO		**1.331.480,38**	**1.267.742,02**
BENS MOVEIS		**523.194,40**	**512.372,40**
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	87.357,00	87.357,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	105.948,20	100.138,20
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	254.324,60	249.312,60
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	13.770,00	13.770,00
VEÍCULOS	P	4.800,00	4.800,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	56.994,60	56.994,60
BENS IMÓVEIS		**1.014.168,82**	**920.328,82**
BENS DE USO ESPECIAL	P	1.014.168,82	920.328,82
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		**-205.882,84**	**-164.959,20**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-205.882,84	-164.959,20
TOTAL		**1.331.480,38**	**1.285.137,57**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		**0,00**	**3.344,08**
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		**0,00**	**3.344,08**
VALORES RESTITUÍVEIS		**0,00**	**3.344,08**
CONSIGNAÇÕES	F	0,00	3.344,08
TOTAL PASSIVO		**0,00**	**3.344,08**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**1.331.480,38**	**1.281.793,49**
RESULTADOS ACUMULADOS		**1.331.480,38**	**1.281.793,49**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**1.331.480,38**	**1.281.793,49**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		49.686,89	-72.778,87
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.281.793,49	1.354.572,36
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.331.480,38**	**1.281.793,49**
TOTAL		**1.331.480,38**	**1.285.137,57**

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025)

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		0,00	3.344,08	PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+RP não Proc.(0,00)		0,00	3.344,08
ATIVO PERMANENTE		1.331.480,38	1.281.793,49	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		1.331.480,38	1.281.793,49

NEY KUASNE
PRESIDENTE
363.629.309-59

LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA
CONTROLE INTERNO
061.335.868-69

RONALDO LUIZ VANZIN
CONTADOR
254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 3

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (811xxx e 8944201)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				ATOS POTENCIAIS PASSIVO		**142.872,28**	**25.408,00**
				OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		142.872,28	25.408,00
				TOTAL		**142.872,28**	**25.408,00**

NEY KUASNE
PRESIDENTE
363.629.309-59

LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA
CONTROLE INTERNO
061.335.868-69

RONALDO LUIZ VANZIN
CONTADOR
254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício de 2025

Anexo 14 - Balanço Patrimonial O ativo circulante - apresenta o valor de R$ 0.00 que refere-se ao estoque de materiais existentes e consumo no almoxarifado O ativo circulante - apresentava no exercício valor de R$ 0,00 referente a estoque de materiais do almoxarifado que foram consumidos no exercício 2025 e os adquiridos neste exercício são contabilizados como materiais de consumo imediato.

Ativo Não Circulante - O ativo imobilizado os bens já em uso não passaram por avaliação durante o ano e novos são lançados pelo custo de aquisição, foi efetuada a depreciação dos bens que resultou em R$ 205.882,84.

Passivo Circulante - Demais Obrigações A Curto Prazo R$ 0,00.

Patrimônio Líquido – abrange as contas de resultado do exercício e o capital social, o resultado do exercício de 2025 é de R$ 49.686,89, confrontado com os de exercício anteriores temos como resultado acumulado o valor de R$ 1.331.480,38. Somando-se o patrimônio social e capital social com os resultados acumulados temos um patrimônio líquido de R$ 1.331.480,38.

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 1

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**4.022.536,24**	**3.274.781,74**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		4.022.536,24	3.274.781,74
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		**4.022.536,24**	**3.274.781,74**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		**0,00**	**72.778,87**
TOTAL		**4.022.536,24**	**3.347.560,61**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		**2.816.548,82**	**2.095.551,91**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		2.331.612,23	1.739.438,53
ENCARGOS PATRONAIS		484.936,59	356.113,38
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**1.127.707,56**	**1.029.057,01**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		74.926,64	116.427,59
SERVIÇOS		1.011.857,28	872.814,71
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		40.923,64	39.814,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**0,00**	**1.273,90**
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	1.273,90
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**28.592,97**	**219.013,79**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		28.592,97	219.013,79
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**0,00**	**2.664,00**
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	2.664,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		**3.972.849,35**	**3.347.560,61**
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)		**49.686,89**	**0,00**
TOTAL		**4.022.536,24**	**3.347.560,61**

NEY KUASNE	LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA	RONALDO LUIZ VANZIN
PRESIDENTE	CONTROLE INTERNO	CONTADOR
363.629.309-59	061.335.868-69	254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		**104.662,00**	**18.702,60**
INVESTIMENTOS		104.662,00	18.702,60

NEY KUASNE	LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA	RONALDO LUIZ VANZIN
PRESIDENTE	CONTROLE INTERNO	CONTADOR
363.629.309-59	061.335.868-69	254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

Anexo 15 - Variações Patrimoniais

NOTA EXPLICATIVA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício de 2025

Anexo 15 - Demonstrações das Variações Patrimoniais Variações Patrimoniais Aumentativas - O Poder Legislativo no ano de 2025 recebeu do Poder Executivo, transferências financeiras no valor de R$ 4.022.536,24.

Variações Patrimoniais Diminutivas – Temos as despesas com pessoal e com a manutenção da entidade, e a Transferência para o executivo no final do exercício das sobras de recursos.

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

Exercício de 2025

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

TITULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		EMISSÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NEY KUASNE
PRESIDENTE
363.629.309-59

LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA
CONTROLE INTERNO
061.335.868-69

RONALDO LUIZ VANZIN
CONTADOR
254.867.481-91

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

Exercício de 2025

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	3.344,08	240.230,28	243.574,36	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	227.392,54	227.392,54	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	1.015,29	1.015,29	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	108.491,54	108.491,54	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	32.276,71	32.276,71	0,00	0,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	8.867,75	8.867,75	0,00	0,00	0,00
Sub-total	3.344,08	618.274,11	621.618,19	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.344,08	618.274,11	621.618,19	0,00	0,00	0,00

NEY KUASNE	LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA	RONALDO LUIZ VANZIN
PRESIDENTE	CONTROLE INTERNO	CONTADOR
363.629.309-59	061.335.868-69	254.867.481-91

*
*

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

NOTA EXPLICATIVA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício de 2025

Anexo 17 – Demonstrativo da divida flutuante é a demonstração contábil que evidencia os saldos dos Restos a Pagar do exercício findo, com os saldos dos Restos a Pagar que inicia o exercício seguinte, demonstrando também os saldos das consignações do exercício findo assim como os saldos que inicia o exercício seguinte, sendo que, na pratica todos os saldos do exercício findo, serão iguais os saldos iniciais para o exercício seguinte.

Porem o anexo demonstra que só houve movimentação em depósitos, e baixas no mesmo valor dentro do exercício permanecendo saldo zerado para o próximo exercício, com exceção da conta encargos sociais que permaneceu um saldo para o período seguinte de R$ 0,00.

.

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 1

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

A - QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		4.650.288,04	0,00
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		4.650.288,04	0,00
Ingressos Extraorçamentários		627.751,80	0,00
Transferências Financeiras Recebidas		4.022.536,24	0,00
Transferência de resgate de Aplicação RPPS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS (Incluidos pagto de RP)		4.548.970,12	0,00
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C	3.869.328,87	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	D	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B	19.952,40	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		659.688,85	0,00
Desembolsos Extra-Orçamentários		631.095,88	0,00
Transferências Financeiras Concedidas		28.592,97	0,00
Transferência de Aplicação RPPS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		101.317,92	0,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		104.662,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		104.662,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-104.662,00	0,00

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR

NEY KUASNE	LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA	RONALDO LUIZ VANZIN
PRESIDENTE	CONTROLE INTERNO	CONTADOR
363.629.309-59	061.335.868-69	254.867.481-91

Layout conforme IPC 08 - STN

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 2

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		3.344,08	0,00
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		-3.344,08	0,00
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		0,00	0,00

B - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	0,00
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas		0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas		**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		19.952,40	0,00
Intergovernamentais		0,00	0,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios		0,00	0,00
Intragovernamentais		19.952,40	0,00
Outras transferências concedidas		0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas		**19.952,40**	**0,00**

C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA		3.869.328,87	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**3.869.328,87**	**0,00**

NEY KUASNE	LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA	RONALDO LUIZ VANZIN
PRESIDENTE	CONTROLE INTERNO	CONTADOR
363.629.309-59	061.335.868-69	254.867.481-91

Layout conforme IPC 08 - STN

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 3

ISOLADO: 10 - CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**0,00**	**0,00**

NEY KUASNE	LUZIA NANCI MENDES DE OLIVEIRA	RONALDO LUIZ VANZIN
PRESIDENTE	CONTROLE INTERNO	CONTADOR
363.629.309-59	061.335.868-69	254.867.481-91

Layout conforme IPC 08 - STN

CAMARA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA EXPLICATIVA

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício de 2025

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Elaborada pelo método direto, onde os fluxos de caixa das atividades operacionais foram evidenciadas pela análise direta das entradas. Ingressos - transferências recebidas do executivo R$ 4.022.536,24. E dos desembolsos -pagamentos efetuados, despesas com pessoal e manutenção da entidade. Outros desembolsos operacionais - que são os pagamentos das despesas extra orçamentárias e a devolução dos recursos para o Poder Executivo.

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO-MS

ATO DA PRESIDÊNCIA N° 002/2026

*"**DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA QUINTA-FEIRA DIA 02/04/2026 E SEGUNDA-FEIRA DIA 06/04/2026"***

A **Presidente da Câmara Municipal de Eldorado**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições Legais, e.

Considerando o Decreto "E" nº 46, de 24 de novembro de 2025, do Estado de Mato Grosso do Sul, que dispõe sobre os feriados e pontos facultativos nos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual;

Considerando o Decreto Municipal n.º 057/2026, de 30/03/2026 que dispõe sobre ponto facultativo na quinta-feira dia 02/04/2026;

Considerando que 03 de abril é feriado Nacional e Municipal, instituído através da Lei Municipal nº. 878 de 10 de junho de 2011, em observância a sexta-feira Santa (Paixão de Cristo) e 06 de abril (Segunda-Feira posterior ao domingo de Páscoa) é considerado Ponto Facultativo, instituído pela Lei Municipal n.° 797 de 12/03/2010;

Considerando que o ponto facultativo na mencionada data, não irá impor nenhum prejuízo aos trabalhos deste Poder Legislativo, e proporciona ainda redução de custeio.

DECRETA:

Art. 1º - Será ponto facultativo na Câmara Municipal de Eldorado-MS, no dia **02 de Abril de 2026 (quinta-feira)** e no dia **06 de Abril de 2026 (segunda-feira)**

Art. 2º - Este Ato da Presidência entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO, "VEREADOR DURVAL CASEIRO", ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Daiane Gomes Lacerda

Ver.ª Presidente

Matéria enviada por José Osvaldo de Souza Soares

Secretaria Municipal de Sáude

PROCESSO SELETIVO N° 001 - EDITAL Nº 009/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO N° 001/2026/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ELDORADO/MS, 31 DE MARÇO DE 2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, e nos termos do IX do artigo 37 da Constituição Federal, com fundamentos na **Lei Municipal n° 629/2004** e demais legislações correlatas, e, considerando a necessidade plausível, essencial e inadiável, bem como em face à transição de gestores e extinção de vínculos anteriores formados, umbilicalmente atrelados à saúde e segurança da população – visando à manutenção dos serviços interligados às condições básicas do ser humano – conforme previsto pelo Art. 5°, III, (CF/88), torna pública o presente Edital com a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos.

A Prefeitura Municipal de Eldorado – MS, através da Sra. LIDIANE PRIORI, Secretária Municipal de Saúde, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais, estabelecidas no Decreto nº 002/2025 de 03 de janeiro de 2025, **CONVOCA**, os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), classificados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, **para comparecer no dia de 01 abril de 2026, as 07h00**, na *Secretaria Municipal de Saúde*, situada à Rua Irmã Aristela n° 836 – Jardim das Grevíleas, para apresentar documentos, habilitações exigidas e firmar contrato por prazo determinado em seu respectivo cargo.

Cargo: Motorista

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
2º	Alan Aparecido Alves de Oliveira

Cargo: Motorista (Assentamento Floresta Branca)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1º	Celso Ferreira Tavares
2º	Leandro Amorim Silva

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Eldorado, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Eldorado – MS, 31 de março de 2026.

LIDIANE PRIORI

Secretária Municipal de Saúde

CKECK LIST DE DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE DO CANDADITO(A) CONTRATADO(A)
DOCUMENTAÇÃO PARA REALIZAR O CADASTRO:
1 – Comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo (diploma e histórico escolar e o de maior habilitação, se for o caso; 2 – Carteira de identidade (RG); 3 – Título de Eleitor; 4 – Certidão de quitação eleitoral atualizada, emitida pelo site www.tse.gov.br ou cartório eleitoral, informando que está quite ou não possui pendências com justiça eleitoral; 5 – Certidão de antecedentes criminais; 6 – Cadastramento no CIC/CPF; 8 – Carteira de trabalho e previdência social; 9 – Certidão de nascimento ou casamento; 10 – CPF do cônjuge (quando couber); 11 – Certidão de nascimento e CPF (filho menores de 21 anos); 12 – Reservista (para homens); 13 – Comprovante de residência (contas de água, luz e telefone); 14 – Atestado de saúde ocupacional – ASO (Exame médico admissional assinado pelo médico do trabalho); 15 – 01 foto 3x4; 16 – Nº da conta bancaria do Banco Bradesco. 17 – Declaração de Raça/Cor (será disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde).

Matéria enviada por Darqueline Thuane dos Santos Euzébio

Departamento de Licitação

AVISO DE RESULTADO DO PROCESSO LICITATORIO N° 025/2026

Adjudicação

A Prefeitura do Município de Eldorado/MS torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 025/2026

MODALIDADE/Nº: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2026

OBJETO: A contratação possui como objeto, registro de preços para a aquisição de gás liquefeito de petróleo para atender as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Eldorado/MS, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Em consonância com a legislação vigente, fica o presente processo **ADJUDICADO** em favor de: **REI DO GÁS LTDA** CPF/CNPJ sob n° **44.175.226/0001-07**), totalizando R$ **59.905,80** (**cinquenta e nove mil, novecentos e cinco reais e oitenta centavos**).

Eldorado/MS, 30 de março de 2026.

Fabiana Maria Lorenci

Prefeita Municipal de Eldorado

Despacho de Homologação

Em decorrência do exposto no Processo Licitatório n° 025/2026, **HOMOLOGO** o resultado da dispensa de licitação e autorizo a formalização de contrato ou instrumento equivalente.

Eldorado/MS, 30 de março de 2026.

Fabiana Maria Lorenci

Prefeita Municipal de Eldorado

AVISO DE RESULTADO PROCESSO LICITATORIO N° 014/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura do Município de Eldorado/MS, através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 014/2026

MODALIDADE/Nº: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2026

OBJETO: Contratação de empresa visando a aquisição de ovos de chocolate a serem

distribuídos aos alunos pertencentes à rede municipal de ensino de Eldorado/MS, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Em consonância com a legislação vigente, fica o presente processo **ADJUDICADO** pelo Pregoeiro Oficial em favor da seguinte Empresa:

Claudemir Pavin Rolin (CNPJ 33.512.589/0001-66), no Anexo IV/Lote 0001 - item: 1,2,3,4,5,6 e 7, totalizando R$ 238.321,60 (duzentos e trinta e oito mil trezentos e vinte e um reais e sessenta centavos).

Eldorado/MS, 31 de março de 2026.

Fabiana Maria Lorenci

Prefeita Municipal de Eldorado

Despacho de Homologação

Em decorrência do exposto no Processo Licitatório n° 014/2026, **HOMOLOGO** o resultado do julgamento da licitação.

Eldorado/MS, 31 de março de 2026.

Fabiana Maria Lorenci

Prefeita Municipal de Eldorado

AVISO DE RESULTADO DO PROCESSO LICITATORIO N° 021/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura do Município de Eldorado/MS torna público aos interessados o seguinte resultado:

PROCESSO Nº: 021/2026

MODALIDADE/Nº: DISPENSA Nº 004/2026

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para suprimento regular da alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino de Eldorado/MS, com a utilização de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Em consonância com a legislação vigente, fica o presente processo **ADJUDICADO** em favor da seguinte Empresas:

SOLANGE APARECIDA DA SILVA (CPF nº 555.826.721-68), no Anexo I/Lote 0001 – item: 8 E 11, totalizando **R$ 13.666,80; MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS (CPF nº 889.062.561-91),** no Anexo I/Lote 0001 – itens: 1, 2, 3, 9, 11 e 12, totalizando **R$ 6.349,80; ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE FRUTAS E POLPAS DE ITAQUIRAÍ-FRUTIPOLPAS (CNPJ nº 16.492.148/0001-20),** no Anexo I/Lote 0001 – itens: 4, 5, 6, 14, 21 E 22, totalizando **R$ 26.136,18; MARIA DE LURDES ANDRADE DOS SANTOS (CPF nº 560.089.021-49),** no Anexo I/Lote 0001 – item: 5, 7, 10, 13 e 17, totalizando **R$ 39.996,92; MARIA VALDELICE DOS SANTOS BENVENUTTI (CPF nº 489.076.691-04**), no Anexo I/Lote 0001 – itens: 15, 16, 19 e 20, totalizando **R$ 26.056,50.** Eldorado/MS, 31 de março de 2026.

Fabiana Maria Lorenci

Prefeita Municipal de Eldorado

Despacho de Homologação

Em decorrência do exposto no Processo Licitatório n° 021/2026, **HOMOLOGO** o resultado da dispensa de licitação e autorizo a formalização de contrato.

Eldorado/MS, 31 de março de 2026.

Fabiana Maria Lorenci

Prefeita Municipal de Eldorado

Matéria enviada por DAIANE FERREIRA PEDRO

Departamento de Licitação

Extrato do Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 032/2025

Processo n° 038/2025 – Inexigibilidade n° 009/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO/MS e Roberto Rafagnin.

OBJETO: locação de imóvel localizado na Avenida Brasil, nº 1086, Centro, na cidade de Eldorado/MS, para instalação da Farmácia Municipal.

VALOR ADITADO: R$ 27.304,20 (vinte e sete mil trezentos e quatro reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA ADITADA: 02/04/2026 a 02/04/2027.

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 107 e 124, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 14.133/21.

Assinam: Fabiana Maria Lorenci – Prefeita municipal e Roberto Rafagnin.

Matéria enviada por DAIANE FERREIRA PEDRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARECER Nº. 001/2026

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 18h:30min (dezoito horas e trinta minutos), nas dependências da sede do Conselho de Saúde de Eldorado, situada na rua São Paulo n° 739, Centro do Município de Eldorado/MS, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul, Elizabete Menezes da Silva (Presidente do Conselho), Marta Fernanda Vilamaior Lima, Cleocir Antônio Jukmheski, Aparecido Francisco da Paz, Pastor José Ribamar Santos Carvalho para avaliar e discutir a prestação de contas do Exercício de dois mil e vinte e cinco (2025), dos gastos com saúde e EMITIR PARECER sobre a mesma.

A receita total de impostos/transferências para apuração da aplicação em ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2025 foi de R$ 66.155.909,04 (sessenta e seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e nove reais e quatro centavos).

A despesa total com ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2025 foi de R$ 27.325.749,32 (vinte e sete

milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos).

A dedução da despesa com saúde não computadas para fins de apuração do percentual mínimo (limite constitucional de 15%) no exercício de 2025 foi de R$ 11.883.567,75 (onze milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

O total das despesas para efeito de cálculo, com ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2025 foi de R$ 15.442.181,57 (quinze milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e um e cinquenta e sete centavos).

O percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita total de impostos e transferências constitucionais e legais no exercício de 2025 chegou a 23,34 %.

O município aplicou um percentual de 8,34 %, ou seja, R$ 5.518.795,21 (cinco milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e noventa e cinco mil reais e vinte e um centavos) acima do limite constitucional. O valor que deveria ser aplicado para cumprir o limite mínimo de 15% no exercício de 2025 seria de R$ 9.923.386,36 (nove milhões, novecentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos).

Mediante as informações obtidas e análise dos documentos e sabendo que os recursos foram aplicados conforme as normas legais vigentes, os membros do Conselho Municipal de Saúde decidem por unanimidade pelo PARECER FAVORÁVEL e aprovam a prestação de contas do Exercício de dois mil e vinte e cinco (2025), do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Eldorado – MS.

ELDORADO (MS), 23 de março de 2026.

_____

Elizabete Menezes da Silva

Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ASINATURA DOS DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO:

Elizabete Menezes da Silva	
Marta Fernanda Vilamaior Lima	
Cleocir Antônio Jukmheski	
Aparecido Francisco da Paz	
Pastor José Ribamar Santos Carvalho	

Matéria enviada por DANIELI GONÇALVES DE OLIVEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO-MS

Portaria nº 014/2026

AUTORIZAÇÃO PARA VIAGEM E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

"Dispõe sobre a concessão de diárias, conforme a Lei Municipal nº 1.254/2019 e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Autorizar o Vereador deste Poder Legislativo: ***ADENIR EMIDIO PEDRO,*** a viajar, – no dia 31 de março de 2026, realizar uma visita técnica ao município de Quedas do Iguaçu–PR, com o objetivo de conhecer de perto o funcionamento do Projeto Gente. A iniciativa busca promover ações voltadas ao desenvolvimento social, educacional e comunitário, servindo como referência para boas práticas na gestão pública. Durante a visita, serão observadas as metodologias aplicadas, os resultados alcançados e a viabilidade de adaptação do projeto à realidade do município de Eldorado. A intenção é estudar a possível implantação de um programa semelhante, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas locais e a melhoria da qualidade de vida da população. O requerimento endereçado ao Presidente desta Casa fica autorizado a fazer jus a ½ (meia diária), conforme os valores vigentes no anexo I da Lei Municipal nº 1.254/2019, por participante da Câmara Municipal de Eldorado.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Daiane Gomes Lacerda

PRESIDENTE

Matéria enviada por ***Claudinei Francisco de Paula***

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17979/2025

E-SFINGE- FF30FFF69B4004306E8C5584167EED1ED959E7A6

O Município de Figueirão/MS, torna público aos interessados, que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo **Menor Preço global.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos hospitalares, odontológicos e laboratoriais, instalados no Hospital Municipal "Mariana Silvéria Furtado" e na Unidade Básica de Saúde "Arindo Rodrigues da Silva", pertencentes à rede pública de saúde do Município de Figueirão/MS.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/04/2026 às 09h00 (horário de Brasília) 08h00 (horário de Mato Grosso do Sul).

Edital na íntegra: à disposição dos interessados nos endereço https://comprasbr.com.br e https://avisolicitacao.qualitysistemas.com.br/prefeitura_municipal_de_figueirao .

Figueirão 31 de março de 2026.

JUVENAL CONSOLARO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Deborah Cristina Lacerda de Souza

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18240/2026

E-SFINGE- 647BAEEB516AC1FA12F0BFCC2F7C619BA1582C88

O Município de Figueirão/MS, torna público aos interessados, que promoverá Licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo **Menor Preço por item.**

Objeto: Registro de preço para a Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Educação e Esporte, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Pequena Propriedade Rural e do Gabinete do Prefeito, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 16/04/2026 às 08h30 (horário de Brasília) 07h30 (horário de Mato Grosso do Sul).

Edital na íntegra: à disposição dos interessados nos endereço https://comprasbr.com.br e https://avisolicitacao.qualitysistemas.com.br/prefeitura_municipal_de_figueirao .

Figueirão 31 de março de 2026.

JUVENAL CONSOLARO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Talyta Rodrigues de Souza

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2025 - EDITAL 002/2026

O **Prefeito Municipal de Figueirão** – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos II e V, do art. 93, da Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do Edital de Processo de Seleção Simplificada para Contratação Temporária de Servidores Públicos, a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos aprovados, conforme Edital n° 004 de 2025 do Processo Seletivo n° 005/2025 para INSPEÇÃO MÉDICA E APRESENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, observada a ordem de classificação final e cronograma:

1 – DA CONVOCAÇÃO

Fica CONVOCADO o candidato constante na relação anexa, para comparecer na Prefeitura Municipal de Figueirão, na Gerência de Recursos Humanos, sito Avenida Moisés de Araújo Galvão, n. 591, centro, cidade de Figueirão – MS, para se apresentar no período improrrogável de 01 de abril a 07 de abril de 2026, a partir da publicação deste edital, munidos da documentação pertinente, para contratação no cargo respectivo em substituição aos servidores efetivos afastados por motivo de férias, ou outros afastamentos legais, tendo em vista a classificação do processo seletivo.

2 – DA INSPEÇÃO MÉDICA

A inspeção médica admissional poderá ser realizada por um dos três médicos do município de Figueirão/MS, no dia e local mencionados no anexo, e os candidatos munidos da Carteira de Identidade.

3 – Da DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

O candidato apto deverá comparecer para realização da contratação no dia e locais mencionados no anexo, onde apresentarão o original e 1 (uma) fotocopia dos seguintes documentos;

Cédula de identidade, ou na ausência, documento oficial de identidade, com foto;

Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima D, se for o caso;

Carteira de Órgão e Classe (quando necessário e quitação de anuidade);

Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

Título de Eleitor com comprovante de quitação eleitoral da última eleição;

Cartão do PIS/PASEP e data do cadastramento;

01 (uma) foto 3x4 coloridas, recentes e sem uso;

Comprovante recente de residência (conta de água, luz ou telefone);

Certidão de nascimento e CPF dos filhos dependentes, se houver;

Comprovante de escolaridade exigida para o cargo, bem como inscrição no respectivo conselho, quando for o caso, com comprovante de regularidade junto ao conselho;

Certificado militar, quando for o caso;

Atestado médico admissional;

Declaração de acúmulo ou não de cargo e/ou função pública;

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

Certidão de nascimento ou casamento;

Declaração de bens e valores ou Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (completa apresentada a Receita em 2026);

Declaração de Não Acúmulo de Cargo;

Conta Bancária (Banco do Brasil);

Certidão de Ação Cível (www.tjms.jus.br);

Certidão de Ação Criminal (www.tjms.jus.br);

O não comparecimento do (a) (s) candidato (a) (s) convocado (a) (s) sem causa justificada no dia pré-estabelecido neste edital, acarretará a perda do direito de contratação, e a critério e conveniência da Administração implicará na convocação do próximo candidato classificado.

Figueirão – MS, 01 de abril de 2026.

JUVENAL CONSOLARO

Prefeito Municipal

Anexo do Edital n. 002/2026

Processo Seletivo Simplificado n. 005/2025

Data da Inspeção Médica: no prazo improrrogável de 01 de abril de 2026 a 07 de abril de 2026

Local: Hospital Municipal Mariana Silvéria Furtado – Avenida Moisés de Araújo Galvão, sentido saída para Costa Rica. - Horário: 07:00 as 09:00 HS

Entrega dos documentos: no prazo improrrogável de 01 de abril de 2026 a 07 de abril de 2026

Horário: 07:00 as 11:00 HS

Local: Prefeitura Municipal de Figueirão – Av. Moisés Araújo Galvão, 591, Centro.

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Classificação	Nome
3º	Silvanilda Albano da Silva

Matéria enviada por Quélia Cristina Lacerda de Souza

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 458/2026

PROCESSO N° 17455/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:GABINETE DO PREFEITO
RAFAELA CAROLINE ARANTES RODRIGUES DE FREITAS - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DO TIPO COFFE BREAK PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL
VALOR:641,15 (Seiscentos e Quarenta e Um Reais e Quinze Centavos.)
DOTAÇÃO: 4.02.001.04.122.0002.2002
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.07.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°:65/2025
DATA DO EMPENHO: 24/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E CLEITON COSME DE ALMEIDA COSTA.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°437/2026

PROCESSO N° 16456/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO.
SAVE REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.
OBJETO:CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMNTO DE DIESEL TIPO S10, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO.
VALOR: 34.454,50 (Trinta e Quatro Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos.
DOTAÇÃO: 95.05.001.12.782.0005.2177
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.01.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 10/2025
DATA DO EMPENHO: 23/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E ANDRE NOGUEIRA BARBOSA.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°438/2026

PROCESSO N° 16456/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.
SAVE REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.
OBJETO:CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMNTO DE DIESEL TIPO S10, PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PUBLICOS E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO.
VALOR: 68.909,00(Sessenta e Oito mil, Novecentos e Nove Reais.)
DOTAÇÃO: 62.07.001.04.121.0004.2011
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 10/2025
DATA DO EMPENHO: 23/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E RONIS DA SILVA MOREIRA.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°478/2026

PROCESSO N° 16456/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.
SAVE REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.
OBJETO:CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMNTO DE DIESEL TIPO S10, PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PUBLICOS E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO.
VALOR: 81.172,00 (Oitenta e Um Mil, Cento e Setenta e Dois Reais.)
DOTAÇÃO: 6207.001.04.121.0004.2011
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 10/2025
DATA DO EMPENHO: 27/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E RONIS DA SILVA MOREIRA.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°476/2026

PROCESSO N° 16456/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO,CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
SAVE REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇAO DE COMBUSTIVEL DIESEL-S10, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.
VALOR: 40.586,00 (Quarenta mil, Quinhentos e Oitenta e Seis Reais.)
DOTAÇÃO: 95.05.001.12.782.0005.2177
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.01.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 10/2025
DATA DO EMPENHO: 27/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E ANDRE NOGUEIRA BARBOSA.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°446/2026

PROCESSO N° 17646/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRAO -FMS
SINGLE FIN IMPORTAÇOES E SERVIÇOS LTDA
OBJETO:AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRAO-MS.
VALOR: 30,00 (Trinta Reais.)
DOTAÇÃO: 3.06.002.10.122.0010.2031
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.16.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 04/2026
DATA DO EMPENHO: 23/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FABRICIA DANIELA FAGUNDES.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 457/2026

PROCESSO N° 16798/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRAO-FMS.
CLAUDIO ALVES DE OLIVEIRA MEI
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MAO DE OBRA PARA INSTALAÇAO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UBS ARINDO RODRIGUES DA SILVA E SUDALIDIO AMORIM MALAQUIAS DA SECRETARIA MUNICICPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 867,52(Oitocentos e Sessenta e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos.)
DOTAÇÃO: 4.06.002.10.122.0010.2031
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.17.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 44/2025
DATA DO EMPENHO: 44/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FABRICIA DANIELA FAGUNDES.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°461/2026

PROCESSO N° 17646/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.
MG INOVARE LTDA
OBJETO:CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA INTERNA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.
VALOR: 509,21(Quinhentos e Nove Reais e Vinte e Um Centavos.)
DOTAÇÃO: 62.07.001.04.121.0004.2011
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 04/2026
DATA DO EMPENHO: 25/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E RONIS DA SILVA MOREIRA.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°463/2026

PROCESSO N° 17646/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.
SINGLE FIN IMPORTAÇOES E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO:CONTRATAÇAO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA AQUISIÇAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA INTERNA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.
VALOR:61,00 (Sessenta e Um Reais.)
DOTAÇÃO: 62.07.001.04.121.0004.2011
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°:04/2026

DATA DO EMPENHO:25/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E RONIS DA SILVA MOREIRA.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 445/2026

PROCESSO N° 17646/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FIGUEIRÃO - FMS
MG INOVARE LTDA.
OBJETO:AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRÃO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 361,90(Trezentos e Sessenta e Um Reais e Noventa Centavos.)
DOTAÇÃO: 3.06.002.10.122.0010.2031
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.16.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°:04/2026
DATA DO EMPENHO:23/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FABRICIA DANIELA FAGUNDES

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N° 447/2026

PROCESSO N° 17646/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FIGUEIRÃO - FMS
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA.
OBJETO:AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRÃO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 558,98(Quinhentos e Cinquenta e Oito Reais e Noventa e oito Centavos.)
DOTAÇÃO: 3.06.002.10.132.0010.2031
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.16.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°: 04/2026
DATA DO EMPENHO: 23/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FABRICIA DANIELA FAGUNDES.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°399/2026

PROCESSO N° 16870/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE–FMS -
M.S. DIAGNOSTICA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LABORATORIAIS, AFIM DE ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA SILVERIA FURTADO, ORGAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FIGUEIRAO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 981,00 (Novecentos e Oitenta e Um Reais.)
DOTAÇÃO: 2006.001.10.302.0010.2120
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.35.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°:25/2025
DATA DO EMPENHO: 20/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FABRICIA DANIELA FAGUNDES

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°393/2026

PROCESSO N° 16271/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FIGUEIRÃO - FMS
HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA-ME
OBJETO:O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇAO E A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR, AFIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIANA SILVÉRIA FURTADO, ÓRGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO, MATO GROSSO DO SUL.
VALOR: 538,00(Quinhentos e Trinta e Oito Reais.)
DOTAÇÃO: 286.06.001.10.302.0010.2120

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1621
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°:14/2025
DATA DO EMPENHO: 19/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E FABRICIA DANIELA FAGUNDES

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Prefeitura de Figueirão

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO N°462/2026

PROCESSO N° 17646/2025
ORDENADOR: JUVENAL CONSOLARO
PARTES:SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA.
OBJETO:CONTRATAÇAO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA AQUISIÇAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER A DEMANDA INTERNA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS.
VALOR:141,04 (Cento e Quarenta e Um Reais e Quatro Centavos.)
DOTAÇÃO: 62.07.001.04.121.0004.2011
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.99.1500
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRONICO N°:04/2026
DATA DO EMPENHO:25/03/2026
ASSINAM: JUVENAL CONSOLARO E RONIS DA SILVA MOREIRA.

Matéria enviada por Elizandra de Souza e Silva

Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente

PORTARIA Nº. 02 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO-MS, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e

CONSIDERANDO que o art. 8° do Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023, dispõe que *"Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração, designados mediante portaria pela autoridade máxima do órgão ou da entidade"*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal, suplente e gestor do contrato descrito no art. 2º. conforme abaixo:

	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
SERVIDOR	NATALIA MENDONÇA GERETTITIMPURIM	GRACIELLI MORAES PEREIRA AMORIM	JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA
CARGO	ENGENHEIRA AMBIENTAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GESTOR DE CONTRATOS
SECRETARIA	TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE.	TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE.	GESTÃO

Art. 2º A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito do contrato abaixo referenciado:

CONTRATO	N° 35/2026
OBJETO	Celebração de contrato de programa para custear o serviço deinspeção de produtos de origem animal executado pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari – COINTA, em atendimento a Prefeitura Municipal de Figueirão.
CONTRATADO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI - COINTA, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 02.104.328/0001-83
VIGÊNCIA	25 de março de 2026 à 31 de dezembro de 2026

Art. 3º Os integrantes da equipe de fiscalização devem ter ciência expressa desta indicação.
Art. 4º A equipe deverá atuar de acordo com o Decreto Municipal n° 779, de 28 de novembro de 2023.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Figueirão-MS, 01 de abril de 2026.

_____

MARINALVA PANIAGO FERREIRA

Secretária Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

CIÊNCIA DO(S) SERVIDOR(ES) DESIGNADO(S)

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

NATALIA MENDONÇA GERETTI TIMPURIM

_____

GRACIELLI MORAES PEREIRA AMORIM

_____

JEFFERSON CABRAL DE OLIVEIRA

Matéria enviada por Gracielli Moraes Pereira Amorim

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS
Av. Moisés de Araújo Galvão, 591, Centro - CNPJ: 13.893.544.0001/71, FIGUEIRÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 2420 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS, por Superávit Financeiro de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

Conforme solicitação da secretaria.

O(a) Prefeito(a) Municipal de FIGUEIRÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 644 de 23/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRÃO - FMS discriminadas abaixo:

06.002 - UNIDADE BASICA DE SAUDE

10.301.0010.2179 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

406 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
2604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias — 27.538,73

27.538,73

06.005 - SETOR DE COMBATE AS ENDEMIAS

10.305.0010.2178 - MANUTENÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIA

407 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
2604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias — 22.163,83

22.163,83

Total Geral de Suplementações ...: 49.702,56

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

FIGUEIRÃO/MS, 30 de Março de 2026

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS
Av. Moisés de Araújo Galvão, 591, Centro CNPJ: 07.158.578/0001-10, FIGUEIRÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 2421 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

Conforme solicitação da secretaria.

O(a) Prefeito(a) Municipal de FIGUEIRÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 644 de 23/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS discriminadas abaixo:

05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0012.2147 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

703 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 20.000,00

20.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 20.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

05.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.367.0012.2049 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

758 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos — 20.000,00

20.000,00

Total de Reduções ...: 20.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

FIGUEIRÃO/MS, 30 de Março de 2026

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS
Av. Moisés de Araújo Galvão, 591, Centro CNPJ: 07.158.578/0001-10, FIGUEIRÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 2422 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

Conforme solicitação da secretaria.

O(a) Prefeito(a) Municipal de FIGUEIRÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 644 de 23/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS discriminadas abaixo:

11.002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0013.2192 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

802 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00
10.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 10.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

11.001 - DEPARTAMENTO DE TURISMO

27.695.0013.2193 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

804 - 3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00
10.000,00

Total de Reduções ...: 10.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

FIGUEIRÃO/MS, 30 de Março de 2026

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS
Av. Moisés de Araújo Galvão, 591, Centro CNPJ: 07.158.578/0001-10, FIGUEIRÃO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 2423 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

Conforme solicitação da secretaria.

O(a) Prefeito(a) Municipal de FIGUEIRÃO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 644 de 23/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÃO - MS discriminadas abaixo:

07.001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

04.121.0004.2011 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

847 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União 500,00

500,00

Total Geral de Suplementações ...: 500,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

07.001 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

26.782.0004.1081 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS

613 - 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
1700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União 500,00

500,00

Total de Reduções ...: 500,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

FIGUEIRÃO/MS, 31 de Março de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA DE 2027.

CONSIDERANDO a iminência da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a qual estabelece as regras para o planejamento do orçamento do exercício seguinte, sendo, ainda, submetida à aprovação do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO o inciso I, do §1º, do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina, como medida de transparência, o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos:

CONVOCAMOS a população em geral para participar da Audiência Pública Presencial com a Finalidade de Debater e Contribuir na Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2025.

A Audiência Pública realizar-se-á presencialmente no Plenário da Câmara Municipal desta cidade localizada a Av. Presidente Getúlio Vargas, 1439 – Centro, no dia 09/04/2024 (quinta-feira) a partir das 19h00min (dezenove horas).

Para tanto, na referida audiência, serão colhidas sugestões dos representantes da sociedade presentes no ato, bem como das organizações representadas por associações, entidades, clubes de serviços, instituições e de representantes de diversos segmentos, cidadãos em geral, etc.

Glória de Dourados-MS, 31 de março de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

- Prefeito Municipal -

Matéria enviada por Heatclif Horing - Oficial de Finanças

Coordenadoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2025

Processo nº 150/2025

O **MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS**, por meio da COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 022, de 20 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

REGISTRO TCE/MS (e-Sfinge): "9D0F25D93E267C0A108E77BDBC8E492B4D729E28"

OBJETO: Aquisição de TRATOR AGRÍCOLA E VARREDORA MECÂNICA REBOCÁVEL, novos, zero hora, em conformidade com Termo de Convênio nº 973053/2024, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e o Município de Glória de Dourados/MS, destinados a execução de serviços de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, praças, parques e demais áreas públicas do município, conforme critérios, especificações, condições e necessidades estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 509.595,00 (quinhentos e nove mil quinhentos e noventa e cinco reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 27/04/2026 às 08h (horário de Mato Grosso do Sul)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Reuniões – Paço Municipal – Rua Tancredo de Almeida Neves, s/n, Parque CEAD, Glória de Dourados/MS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL: Presencialmente: Paço Municipal, Rua Tancredo de Almeida Neves, s/n, Centro, 79730-000, nesta Cidade - via *e-mail*: licitacao@gloriadedourados.ms.gov.br

Glória de Dourados, MS, em 31 de março de 2026.

Jean Ivo da Silva

Pregoeiro

Matéria enviada por Jean Ivo da Silva

Coordenadoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2025

Processo nº 134/2025

O **MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS**, por meio da COORDENADORIA DE LICITAÇÕES, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 022, de 20 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

REGISTRO TCE/MS (e-Sfinge): "F40DD5ED642491D807AE21E5BDAEFD819301B54D"

OBJETO: Aquisição de ROLO COMPACTADOR novo, zero hora, conforme Termo de Convênio n° 959498/2024,

celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, e o Município de Glória de Dourados/MS, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Águas do município, conforme critérios, especificações, condições e necessidades estabelecidas neste Edital e em seus anexos

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 646.556,67 (seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 24/04/2026 às 08h (horário de Mato Grosso do Sul)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Reuniões – Paço Municipal – Rua Tancredo de Almeida Neves, s/n, Parque CEAD, Glória de Dourados/MS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL: Presencialmente: Paço Municipal, Rua Tancredo de Almeida Neves, s/n, Centro, 79730-000, nesta Cidade - via *e-mail*: licitacao@gloriadedourados.ms.gov.br

Glória de Dourados, MS, em 31 de março de 2026.

Jean Ivo da Silva

Pregoeiro

Matéria enviada por Jean Ivo da Silva

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N° 047/2026, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

"Designa Agente de Contratação, Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio para atender as demandas da Lei Federal n° 14.133/2021, e da outras providências."

O **Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS**, **Julio Cleverton dos Santos**, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica deste Município, e

CONSIDERANDO *o disposto no art. 7°, §5° da lei Federal n° 14133/2021, de 1° de abril de 2021 c/c regulamentos próprios desta municipalidade,*

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de **Agente de Contratação** e de **Pregoeiro** do Município de Glória de Dourados/MS, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – **Jean Ivo da Silva** (matrícula 1163) – Agente de Contratação e Pregoeiro.

II – **Valdemir Riquelme Roda** (matrícula 1002) – Agente de Contratação e Pregoeiro;

Parágrafo único. Aos servidores ora designados fica concedida a gratificação prevista no inciso V do art. 18 da Lei Complementar n. 115, de 03 de janeiro de 2025.

Art. 2°. Designar os servidores **Celma Gonçalves de Oliveira** (matrícula 785), **Nelson Henrique** (matrícula 304) e **Ana Paula Pereira Da Silva Favero** (matrícula 1413), como membros da **Equipe de Apoio** que auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro no desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único. Aos servidores ora designados fica concedida a gratificação prevista no inciso VI do art. 18 da Lei Complementar n. 115, de 03 de janeiro de 2025.

Art. 3°. Somente em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame é designado Pregoeiro.

Art. 4°. O Agente de Contratação, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio possuem a prerrogativa de solicitar assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentos internos deste órgão, além de convocar servidores, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 260/2025.

Glória de Dourados/MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 057/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026.

"Dispõe sobre readaptação de servidor público municipal e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

Considerando, decisão judicial proferida nos autos nº 0800698-65.2017.8.12.0034, onde foi determinada a readaptação

da servidora ELOISA SILVA NUNES, sendo que deverá esta desempenhar atribuições e responsabilidades compatíveis com as suas limitações inerentes à carreira que pertencer, preferencialmente na unidade onde se encontrava lotado, ou em outro órgão da administração pública municipal, de acordo com o interesse público, nos termos do § 1º do art.81 da Lei Complementar Municipal nº 84, de 07 de abril de 2021;

Considerando, que a categoria funcional de Professor poderá exercer as atividades de docência, direção escolar, coordenação pedagógica ou assessoramento pedagógico, no âmbito das unidades da rede pública municipal de ensino, desde que atendidos os requisitos estabelecidos em lei, nos termos do Art. 7º da lei da Lei Complementar Municipal nº 84, de 07 de abril de 2021;

Considerando, o teor da Ata nº 002/2026, de 27 de março de 2026, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a servidora, **ELOISA SILVA NUNES**, ocupante do cargo efetivo de professora, símbolo PRO, matrícula 434, com carga horária de 20 horas semanais, **readaptada** na categoria funcional de assessoramento pedagógico.

Parágrafo Único. A professora readaptada deverá: a) assessorar os docentes no planejamento, desenvolvimento e avaliações pedagógicas, b) monitorar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, c) contribuir para a organização e melhoria dos processos pedagógicos da instituição.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Glória de Dourados, 01 de abril de 2026.

JÚLIO CLEVERTON DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA N. 005/2026/SESAU, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

"Regulamenta o Decreto n. 027/2026 publicado em diário oficial no dia 31 de março de 2026, referente ao ponto facultativo nos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município e dá outras providências".

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Não haverá expediente em nenhuma repartição de saúde no dia **02 de abril de 2026 (quinta-feira),** considerando o ponto facultativo conforme depreende o Decreto n. 027/2026 emanado do Poder Executivo Municipal de Glória de Dourados/MS.

Art. 2º Não haverá expediente em nenhuma repartição de saúde no dia **03 de abril de 2026 (sexta-feira)**, considerando às comemorações nacionais da Paixão de Cristo e/ou Sexta-Feira Santa.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se. Publica-se em Diário Eletrônico Oficial.

Glória de Dourados/MS, 01 de abril de 2026.

Estefânia Kintschev

Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por Vanessa de Souza Franchi

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 056/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE MEMBRO DO PROGRAMA "DIALOGANDO IGUALDADE"** a Servidora **JANINE UCHIDA SOARES,** ocupante do Cargo Isolado de Provimento Efetivo de **Psicólogo**, Símbolo **PSI**, em vaga prevista no Grupo Ocupacional VII- Função Gratificada da Tabela Única do Anexo III, da Lei Complementar nº. 115 de 03 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 145 de 17 de março de 2026.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados-MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 046/2026 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

"Nomeia servidor para o Cargo que menciona e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **GABRIEL LEITE CAMPOS NOGUEIRA,** para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de **Supervisor de Compras,** Símbolo **DAS-7,** ocupado anteriormente por **Juliana Freitas Signorelli**, exonerada através da Portaria nº 030/2026 de 02 de março de 2026 em vaga prevista no grupo Ocupacional VI – Direção e Assessoramento Superior da Tabela Única do Anexo II da Lei Complementar nº. 115, de 03 de janeiro de 2025.

Art.2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 054/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS a Servidora **GIOVANA MATEUS TINOCO,** ocupante do Cargo Isolado de Provimento Efetivo de **Agente Administrativo**, Símbolo **AGD**, em vaga prevista no Grupo Ocupacional VII- Função Gratificada da Tabela Única do Anexo III, da Lei Complementar nº. 115 de 03 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 145 de 17 de março de 2026.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados-MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 053/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS a Servidora **MEDEIA APARECIDA DE SOUZA,** ocupante do Cargo Isolado de Provimento Efetivo de **Agente Administrativo**, Símbolo **AGD**, em vaga prevista no Grupo Ocupacional VII- Função Gratificada da Tabela Única do Anexo III, da Lei Complementar nº. 115 de 03 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 145 de 17 de março de 2026.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados-MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 052/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS** a Servidora **GESSICA NAYARA DUARTE DE SOUZA,** ocupante do Cargo Isolado de Provimento Efetivo de **Agente Administrativo**, Símbolo **AGD**, em vaga prevista no Grupo Ocupacional VII- Função Gratificada da Tabela Única do Anexo III, da Lei Complementar nº. 115 de 03 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 145 de 17 de março de 2026.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados-MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 051/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADO EM UNIDADES ESPORTIVAS** ao Servidor **JESUS MATTA DA SILVA,** ocupante do Cargo Isolado de Provimento Efetivo de **Zelador**, Símbolo **ZLD**, em vaga prevista no Grupo Ocupacional VII- Função Gratificada da Tabela Única do Anexo III, da Lei Complementar nº. 115 de 03 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 145 de 17 de março de 2026.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados-MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 050/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADO DE SETOR** ao Servidor **JOSINO ALVES DE SOUZA NETO,** ocupante do Cargo Isolado de Provimento Efetivo de **Técnico em Contabilidade**, Símbolo **TEC**, em vaga prevista no Grupo Ocupacional VII- Função Gratificada da Tabela Única do Anexo III, da Lei Complementar nº. 115 de 03 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 145 de 17 de março de 2026.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados-MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 049/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADO DE SETOR** ao Servidor **SANDRO DE**

SOUSA DA SILVA, ocupante do Cargo Isolado de Provimento Efetivo de **Técnico em Contabilidade**, Símbolo **TEC**, em vaga prevista no Grupo Ocupacional VII- Função Gratificada da Tabela Única do Anexo III, da Lei Complementar nº. 115 de 03 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 145 de 17 de março de 2026.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados-MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 048/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

"Revoga Portaria que especifica e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - **REVOGAR** a Portaria nº 142/2025 de 06 de março de 2025, que designou o servidor **SANDRO DE SOUSA DA SILVA**, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Contabilidade,** símbolo **DAS-5**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEAF).

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogados as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados, 01 de abril de 2026

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional

PORTARIA N.º 055/2026 - DE 01 DE ABRIL DE 2026

Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Julio Cleverton dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VII e IX, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, de 28 de março de 1990, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE MEMBRO DO PROGRAMA "DIALOGANDO IGUALDADE"** ao Servidor **MARONEI DE SOUZA SILVA,** ocupante do Cargo Isolado de Provimento Efetivo de **Procurador Municipal**, Símbolo **PRJ**, em vaga prevista no Grupo Ocupacional VII- Função Gratificada da Tabela Única do Anexo III, da Lei Complementar nº. 115 de 03 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 145 de 17 de março de 2026.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados-MS, 01 de abril de 2026.

Julio Cleverton dos Santos

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Wanessa Duarte de Souza

Coordenadoria de Licitações e Contratos

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026

Processo adm. nº 107/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **AUTORIZO** a Contratação Direta por Dispensa de Licitação, fundamentada pelo artigo 75, inciso II, da mesma Lei, objetivando a Aquisição de equipamentos e instrumentos para avaliação clínica e materiais de apoio, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no município de Glória de Dourados/MS, a favor da empresa **LUCIANE ALVES DE OLIVEIRA LULY CNPJ: 33.859.641/0001-55 COM SEDE NA RUA ANTONIO LOMBARDI N°20-JARDIM ADOLFHO BIM CEP:17-511-691 MARILIA/SP**, por ser dela o menor preço ofertado, com o valor total de **R$ 15.684,54 (quinze mil seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)**, e considerada compatível com o interesse público.

Estefânia Kintschev

Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2026

Republica-se por incorreção**.**

Dispõe sobre a partilha do Recurso do Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS Exercício 2026

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do município de Glória de Dourados - MS, faz saber que o Conselho Municipal de Assistência, em reunião ordinária;

Considerando a Resolução CEAS/MS N° 496 DE 11 de Dezembro de 2025,

Considerando a autonomia local na partilha dos recursos; e usando das atribuições que lhe confere etc.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e tornar publico o critério de partilha do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/2026. Conforme planilha abaixo:

Unidade Executora	Serviço/Programa	Público	Valor/Ano (R$
APAE	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência	Pessoas com deficiência	56.651,00
Lar do Menor	Serviço de Acolhimento Institucional	Crianças e adolescentes	52.675,00
Lar do Idoso	Serviço de Acolhimento Institucional	Idosos	72.366,00
Beneficio Eventual	Concessão de Benefícios Eventuais	Famílias em situação de vulnerabilidade	77.868,00
Total			259.560,00

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Glória de Dourados-MS, 31 de Março de 2026.

Josevel Benites da Luz
Presidente do CMAS

Matéria enviada por Ana Paula Borges Dantas

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, na Lei de Diretrizes Orçamentarias e na Lei Orçamentaria Anual que autoriza abrir créditos adicionais:

Resolve:

Artigo 1º. - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$6.892.233,30 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **6.892.233,30**

02 01 12 ASSESSORIA DE GABINETE E GESTÃO

5	04.122.0021.2240.0000	Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito	2.200,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 01 13 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

20	03.092.0021.2300.0000	Manter as Atividades da Procuradoria Geral do Município	350.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

52	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	150.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
499	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	250,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 600 3130
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

115	08.122.0022.2291.0000	Gerenciar as Ações Administrativa da Secretaria Municipal de A	85.700,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 11 05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

192	08.122.0022.2218.0000	Gerenciar a Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assis	23.300,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
193	08.122.0022.2218.0000	Gerenciar a Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assis	80.000,00
	3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS L	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
220	08.245.0022.2215.0000	Gerenciar as Ações do Bloco de Proteção Social Especial de A	14.500,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFRA

268	17.512.0028.2277.0000	Gerir as Ações de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólid	970.094,44
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 12 02 FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO

303	17.512.0028.2297.0000	Construir, Ampliar e Manter a Rede de Esgotamento Sanitário	42.712,53
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 13 01 SEC. MUN. DE PECUÁRIA, AGRIC. E DESENV. SUSTENTÁVEL - SEPADS

321	20.608.0023.2222.0000	Fomentar a Produção Familiar, Orgânica e Agroecológica	150.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 14 02 FUNDO MAT.DESENV.ED.BAS.VAL.PROF DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

428	12.365.0030.2263.0000	Manter as Atividades da Educação Infantil	943,59
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 540 1070
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 15 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO - SEMELT

463	27.812.0025.2232.0000	Operacionalizar as Ações de Lazer	60.330,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

483	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	46.120,32
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 604 0000
	604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitári	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
484	10.305.0026.2239.0000	Manter as Atividades de Vigilância em Saúde Epidomiológica	15.180,00
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 604 0000
	604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitári	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
490	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	443.254,97
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
496	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	292.875,89
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 600 3110
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
500	10.302.0026.2237.0000	Manter os Serviços de Atenção Especializada em Saúde	189.947,57
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 621 0000
	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFRA

491	04.122.0028.2270.0000	Manter as Atividades Administrativa da Secretaria Municipal de	439.696,26
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
493	17.512.0028.2277.0000	Gerir as Ações de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólid	323.531,48
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFRA

497	15.451.0028.2271.0000	Gerir as Ações de Pavimentação, Manutenção de Vias Públicas	106.935,62
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 799 7400
	799	Outras vinculações legais	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 13 01 SEC. MUN. DE PECUÁRIA, AGRIC. E DESENV. SUSTENTÁVEL - SEPADS

486	23.691.0023.2224.0000	Apoiar o Desenvolvimento da Industria, Comércio e Demais Ativ	285.752,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
488	04.122.0023.2220.0000	Gerenciar as Atividades da Secretaria de Pecuária, Agricultura e	317.066,50
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
489	20.608.0023.2222.0000	Fomentar a Produção Familiar, Orgânica e Agroecológica	63.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
494	20.608.0023.2222.0000	Fomentar a Produção Familiar, Orgânica e Agroecológica	64,06
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 501 0000
	501	Outros Recursos não Vinculados	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
495	20.608.0023.2222.0000	Fomentar a Produção Familiar, Orgânica e Agroecológica	20.224,34
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 753 0000
	753	Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 14 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

492	12.122.0020.2255.0000	Manter as Atividades da Secretaria de Educação e Cultura - SE	665.833,14
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
503	12.361.0020.2256.0000	Manter as Atividades do Ensino Fundamental	217.703,62
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 14 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

502	12.365.0030.2260.0000	Manter as Atividades da Educação Infantil	35.016,97
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 14 03 FUNDO DE INVESTIMENTO CULTURAL

487	13.392.0027.2268.0000	Fomentar e Apoiar as Atividades Culturais	1.500.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2º. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: 4.962.202,74

Fontes de Recurso		
799	7400	106.935,62
501	0000	64,06
500	0000	2.929.046,24
500	1001	918.553,73
500	1002	443.254,97
753	0000	20.224,34
621	0000	189.947,57
600	3110	292.875,89
604	0000	61.300,32

Anulação:

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

68	10.302.0026.2237.0000	Saúde Integral e Humanizada em Todos os Ciclos de Vida	-150.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
70	10.302.0026.2237.0000	Saúde Integral e Humanizada em Todos os Ciclos de Vida	-250,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 600 3110
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEAF

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEAF

106	04.122.0021.2210.0000	Gestão Pública Eficaz e Transparente	-432.200,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
112	28.843.0021.2212.0000	Gestão Pública Eficaz e Transparente	-105.000,00	
	3.2.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
114	99.999.9999.9999.9999	Reserva de Contingencia	-225.000,00	
	9.9.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

119	08.122.0022.2292.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão	-85.700,00	
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 11 05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

194	08.122.0022.2218.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão	-23.300,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
212	08.245.0022.2214.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão	-8.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
216	08.245.0022.2215.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão	-400,00	
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
222	08.245.0022.2215.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão	-6.100,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFI

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFI

241	15.451.0028.2271.0000	Infraestrutura e Saneamento Para Todos	-640.094,44	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 12 02 FUNDO MUNICIPAL DO SANEAMENTO BÁSICO

295	17.512.0028.2276.0000	Infraestrutura e Saneamento Para Todos	-42.712,53	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 13 01 SEC. MUN. DE PECUÁRIA, AGRIC. E DESENV. SUSTENTÁVEL - SEP

313	04.122.0023.2220.0000	Crescer com Sustentabilidade	-50.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
314	04.122.0023.2221.0000	Crescer com Sustentabilidade	-50.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
331	20.608.0023.2223.0000	Crescer com Sustentabilidade	-50.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 14 02 FUNDO MAT.DESENV.ED.BAS.VAL.PROF DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

429	12.365.0030.2263.0000	Primeira Infância - Primeiros Passos, Grandes Futuros	-943,59	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 540 0000
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 15 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO - SEM

457	27.812.0025.2231.0000	Vida Ativa: Esporte, Lazer e Turismo	-60.330,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 16 , DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

Artigo 3º. - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

-1.930.030,56

JULIO CLEVERTON DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Glória de Dourados, 02 de FEVEREIRO de 2026

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, na Lei de Diretrizes Orçamentarias e na Lei Orçamentaria Anual que autoriza abrir créditos adicionais:

Resolve:

Artigo 1º. - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$13.119.976,71 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **13.119.976,71**

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU

36	10.122.0026.2234.0000	Gerenciar as Atividades Administrativa da Secretaria Municipal (	100.450,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 1002	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

45	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	50.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 1002	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
66	10.302.0026.2237.0000	Manter os Serviços de Atenção Especializada em Saúde	1.076.043,50	
	3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS L	F.R.: 1 500 1002	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEAF

106	04.122.0021.2210.0000	Gerenciar as Atividades Administrativa da Secretaria Municipal	606.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 11 05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

188	08.122.0022.2216.0000	Gerenciar as Ações do Bloco de Gestão do Programa Bolsa Fa	8.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 660 0000	
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 11 05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

194	08.122.0022.2218.0000	Gerenciar a Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assis	39.700,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
220	08.245.0022.2215.0000	Gerenciar as Ações do Bloco de Proteção Social Especial de A	17.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFRA

237	04.122.0028.2270.0000	Manter as Atividades Administrativa da Secretaria Municipal de	797.018,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
246	15.451.0028.2271.0000	Gerir as Ações de Pavimentação, Manutenção de Vias Públicas	750.596,69
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
255	15.451.0028.2272.0000	Construir, Reformar, Ampliar e Fazer Manutenções de Prédios e	481.104,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 700 0000
	700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
268	17.512.0028.2277.0000	Gerir as Ações de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólid	485.297,22
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 13 01 SEC. MUN. DE PECUÁRIA, AGRIC. E DESENV. SUSTENTÁVEL - SEPADS

341	23.691.0023.2224.0000	Apoiar o Desenvolvimento da Industria, Comércio e Demais Ativ	8.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 13 02 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 13 02 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

377	18.543.0024.2226.0000	Recuperar e Preservar as Nascentes e Áreas Degradadas do M	20.000,00
	3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS L	F.R.: 1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 14 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

383	12.122.0020.2255.0000	Manter as Atividades da Secretaria de Educação e Cultura - SE	105.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
395	12.361.0020.2256.0000	Manter as Atividades do Ensino Fundamental	99.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

509	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	120.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 621 3210
	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
512	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	537.083,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 600 3110
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFRA

531	15.451.0028.2271.0000	Gerir as Ações de Pavimentação, Manutenção de Vias Públicas	2.447.655,67
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 749 0000
	749	Outras vinculações de transferências	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 15 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO - SEMELT

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 15 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO - SEMELT

511	27.812.0025.2231.0000	Operacionalizar as Ações do Esporte	350.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 1 701 0000
	701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 01 12 ASSESSORIA DE GABINETE E GESTÃO

533	04.122.0021.2246.0000	Manter as Atividades da Superintendência de Trânsito	61.584,08
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 752 0000
	752	Recursos Vinculados ao Trânsito	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
534	04.122.0021.2246.0000	Manter as Atividades da Superintendência de Trânsito	26.393,17
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 752 0000
	752	Recursos Vinculados ao Trânsito	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

483	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	219.882,88
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 604 0000
	604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitári	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
490	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	131.456,54
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 1002
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
496	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	8.966,49
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 600 3110
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
501	10.303.0026.2238.0000	Manter as Atividades da Assistência Farmacêutica	500.001,79
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 600 0000
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
510	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	102.694,49
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 621 3210
	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

517	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	615.010,38
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 600 0000
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
518	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	20.836,98
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 602 0000
	602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
519	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	113.828,18
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 601 3110
	601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Es	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
520	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	143.568,14
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 621 0000
	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
521	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	2.115,21
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 659 0000
	659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
523	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	3.391,94
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 632 0000
	632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
524	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	2.976,02
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 600 3120
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
525	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	41.068,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 600 3110
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
526	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	10.425,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 602 0000
	602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
527	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	4.172,96
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 601 0000
	601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Es	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

528	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	2.275,06
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 600 0000
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de M	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
529	10.303.0026.2238.0000	Manter as Atividades da Assistência Farmacêutica	2.902,08
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 621 0000
	621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
530	10.301.0026.2236.0000	Manter as Ações da Atenção Primária de Saúde - Atenção Básic	97.098,68
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 501 0000
	501	Outros Recursos não Vinculados	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFRA

536	15.451.0028.2271.0000	Gerir as Ações de Pavimentação, Manutenção de Vias Públicas	178.998,41
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 700 0000
	700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
537	15.451.0028.2271.0000	Gerir as Ações de Pavimentação, Manutenção de Vias Públicas	115.714,73
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 706 3110
	706	Transferência Especial da União	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
538	17.512.0028.1034.0000	Gerir os Recursos do Programa Itaipú	1.440.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 501 0000
	501	Outros Recursos não Vinculados	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 13 01 SEC. MUN. DE PECUÁRIA, AGRIC. E DESENV. SUSTENTÁVEL - SEPADS

504	20.608.0023.2222.0000	Fomentar a Produção Familiar, Orgânica e Agroecológica	104.377,05
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 701 0000
	701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
507	20.608.0023.2222.0000	Fomentar a Produção Familiar, Orgânica e Agroecológica	296.634,07
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 706 3110
	706	Transferência Especial da União	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 13 02 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

505	18.122.0024.2295.0000	Manter Outras Atividades Relacionadas ao Meio Ambiente	180.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
506	18.541.0024.2227.0000	Manter e Divulgar o Parque Natural Municipal - PNMGD	32.239,41
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 14 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

513	12.306.0020.2254.0000	Promover a Alimentação Saudável e Adequada aos Estudantes	24.059,92
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 552 0000
	552	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (P	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
514	12.122.0020.2261.0000	Garantir o Transporte Escolar aos Estudantes	166.075,53
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 571 0000
	571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educaçã	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 14 02 FUNDO MAT.DESENV.ED.BAS.VAL.PROF DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

515	12.361.0020.2262.0000	Manter as Atividades do Ensino Fundamental	159.582,31
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 540 1070
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
535	12.361.0020.2262.0000	Manter as Atividades do Ensino Fundamental	213.699,13
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 543 0000
	543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2º. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **3.454.738,67**

Fontes de Recurso	
701 0000	350.000,00
749 0000	2.447.655,67
621 3210	120.000,00
600 3110	537.083,00

Superávit Financeiro: **5.022.028,63**

Fontes de Recurso	
700 0000	178.998,41

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

701	0000	104.377,05
501	0000	1.537.098,68
659	0000	2.115,21
500	0000	212.239,41
500	1002	131.456,54
752	0000	87.977,25
706	3110	412.348,80
552	0000	24.059,92
571	0000	166.075,53
632	0000	3.391,94
543	0000	213.699,13
540	1070	159.582,31
621	0000	146.470,22
621	3210	102.694,49
601	0000	4.172,96
601	3110	113.828,18
600	0000	1.117.287,23
600	3110	50.034,49
600	3120	2.976,02
602	0000	31.261,98
604	0000	219.882,88

Anulação:

02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

68	10.302.0026.2237.0000	Saúde Integral e Humanizada em Todos os Ciclos de Vida	-1.226.493,50	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 500 1002	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEAF

104	04.122.0021.2210.0000	Gestão Pública Eficaz e Transparente	-19.404,88	
	3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU(	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
111	04.122.0021.2211.0000	Gestão Pública Eficaz e Transparente	-419.854,41	
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
113	28.843.0021.2212.0000	Gestão Pública Eficaz e Transparente	-40.740,71	
	4.6.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
114	99.999.9999.9999.9999	Reserva de Contingencia	-379.542,45	
	9.9.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	F.R. Grupo: 1 500 0000	
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 11 05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 11 05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

189	08.122.0022.2216.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão		-8.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
190	08.122.0022.2217.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão		-1.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
195	08.122.0022.2218.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão		-4.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
199	08.122.0022.2219.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão		-4.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
205	08.244.0022.2253.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão		-5.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
206	08.244.0022.2253.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão		-5.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
209	08.245.0022.2214.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão		-35.700,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
222	08.245.0022.2215.0000	Desenvolvimento Social e Inclusão		-2.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	660 0000
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFI

239	04.122.0028.2270.0000	Infraestrutura e Saneamento Para Todos		-49.000,00
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ÁGUAS - SEINFR

241	15.451.0028.2271.0000	Infraestrutura e Saneamento Para Todos	-803.315,22	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
247	15.451.0028.2271.0000	Infraestrutura e Saneamento Para Todos	-481.104,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 700 0000
	700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
253	15.451.0028.2272.0000	Infraestrutura e Saneamento Para Todos	-10.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
260	17.512.0028.1034.0000	Infraestrutura e Saneamento Para Todos	-150.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 13 01 SEC. MUN. DE PECUÁRIA, AGRIC. E DESENV. SUSTENTÁVEL - SEP

314	04.122.0023.2221.0000	Crescer com Sustentabilidade	-8.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 13 02 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

379	18.543.0024.2226.0000	Consciência Verde	-15.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
380	18.543.0024.2226.0000	Consciência Verde	-5.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 14 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

398	12.361.0020.2256.0000	Educação com Compromisso, Qualidade e Inclusão	-60.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 14 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

404	12.361.0032.2318.0000	Viver Sem Violência – Mulheres e Meninas Protegidas	-5.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
408	12.365.0030.2260.0000	Primeira Infância - Primeiros Passos, Grandes Futuros	-70.000,00	
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
412	12.365.0030.2260.0000	Primeira Infância - Primeiros Passos, Grandes Futuros	-50.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
412	12.365.0030.2260.0000	Primeira Infância - Primeiros Passos, Grandes Futuros	-10.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
415	12.365.0032.2319.0000	Viver Sem Violência – Mulheres e Meninas Protegidas	-5.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
416	12.365.0032.2319.0000	Viver Sem Violência – Mulheres e Meninas Protegidas	-4.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

02 14 03 FUNDO DE INVESTIMENTO CULTURAL

442	13.392.0027.2268.0000	Fomento e Apoio as Atividades Culturais, Artísticas e Preservação	-697.054,24	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
445	13.392.0027.2268.0000	Fomento e Apoio as Atividades Culturais, Artísticas e Preservação	-50.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
448	13.392.0030.2310.0000	Primeira Infância - Primeiros Passos, Grandes Futuros	-10.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
449	13.392.0030.2310.0000	Primeira Infância - Primeiros Passos, Grandes Futuros	-5.000,00	
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo: 1	500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Estado de Mato Grosso do Sul
PREF. MUNIC. DE GLÓRIA DE DOURADOS
Rua Tancredo de Almeida Neves, CEAD - CEP 79730-000
CNPJ Nº 03155942/0001-37 Exercício: 2026

DECRETO Nº 23 , DE 02 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1283 - 11/12/2025

02 14 03	FUNDO DE INVESTIMENTO CULTURAL			
450	13.392.0032.2314.0000	Viver Sem Violência – Mulheres e Meninas Protegidas	-5.000,00	
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

-4.643.209,41

Artigo 3º. - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

JULIO CLEVERTON DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Glória de Dourados, 02 de MARÇO de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA

Departamento de Licitações

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº18/2023 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL, NO DIA 31/03/2026, EDIÇÃO: 4063.

PROCESSO Nº 131/2022

PARTES - Município de Guia Lopes da Laguna - MS e a empresa Bento & Carvalho Ltda - ME.

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da Cláusula Segunda – Valor, da Cláusula Quinta – Vigência e, da Cláusula Décima – Do Reajuste do Contrato, referente ao Contrato n°18/23, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestações de serviços médicos periciais com equipe especializada composta pelos seguintes profissionais: Médico do Trabalho, Médico Perito; Médico Clínico Geral; Médico Especializado em Psiquiatria; e Engenheiro de Segurança do Trabalho, 12 (doze)meses, para atender a demanda do Município de Guia Lopes da Laguna – MS.

VIGÊNCIA: Fica renovado o prazo de prestação de serviços, pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, de 23/03/2026 a 23/03/2027, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

VALOR: O Valor do Termo Aditivo será de R$ 74.620,32 (setenta e quatro mil, seiscentos e vinte reais e trinta e dois centavos), totalizando o valor global de R$290.260,32 (duzentos e noventa mil, reais e trinta e dois centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal no inciso II do Art. 57 c/c Art. 65, II, "d", ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 23/03/2026.

ASSINAM: Max Antônio Souza Moraes - prefeito municipal e Raquel de Castro Bento e Carvalho – representante legal da contratada.

Matéria enviada por Deise Mendoza Tobias

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 04/SMS, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO REFERENTE À PORTARIA GM/MS Nº 10.414, DE 23 DE MARÇO DE 2026, PARA A ENTIDADE PRIVADA CONTRATUALIZADA OU CONVENIADA QUE COMPLEMENTA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS REFERENTE AO EXERCÍCIO 2026, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUIA LOPES DA LAGUNA-MS, NOS TERMOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 127, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademir Souza Almeida, Secretário Municipal de Saúde de Guia Lopes da Laguna/MS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere da Lei Orgânica do município.

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional n. 127, de 22 de dezembro de 2022, que altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; altera a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, para estabelecer o superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo como fonte de recursos para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022 que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira;

Considerando a PORTARIA GM/MS Nº 10.414, DE 23 DE MARÇO DE 2026 que estabelecem os critérios e procedimentos para o repasse da assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras e dispõe sobre o repasse referente ao exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a transferência de recursos financeiros às entidades privadas contratualizadas ou conveniadas, nos termos dos §§ 14 e 15 do art. 198 da Constituição Federal, que atendam pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo Sistema único de Saúde – SUS, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira.

Art. 2º Os valores constantes nesta Resolução transferidos por força da PORTARIA GM/MS Nº 10.414, DE 23 DE MARÇO DE 2026 (referente à parcela do mês de MARÇO de 2026) será transferido à Associação Lagunense de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos posteriormente transferidos ao município pelo governo federal para a mesma finalidade será regido por uma nova resolução.

Art. 3º Naquilo que se aplica às entidades privadas, o valor a ser recebido por cada uma respeitará o disposto no art. 1120-C da Portaria de Consolidação GM/MS n° 6, de 28 de setembro de 2017, cujo cálculo considerará:

I - coleta de dados dos entes e estabelecimentos elegíveis de que trata o art. 1120-B quanto aos profissionais de enfermagem com vínculo trabalhista ou servidores públicos; e

II - depuração de inconsistências na base de dados, tais como:

a) número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF inválido;

b) cadastro na base de dados da Receita Federal como irregular, não encontrado, morto ou com idade potencialmente

incompatível com a ocupação;

c) ausência do CPF na base de dados do Conselho Federal de Enfermagem - CFM como habilitado; e

d) remoção de registros em que o CBO indicado não condiz com as categorias contempladas.

§ 1º Será disponibilizado no InvestSUS, para cada ente federativo, informações sobre:

I - o cálculo do valor necessário, por profissional e global, ao cumprimento do piso; e

II - os registros depurados de que trata o inciso II do caput.

§ 2º Será oportunizado ao ente federativo realizar a correção ou justificativa das informações dos registros depurados.” (NR)

§ 3º A instituição descrita no Anexo I é exclusivamente responsável pela disponibilização correta, tempestiva e atualizada das informações para a alimentação do InvestSUS.

Art. 4º A entidade relacionada no ANEXO I deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde de Guia Lopes da Laguna/MS, até o dia 05 de cada mês, através do e-mail: secretariasaudegll@gmail.com, as informações atualizadas dos dados dos profissionais sob sua gestão, constantes das Planilhas do InvestSUS referente ao mês da competência, para realização de eventuais ajustes, incluindo a separação das parcelas remuneratórias fixas, gerais e permanentes em relação às demais, conforme prevê o § 1º do art. 3º da Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, responsabilizando-se pela correção e atualização dos mesmos, especialmente junto aos profissionais beneficiários vinculados à respectiva instituição.

§1º No caso em que os valores recebidos serem superiores à diferença para atingir o piso salarial, a instituição deverá pagar/repassar aos profissionais apenas o valor suficiente para que seja coberta a diferença mencionada e devolver o valor superior ao complemento ao Fundo Municipal de Saúde de Saúde de Guia Lopes da Laguna/MS.

Art. 5º Os gestores privados serão responsáveis pelas informações que prestarem para os fins desta Resolução, podendo responder por eventuais omissões, informações falsas ou desvios de qualquer natureza.

Art. 6º Os recursos financeiros transferidos deverão obrigatoriamente ser aplicados de forma imediata para o cumprimento do Piso Salarial Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras, conforme estatui a legislação federal mencionada nesta resolução.

§ 1º As entidades deverão destinar conta bancária específica para transferências dos recursos de que trata esta resolução.

§ 2º Eventuais rendimentos de aplicação financeira deverão ser devolvidos ao Fundo Municipal de Saúde de Saúde de Guia Lopes da Laguna/MS.

Art. 7º O repasse dos recursos financeiros que tratam esta Resolução não altera a pactuação estabelecida nos Convênios/Contratos.

Art. 8º A entidade descrita no Anexo I deverá prestar contas em até 60 (sessenta dias) após o recebimento dos recursos transferidos, enviando a esta Secretaria Municipal de Saúde de Guia Lopes da Laguna/MS:

I - Ofício de encaminhamento;

II - Relação dos Profissionais com Nome e CPF, valor pago por competência e valor total recebido no Exercício de 2023- ANEXO II

III - Relatório de Execução Físico-Financeiro – ANEXO III

IV - Extrato bancário da conta corrente utilizada para a execução dos recursos;

V - Documentos comprobatórios das despesas.

Parágrafo único. Deverá ainda manter em arquivo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, os documentos comprobatórios da realização do pagamento da complementação aos profissionais beneficiados.

Art. 9º A não aplicação integral dos valores ou a não apresentação dos documentos que comprovem a execução do recurso conforme estabelecido no art. 8º implicará na apuração de responsabilidade dos gestores da instituição, pelo manejo de recursos públicos, sem prejuízo de eventuais consequências no âmbito da esfera individual e coletiva das relações trabalhistas e cíveis relativas aos destinatários finais da verba de que trata esta Resolução.

Art. 10 A transferência dos recursos ocorrerá da conta corrente específica do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme § 1º do art. 1120-B da Portaria de Consolidação GM/MS Nº 6, de 28 de setembro de 2017 à conta corrente da entidade a ser informada para fins de recebimento dos recursos a que se refere a presente Resolução, mediante formalização de Termo de Compromisso ANEXO IV dirigido à Secretaria Municipal de Saúde de Guia Lopes da Laguna/MS, aceitando os termos descritos nesta Resolução quanto ao cumprimento das disposições de aplicação dos recursos e posterior comprovação da sua utilização, conforme dispõe as Portarias descritas no Artigo 2º desta Resolução.

Parágrafo único. Será aberto um processo administrativo para cada entidade, com o Termo de Compromisso - ANEXO IV de que trata esta Resolução, e demais documentos que definem o repasse, além da documentação necessária para a prestação de contas.

Art. 11 Fica divulgada, no Anexo I, a lista com a entidade indicada a receber a transferência de recursos financeiros de que trata esta Resolução, bem como a listagem de profissionais extraídos do InvestSUS.

Art. 12 Eventual depuração de dados, prestação de contas ou fiscalização pelo Ministério da Saúde ou qualquer outro órgão da União não afasta ações de responsabilidade, tampouco elimina o dever de zelo pelo patrimônio público por parte dos gestores envolvidos nos processos de que trata esta Resolução.

Art. 13 Faz parte integrante da presente Resolução o teor da Portaria GM/MS 10.252, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026.

Art. 14 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I À RESOLUÇÃO N. 04/SMS DE 31 DE MARÇO DE 2026

RELAÇÃO DE ENTIDADE COM RESPECTIVO VALOR PARA O MÊS DE MARÇO DE 2026 CONFORME DESCRITO ABAIXO:

NOME FANTASIA CNES: ASSOCIAÇAO LAGUNENSE DE SAÚDE

INICIATIVA	CNES	NOME FANTASIA CNES	QUANTIDADE DE PROFISIONAIS DE ENFERMAGEM QUE RECEBERÃO COMPLEMENTAÇÃO- PORTARIA GM/MS Nº 10.414, DE 23 DE MARÇO DE 2026.	VALOR TOTAL COMPLEMENTO PISO (MÊS DE MARÇO DE 2026)
01	3249336	Associação Lagunense de Saúde	15	R$ **16.352,80**

EXTRAÇAO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE-INVESTSUS-MÊS DE MARÇO DE 2026

CPF	**NOME PROFISSIONAL**	**CNES EMPREGADOR**	**COMPLEMENTO MENSAL UNIÃO**
278**	RODRIGO AREVALO DA ROSA	3249336	R$ 1.410,89
775**	ANA MARIA LIMA DE SOUZA	3249336	R$ 1.410,89
372**	OLIMPIA MORALES	3249336	R$ 1.410,89
899**	CARLA BARBARA MENDIETA CAPPELLESSO	3249336	R$ 411,12
760**	ANDRÉ ALENCAR DOS SANTOS	3249336	R$ 1.410,89
135**	NORIEL INFRAN DE LIMA	3249336	R$ 599,42
908**	MARCELLE FERNANDA GRANEMANN AKAMATSU	3249336	R$ 411,12
682**	TANI MARI NASCIMENTO PEREIRA	3249336	R$ 1.410,89
346**	ROSIMARA PAREDES ARRUDA	3249336	R$ 1.410,89
047**	JOICE ALEGRE GONCALVES	3249336	R$ 1.410,89
102**	ANA CAROLINA GONCALVES RADAELLI	3249336	R$ 411,12
092**	CLAUDIO JUNIOR SOARES	3249336	R$ 1.410,89
494**	LUCIANA MARQUES PEREIRA	3249336	R$ 1.410,89
928**	CLAUDIA ABRAO FERNANDES	3249336	R$ 1.410,89
011**	DIANA SIQUEIRA ARIAS	3249336	R$ 411,12

ANEXO II À RESOLUÇÃO _____ N. _____DE _____ DE 202_

NOME DA ENTIDADE (conforme CNPJ)	CNPJ	CNAES	PROCESSO Nº	
VALORES PAGOS POR COMPETÊNCIA (MÊS)				
NOME DO PROFISSIONAL COM CPF	Mês____	Mês____	Mês____	Mês____	Mês____
TOTAL					
AUTENTICAÇÃO					
Data		Assinatura do Dirigente Legal ou Representante com carimbo			

ANEXO III À RESOLUÇÃO _____ DE _____ DE 202_ - RELATÓRIO FÍSICO FINANCEIRO

NOME DA ENTIDADE (conforme CNPJ)	CNPJ	PROCESSO Nº
RECEITA	DESPESA	
Valor recebido: Rendimento de Aplicação Financeira (se houver)	Despesas Realizadas cfe. ANEXO I: Saldo	
TOTAL	TOTAL	
AUTENTICAÇÃO		
Data	Assinatura do Dirigente Legal ou Representante com carimbo	

ANEXO IV À RESOLUÇÃO _____ DE _____ DE 202_

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO, eu, _____, portador(a) do RG nº _____, inscrita(o) no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ _____, venho, na qualidade de Dirigente máximo da ENTIDADE: _____ _____ – CNPJ: _____, DECLARO concordância aos termos da RESOLUÇÃO _____ de 202_, quanto ao cumprimento das disposições de aplicação dos recursos e posterior comprovação da sua destinação, conforme dispõe a Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 202_. Declaro que a conta bancária destinada especificamente para transferência do recurso é a Conta Corrente nº _____, Agência nº _____, Banco: _____.

Assim, mediante este instrumento, declaro que esta Instituição atende os requisitos dos parágrafos 14 e 15 do art. 198 da Constituição Federal, bem como dou ciência de todas as disposições da citada Resolução, e comprometo-me a executar os recursos de forma imediata para o cumprimento do Piso Salarial Nacional dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras conforme estatuído na Lei nº 14.434, de 04 de agosto de 2022 que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, referente aos meses de _____ de 202_.

Integra o presente instrumento o teor da RESOLUÇÃO _____DE ------202_.

Este Termo de Responsabilidade e Compromisso é expressão da verdade e por ele respondo integralmente.

_____, _____ de _____ de _____.

_____

ASSINATURA DO DIRIGENTE DA ENTIDADE

Matéria enviada por Ademir Souza Almeida

Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna - MS
RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE RESULTADO DA SESSÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE RESULTADO DA SESSÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 003/2026
A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS, por intermédio da Agente de Contratação, torna pública a presente RETIFICAÇÃO do Extrato de Resultado da Sessão referente ao Processo Administrativo nº 003/2026, Dispensa de Licitação Presencial nº 003/2026, para correção das informações publicadas em desacordo com a ata da sessão pública.
ONDE SE LÊ:
"Após análise da proposta, os itens 490, 507 e 510 foram declarados fracassados, em razão da inexequibilidade dos valores orçados pela Administração, conforme alegado em sessão pelo fornecedor. Assim, o valor global final aceito para os demais itens restou fixado em R$ 19.780,50 (dezenove mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos). Dessa forma, fica declarada vencedora parcial do certame a empresa CONEXÃO PAPELARIA E ELETRÔNICOS LTDA, relativamente aos itens aceitos, permanecendo fracassados os itens 490, 507 e 510."
LEIA-SE:
"Após análise das propostas e julgamento da sessão pública, restaram fracassados os itens 490, 507, 510 e 512, por não atenderem às exigências, conforme registrado na ata da sessão pública. Assim, o valor global final aceito para os itens vencedores restou fixado em R$ 17.235,20 (dezessete mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos). Dessa forma, fica declarada vencedora parcial do certame a empresa CONEXÃO PAPELARIA E ELETRÔNICOS LTDA, relativamente aos itens aceitos, permanecendo fracassados os itens 490, 507, 510 e 512."
Guia Lopes da Laguna/MS, 30 de abril de 2026.
LORIDANE CRISPIM DA SILVA DIAS
Agente de Contratação

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 003/2026
No uso das atribuições que me foram conferidas, torna-se pública a presente RETIFICAÇÃO do Termo de Adjudicação referente ao Processo Administrativo nº 003/2026, Dispensa de Licitação Presencial nº 003/2026, para correção material das informações anteriormente publicadas, em conformidade com a ata da sessão pública.
ONDE SE LÊ:
"CONEXÃO PAPELARIA E ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.320.332/0001-33, no valor global adjudicado de R$ 19.780,50 (dezenove mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos), referente aos itens aceitos no julgamento da sessão pública. Ficam registrados como fracassados os itens 490, 507 e 510, em razão da inexequibilidade dos valores orçados pela Administração, conforme consignado em sessão."
LEIA-SE:
"CONEXÃO PAPELARIA E ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.320.332/0001-33, no valor global adjudicado de R$ 17.235,20 (dezessete mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), referente aos itens vencedores no julgamento da sessão pública. Ficam registrados como fracassados os itens 490, 507, 510 e 512, por não atenderem às exigências, conforme consignado na ata da sessão pública."
Permanecem inalteradas as demais disposições do Termo de Adjudicação.
Guia Lopes da Laguna/MS, 30 de abril de 2026.
MOACIR DUCHINI
Presidente

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 003/2026
À vista da necessidade de adequação das informações publicadas ao teor da ata da sessão pública, torna-se pública a presente RETIFICAÇÃO do Termo de Homologação do Processo Administrativo nº 003/2026, Dispensa de Licitação Presencial nº 003/2026.
ONDE SE LÊ:
"Valor global homologado: R$ 19.780,50 (dezenove mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos), correspondente aos itens aceitos no julgamento. Ficam igualmente homologados como fracassados os itens 490, 507 e 510, nos termos registrados na ata da sessão pública."

LEIA-SE:
"Valor global homologado: R$ 17.235,20 (dezessete mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), correspondente aos itens vencedores no julgamento. Ficam igualmente homologados como fracassados os itens 490, 507, 510 e 512, por não atenderem às exigências, nos termos registrados na ata da sessão pública."
Permanecem inalteradas as demais disposições do Termo de Homologação.
Guia Lopes da Laguna/MS, 30 de abril de 2026.
MOACIR DUCHINI
Presidente

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 003/2026
Considerando a necessidade de correção material das informações publicadas em desconformidade com a ata da sessão pública, torna-se pública a presente RETIFICAÇÃO do Termo de Autorização da Autoridade Competente referente ao Processo Administrativo nº 003/2026, Dispensa de Licitação Presencial nº 003/2026.
ONDE SE LÊ:
"AUTORIZO a contratação da empresa: CONEXÃO PAPELARIA E ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.320.332/0001-33, no valor global de R$ 19.780,50 (dezenove mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos), referente aos itens adjudicados e homologados no presente procedimento. Registre-se que os itens 490, 507 e 510 restaram fracassados, não sendo objeto da presente autorização o, diante da inexequibilidade dos valores orçados pela Administração, conforme consignado em sessão."
LEIA-SE:
"AUTORIZO a contratação da empresa: CONEXÃO PAPELARIA E ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.320.332/0001-33, no valor global de R$ 17.235,20 (dezessete mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), referente aos itens adjudicados e homologados no presente procedimento. Registre-se que os itens 490, 507, 510 e 512 restaram fracassados, por não atenderem às exigências, não sendo objeto da presente autorização."
Permanecem inalteradas as demais disposições do Termo de Autorização da Autoridade Competente.
Guia Lopes da Laguna/MS, 30 de abril de 2026.
MOACIR DUCHINI
Presidente

Matéria enviada por Wagner Luiz Florentino Cavalheiro

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	17.063.743,78	16.365.434,69	16.112.210,38	15.275.825,18
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	17.063.743,78	16.365.434,69	16.112.210,38	15.275.825,18
Empréstimos	4.901.874,18	4.469.545,72	4.500.510,74	3.952.239,86
Internos	4.901.874,18	4.469.545,72	4.500.510,74	3.952.239,86
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	12,69	12,69	0,00
Internos	0,00	12,69	12,69	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	12.161.869,60	11.895.876,28	11.611.686,95	11.323.585,32
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	12.161.869,60	11.895.876,28	11.611.686,95	11.323.585,32
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-86.343,47	-707.338,34	-945.728,04	-408.734,12
Disponibilidade de Caixa	-86.343,47	-707.338,34	-945.728,04	-408.734,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	48.085,25	38.914,19	38.914,19	38.705,54
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	38.258,22	668.424,15	906.813,85	370.028,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	17.150.087,25	17.072.773,03	17.057.938,42	15.684.559,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	61.153.560,99	62.236.742,95	63.894.431,51	67.704.323,35
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	650.000,00	650.000,00	850.000,00	1.853.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	60.503.560,99	61.586.742,95	63.044.431,51	65.851.323,35
% da DC sobre a RCL (I/VI)	28,20	26,57	25,56	23,20
% da DCL sobre a RCL (III/VI)	28,35	27,72	27,06	23,82
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	72.604.273,19	73.904.091,54	75.653.317,81	79.021.588,02
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	65.343.845,87	66.513.682,39	68.087.986,03	71.119.429,22

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	98.388.913,25	98.388.913,25	98.388.913,25	98.388.913,25
RP NÃO-PROCESSADOS	427.717,71	132.041,76	18.615,20	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
10.7.7.87./721--87
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.763.000,00	69.763.000,00	15.365.138,29	22,02	72.301.941,81	103,64	-2.538.941,81
RECEITAS CORRENTES	69.047.700,00	69.047.700,00	14.512.774,29	21,02	69.548.577,81	100,73	-500.877,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.574.900,00	7.574.900,00	1.710.226,01	22,58	5.815.849,96	76,78	1.759.050,04
Impostos	7.269.900,00	7.269.900,00	1.662.357,60	22,87	5.467.016,08	75,20	1.802.883,92
Taxas	305.000,00	305.000,00	47.868,41	15,69	348.833,88	114,37	-43.833,88
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.070.000,00	2.070.000,00	583.743,64	28,20	3.097.795,22	149,65	-1.027.795,22
Contribuições Sociais	660.000,00	660.000,00	285.747,00	43,30	1.334.580,26	202,21	-674.580,26
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.410.000,00	1.410.000,00	297.996,64	21,13	1.763.214,96	125,05	-353.214,96
RECEITA PATRIMONIAL	1.222.600,00	1.222.600,00	278.825,61	22,81	1.337.556,34	109,40	-114.956,34
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	1.222.600,00	1.222.600,00	278.825,61	22,81	1.336.978,48	109,36	-114.378,48
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	577,86	0,00	-577,86
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00	336,27	3,36	2.091,81	20,92	7.908,19
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.000,00	10.000,00	336,27	3,36	2.091,81	20,92	7.908,19
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	58.062.600,00	58.062.600,00	11.923.114,46	20,53	59.178.284,90	101,92	-1.115.684,90
Transferências da União e de suas Entidades	23.037.300,00	23.037.300,00	6.044.646,11	26,24	25.636.833,58	111,28	-2.599.533,58
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.625.300,00	25.625.300,00	4.037.809,49	15,76	23.708.814,22	92,52	1.916.485,78
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	227.600,00	227.600,00	0,00	0,00	19.394,70	8,52	208.205,30
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.064.000,00	9.064.000,00	1.840.658,86	20,31	9.806.469,10	108,19	-742.469,10
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	108.400,00	108.400,00	0,00	0,00	6.773,30	6,25	101.626,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	107.600,00	107.600,00	16.528,30	15,36	116.999,58	108,74	-9.399,58
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	81.100,00	81.100,00	16.528,30	20,38	114.963,95	141,76	-33.863,95
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	2.035,63	10,18	17.964,37
RECEITAS DE CAPITAL	715.300,00	715.300,00	852.364,00	119,16	2.753.364,00	384,92	-2.038.064,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
Alienação de Bens Móveis	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	214.400,00	214.400,00	852.364,00	397,56	2.753.364,00	284,22	-2.538.964,00
Transferências da União e de suas Entidades	19.900,00	19.900,00	372.364,00	.871,18	1.263.364,00	348,56	-1.243.464,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	194.500,00	194.500,00	480.000,00	246,79	1.490.000,00	766,07	-1.295.500,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.237.000,00	5.237.000,00	844.418,11	16,12	3.621.030,79	69,14	1.615.969,21
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	75.000.000,00	75.000.000,00	16.209.556,40	21,61	75.922.972,60	101,23	-922.972,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	75.000.000,00	75.000.000,00	16.209.556,40	21,61	75.922.972,60	101,23	-922.972,60
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	75.000.000,00	75.000.000,00	16.209.556,40	21,61	75.922.972,60	101,23	-922.972,60
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.016.576,00			2.016.576,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		2.016.576,00			2.016.576,00		

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A DEZ (f)		BIMESTRE	JAN A DEZ (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	70.108.900,00	78.507.214,93	4.286.777,94	67.362.214,02	11.145.000,91	13.443.632,34	66.812.876,70	11.694.338,23	66.443.467,13	549.337,32
DESPESAS CORRENTES	59.371.800,00	66.441.142,45	5.767.599,55	62.115.929,12	4.325.213,33	12.534.214,49	61.960.732,83	4.480.409,62	61.601.203,51	155.196,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.038.000,00	38.643.075,10	4.935.058,31	37.598.330,14	1.044.744,96	7.630.286,63	37.598.330,14	1.044.744,96	37.455.216,13	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	900.000,00	845.294,50	187.830,58	842.799,44	2.495,06	187.830,58	842.799,44	2.495,06	842.799,44	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.433.800,00	26.952.772,85	644.710,66	23.674.799,54	3.277.973,31	4.716.097,28	23.519.603,25	3.433.169,60	23.303.187,94	155.196,29
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	24.433.800,00	26.952.772,85	644.710,66	23.674.799,54	3.277.973,31	4.716.097,28	23.519.603,25	3.433.169,60	23.303.187,94	155.196,29
DESPESAS DE CAPITAL	9.001.100,00	10.460.572,48	-1.480.821,61	5.246.284,90	5.214.287,58	909.417,85	4.852.143,87	5.608.428,61	4.842.263,62	394.141,03
INVESTIMENTOS	8.281.700,00	9.036.444,12	-1.674.397,32	3.833.785,50	5.202.658,62	715.842,14	3.439.644,47	5.596.799,65	3.429.764,22	394.141,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	19.400,00	8.900,00	0,00	0,00	8.900,00	0,00	0,00	8.900,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	1.415.228,36	193.575,71	1.412.499,40	2.728,96	193.575,71	1.412.499,40	2.728,96	1.412.499,40	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.736.000,00	1.605.500,00	0,00	0,00	1.605.500,00	0,00	0,00	1.605.500,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.891.100,00	4.873.984,69	-82.447,43	4.255.125,78	618.858,91	222.431,94	4.255.125,78	618.858,91	3.578.132,11	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	75.000.000,00	83.381.199,62	4.204.330,51	71.617.339,80	11.763.859,82	13.666.064,28	71.068.002,48	12.313.197,14	70.021.599,24	549.337,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	75.000.000,00	83.381.199,62	4.204.330,51	71.617.339,80	11.763.859,82	13.666.064,28	71.068.002,48	12.313.197,14	70.021.599,24	549.337,32
SUPERÁVIT (XIII)				4.305.632,80			4.854.970,12		5.901.373,36	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	75.000.000,00	83.381.199,62	4.204.330,51	75.922.972,60		13.666.064,28	75.922.972,60		75.922.972,60	549.337,32
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.237.000,00	5.237.000,00	844.418,11	16,12	3.621.030,79	69,14	1.615.969,21
RECEITAS CORRENTES	5.237.000,00	5.237.000,00	844.418,11	16,12	3.621.030,79	69,14	1.615.969,21
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	5.237.000,00	5.237.000,00	844.418,11	16,12	3.621.030,79	69,14	1.615.969,21
Contribuições Sociais	5.237.000,00	5.237.000,00	844.418,11	16,12	3.621.030,79	69,14	1.615.969,21
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A DEZ (f)		BIMESTRE	JAN A DEZ (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.891.100,00	4.873.984,69	-82.447,43	4.255.125,78	618.858,91	222.431,94	4.255.125,78	618.858,91	3.578.132,11	0,00
DESPESAS CORRENTES	4.891.100,00	4.681.984,69	-115.921,71	4.067.537,16	614.447,53	188.957,66	4.067.537,16	614.447,53	3.390.543,49	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.890.600,00	4.681.484,69	-115.921,71	4.067.537,16	613.947,53	188.957,66	4.067.537,16	613.947,53	3.390.543,49	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	192.000,00	33.474,28	187.588,62	4.411,38	33.474,28	187.588,62	4.411,38	187.588,62	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	192.000,00	33.474,28	187.588,62	4.411,38	33.474,28	187.588,62	4.411,38	187.588,62	0,00

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	61.153.560,99	62.236.742,95	63.894.431,51	67.704.323,35
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	650.000,00	650.000,00	850.000,00	1.853.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	60.503.560,99	61.586.742,95	63.044.431,51	65.851.323,35
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	13.310.783,42	13.549.083,45	13.869.774,93	14.487.291,14
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	11.979.705,08	12.194.175,10	12.482.797,44	13.038.562,02

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	67.709.664,07	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.853.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	65.856.664,07	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	10.537.066,25	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	9.483.359,63	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.609.966,48	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente líquida	67.709.664,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	65.856.664,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	65.188.744,07

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	33.799.481,27	51,85
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	35.201.921,80	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	33.441.825,71	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	31.681.729,62	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	15.684.971,27	23,82
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	79.021.588,02	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.487.291,14	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	10.536.211,74	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.609.592,63	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	549.337,32	7.413.346,53

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
10.7.7.87./721--87
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	500.000,00	0,00	500.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	10.652.572,48	5.433.873,52	5.218.698,96
Investimentos	9.036.444,12	3.833.785,50	5.202.658,62
Inversões Financeiras	8.900,00	0,00	8.900,00
Amortização da Dívida	1.607.228,36	1.600.088,02	7.140,34
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	10.652.572,48	5.433.873,52	5.218.698,96
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	10.152.572,48 <(d - a)>	5.433.873,52 <(e - b)>	4.718.698,96 <(f - c)>

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2024 a 2099

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2022	0,00	0,00	0,00	12.834.561,74
2023	8.163.202,08	5.552.032,30	2.611.169,78	15.445.731,52
2024	8.361.690,17	5.552.594,04	2.809.096,13	18.254.827,65
2025	7.299.006,24	5.947.394,37	1.351.611,87	19.606.439,52
2026	8.518.778,38	6.521.898,58	1.996.879,80	21.603.319,32
2027	8.973.317,11	6.753.916,97	2.219.400,14	23.822.719,46
2028	9.103.107,01	7.747.446,96	1.355.660,05	25.178.379,51
2029	9.255.481,47	8.178.385,14	1.077.096,33	26.255.475,84
2030	9.193.809,65	8.524.489,29	669.320,36	26.924.796,20
2031	9.333.382,31	8.857.545,87	475.836,44	27.400.632,64
2032	9.483.646,87	9.046.796,66	436.850,21	27.837.482,85
2033	9.625.902,10	9.300.008,76	325.893,34	28.163.376,19
2034	9.766.412,55	9.542.025,96	224.386,59	28.387.762,78
2035	9.829.129,78	10.277.496,62	-448.366,84	27.939.395,94
2036	9.920.792,28	10.593.827,24	-673.034,96	27.266.360,98
2037	9.982.994,77	11.014.784,63	-1.031.789,86	26.234.571,12
2038	10.015.638,66	11.519.503,74	-1.503.865,08	24.730.706,04
2039	10.026.885,08	12.075.620,41	-2.048.735,33	22.681.970,71
2040	9.997.454,49	12.661.923,38	-2.664.468,89	20.017.501,82
2041	9.933.926,76	13.177.231,15	-3.243.304,39	16.774.197,43
2042	9.893.303,62	13.283.785,51	-3.390.481,89	13.383.715,54
2043	9.823.584,06	13.599.373,53	-3.775.789,47	9.607.926,07
2044	9.749.167,51	13.674.899,87	-3.925.732,36	5.682.193,71
2045	9.776.611,27	13.474.166,18	-3.697.554,91	1.984.638,80
2046	9.924.414,31	13.479.093,24	-3.554.678,93	-1.570.040,13
2047	10.082.315,84	13.713.027,84	-3.630.712,00	-5.200.752,13
2048	10.231.715,10	13.326.846,70	-3.095.131,60	-8.295.883,73
2049	10.399.210,66	12.784.017,46	-2.384.806,80	-10.680.690,53
2050	10.577.714,92	12.580.488,83	-2.002.773,91	-12.683.464,44
2051	10.756.272,23	12.303.431,52	-1.547.159,29	-14.230.623,73
2052	10.920.912,35	12.446.186,39	-1.525.274,04	-15.755.897,77
2053	11.097.595,43	12.529.616,21	-1.432.020,78	-17.187.918,55
2054	11.290.443,98	12.474.183,37	-1.183.739,39	-18.371.657,94
2055	11.540.230,24	12.144.524,01	-604.293,77	-18.975.951,71
2056	3.854.158,14	12.002.552,40	-8.148.394,26	-27.124.345,97
2057	3.932.074,82	11.627.832,57	-7.695.757,75	-34.820.103,72
2058	3.975.975,45	11.254.938,74	-7.278.963,29	-42.099.067,01
2059	4.053.065,79	11.205.066,64	-7.152.000,85	-49.251.067,86
2060	4.122.300,33	10.862.803,86	-6.740.503,53	-55.991.571,39
2061	4.044.066,54	10.664.325,42	-6.620.258,88	-62.611.830,27
2062	4.120.232,53	11.162.336,52	-7.042.103,99	-69.653.934,26
2063	4.203.646,24	10.995.373,32	-6.791.727,08	-76.445.661,34
2064	4.332.028,11	10.645.957,34	-6.313.929,23	-82.759.590,57
2065	4.411.977,86	10.561.750,40	-6.149.772,54	-88.909.363,11
2066	4.468.045,86	10.360.523,10	-5.892.477,24	-94.801.840,35
2067	4.461.006,56	10.425.183,30	-5.964.176,74	-100.766.017,09
2068	4.526.006,95	10.320.117,98	-5.794.111,03	-106.560.128,12
2069	4.612.342,63	10.179.254,37	-5.566.911,74	-112.127.039,86
2070	4.683.232,46	9.800.405,73	-5.117.173,27	-117.244.213,13
2071	4.771.256,41	9.303.036,93	-4.531.780,52	-121.775.993,65
2072	4.916.441,20	9.751.671,68	-4.835.230,48	-126.611.224,13
2073	4.978.056,22	9.703.314,56	-4.725.258,34	-131.336.482,47
2074	5.060.951,96	9.695.750,70	-4.634.798,74	-135.971.281,21
2075	5.114.716,38	9.503.280,43	-4.388.564,05	-140.359.845,26
2076	5.217.370,48	9.515.479,82	-4.298.109,34	-144.657.954,60
2077	5.224.949,34	9.661.762,71	-4.436.813,37	-149.094.767,97
2078	5.356.668,23	9.423.222,28	-4.066.554,05	-153.161.322,02

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2024 a 2099

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1

2079	5.426.987,93	9.014.749,51	-3.587.761,58	-156.749.083,60
2080	5.401.626,76	9.043.599,38	-3.641.972,62	-160.391.056,22
2081	5.540.343,16	8.925.171,20	-3.384.828,04	-163.775.884,26
2082	5.639.706,01	8.875.964,21	-3.236.258,20	-167.012.142,46
2083	5.742.405,06	8.591.119,99	-2.848.714,93	-169.860.857,39
2084	5.868.097,95	8.377.872,26	-2.509.774,31	-172.370.631,70
2085	5.970.903,92	8.311.161,82	-2.340.257,90	-174.710.889,60
2086	6.030.490,06	8.081.688,88	-2.051.198,82	-176.762.088,42
2087	6.149.379,16	8.197.432,90	-2.048.053,74	-178.810.142,16
2088	6.191.985,64	8.251.238,18	-2.059.252,54	-180.869.394,70
2089	6.332.555,16	8.270.179,11	-1.937.623,95	-182.807.018,65
2090	6.445.421,12	8.144.519,01	-1.699.097,89	-184.506.116,54
2091	6.543.068,24	7.701.567,11	-1.158.498,87	-185.664.615,41
2092	6.608.408,68	7.471.557,34	-863.148,66	-186.527.764,07
2093	6.613.236,87	7.582.448,00	-969.211,13	-187.496.975,20
2094	6.674.553,01	7.186.621,41	-512.068,40	-188.009.043,60
2095	6.761.912,89	7.158.080,32	-396.167,43	-188.405.211,03
2096	6.850.799,66	6.352.029,18	498.770,48	-187.906.440,55
2097	6.957.719,07	6.466.573,92	491.145,15	-187.415.295,40
2098	7.027.258,60	6.254.482,20	772.776,40	-186.642.519,00
2099	7.112.939,19	5.934.729,20	1.178.209,99	-185.464.309,01

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 07/02/2023 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	75.000.000,00
Previsão Atualizada	75.000.000,00
Receitas Realizadas	75.922.972,60
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	2.016.576,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	75.000.000,00
Créditos Adicionais	8.381.199,62
Dotação Atualizada	83.381.199,62
Despesas Empenhadas	71.617.339,80
Despesas Liquidadas	71.068.002,48
Despesas Pagas	70.021.599,24
Superávit Orçamentário	4.305.632,80

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	71.617.339,80
Despesas Liquidadas	71.068.002,48

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	67.709.664,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	65.856.664,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	65.188.744,07

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	5.097.613,23
Despesas Previdenciárias Empenhadas	5.564.684,83
Despesas Previdenciárias Liquidadas	5.564.684,83
Despesas Previdenciárias Pagas	5.564.684,83
Resultado Previdenciário	-467.071,60
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	-5.222.461,94	7.486.271,12	-143,35
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	501.315,82	-322.390,65	-64,31

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	48.085,25	0,00	9.806,66	38.278,59
Poder Executivo	48.085,25	0,00	9.806,66	38.278,59
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	451.642,13	42.539,62	408.675,56	426,95
Poder Executivo	451.642,13	42.539,62	408.675,56	426,95
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	499.727,38	42.539,62	418.482,22	38.705,54

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	13.335.515,62	25,00	27,62
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	9.576.620,53	70,00	97,16
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	500.000,00
Despesa de Capital Líquida	5.433.873,52	5.218.698,96

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	9.625.902,10	9.823.584,06	3.975.975,45
Despesas Previdenciárias	0,00	9.300.008,76	13.599.373,53	11.254.938,74
Resultado Previdenciário	0,00	325.893,34	-3.775.789,47	-7.278.963,29
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.121,43	8.878,57
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	20.336,25

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	13.226.055,83	15,00	28,72

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

)ARIANE A. GALHARDO RODRIGUE
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2025 A DEZ/2025

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	2.834.071,20	2.817.243,71	3.114.975,25	3.239.475,00	3.205.449,35	3.413.474,93	4.113.487,03	3.275.798,99	3.360.763,54	3.105.498,92	3.182.160,18	5.529.809,50	41.192.207,60	0,00
Pessoal Ativo	2.376.104,14	2.357.232,83	2.639.505,83	2.709.336,44	2.726.002,51	2.721.455,12	3.622.738,05	2.795.646,83	2.880.611,38	2.605.872,49	2.689.122,64	3.540.472,54	33.664.100,80	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.868.077,14	1.872.117,47	2.080.968,65	2.169.241,96	2.159.849,53	2.232.976,17	3.027.004,35	2.300.455,53	2.188.164,55	2.151.718,30	2.213.316,43	3.440.642,08	27.704.532,16	0,00
Obrigações Patronais	508.027,00	485.115,36	558.537,18	540.094,48	566.152,98	488.478,95	595.733,70	495.191,30	692.446,83	454.154,19	475.806,21	99.830,46	5.959.568,64	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	457.967,06	460.010,88	475.469,42	476.791,16	479.446,84	692.019,81	490.748,98	480.152,16	480.152,16	499.626,43	493.037,54	698.260,89	6.183.683,33	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	413.706,26	415.526,80	429.769,13	431.090,87	429.397,23	625.982,64	433.257,73	430.471,15	430.471,15	448.521,70	441.932,81	632.634,32	5.562.761,79	0,00
Pensões	44.260,80	44.484,08	45.700,29	45.700,29	50.049,61	66.037,17	57.491,25	49.681,01	49.681,01	51.104,73	51.104,73	65.626,57	620.921,54	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	53.347,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.347,40	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.291.076,07	1.291.076,07	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	735.720,04	463.586,78	483.897,66	577.589,28	573.937,97	764.298,78	504.340,77	588.134,76	582.597,04	573.671,86	515.399,89	1.029.551,50	7.392.726,33	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	243.742,77	29.790,69	6.909,03	91.769,82	95.087,43	68.813,87	19.492,58	75.437,13	49.593,85	53.944,39	20.676,24	238.791,09	994.048,89	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	6.811,56	0,00	0,00	0,00	27.849,44	65.339,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	406.233,52	408.277,34	421.972,77	423.294,51	425.581,59	638.523,16	426.655,51	426.655,51	426.655,51	444.350,79	437.761,90	669.733,55	5.555.695,66	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	79.304,21	17.847,79	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	31.392,00	65.760,00	48.576,00	111.410,18	645.746,18	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	6.439,54	7.670,96	6.439,86	7.137,39	4.692,95	8.385,75	9.616,68	9.616,68	9.616,68	9.616,68	8.385,75	9.616,68	97.235,60	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.098.351,16	2.353.656,93	2.631.077,59	2.661.885,72	2.631.511,38	2.649.176,15	3.609.146,26	2.687.664,23	2.778.166,50	2.531.827,06	2.666.760,29	4.500.258,00	33.799.481,27	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	67.709.664,07	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	1.853.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	667.920,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	65.188.744,07	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	33.799.481,27	51,85
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	35.201.921,80	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	33.441.825,71	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	31.681.729,62	48,60

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2025 A DEZ/2025

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
Limite Máximo (VII) (%) (LRF, art. 20)	0,00
DTP em 2021 (X) (%)	0,00
Excedente em 2021 (XI) = (X - VII) (%)	0,00
Redutor anual (XII) = (0,10 x XI) (%)	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VI/V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:
1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
10.7.7.87./721--87
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A DEZ	%		BIMESTRE	JAN A DEZ	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	70.108.900,00	78.507.214,93	4.286.777,94	67.362.214,02	94,06	11.145.000,91	13.443.632,34	66.812.876,70	94,01	11.694.338,23	549.337,32
LEGISLATIVA	2.622.000,00	3.223.002,13	595.719,55	3.043.034,86	4,25	179.967,27	702.028,33	3.043.034,86	4,28	179.967,27	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	2.622.000,00	3.223.002,13	595.719,55	3.043.034,86	4,25	179.967,27	702.028,33	3.043.034,86	4,28	179.967,27	0,00
JUDICIÁRIA	450.000,00	364.297,18	39.643,06	359.643,06	0,50	4.654,12	44.822,47	359.643,06	0,51	4.654,12	0,00
AÇÃO JUDICIÁRIA	450.000,00	364.297,18	39.643,06	359.643,06	0,50	4.654,12	44.822,47	359.643,06	0,51	4.654,12	0,00
ADMINISTRAÇÃO	12.286.000,00	14.406.843,38	2.007.056,12	13.960.677,98	19,49	446.165,40	3.322.596,57	13.958.401,60	19,64	448.441,78	2.276,38
CONTROLE INTERNO	240.000,00	140.000,00	-19.057,94	120.942,06	0,17	19.057,94	15.252,49	120.942,06	0,17	19.057,94	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.046.000,00	14.266.843,38	2.026.114,06	13.839.735,92	19,32	427.107,46	3.307.344,08	13.837.459,54	19,47	429.383,84	2.276,38
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.627.500,00	4.306.578,73	39.694,78	3.449.665,84	4,82	856.912,89	584.709,33	3.397.740,94	4,78	908.837,79	51.924,90
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	40.000,00	40.000,00	16.000,00	16.000,00	0,02	24.000,00	16.000,00	16.000,00	0,02	24.000,00	0,00
ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	64.000,00	41.292,80	0,00	41.292,80	0,06	0,00	5.292,80	41.292,80	0,06	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.215.200,00	1.287.510,74	-73.715,64	836.666,03	1,17	450.844,71	109.035,73	806.035,57	1,13	481.475,17	30.630,46
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	538.300,00	864.373,45	12.960,88	617.740,82	0,86	246.632,63	169.304,78	596.446,38	0,84	267.927,07	21.294,44
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.770.000,00	2.073.401,74	84.449,54	1.937.966,19	2,71	135.435,55	285.076,02	1.937.966,19	2,73	135.435,55	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.850.400,00	5.980.900,00	128.811,01	5.864.371,21	8,19	116.528,79	1.185.007,55	5.859.538,81	8,24	121.361,19	4.832,40
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	5.850.400,00	5.980.900,00	128.811,01	5.864.371,21	8,19	116.528,79	1.185.007,55	5.859.538,81	8,24	121.361,19	4.832,40
SAÚDE	18.385.600,00	21.485.276,00	1.017.357,08	18.803.521,46	26,26	2.681.754,54	4.110.988,72	18.561.811,69	26,12	2.923.464,31	241.709,77
ATENÇÃO BÁSICA	6.065.800,00	8.416.456,59	504.375,36	7.214.396,96	10,07	1.202.059,63	1.587.492,20	6.994.224,10	9,84	1.422.232,49	220.172,86
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.009.300,00	6.357.136,83	-218.527,43	5.224.547,64	7,30	1.132.589,19	1.212.385,50	5.203.010,73	7,32	1.154.126,10	21.536,91
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	582.250,00	619.000,00	-25.013,13	548.026,62	0,77	70.973,38	175.155,07	548.026,62	0,77	70.973,38	0,00
VIGILANCIA SANITÁRIA	472.000,00	168.057,85	55.168,73	112.580,25	0,16	55.477,60	73.211,34	112.580,25	0,16	55.477,60	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	943.000,00	846.800,00	61.895,00	745.480,72	1,04	101.319,28	191.879,48	745.480,72	1,05	101.319,28	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.313.250,00	5.077.824,73	639.458,55	4.958.489,27	6,92	119.335,46	870.865,13	4.958.489,27	6,98	119.335,46	0,00
EDUCAÇÃO	15.225.500,00	15.206.731,86	827.700,11	14.435.023,29	20,16	771.708,57	2.389.143,06	14.435.023,29	20,31	771.708,57	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	9.690.500,00	9.904.357,93	198.683,23	9.549.709,72	13,33	354.648,21	1.525.929,26	9.549.709,72	13,44	354.648,21	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL(EDUCAÇÃO BASICA)	5.165.000,00	4.760.485,64	580.806,46	4.353.109,06	6,08	407.376,58	752.880,63	4.353.109,06	6,13	407.376,58	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	160.000,00	1.527,10	-809,60	1.527,10	0,00	0,00	0,00	1.527,10	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	210.000,00	540.361,19	49.020,02	530.677,41	0,74	9.683,78	110.333,17	530.677,41	0,75	9.683,78	0,00
CULTURA	576.000,00	2.641.021,39	-715.546,23	1.729.720,39	2,42	911.301,00	285.543,20	1.496.579,36	2,11	1.144.442,03	233.141,03
DIFUSÃO CULTURAL	576.000,00	2.641.021,39	-715.546,23	1.729.720,39	2,42	911.301,00	285.543,20	1.496.579,36	2,11	1.144.442,03	233.141,03
URBANISMO	1.039.000,00	972.000,00	0,00	0,00	0,00	972.000,00	0,00	0,00	0,00	972.000,00	0,00
INFRAESTRUTURA URBANA	115.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	44.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00
Demais Subfunções	880.000,00	830.000,00	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00
HABITAÇÃO	22.900,00	8.900,00	0,00	0,00	0,00	8.900,00	0,00	0,00	0,00	8.900,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.900,00	8.900,00	0,00	0,00	0,00	8.900,00	0,00	0,00	0,00	8.900,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A DEZ	%		BIMESTRE	JAN A DEZ	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
GESTÃO AMBIENTAL	258.000,00	28.244,72	-34.273,95	21.744,72	0,03	6.500,00	0,00	21.744,72	0,03	6.500,00	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÂO AMBIENTAL	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	256.500,00	28.244,72	-34.273,95	21.744,72	0,03	6.500,00	0,00	21.744,72	0,03	6.500,00	0,00
AGRICULTURA	20.500,00	69.795,52	15.734,83	16.175,27	0,02	53.620,25	15.734,83	16.175,27	0,02	53.620,25	0,00
EXTENSÂO RURAL	20.500,00	69.795,52	15.734,83	16.175,27	0,02	53.620,25	15.734,83	16.175,27	0,02	53.620,25	0,00
COMÉRCIOS E SERVIÇOS	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TURISMO	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	1.420.000,00	1.694.075,89	76.083,26	1.259.501,74	1,76	434.574,15	144.001,93	1.259.501,74	1,77	434.574,15	0,00
ENERGIA ELETRICA	1.420.000,00	1.694.075,89	76.083,26	1.259.501,74	1,76	434.574,15	144.001,93	1.259.501,74	1,77	434.574,15	0,00
TRANSPORTE	4.988.000,00	4.253.525,27	-92.607,97	2.163.835,36	3,02	2.089.689,91	277.650,06	2.148.382,52	3,02	2.105.142,75	15.452,84
TRANSPORTE RODOVIARIO	3.956.000,00	3.271.525,27	-92.607,97	2.163.835,36	3,02	1.107.689,91	277.650,06	2.148.382,52	3,02	1.123.142,75	15.452,84
Demais Subfunções	1.032.000,00	982.000,00	0,00	0,00	0,00	982.000,00	0,00	0,00	0,00	982.000,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.600.000,00	2.260.522,86	381.406,29	2.255.298,84	3,15	5.224,02	381.406,29	2.255.298,84	3,17	5.224,02	0,00
SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA	1.600.000,00	2.260.522,86	381.406,29	2.255.298,84	3,15	5.224,02	381.406,29	2.255.298,84	3,17	5.224,02	0,00
RESERVA	1.736.000,00	1.605.500,00	0,00	0,00	0,00	1.605.500,00	0,00	0,00	0,00	1.605.500,00	0,00
Demais Subfunções	1.736.000,00	1.605.500,00	0,00	0,00	0,00	1.605.500,00	0,00	0,00	0,00	1.605.500,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.891.100,00	4.873.984,69	-82.447,43	4.255.125,78	5,94	618.858,91	222.431,94	4.255.125,78	5,99	618.858,91	0,00
LEGISLATIVA	28.000,00	28.000,00	6.892,44	23.838,86	0,03	4.161,14	6.892,44	23.838,86	0,03	4.161,14	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	28.000,00	28.000,00	6.892,44	23.838,86	0,03	4.161,14	6.892,44	23.838,86	0,03	4.161,14	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.110.000,00	1.331.000,00	-22.182,08	987.817,92	1,38	343.182,08	131.045,98	987.817,92	1,39	343.182,08	0,00
CONTROLE INTERNO	30.000,00	30.000,00	-4.586,93	25.413,07	0,04	4.586,93	-4.586,93	25.413,07	0,04	4.586,93	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.080.000,00	1.301.000,00	-17.595,15	962.404,85	1,34	338.595,15	135.632,91	962.404,85	1,35	338.595,15	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	301.500,00	180.000,00	-68.497,61	111.502,39	0,16	68.497,61	-39.283,30	111.502,39	0,16	68.497,61	0,00
ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	300.000,00	180.000,00	-68.497,61	111.502,39	0,16	68.497,61	-39.283,30	111.502,39	0,16	68.497,61	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00
SAÚDE	1.274.500,00	1.262.600,00	-204.433,28	1.089.566,72	1,52	173.033,28	-108.779,81	1.089.566,72	1,53	173.033,28	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	559.500,00	592.600,00	63.455,32	577.455,32	0,81	15.144,68	82.881,67	577.455,32	0,81	15.144,68	0,00
VIGILANCIA SANITÁRIA	120.000,00	80.000,00	-20.833,66	79.166,34	0,11	833,66	9.166,34	79.166,34	0,11	833,66	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	195.000,00	100.000,00	-103.518,98	91.481,02	0,13	8.518,98	-57.291,86	91.481,02	0,13	8.518,98	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	400.000,00	490.000,00	-143.535,96	341.464,04	0,48	148.535,96	-143.535,96	341.464,04	0,48	148.535,96	0,00
EDUCAÇÃO	1.966.500,00	1.871.972,25	172.966,80	1.847.666,81	2,58	24.305,44	199.750,33	1.847.666,81	2,60	24.305,44	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	1.130.500,00	1.002.951,70	63.249,96	990.805,42	1,38	12.146,28	63.249,96	990.805,42	1,39	12.146,28	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL(EDUCAÇÃO BASICA)	836.000,00	869.020,55	109.716,84	856.861,39	1,20	12.159,16	136.500,37	856.861,39	1,21	12.159,16	0,00
CULTURA	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A DEZ (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A DEZ (d)	% (d/total d)		
GESTÃO AMBIENTAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	100.000,00	7.812,44	-667,98	7.144,46	0,01	667,98	-667,98	7.144,46	0,01	667,98	0,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	100.000,00	7.812,44	-667,98	7.144,46	0,01	667,98	-667,98	7.144,46	0,01	667,98	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	192.000,00	33.474,28	187.588,62	0,26	4.411,38	33.474,28	187.588,62	0,26	4.411,38	0,00
SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA	0,00	192.000,00	33.474,28	187.588,62	0,26	4.411,38	33.474,28	187.588,62	0,26	4.411,38	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	75.000.000,00	83.381.199,62	4.204.330,51	71.617.339,80	100,00	11.763.859,82	13.666.064,28	71.068.002,48	100,00	12.313.197,14	549.337,32

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2025 A DEZ/2025

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.120.109,02	7.318.874,24	5.532.128,83	5.300.754,94	6.114.637,39	6.416.574,65	6.002.700,02	6.239.374,90	6.592.676,85	7.043.943,39	6.111.035,99	9.873.536,21	77.666.346,43	77.747.700,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	255.170,37	351.850,26	356.756,28	391.981,05	585.095,01	438.461,26	383.041,10	453.360,23	446.990,36	442.918,03	487.375,96	1.222.850,05	5.815.849,96	7.574.900,00
IPTU	19.641,41	18.848,98	22.892,26	40.145,63	390.448,17	85.985,71	65.779,60	33.748,34	38.348,87	27.028,91	25.177,54	41.168,99	809.214,41	1.515.000,00
ISS	114.715,88	135.453,59	141.158,78	146.332,61	101.776,91	116.520,06	115.895,20	127.936,86	140.010,34	137.146,63	94.234,42	126.746,13	1.497.927,41	2.250.000,00
ITBI	6.855,38	8.880,23	72.492,68	51.408,40	22.641,49	65.090,43	150.655,69	22.728,64	77.965,04	187.818,51	244.829,21	27.448,62	938.814,32	1.970.900,00
IRRF	75.281,37	117.315,34	70.514,10	132.285,75	38.393,15	157.950,02	39.009,54	250.341,51	169.251,67	67.964,80	94.999,12	1.007.753,57	2.221.059,94	1.534.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.676,33	71.352,12	49.698,46	21.808,66	31.835,29	12.915,04	11.701,07	18.604,88	21.414,44	22.959,18	28.135,67	19.732,74	348.833,88	305.000,00
Contribuições	169.851,75	274.825,06	281.845,72	303.181,02	283.726,54	265.847,98	245.050,55	237.556,60	228.187,91	223.978,45	280.133,00	303.610,64	3.097.795,22	2.070.000,00
Receita Patrimonial	63.384,50	72.979,36	77.157,70	129.840,77	93.727,67	124.441,80	96.375,85	108.390,43	192.592,56	99.840,09	100.124,16	178.701,45	1.337.556,34	1.222.600,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	63.384,50	72.979,36	77.157,70	129.840,77	93.535,05	124.249,18	96.183,23	108.390,43	192.592,56	99.840,09	100.124,16	178.701,45	1.336.978,48	1.222.600,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	192,62	192,62	192,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	577,86	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	55,09	68,49	91,44	248,94	0,00	39,60	0,00	1.081,18	96,59	74,21	311,31	24,96	2.091,81	10.000,00
Transferências Correntes	4.630.207,52	6.589.457,29	4.793.515,27	4.453.960,76	5.131.084,83	5.586.263,67	5.278.232,52	5.438.986,46	5.722.300,22	6.277.132,61	5.242.449,56	8.152.462,81	67.296.053,52	66.762.600,00
Cota-Parte do FPM	1.493.367,15	2.003.926,26	1.319.677,66	1.341.017,66	1.710.658,17	1.757.080,99	1.846.802,00	1.424.505,99	1.805.923,10	1.211.169,19	1.646.390,38	2.651.302,03	20.211.820,58	19.620.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.534.394,81	1.477.835,48	1.760.125,18	1.489.049,18	1.465.891,00	1.663.444,16	1.480.357,48	1.682.407,62	1.698.145,46	1.570.055,04	1.498.134,39	1.938.807,33	19.258.647,13	21.600.000,00
Cota-Parte do IPVA	82.024,60	744.147,41	107.169,26	89.798,20	108.639,55	91.421,72	58.499,49	47.580,01	37.487,44	45.087,12	27.734,85	11.919,64	1.451.509,29	1.500.000,00
Cota-Parte do ITR	89.736,23	35.621,87	5.236,17	8.437,10	4.470,81	21.399,52	5.809,21	14.668,65	166.241,54	972.266,87	168.126,26	167.497,63	1.659.511,86	1.800.000,00
Transferências da LC 61/1989	15.598,12	17.657,17	19.229,19	18.053,98	17.539,80	19.967,66	17.131,81	18.924,04	20.068,54	19.245,86	19.021,87	23.041,25	225.479,29	100.000,00
Transferencias do FUNDEB	812.627,21	943.848,77	826.207,76	722.520,39	763.823,74	847.701,17	661.650,17	784.620,09	770.420,40	832.390,54	781.224,56	1.059.434,30	9.806.469,10	9.079.000,00
Outras Transferências Correntes	602.459,40	1.366.420,33	755.870,05	785.084,25	1.060.061,76	1.185.248,45	1.207.982,36	1.466.280,06	1.224.013,74	1.626.917,99	1.101.817,25	2.300.460,63	14.682.616,27	13.063.600,00
Outras Receitas Correntes	1.439,79	29.693,78	22.762,42	21.542,40	21.003,34	1.520,34	0,00	0,00	2.509,21	0,00	642,00	15.886,30	116.999,58	107.600,00
DEDUÇÕES (II)	677.130,44	989.777,80	768.655,38	772.877,81	795.216,01	890.920,88	671.603,06	792.563,14	850.249,50	900.422,53	815.714,61	1.031.551,20	9.956.682,36	10.300.000,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	2.792,30	111.852,23	114.245,70	118.020,66	116.584,58	117.127,85	116.880,40	114.913,75	117.488,47	118.927,32	123.269,36	162.477,64	1.334.580,26	660.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	31.314,03	22.087,99	12.122,28	65.585,99	17.191,63	63.130,29	26.641,18	40.032,21	118.576,49	17.930,49	20.563,78	69.157,12	504.333,48	920.000,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	643.024,11	855.837,58	642.287,40	589.271,16	661.439,80	710.662,74	528.081,48	637.617,18	614.184,54	763.564,72	671.881,47	799.916,44	8.117.768,62	8.700.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.442.978,58	6.329.096,44	4.763.473,45	4.527.877,13	5.319.421,38	5.525.653,77	5.331.096,96	5.446.811,76	5.742.427,35	6.143.520,86	5.295.321,38	8.841.985,01	67.709.664,07	67.447.700,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760.000,00	0,00	793.000,00	1.853.000,00	71.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.442.978,58	6.329.096,44	4.763.473,45	4.527.877,13	5.019.421,38	5.525.653,77	5.331.096,96	5.446.811,76	5.742.427,35	5.383.520,86	5.295.321,38	8.048.985,01	65.856.664,07	67.376.700,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	48.576,00	48.576,00	66.792,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	48.576,00	66.792,00	48.576,00	48.576,00	97.152,00	667.920,00	550.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	4.394.402,58	6.280.520,44	4.696.681,45	4.479.301,13	4.970.845,38	5.477.077,77	5.282.520,96	5.398.235,76	5.675.635,35	5.334.944,86	5.246.745,38	7.951.833,01	65.188.744,07	66.756.700,00

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2025 A DEZ/2025

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025		

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.437.700,00	5.097.613,23
Receita de Contribuições dos Segurados	60.000,00	1.334.580,26
Ativo	0,00	1.281.769,19
Inativo	60.000,00	51.971,14
Pensionista	0,00	839,93
Receita de Contribuições Patronais	5.557.700,00	3.277.233,41
Ativo	5.557.700,00	3.277.233,41
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	800.000,00	485.799,56
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	800.000,00	485.221,70
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	577,86
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.000,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	20.000,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	6.437.700,00	5.097.613,23

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	5.550.700,00	5.555.695,66	5.555.695,66	5.555.695,66	0,00
Aposentadorias	5.123.000,00	5.122.985,30	5.122.985,30	5.122.985,30	0,00
Pensões por Morte	427.700,00	432.710,36	432.710,36	432.710,36	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	12.800,00	8.989,17	8.989,17	8.989,17	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	12.800,00	8.989,17	8.989,17	8.989,17	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	5.563.500,00	5.564.684,83	5.564.684,83	5.564.684,83	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	874.200,00	-467.071,60	-467.071,60	-467.071,60	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	3.292.407,22
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	1.172,97
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.472,48
Investimentos e Aplicações	15.202.952,49
Outros Bens e Direitos	72.150.575,92

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)		R$ 1
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Correntes	399.300,00	362.909,16
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃOP RPPS (XII)	399.300,00	362.909,16

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Correntes (XIII)	386.800,00	299.686,38	294.853,98	294.316,40	4.832,40
Pessoal e Encargos Sociais	150.400,00	112.346,72	112.346,72	112.346,72	0,00
Demais Despesas Correntes	236.400,00	187.339,66	182.507,26	181.969,68	4.832,40
Despesas de Capital (XIV)	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII) + (XIV)	399.300,00	299.686,38	294.853,98	294.316,40	4.832,40
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	0,00	63.222,78	68.055,18	68.592,76	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	115.496,49
Investimentos e Aplicações	1.226.249,84
Outros Bens e Direitos	34.464,56

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b+c+d+e)-f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.011.222,24	16.905,17	878.144,24	0,00	0,00	0,00	116.172,83	2.276,38	0,00	113.896,45
Recursos Não Vinculados de Impostos	631.535,64	16.905,17	614.630,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	379.686,60	0,00	263.513,77	0,00	0,00	0,00	116.172,83	2.276,38	0,00	113.896,45
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	8.427.987,69	21.800,37	167.721,42	0,00	532.386,27	0,00	7.706.079,63	542.228,54	0,00	7.163.851,09
Recursos Vinculados à Educação	763.868,13	1.886,20	0,00	0,00	0,00	0,00	761.981,93	0,00	0,00	761.981,93
Transferências do FUNDEB	281.416,92	1.886,20	0,00	0,00	0,00	0,00	279.530,72	0,00	0,00	279.530,72
Outros Recursos Vinculados à Educação	482.451,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482.451,21	0,00	0,00	482.451,21
Recursos Vinculados à Saúde	4.199.857,29	0,00	167.721,42	0,00	0,00	0,00	4.032.135,87	241.709,77	0,00	3.790.426,10
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	4.187.507,74	0,00	157.841,17	0,00	0,00	0,00	4.029.666,57	241.709,77	0,00	3.787.956,80
Outros Recursos Vinculados à Saúde	12.349,55	0,00	9.880,25	0,00	0,00	0,00	2.469,30	0,00	0,00	2.469,30
Recursos Vinculados à Assistência Social	326.460,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	326.460,78	51.924,90	0,00	274.535,88
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	1.520.049,28	19.632,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.416,75	233.141,03	0,00	1.267.275,72
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Edu	329.916,84	19.632,53	0,00	0,00	0,00	0,00	310.284,31	233.141,03	0,00	77.143,28
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.190.132,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.190.132,44	0,00	0,00	1.190.132,44
Demais Vinculações Legais	1.063.600,70	281,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063.319,06	15.452,84	0,00	1.047.866,22
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à	20.127,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.127,46	0,00	0,00	20.127,46
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	11.457,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.457,68	0,00	0,00	11.457,68
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência	29.374,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.374,77	0,00	0,00	29.374,77
Outras Vinculações Legais	1.002.640,79	281,64	0,00	0,00	0,00	0,00	1.002.359,15	15.452,84	0,00	986.906,31
Recursos Extraorçamentários	554.039,39	0,00	0,00	0,00	532.386,27	0,00	21.653,12	0,00	0,00	21.653,12
Outras Vinculações	112,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112,12	0,00	0,00	112,12
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	140.968,97	0,00	537,58	0,00	0,00	0,00	140.431,39	4.832,40	0,00	135.598,99
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previd	25.472,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.472,48	0,00	0,00	25.472,48
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	115.496,49	0,00	537,58	0,00	0,00	0,00	114.958,91	4.832,40	0,00	110.126,51
TOTAL (IV) = (I + II + III)	9.580.178,90	38.705,54	1.046.403,24	0,00	532.386,27	0,00	7.962.683,85	549.337,32	0,00	7.413.346,53

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
10.7.7.87./721--87
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a) Jan a dez/2025
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	67.447.700,00	67.703.745,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.574.900,00	5.810.509,54
IPTU	1.515.000,00	809.214,41
ISS	2.250.000,00	1.497.927,41
ITBI	1.970.900,00	938.814,32
IRRF	1.534.000,00	2.215.719,52
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	305.000,00	348.833,88
Contribuições	1.410.000,00	1.763.214,96
Receita Patrimonial	302.600,00	832.645,30
Aplicações Financeiras (II)	302.600,00	832.645,30
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	58.062.600,00	59.178.284,90
Cota Parte do FPM	15.920.000,00	16.613.081,04
Cota Parte do ICMS	17.280.000,00	15.406.917,97
Cota Parte do IPVA	1.200.000,00	1.161.207,46
Cota Parte do ITR	1.440.000,00	1.327.609,62
Transferências da LC 61/1989	80.000,00	180.383,44
Transferencias do FUNDEB	9.079.000,00	9.806.469,10
Outras Transferências Correntes	13.063.600,00	14.682.616,27
Demais Receitas Correntes	97.600,00	119.090,79
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	97.600,00	119.090,79
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	67.145.100,00	66.871.100,19
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.917.000,00	4.944.920,46
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	920.000,00	504.333,47
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	715.300,00	2.753.364,00
Operações de Crédito (VIII)	500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	900,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	900,00	0,00
Transferências de Capital	214.400,00	2.753.364,00
Convênios	93.400,00	1.490.000,00
Outras Transferências de Capital	121.000,00	1.263.364,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	215.300,00	2.753.364,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	73.277.400,00	74.569.384,65
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	67.360.400,00	69.624.464,19

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	65.154.127,14	61.201.667,11	60.235.405,84	59.132.746,07	9.806,66	293.689,20	293.262,25
Pessoal e Encargos Sociais	37.604.759,79	36.432.857,92	36.048.530,89	35.177.717,24	208,65	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	845.294,50	842.799,44	842.799,44	842.799,44	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	26.704.072,85	23.926.009,75	23.344.075,51	23.112.229,39	9.598,01	293.689,20	293.262,25
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	26.704.072,85	23.926.009,75	23.344.075,51	23.112.229,39	9.598,01	293.689,20	293.262,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	64.308.832,64	60.358.867,67	59.392.606,40	58.289.946,63	9.806,66	293.689,20	293.262,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	5.969.000,00	5.855.382,04	5.850.549,64	5.850.012,06	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	10.640.072,48	7.108.270,06	5.039.732,49	5.029.852,24	0,00	115.413,31	115.413,31
Investimentos	9.023.944,12	5.508.182,04	3.439.644,47	3.429.764,22	0,00	115.413,31	115.413,31
Inversões Financeiras	8.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	8.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.607.228,36	1.600.088,02	1.600.088,02	1.600.088,02	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI +	9.032.844,12	5.508.182,04	3.439.644,47	3.429.764,22	0,00	115.413,31	115.413,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.605.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	80.928.676,76	71.722.431,75	68.682.800,51	67.569.722,91	9.806,66	409.102,51	408.675,56
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	74.947.176,76	65.867.049,71	62.832.250,87	61.719.710,85	9.806,66	409.102,51	408.675,56
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							6.581.179,52
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							7.486.271,12

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-5.222.461,94

JUROS NOMINAIS	Jan a dez/2025
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	890.405,98
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	8.376.677,10

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	501.315,82

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024 (a)	Jan a dez/2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	-86.460,76	-408.851,41
Disponibilidade de Caixa	-86.460,76	-408.851,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	48.085,25	38.705,54
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	38.375,51	370.145,87
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	86.460,76	408.851,41
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-322.390,65

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a dez/2025
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-9.379,71
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-331.770,36
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-1.222.176,34

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.016.576,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.016.576,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2024 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2024 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	37.540,14	10.545,11	9.806,66	0,00	38.278,59	7.684,99	443.957,14	409.102,51	408.675,56	42.539,62	426,95	38.705,54
02	PODER EXECUTIVO	37.540,14	10.545,11	9.806,66	0,00	38.278,59	7.684,99	443.957,14	409.102,51	408.675,56	42.539,62	426,95	38.705,54
0202	GABINETE DO PREFEITO	1.860,00	0,00	0,00	0,00	1.860,00	0,00	2.401,88	2.256,57	2.111,26	145,31	145,31	2.005,31
0203	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	9.134,26	7.323,70	7.073,70	0,00	9.384,26	7.684,99	16.239,43	0,00	0,00	23.924,42	0,00	9.384,26
0205	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.680,90	388,80	0,00	0,00	3.069,70	0,00	8.052,50	0,00	0,00	8.052,50	0,00	3.069,70
0206	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	99,65	0,00	0,00	99,65	0,00	205.193,57	205.024,96	205.024,96	168,61	0,00	99,65
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	563,35	0,00	0,00	0,00	563,35	0,00	46.978,76	45.300,57	45.300,57	1.678,19	0,00	563,35
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	20.751,08	2.524,31	2.524,31	0,00	20.751,08	0,00	165.091,00	156.520,41	156.238,77	8.570,59	281,64	21.032,72
0210	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRANSITO	0,00	208,65	208,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0211	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	2.550,55	0,00	0,00	0,00	2.550,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.550,55
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	37.540,14	10.545,11	9.806,66	0,00	38.278,59	7.684,99	443.957,14	409.102,51	408.675,56	42.539,62	426,95	38.705,54

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ
1- RECEITA DE IMPOSTOS	7.269.900,00	5.467.016,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.515.000,00	809.214,41
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.970.900,00	938.814,32
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.250.000,00	1.497.927,41
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.534.000,00	2.221.059,94
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	44.620.000,00	42.806.968,15
2.1- Cota-Parte FPM	19.620.000,00	20.211.820,58
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	18.500.000,00	17.993.700,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	1.120.000,00	2.218.120,53
2.2- Cota-Parte ICMS	21.600.000,00	19.258.647,13
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	225.479,29
2.4- Cota-Parte ITR	1.800.000,00	1.659.511,86
2.5- Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.451.509,29
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	51.889.900,00	48.273.984,23
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	8.700.000,00	8.117.768,62
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.272.475,00	3.950.726,53

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	9.095.000,00	9.856.087,18
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.080.000,00	9.856.087,18
6.1.1- Principal	9.064.000,00	9.806.469,10
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	16.000,00	49.618,08
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	5.000,00	0,00
6.2.1- Principal	5.000,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	5.000,00	0,00
6.3.1- Principal	5.000,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	5.000,00	0,00
6.4.1- Principal	5.000,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	364.000,00	1.688.700,48

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ 1

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	4.243,84
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	4.243,84
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	9.860.331,02

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	9.684.243,84	9.580.864,37	9.580.864,37	9.580.864,37	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.669.243,84	9.580.864,37	9.580.864,37	9.580.864,37	0,00
10.1.1- Educação Infantil	4.498.160,83	4.427.951,84	4.427.951,84	4.427.951,84	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	5.171.083,01	5.152.912,53	5.152.912,53	5.152.912,53	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1- Educação Infantil	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	9.576.620,53	9.576.620,53	9.576.620,53	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.576.620,53	9.576.620,53	9.576.620,53	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.576.620,53	9.576.620,53	9.576.620,53	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.899.261,03	9.576.620,53	9.576.620,53	97,16
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	985.608,72	279.466,65	279.466,65	0,00	2,84

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ 1

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor de Superávit Permitido no Ex. Ant. não Aplicado no Exercício Atual (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	4.243,84	4.243,84	4.243,84	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.243,84	4.243,84	4.243,84	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.444.686,16	5.217.747,00	5.217.747,00	5.152.715,00	0,00
20.1- Educação Infantil	792.241,76	746.415,01	746.415,01	708.731,38	0,00
20.2- Ensino Fundamental	4.650.917,30	4.469.804,89	4.469.804,89	4.442.456,52	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	1.527,10	1.527,10	1.527,10	1.527,10	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.127.402,90	14.797.084,27	14.797.084,27	14.732.052,27	0,00
21.1- Educação Infantil	5.300.402,59	5.174.366,85	5.174.366,85	5.136.683,22	0,00
21.1.1- Creche	2.952.097,19	2.888.111,25	2.888.111,25	2.850.427,62	0,00
21.1.2- Pré-Escola	2.348.305,40	2.286.255,60	2.286.255,60	2.286.255,60	0,00
21.2- Ensino Fundamental	9.827.000,31	9.622.717,42	9.622.717,42	9.595.369,05	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	5.217.747,00
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	8.117.768,62
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	13.335.515,62

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R$ 1

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	12.068.496,06	13.335.515,62	27,62

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.069,70	0,00	0,00	0,00	3.069,70
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.183,50	0,00	0,00	0,00	1.183,50
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.886,20	0,00	0,00	0,00	1.886,20
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.195.000,00	1.196.861,25
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	630.000,00	923.573,02
31.1.1- Salário-Educação	405.000,00	725.052,39
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	165.000,00	165.380,18
31.1.4- PNATE	60.000,00	32.662,27
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	478,18
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	560.000,00	273.288,23
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.000,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.949.774,11	1.484.078,73	1.484.078,73	1.484.078,73	0,00
32.1- Educação Infantil	329.103,60	35.603,60	35.603,60	35.603,60	0,00
32.2- Ensino Fundamental	1.080.309,32	917.797,72	917.797,72	917.797,72	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	540.361,19	530.677,41	530.677,41	530.677,41	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	17.078.704,11	16.282.690,10	16.282.690,10	16.217.658,10	0,00

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

33.1- Despesas Correntes	16.765.402,58	16.282.690,10	16.282.690,10	16.217.658,10	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	11.999.250,43	11.878.057,06	11.878.057,06	11.813.025,06	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	483.899,89	483.279,85	483.279,85	483.279,85	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	4.282.252,26	3.921.353,19	3.921.353,19	3.921.353,19	0,00
33.2- Despesas de Capital	313.301,53	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	313.301,53	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.130,04	222.980,90
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	9.856.087,18	725.052,39
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	9.580.864,37	508.797,46
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	281.352,85	439.235,83
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	281.352,85	439.235,83

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS

PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES

CONTADORA CRC SP 269136/O-0

1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a dezembro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	10.000,00	1.121,43	8.878,57
Receita de Alienação de Bens Móveis	900,00	0,00	900,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	9.100,00	1.121,43	7.978,57

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	20.336,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.336,25
Despesas de Capital	20.336,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.336,25
Investimentos	20.336,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.336,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	2024 (i)	2025 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	10.336,25	1.121,43	11.457,68

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [22973], PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	7.269.900,00	7.269.900,00	5.467.016,08	75,20
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.515.000,00	1.515.000,00	809.214,41	53,41
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.970.900,00	1.970.900,00	938.814,32	47,63
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.250.000,00	2.250.000,00	1.497.927,41	66,57
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.534.000,00	1.534.000,00	2.221.059,94	144,79
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	43.500.000,00	43.500.000,00	40.588.847,62	93,31
Cota-Parte FPM	18.500.000,00	18.500.000,00	17.993.700,05	97,26
Cota-Parte ITR	1.800.000,00	1.800.000,00	1.659.511,86	92,20
Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.451.509,29	96,77
Cota-Parte ICMS	21.600.000,00	21.600.000,00	19.258.647,13	89,16
Cota-Parte IPI-Exportação	100.000,00	100.000,00	225.479,29	225,48
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	50.769.900,00	50.769.900,00	46.055.863,70	90,71

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.969.250,00	4.107.250,49	3.994.991,69	97,27	3.994.991,69	97,27	3.905.478,48	95,09	0,00
Despesas Correntes	3.914.250,00	4.095.750,21	3.983.996,69	97,27	3.983.996,69	97,27	3.894.483,48	95,09	0,00
Despesas de Capital	55.000,00	11.500,28	10.995,00	95,61	10.995,00	95,61	10.995,00	95,61	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.013.000,00	3.172.666,86	3.170.292,86	99,93	3.170.292,86	99,93	3.170.292,86	99,93	0,00
Despesas Correntes	3.012.000,00	3.171.666,86	3.170.292,86	99,96	3.170.292,86	99,96	3.170.292,86	99,96	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	316.000,00	283.000,00	270.242,85	95,49	270.242,85	95,49	269.630,85	95,28	0,00
Despesas Correntes	311.000,00	282.170,93	270.242,85	95,77	270.242,85	95,77	269.630,85	95,56	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	829,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	358.000,00	124.057,85	119.280,88	96,15	119.280,88	96,15	119.280,88	96,15	0,00
Despesas Correntes	348.000,00	123.057,85	119.280,88	96,93	119.280,88	96,93	119.280,88	96,93	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	443.000,00	386.800,00	371.294,24	95,99	371.294,24	95,99	357.330,95	92,38	0,00
Despesas Correntes	440.000,00	386.800,00	371.294,24	95,99	371.294,24	95,99	357.330,95	92,38	0,00
Despesas de Capital	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	4.691.750,00	5.546.324,73	5.299.953,31	95,56	5.299.953,31	95,56	5.237.919,38	94,44	0,00
Despesas Correntes	4.671.750,00	5.546.324,73	5.299.953,31	95,56	5.299.953,31	95,56	5.237.919,38	94,44	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	12.791.000,00	13.620.099,93	13.226.055,83	97,11	13.226.055,83	97,11	13.059.933,40	95,89	0,00

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	13.226.055,83	13.226.055,83	13.059.933,40
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	13.226.055,83	13.226.055,83	13.059.933,40
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	6.908.379,56	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (Lei Orgânica Municipal)	0,00	6.908.379,56	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	6.317.676,27	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	28,72	28,72	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	6.858.600,00	6.858.600,00	9.712.229,30	141,61
Proveniente da União	3.293.300,00	3.293.300,00	6.530.402,94	198,29
Proveniente dos Estados	3.565.300,00	3.565.300,00	3.181.826,36	89,24
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	6.863.600,00	6.863.600,00	9.712.229,30	141,50

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.656.050,00	4.901.806,10	3.796.860,59	77,46	3.576.687,73	72,97	3.481.277,56	71,02	220.172,86
Despesas Correntes	2.338.550,00	4.218.000,00	3.511.235,59	83,24	3.452.062,73	81,84	3.356.652,56	79,58	59.172,86
Despesas de Capital	317.500,00	683.806,10	285.625,00	41,77	124.625,00	18,23	124.625,00	18,23	161.000,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	2.996.300,00	3.184.469,97	2.054.254,78	64,51	2.032.717,87	63,83	2.022.837,62	63,52	21.536,91
Despesas Correntes	340.000,00	455.000,00	316.076,89	69,47	294.539,98	64,73	294.539,98	64,73	21.536,91
Despesas de Capital	2.656.300,00	2.729.469,97	1.738.177,89	63,68	1.738.177,89	63,68	1.728.297,64	63,32	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	266.250,00	336.000,00	277.783,77	82,67	277.783,77	82,67	275.352,77	81,95	0,00
Despesas Correntes	261.250,00	336.000,00	277.783,77	82,67	277.783,77	82,67	275.352,77	81,95	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	234.000,00	124.000,00	72.465,71	58,44	72.465,71	58,44	22.465,71	18,12	0,00
Despesas Correntes	234.000,00	124.000,00	72.465,71	58,44	72.465,71	58,44	22.465,71	18,12	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	695.000,00	560.000,00	465.667,50	83,15	465.667,50	83,15	455.667,50	81,37	0,00
Despesas Correntes	685.000,00	550.000,00	465.667,50	84,67	465.667,50	84,67	455.667,50	82,85	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	21.500,00	21.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	6.869.100,00	9.127.776,07	6.667.032,35	73,04	6.425.322,58	70,39	6.257.601,16	68,56	241.709,77

PREFEITURA MUN DE GUIA LOPES DA LAGUNA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	6.625.300,00	9.009.056,59	7.791.852,28	86,49	7.571.679,42	84,05	7.386.756,04	81,99	220.172,86
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	6.009.300,00	6.357.136,83	5.224.547,64	82,18	5.203.010,73	81,85	5.193.130,48	81,69	21.536,91
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	582.250,00	619.000,00	548.026,62	88,53	548.026,62	88,53	544.983,62	88,04	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	592.000,00	248.057,85	191.746,59	77,30	191.746,59	77,30	141.746,59	57,14	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.138.000,00	946.800,00	836.961,74	88,40	836.961,74	88,40	812.998,45	85,87	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	4.713.250,00	5.567.824,73	5.299.953,31	95,19	5.299.953,31	95,19	5.237.919,38	94,07	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	19.660.100,00	22.747.876,00	19.893.088,18	87,45	19.651.378,41	86,39	19.317.534,56	84,92	241.709,77

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

MAX ANTONIO SOUZA MORAIS
PREFEITO MUNICIPAL

DARIANE A. GALHARDO RODRIGUES
CONTADORA CRC SP 269136/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

Compras e Licitações

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 047/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 023/2026

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS LOCAIS E/OU REGIONAIS

Código de Registro TCE - MS: B21F6AB881CE6DEE04E811FD79E4284049B7C569

O **MUNICÍPIO DE IGUATEMI**, **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Avenida Laudelino Peixoto, nº. 871, Centro, através do Prefeito Municipal e do Agente de Contratação, Onildes Barros Rodrigues, designado pela Portaria nº 046/2025; pelo presente, **torna público**, para o conhecimento dos interessados, que realizará **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO PARA ME/EPP - PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS LOCAIS E/OU REGIONAIS** tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM"**, que será processado e julgado em conformidade com os preceitos da Complementar Municipal 049/2011, dos Decretos Municipal nº. 2.218/2024, 1.910/21, 2.209/24 e 2.214/2024, Lei Complementar Federal 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas posteriores alterações, sob as seguintes condições:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA DE PREÇO, PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DO EDITAL.

DA SESSÃO PÚBLICA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 01/04/2026 às 08:00 horas do dia 15/04/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09:00 horas do dia 01/04/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:10 horas do dia 01/04/2026.

Referência de tempo: HORÁRIO OFICIAL DE BRASILIA (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bllcompras.com

O cadastro poderá ser iniciado no Portal de Compras BLL, no sítio www.bllcompras.com, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

Iguatemi/MS, 31 de março de 2.026.

Onildes Barros Rodrigues

Agente de Contratação

Portaria nº 046/2025

Matéria enviada por Matheus Motta Cardoso Badziak

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI-MS

DECRETO Nº 2.872/2026

"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA O FIM QUE ESPECIFICA".

LÍDIO LEDESMA, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 73, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica nomeada Comissão de Avaliação composta pelos servidores municipais **Macimiano Claro Nogueira Moreira**, Engenheiro Civil, **Onildes Barros Rodrigues**, Chefe do Departamento de Compras e Licitações e **Sidney Marcos Boscarioli**, Chefe do Departamento de Administração Tributária, para, sob a presidência do primeiro, proceder a avaliação do imóvel urbano de propriedade do Município de Iguatemi, constituído pela Chácara nº 449, com área de 3 hectares e 331 metros quadrados, sem benfeitorias, situado na Rua Francisco Fernandes Filho, esq. com a Rua Hugo de Abreu, s/nº, Vila Operária, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul sob nº 1.418.

Parágrafo Único. O objeto da avaliação tratada no caput deste artigo é a doação do referido imóvel através do Programa PROGRIDE, nos termos da Lei nº 2.107/2018.

Art. 2º - A Comissão nomeada no artigo anterior terá o prazo de 10 (dez) dias para o término dos trabalhos e apresentação de laudo de avaliação circunstanciado.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

LÍDIO LEDESMA

PREFEITO

Matéria enviada por Rhuan Cirelle Marques Pereira

CONTABILIDADE

EDITAL Nº 001/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA DE 2027

O Prefeito Municipal de Iguatemi do Estado de Mato Grosso do Sul, em cumprimento às disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), torna público, e convoca a sociedade em geral, para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** que será realizada no dia **14 de abril de 2026 às 08:30 horas, no paço da Prefeitura Municipal de Iguatemi-MS, situado na Av.Laudelino Peixoto, 781**, com a finalidade de debater e contribuir para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2027.

Para tanto, na referida audiência, serão colhidas sugestões dos representantes da sociedade presentes no ato, bem como das organizações representadas por associações, entidade, clubes de serviços, instituições e de representantes de diversos segmentos, etc.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, será expedido o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, devendo ser publicado no veículo oficial do Município, afixado na sede da Prefeitura, nas Secretarias Municipais e demais Órgãos Públicos da cidade, e também distribuídos às autoridades e representantes da sociedade em geral, a fim de ser dá à publicidade e ampla divulgação da Audiência Pública e seus objetivos.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais convida todos os cidadãos a participar da **Audiência Pública presencial,** *para discussão e participação da LDO (Lei Diretrizes Orçamentária) para o exercício de 2027 em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º e art. 48º da Lei Complementar 101/2000; a realizar-se:*

DATA: 14/04/2026

HORÁRIO: 08:30 HS

LOCAL: **Paço da Prefeitura Municipal de Iguatemi-MS, situado na Av.Laudelino Peixoto, 781**

Iguatemi-MS, 31 de março de 2026.

Lidio Ledesma

Prefeito Municipal

Matéria enviada por JONAS FERREIRA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, de 31 de Março de 2026

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005

–EC nº42/2003 MUNICÍPIO - IGUATEMI - MS

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, de 31 de Março de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
APARECIDA GENARO BUSSMANN	808.825.289-04	9085/00002/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: EDSON DEOLINDO CHOINOVSKI	Matrícula: 00001171
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO / 3	Assinatura:

Data de afixação: 31/03/2026

Data de desafixação: 15/04/2026

Matéria enviada por EDSON DEOLINDO CHOINOVSKI DE FRANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, de 31 de Março de 2026.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005

–EC nº42/2003 MUNICÍPIO - IGUATEMI - MS

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00005, de 31 de Março de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
FRANCIELE FELIZARI DE FRANCA BELANDA	007.055.849-33	9085/00003/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: EDSON DEOLINDO CHOINOVSKI	Matrícula: 00001171
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO / 3	Assinatura:

Data de afixação: 31/03/2026

Data de desafixação: 15/04/2026

Matéria enviada por EDSON DEOLINDO CHOINOVSKI DE FRANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00007, de 31 de Março de 2026.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11. 250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - IGUATEMI – MS.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00007, de 31 de Março de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
FRANCISCO PASCHOETO	058.005.369-53	9085 /00009/2026

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: EDSON DEOLINDO CHOINOVSKI	Matrícula: 00001171
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO / 3	Assinatura:

Data de afixação: 31/03/2026

Data de desafixação:15/04/2026

Matéria enviada por EDSON DEOLINDO CHOINOVSKI DE FRANÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI-MS

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE IGUATEMI e SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO JUDAS TADEU

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE ACORDO DE COOPERAÇÃO A ASSISTÊNCIA HEMOTERÁPICA PARA FINS TRANSFUSIONAIS DE PACIENTES ATENDIDOS PELA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA.

AUTORIZAÇÃO:ART. 16 E 17 DA LEI 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL Nº 1.425/2016.

DATA DE
ASSINATURA 31/03/2026
VIGÊNCIA 01/04/2026 A 01/04/2030
ASSINAMLÍDIO LEDESMA E VANDECLEI PEIXOTO FREITAS

Matéria enviada por Rhuan Cirelle Marques Pereira

Departamento de Atas e Contratos
-EXTRATO DE TERMO ADITIVO-

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 644/2025

Processo Administrativo Nº164/2025

Concorrência Pública Nº. 014/2025

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e a empresa E. MELO ARCE – ME.

Fundamento Legal: A alteração contratual de que trata este instrumento tem fundamento legal na Lei Federal nº. 14.133/2021.

Do Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, acréscimos na quantidade de produtos, alterando assim a CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO, do contrato.

Das Alterações: A documentação que comprova as alterações solicitada pela Secretaria está anexada junto ao pedido: Memorial Descritivo, Planilha Sintética Simples, Projeto Arquitetônico.

Valor do Termo Aditivo: R$ 85.135,13 (oitenta e cinco mil, cento e trinta e cinco reais e treze centavos).

Valor Atualizado do Contrato: R$ 557.391,10 (quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e um reais e dez centavos).

Da Dotação Orçamentária:

1 Prefeitura Municipal de Iguatemi

02 05 Secretaria Municipal de Educação

02 05 01 Secretaria Municipal de Educação

12.361.0009.1228 Construir, Reformar e Ampliar Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Iguatemi

4.4.90.51.99 Outras Obras e Instalações

Fonte 1.500.1001

Ficha 068.

Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Local e data: Iguatemi/MS, 31 de março de 2026.

Assinam: Lidio Ledesma pela Contratante e Eresnaldo Melo Arce pela Contratada.

Matéria enviada por Sanderson Contini de Albuquerque

Compras e Licitações
EXTRATO CONTRATO 150
EXTRATO DE CONTRATO Nº 000150

Processo nº 000066/26

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/MS e a empresa FERNANDO A. A. DA SILVA EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAIXA DE BOMBONS SORTIDOS EM COMEMORAÇÃO À PÁSCOA, CONFORME SOLICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA DAS SECRETARIAS SOLICITANTES.

Dotação Orçamentária:

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor
146	2026	020603	08.244.0015.2108.0000	3.3.90.00.00	1.500.0000	16.880,00

Ficha: 146 Ano Ficha: 2026

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO

Orgão: 02.06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02.06.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: 08.244.0015 - PROTEÇÃO SOCIAL , INCLUSÃO E CIDADANIA: TRANSFORMANDO VIDAS

Projeto/Atividade: 08.244.0015.2108 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Categoria Econômica: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Sem código de acompanhamento.

Valor: 16.880,00 (dezesseis mil, oitocentos e oitenta reais)

Vigência: 31/03/2026 A 30/06/2026

Data da Assinatura: 31/03/2026

Fundamento Legal: Lei 14.133/2021

Assinam: CECILIA WELTER LEDESMA, pela contratante e FERNANDO A. A. DA SILVA EIRELI pela contratada

Matéria enviada por EDUARDO GONÇALVES VILHALBA

Compras e Licitações

EXTRATO CONTRATO 149

EXTRATO DE CONTRATO Nº 000149

Processo nº 000066/26

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS e a empresa FERNANDO A. A. DA SILVA EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAIXA DE BOMBONS SORTIDOS EM COMEMORAÇÃO À PÁSCOA, CONFORME SOLICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA DAS SECRETARIAS SOLICITANTES.

Dotação Orçamentária:

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor
104	2026	020501	12.365.0016.2336.0000	3.3.90.00.00	1.500.1001	8.440,00
82	2026	020501	12.361.0009.2337.0000	3.3.90.00.00	1.500.1001	33.760,00

Ficha: 82 Ano Ficha: 2026

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO

Orgão: 02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02.05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Programa: 12.361.0009 - CONSTRUINDO SABERES PARA TRANSFORMAR O FUTURO

Projeto/Atividade: 12.361.0009.2337 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IGUATEMI

Categoria Econômica: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recurso: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ficha: 104 Ano Ficha: 2026

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO

Orgão: 02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02.05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Programa: 12.365.0016 - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA - PMPI

Projeto/Atividade: 12.365.0016.2336 - MANTER AS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IGUATEMI

Categoria Econômica: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recurso: 1.500.1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Valor: R$ 42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais)

Vigência: 31/03/2026 A 30/06/2026

Data da Assinatura: 31/03/2026

Fundamento Legal: Lei 14.133/2021

Assinam: LIDIO LEDESMA, pela contratante e FERNANDO A. A. DA SILVA EIRELI pela contratada

Matéria enviada por EDUARDO GONÇALVES VILHALBA

Departamento de Atas e Contratos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 123/2024

Processo Administrativo Nº. 060/2024

Dispensa de Licitação Nº. 029/2024

Partes: MUNICÍPIO DE IGUATEMI /MS e a empresa SISTEMAQ AUTOMAÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA – EPP.

Fundamento Legal: A alteração contratual de que trata este instrumento tem fundamento legal na Lei Federal nº. 14.133/21.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação da vigência e reajuste de preços dos valores do contrato.

Prorrogação: As partes acordam em prorrogar o contrato por 12 MESES, a partir de 02/04/2026.

Reajuste: Fica concedido o reajuste de pouco mais 4,44% referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado nos últimos 12 meses, em razão de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro da contratação

Valor do Aditivo: R$ 6.159,12 (seis mil, cento e cinquenta e nove reais e doze centavos).

Valor Atualizado do Contrato: R$ 17.696,28 (dezessete mil, seiscentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos)

Dotação Orçamentária:

1 Prefeitura Municipal de Iguatemi
04 Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
04.01 Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
04.123.0007.2373 Manter as Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento E Finanças
3.3.90.40.01 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ
Fonte 1.500.0000

Ficha 045.

Ratificação: As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente termo aditivo.

Local e data: Iguatemi/MS, 31 de março de 2026.

Assinam: Lidio Ledesma pela Contratante e Adamastor Arcanjo Junior pela Contratada.

Matéria enviada por Sanderson Contini de Albuquerque

Compras e Licitações

EXTRATO DE CONTRATO - OS Nº 151/2026

Processo nº 059/2026
Dispensa nº 016/2026

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS e a empresa GRAFICA DESTAK LTDA

Objeto: SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER A 3ª EXPOIGUATEMI 2026

Dotação Orçamentária:

Ficha: 34 Ano Ficha: 2026
Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 02.02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Unidade: 02.02.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Programa: 04.122.0006 - TRADIÇÃO E ALEGRIA: APOIO ÀS FESTAS E EVENTOS
Projeto/Atividade: 04.122.0006.2372 - PROMOVER E APOIAR AS FESTAS E EVENTOS
Categoria Econômica: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Sem código de acompanhamento.
Valor: R$ 62.012,00 (sessenta e dois mil e doze reais)
Vigência: 31/03/2026 A 31/05/2026
Data da Assinatura: 31/03/2026
Fundamento Legal: Decreto Municipal 497/2006 e Leis 14.133/2021 e 10.520/2002 e 123/2006
Assinam: LIDIO LEDESMA, pela contratante e GRAFICA DESTAK LTDA pela contratada

Matéria enviada por HELIO LEDESMA JUNIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI-MS

PORTARIA Nº 152/2026

"NOMEIA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LÍDIO LEDESMA, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, e,

Considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2022 de que trata os **Editais nos 001/2022, 009/2023** c/c o **Edital nº 086/2026** em que é divulgada convocação de candidata aprovada, segundo a ordem de classificação, e a devida comprovação dos requisitos legais exigidos e apresentação dos documentos solicitados,

R E S O L V E :

I – Nomear, para os devidos fins e efeitos legais, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 001/2022, de que trata o Edital no 001/2022, c/c os Editais nos 009/2023 e 086/2026, para o preenchimento de vaga no quadro de cargos permanentes da Administração Municipal:

ATENDENTE DE SAÚDE – RURAL		
INSC.	**NOME**	**CLASSIF.**
240713	JOCILENE BLAUSIUS DA CRUZ	4º

II – A nomeada, relacionada no inciso anterior, apresentou no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal a documentação necessária e exigida nos Editais nos 001/2022 e 064/2025, devendo tomar posse em até 30 dias da data de publicação desta Portaria.

III - A posse se dará através de ato a ser realizado no Paço Municipal, localizado na Avenida Laudelino Peixoto, nº 871, Centro – Iguatemi/MS, junto ao Departamento de Recursos Humanos.

IV – A nomeada, caso não se apresente para a posse no prazo estabelecido, terá sua nomeação tornada sem efeito.

V – A nomeada pela presente Portaria, uma vez empossada em seu respectivo cargo, poderá entrar em exercício na Administração Municipal nos 30 (trinta) dias subsequentes, com lotação a ser definida de acordo com as respectivas atribuições e demanda dos órgãos interessados.

VI - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

LÍDIO LEDESMA

Prefeito

Matéria enviada por Rhuan Cirelle Marques Pereira

Compras e Licitações

PORTARIA DE FISCAL DE CONTRATO 153

PORTARIA Nº 0153/2026

"DESIGNA FISCAIS DOS CONTRATOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LÍDIO LEDESMA, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/c o disposto no art. 104, inciso III, art. 117, art. 7° da Lei Federal 14.133/21,

R E S O L V E:

I - Designar, os servidores abaixo relacionados, para exercer a função de Fiscais dos Contratos oriundos nos processos abaixo relacionados**;**

PROCESSO	MODALIDADE	CONTRATADA	OBJETO	CONTRATO Nº	DATA	FISCAL
054/2026	**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026**	**GISMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**	**AQUISIÇÃO DE REDES PERSONALIZADAS PARA VÔLEI DE QUADRA, AREIA E PARA BEACH TENNIS, CONFORME SOLICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA DE ESPORTES.**	147/2026	30/03/2026	IVANCLEI FERREIRA SANTANA CPF 011.254.641-27
057/2026	**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026**	**CHAPELAR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE CHAPÉUS- LTDA**	**AQUISIÇÃO DE BONÉS E CHAPÉUS PARA DISTRIBUIÇÃO NO EVENTOS DA 3ª EXPO IGUATEMI 2026, CONFORME SOLICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA DE GOVERNO**	148/2026	30/03/2026	DENNER ALMEIDA ASSESOR DE COMUNICAÇÃO CPF 048.556.071-26
066/2026	**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026**	**FERNANDO A. A. DA SILVA- LTDA**	**AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE BOMBONS SORTIDOS EM COMEMORAÇÃO À PÁSCOA, CONFORME SOLICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA DAS SECRETARIAS SOLICITANTES**	149/2026	31/03/2026	ENIR DOS SANTOS RIBEIRO CHEFE DEPARTAMENTO I CPF 830.051.611-53
066/2026	**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026**	**FERNANDO A. A. DA SILVA- LTDA**	**AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE BOMBONS SORTIDOS EM COMEMORAÇÃO À PÁSCOA, CONFORME SOLICITAÇÃO E TERMO DE REFERÊNCIA DAS SECRETARIAS SOLICITANTES**	150/2026	31/03/2026	WAGNER ADRIANO ROSSI CHEFE DEPARTAMENTO I CPF 002.730.031-51

II - São atribuições precípuas dos Fiscais dos Contratos designados no inciso anterior, dentre outras:

a) Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade, durabilidade e garantia dos produtos entregues ao Município;

b) Verificar se a entrega dos produtos, bem como os preços e quantitativos estão de acordo com o contrato e instrumento convocatório;

c) Acompanhar, fiscalizar e atestar a entrega dos bens;

d) Indicar eventuais glosas das faturas.

III – No caso de licenças, férias, afastamentos ou impedimentos de quaisquer naturezas, será indicado um suplente para substituir o fiscal ora designado.

IV - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para a data contratual, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AO DIA 31 DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

LÍDIO LEDESMA

PREFEITO

Matéria enviada por EDUARDO GONÇALVES VILHALBA

Procuradoria Jurídica

PORTARIA Nº 154/2026

PORTARIA Nº 154/2026

"REVOGA A NOMEAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DA EDUCAÇÃO DESIGNADA Á SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

LÍDIO LEDESMA, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Revoga, a contar de 01 de abril de 2026, a nomeação de função de confiança da educação de Coordenadora Pedagógica, contida na portaria nº 060/2025, publicada no dia 30/01/2025, da seguinte servidora:

Nome	Gabinete/Secretaria/Departamento	Função/ Símbolo	Gratificação
Andreia Maria de Moura da Silva	Sec. Educação	Coordenadora Pedagógica	40%

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

LÍDIO LEDESMA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Marcelle Dara Barros

Procuradoria Jurídica

PORTARIA Nº 155/2026

PORTARIA Nº 155/2026

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA DA EDUCAÇÃO QUE ESPECIFICA".

LÍDIO LEDESMA, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

I - Designar, a contar de 1 de abril de 2026, a servidora abaixo relacionada, para exercer função de confiança da Educação, atribuindo-lhe o percentual de gratificação indicado, com fulcro na Tabela 1 do Anexo I da Lei Complementar nº 016/2005:

Nome	Gabinete/Secretaria/Departamento	Função/ Símbolo	H/A	Gratificação
Andreia Maria de Moura da Silva	Sec. Educação	Diretora Escolar	40	50%

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

LÍDIO LEDESMA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Marcelle Dara Barros

Procuradoria Jurídica

PORTARIA Nº 156/2026

PORTARIA Nº 156/2026

"REVOGA A NOMEAÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DA EDUCAÇÃO DESIGNADA AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

LÍDIO LEDESMA, Prefeito Municipal de Iguatemi, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Revoga, a contar de 01 de abril de 2026, a nomeação de função de confiança da educação de Assistência de Gerência, contida na portaria nº 098/2025, publicada no dia 17/02/2025, do seguinte servidor:

Nome	Gabinete/Secretaria/Departamento	Função/ Símbolo	Gratificação
João Krein	Sec. Educação	Assistência de Gerência	40%

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário**.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

LÍDIO LEDESMA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Marcelle Dara Barros

Compras e Licitações

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do MS - ASSOMASUL, no dia 31 de Março de 2026, página 268, Edição nº 4063;

Onde se lê: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029C/2026

Leia-se: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029D/2026

Matéria enviada por João Lucas Santos de Oliveira

Compras e Licitações

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 066

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando o disposto no art. 75, II da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, bem como respaldado na documentação constante do processo n.º 066/2026 e na forma do art. 72, inciso VIII do supramencionado diploma legal autorizo a Dispensa de licitação para aquisição de caixas de bombons sortidos em comemoração à páscoa, conforme solicitação e termo de referência das secretarias solicitantes, autorizando a emissão de empenho no valor de R$ 59.080,00 (cinquenta e nove mil e oitenta reais), conforme proposta de preços, em favor da empresa: FERNANDO A. A. DA SILVA LTDA- CNPJ: 34.458.628/0001-57.

Iguatemi- MS, 31 de março de 2026.

Lidio Ledesma

Prefeito Municipal

Matéria enviada por EDUARDO GONÇALVES VILHALBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

03.568.318/0001-61 Exercício: 2026

DECRETO Nº 2871 , DE 31 DE março DE 2026

Transposiciona recursos do orçamento vigente de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATEMI, no uso da atribuição que lhe confere o art.62, da Lei nº 2636 de 05/06/2025 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2026.
DECRETA:

Art.1º. Ficam transposicionados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº2636, de 05 de junho de 2025) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.
Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

IGUATEMI, 31 de março de 2026

LIDIO LEDESMA

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO
02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha:	220	10.122.0007.2331.0000 3.3.90.00.00	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇ APLICAÇÕES DIRETAS	12.244,51

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 12.244,51

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO
02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha:	276	10.304.0013.2328.0000 3.3.90.00.00	TRANSFORMANDO A SAÚDE COM I APLICAÇÕES DIRETAS	-12.244,51

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

03.568.318/0001-61 Exercício: 2026

DECRETO Nº 2871 , DE 31 DE março DE 2026

TOTAL DAS ANULAÇÕES	-12.244,51

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA

CÂMARA MUNICIPAL DE JAPORÃ

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 004/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2026

Dispõe sobre o julgamento das Contas Anuais de Governo do Poder Executivo do Município de Japorã-MS, relativas ao exercício financeiro de 2020, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAPORÃ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no artigo 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, no artigo 15, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e no artigo 48, inciso I, alínea 'm', do seu Regimento Interno, faz saber que o Plenário **aprovou** e ela **promulga** o seguinte **DECRETO LEGISLATIVO:**

Art. 1º - Ficam APROVADAS as Contas Anuais de Governo do Poder Executivo do Município de Japorã, Estado de Mato Grosso do Sul, relativas ao exercício financeiro de 2020, de responsabilidade do Sr. Paulo Cesar Franjotti, então Prefeito Municipal, em conformidade com o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – PA00 – 59/2024, nos autos do TC/MS nº 2558/2021, bem como pelo Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento nº. 04/2026.

Art. 2º - Integram o presente Decreto Legislativo, para todos os fins, as recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul no bojo do referido Parecer Prévio.

Art. 3º - A Mesa Diretora adotará as providências de **comunicação do resultado ao TCE/MS** e de **encaminhamento** deste Decreto Legislativo, nos termos regimentais.

Art. 5º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Japorã/MS, 30 de março de dois mil e vinte e seis.

Gabriel José Klasmann

PRESIDENTE

Matéria enviada por SANDRA MARIA GABRIEL

CÂMARA MUNICIPAL DE JAPORÃ

DECRETO Nº. 002/2026 PONTO FACULTATIVO

DECRETO N.º 002/2026

"DECRETA PONTO FACULTATIVO O DIAQUE ESPECIFICA".

O Presidente da Câmara Municipal de JAPORÃ-MS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a autonomia administrativa e financeira do Poder Legislativo, assegurada pelo Artigo 10 da Lei Orgânica do Município, e considerando a competência para dirigir e disciplinar os trabalhos administrativos da Câmara, prevista no Artigo 34, inciso II da mesma Lei Orgânica, bem como no Artigo 23 e Artigo 29 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO que a Semana Santa é uma tradição religiosa católica que celebra a Paixão, a Morte e a Ressurreição de Jesus Cristo, iniciando-se no "Domingo de Ramos", que relembra a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém e termina com a ressurreição de Jesus, que ocorre no domingo de Páscoa;

CONSIDERANDO que a Quinta-feira Santa antecede a celebração da morte e ressurreição de Jesus. É neste dia que se comemora o "Lava-pés" e a Última Ceia de Jesus com seus apóstolos;

CONSIDERANDO que a Sexta-feira Santa é Feriado Nacional Religioso, quando se celebra a Paixão e Morte de Jesus Cristo;

CONSIDERANDO que é dever do Estado, ainda que laico, assegurar o livre exercício dos cultos religiosos e garantir a inviolabilidade à liberdade de consciência e crença, na forma do artigo 5º, VI da Constituição Federal de 1988 e, igualmente, proteger as manifestações das culturas populares e o pleno exercício de seus direitos constitucionalmente garantidos (artigo 215, §1º da CF/88);

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições da Câmara Municipal de Japorã, no dia 02 de abril de 2026 (quinta-feira), em virtude que dia 03 de abril é sexta-feira Santa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 31 DE MARÇO DE 2.026.

GABRIEL JOSÉ KLASMANN

PRESIDENTE

Matéria enviada por SANDRA MARIA GABRIEL

Administração

EDITAL Nº 007/2025/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAPORÃ

EDITAL Nº 007/2025/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAPORÃ, SELEÇÃO E CADASTRO RESERVA DE COLABORADORES DO PROGRAMA MS ALFABETIZA – TODOS PELA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA, NA FUNÇÃO DE FORMADOR MUNICIPAL

A Secretaria Municipal de Educação de Japorã, no uso de suas atribuições legais, considerando o edital nº 001 de 27 fevereiro de 2026, torna público para o conhecimento dos interessados, a Classificação Final dos candidatos aprovados em todas as fases e homologação do Processo Seletivo a divulgação dos resultados preliminares da Etapa 1 e Etapa 2 dos cadastrados na SELEÇÃO E CADASTRO RESERVA DE COLABORADORES DO PROGRAMA MS ALFABETIZA – TODOS PELA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA, NA FUNÇÃO DE FORMADOR MUNICIPAL, em Japorã.

ORDEM	NOME	PONTUAÇÃO
1.	Francielle Simões Wolf Machado	9.0
2.	Jean Carlos Teodoro	8.0

Japorã, 01 de abril de 2026.

VERIDIANA BARBOSA DA SILVA

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Matéria enviada por Erleide Pereira Coutinho

CÂMARA MUNICIPAL DE JAPORÃ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CIÊNCIA PÚBLICA

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal, no artigo 16 da Lei Orgânica do Município de Japorã-MS, e em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública,

FAZ SABER a todos os cidadãos, à sociedade civil organizada, aos órgãos representativos, aos órgãos de controle e à população em geral, o que se segue:

Art. 1º - Fica a população e todos os interessados cientes de que se encontram à disposição para consulta pública, na Secretaria desta Casa Legislativa, os processos de **Prestações de Contas anuais do Poder Executivo Municipal de Japorã-MS**, acompanhados dos respectivos Pareceres Prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), referente ao seguinte exercício financeiro:

Exercício de 2021.

Art. 2º - A referida documentação será objeto de análise, discussão e votação pelo Plenário da Câmara Municipal de Japorã-MS em sessões legislativas futuras, em cumprimento à competência de controle externo e julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo, atribuída ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º - A consulta aos processos poderá ser realizada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, que são partes legítimas para questionar a regularidade das contas, nos termos da lei.

§ 1º - O acesso aos documentos será franqueado na sede da Câmara Municipal de Japorã-MS, localizada na Avenida Deputado Fernando Saldanha, s/n, Centro, Japorã/MS, durante o horário de expediente da Secretaria.

§ 2º - Este edital cumpre a exigência de dar ampla publicidade e transparência ao processo de julgamento das contas, garantindo o exercício do controle social.

Art. 4º - Publique-se o presente Edital no átrio da Câmara Municipal e nos demais meios de comunicação oficiais para que chegue ao conhecimento de todos os interessados.

Japorã-MS, 31 de março de 2026.

_____

Gabriel José Klasmann

PRESIDENTE

Matéria enviada por SANDRA MARIA GABRIEL

Prefeitura de Japorã

004-2026 SMS

PORTARIA SMS/JAP - Nº 004/2026

"DISPÕE SOBRE DEFINIR HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE E PLANTÕES DURANTE O MÊS DE ABRIL DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Japorã, Estado de Mato Grosso do Sul, **IVONI MACIEL GÓES**, no uso de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO a necessidade de manter o funcionamento das Unidades de Saúde e atendimento hospitalar; ,

RESOLVE:

Art. 1° Ficam instituídos os seguintes horários de expediente das unidades de Saúde de Japorã em Atenção Básica, bem como o Regime de Plantão em unidade hospitalar para atendimento de urgência e emergência básica no mês de **ABRIL/2026**: Considerando o Decreto 1.651 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022 - **ESF TAGROS- ESF JACAREÍ – ESF JAPORÃ - Unidade Básica de Saúde De Japorã** - Unidades Básica e Saúde da Família - Segundas-feiras a Sextas-

Feiras das 07:00 hs às 11:00hs e das 12:30hs ás 16:30hs,

Art. 2° *Fica definido o seguinte calendário para os plantões das unidades hospitalares credenciadas para atendimento suplementar de urgência e emergência básica no mês* ***de ABRIL/2026****, nos horários que não haja expediente nas Unidades Básicas de Saúde do Município****:***

PLANTÃO DE 12 HORAS, SEGUNDA-FEIRA A SEXTA -FEIRA	
HOSPITAL BEZERRA DE MENEZES – Mundo Novo – *Atendimento ao núcleo urbano de Japorã; Assentamento Indianópolis e zona rural adjacente,*	***Dias :*** 01, 06,07,08,09,10 13,14,15,16,17 22,23,24 27,28,29,30. .
HOSPITAL SÃO JUDAS TADEU – Iguatemi – Atendimento à Aldeia Porto Lindo, Distrito de Jacareí e Assentamento Tagros; *e zona rural adjacente.*	***Dias:*** 01, 06,07,08,09,10 13,14,15,16.17 22,23,24 27,28,29,30. .

PLANTÃO DE 24 HORAS – SABADO E DOMINGO – 6h ÀS 6h do dia seguinte	
HOSPITAL BEZERRA DE MENEZES – Mundo Novo – *Atendimento ao núcleo urbano de Japorã; Assentamento Indianópolis e zona rural adjacente,*	**Dias:** 04,05,11,12,18,19,25,26
HOSPITAL SÃO JUDAS TADEU – Iguatemi – *Atendimento à Aldeia Porto Lindo, Distrito de Jacareí e Assentamento Tagros;*	**Dias:** 04,05,11,12,18,19,25,26

PLANTÃO DE 24 HORAS, FERIADOS/PONTO FACULTATIVO – 6h ÀS 6h do dia seguinte	
HOSPITAL BEZERRA DE MENEZES – Mundo Novo – Atendimento ao núcleo urbano de Japorã; Assentamento Indianópolis e zona rural adjacente,	***Dias: 02,03,20,21,30***
HOSPITAL SÃO JUDAS TADEU – Iguatemi – Atendimento à Aldeia Porto Lindo, Distrito de Jacareí e Assentamento Tagros;	***Dias: 02, 03,20,21,30***

Parágrafo Único *- Em casos que se fizerem necessários o transporte sanitário para atendimentos ambulatoriais e urgências e emergências poderá ser solicitado na Secretaria Municipal de Saúde pelo usuário.*

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Japorã-MS, 01 de Abril de 2026.

IVONI MACIEL GÓES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Matéria enviada por Roseli Pini

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUARI

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO DE N°. 018/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N° 564/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 075/2025

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE JARAGUARI-MS, por meio do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaraguari, sediado na rua Gonçalves Luiz Martins, nº 420, Centro, CEP: 79.440-007, Jaraguari-MS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, critério de julgamento menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto n° 1.213/23, Portaria Municipal nº 1038/2026, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de educação ambiental para cumprimento do plano de trabalho do convênio nº 919747/2021 celebrado entre Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e prefeitura municipal de Jaraguari/MS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

INÍCIO DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: 01/04/2026 às 09:00h

TÉRMINO DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: 16/04/2026 às 09h00min

ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS: 16/04/2026 às 09h00min

INÍCIO DO PREGÃO (Lances): 16/04/2026 às 09h15min

ENDEREÇO DA ABERTURA DA SESSÃO: Acesso ao Edital e demais documentos: **Portal BLL** https://bll.org.br/editais; pelo Portal da Transparência (link http://pmjaraguari.rcmsuporte.com.br:8079/transparencia/) e no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Jaraguari/MS, 31 de março de 2026.

Cláudio Ferreira da Silva

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Barbara Karla Reis Martins

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

O MUNICIPIO DE JARAGUARI, por meio do Setor de Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar: **AQUISIÇÃO DE CAMISETAS (UNIFORME) A SEREM DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS DO PROERD (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.** O termo de referência e demais documentos inerentes à contratação poderão ser obtidos no setor de licitação na prefeitura municipal de Jaraguari ou através do site da prefeitura[1] – portal da transparência[2] – editais de licitação (consultar o processo adm. licit. nº 19/2026 e dispensa eletrônica 09/2026) ou pelo site Bolsa de Licitações e Leilões-**https://bllcompras.com/** .As propostas podem ser anexadas ao Portal Bolsa de Licitações e Leilões-**https://bllcompras.com/**, até **as 09 h do dia 08/04/2026 (**horário referência de Brasília**).** O valor estimado para a contratação é de **R$ 6.566,40 (seis mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).**

Jaraguari-MS, 31 de março de 2026.

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

---

[1] https://jaraguari.ms.gov.br/

[2] http://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.jaraguari.ms/servlet/portal

Matéria enviada por Barbara Karla Reis Martins

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 1616, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO DIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Jaraguari - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo IV da lei Orgânica Municipal, e.

Considerando, que a Quinta-Feira Santa, dia 02 de abril de 2026, é de homenagem ao Sacramento da Eucaristia.

Considerando, a Sexta-Feira Santa, que no catolicismo antecede a Páscoa será no dia 03 de abril de 2026, instituída como feriado nacional.

Considerando ainda, que o ponto facultativo no dia 02 de abril de 2026, quinta-feira não causará nenhum prejuízo aos negócios do Município de Jaraguari.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo nas repartições da Administração Pública Municipal, direta e indireta, na quinta-feira, dia 02 de abril de 2026.

Art. 2º. Estão excluídos das disposições do artigo anterior todos os órgãos e repartições públicas municipais da administração direta e indireta que pela natureza dos serviços não permitem paralisação como:

I - Atendimento de urgência e emergência nos postos de saúde pública municipal;

II - Serviço emergencial de qualquer natureza, de suas respectivas secretaria municipal.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Jaraguari, Mato Grosso do Sul, 31 de março de 2025.

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE
CUMPRA-SE.

Matéria enviada por Carlos Eduardo

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 326/2026
Dispensa de Licitação nº 020/2026
Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de manutenção corretiva em equipamentos médico-odontológicos das Unidades de Saúde do Município de Jaraguari/MS.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jaraguari/MS, CNPJ: 12.021.434/0001-57
Contratada: BRIATO COMÉRCIO MED. HOSP. E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 03.321.370/0001-19
Valor Global: R$ 9.350,00 (nove mil trezentos e cinquenta reais)
Data da Contratação: 30 de março de 2026

Forma de Contratação: Nota de Empenho nº 161/2026, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Jaraguari/MS, 30 de março de 2026.

Silvia Maria de Pauli Ferreira
Secretária Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO DE Nº. 61/2026

Processo Administrativo eletrônico de n°. 184/2026, Processo Administrativo Licitatório de n°. 007/2026, Concorrência Eletrônica Nº 001/2026. Contratante: O Município de Jaraguari-MS, CNPJ sob nº. 03.501.533/0001-45. Contratada: **G5 CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ nº 06.295.097/0001-93. O valor total da contratação é de R$ 2.494.850,28 (dois milhões e quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos). OBJETO: Contratação de serviços de engenharia para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no Município de Jaraguari-MS, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, de 31/03/2026 a 31/03/2028. Assinam: **CLAUDIO FERREIRA DA SILVA** - Prefeito Municipal – P/ Contratante, **G5 CONSTRUÇÕES LTDA** P/ Contratada. JARAGUARI/MS, 25 de março 2026.

Matéria enviada por PRICILA MARTINS ALVES ROSA

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 1051, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL N.º 1.533, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2025.

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Jaraguari, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o Decreto n.º 1.533, de 8 de dezembro de 2025, especialmente Art. 8º, Seção IV, Capítulo III, e.

Considerando, os termos do Memorando nº 676/2026 da Secretaria Municipal de Governo.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão de Consolidação do Plano de Contratações Anual (PCA):

I - HANDERLAN DAVI RIBAS DE OLIVEIRA, Matrícula: 767-2, Cargo: Assistente Administrativo - Presidente;

II - RICARDO MARQUES DOS SANTOS, Matrícula: 1183-3, Cargo: Diretor de Divisão de administração - Membro;

III - GUSTAVO WILLIAN NAVIER DOS SANTOS ORTIZ, Matrícula: 1446-1, Cargo: Assistente Administrativo - Membro;

IV - DIOGO ALLÉSSIO DE FARIA CAMPOS CORRÊA, Matricula: 1255, Cargo: Procurador Jurídico Municipal. - Membro;

V - BARBARA CARLA REIS MARTINS Matricula: 11258-2, Cargo: Agente de Contratação/Pregoeiro - Membro;

VI - ROSIMAR DIAS ROSA, Matricula: 1336, Cargo: Técnico de Contabilidade (Sefaz) - Membro;

VII - BRUNO COSTA DE OLIVEIRA Matricula: 1206-3, Cargo: Engenheiro ambiental (Sema) - Membro;

VIII - VITÓRIA LOPES DIAS, Matricula: 11517, Cargo: Coordenador de Projetos (Sema)

IX - LINDINALVA DE SOUZA, Matricula: 11515, Cargo: Diretora de Cultura (Sectur) - Membro;

XI - RENATA GABRIELE TADEU DO ESPIRITO SANTO Matricula: 1127, Cargo: Diretora Geral (Sectur) - Membro;

XII - CARLOS EDUARDO SANTOS DA CUNHA matricula: 11590-2, Cargo: Diretor de Divisão (Gabinete do Prefeito) - Membro;

XIII - VIVIANY CRISTINA PEREIRA GONÇALVES, Matrícula: 11083, Cargo: Assessor Chefe (Siosp) - Membro;

XIV - FABIANO FERREIRA DA SILVA, Matrícula: 11560, Cargo: Diretor Geral (Siosp) - Membro;

XV - JULIANA VONIJONE COSTAMILAN, Matrícula: 1019, Cargo: Assistente administrativo (Semed) - Membro;

XVI - RODINEIA MORAES DA SILVA Matricula: 22, Cargo: Contadora (SAAE) - Membro;

XVII - BIANCA DOS ANJOS NOGUEIRA, Matricula: 30, Cargo: Diretora de Controle Interno (SAAE) - Membro;

XVIII - AMANDA DE OLIVEIRA LIMA, Matricula: 11512-2 , Cargo: Diretor de Divisão (SESAU) - Membro;

XIX - CLAUDINEIA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS Matricula: 11459-1, Cargo Assessor Especial I (Sesau) - Membro;

XX - GLAUCE URBIETA DE JESUS RODRIGUES Matricula: 743, Cargo: Assistente Social (SEMASHP) - Membro;

XXI - SANDRA HELENA PINTO ZEFERINO DIEHL, Matricula: 1447, Cargo: Diretor de Departamento (SEMASHP) – Membro.

Parágrafo único. A Comissão terá as seguintes atribuições, conforme Art. 8º do Decreto n.º 1.533/2025:

I - Consolidar as demandas encaminhadas pelos requisitantes ou áreas técnicas, de cada ano, conforme os prazos estipulados no Decreto de regulamentação do Plano de Contratações Anual;

II - Agregar documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza para racionalização e economia de escala;

III - Adequar e consolidar o PCA, observado o disposto no art. 3º do Decreto de regulamentação do Plano de Contratações Anual;

IV - Elaborar o calendário de contratações por prioridade, data e disponibilidade orçamentária;

V - Solicitar esclarecimentos e ajustes necessários;

VI - Encaminhar o PCA consolidado à autoridade competente, nos prazos estipulados no Decreto de regulamentação do Plano de Contratações Anual.

Art. 2º Os requisitantes responsáveis pela elaboração dos Documentos de Formalização de Demandas para o Plano de Contratações Anual, colaboraram em sua integralidade com a Comissão de Consolidação do PCA, respondendo prontamente suas solicitações.

Art. 3º A Comissão será coordenada pelo Presidente, que designará suplentes se necessário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguari, Mato Grosso do Sul, 31 de março de 2026.

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Carlos Eduardo

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUARI

PORTARIA Nº 022/2026

FÉRIAS REGULAMENTARES MATHEUS DA SILVA SANTANA

PORTARIA Nº 022/2026, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"CONCEDE O GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES E O PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO O SERVIDOR MATHEUS DA SILVA SANTANA, OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO, **SÍMBOLO DAS-102**".

SILVIA LETICIA FERREIRA GREGÓRIO, DIRETORA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUARI/MS, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, de acordo com a Lei Complementar nº 977, de 16 de setembro de 2022 do RI/SAAE/JAR.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 20 (vinte) dias de férias regulamentares e 10 (dez) dias de abono pecuniário ao servidor público municipal, Senhor **MATHEUS DA SILVA SANTANA**, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão, Símbolo DAS-102, da Estrutura Administrativa dessa Autarquia, sendo o gozo das férias a contar a partir do dia 01 de abril de 2026 ao dia 21 de abril de 2026 e o abono pecuniário a contar do dia 22 de abril ao dia 01 de maio de 2026.

Art. 2° O período aquisitivo das férias concedidas no artigo anterior é de 10 de março de 2025 a 10 de março de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na presente data, e seus efeitos contam a partir de 01 de abril de 2026.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

DA DIRETORIA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOSTO – SAAE DE JARAGUARI/MS, aos 31 de março de 2026.

SILVIA LETÍCIA FERREIRA GREGÓRIO

Diretora

Matéria enviada por RODINEIA MORAES DA SILVA

Prefeitura Municipal de Jaraguari - MS

RUA GONCALVES LUIZ MARTINS, N.° 420

03501533/0001-45 Exercício: 2026

DECRETO Nº 161826 , DE 31 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1081

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$28.442,05 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)			**28.442,05**
02 04 02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**		
Ficha 1121	10.122.1007.2312	JARAGUARI, VIDA SAUDÁVEL E HUMANIZADA	28.442,05
	3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSIC	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**		
Ficha 292	10.301.1007.2313	JARAGUARI, VIDA SAUDÁVEL E HUMANIZADA	-28.442,05
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍ	
Anulação (-)			**-28.442,05**

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JARAGUARI, 31 de MARÇO de 2026

CLAUDIO FERREIRA DA SILVA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

Autorizo a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo 74, inciso III, alíneas "a, b, c e f" e parágrafo 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme solicitação, justificativas e parecer jurídico, constante no processo supramencionado, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria, capacitação, planejamento em saúde, suporte ao Conselho Municipal de Saúde e apoio ao faturamento, com atuação voltada ao fortalecimento da gestão do sistema único de saúde – SUS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jardim/MS.

AUTORIZO a Inexigibilidade de Licitação em cumprimento às determinações contidas no Art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/21.

Segue abaixo dados do fornecedor exclusivo, especificação detalhada da contratação:

CENTRO DE ATIVIDADES DE SAÚDE E APOIO A EDUCAÇÃO MS LTDA

CNPJ nº 31.449.169/0001-57

Rua João Akamine, nº 657 – Bairro Santa Fé. Campo Grande - MS, CEP: 79.021-240

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria, capacitação, planejamento em saúde, suporte ao Conselho Municipal de Saúde e apoio ao faturamento, com atuação voltada ao fortalecimento da gestão do sistema único de saúde – SUS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jardim/MS.	**R$ 10.000,00**	**R$120.000,00**
Valor Total		**R$ 120.000,00**	

Valor Total: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Prazo: 12 (doze) meses.

Jardim, 31 de março de 2026.

Juliano da Cunha Miranda -Prefeito Municipal

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 031/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO POR ITEM

COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E EQUIPARADAS - ÂMBITO LOCAL E REGIONAL

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual para aquisição de gêneros alimentícios para as diversas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde no município de Jardim-MS.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 atualizada pela 147/2014, Decreto Municipal nº 016/2025, de 30 de janeiro de 2025, Decreto Municipal n° 022, de 30 de janeiro de 2025, Decreto Municipal nº 017, de 20 de janeiro de 2025 e Decreto Municipal nº 090, de 15 de maio de 2025.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 20 de abril de 2026 às 09h (Horário Oficial de Brasília).

INÍCIO DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 06 de abril de 2026 às 10h (Horário Oficial de Brasília).

TÉRMINO DE CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 20 de abril de 2026 às 08h30min (Horário Oficial de Brasília).

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL (www.bll.org.br).

EDITAL NA ÍNTEGRA: O edital encontra-se disponível para retirada na internet, no site: http://www.jardim.ms.gov.br/licitacao/, na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL (www.bll.org.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

CÓDIGO DE REGISTRO DA INFORMAÇÃO e-SFINGE: "4E31533EE537362C908A0E316C96D20A4C2E5BC7".

DUVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Na sede da Prefeitura Municipal de Jardim, Rua Cel. Juvêncio, 547, Centro, Jardim/MS, telefone: (67) 3209-2500 ou pelo e-mail: licitacao@jardim.ms.gov.br.

Jardim-MS, 30 de março de 2026.

Fernando Valério Ramos -Secretário Municipal de Governo e Gestão Estratégica

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITENS DO REGISTRO DE PREÇOS DA ATA Nº 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 061/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N°: 015/2025

PARTES: Município de Jardim/MS através do Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação e a Empresa **Nantes Fabricação De Gelo Mineral Ltda.**

OBJETO: Fica CANCELADO o registro da empresa, NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.926.493/0001-05 na Ata de Registro de Preços nº 09/2025, em razão de caso fortuito ou força maior. O cancelamento abrange todos os itens registrados em favor da referida empresa, constantes da Ata Registro de Preços nº 009/2025, os quais ficam automaticamente desvinculados do fornecedor ora excluído, quais sejam:

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: ***.162. ***-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
7	APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL (CARTELA C/ 02 UNID)	UN	**10**	Bic	R$ 2,50	R$ 25,00
8	AVENTAL PARA SERVIÇOS GERAIS (EMBORRACHADO)	UN	**10**	Jandapanos	R$ 22,00	R$ 220,00
9	BALDE PLÁSTICO C/ ALÇA - 10 LITROS	UN	**2**	Plastico Pratic	R$ 6,00	R$ 12,00
10	BALDE PLÁSTICO C/ ALÇA - 15 LITROS	UN	**2**	Plastico Pratic	R$ 6,00	R$ 12,00
14	BOTA DE BORRACHA EM PVC - CANO CURTO - TAMANHO 35/36/37/38/39/40	PAR	**7**	Garra	R$ 35,00	R$ 245,00
17	CAIXA PLASTICA VAZADA - CAPACIDADE 46 LITROS	UN	**8**	Embrast	R$ 32,90	R$ 263,20
18	CERA LIQUIDA INCOLOR - 850 ML	UN	**50**	Girando Sol	R$ 3,00	R$ 150,00
19	CESTO DE LIXO C/ TAMPA (PLÁSTICO) - 100 LITROS (LIXEIRA)	UN	**2**	Plastico Pratic	R$ 49,99	R$ 99,98
22	CLARIFICANTE LÍQUIDO P/ PISCINAS (FRASCO C/ 01 LITRO)	FRASCO	**5**	Hidroazul	R$ 23,90	R$ 119,50
26	COPO DESCARTAVEL BRANCO - 180 ML (PACOTE C/ 100 UNIDADES)	PCT	**100**	Kerocopo	R$ 6,91	R$ 691,00
34	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA AUTO CORTE - BRANCO -MEDIDAS EXTERNAS: 27X19X33 (COMP. X LARG. X ALT.)	UN	**8**	Central Embalagens	R$ 59,89	R$ 479,12
39	ESPONJA DUPLA FACE MULTI-USO (UN)	UN	**120**	Brilhus	R$ 0,84	R$ 100,80
41	FILTRO DE PAPEL - MÉDIO Nº 103	PCT	**46**	Mellita	R$ 4,45	R$ 204,70
50	LUVA DE PROCEDIMENTO EM LATEX TAMANHO: P, M, G - CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	**4**	Talge	R$ 95,96	R$ 383,84
51	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELÁSTICO - COR BRANCA - CX 50 UNIDADES	CX	**25**	Talge	R$ 44,44	R$ 1.111,00
56	PANO DE PRATO - 45 X 65 CM (TECIDO ALGODÃO)	UN	**16**	Teka	R$ 5,49	R$ 87,84
59	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA - 30 M X 10 CM (PACOTE COM 4 ROLOS)	PCT	**260**	Personal	R$ 4,98	R$ 1.249,80
61	PAPEL TOALHA PARA SECAR AS MÃOS - EM BOBINA - 20CMX200M - BRANCA - PACOTE C/ 6 ROLOS	PCT	**74**	Mili	R$ 124,99	R$ 9.249,26
63	PRATO DE ALUMÍNIO (MARMITEX) Nº 08 C/ TAMPA EM CARTÃO PLASTIFICADO - FECHAMENTO MANUAL - CAIXA C/ 100 UNIDADES	UM	**20**	Central Embalagens	R$ 57,89	R$ 1.157,80
65	PRATO DESCARTÁVEL P/ BOLO (PACOTE C/ 10 UNIDADES)	PCT	**95**	Central Embalagens	R$ 2,44	R$ 231,80
68	RODO DE ALUMÍNIO - 40 CM	UN	**7**	Adriano Vassouras	R$ 23,49	R$ 164,43
69	RODO DE PLÁTICO COM CABO MADEIRA - 40 CM	UN	**16**	Adriano Vassouras	R$ 8,49	R$ 135,84
70	RODO DE PLÁTICO COM CABO MADEIRA - 60 CM	UN	**5**	Adriano Vassouras	R$ 13,99	R$69,95
77	SACO PLÁSTICO P/ LIXO - 15 LITROS - PCT	PCT	**31**	Central Embalagens	R$ 4,59	R$ 142,29
82	SACO PLASTICO PE 50X80 - PCT 1 KG	PCT	**3**	Central Embalagens	R$ 25,94	R$ 77,82
85	SHAMPOO P/ CABELO - ADULTO (FRASCO C/ 500 ML)	UN	**10**	Palmolive	R$ 11,99	R$ 119,90
VALOR TOTAL						**R$ 16.848,87**

DA PRESERVAÇÃO DOS DEMAIS REGISTROS: O presente cancelamento não afeta a validade, eficácia ou execução da Ata de Registro de Preços nº 009/2025 quanto aos demais fornecedores regularmente registrados, permanecendo inalterados os registros referentes aos itens por eles adjudicados, em plena vigência.

DAS CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: O cancelamento do registro:
I – exime a Administração da obrigação de contratar os itens anteriormente registrados em favor da empresa cancelada;

II – não prejudica a apuração de eventuais responsabilidades administrativas, civis ou contratutuais da empresa, a ser realizada em procedimento próprio, com observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O cancelamento do registro fundamenta-se no pedido do fornecedor, devidamente justificado, em razão de caso fortuito ou força maior, nos termos do item 8.4.2 da Ata de Registro de Preços nº009/2025, bem como no disposto no art. 19, inciso II, do Decreto Municipal nº 22, de 30 de janeiro de 2025.

DATA: 06 de março de 2026.

ASSINA: Pelo Contratante: Sr. Mauro Martins Alvarenga - Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITENS DO REGISTRO DE PREÇOS DA ATA Nº 010/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 054/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N°: 013/2025

PARTES: Município de Jardim/MS através do Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação e a Empresa **Nantes Fabricação De Gelo Mineral Ltda.**

OBJETO: Fica CANCELADO o registro da empresa, NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.926.493/0001-05 na Ata de Registro de Preços nº 010/2025, em razão de caso fortuito ou força maior. O cancelamento abrange todos os itens registrados em favor da referida empresa, constantes da Ata Registro de Preços nº 010/2025, os quais ficam automaticamente desvinculados do fornecedor ora excluído, quais sejam:

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: 902.162.701-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
1	ABACAXI PÉROLA, de 1ª primeira qualidade, maduro, tamanho médio e uniforme, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie, grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, c/ausência de sujidades, parasitas e larvas aderentes à superfície externa, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou corpos estranhos e intactas. O transporte e a conservação deverão estar em condições adequadas p/ o consumo.	kg	4866	ceasa	11,00	R$ 53.526,00
4	AÇÚCAR CRISTAL PCT 2 KG, acondicionado em embalagem plástica resistente original de fábrica, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	pct	446	docessucar	8,60	R$ 3.835,60
6	Alho á granel - kg	kg	514	ceasa	45,00	R$ 23.130,00
7	Amido de milho, em pó, isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade e de fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de papelão original de fábrica de 500g, com identificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	caixa	80	donana	8,02	R$ 641,60
9	Aveia em flocos finos - Aveia Beneficiada Classe: Branca, Apresentação: Em Flocos Finos. Rendimento mínimo 250%, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico contendo 200g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Produto industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com vigência de 12 meses.	pct	150	nestle	7,50	R$1.125,00
10	Aveia, farinha - 200G - Especificações: Aveia Beneficiada Classe: Branca, Apresentação: Farinha. Rendimento mínimo 250%, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico contendo 200g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Produto industrializado no máximo 30 dias antes da data de entrega com vigência de 12 meses	pct	500	nestle	8,20	R$4.100,00
13	Batata inglesa, de 1ª primeira qualidade, especial, lavada, tamanho médio e uniforme, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, tenra, cor e Sabor próprios da variedade e espécie, grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, c/ausência de sujidades, parasitas e larvas aderentes à superfície externa, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou corpos estranhos e intactas. O transporte e a conservação deverão estar em condições adequadas p/ o consumo.	kg	3037	ceasa	8,75	R$26.573,75
16	Biscoito polvilho - biscoito com sal - tipo polvilho, sem glúten e que não contenha leite ou derivados a rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e, ou marca, ingredientes, data de fabricação e de validade, lote e informações nutricionais. Embalagem: de polietileno atóxico, dupla embalagem, transparente, resistente, lacrado, com peso líquido de 100 g. prazo de validade: mínimo de 03 meses a partir da data de entrega	pct	500	cassini	5,90	R$2.950,00
17	BISCOITO DOCE - MAIZENA, de 1ª primeira qualidade, vitaminado, inteiros e firmes, não devem apresentar cor esverdeada c/ pontos brancos e cinza (mofo) ou perfurações de carunchos e outros insetos, acondicionado em embalagem original de fábrica, pacote c/ 400g, confeccionado em papel ou polipropileno, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	pct	800	dallas	5,70	R$4.560,00
20	Carne bovina, acém, sem osso, sem gordura, APRESENTAÇÃO EM CUBOS - Especificações: Tipo Corte: Acém. Estado De Conservação: Congelado(A). Apresentação: APRESENTAÇÃO EM CUBOS. Proveniente de animais, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: vestígios de descongelamento, isento de gordura aparente e adicionadas, cartilagem e aponeurose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, a vácuo, peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega	kg	1.300	jbs	33,00	R$42.900,000

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: 902.162.701-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
23	Carne bovina, coxão duro, sem osso, sem gordura, apresentação EM CUBOS - Especificações: Tipo Corte: Coxão Duro. Estado De Conservação: Congelado(A). Apresentação: EM CUBOS - Conforme solicitação da nutricionista. Proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponeurose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido em kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem, média de 5% de gordura por quilo de carne. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	kg	1.800	jbs	38,00	R$68.400,00
24	Carne bovina, coxão duro, sem osso, sem gordura, MOÍDA - Especificações: Tipo Corte: Coxão Duro. Estado De Conservação: Congelado(A). Apresentação: MOÍDA - Conforme solicitação da nutricionista. Proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponeurose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, vestígios de descongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, à vácuo, peso líquido em kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem, média de 5% de gordura por quilo de carne. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega	kg	1.800	jbs	39,75	R$71.550,00
27	Carne bovina, lagarto, sem osso, sem gordura, PEÇA INTEIRA - Especificações: Tipo Corte: lagarto. Estado De Conservação: Congelado(A). Apresentação: PEÇA INTEIRA. Proveniente de animais, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: vestígios de descongelamento, isento de gordura aparente e adicionadas, cartilagem e aponeurose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, a vácuo, peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	kg	1.800	jbs	39,02	R$70.236,00
28	Carne bovina, músculo, sem osso, sem gordura, moída - Especificações: Tipo Corte: músculo. Estado De Conservação: Congelado(A). Apresentação: APRESENTAÇÃO MOÍDA. Proveniente de animais, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: vestígios de descongelamento, isento de gordura aparente e adicionadas, cartilagem e aponeurose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, a vácuo, peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	kg	653	jbs	33,75	R$22.038,75
29	Carne bovina, paleta, sem osso, sem gordura, apresentação em cubos - Especificações: Tipo Corte: paleta. Estado De Conservação: Congelado(A). Apresentação: APRESENTAÇÃO EM CUBOS. Proveniente de animais, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: vestígios de descongelamento, isento de gordura aparente e adicionadas, cartilagem e aponeurose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, a vácuo, peso líquido de 1kg, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	kg	547,50	jbs	33,84	R$18.527,40
32	CEBOLA NACIONAL, de 1ª primeira qualidade, tamanho médio e uniforme, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie, grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, c/ausência de sujidades, parasitas e larvas aderentes à superfície externa, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou corpos estranhos e intactas. O transporte e a conservação deverão estar em condições adequadas p/ o consumo.	kg	1709	ceasa	6,70	R$11.450,30
34	CHEIRO VERDE, salsinha e cebolinha, lavadas em maço composto com as duas hortaliças, frescas, sem folhas amareladas e secas, sem manchas escuras sem corpos estranhos aderidos às folhas.	Maço	1835	ceasa	6,50	R$11.927,50
39	FARINHA DE FUBÁ DE MILHO, de 1ª primeira qualidade, amarelo, deve estar seco e bem solto no pacote, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada e caruncho, acondicionado em embalagem original de fábrica, pacote c/ 01 kg, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto devera ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	kg	591	donana	6,21	R$3.670,11
40	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, de 1 ª qualidade, seca, beneficiada, aspecto granuloso fino, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionada em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel, pacote c/ 01 kg, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	pct	643	donana	7,88	R$5.066,84
41	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, de 1 ª qualidade, seca, beneficiada, aspecto granuloso fino, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionada em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel, pacote c/ 01 kg, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	kg	500	dallas	5,50	R$2.750,00

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: 902.162.701-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
43	Feijão preto novo, grupo I, feião comum, classe preto, tipo I, não deve conter perfurações (carunchos e outros insetos), não devem estar esbranquiçados (mofo), muchos, sem brilho ou brotando, não devem apresentar cheiro estranho (inseticida), quando o pacote for aberto, acondicionado em embalagem original de fábrica de 01 kg, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	pct	2082	yamanari	9,30	R$19.362,60
47	LARANJA PÊRA, de 1ª primeira qualidade, frutos frescos e maduros, tamanho médio, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie, grau máximo de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, c/ ausência de sujidades, parasitas e larvas aderentes à superfície externa, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou corpos estranhos e intactos. O transporte e a conservação deverão estar em condições adequadas p/ o consumo	kg	5192	ceasa	5,50	R$28.556,00
50	Leite em pó de soja, embalagem adequada ao produto, proteína isolada da soja, isento de sacarose e lactose, com vitaminas e minerais. Na embalagem deverá ter identificação do fabricante, importador ou distribuidor; características do produto; qualidade; quantidade; informações nutricionais; data de fabricação; prazo de validade e peso liquido. Lata de 300 g.	lata	50	italac	28,22	R$1.411,00
51	LEITE EM PÓ SEM LACTOSE DE 400G - Proteína de Soja de marca solae (proteína de soja, óleo de palma, xarope de milho, açúcar, sal; minerais=fosfato de cálcio, citrato de potássio, fosfato de potássio, fosfato de magnésio, óxido de zinco, difosfato férrico (pirofosfato férrico), iodeto de potássio, Vitaminas: C, pantonetato de cálcio, B2, A, Niacinamida, B6, mononitrato de tiamina, B9, D3, B12. Emulsificantes: Lecitina, aromas artificiais, corante natural, betacaroteno,contém sulfitos), açúcar refinado, maltodextrina, Aromatizante: arome idêntico ao natural de baunilha.	lata	102	italac	37,05	R$3.779,10
57	MACARRÃO - ESPAGUETE, de 1ª primeira qualidade, massa c/ ovos, devem estar inteiros e firmes, não devem apresentar cor esverdeada c/ pontos brancos e cinza (mofo) ou c/ perfurações (carunchos e outros insetos), acondicionado em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel resistente, pacote c/ 01 Kg, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	pct	4908	dallas	6,75	R$33.129,00
58	Macarrão, trigo, sem ovos, letrinhas, 500g, especificações: macarrão teor de umidade: massa seca, base da massa: de farinha de trigo, apresentação: letrinhas. sem ovos, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	pct	58	dallas	5,92	R$343,36
59	MAMÃO FORMOSA, de 1ª primeira qualidade, tamanho médio e uniforme, fruto com 80 à 90% do grau de maturação, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie, grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, c/ausência de sujidades, parasitas e larvas aderentes à superfície externa, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou corpos estranhos e intactas. O transporte e a conservação deverão estar em condições adequadas p/ o consumo.	kg	725	ceasa	13,00	R$9.425,00
65	MILHO VERDE (em conserva), de 1ª primeira qualidade, reidratado, tipo 1, acondicionado em embalagem original de fábrica, lata c/ 200g, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. (A embalagem não deve estar amassada, enferrujada e estufada, não deve conter perfurações, principalmente nas costuras, não deve soltar ar c/ cheiro de azedo ou podre quando aberta, não deve apresentar manchas escuras ou ferrugem na parte interna)	lata	749	fugini	5,44	R$ 4.074,56
70	PÃO MANDI - fresco, em bisnaga, pesando no mínimo 50g depois de assado, fabricado c/ matéria prima de 1ª primeira qualidade, elaborado c/ farinha de trigo especial, isento de impurezas e corpos estranhos, ser produzido no dia do consumo, não deve apresentar casca tostada em excesso. O transporte e a conservação deverão estar em condições adequadas p/ o consumo.	kg	4.000	mercado peres	19,00	76.000,00
71	Pão, trigo, HOT DOG, no mínimo 60g, pão base: de farinha de trigo refinada, tipo adicional: bisnaga, cachorro quente, tipo: semi-doce. peso de no mínimo 60g cada unidade, preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isentas de matéria terrosa e parasitas e em perfeito estado de conservação. será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasita, sujidades, larvas e material estranho. Acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico devidamente lacradas, a fim de minimizar possíveis fontes de contaminação. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de embalagem, peso líquido. Validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega	und	59550	mercado peres	1,17	R$69.673,50
75	PONCAN - Fruta Tipo: Tangerina Poncan, Apresentação: Natural. Especificações: Fruto arredondado, casca lisa, integra cor, odor, sabor próprios. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, insetos, parasitas e larvas.	kg	612	ceasa	12,00	R$ 7.344,00
76	Proteína de soja texturizada - obtida da farinha desengordurada de soja, enriquecida com vitaminas, mínimo: calorias 250,00 kcal em 100,00g, proteína 50,00g em 100,00g, carboidratos 30,00g em 100,00g, umidade em g/100,00g máxima 6,00 por cento, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, embalada em saco plástico reforçado. O produto deverá apresentar validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega. Pacote de 500 g.	pct	40	natural life	12,79	511,60
78	REPOLHO VERDE, de 1ª primeira qualidade, tamanho grande e uniforme, cabeça fechada, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie, grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação, c/ausência de sujidades, parasitas e larvas aderentes à superfície externa, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou corpos estranhos e intactas. O transporte e a conservação deverão estar em condições adequadas p/ o consumo.	kg	2146,50	ceasa	5,92	R$12.707,28

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: 902.162.701-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
80	TOMATE SALADA, de 1ª primeira qualidade, tamanho médio a grande, tenros, perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie, grau de evolução e tamanho tal que lhe permita suportar a manipulação c/ maturação de aproximadamente 60%, c/ ausência de sujidades, parasitas e larvas aderentes à superfície externa, sem ferimentos ou defeitos, livre de terra ou corpos estranhos e intactas. O transporte e a conservação deverão estar em condições adequadas p/ o consumo.	kg	4391	ceasa	13,50	R$59.278,50
81	VINAGRE DE MAÇÃ, composição básica: fermentado acético de vinho de maçã. Acondicionado em embalagem de polipropileno original de fábrica de mínimo 750 ml, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante e prazo de validade estampados na embalagem, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	frasco	424	castelo	6,77	R$2.870,48
VALOR TOTAL						**R$ 777.424,83**

DA PRESERVAÇÃO DOS DEMAIS REGISTROS: O presente cancelamento não afeta a validade, eficácia ou execução da Ata de Registro de Preços nº 010/2025 quanto aos demais fornecedores regularmente registrados, permanecendo inalterados os registros referentes aos itens por eles adjudicados, em plena vigência.

DAS CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: O cancelamento do registro:
I – exime a Administração da obrigação de contratar os itens anteriormente registrados em favor da empresa cancelada;

II – não prejudica a apuração de eventuais responsabilidades administrativas, civis ou contratutuais da empresa, a ser realizada em procedimento próprio, com observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O cancelamento do registro fundamenta-se no pedido do fornecedor, devidamente justificado, em razão de caso fortuito ou força maior, nos termos do item 8.4.2 da Ata de Registro de Preços nº0010/2025, bem como no disposto no art. 19, inciso II, do Decreto Municipal nº 22, de 30 de janeiro de 2025.

DATA: 06 de março de 2026.

ASSINA: Pelo Contratante: Sra.Lilian de Fátima Sanches Cavalheiro - Secretária Municipal de Educação

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITENS DO REGISTRO DE PREÇOS DA ATA Nº 011/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 060/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N°: 014/2025

PARTES: Município de Jardim/MS através do Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação e a Empresa **Nantes Fabricação De Gelo Mineral Ltda.**

OBJETO: Fica CANCELADO o registro da empresa, NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.926.493/0001-05 na Ata de Registro de Preços nº 011/2025, em razão de caso fortuito ou força maior. O cancelamento abrange todos os itens registrados em favor da referida empresa, constantes da Ata Registro de Preços nº 011/2025, os quais ficam automaticamente desvinculados do fornecedor ora excluído, quais sejam:

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: ***.162.***-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
02	ABOBRINHA VERDE	UN	**55**	CEASA	R$ 7,55	R$ 415,25
04	AÇUCAR CRISTAL - PCT C/ 2 KG	UN	**115**	DOCESSUCAR	R$ 8,25	R$ 948,75
05	AÇÚCAR REFINADO – PCT 1 KG	UN	**10**	DOCESSUCAR	R$ 6,02	R$ 60,20
06	ADOÇANTE DIÉTICO LIQUIDO – 10ML	UN	**30**	ADOCYL	R$ 5,10	R$ 153,00
13	ARROZ AGULHINHA - PCT 5 KG	PCT	**237**	TIO LAUTÉRIO	R$ 20,50	R$ 4.858,50
29	BOMBOM DE CHOCOLATE – CAIXA 300G	UN	**6**	NESTLÉ	R$ 11,45	R$ 68,70
34	CARNE BOVINA - CAPA DO COXÃO MOLE SEM OSSO - KG	KG	**93**	JBS	R$ 37,40	R$ 3.478,20
37	CARNE BOVINA – COXÃO DURO – KG	KG	**109**	JBS	R$ 38,65	R$ 4.212,85
40	CARNE BOVINA - PALETA SEM OSSO - KG	KG	**302**	JBS	R$ 30,90	R$ 9.331,80

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: ***.162.***-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
42	CARNE DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA - PCT 1KG	KG	**140**	BELLO	R$ 12,80	R$ 1.792,00
48	CENOURA (KG)	KG	**105**	CEASA	R$ 3,65	R$ 383,25
51	COCO RALADO (PACOTE C/ 100 G)	PCT	**85**	DONANA	R$ 5,23	R$ 444,55
64	FAROFA PRONTA - TRADICIONAL (PACOTE C/ 500 G)	PCT	**80**	KIARY	R$ 1,60	R$128,00
65	FEIJÃO CARIOQUINHA - PCT 1 KG	PCT	**228**	YAMANARI	R$ 2,75	R$ 627,00
68	GELADINHO 55 ML - PCT C/ 40 UNIDADES	PCT	**29**	BUSCHLE	R$ 4,70	R$ 136,30
70	GENGIBRE (KG)	KG	**30**	CEASA	R$ 7,00	R$ 210,00
73	LEITE EM PÓ INTEGRAL - (PCT C/ 400 G)	PCT	**285**	ITALAC	R$ 12,20	R$ 3.477,00
77	MACARRÃO ESPAGUETE - PCT 500G	PCT	**286**	DALLAS	R$ 1,97	R$ 563,42
78	MAIONESE TRADICIONAL - SACHE 200 G	UN	**48**	QUERO	R$ 1,98	R$ 95,04
83	MILHO P/ PIPOCA (PACOTE C/ 500 G)	PCT	**349**	DONANA	R$ 2,02	R$ 704,98
87	MINI SALGADINHOS - 30G - TIPO: COXINHAS, RISOLI, QUIBE, ESFIRRA, PASTEL, PÃO DE QUEIJO E CHIPA	UN	**11000**	PRÓPRIO	R$ 0,59	R$ 6.490,00
95	PÃO DE FORMA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G	PCT	**220**	PRÓPRIO	R$ 9,84	R$ 2.164,80
97	PÃO MANDI ASSADO - 50G	KG	**1880**	PRÓPRIO	R$ 13,90	R$ 26.132,00
98	PÃO PARA CACHORRO QUENTE - ASSADO - 40G (PEQUENO)	UN	**6000**	PRÓPRIO	R$ 0,61	R$ 3.660,00
99	PICOLÉ DE FRUTAS - SABORES DIVERSOS - UNIDADE DE 50G/60G	UN	**900**	JEITO FRIO	R$ 0,99	R$ 891,00
116	TOMATE SALADA (KG)	KG	**235**	CEASA	R$ 5,00	R$ 1.175,00
VALOR TOTAL						**R$72.601,59**

DA PRESERVAÇÃO DOS DEMAIS REGISTROS: O presente cancelamento não afeta a validade, eficácia ou execução da Ata de Registro de Preços nº 011/2025 quanto aos demais fornecedores regularmente registrados, permanecendo inalterados os registros referentes aos itens por eles adjudicados, em plena vigência.

DAS CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: O cancelamento do registro:
I – exime a Administração da obrigação de contratar os itens anteriormente registrados em favor da empresa cancelada;

II – não prejudica a apuração de eventuais responsabilidades administrativas, civis ou contratutuais da empresa, a ser realizada em procedimento próprio, com observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O cancelamento do registro fundamenta-se no pedido do fornecedor, devidamente justificado, em razão de caso fortuito ou força maior, nos termos do item 8.4.2 da Ata de Registro de Preços nº011/2025, bem como no disposto no art. 19, inciso II, do Decreto Municipal nº 22, de 30 de janeiro de 2025.

DATA: 06 de março de 2026.

ASSINA: Pelo Contratante: Sr. Mauro Martins Alvarenga - Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITENS DO REGISTRO DE PREÇOS DA ATA Nº 013/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 068/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N°: 018/2025

PARTES: Município de Jardim/MS através da Secretaria Municipal de Governo e Gestão Estratégica e a Empresa **Nantes Fabricação De Gelo Mineral Ltda.**

OBJETO: Fica CANCELADO o registro da empresa, NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.926.493/0001-05 na Ata de Registro de Preços nº 013/2025, em razão de caso fortuito ou força maior. O cancelamento abrange todos os itens registrados em favor da referida empresa, constantes da Ata Registro de Preços nº 013/2025, os quais ficam automaticamente desvinculados do fornecedor ora excluído, quais sejam:

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369, Parque Industrial Carlos Souza Medeiros, Jardim – MS, CEP 79.240-000.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: ***.***-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
2	Abraçadeira em Nylon 6.6 - Especificações mínimas: Comprimento: 25cm x largura: 3,7mm; cores: Branca ou Preta; Travamento: Auto Travante; Resistência térmica: -40°C a + 85°C; Pacote com 50 unidades	Pct	30	Thompsom	1,01	R$30,30
3	Abraçadeira em Nylon 6.6: Especificações mínimas: Comprimento: 10cm x largura: 2,5mm; cores: Branca ou Preta; Travamento: Auto Travante; Resistência térmica: -40°C a + 85°C; Pacote com 50 unidades	Pct	30	Thompsom	0,71	R$21,30

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369, Parque Industrial Carlos Souza Medeiros, Jardim – MS, CEP 79.240-000.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: ***.***-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
4	Abraçadeira em Nylon 6.6: Especificações mínimas: Comprimento: 15cm x largura: 3,7mm; cores: Branca ou Preta; Travamento: Auto Travante; Resistência térmica: -40°C a + 85°C; Pacote com 50 unidades	Pct	30	Thompsom	0,84	R$25,20
5	Aditivo concentrado para argamassas de assentamento e reboco - frasco de 01 litro	Frasco	208	Ilha Bela	9,24	R$ 1.921,92
10	Argamassa colante de uso externo e interno, possuindo secagem rápida para assentamento de cerâmicas em áreas internas e externas, tipo ACII, classificada conforme NBR 14.081. acondicionado em saca c/ 20 kg	Sc	476	Ceramfix	39,96	R$ 19.020,96
15	Beiral de madeira medindo no mínimo 2,5 cm x 15 cm, madeira tipo cedrinho.	M³	300	Cambara	24,97	R$ 7.491,00
16	Bloco de espuma para acabamento, medindo no mínimo 06 x 13 x 20 cm	Und	60	Compel	7,73	R$ 463,80
23	Caixa de luz plástica retangular 2x4 em material PVC	Und	275	Gerplast	0,94	R$ 258,50
24	Cal Hidratada CHIII, c/ no máximo até 13% de impureza (CO2), indicada para construção civil, acondicionada em saca c/ 20 kg, contendo especificação do produto, informações do fabricante, precauções de uso, data de fabricação e prazo de validade.	Sc	70	Itau	24,49	R$ 1.714,30
27	Cilindro miolo para fechadura externa cromado c/ parafuso de fixação, em material inoxidável, para aplicação em fechaduras modelo 803/804/1801 Stam, acompanhando 02 (duas) chaves.	Und	115	Stam	29,77	R$ 3.423,55
30	Conector metálico cobreado com parafuso para haste de aterramento - 1/2”	Und	30	Contel	4,54	R$ 136,20
31	Conector metálico cobreado com parafuso para haste de aterramento - 3/4”	Und	27	Tcm	6,47	R$ 174,69
35	Cumeeira normal em fibrocimento 06 mm 110 cm x 50 cm	Und	455	Fibromar	52,00	R$ 23.660,00
36	Cunha para espaçador nivelador 5mm - pct 100 und	Pct	300	Matasul	9,43	R$ 2.829,00
37	Dobradiça em aço 3 1/2 para porta, possuindo acabamento zincado, acompanhada de parafusos de fixação. Jogo com 03 unidades	Jg	160	Ysabel	18,69	R$ 2.990,40
38	Eletroduto flexível corrugado em pvc não propagante de chamas amarelo 1/2”	M	255	Tigre	1,93	R$ 492,15
41	Espelho de apoio 4x4 cego	Und	10	Mectronic	8,45	R$ 84,50
42	Fechadura c/ roseta externa para porta, contendo maçanetas confeccionada em zamac; espelho, cilindro, testa e contra-testa em aço, inox ou latão; c/ distância de broca de aproximadamente 40mm, de acordo c/ a norma NBR 14913.	Und	107	Soprano	76,64	R$ 8.200.48
43	Fechadura c/ roseta interna para porta, contendo maçanetas confeccionada em zamac; espelho, cilindro, testa e contra-testa em aço, inox ou latão; c/ distância de broca de aproximadamente 40mm, de acordo c/ a norma NBR 14913.	Und	100	Soprano	57,17	R$ 5.717,00
44	Fechadura externa com espelho, possuindo acabamento cromado, maçaneta confeccionada em zamac formato alavanca, espelho, cilindro, testa e contra-testa em aço, inox ou latão, com distância de broca de aproximadamente 40mm, de acordo c/ a norma NBR 14913.	Und	166	Stam	72,74	R$ 12.074,84
47	Ferro 3/8 - barra	Barra	74	Arcelor	72,37	R$ 5.355,38
48	Ferro 4.2 - barra	Barra	128	Arcelor	14,82	R$1.896,96
49	Ferro bitola 5/16 - 08mm com as especificações da norma NBR 7480, categoria CA-50 com superfície nervurada. Barra c/ 12 metros.	Barra	205	Arcelor	42,99	R$ 7.050,36
67	Parafuso auto brocante com vedação, cabeça sextavada, medida 12 x 1.1/2”	Und	300	Ourofix	0,23	R$ 69,00
68	Parafuso cabeça chata fenda philips 06 mm	Und	860	Ourofix	0,22	R$ 189,20
69	Parafuso cabeça chata fenda philips 08 mm	Und	940	Ourofix	0,35	R$ 329,00
70	Parafuso cabeça chata fenda philips 10 mm	Und	870	Ourofix	0,40	R$ 348,00
71	Parafuso para fixação de telha de fibrocimento 06 mm 5/16” x 110mm com arruela e vedação	Und	1.420	Ws	1,72	R$ 2.442,40
72	Parafuso para fixação de telha de fibrocimento 5/16” x 65 mm com arruela e vedação	Und	120	Ourofix	1,72	R$ 206,40
73	Parafuso para fixação de telha de fibrocimento 5/16” x 85 mm com arruela e vedação	Und	80	Ourofix	1,54	R$ 123,20
75	Pedrisco, material de origem mineral, duro e sólido, tipo basalto, proveniente de britamento de pedra, composto basicamente de natureza rochosa, c/ escala logarítmica de classificação granulométrica entre 0,075mm e 4,8mm (escala de wentworth), limpa e isenta de matéria orgânica e substâncias nocivas.	M³	352	Mineração Horii	141,00	R$ 49.632,00
78	Porta de abrir veneziana em aço, possuindo medidas de no mínimo 2,10 m x 0,80 m x 0,12 m, fabricada em aço laminado, composta por: porta, batentes, dobradiças e fechadura de tambor, acabamento em pintura eletrostática a pó, lado de abertura esquerdo ou direito.	Und	66	Espresso Esquadrias	505,00	R$ 33.330,00
79	Porta de ferro abrir ch. 18 c/ fechadura 0,80 x 2,10	Und	9	Vitralfer	532,00	R$ 4.788,00
82	Porta de madeira lisa, medindo no mínimo 2,10 m x 0,70 m, estrutura fabricada em madeiras secas c/ reforço para fechadura nas laterais, estrutura interna sarrafeado, contracapa c/ lâmina torneada de perfeita calibragem, revestimento c/ lâminas faqueadas de madeiras de lei alto padrão	Und	42	Pcg	185,95	R$ 7.809,90
VALOR TOTAL						**R$204.299,89**

DA PRESERVAÇÃO DOS DEMAIS REGISTROS: O presente cancelamento não afeta a validade, eficácia ou execução da Ata de Registro de Preços nº 013/2025 quanto aos demais fornecedores regularmente registrados, permanecendo inalterados os registros referentes aos itens por eles adjudicados, em plena vigência.

DAS CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: O cancelamento do registro:
I – exime a Administração da obrigação de contratar os itens anteriormente registrados em favor da empresa cancelada;

II – não prejudica a apuração de eventuais responsabilidades administrativas, civis ou contratutuais da empresa, a ser realizada em procedimento próprio, com observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O cancelamento do registro fundamenta-se no pedido do fornecedor, devidamente justificado, em razão de caso fortuito ou força maior, nos termos do item 8.4.2 da Ata de Registro de Preços nº013/2025, bem como no disposto no art. 19, inciso II, do Decreto Municipal nº 22, de 30 de janeiro de 2025.

DATA: 06 de março de 2026.

ASSINA: Pelo Contratante: Sr. Fernando Valerio Ramos - Secretário Municipal de Governo e Gestão Estratégica

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE ITENS DO REGISTRO DE PREÇOS DA ATA Nº 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 072/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N°: 021/2025

PARTES: Município de Jardim/MS através da Secretaria Municipal de Governo e Gestão Estratégica e a Empresa **Nantes Fabricação De Gelo Mineral Ltda.**

OBJETO: Fica CANCELADO o registro da empresa, NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.926.493/0001-05 na Ata de Registro de Preços nº 014/2025, em razão de caso fortuito ou força maior. O cancelamento abrange todos os itens registrados em favor da referida empresa, constantes da Ata Registro de Preços nº 014/2025, os quais ficam automaticamente desvinculados do fornecedor ora excluído, quais sejam:

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369, Parque Industrial Carlos Souza Medeiros, Jardim – MS, CEP 79.240-000.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: ***.***-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
2	Abraçadeira em Nylon 6.6 - Especificações mínimas: Comprimento: 25cm x largura: 3,7mm; cores: Branca ou Preta; Travamento: Auto Travante; Resistência térmica: -40°C a + 85°C; Pacote com 50 unidades	Pct	30	Thompsom	1,01	R$30,30
3	Abraçadeira em Nylon 6.6: Especificações mínimas: Comprimento: 10cm x largura: 2,5mm; cores: Branca ou Preta; Travamento: Auto Travante; Resistência térmica: -40°C a + 85°C; Pacote com 50 unidades	Pct	30	Thompsom	0,71	R$21,30
4	Abraçadeira em Nylon 6.6: Especificações mínimas: Comprimento: 15cm x largura: 3,7mm; cores: Branca ou Preta; Travamento: Auto Travante; Resistência térmica: -40°C a + 85°C; Pacote com 50 unidades	Pct	30	Thompsom	0,84	R$25,20
5	Aditivo concentrado para argamassas de assentamento e reboco - frasco de 01 litro	Frasco	208	Ilha Bela	9,24	R$ 1.921,92
10	Argamassa colante de uso externo e interno, possuindo secagem rápida para assentamento de cerâmicas em áreas internas e externas, tipo ACII, classificada conforme NBR 14.081. acondicionado em saca c/ 20 kg	Sc	476	Ceramfix	39,96	R$ 19.020,96
15	Beiral de madeira medindo no mínimo 2,5 cm x 15 cm, madeira tipo cedrinho.	M³	300	Cambara	24,97	R$ 7.491,00
16	Bloco de espuma para acabamento, medindo no mínimo 06 x 13 x 20 cm	Und	60	Compel	7,73	R$ 463,80
23	Caixa de luz plástica retangular 2x4 em material PVC	Und	275	Gerplast	0,94	R$ 258,50
24	Cal Hidratada CHIII, c/ no máximo até 13% de impureza (CO2), indicada para construção civil, acondicionada em saca c/ 20 kg, contendo especificação do produto, informações do fabricante, precauções de uso, data de fabricação e prazo de validade.	Sc	70	Itau	24,49	R$ 1.714,30
27	Cilindro miolo para fechadura externa cromado c/ parafuso de fixação, em material inoxidável, para aplicação em fechaduras modelo 803/804/1801 Stam, acompanhando 02 (duas) chaves.	Und	115	Stam	29,77	R$ 3.423,55
30	Conector metálico cobreado com parafuso para haste de aterramento - 1/2”	Und	30	Contel	4,54	R$ 136,20
31	Conector metálico cobreado com parafuso para haste de aterramento - 3/4”	Und	27	Tcm	6,47	R$ 174,69
35	Cumeeira normal em fibrocimento 06 mm 110 cm x 50 cm	Und	455	Fibromar	52,00	R$ 23.660,00
36	Cunha para espaçador nivelador 5mm - pct 100 und	Pct	300	Matasul	9,43	R$ 2.829,00
37	Dobradiça em aço 3 1/2 para porta, possuindo acabamento zincado, acompanhada de parafusos de fixação. Jogo com 03 unidades	Jg	160	Ysabel	18,69	R$ 2.990,40
38	Eletroduto flexível corrugado em pvc não propagante de chamas amarelo 1/2”	M	255	Tigre	1,93	R$ 492,15
41	Espelho de apoio 4x4 cego	Und	10	Mectronic	8,45	R$ 84,50
42	Fechadura c/ roseta externa para porta, contendo maçanetas confeccionada em zamac; espelho, cilindro, testa e contra-testa em aço, inox ou latão; c/ distância de broca de aproximadamente 40mm, de acordo c/ a norma NBR 14913.	Und	107	Soprano	76,64	R$ 8.200.48
43	Fechadura c/ roseta interna para porta, contendo maçanetas confeccionada em zamac; espelho, cilindro, testa e contra-testa em aço, inox ou latão; c/ distância de broca de aproximadamente 40mm, de acordo c/ a norma NBR 14913.	Und	100	Soprano	57,17	R$ 5.717,00
44	Fechadura externa com espelho, possuindo acabamento cromado, maçaneta confeccionada em zamac formato alavanca, espelho, cilindro, testa e contra-testa em aço, inox ou latão, com distância de broca de aproximadamente 40mm, de acordo c/ a norma NBR 14913.	Und	166	Stam	72,74	R$ 12.074,84
47	Ferro 3/8 - barra	Barra	74	Arcelor	72,37	R$ 5.355,38
48	Ferro 4.2 - barra	Barra	128	Arcelor	14,82	R$1.896,96
49	Ferro bitola 5/16 - 08mm com as especificações da norma NBR 7480, categoria CA-50 com superfície nervurada. Barra c/ 12 metros.	Barra	205	Arcelor	42,99	R$ 7.050,36
67	Parafuso auto brocante com vedação, cabeça sextavada, medida 12 x 1.1/2”	Und	300	Ourofix	0,23	R$ 69,00
68	Parafuso cabeça chata fenda philips 06 mm	Und	860	Ourofix	0,22	R$ 189,20
69	Parafuso cabeça chata fenda philips 08 mm	Und	940	Ourofix	0,35	R$ 329,00
70	Parafuso cabeça chata fenda philips 10 mm	Und	870	Ourofix	0,40	R$ 348,00
71	Parafuso para fixação de telha de fibrocimento 06 mm 5/16” x 110mm com arruela e vedação	Und	1.420	Ws	1,72	R$ 2.442,40
72	Parafuso para fixação de telha de fibrocimento 5/16” x 65 mm com arruela e vedação	Und	120	Ourofix	1,72	R$ 206,40
73	Parafuso para fixação de telha de fibrocimento 5/16” x 85 mm com arruela e vedação	Und	80	Ourofix	1,54	R$ 123,20
75	Pedrisco, material de origem mineral, duro e sólido, tipo basalto, proveniente de britamento de pedra, composto basicamente de natureza rochosa, c/ escala logarítmica de classificação granulométrica entre 0,075mm e 4,8mm (escala de wentworth), limpa e isenta de matéria orgânica e substâncias nocivas.	M³	352	Mineração Horii	141,00	R$ 49.632,00
78	Porta de abrir veneziana em aço, possuindo medidas de no mínimo 2,10 m x 0,80 m x 0,12 m, fabricada em aço laminado, composta por: porta, batentes, dobradiças e fechadura de tambor, acabamento em pintura eletrostática a pó, lado de abertura esquerdo ou direito.	Und	66	Espresso Esquadrias	505,00	R$ 33.330,00
79	Porta de ferro abrir ch. 18 c/ fechadura 0,80 x 2,10	Und	9	Vitralfer	532,00	R$ 4.788,00
82	Porta de madeira lisa, medindo no mínimo 2,10 m x 0,70 m, estrutura fabricada em madeiras secas c/ reforço para fechadura nas laterais, estrutura interna sarrafeado, contracapa c/ lâmina torneada de perfeita calibragem, revestimento c/ lâminas faqueadas de madeiras de lei alto padrão	Und	42	Pcg	185,95	R$ 7.809,90

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369, Parque Industrial Carlos Souza Medeiros, Jardim – MS, CEP 79.240-000.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: ***.***-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
VALOR TOTAL						R$204.299,89

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: 902.162.701-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
2	Álcool em gel 70º - 500 g - produto para desinfecção com ação antibacteriana, com teor de no mínimo de 70 graus de INPM em GEL, embalado em frasco de 500 g. Registro do produto junto ao Ministério da Saúde/ANVISA.	frasco	434	Araucaria	R$ 13,97	R$ 6.062,98
5	Avental confeccionado com borracha grossa, com forro em tecido, várias cores, 100% impermeável, muito bem acabado super resistente, medindo no mínimo 60 cm x 80 cm	und	36	Jandapanos	R$ 22,41	R$ 806,76
6	Balde plástico, capacidade mínima p/ 10 (dez) litros, confeccionado em material resistente, com alça de metal.	und	31	Plasutil	R$ 12,34	R$382,54
11	Cêra líquida p/ piso - incolor, pronta p/ uso, composição básica: cêra de carnaúba auto brilho, parafina, resina alcalina solúvel, cêra de polietileno, conservante, perfume e água, acondicionada em embalagem plástica original do fabricante c/ 750ml, contendo externamente a identificação do produto, químico responsável, composição, informações do fabricante, data de fabricação e validade.	und	155	Polytriz	R$ 7,89	R$ 1.222,95
12	Coador de café - em tecido (grande), confeccionado em flanela, comum. Cabo de Madeira.	und	35	Flabom	R$ 6,99	R$ 244,65
14	Copo descartável branco - 180 ml, confeccionado em resina termoplástica atóxica, na cor branca, c/ capacidade de no mínimo 180ml, homogêneo, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não deve apresentar sujidade interna ou externa, deverá trazer gravado em relevo c/ características visíveis e de forma indelével, a marca ou identificação do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação do material p/ reciclagem, acondicionado conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso, pacote c/ 100 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto e procedência de fabricação. Gravação no fundo do copo do símbolo de identificação p/ reciclagem "PS", conforme NBR 13230 e capacidade do copo.	pct	997	Divina	R$ 7,88	R$7.856,36
23	Escova p/ lavar roupa, estrutura em madeira, com cerdas de nylon, formato ovalado, medindo aproximadamente 6,5 x 13,5cm.	und	57	Condor	R$ 4,69	R$ 267,33
25	Escova p/ lavar vaso sanitário (+ suporte), confeccionada em polipropileno, formato anatômico, com cerdas de nylon, formato ovalado, com cabo medindo aproximadamente 30cm.	und	106	Sanit	R$ 7,65	R$ 810,90
28	Esponja para banho, infantil, em espuma poliuretano	und	276	Needs	R$ 3,94	R$ 1.087,44
29	Filme de PVC, indicado p/ uso doméstico, medindo aproximadamente 28cm de largura x 15m de comprimento, atóxico, transparente, acondicionado conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto e procedência de fabricação.	rolo	215	Wyda	R$ 5,90	R$ 1.268,50
30	Filtro de papel, papel branco com microfuros, com dupla costura lateral, tamanho médio 103.	cx	75	3 Corações	R$ 6,11	R$ 458,25
34	Garrafão p/ bebedouro 20 litros - refil	und	18	Flor do Pantanal	R$ 46,26	R$ 832,68
36	Limpa pedra de 01 litro, Componentes: ácido fluorídrico, sulfônico e neutralizantes, com aspecto violeta, indicado para remoção de encardidos em pedras ásperas. Embalagem contendo: especificações, indicações, precauções e modo de usar, nome, endereço, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro no Ministério da Saúde, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente. Data de fabricação, data de validade e código de barras indicados no produto.	und	90	Removex	R$ 8,47	R$ 762,30
37	Limpa vidros, líquido, perfumado, princípio ativo: lauril éter sulfato de sódio, ideal p/ limpeza de superfícies vitrificadas, acondicionado em frasco c/ 500ml, contendo especificação do produto, informações do fabricante, químico responsável, indicações, precauções de uso, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.	frasco	221	Alpes	R$ 7,44	R$ 1.644,24
38	Limpador diluivel, multi uso, Limpeza pesada, floral campestre, composto de alquil benzeno, sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, água, perfume, conservante e corante, embalagem com frasco 500 ml. Descrição no rótulo contendo: nome do fabricante, endereço completo, técnico responsável, instruções de uso, telefone SAC, Registro na ANVISA / Ministério da Saúde.	und	859	UAU	R$ 7,72	R$ 6.631,48
46	Palha de aço nº 01, fabricado em aço carbono de ótima qualidade, produto abrasivo, embalagem com no mínimo 20 g.	und	10	Vega	R$ 3,54	R$ 35,40
56	Querosene, Embalagem com 900 ml, original do fabricante. composição: hidrocarbonitos 100% destilado de Petróleo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	und	299	Bufalo	R$ 38,51	R$ 11.514,49
60	Rodo p/ pia - 15 cm (em pvc)	und	50	Santa Maria	R$ 6,80	R$340,00
61	Rodo passa cera em material polipropileno e espuma, possuindo dimensões de no mínimo 04 cm de altura x 09 cm de largura x 25cm de comprimento, acompanhado de com cabo medindo no mínimo 1,20 metros.	und	10	Adriano	R$ 12,34	R$ 123,40
62	Sabão em barra neutro - pacote c/ 05 unidades, testado dermatologicamente, no rótulo deve estar descrito as instruções de uso. Pacote 01 kg com 05 unidades de 200 gr	pct	380	Ypê	R$ 13,71	R$ 5.209,80

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: 902.162.701-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
63	Sabão em pó - caixa com no mínimo 800 g, com tensoativo biodegradável, pó granulado e homogêneo, aditivo alvejante, com aroma agradável, inofensivo à pele, de 1ª qualidade, autorizado pela ANVISA, com rótulo indicando a nome do fabricante, CNPJ, químico responsável e número CRQ, número de registro na Anvisa, lote de fabricação e prazo de validade do produto.	cx	1546	Tixan	R$ 14,76	R$ 22.818,96
65	Sabonete de 90 g, branco, suave, cremoso e perfumado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	und	50	Motivus	R$ 4,84	R$ 242,00
72	Saco plástico para lixo reforçado e de alta qualidade, capacidade 100 litros, espessura de no mínimo 0,08 mm, medindo no mínimo 75 cm largura x 90 cm de altura, em polipropileno, cor preta. Aplicação: coleta de lixo. Pacote com 100 unidades. Deverá estar em conformidade com a norma da ABNT NBR 9191/2008.	pct	567	Central Embalagens	R$ 72,40	R$ 41.050,80
76	Saponáceo em pó, composição: dicloroisocianurato de sódio e tensoativo biodegradável, acondicionado em embalagem original de fábrica de 300g, contendo especificação do produto, informações do fabricante, químico responsável, indicações, precauções de uso, data de fabricação e prazo de validade.	und	135	Bombril	R$ 7,60	R$ 1.026,00
79	Vassoura de grama - 22 dentes (em aço), fabricada em aço carbono, palhetas reguláveis, c/ cabo de madeira medindo aproximadamente 1,80m.	und	10	Adriano	R$ 34,79	R$ 347,90
80	Vassoura de grama - 22 dentes (em plástico), fabricada em polietileno, palhetas flexíveis, c/ cabo de madeira medindo aproximadamente 1,80m.	und	42	Adriano	R$ 33,39	R$1.402,38
81	Vassoura de nylon - cerdas coloridas, volumosas e resistentes, pontas desfiadas; base de plástico; cabo em madeira resistente e plastificado com gancho e ponteira de plástico, rosca de plástico perfeitamente rosqueável na base, corpo de medindo aproximadamente 25 x 05cm, c/ cabo de no mínimo 1,20m de comprimento.	und	155	Adriano	R$ 14,46	R$ 2.241,30
82	Vassoura de palha, tam. Grande com cabo - Vassoura, com cepa e cerdas de palha, tipo 05 fios, amarração com arame, cabo madeira medindo 1,20m, comprimento cerdas 60cm.	und	107	Adriano	R$ 25,22	R$ 2.698,54
84	Vassoura de pelo sintético, corpo de madeira pintada medindo aproximadamente (25 x 5) cm, cabo em madeira, rosqueável, medindo aproximadamente 1,20 m de comprimento. O produto deverá ter adesivo com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	und	45	Adriano	R$ 27,24	R$ 1.225,80
85	Vassoura de piaçava para limpeza urbana com cabo, limpeza urbana, Tipo: gari, cabo em madeira, base retangular com no mínimo 50 cmx5cm, cabo em madeira medindo 1,50m, sem farpas. O produto deverá conter etiqueta com dados de identificação e marcado fabricante.	und	51	Adriano	R$ 24,15	R$ 1.231,65
86	Vassoura de teto, fabricada em sisal, c/ tufo de no mínimo 15cm de diâmetro e cabo de madeira medindo aproximadamente 03m de comprimento.	und	34	Adriano	R$ 26,49	R$ 900,66
VALOR TOTAL						**R$ 125.821,64**

NANTES FABRICAÇÃO DE GELO MINERAL LTDA

CNPJ Nº 08.926.493/0001-05

Rua Mauro Eduardo Bearari, nº 369. PQ Industrial Carlos Souza Medeiros. Jardim – MS.

Representante: Leonardo de Almeida Nantes – CPF: ***.162.***-97

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	VLR UNT	VLR TOTAL
02	ABOBRINHA VERDE	UN	**55**	CEASA	R$ 7,55	R$ 415,25
04	AÇUCAR CRISTAL - PCT C/ 2 KG	UN	**115**	DOCESSUCAR	R$ 8,25	R$ 948,75
05	AÇÚCAR REFINADO – PCT 1 KG	UN	**10**	DOCESSUCAR	R$ 6,02	R$ 60,20
06	ADOÇANTE DIÉTICO LIQUIDO – 10ML	UN	**30**	ADOCYL	R$ 5,10	R$ 153,00
13	ARROZ AGULHINHA - PCT 5 KG	PCT	**237**	TIO LAUTÉRIO	R$ 20,50	R$ 4.858,50
29	BOMBOM DE CHOCOLATE – CAIXA 300G	UN	**6**	NESTLÉ	R$ 11,45	R$ 68,70
34	CARNE BOVINA - CAPA DO COXÃO MOLE SEM OSSO - KG	KG	**93**	JBS	R$ 37,40	R$ 3.478,20
37	CARNE BOVINA – COXÃO DURO – KG	KG	**109**	JBS	R$ 38,65	R$ 4.212,85
40	CARNE BOVINA - PALETA SEM OSSO - KG	KG	**302**	JBS	R$ 30,90	R$ 9.331,80
42	CARNE DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA - PCT 1KG	KG	**140**	BELLO	R$ 12,80	R$ 1.792,00
48	CENOURA (KG)	KG	**105**	CEASA	R$ 3,65	R$ 383,25
51	COCO RALADO (PACOTE C/ 100 G)	PCT	**85**	DONANA	R$ 5,23	R$ 444,55
64	FAROFA PRONTA - TRADICIONAL (PACOTE C/ 500 G)	PCT	**80**	KIARY	R$ 1,60	R$128,00
65	FEIJÃO CARIOQUINHA - PCT 1 KG	PCT	**228**	YAMANARI	R$ 2,75	R$ 627,00
68	GELADINHO 55 ML - PCT C/ 40 UNIDADES	PCT	**29**	BUSCHLE	R$ 4,70	R$ 136,30
70	GENGIBRE (KG)	KG	**30**	CEASA	R$ 7,00	R$ 210,00
73	LEITE EM PÓ INTEGRAL - (PCT C/ 400 G)	PCT	**285**	ITALAC	R$ 12,20	R$ 3.477,00
77	MACARRÃO ESPAGUETE - PCT 500G	PCT	**286**	DALLAS	R$ 1,97	R$ 563,42
78	MAIONESE TRADICIONAL - SACHE 200 G	UN	**48**	QUERO	R$ 1,98	R$ 95,04
83	MILHO P/ PIPOCA (PACOTE C/ 500 G)	PCT	**349**	DONANA	R$ 2,02	R$ 704,98
87	MINI SALGADINHOS - 30G - TIPO: COXINHAS, RISOLI, QUIBE, ESFIRRA, PASTEL, PÃO DE QUEIJO E CHIPA	UN	**11000**	PRÓPRIO	R$ 0,59	R$ 6.490,00
95	PÃO DE FORMA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G	PCT	**220**	PRÓPRIO	R$ 9,84	R$ 2.164,80
97	PÃO MANDI ASSADO - 50G	KG	**1880**	PRÓPRIO	R$ 13,90	R$ 26.132,00
98	PÃO PARA CACHORRO QUENTE - ASSADO - 40G (PEQUENO)	UN	**6000**	PRÓPRIO	R$ 0,61	R$ 3.660,00
99	PICOLÉ DE FRUTAS - SABORES DIVERSOS - UNIDADE DE 50G/60G	UN	**900**	JEITO FRIO	R$ 0,99	R$ 891,00
116	TOMATE SALADA (KG)	KG	**235**	CEASA	R$ 5,00	R$ 1.175,00
VALOR TOTAL						**R$72.601,59**

DA PRESERVAÇÃO DOS DEMAIS REGISTROS: O presente cancelamento não afeta a validade, eficácia ou execução da Ata de Registro de Preços nº 014/2025 quanto aos demais fornecedores regularmente registrados, permanecendo inalterados os registros referentes aos itens por eles adjudicados, em plena

vigência.

DAS CONSEQUÊNCIAS ADMINISTRATIVAS: O cancelamento do registro:
I – exime a Administração da obrigação de contratar os itens anteriormente registrados em favor da empresa cancelada;

II – não prejudica a apuração de eventuais responsabilidades administrativas, civis ou contratutuais da empresa, a ser realizada em procedimento próprio, com observância do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O cancelamento do registro fundamenta-se no pedido do fornecedor, devidamente justificado, em razão de caso fortuito ou força maior, nos termos do item 8.4.2 da Ata de Registro de Preços nº014/2025, bem como no disposto no art. 19, inciso II, do Decreto Municipal nº 22, de 30 de janeiro de 2025.

DATA: 06 de março de 2026.

ASSINA: Pelo Contratante: Sr. Fernando Valerio Ramos - Secretário Municipal de Governo e Gestão Estratégica

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

PARTES – **Município de Jardim-MS** através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa C O M Tecnologia Hospitalar e Odontológica Ltda - CNPJ/MF nº 36.957.099/0001-61.

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças em ventilador pulmonar de transporte, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde.

Especificações detalhadas da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE UTILIZADO NA UTI MÓVEL, incluindo diagnóstico técnico, reparos necessários, testes operacionais e entrega do equipamento em pleno funcionamento, conforme especificações técnicas do fabricante e substituição de componentes defeituosos, tais como: válvula redutora de pressão, medidor de concentração de oxigênio, conjunto de graxetas para válvula, bateria recarregável, atuador linear, conjunto de cabo flat completo e demais componentes necessários para o perfeito funcionamento do equipamento.	SV	1	R$ 17.980,00	R$ 17.980,00

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de R$ 17.980,00 (Dezessete mil e novecentos e oitenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da publicação na forma do artigo 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado conforme Art. 107 da Lei.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

DATA DA ASSINATURA: 30 de março de 2026.

ASSINAM: Pelo contratante: Jorge Cafure Junior - Secretário Municipal de Saúde e pela contratada: Leonardo Cardozo Gonçalves.

Matéria enviada por VAGNER ALVES RIBEIRO GUIMARAES

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICÍPIO DE JARDIM

LEI Nº 2184/2026

Jardim-MS, 31 de março 2026.

"***Autoriza o Poder Executivo a efetuar repasse financeiro à Associação e Centro Social dos Policiais Militares e Bombeiros Militares, e dá outras providências".***

JULIANO DA CUNHA MIRANDA, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado firmar Termo de Contribuição com a entidade sem fins lucrativos denominada **Associação e Centro Social dos Policiais Militares e Bombeiros Militares – ACS PM/BM MS – REGIONAL JARDIM MS - CNPJ: 01.103.530/0007-13,** para repasse de financeiro no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Art. 2º - A transferência do recurso mencionado no artigo anterior tem por finalidade reestruturação da sala de atendimento do PROMUSE em Jardim-MS, bem como apoiar as atividades desenvolvidas pelo referido programa em

beneficio das mulheres por ele atendidas.

Parágrafo único: O repasse financeiro será concedido diante da apresentação do Plano de Trabalho condizente com o objeto, e demais documentos solicitados pela Administração Municipal.

Art. 3º - Para disciplinar o recebimento e a aplicação dos recursos concedidos por essa Lei, o Poder Executivo Municipal celebrará Termo de Contribuição com a beneficiária.

Art. 4º - As entidades beneficiada submeter-se-a à fiscalização do Poder Executivo e será obrigada a prestar contas à municipalidade no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, incluindo os demonstrativos exigidos na parceria celebrada.

§ 1º A não prestação de contas no prazo estipulado impedirá eventual prorrogação do termo celebrado e celebração de novos termos de contribuição com a municipalidade.

§ 2º - A entidade deverá efetuar abertura de conta corrente específica em instituição financeira oficial a fim de receber e movimentar os valores dos repasses objeto da presente Lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Elza Franco

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICÍPIO DE JARDIM

LEI COMPLEMENTAR Nº. 283/2026

Jardim-MS, 31 de março de 2026.

"***Institui o Programa Regulariza Jardim, para pagamento de débitos tributários e não tributários nas modalidades previstas, e dá outras providências."***

JULIANO DA CUNHA MIRANDA, Prefeito Municipal de Jardim**,** Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Art. 1º - Fica instituído o "**REGULARIZA JARDIM"**, Programa de Conciliação Fiscal para pagamento de débitos tributários e não tributários nas modalidades previstas nesta Lei.

Art. 2º - O programa de que trata esta Lei Complementar tem como objetivo dar oportunidade aos contribuintes a regularizarem seus débitos junto ao fisco municipal.

Art. 3º - Incluem-se no programa os créditos de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de descumprimento de obrigações principal e/ou acessória, constituídos mediante auto de infração, bem como aqueles que tenham sido objeto de parcelamento não cumprido, independentemente da fase de cobrança, ocorridos até 31/12/2025.

Art. 4º - Não podem ser incluídos no **REGULARIZA JARDIM** os débitos para com a Fazenda Pública Municipal:

I - De natureza contratual;

II - Referentes às indenizações devidas ao Município de Jardim/MS por danos causados ao seu patrimônio.

Art. 5º - O débito em litígio judicial ou administrativo somente poderá ser objeto do programa se o sujeito passivo desistir, de forma irretratável, da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta e, cumulativamente, renunciar aos termos anteriores ou quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam o processo administrativo ou a ação judicial respectiva.

CAPÍTULO II

Da adesão ao Programa

Art. 6º - A adesão ao programa será efetuada mediante requerimento escrito e o parcelamento efetivado mediante assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, acompanhado do pagamento da primeira parcela ou do débito total.

Art. 7º - A adesão sujeita o contribuinte à aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei, no regulamento e no Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento e o constitui confissão irretratável e irrevogável da dívida, com reconhecimento da certeza e liquidez do valor do débito nele descrito, interrompendo o prazo prescricional.

§ 1º - A adesão ao programa opera novação do lançamento anterior à luz do Art. 110 do Código Tributário Nacional c/c o Art. 360, inciso I do Código Civil Brasileiro.

§ 2º - A adesão ao programa sujeita ainda o contribuinte:

I – Ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II – Ao pagamento regular dos tributos municipais com vencimento posterior à data da adesão.

Art. 8º - O pedido de parcelamento administrativo deverá ser apresentado junto ao setor de tributos até o dia 30 de novembro de 2026.

CAPÍTULO III

Do parcelamento e do pagamento

Art. 9º - Os débitos apurados serão atualizados monetariamente sendo ainda incorporados os acréscimos previstos na legislação vigente, até a data da adesão, podendo os mesmos ser liquidados conforme as reduções previstas nesta Lei.

Art. 10 - O parcelamento do débito perante a Fazenda Pública Municipal poderá ser efetuado em até 24 (vinte quatro) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º - Nenhuma parcela poderá ser inferior a 02 (duas) unidades fiscais do município de Jardim/MS para pessoa física e de 05 (cinco) unidades fiscais do município de Jardim/MS para pessoa jurídica.

§ 2º - Em caso de parcelamento de débitos já ajuizados, a Ação de Execução Fiscal ficará suspensa até o pagamento final do acordo de parcelamento.

Art. 11 - O contribuinte poderá efetuar o pagamento do débito nas seguintes condições:

I – Pagamento à vista (parcela única) com exclusão total da multa por infração, se for o caso, e da multa e juros de mora;

II – Em até 06 (seis) parcelas mensais sucessivas, com desconto de 90% (noventa por cento) dos juros e multa de mora e da multa por infração, se for o caso;

III – De 07 a 12 (doze parcelas) parcelas mensais sucessivas, com desconto de 80% (oitenta por cento) dos juros e multa de mora e da multa por infração, se for o caso.

IV – De 13 até 24 (vinte quatro) parcelas mensais sucessivas, com desconto de 60% (sessenta por cento) dos juros e multa de mora e da multa por infração, se for o caso.

§ 1º. No caso de débitos ajuizados serão devidos ainda os honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado ou o percentual afixado em decisão judicial.

§ 2º. O vencimento das parcelas subsequentes ocorrerá 30 (trinta) dias após o vencimento da parcela anterior.

§ 3º. Quando o vencimento da parcela coincidir com dia não útil, este será prorrogado ao primeiro dia útil subsequente.

Art. 12 - Em caso de parcelamento, as parcelas serão fixadas de acordo com as seguintes regras:

I – Parcela inicial ou parcela de entrada:

a) Para os débitos não ajuizados a parcela inicial (entrada) não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito;

b) Para os débitos ajuizados a parcela inicial (entrada) não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) do valor atualizado do débito, acrescida dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor do débito atualizado ou o percentual afixado em decisão judicial.

II – Parcelas intermediárias: resultará da divisão do saldo remanescente ao pagamento da primeira parcela pelo número de parcelas do parcelamento.

Art. 13 - O montante dos descontos de que trata o artigo 11 desta Lei ficará automaticamente quitado, com a consequente remissão da dívida para todos os fins e efeitos de direito.

Art. 14 - O não pagamento das parcelas previstas no Termo de Confissão e Compromisso de Pagamento na data fixada para seu vencimento implicará no acréscimo de:

I - Juros de mora;

II - Multa moratória;

III – Correção monetária.

§ 1º. Os juros de mora de que trata o inciso I serão calculados à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do dia imediato ao do vencimento da parcela, calculado sobre o valor monetariamente atualizado, contando-se como mês completo qualquer fração dele, seja qual for o motivo determinante da falta de recolhimento do tributo.

§ 2º. A multa de mora de que trata o inciso II, será aplicada em:

a) 2% (dois por cento), sobre o valor atualizado do crédito de qualquer natureza, em se tratando de recolhimento espontâneo;

b) 10% (dez por cento), quando se tratar de débito que já tenha sido objeto de parcelamento anteriormente assumido e não cumprido, consolidado e reparcelado.

§ 3º. A correção monetária será realizada com base no índice de correção dos tributos municipais previsto em Lei Municipal.

Art. 15 - O contribuinte será excluído do programa diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II – Prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair irregularmente débitos;

III - Inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas, relativamente a qualquer tributo abrangido pelo programa, inclusive decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à data de adesão.

Parágrafo único: A exclusão do contribuinte acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante os devidos acréscimos legais, previstos na legislação municipal vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores e, em sendo o caso, o restabelecimento da penalidade em sua integralidade, por infração fiscal decorrente do descumprimento de obrigações principais e/ou acessórias.

Art. 16 - No Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, constará:

I - Identificação e assinatura do devedor ou responsável;

II - Número da Carteira de Identidade RG e órgão expedidor, de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do devedor e/ou do responsável;

III - Número de inscrição municipal, endereço completo, telefônico e e-mail do devedor e/ou do responsável;

IV - Origem do débito, inclusive juros, multas e quaisquer outros acréscimos que deram origem a dívida;

V - Valor total da dívida;

VI - Número de parcelas concedidas;

VII - Valor de cada parcela;

VIII - Normas pertinentes ao parcelamento efetuado;

IX - Valor dos descontos concedidos, dos juros de mora, da multa por infração e da multa de mora.

Parágrafo único: O requerimento e o Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento devem ser firmados pelo contribuinte ou mandatário com procuração com poderes específicos para tanto, e ser instruído com cópia dos seguintes documentos:

I – Pessoa Física: RG, CPF e Comprovante de endereço do contribuinte aderente;

II – Pessoa Jurídica: Contrato Social atualizado, RG, CPF e Comprovante de endereço do representante legal.

CAPÍTULO IV

Das fases e cobrança de créditos tributários e não tributários no âmbito municipal

Art. 17 - Para fins de cobrança e reconhecimento da dívida pelo devedor, o contribuinte que aderir ao programa deverá assinar termo de confissão e reconhecimento de dívida, podendo este termo valer de garantia para fins de promoção da execução fiscal judicial, conforme o caso.

§ 1º - A recusa da assinatura ao termo de que trata o caput deste artigo implica na impossibilidade de adesão ao Programa.

§ 2º - Todos os termos serão dirigidos aos responsáveis pelo débito, nos termos da lei, bem como certificarão o prazo para pagamento ou manifestação do devedor sobre a sua dívida, inclusive com o aviso de inscrição da dívida ativa, quando for o caso.

§ 3º - Após a assinatura do termo, os créditos tributários e não tributários, inscritos na dívida ativa ou não, estarão aptos a serem exigidos pelo município por todos os meios legais admitidos em direito, inclusive para fins de cumprimento da Resolução de nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a protestar, extrajudicialmente, independentemente de seu valor e sem prévio depósito de emolumentos, custas ou qualquer despesa para o município, as Certidões de Dívida Ativa (CDA) dos créditos tributários e não-tributários do Município, reconhecidos e não pagos pelo contribuinte durante a vigência do Programa.

§ 1º - A adoção das medidas previstas nesta Lei Complementar não afasta a incidência de atualização monetária e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Municipal, quando prevista em Lei.

§ 2º - A existência de processo de execução fiscal em desfavor do devedor, não impede que o município efetue o protesto desses créditos, com os valores devidamente atualizados.

§ 3º - O município buscará a resolução das demandas preferencialmente de forma extrajudicial, devendo propor as execuções fiscais apenas nos casos já consolidados na dívida ativa municipal.

Art. 19 - Nos termos da Lei Complementar Federal de nº 208/2024, o protesto em cartório da dívida pública municipal interrompe o prazo prescricional, para fins de promoção de ação de cobrança de crédito tributário.

Art. 20 - Os pagamentos dos valores devidos pelo protesto das Certidões de Dívida Ativa (CDA) expedidas pela Fazenda Pública correrão por conta dos contribuintes inadimplentes, cabendo a eles também a comprovação da quitação de débito, junto ao município, para fins de cancelamento do protesto.

Parágrafo único: Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida, com o recolhimento de todas as taxas e demais encargos cabíveis.

Art. 21 - Nos termos desta Lei Complementar o contribuinte que fizer a adesão ao Programa, nos termos da Resolução de nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça, será submetido a três fases de cobranças de créditos tributários e não tributários, sendo elas:

I – Fase administrativa;

II – Protesto da dívida;

III – Cobrança Judicial.

Art. 22 - Na fase administrativa o contribuinte será notificado de seus débitos junto ao fisco municipal e terá o prazo de até 30 (trinta) dias para comparecer ao setor de fiscalização e tributos e aderir ao programa, nos termos desta Lei.

§ 1º - A notificação de que trata o caput deste artigo poderá ser feita via postal, por carta registrada, por ato fiscal (notificação de cobrança amigável), por meio eletrônico, e-mail, por edital ou por qualquer outro meio, desde que garantida a ciência do devedor sobre a sua dívida.

§ 2º - A recusa do recebimento da notificação pelo devedor, não se constitui em impedimento da ciência da dívida, podendo o agente municipal certificar esta recusa no ato da notificação.

§ 3º - Todas as notificações serão dirigidas aos responsáveis pelo débito, nos termos da lei, bem como certificarão o prazo para adesão ao Programa de que trata esta Lei.

§ 4º - Quando se tratar de notificação por meio eletrônico ou qualquer outro meio que implique em ato de reconhecimento exclusivo do devedor, o município poderá certificar a sua ciência mediante a leitura da mensagem ou informações encaminhadas ao jurisdicionado.

§ 5º - Após a notificação, os créditos tributários e não tributários, inscritos na dívida ativa ou não, estarão aptos a serem exigidos pelo município por todos os meios legais admitidos em direito, inclusive para fins de cumprimento da Resolução de nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 23 - Após, transcorrido o prazo da notificação para adesão ao Programa, não tendo o contribuinte comparecido ao setor de fiscalização e tributos para a regularização de seus débitos junto ao fisco municipal, serão os débitos remetidos aos seguintes órgãos:

I - Cartórios de Registros e de Protestos, desta e de outras comarcas;

II - Órgãos de Proteção ao Crédito entre os quais: SPC, SERASA.

§ 1º - Os Cartórios de Registros e de Protestos deverão realizar a cobrança dos débitos municipais, nos termos desta lei, observadas as disposições de seus regimentos, de modo que, o não pagamento da dívida ensejará no protesto em nome do devedor, inclusive concedendo os descontos previstos nesta Lei e parcelamento se for o caso.

§ 2º - Os órgãos de Proteção ao Crédito deverão realizar a cobrança dos débitos municipais, nos termos desta lei, observadas as disposições de seus regimentos, de modo que, o não pagamento da dívida ensejará na inscrição do nome do devedor no rol de inadimplentes.

§ 3º - Caso o contribuinte decida pela adesão aos descontos e parcelamento dos créditos tributários, o setor Tributário fará a suspensão da cobrança e da negativação nos órgãos mencionados no *caput* deste artigo. Em caso de inadimplemento, o saldo devedor remanescente voltará a sua origem e negativação.

Art. 24 - Transcorrido 30 (trinta) dias desde o início da fase do protesto, sem que o devedor tenha quitado sua dívida, dar-se-á início à fase de cobrança judicial.

Art. 25 - Na fase de cobrança judicial a dívida será remetida à Procuradoria Jurídica do município que deverá ingressar com a execução fiscal competente para a garantia do débito.

§ 1º - A execução judicial deverá ser intentada juntamente com cópia de todos os documentos e atos da primeira e segunda fase de cobrança de que trata esta lei, para fins de cumprimento da Resolução de nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º - A execução judicial será promovida em desfavor do devedor, independentemente da existência de Protesto em cartório e/ou da negativação de seu nome.

§ 3º - Para garantia e satisfação do crédito exequendo, a Procuradoria Jurídica Municipal poderá valer-se da penhora de bem específico do devedor, com a utilização do Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), nos termos do Provimento de nº 188/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

§ 4º - A ação judicial ou execução fiscal será promovida nos termos da legislação própria.

Art. 26 - Pode ser dispensada a exigência do protesto extrajudicial de dívida municipal, nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras, conforme análise do juiz no caso concreto:

I – Comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito, tais como SCPC, SERASA e congêneres;

II – Existência da averbação, inclusive por meio eletrônico, da certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora; ou

III – Indicação, no ato de ajuizamento da execução fiscal, de bens ou direitos penhoráveis de titularidade do executado.

CAPÍTULO V

Das notificações, intimações e comunicações oficiais

Art. 27 - Fica autorizada, no âmbito do Setor de Tributos do Município, a utilização de meios digitais para a realização de notificações, intimações e comunicações oficiais relativas a procedimentos administrativos tributários, inclusive de fiscalização, lançamento, revisão, cobrança administrativa e demais atos de competência da administração tributária municipal.

Art. 28 - Consideram-se meios digitais válidos, entre outros:

I – Aplicativos de mensagens instantâneas, especialmente o WhatsApp;

II – Correio eletrônico (e-mail);

III – Outros meios eletrônicos oficialmente adotados pelo Município.

Art. 29 - A utilização de meios digitais para fins de notificação e intimação observará, obrigatoriamente, as seguintes condições:

I – Existência de cadastro prévio do contribuinte, responsável tributário ou representante legal junto ao Município, com indicação expressa de número de telefone e/ou endereço eletrônico;

II – Manifestação de concordância do contribuinte quanto ao recebimento de comunicações por meio digital, a qual poderá ser formalizada no próprio cadastro, em requerimento administrativo ou em outro instrumento admitido pelo Setor de Tributos;

III – Identificação clara do órgão emissor da comunicação, do servidor responsável pelo envio e do respectivo processo administrativo;

IV – Preservação da integridade, da autenticidade e da rastreabilidade da comunicação realizada.

Art. 30 - As notificações e intimações realizadas por meio digital terão plena validade jurídica para todos os fins administrativos, desde que seja possível comprovar:

I – O envio da comunicação ao número de telefone ou endereço eletrônico informado pelo contribuinte; e

II – A confirmação de entrega da mensagem ou o registro técnico de envio, quando o meio utilizado não permitir confirmação expressa de leitura.

Parágrafo único: Na impossibilidade de comprovação do envio ou da entrega, a unidade responsável deverá promover nova tentativa de comunicação ou realizar a notificação pelos meios convencionais previstos na legislação municipal.

Art. 31 - Considera-se realizada a notificação ou intimação digital:

I – Na data da confirmação de leitura da mensagem; ou

II – Na data do registro de entrega pelo sistema utilizado, quando não houver funcionalidade de confirmação de leitura.

Art. 32 -O contribuinte poderá, a qualquer tempo, solicitar a exclusão, alteração ou atualização de seus dados de contato, bem como optar formalmente pela não utilização dos meios digitais, hipótese em que as comunicações passarão a ser realizadas exclusivamente pelos meios tradicionais.

Art. 33 - Compete ao Setor de Tributos:

I – Manter sistema de controle das comunicações digitais realizadas, com registro do conteúdo enviado, data, horário, meio utilizado e identificação do servidor responsável;

II – Adotar procedimentos internos de segurança da informação, com vistas à proteção dos dados pessoais tratados no âmbito das comunicações digitais;

III – Orientar os servidores quanto ao uso adequado dos meios digitais institucionais;

IV – Assegurar que as comunicações sejam realizadas exclusivamente por canais oficiais do Município, vedada a utilização de contas pessoais dos servidores para fins institucionais.

Art. 34 - As comunicações digitais deverão, sempre que possível, conter:

I – Identificação do processo administrativo;

II – Descrição objetiva do ato praticado ou da providência exigida;

III – Prazo para manifestação do interessado, quando aplicável;

IV – Indicação da unidade administrativa responsável.

Art. 35 - Os documentos encaminhados por meio digital ao contribuinte ou recebidos do interessado deverão ser juntados aos respectivos processos administrativos, físicos ou eletrônicos, para fins de controle, fiscalização e eventual comprovação futura.

Art. 36 - A utilização de meios digitais não afasta, em nenhuma hipótese, a possibilidade de realização de notificações e intimações por outros meios legalmente admitidos, sempre que necessário para assegurar a regularidade do procedimento administrativo tributário.

Art. 37 - O tratamento de dados pessoais realizado em razão da aplicação desta Lei deverá observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, especialmente quanto à finalidade, necessidade, segurança e proteção das informações dos contribuintes.

Art. 38 - Os casos omissos e as situações específicas relacionadas à operacionalização das notificações digitais serão disciplinados por instrução normativa expedida pelo órgão responsável pela administração tributária municipal.

CAPÍTULO VI

Da celebração de convênios para cobrança de dívidas municipais

Art. 39 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com os Cartórios de Registros e de Protestos, desta e de outras comarcas, com os órgãos da Administração Pública Estadual e Federal e com os órgãos de Proteção ao Crédito entre os quais: SPC, SERASA, CADIN, visando à garantia do recebimento da dívida pública municipal.

Art. 40 - O convênio firmado entre o Poder Público Municipal e os demais órgãos de cobrança deverão dispor sobre as condições para a exigência municipal, para o registro dos protestos de Certidões de Dívida Ativa – CDA expedidas pela Fazenda Pública Municipal e dos respectivos atos a serem realizados, observado o disposto em Legislação Federal e Estadual.

Art. 41 - Com o inadimplemento do crédito tributário e não tributários reconhecidos e não pagos pelo contribuinte durante a vigência do Programa, fica autorizada a inscrição do devedor em qualquer cadastro informativo dos órgãos de proteção de crédito, podendo o município:

I – Oficiar o Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN/MS e as entidades correlatas dos demais entes da federação, mencionando sobre a inscrição em dívida ativa e possíveis constrições da dívida municipal em desfavor do devedor;

II - Oficiar ao Cartório de Registro de Imóveis e demais cartórios desta e de outras comarcas, se necessário, mencionando sobre a inscrição em dívida ativa e possíveis constrições da dívida municipal em desfavor do devedor;

III – Proceder com a cobrança bancária;

IV - Firmar convênios com outros entes da Federação para eficiência na cobrança;

V - Utilizar mecanismos de dados de informática para implementar a eficiência na arrecadação, diminuição da inadimplência e eficiência nas execuções;

VI - Realizar outras providências previstas na legislação tributária, municipal ou processual.

Parágrafo único: As medidas previstas neste artigo não obstam a execução dos créditos inscritos em dívida ativa, por meio da Lei Federal de Execução Fiscal, nem as garantias previstas nos artigos 183 a 193, do Código Tributário Nacional (Lei Federal n° 5.172/66).

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Art. 42 - Não haverá aplicação de penalidades e multa pelo descumprimento da obrigação principal sobre os débitos não lançados, declarados espontaneamente, por ocasião da adesão.

Art. 43 - Os descontos concedidos por esta Lei Complementar não conferem quaisquer direitos à restituição, no todo ou em parte, de importância já pagas, a qualquer título, antes do início de sua vigência.

Art. 44 - O Poder Executivo, em casos excepcionais, fica autorizado a promover o agrupamento de débitos de qualquer natureza, inscritos em dívida ativa, ajuizado ou não, com exigibilidade suspensa ou não, de um mesmo proprietário de diversas inscrições imobiliárias em uma única inscrição imobiliária.

Art. 45 - Nos termos da Resolução nº 617/2025 do Conselho Nacional de Justiça, os documentos a serem remetidos pelos cartórios ao Município não devem ter a cobrança de emolumentos.

Art. 46 - O Poder Executivo regulamentará por decreto no que couber, a presente Lei Complementar.

Art. 47 - Esta Lei Complementar Municipal possui aplicação e vigência por prazo indeterminado, devendo o Poder Público Municipal proceder e adotar integralmente as regras do Programa Regulariza Jardim, no que couber.

Art. 48 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogadas as Leis Complementares nº 266/2025 e nº 275/2025, bem como todas as disposições em contrário.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA

Prefeito do Município de Jardim-MS

ANEXO I

TERMO DE NOVAÇÃO E CONFISSÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL COM COMPROMISSO DE PAGAMENTO – REGULARIZA JARDIM

O **MUNICÍPO DE JARDIM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº.: 03.162.047/0001-40, sito à na Rua Coronel Juvêncio, Nº 547 – Centro - CEP 79240-000 - Jardim/MS, neste ato representado pelo Chefe de fiscalização de Tributos Municipal, que este subscreve, vem por meio deste, firmar o compromisso de pagamento de débito, com base nas clausulas abaixo descritas:

REQUERENTE: Nome completo, estado civil, profissão, nacionalidade, RG, CPF, endereço completo.

IMÓVEL: Descrição completa do imóvel, matrícula, inscrição municipal, endereço completo e demais dados de identificação.

ENDEREÇO ATUALIZADO DO CONTRIBUINTE: Endereço completo, com rua, número,bairro, cidade, CEP, telefone e e-mail necessários para atualização cadastral

Dados do débito		
Origem:		
Valor original:	**Juros:**	**Multa:**
Correção monetária:	**Penalidades:**	

O Contribuinte acima identificado, requer o parcelamento dos débitos do imóvel junto à Prefeitura Municipal acima discriminados nos termos do parcelamento abaixo:

Dados do Parcelamento	
Valor repactuado:	
Data:	**Número:**
Número de Parcelas:	
Modalidade: (especificar parcelas e descontos)	
Entrada: (valor e data)	
Vencimentos subsequentes: (especificar os valores e datas)	

O Requerente declara, outrossim, estar ciente de que o presente pedido importa:

a) Em confissão irretratável da dívida e configura confissão extrajudicial nos termos dos artigos 348, 354 do código de Processo Civil;

b) Em novação da dívida municipal nos termos do artigo 360, inciso I do Código Civil;

c) O não pagamento de 03 (três) prestações consecutivas implicará o cancelamento automático do parcelamento, independente de prévio aviso ou notificação, não podendo reparcelar tal dívida, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa, para imediata cobrança executiva, na forma administrativa ou judicial.

CLAUSULA 1ª: O Município de Jardim/MS reconhece neste o direito de parcelamento de valores em favor do(a) requerente Nome completo, estado civil, profissão, nacionalidade, RG, CPF, endereço completo com relação ao imóvel Descrição completa do imóvel, matrícula, inscrição municipal, endereço completo e demais dados de identificação.

CLAUSULA 2ª: O crédito a ser pago à este município perfaz a monta de R$ XXXXXXXXXXXXX (xis por extenso) e será pago em XX (xis parcelas por extenso) parcelas fixas, mensais e consecutivas de R$ XXXXXXXXXXXXX (xis por extenso), cada.

CLAUSULA 3ª: O pagamento terá início na data de assinatura deste termo e tem o término previsto para a correspondência exata de XX (xis por extenso) meses, devendo todas as parcelas serem pagas para fins de recebimento do termo de quitação.

CLAUSULA 4ª: Não serão tolerados atrasos ou pagamentos efetuados fora do prazo estipulado neste termo, sendo que, o não pagamento de 03 (três) das parcelas aqui assumidas, na data avençada, caracterizará o descumprimento deste termo, podendo o saldo remanescente do débito ser exigido pelo município de imediato, sem o prejuízo de correção e atualização monetária, aplicação de juros legais e ainda a aplicação das sanções e dos valores (honorários advocatícios e custas processuais) incidentes.

CLAUSULA 5ª: O(a) Requerente confirma os valores do débito e a forma do pagamento a ser realizado por este município, bem como declara o recebimento de cópia deste compromisso de pagamento, com total ciência e aceite dos termos nele contidos.

CLAUSULA 6ª: Para que surtam os seus efeitos, legais e jurídicos, firmam as partes o presente compromisso de pagamento, que lido e descrito, é assinado pelo Chefe de Fiscalização de Tributos e pelo(a) Requerente, em duas vias de igual teor.

Jardim/MS, XX de XXXXXXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX **XXXXXXXXXXXXX**

CPF nº **XXXXXXXXXX** Chefe Do Setor De Tributos

Matrícula nº XXXXX

JULIANO DA CUNHA MIRANDA

Prefeito do Município de Jardim/MS

Matéria enviada por Elza Franco

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPIO DE JARDIM

PORTARIA N.º 289/2026 – DRH **Em, 30 de março de 2026.**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jardim – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder Licença Auxílio Doença de acordo com o resultado do Benefício Por Incapacidade Temporária, Número do Benefício 727.722.821-0 do Instituto Nacional do Seguro Social, para a servidora **KATIA CRISTINA VELASQUES DA SILVA,** Matrícula 2360-7, **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Educação no período de **29/05/2026 a 31/10/2026.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA (GUGA)

Prefeito Municipal de Jardim/MS

Matéria enviada por Maria Luísa de Campos Sá

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICIPIO DE JARDIM

PORTARIA N.º 288/2026 – DRH **Em, 30 de março de 2026.**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jardim – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder o pagamento do Adicional de férias para o mês de março de 2026, para a servidora abaixo relacionada:

MARISTELA SOUZA COELHO– Matrícula 3495-3, PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, usufruirá suas férias no período de 01/04/2026 a 30/04/2026, referente ao período 2025/2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA(GUGA)

Prefeito Municipal de Jardim/MS

Matéria enviada por Maria Luísa de Campos Sá

Câmara Municipal de Jardim

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 016/2026

Dispõe sobre a suspensão do expediente na Câmara Municipal de Jardim nos dias 02 e 03 de abril de 2026 e dá outras providências.

A**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o artigo 52, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDOo Decreto Municipal nº 001/2026, que estabeleceu o calendário de feriados e pontos facultativos para o exercício de 2026 no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDOque o referido decreto instituiu ponto facultativo no dia 02 de abril (Quinta-feira Santa) e feriado nacional no dia 03 de abril (Sexta-feira Santa - Paixão de Cristo);

CONSIDERANDOo disposto no artigo 295 do Regimento Interno da Câmara Municipal, que estabelece que não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretados no Município, em harmonia com o calendário municipal;

RESOLVE

Art. 1º Fica suspenso o expediente da Câmara Municipal de Jardim nos dias **02 de abril (quinta-feira)**e **03 de abril**

(sexta-feira) de 2026.

Art. 2º As atividades legislativas e administrativas retornarão à normalidade no dia 06 de abril de 2026, segunda-feira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim- MS, em 31 de março de 2026.

Ver. Tereza Ap. Ribeiro Moreira Ortiz

Presidente da Câmara Municipal de Jardim

Matéria enviada por JULIANA VILAS BOAS FERNANDES BRUM

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI

Câmara Municipal de Juti

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2026

AUTÓGRAFO PROJETO DE ORDINARIA Nº 001/2026

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2026

"Dispõe sobre a revisão e reajuste da remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Juti-MS, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal art. 63, II da Lei Complementar Municipal nº 001/2022 e da outras providencias".

O Vereador Deunizar da Silva Dias, Presidente da Câmara Municipal de Juti/MS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, submete à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º A remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Juti-MS, efetivos e comissionados, fica majorada em percentual correspondente a 7% (sete por cento), calculado sobre o seu valor bruto, a partir de 1º de janeiro de 2026, a título de revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal e art. 63, II da Lei Complementar Municipal nº 001/2022, sendo 4,26 (quatro vírgula vinte e seis por cento) de acordo com o índice do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado no período do ano de 2025 e 2,74% (dois vírgula setenta e quatro por cento) correspondente a ganho real.

Art. 2º O Anexo II-A e o Anexo II-B da Lei Complementar nº 039/2022, alterados posteriormente, passam a vigorar conforme os Anexos I e II desta Lei.

Art. 3º Os recursos decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Plenário da Câmara Municipal de Juti-MS, em 23 de março de 2026.

_____

Vereador

Deunizar da Silva Dias

Anexo I – Vencimento dos Cargos Efetivos

Nível				Classe				
	A	B	C	D	E	F	G	H
I	2.143,04	2.357,34	2.593,09	2.852,30	3.137,65	3.451,40	3.796,55	4.176,20
II	2.621,10	2.883,21	3.171,52	3.488,68	3.837,56	4.221,32	4.643,45	5.107,79
III	3.395,89	3.735,48	4.108,03	4.516,93	4.964,91	5.455,10	6.090,02	6.617,62
IV	5.176,25	5.693,88	6.263,26	6.886,59	7.578,54	8.336,40	9.170,05	10.087,05

Anexo II – Vencimento dos Cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superior – DAS

Símbolo – Cargos	Vencimentos
DAS – Diretor Administrativo	4.821,94
DAS1 – Assessor Legislativo	2.483,51
DAS1 – Assessor Jurídico	5.861,46
DAS2 – Chefe de Gabinete	3.778,17
DAS3 – Assessor de Comunicação	2.331,12

_____

Vereador

Deunizar da Silva Dias

Matéria enviada por Ângela Cristina Santoro

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 011/2026

PREGÃO ELETRÔNICO(SRP) 003/2026

Código Registro Informação: "4ECFCEC2833682D938DD41A31B990A9DOB"

Remessa Online": 6409777

O MUNICIPIO DE JUTI, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial designado pelo Decreto n. 003/2026, de 05 de janeiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Município no dia 08 de janeiro de 2026, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO(SRP),** do tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL",** Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE NÃO FAZEM PARTE DA FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUTI MS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA**.

Para tanto informa que a sessão pública será realizada no dia **15 de Abril de 2026 às 09h30min (horário oficial de Brasília):** O recebimento da documentação requerida para participação da presente licitação, será realizado em data, horário e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na forma digital, no Portal de Licitações Compras BR, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br, salvo comunicação expressa em contrário. Após o credenciamento dos interessados que se apresentarem de forma "on-line" para tomar parte do certame, ocorrerá à sua abertura, em sessão pública virtual, que será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados através do Decreto n. 003/2026, de 05 de janeiro de 2026, ou no futuro, ao que os substituir.

Os interessados deverão entrar em contato com o Setor de Licitações na Prefeitura Municipal de Juti - MS, sito à Avenida Gabriel de Oliveira, 1000, Centro, Juti-MS, através do telefone (67) 3463-1462 ou por e-mail: licitacaojuti@gmail.com

Juti/MS, 31 de março de 2026.

GILSON MARCOS DA CRUZ

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Rosângela Sodré de Oliveira Galdino

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PROC. Nº052/2026

Em conformidade com o art. 72, XVII da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021, **AUTORIZO** a dispensa de licitação, fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei retrocitada, conforme solicitação, justificativa e demais documentos constantes no processo abaixo enumerado, o qual tem por objeto Aquisição de ovos de chocolate artesanais, para atender a secretaria de assistência social e secretaria municipal de educação, cultura e esporte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

PROCESSO Nº052/2026

DISPENSA Nº013/2026

FAVORECIDO: EULALIA FONSECA MACHADO (ATELIE DO CACAU)

CNPJ: n. 36.880.900/0001-18

VALOR TOTAL: *R$ 35.867,55(trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).*

Ainda, determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato ou outro equivalente, e realize as publicações exigidas no diário oficial, bem como sítio eletrônico oficial desta Administração, consoante art. 72, parágrafo único c/c art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei n. 14.133/21.

Juti/MS, 31 de março de 2026.

GILSON MARCOS DA CRUZ

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Rosângela Sodré de Oliveira Galdino

AVISO DE LICITAÇÃO PROC.Nº039/26

PROCESSO LICITATÓRIO N. 039/2026

PREGÃO PRESENCIAL(SRP) N. 006/2026

EM ACORDO COM A LEI FEDERAL N. 14.133/21

Código Registro Informação: 2F758C695807CEC12867CD14CD6C071C982A11E3,

Id Remessa Online: 6421430

O MUNICIPIO DE JUTI, por intermédio de sua Pregoeira Oficial designado pelo Decreto n. 003/2026, de 05 de janeiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Município no dia 08 de janeiro de 2026, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de laboratório de análises clinicas para atender as necessidades da secretaria de saúde do município de Juti Ms, conforme especificações e quantitativos constantes no termo de referência.

Para tanto, informa que a sessão pública será realizada no dia **08 de Abril de 2026, às 08h30min,** na Sala de Licitação, situada na Avenida Gabriel de Oliveira, 1000 – Centro.

Poderão participar do certame licitatório, interessados pertinentes ao ramo correlacionado ao objeto desta licitação.

O Edital e seus anexos, estão disponíveis no site: **http://177.73.104.96:5656/transparencia/** > clique em: **licitações e contratos**, e, em seguida **preencha o campo Proc. Licitatório com o número do processo citado acima,** depois vá na aba "**documentos"** para baixa-lo, ou, se preferir, entre em contato com o Setor de Licitações na Prefeitura Municipal de Juti - MS, sito à Avenida Gabriel de Oliveira, 1000, Centro, Juti-MS, através do telefone 0800.000.3876 ou por e-mail: licitacaojuti@gmail.com para adquirir a Cópia do Edital e anexos.

Juti/MS, 31 de março de 2026.

GILSON MARCOS DA CRUZ

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Rosângela Sodré de Oliveira Galdino

MUNICÍPIO DE JUTI
AVENIDA GABRIEL DE OLIVEIRA, 1000
24.644.296/0001-41 Exercício: 2026

DECRETO Nº 34 , DE 19 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.757

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE Juti, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$7.031,90 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **7.031,90**

02 05 02 FUNDO MUNIC.MANUT.DESENV.EDUC.BAS - FUNDEB

249	12.361.0400.2020.0000	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, CULTURA E ESPORTE PARA	7.031,90
	4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 540 0000
	540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: **7.031,90**

Fontes de Recurso	
540 0000	7.031,90

Artigo 3o.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE A. DE PAULA FREIRE URBIETA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
012.844.651-01

GILSON MARCOS DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL
366.598.781-49

Juti, 19 de março de 2026

GILSON MARCOS DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Saude

Descredenciamento de Glacielle MAria Safe da Silva

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Glacielle Maria Safe da Silva.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 04/01/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 23/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Tatiana dos Santos Ribeiro

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Jenny Stephanie Mendes dos Santos.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 25/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Nilce Ramalho Ribas

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Nilce Ramalho Ribas.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 14/04/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Ivonildo da Silva Santos

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Ivonildo da Silva Santos.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnico de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 13/08/2024.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Monica Bejarano Coria

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Bruna Segóvia Maldonado.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 10/02/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Bruna Segovia Maldonado

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Bruna Segóvia Maldonado.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 10/02/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Marcely da Cruz Alencar

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Marcely da Cruz Alencar.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 25/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Ricardo Conceição Kerr de Souza

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Ricardo Conceição Kerr de Souza.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnico de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 15/10/2024.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Sthefany Martins da Silva

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Sthefany Martins da Silva.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 15/10/2024.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Cristiane de Almeida Pereira do Amaral

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Jenny Stephanie Mendes dos Santos.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 25/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Jenny Stephanie Mendes dos Santos

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Jenny Stephanie Mendes dos Santos.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 25/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Evelin Cristine Lopez Ribera Chavez

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Evelin Cristine Lopez Ribera Chavez.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnico de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 18/04/2022.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Evelise Bogado Camposano

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Evelise Bogado Camposano.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições

de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 31/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Elaine Laura Marques de Souza Jard

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Elaine Laura Marques de Souza Jard.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 31/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Hermindo Correa de Arruda

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Hermindo Correa de Arruda.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnico de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 02/01/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Jorgenete de Jesus Arruda

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Jorgenete de Jesus Arruda.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 21/06/2024.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Renata Rodrigues Arguelo

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Renata Rodrigues Arguelo.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Enfermeira,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 01/02/2023.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de João Paulo Soares de Moraes

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e João Paulo Soares de Moraes.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Enfermeiro,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 28/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Eduardo Figueiredo Ferreira

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Eduardo Figueiredo Ferreira.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnico de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 07/02/2024.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Iasmin de Almeida Moreno

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Iasmin de Almeida Moreno.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 15/10/2024.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Rosenira Alves Diniz

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Rosenira Alves Diniz.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 25/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

Saude

Descredenciamento de Marluce de Medeiros Siles Abreu

PARTES: Secretaria Municipal de Saúde de Ladário e Marcely da Cruz Alencar.

OBJETO: Descredenciamento, de Prestação de Serviços para atender necessidades temporárias, inerente às atribuições de **Técnica de Enfermagem,** previsto no Termo de Credenciamento Nº 02/2019 para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário, assinado em 25/03/2025.

FUNDAMENTO:

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.2 - A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

Data do descredenciamento: 31/03/2026.

Assinam: Allex Prado Della – Secretário Municipal de Saúde.

Matéria enviada por Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz

PREFEITURA

DECRETO Nº 195/PML, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que são conferidas pelo inciso VII, art. 60 da Lei Orgânica do Município, promulgada no dia 5 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei Municipal nº 673, de 6 de setembro 2000;

CONSIDERANDO os feriados de sexta feira santa – SEXTA FEIRA DA PAIXÃO (03.04.2026) e de Tiradentes (21.04.2026);

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nos dias dia 02.04.2026 (quinta feira) e 20.04.2026 (segunda feira), não havendo atendimento nos órgãos públicos do poder executivo.

Art. 2º Excetuam-se das disposições deste Decreto e deverão obedecer ao horário normal de trabalho as unidades que, pela natureza de seus serviços, e a critério de autoridade competente, não possam interromper suas atividades, principalmente as que atuam nas áreas da saúde, segurança, infraestrutura e outras.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ladário-MS, 31 de março de 2026.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO SUPLEMENTAR Nº 05/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 01/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO/MS**, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, bem como na Lei Complementar Municipal nº 175/2025:

CONSIDERANDO o Princípio da Continuidade do Serviço Público, que veda a interrupção de atividades essenciais, especialmente as de saúde pública;

CONSIDERANDO a desistência formal de candidata anteriormente convocada para a função de Técnico de Enfermagem ESF, gerando a necessidade de preenchimento da vacância para manutenção da assistência;

CONSIDERANDO a existência de candidatos aprovados em cadastro de reserva no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 01/2026;

RESOLVE:

Art. 1º **CONVOCAR**, em caráter de urgência, a candidata abaixo relacionada, em decorrência de desistência de candidato anterior e observada a estrita ordem classificatória, para fins de contratação temporária:

I. CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF:

CLASSIFICAÇÃO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF	
	NOME	PONTUAÇÃO
9	CLAUDIANE LEITE DOS SANTOS	32,5

Art. 2º A candidata ora convocada deverá comparecer à Secretaria Municipal de Saúde nos dias **01 e 02 de abril de 2026**, no período das **07h30 às 13h00**, para os procedimentos de contratação.

Art. 3º. Para a efetivação da contratação, a candidata deverá apresentar as originais e cópias dos seguintes documentos, conforme exigido no item 8.2 do Edital de regência:

Identificação e Registros Pessoais:

Registro Geral de Identificação (RG);

Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF);

Título de Eleitor e Comprovante de Quitação Eleitoral da última eleição;

Certificado de Reservista (quando couber);

Cadastramento no PIS/PASEP;

Certidão de Nascimento ou Casamento;

Certidão de Nascimento dos filhos dependentes (se houver);

Comprovante de residência atualizado;

01 (uma) foto 3x4 recente.

Qualificação Profissional:

Comprovante de escolaridade exigida para o cargo (conforme Anexo I do Edital);

Carteira de identidade profissional e registro ativo e regular no respectivo conselho de classe.

Saúde e Antecedentes:

Atestado médico que comprove boa saúde física e mental;

Certidão de antecedentes criminais emitida pelo Tribunal de Justiça de MS.

Declarações Obrigatórias:

Declaração de não acúmulo de cargos públicos, observadas as exceções constitucionais;

Declaração de Bens.

Art. 4º O não comparecimento no prazo estipulado ou a inobservância na entrega da documentação exigida configurará renúncia tácita ao direito de contratação.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ladário/MS, 31 de março de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO - 2026

ALLEX PRADO DELLA

Matrícula - 15686

Secretário Municipal de Saúde de Ladário

DECRETO Nº 135/PML, DE 07 DE OUTUBRO DE 2025.

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA ATUAÇÃO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE LADÁRIO/MS

O MUNICÍPIO DE LADÁRIO/MS, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 175, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025, alterada pela LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 181, DE 17 DE MARÇO DE 2026, torna pública a abertura de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado à contratação por tempo determinado de profissionais para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

CONSIDERANDO que a contratação temporária é admitida para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da legislação municipal aplicável;

CONSIDERANDO a necessidade imediata de estruturação técnico-operacional da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, em razão da assunção de atribuições administrativas, técnicas e operacionais indispensáveis ao regular atendimento das demandas ambientais no âmbito municipal;

CONSIDERANDO que a ausência de composição mínima de equipe poderá acarretar prejuízos ao meio ambiente, à continuidade do atendimento público e a bens do Município e de terceiros;

CONSIDERANDO que a situação se enquadra na hipótese do art. 2º, inciso XIV, da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 175/2025, com redação dada pela LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 181/2026, por se tratar de situação que exige pronto atendimento da Administração Municipal para evitar prejuízos à população e a bens do Município ou de terceiros;

CONSIDERANDO que, para os fins do referido dispositivo legal, consideram-se serviços essenciais aqueles cujo atraso, interrupção ou paralisação gere risco à saúde, à segurança, ao meio ambiente, à continuidade do atendimento público direto à população ou a prejuízos imediatos e irremediáveis, devidamente motivados em processo administrativo;

RESOLVE tornar público o presente Edital, nos seguintes termos:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destina-se à seleção de profissionais para contratação temporária, visando ao preenchimento das vagas constantes do ANEXO I deste Edital, para atuação junto à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE LADÁRIO/MS.

1.2. O certame será regido por este Edital e executado por COMISSÃO DE SELEÇÃO designada por ato da autoridade competente.

1.3. A seleção observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, isonomia, motivação e objetividade.

1.4. A contratação decorrente deste Edital terá natureza jurídico-administrativa, por prazo determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, não gerando vínculo efetivo, estabilidade ou integração ao quadro permanente de pessoal do Município.

1.5. O candidato aprovado será contratado de acordo com a necessidade da Administração, a disponibilidade orçamentária e financeira e a persistência da situação que fundamenta a contratação temporária.

1.6. A aprovação no presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO não gera direito subjetivo à contratação, constituindo mera expectativa de direito.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Edital tem por objeto a seleção pública simplificada de profissionais para exercer funções temporárias de natureza técnica e operacional necessárias ao funcionamento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

2.2. As funções temporárias, a quantidade de vagas, a carga horária, a remuneração e os requisitos mínimos para investidura constam do ANEXO I.

2.3. As atribuições das funções temporárias constam do ANEXO II.

2.4. As funções temporárias objeto deste Edital deverão observar os limites legais da contratação temporária, destinando-se à execução de atividades transitórias, vedada sua utilização para burla ao concurso público ou para provimento permanente de cargos públicos.

3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar do presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que preencher os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas legais correspondentes;

II - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

III - estar em dia com as obrigações eleitorais;

IV - estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

V - possuir a escolaridade, habilitação profissional e demais requisitos exigidos para a função pretendida;

VI - gozar de aptidão física e mental para o exercício da função;

VII - não acumular cargos, empregos ou funções públicas em desacordo com a Constituição Federal;

VIII - não ter sido demitido do serviço público por processo administrativo disciplinar, salvo reabilitação legalmente admitida;

IX - apresentar os documentos exigidos neste Edital.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas.

4.2. As inscrições serão realizadas no período de 08/04/2026 a 14/04/2026, no horário de 07h30 às 12h30, na sede da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, situada à Rua Almirante Barroso 704. Centro.

4.3. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar:

I - ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada, conforme ANEXO III;

II - cópia de documento oficial de identidade com foto;

III - cópia do CPF;

IV - comprovante de escolaridade e habilitação exigidos para a função;

V - currículo profissional acompanhado de documentos comprobatórios dos títulos e da experiência profissional;

VI - documentos exigidos para pontuação, na forma do ANEXO IV;

VII - declaração de veracidade das informações prestadas;

VIII - outros documentos eventualmente especificados no ANEXO I.

4.4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital, não podendo o candidato alegar desconhecimento.

4.5. Não serão aceitas inscrições:

I - fora do prazo;

II - com documentação incompleta;

III - condicionais;

IV - em desacordo com as regras deste Edital.

4.6. O candidato será inteiramente responsável pelas informações prestadas e pela entrega da documentação exigida.

4.7. A constatação de falsidade, inexatidão ou irregularidade em qualquer documento, ainda que verificada posteriormente, implicará a eliminação do candidato do certame ou a rescisão do contrato, sem prejuízo das medidas civis, penais e

administrativas cabíveis.

5. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

5.1. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será realizado em 2 (duas) fases, a saber:

5.1.1. FASE I – INSCRIÇÃO E ANÁLISE DOS REQUISITOS MÍNIMOS

5.1.1.1. A primeira fase consistirá na conferência da documentação apresentada e na verificação do atendimento aos requisitos mínimos exigidos para a função temporária.

5.1.1.2. A FASE I terá caráter eliminatório.

5.1.1.3. Será eliminado o candidato que:

I - deixar de apresentar documentação obrigatória;

II - não comprovar os requisitos mínimos para a função;

III - apresentar documentação incompatível, ilegível ou irregular;

IV - prestar informação falsa.

5.1.2. FASE II – ANÁLISE CURRICULAR E DE TÍTULOS

5.1.2.1. A segunda fase consistirá na análise curricular e de títulos dos candidatos habilitados na FASE I, conforme critérios objetivos previstos no ANEXO IV.

5.1.2.2. A FASE II terá caráter classificatório.

5.1.2.3. Somente serão pontuados os títulos e experiências devidamente comprovados até a data final de inscrição.

5.1.2.4. Não será admitida a juntada posterior de documentos para fins de atribuição de pontuação, ressalvada a hipótese de saneamento de erro material sem acréscimo de pontuação indevida.

6. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DA PONTUAÇÃO

6.1. A avaliação dos candidatos habilitados observará exclusivamente os critérios objetivos previstos no ANEXO IV.

6.2. A pontuação máxima da análise curricular e de títulos será de 20 (vinte) pontos.

6.3. A classificação final corresponderá à soma dos pontos obtidos pelo candidato na FASE II.

6.4. Em caso de empate na classificação final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

I - obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada na área da função;

II - possuir maior titulação compatível com a função;

III - tiver maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento.

7. DO INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO E DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será indeferida a inscrição do candidato que não cumprir as exigências previstas neste Edital.

7.2. Será eliminado do certame o candidato que:

I - não preencher os requisitos mínimos exigidos;

II - apresentar documentação falsa ou inidônea;

III - descumprir as regras do Edital;

IV - agir com fraude, má-fé ou tentativa de favorecimento.

8. DOS RESULTADOS

8.1. A COMISSÃO DE SELEÇÃO publicará os seguintes atos:

I - relação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas;

II - resultado preliminar da análise curricular e de títulos;

III - resultado dos recursos;

IV - resultado final e homologação.

8.2. As publicações serão realizadas no Diário Oficial do Município e/ou no sítio eletrônico oficial do Município, conforme definido pela Administração.

9. DA FASE RECURSAL

9.1. Caberá recurso administrativo contra:

I - indeferimento da inscrição;

II - eliminação do candidato na FASE I;

III - pontuação atribuída na FASE II;

IV - erro material na classificação preliminar.

9.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação do ato recorrido.

9.3. O recurso deverá ser protocolado no local indicado pela Administração, no horário de expediente, ou em meio eletrônico, se expressamente previsto no ato de publicação.

9.4. O recurso deverá conter:

I - nome completo do candidato;

II - número do documento de identidade e CPF;

III - função pretendida;

IV - exposição objetiva e fundamentada das razões recursais;

V - pedido específico;

VI - assinatura do candidato ou de procurador legalmente constituído.

9.5. Não será conhecido o recurso:

I - apresentado fora do prazo;

II - sem fundamentação;

III - genérico;

IV - apresentado por pessoa sem legitimidade;

V - destinado à juntada de documento novo para obtenção de pontuação, salvo hipótese de correção de erro material.

9.6. Os recursos serão apreciados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, que poderá manter, reformar ou invalidar o ato recorrido, mediante decisão fundamentada.

9.7. O resultado dos recursos será publicado juntamente com o resultado final ou em ato específico anterior.

9.8. Das decisões da COMISSÃO DE SELEÇÃO não caberá novo recurso na esfera administrativa, salvo se houver previsão expressa em ato normativo municipal.

10. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Após o julgamento dos recursos, será publicado o resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

10.2. O resultado final será homologado pela autoridade competente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

10.3. A homologação final encerra o certame, permanecendo válida a ordem classificatória para fins de eventual convocação durante o prazo de validade do processo seletivo.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

11.1. O prazo de validade do presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será de 1 (um) ano, contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da Administração.

12. DA CONVOCAÇÃO

12.1. Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade da Administração e observada rigorosamente a ordem de classificação.

12.2. A convocação será publicada no Diário Oficial do Município e/ou no sítio eletrônico oficial, devendo o candidato atender ao chamamento no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação, salvo prazo diverso expressamente indicado no ato convocatório.

12.3. O candidato convocado deverá apresentar, para fins de contratação, os documentos exigidos pela Administração, inclusive:

I - documento oficial de identidade e CPF;

II - comprovante de escolaridade e habilitação profissional;

III - comprovante de quitação eleitoral;

IV - comprovante de quitação militar, quando cabível;

V - comprovante de residência;

VI - declaração de não acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas;

VII - certidões exigidas pela Administração;

VIII - atestado de aptidão física e mental, se exigido;

IX - outros documentos funcionais solicitados pelo setor competente.

12.4. O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido implicará desistência tácita, autorizando a convocação do próximo classificado.

12.5. O candidato poderá solicitar, uma única vez, prorrogação do prazo de apresentação por igual período, mediante requerimento fundamentado, a critério da Administração.

13. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

13.1. A contratação será formalizada mediante CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO, conforme minuta constante do ANEXO V deste Edital.

13.2. O prazo inicial da contratação será de até 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato.

13.3. O contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que persista a necessidade temporária que justificou a contratação e haja interesse público devidamente motivado.

13.4. O contratado exercerá as atribuições da função temporária para a qual foi selecionado, observadas as disposições do ANEXO II, a legislação municipal aplicável e as determinações da chefia imediata.

13.5. A contratação não gera estabilidade, efetividade, direito à continuidade do vínculo, nem qualquer forma de investidura em cargo público de provimento efetivo.

13.6. O contratado ficará sujeito à jornada de trabalho, à remuneração e às condições de exercício fixadas no ANEXO I.

14. DO REGIME JURÍDICO E DAS DISPOSIÇÕES FUNCIONAIS

14.1. O vínculo decorrente da contratação temporária será regido pelas normas previstas na legislação municipal específica, pelo instrumento contratual e, subsidiariamente, pelos princípios de direito administrativo aplicáveis.

14.2. O contratado deverá exercer suas atribuições com observância dos deveres de legalidade, lealdade institucional, urbanidade, eficiência, disciplina, sigilo funcional, quando cabível, e respeito ao interesse público.

14.3. É vedado ao contratado:

I - exercer atribuições diversas das previstas para a função, salvo determinação administrativa compatível com o interesse público e com a natureza da função;

II - valer-se da função para obter proveito pessoal ou de terceiros;

III - praticar atos incompatíveis com a moralidade administrativa;

IV - incorrer em acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas.

15. DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato temporário poderá ser rescindido:

I - pelo decurso do prazo contratual;

II - pelo desaparecimento da necessidade temporária que o fundamentou;

III - por interesse público devidamente motivado;

IV - por descumprimento das obrigações contratuais;

V - por iniciativa do contratado, mediante comunicação prévia por escrito;

VI - pela constatação de falsidade documental ou de informação inverídica prestada no certame.

15.2. A rescisão será formalizada por ato administrativo motivado.

16. DO CRONOGRAMA

16.1. O cronograma estimado do certame observará as datas constantes do ANEXO VI.

16.2. O cronograma poderá ser alterado por necessidade administrativa, mediante publicação oficial.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Todas as informações, publicações, convocações e resultados referentes ao presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão divulgados no Diário Oficial do Município e/ou no sítio eletrônico oficial.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, observada a legislação aplicável.

17.3. Integram o presente Edital, para todos os fins:

ANEXO I – Quadro de Funções Temporárias, Vagas, Carga Horária, Remuneração e Requisitos;

ANEXO II – Atribuições das Funções Temporárias;

ANEXO III – Ficha de Inscrição;

ANEXO IV – Tabela de Pontuação da Análise Curricular e de Títulos;

ANEXO V – Ficha de Avaliação Curricular (Uso da Comissão);

ANEXO VI – Minuta de Contrato Administrativo por Tempo Determinado;

ANEXO VII - Cronograma do Processo Seletivo Simplificado.

LADÁRIO/MS, 31 de março de 2026.

Elemar Ebeling

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ANEXO I - DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS E REQUISITOS.

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração (R$)	Requisitos Mínimos
Engenheiro Ambiental Sanitarista (Gestor de Atividades Organizacionais – Função Engenheiro)	1	40 h	R$ 4.387.91	Graduação em Engenharia Ambiental ou Engenheiro Civil com Pós-graduação em Gestão Ambiental e registro ativo no CREA.
Engenheiro Agrônomo (Gestor de Atividades Organizacionais – Função Engenheiro)	1	40 h	R$ 4.387.91	Graduação e registro ativo no CREA.
Biólogo (Gestor de Atividades Organizacionais – Função Biólogo)	1	40 h	R$ 4.387.91	Graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado) e registro ativo no respectivo conselho de classe.
Geólogo (Gestor de Atividades Organizacionais – Função Geólogo)	1	40 h	R$ 4.387.91	Curso Superior na área de Geologia e registro ativo no respectivo conselho de classe
Geógrafo (Gestor de Atividades Organizacionais – Função Geólogo)	1	40 h	R$ 4.387.91	Curso Superior (Bacharelado) em Geografia e se exigível respectivo registro no conselho de classe

ANEXO II - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Engenheiro Ambiental Sanitarista:

Analisar e emitir pareceres técnicos em processos de licenciamento ambiental. Realizar vistorias, inspeções e fiscalizações ambientais. Elaborar laudos, relatórios e estudos de impacto ambiental. Monitorar a qualidade do ar, da água e do solo. Planejar, coordenar, executar, analisar e emitir pareceres técnicos relacionados ao controle, monitoramento, preservação e recuperação ambiental, com ênfase em saneamento ambiental, recursos hídricos, gerenciamento de resíduos sólidos, controle de poluição e licenciamento ambiental. Atuar na análise de processos administrativos de licenciamento, autorização, regularização e fiscalização ambiental de atividades, empreendimentos e obras potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais. Realizar vistorias, inspeções, levantamentos, auditorias e perícias técnicas, elaborando relatórios, autos, laudos, pareceres e demais documentos técnicos pertinentes. Propor medidas mitigadoras, compensatórias e corretivas, acompanhar o cumprimento de condicionantes ambientais e avaliar estudos, projetos e programas ambientais. Desenvolver atividades de educação ambiental, planejamento, gestão e monitoramento ambiental, bem como exercer demais atribuições compatíveis com a formação profissional e com as competências institucionais da fundação.

Engenheiro Agrônomo:

Planejar, coordenar, executar, analisar e emitir pareceres técnicos em matérias relacionadas ao uso, manejo, conservação e recuperação de recursos naturais, solo, água, vegetação, sistemas produtivos e atividades agrossilvipastoris com interface ambiental. Atuar no licenciamento, controle, monitoramento e fiscalização de empreendimentos, atividades e intervenções que envolvam supressão vegetal, uso do solo, recuperação de áreas degradadas, manejo ambiental, conservação de áreas protegidas e demais ações sujeitas ao controle ambiental. Realizar vistorias, inspeções,

levantamentos e perícias, elaborando relatórios, autos, laudos, pareceres e estudos técnicos. Avaliar planos, programas e projetos ambientais, inclusive quanto a medidas mitigadoras, compensatórias e de recuperação ambiental, bem como acompanhar o cumprimento de condicionantes e exigências legais. Exercer demais atividades correlatas à área de formação e às competências da fundação, no âmbito do licenciamento e da fiscalização ambiental.

Biólogo:

Realizar levantamentos de fauna e flora para processos de licenciamento. Analisar os componentes bióticos em estudos de impacto ambiental. Emitir laudos e pareceres técnicos sobre a biodiversidade local. Participar de ações de fiscalização e monitoramento de ecossistemas. Executar, analisar, planejar e emitir pareceres técnicos relativos à conservação da biodiversidade, fauna, flora, ecossistemas, recursos naturais e qualidade ambiental. Atuar na análise de processos de licenciamento, autorização, regularização e fiscalização ambiental, especialmente em temas relacionados à vegetação nativa, fauna silvestre, áreas protegidas, recuperação de áreas degradadas, monitoramento biológico e avaliação de impactos ambientais. Realizar vistorias, inspeções, levantamentos de campo, inventários, monitoramentos, perícias e auditorias ambientais, elaborando relatórios, laudos, pareceres, autos e demais documentos técnicos. Avaliar estudos ambientais, programas de monitoramento, planos de manejo, recuperação e compensação ambiental, bem como acompanhar o cumprimento de condicionantes ambientais. Desenvolver ações de educação ambiental, apoio técnico a programas institucionais e demais atividades compatíveis com a formação e com as atribuições legais do cargo.

Geólogo:

Planejar, executar, analisar e emitir pareceres técnicos relativos à geologia ambiental, recursos hídricos subterrâneos, geomorfologia, pedologia, geotecnia, mineração, processos erosivos, assoreamento, áreas de risco e demais aspectos do meio físico relacionados ao controle ambiental. Atuar na análise de processos de licenciamento, fiscalização, autorização e regularização ambiental de empreendimentos e atividades com potencial impacto sobre o solo, subsolo, corpos hídricos, recursos minerais e estabilidade do terreno. Realizar vistorias, inspeções, levantamentos, perícias e estudos de campo, elaborando relatórios, laudos, pareceres técnicos, autos e demais documentos necessários. Avaliar estudos ambientais, projetos de recuperação de áreas degradadas, planos de controle ambiental e medidas mitigadoras e compensatórias. Acompanhar o cumprimento de condicionantes ambientais e exercer demais atribuições compatíveis com a formação profissional e com as finalidades institucionais da fundação.

Geógrafo

Planejar, executar, analisar e emitir pareceres técnicos em matérias relacionadas à organização do espaço geográfico, uso e ocupação do solo, ordenamento territorial, geoprocessamento, cartografia, sensoriamento remoto, análise ambiental e avaliação de impactos socioambientais. Atuar na instrução e análise de processos de licenciamento, fiscalização, autorização e regularização ambiental, especialmente quanto à caracterização territorial, delimitação de áreas de preservação, diagnóstico ambiental, análise de restrições locacionais e compatibilidade de uso do solo. Realizar levantamentos, mapeamentos, vistorias, inspeções e estudos técnicos, elaborando relatórios, pareceres, mapas temáticos, laudos e demais documentos pertinentes. Apoiar o monitoramento ambiental, a gestão territorial, o cadastro e a fiscalização de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais. Exercer demais atividades correlatas à formação e às competências legais e institucionais da fundação.

ANEXO III - FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº [ ]/2026FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE LADÁRIO/MS

CARGO PRETENDIDO: _____
__**DADOS PESSOAIS:** Nome Completo: _____
_____

CPF:_____

RG /Órgão
Emissor:_____ Data de Nascimento:
_____/_____/_____

Endereço Completo
Rua/Logradouro: _____
número: _____
Informação Complementar:_____
Telefone: (___)_____
Email:_____

DECLARAÇÃO: Declaro, para os devidos fins, que tenho pleno conhecimento de todas as normas e condições estabelecidas no Edital nº [Inserir número]/2026, e que as informações aqui prestadas são a expressão da verdade, assumindo total responsabilidade por sua exatidão.

Ladário/MS, _____ de _____ de 2026.

_____-
Assinatura do Candidato

---------- (destacar aqui) ----------

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO - Nº _____

Candidato:_____

Cargo Pretendido: _____

Assinatura do Responsável pela Inscrição:_____

ANEXO IV - TABELA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR E DE TÍTULOS

A pontuação final dos candidatos será apurada com base nos critérios a seguir, totalizando no máximo **20 (vinte) pontos**.

1. FORMAÇÃO ACADÊMICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (Máximo de 10,0 pontos)

Critério	Descrição	Pontuação por Unidade	Pontuação Máxima do Critério
A	**Pós-Graduação Stricto Sensu** (Não cumulativo, considerar apenas o de maior grau)		**5,0**
A.1	Doutorado na área de atuação do cargo.	5,0	
A.2	Mestrado na área de atuação do cargo.	2,5	
B	**Pós-Graduação Lato Sensu**		**3,0**
B.1	Curso de Especialização com carga horária mínima de 360 horas na área de atuação do cargo.	1,5	
C	**Cursos de Qualificação ou Extensão Profissional** (Na área de atuação do cargo)		**2,0**
C.1	Curso com carga horária mínima de 200 horas.	1,0	
C.2	Curso com carga horária mínima de 100 horas.	0,75	
C.3	Curso com carga horária mínima de 60 horas.	0,25	

2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Máximo de 10,0 pontos)

Critério	Descrição	Pontuação por Ano	Pontuação Máxima do Critério
D	**Tempo de Exercício Profissional**		**10,0**
D.1	Ano completo de experiência profissional na área de atuação do cargo, comprovada após a conclusão da formação exigida como requisito.	**1,0**	

Observações Importantes:

Limite da Seção 1: A soma dos pontos obtidos nos critérios A, B e C (Formação Acadêmica e Qualificação Profissional) fica **limitada a 10,0 pontos no total**, mesmo que a soma dos títulos e cursos do candidato ultrapasse essa pontuação.

Comprovação: Todos os títulos e cursos só serão pontuados mediante a apresentação de cópias legíveis dos certificados. Para a experiência, serão aceitos contratos de trabalho, anotações na CTPS ou declarações oficiais em papel timbrado.

Não Cumulatividade:

Para o Critério A, será pontuado apenas o título de maior grau (Doutorado ou Mestrado).

Para o Critério C, a pontuação não é cumulativa por curso. Se um candidato apresentar um certificado de 200 horas, receberá 1,5 ponto por ele, e não a soma das pontuações de 60h, 100h e 200h. Diferentes cursos poderão ser somados até o teto de 2,0 pontos.

Área de Atuação: Todos os títulos e cursos devem ser diretamente relacionados à área de atuação do cargo pretendido para serem considerados válidos para pontuação.

Experiência Profissional: A pontuação será atribuída para cada ano completo (365 dias) de experiência, não sendo computada fração de ano. A experiência a ser considerada é aquela adquirida após a data de conclusão do curso que habilita o candidato para o cargo.

Requisito Mínimo: A formação exigida como requisito para o cargo (graduação ou curso técnico) não será pontuada, por ser de caráter eliminatório.

ANEXO V - FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR (USO DA COMISSÃO)

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº [Inserir número]/2026

NOME DO CANDIDATO:	_____
CARGO PRETENDIDO:	_____
Nº DE INSCRIÇÃO:	

1. ANÁLISE: FORMAÇÃO ACADÊMICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (Máximo de 10,0 pontos)

Critério	Descrição	Pontos	Comprovação (S/N)	Pontuação Atribuída
A	**Pós-Graduação Stricto Sensu** (Não cumulativo)			
A.1	Doutorado na área de atuação	5,0		
A.2	Mestrado na área de atuação	2,5		

B	**Pós-Graduação Lato Sensu** (Máx. 1,5 pts)			
B.1	Especialização (mín. 360h)	1,5		
C	**Cursos de Qualificação/Extensão** (Máx. 2,0 pts)			
C.1	Curso (mín. 200h)	1,0		
C.2	Curso (mín. 100h)	0,75		
C.3	Curso (mín. 60h)	0,25		
	SUBTOTAL (A+B+C) - Limite de 10,0 pontos			_____

Observações do Avaliador (Seção 1): _____
_____
_____
_____
_____
_____

2. ANÁLISE: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Máximo de 10,0 pontos)

Critério	Descrição	Cálculo	Pontuação Atribuída
D	**Tempo de Exercício Profissional**	_____ anos completos x 1,0 ponto	_____

Observações do Avaliador (Seção 2): _____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____-

3. PONTUAÇÃO FINAL

Seção	Pontuação
1 - Formação Acadêmica e Qualificação Profissional	_____
2 - Experiência Profissional	_____
PONTUAÇÃO TOTAL DO CANDIDATO	_____

Ladário/MS, _____ de_____ de 2026.

Nome do Avaliador:

_____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº [___]/2026

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LADÁRIO/MS, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede em [endereço], neste ato representada por [NOME DA AUTORIDADE], [CARGO], doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, [NOME DO CONTRATADO], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do RG nº [___], CPF nº [___], residente e domiciliado(a) à [endereço], doravante denominado(a) CONTRATADO(A), têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 175/2025, alterada pela LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 181/2026, no Edital do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº [___]/2026 e no Processo Administrativo nº [___].

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços temporários pelo(a) CONTRATADO(A) na função de [FUNÇÃO], para atuação junto à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, em atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES

O(A) CONTRATADO(A) exercerá as atribuições inerentes à função temporária para a qual foi selecionado(a), na forma

do ANEXO II do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente contrato vigorará pelo prazo de [___] meses, com início em [data] e término em [data], podendo ser prorrogado, por interesse público e mediante ato formal, enquanto persistir a necessidade temporária que justificou a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA JORNADA

A jornada de trabalho será de [___] horas semanais, conforme necessidade do serviço e escala estabelecida pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

O(A) CONTRATADO(A) perceberá remuneração mensal bruta de R$ [___] ([valor por extenso]), correspondente à função temporária contratada.

Parágrafo único. Sobre a remuneração incidirão os descontos legais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL DE EXERCÍCIO

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades na sede da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE e/ou em outros locais indicados pela Administração, de acordo com a necessidade do serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DEVERES DO(A) CONTRATADO(A)

São deveres do(a) CONTRATADO(A):

I - exercer as atribuições com zelo, eficiência, lealdade, urbanidade e disciplina;

II - cumprir a jornada de trabalho estabelecida;

III - observar as ordens legais da chefia imediata;

IV - zelar pelo patrimônio público;

V - guardar sigilo sobre assuntos funcionais, quando cabível;

VI - observar as normas internas da Administração;

VII - comunicar qualquer impedimento superveniente ao exercício da função.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES

É vedado ao(à) CONTRATADO(A):

I - valer-se da função para obter vantagem pessoal ou para terceiros;

II - praticar atos incompatíveis com a moralidade administrativa;

III - delegar a terceiros suas atribuições;

IV - incorrer em acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA NATUREZA DO VÍNCULO

O presente contrato possui natureza jurídico-administrativa, por prazo determinado, não gerando vínculo efetivo, estabilidade, integração ao quadro permanente ou direito à permanência após o seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido:

I - pelo decurso do prazo contratual;

II - pelo desaparecimento da necessidade temporária;

III - por interesse público devidamente motivado;

IV - por descumprimento de obrigação contratual;

V - por iniciativa do(a) CONTRATADO(A), mediante comunicação prévia por escrito de 15 (quinze) dias, salvo dispensa da Administração;

VI - pela constatação de falsidade documental ou informação inverídica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº [___].

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corumbá/MS para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

LADÁRIO/MS, _____ DE _____ DE 2026.

_____

[NOME DA AUTORIDADE]

[CARGO]

CONTRATANTE

_____

[NOME DO CONTRATADO]

CONTRATADO(A)

_____

TESTEMUNHA 1

Nome:

CPF:

_____

TESTEMUNHA 2

Nome:

CPF:

ANEXO VII

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ETAPA	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital	06/04/2026
Período de inscrições	08/04/2026 a 14/04/2026
Análise das inscrições e requisitos mínimos	15/04/2026 a 16/04/2026
Publicação das inscrições deferidas e indeferidas	20/04/2026
Prazo recursal contra inscrições/FASE I	22/04/2026 a 23/04/2026
Julgamento dos recursos da FASE I	24/04/2026
Publicação do resultado preliminar da análise curricular e de títulos	27/04/2026
Prazo recursal contra pontuação/classificação preliminar	28/04/2026 a 29/04/2026
Julgamento dos recursos da FASE II	30/04/2026
Publicação do resultado final e homologação	04/05/2026
Convocação dos aprovados	05/05/2026

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO/MS

EXTRATO DE APOSTILAMENTO PROCESSO Nº 6149/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº38/2025

FORNECEDOR: SIMEIA A.H.M MUSTAFA EPP CNPJ Nº 24.602.765/0001-60

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTA BASICA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE HIGIENE/LIMPEZA, DEVIDAMENTE MONTADAS E EMBALADAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO PROCESSO LICITATÓRIO, VISANDDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LADÁRIO/MS, PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSITENCIAIS.

O Município de Ladário, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, faz registrar o acréscimo da dotação orçamentária a ser utilizado no processo acima citado, pertinente aos recursos alocados com a finalidade de apostilamento.

Apostila-se: Dotação Orçamentária
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **2284- Ações de Manutenção e Melhorias dos Serviços de Assistência Social com Recursos do FEAS**
Cod.Red. 64 Dotação 07.003-08.244.2007.2284-3.3.90.32.00.00 FR: 16661.0007000 Titulo – Material. Bem ou Serviço para Distribuição gratuita

Data da assinatura: 31 de março de 2026.

Assina:

Bernadete Tres

Ordenadora de Despesa

Secretária Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Durvanilde de Arruda Moraes Souza

Paço Municipal

REAVISO DE EDITAL N°45/2025 DE LICITAÇÃO

1°(PRIMEIRO) ADENDO MODIFICADOR

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8747/2025.

O MUNICÍPIO DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, através do Departamento de Licitação, torna público que se encontra aberta a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, nos termos da legislação pertinente:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO E PRAÇA DO BAIRRO NOVA ALIANÇA, NO MUNICIPIO DE LADÁRIO/MS..

Órgãos Interessados: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Recebimento das propostas: 02/04/2026 às 09h ao dia 17/04/2026 às 09h59min (horário de Brasília).

Data da Disputa: 17 de abril de 2026 às 10 horas (horário de Brasília).

Edital: O Edital nº 45/2025, com 1°(Primeiro) Adendo Modificador, encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ladário/MS, Portal da Transparência do município ou mediante solicitação pelo e-mail: licitacao.ladario@gmail.com.

Código de Registro e-Sfinge: DA2723DC78D6C053E2E8DD710E625AE6B823C3D2

Informações: licitacao.ladario@gmail.com

Ladário/MS, 31 de março de 2026.

ASSINA: Waldecyr Ferreira de Arruda **-** Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

Matéria enviada por Ingrid Aguilar de Arruda

PREFEITURA

PORTARIA N° 180/PML, DE 31 DE MARÇO DE 2026

Concede suprimento de fundos ao servidor **FRANCISCO RONDON NETO**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso VII e VIII da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, **RESOLVE**:

Art. 1° Conceder ao servidor **FRANCISCO RONDON NETO**, Suprimento de Fundos no valor de R$ 437,10 (quatrocentos e trinta e sete reais e dez centavos), considerando a justificativa constante na Circular Interna nº 023/ SEDECO/UGAF – da Secretaria Especial de Fomento ao Desenvolvimento Econômico.

Art. 2° Fica a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento autorizada a proceder o depósito das verbas correspondentes em favor da servidora acima referenciada.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ladário – MS, 31 de março de 2026.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA

PORTARIA N° 181/PML, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Concede Prorrogação de Licença para Capacitação a Servidora Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso VII e VIII da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, **RESOLVE**:

Art. 1° Conceder Prorrogação de Licença para Capacitação a Servidora Municipal **CRISLEY MONTEIRO OLARTE** – Profissional de Educação, matrícula 3503, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com remuneração, conforme dispõe Parecer Jurídico Consultivo nº 156/2025.

Art. 2° A referida licença refere-se ao período de 01/04/2026 a 31/03/2027, com duração de 12 (doze) meses.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de abril de 2026.

Ladário – MS, 31 de março de 2026.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA

PORTARIA N° 182/PML, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Dispõe sobre designação da Comissão Técnica responsável pela análise e julgamento da habilitação e manifestação de interesse dos proponentes ao processo de "Credenciamento de Pessoa Física e/ou Jurídica para Prestação de Serviços de Saúde para Atender a Demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de LADÁRIO/MS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso VII e VIII da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, **RESOLVE**:

Art. 1° Designar servidores para compor a Comissão Técnica de Analise e Julgamento para fins de "Credenciamento de Pessoa Física e/ou Jurídica para Prestação de Serviços de Saúde para Atender a Demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de LADÁRIO/MS" – nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, conforme abaixo descriminado:

a) Presidente

Francine Karla Arruda Guerreiro, matrícula: 82.

b) Membros

Adriana Rodrigues de Oliveira Queiroz, matrícula: 12621;

Eliszangela dos Santos Rodrigues, matrícula 4885;

Laíla Baruki e Melo, matrícula: 2908.

c) Suplentes

Abdel Bassem Hussein, matrícula: 15742;

Maria Julia Ribeiro Urbano da Silva, matrícula: 15682.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ladário – MS, 31 de março de 2026.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

PREFEITURA

PORTARIA N° 183/PML, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidor para o exercício da Função de Coordenador da Farmácia Municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso VII e VIII da Lei Orgânica do Município, de 5 de abril de 1990, **RESOLVE**:

CONSIDERANDO a necessidade imperativa de organização administrativa e a continuidade dos serviços públicos de saúde no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a competência técnica e o desempenho profissional demonstrado pelo servidor no exercício de suas funções;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regularização formal da gestão da assistência farmacêutica municipal,

Art. 1° DESIGNAR o servidor **CARLOS DIEGO DA SILVA**, Farmacêutico, devidamente inscrito sob a matrícula nº **4886**, para exercer a função de **COORDENADOR DA FARMÁCIA MUNICIPAL**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos administrativos retroativos a 01 de janeiro de 2026, ficando convalidados todos os atos de gestão praticados pelo servidor no exercício da função desde a referida data.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Ladário – MS, 31 de março de 2026.

MUNIR SADEQ RAMUNIEH

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

Paço Municipal

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 2297/2026.

Inexigibilidade: 07/2026.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA FERNANDO CORREA DA BAIRRO SANTO ANTÔNIO , PARA ATENDER DECISÃO JUDICIAL CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Considerando o inciso II do Decreto Municipal N° 5.869/2024, que prevê que as contratações diretas realizadas pelo município, serão publicadas no sitio eletrônico oficial do município e no PNCP, o Ordenador de Despesas e Secretário Municipal de Administração, Sr.° Wagner Rosemberg Farias Ferreira Da Silva, autoriza a contratação do:

Pessoa Física: SERGIO MAURICIO DO NASCIMENTO ASSAD

CPF nº 408.170.671-91

Valor Total da Contratação: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

A presente autorização é concedida em virtude de a pessoa mencionada ter apresentado diversos fatores demonstrando todas as vantagens, economias e a maior eficiência na prestação dos serviços a serem contratados para atender às necessidades e especificidades do objeto mencionado no processo de contratação direta.

A contratação será regida pelas condições estabelecidas, na legislação vigente, e nas cláusulas contratuais, respeitando os termos da Lei 14.133/21.

Esta autorização de contratação tem validade a partir da data de sua assinatura e deverá ser incluída nos autos do processo licitatório para fins de registro e controle.

Ladário - MS, 31 de março de 2026.

ASSINA: WAGNER ROSEMBERG FARIAS FERREIRA DA SILVA - Secretário Municipal de Administração **-** Decreto Nº 009/PML/2025.

Matéria enviada por Ingrid Aguilar de Arruda

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 015/2026 "PARECER DO PLANO ANUAL DE SAÚDE – PAS 2025."

A Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Ladário- CMS, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal nº 503 de 10 de outubro de 1991, alterada pela Lei Municipal nº 662 de 04 de novembro de 1999.

CONSIDERANDO:

A deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Ladário em sua Reunião Extraordinária realizada no dia 24 de março de 2026;

A Resolução n°453/CNS/10/05/2012, que disciplina ser necessária a homologação das resoluções do CMS pelo chefe do poder constituído, conforme previsto em sua quarta diretriz; e

Parágrafo 2º do Artigo 60º do Regimento Interno do CMS.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar por unanimidade o Plano Anual de Saúde – **PAS**de 2025 da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADÁRIO**, apresentado pela gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ladário.

Art. 2 ° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3 ° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

_____

Laíla Baruki E Melo

Presidente da Mesa Diretora

do Conselho Municipal de Saúde

Homologada esta resolução em 25 de março de 2026, por

_____

Alex Prado Della

Secretário Municipal de Saúde de Ladário

Matéria enviada por MARIA EMILIA ANDRADE PRADO

Secretaria Municipal de Assistência Social

Resolução nº 05/2026/CMDCA, de 30 de março de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1031 de 04 de junho de 2019 e considerando deliberações do conselho em reunião extraordinária realizada no dia 30 de março de 2026.

CONSIDERANDO: Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 "Art.132 " Em cada Município haverá, no mínimo, um conselho Tutelar composto de cinco membros escolhidos pela comunidade local para mandato de quatro anos permitida uma recondução." E Lei 12.696 de 25 de julho de 2012 Art. 134 Lei "Municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: I- Cobertura previdenciária;II Gozo de férias anuais remuneradas, acrescida de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; e Lei Municipal n.1031/2019 de 04/06/2019, convocara o suplente quando for declarada a vacância em algum cargo, assumira o suplente que houver obtido o maior numero de votos."

Resolve:

Art.01- Convocar o Suplente do Conselho Tutelar para cobrir férias dos Conselheiros Tutelares.

- Gleuber Cristóvão do Nascimento CPF: 051.349.311-51 a tomar posse conforme abaixo relacionado:

a) do dia 01/04/2026 a 30/04/2026 férias da Angélica Alves Gil

b) do dia 01/07/2026 a 31/07/2026 férias Izabel Cristina Cavalcante Maciel

c) do dia 01/08/2026 a 30/08/2026 férias Ana Cristina Prudencio Magalhaes

d) do dia 01/11/2026 a 30/11/2026 férias Everton da Silva Moraes

e) do dia 01/12/2026 a 31/12/2026 férias Daiane Alves dos Santos

Art. 02 - A presente Resolução entra em vigor a partir da sua publicação na imprensa oficial do Município, revogada as disposições em contrário,

Ludmir Ferreira de Souza

Vice - Presidente do CMDCA

Matéria enviada por Marco Taceó Eguez

Secretaria Municipal de Assistência Social

Resolução nº 06/2026/CMDCA, de 30 de março de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1031 de 04 de junho de 2019 e considerando deliberações do conselho em reunião extraordinária realizada no dia 30 de março de 2026.

Considerando visita em loco e oficio recebido da entidade Atlético Clube São Jose

Resolve:

Art.01- Suspender a Inscrição nesse conselho da Entidade Atlético Clube São Jose, ate a regularização do espaço para treinamento.

Art. 02 - A presente Resolução entra em vigor a partir da sua publicação na imprensa oficial do Município, revogada as disposições em contrário,

Ludmir Ferreira de Souza

Vice - Presidente do CMDCA

Matéria enviada por Marco Taceó Eguez

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA CORUMBA, 1, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 202 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1222 de 16/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE discriminadas abaixo:

09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.2006.2232 - Manutenção do Bloco de Atenção Primária em Saúde.	
84 - 3.1.90.04.00.00 - Contratação Por Tempo Determinado	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	17.611,00
	17.611,00
10.302.2006.2233 - Manutenção do Bloco de Atenção Especializada em Saúde	
116 - 3.1.90.04.00.00 - Contratação Por Tempo Determinado	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	7.703,00
	7.703,00
10.305.2006.2235 - Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde - Combate às Endemias	
244 - 3.3.90.48.00.00 - Outros Auxílios Financeiros A Pessoas Físicas	
1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	22.938,00
	22.938,00
Total Geral de Suplementações ...:	**48.252,00**

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.2006.2232 - Manutenção do Bloco de Atenção Primária em Saúde.	
101 - 3.3.90.32.00.00 - Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita	
1621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	22.938,00
	22.938,00
10.302.2006.2233 - Manutenção do Bloco de Atenção Especializada em Saúde	
121 - 3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos	25.314,00
	25.314,00
Total de Reduções ...:	**48.252,00**

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 30 de Março de 2026

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RUA CORUMBA, 1, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 202 / 2026

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICIPIO DE LADARIO
RUA CORUMBA, 500, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 203 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) MUNICIPIO DE LADARIO, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1222 de 16/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) MUNICIPIO DE LADARIO discriminadas abaixo:

08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.122.2003.2211 - Ações de Manutenção e Melhorias da Secretaria Municipal de Educação

413 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos 2.400,00

2.400,00

Total Geral de Suplementações ...: 2.400,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.122.2003.2211 - Ações de Manutenção e Melhorias da Secretaria Municipal de Educação

412 - 3.3.90.14.00.00 - Diárias - Civil
1500 - Recursos não Vinculados de Impostos 2.400,00

2.400,00

Total de Reduções ...: 2.400,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 30 de Março de 2026

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RUA CORUMBA, 1, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 204 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por Superávit Financeiro de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1222 de 16/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL discriminadas abaixo:

07.003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.2007.2245 - Manutenção do Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)	
100 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
101 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
102 - 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
	72.000,00
Total Geral de Suplementações ...:	**72.000,00**

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 30 de Março de 2026

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RUA CORUMBA, 1, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 205 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por Superávit Financeiro de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL .

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1222 de 16/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL discriminadas abaixo:

07.003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.2007.2247 - Manuteção do Bloco de Gestão do Cadastro Único/Bolsa Família	
106 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
107 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo 2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
108 - 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente 2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
	72.000,00
Total Geral de Suplementações ...:	**72.000,00**

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 30 de Março de 2026

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RUA CORUMBA, 1, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 206 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por Superávit Financeiro de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1222 de 16/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL discriminadas abaixo:

07.003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.2007.2244 - Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica (CRAS)	
97 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
98 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
99 - 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
	72.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 72.000,00

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 30 de Março de 2026

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RUA CORUMBA, 1, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2026

Decreto Orçamentário nº 207 / 2026

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da(o) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por Superávit Financeiro de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

JUSTIFICATIVA:

CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O(a) Prefeito(a) Municipal de LADÁRIO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 1222 de 16/12/2025,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL discriminadas abaixo:

07.003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.2007.2246 - Manutenção do Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Acolhimento Institucional)	
103 - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
104 - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
105 - 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
2660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	24.000,00
	72.000,00
Total Geral de Suplementações ...:	**72.000,00**

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal.

LADÁRIO/MS, 30 de Março de 2026

MUNIR SADEQ RAMUNIEH
PREFEITO MUNICIPAL

RAISSA BASUALDO SOUZA MUSTAFÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ - MS, por intermédio da Pregoeira, **torna público** o resultado do processo supra.

OBJETO: Aquisição de Cobertores a serem entregues como Benefício Eventual através do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social em atendimento ao Fundo Municipal de Assistência Social e para o Hospital Municipal em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã/MS.

LICITANTE VENCEDOR: LIDIA A RIBAS LTDA (17895967000181), Lote 01 no valor total de R$ 40.837,50 (quarenta mil e oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

CODIGO ESFING: 143CEAA87C28B1A754DA039C3E78FA84CA7060CC

Laguna Carapã – MS, 31 de março de 2026.

BETÂNIA ESPINDOLA MACHADO
Pregoeira

Matéria enviada por Betânia Espindola Machado

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo nº 020/2026, referente à licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2026, cujo objeto é Aquisição de Cobertores a serem entregues como Benefício Eventual através do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social em atendimento ao Fundo Municipal de Assistência Social e para o Hospital Municipal em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã/MS, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** em favor da empresa **LIDIA A RIBAS LTDA**(17895967000181), Lote 01 no valor total de R$ 40.837,50 (quarenta mil e oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

CODIGO ESFING: 143CEAA87C28B1A754DA039C3E78FA84CA7060CC

Laguna Carapã – MS, 31 de março de 2026.

ITAMAR BILIBIO
PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Betânia Espindola Machado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 01/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ-MS, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo, habilitados no Processo seletivo Simplificado nº 09/2025, cujo resultado foi homologado em 03 de novembro de 2025, conforme Publicação em 04 de novembro de 2025 no Diário Oficial do Município – site Assomasul, a comparecer no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, munidos de 01 (uma) cópia dos documentos abaixo relacionados para contratação nos seus respectivos cargos, no prazo de 2 (dois) dias a contar da data desta Publicação.

O candidato que não comparecer até o prazo de 2 (dois) dias desta publicação será considerado desistente.

Demais requisitos contidos no Edital 001/2025**.**

à Carteira de Identidade (RG)

à CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social)

à CPF

à Titulo de Eleitor e último comprovante de Votação

à Comprovante de Residência (conta de Luz, água ou Telefone)

à Comprovante de Escolaridade (conforme as exigências de cada cargo)

à Certidão de Nascimento ou Casamento

à Certidão de Nascimento do(s) Filho(s) (se houver)

à Declaração de Bens

à Declaração de não Acumulo de Cargo

à Conta Corrente (Banco do Brasil)

à PIS/PASEP

à BINI (Boletim de Investidura Inicial) – emitido pela Prefeitura Municipal.

à Certidão de Antecedentes Criminais

Cargo: TRABALHADOR BRAÇAL - SEDE

Nome do Candidato
HENRIQUE DA CONCEIÇÃO MOREIRA DE ALMEIDA
GISMAR DA SILVA CARDOSO

Laguna Carapã-MS, 31 de março de 2026.

ITAMAR BILIBIO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Carol Mattoso da Silva

EDITAL DE CHAMAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ, solicita o comparecimento no Departamento de Recursos Humano na sede da Prefeitura Municipal sito AV Erva Mate nº 650, a Servidora **CRISTIELE MARQUES**, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Indígena, Matricula nº 4490, para no prazo de 15 (quinze dias), sob pena de caracterização do abandono de cargo conforme previsto no inciso II e o parágrafo 2º do artigo 204, e Art. 254 ambos da Lei Complementar nº 002/1994 de 30 de junho de 1994, "Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Laguna Carapã – Ms".

ITAMAR BILIBIO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Carol Mattoso da Silva

DESPACHO

Indefiro requerimento formulado pelo o servidor Sidnei José Fernandes, ante o parecer jurídico. Tendo em vista a ausência de amparo da legislação municipal vigente, que com o advento da Lei 719/2026 para concessão do afastamento remunerado nos termos requerido, necessário que o portador do Transtorno do Espectro Autismo seja de nível 2 ou 3 de suporte.

Desta maneira embora a legislação anterior previsse a concessão do benefício, a nova redação dos Estatuto dos Servidores Públicos, não mais contempla a hipóteses apresentada no requerimento, em razão disso não é possível deferimento do pedido da redução da carga horária.

Cumpra-se, após arquive-se.

Laguna Carapã, 30 de março de 2026.

ITAMAR BILIBIO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Carol Mattoso da Silva

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO DE FONTE AO CONTRATO Nº 23/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025

PARTES – Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã/MS e a empresa **METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, do Contrato Administrativo nº **23/2026**, oriundo do Processo Administrativo nº **191/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 33/2025**, que tem por objeto a **aquisição de mobiliário hospitalar e de escritório destinado ao atendimento do Hospital Municipal de Laguna Carapã/MS, através do Fundo Municipal de Saúde**, conforme especificações constantes no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da fonte de recurso da dotação orçamentária, conforme necessidade de reclassificação para melhor adequação contábil e disponibilidade financeira, passando de **2.600.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal** para **1.500.1002 – Recursos não vinculados de impostos – Saúde**, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais, especialmente quanto ao objeto, valor e prazo de vigência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Apostilamento possui fundamento no artigo 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual dispõe que:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
(. . .)
III – empenho de dotações orçamentárias."

Assim, a presente alteração possui natureza meramente formal e contábil, não implicando modificação do objeto, valor ou prazo contratual, sendo, portanto, plenamente cabível sua formalização por meio de apostilamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O Presente APOSTILAMENTO tem por objeto a alteração da fonte orçamentária, passando a ser a dotação abaixo discriminada:

De:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 2.600.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Para:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 1.500.1002
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato nº 23/2026, permanecendo inalteradas no que não contrariar o presente apostilamento.

DATA: 31/03/2026.

ASSINA: MARIA ANTÔNIA VERAS - Secretária Municipal de Saúde (Ordenadora de Despesas – Decreto nº 004/2025).

Matéria enviada por Caroline Batista de Sousa

ERRATA DO AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO RETIFICADO- RITO ELETRÔNICO Nº 016/2026

O MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ, torna público a errata abaixo, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul - **ASSOMASUL,** na data de 31/03/2026 páginas 657-663. Número edição: 4063.

ONDE SE LÊ:

Constitui objeto a aquisição de motocicletas que serão entregues na 26° Festa do Pé de Soja Solteiro em comemoração ao 34° Aniversario de Emancipação Política Administrativa do município de Laguna Carapã/ MS, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

LEIA-SE:

Constitui objeto a aquisição de motocicletas que serão entregues como à premiação do Ranking de Produtividade e na 26° Festa do Pé de Soja Solteiro em comemoração ao 34° Aniversario de Emancipação Política Administrativa do município de Laguna Carapã/MS, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Mantidos inalterados os demais itens publicados.

Laguna Carapã, 31 de março de 2026.

Matéria enviada por Leticia Delgado dos Reis Matozo

A PREFEITURA DE LAGUNA CARAPÃ/ MS TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 017/2026, PROCESSO Nº 032/2026.

O Prefeito Municipal de Laguna Carapã, TORNA SEM EFEITO, a publicação DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 017/2026, PROCESSO Nº 032/2026, de 30 de março de 2026, cujo objeto é aquisição de Bens a serem distribuídos como Prêmios para o 26º Concurso do Pé de Soja Solteiro solicitados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Prêmios para Sorteio em comemoração ao dia Dos Povos Indígenas solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Laguna Carapã/MS, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso do Sul - ASSOMASUL, edição de nº 4063, nas páginas,663-670 no dia 31 de março de 2026.

Laguna Carapã, 31 de março de 2026.

DAHELI RODRIGUES AGUERO

Superintendente da Central de Suprimento e Serviços

Matéria enviada por Leticia Delgado dos Reis Matozo

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO DE FONTE AO CONTRATO Nº 22/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025

PARTES – Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã/MS e a empresa **M CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES.**

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, do Contrato Administrativo nº **22/2026**, oriundo do Processo Administrativo nº **191/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 33/2025**, que tem por objeto a **aquisição de mobiliário hospitalar e de escritório para atender ao Hospital Municipal e às Unidades Básicas de Saúde do Município de Laguna Carapã/MS, através do Fundo Municipal de Saúde**, conforme especificações constantes no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da fonte de recurso da dotação orçamentária, conforme necessidade de reclassificação para melhor adequação contábil e disponibilidade financeira, passando de **2.600.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal** para **1.500.1002 – Recursos não vinculados de impostos – Saúde**, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais, especialmente quanto ao objeto, valor e prazo de vigência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Apostilamento possui fundamento no artigo 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual dispõe que:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações: (. . .)

III – empenho de dotações orçamentárias."

Assim, a presente alteração possui natureza meramente formal e contábil, não implicando modificação do objeto, valor ou prazo contratual, sendo, portanto, plenamente cabível sua formalização por meio de apostilamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O Presente APOSTILAMENTO tem por objeto a alteração da fonte orçamentária, passando a ser a dotação abaixo discriminada:

De:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 2.600.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Para:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 1.500.1002
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato nº 22/2026, permanecendo inalteradas no que não contrariar o presente apostilamento.

DATA: 31/03/2026.

ASSINA: MARIA ANTÔNIA VERAS - Secretária Municipal de Saúde (Ordenadora de Despesas – Decreto nº 004/2025).

Matéria enviada por Caroline Batista de Sousa

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO DE FONTE AO CONTRATO Nº 21/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025

PARTES – Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã/MS e a empresa **TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.**

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, do Contrato Administrativo nº **21/2026**, oriundo do Processo Administrativo nº **191/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 33/2025**, que tem por objeto a **aquisição de mobiliário hospitalar e de escritório para atender ao Hospital Municipal de Laguna Carapã/MS, através do Fundo Municipal de Saúde**, conforme especificações constantes no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da fonte de recurso da dotação orçamentária, conforme necessidade de reclassificação para melhor adequação contábil e disponibilidade financeira, passando de **2.600.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal** para **1.500.1002 – Recursos não vinculados de impostos – Saúde**, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais, especialmente quanto ao objeto, valor e prazo de vigência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Apostilamento possui fundamento no artigo 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual dispõe que:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações: (. . .)
III – empenho de dotações orçamentárias."

Assim, a presente alteração possui natureza meramente formal e contábil, não implicando modificação do objeto, valor ou prazo contratual, sendo, portanto, plenamente cabível sua formalização por meio de apostilamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O Presente APOSTILAMENTO tem por objeto a alteração da fonte orçamentária, passando a ser a dotação abaixo discriminada:

De:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 2.600.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Para:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 1.500.1002
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato nº 21/2026, permanecendo inalteradas no que não contrariar o presente apostilamento.

DATA: 31/03/2026.

ASSINA: MARIA ANTÔNIA VERAS - Secretária Municipal de Saúde (Ordenadora de Despesas – Decreto nº 004/2025).

Matéria enviada por Caroline Batista de Sousa

AVISO DA DISPENSA SIMPLIFICADA Nº 019/2026 PROCESSO Nº 057/2026

O MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ-MS, CNPJ Nº 01.989.813/0001-19, com sede à Avenida Erva Mate, nº 650, Centro, Município de Laguna Carapã/MS, por intermédio da Coordenadoria de Suprimento e Logística, e através do Agente de Contratação Direta designado pela Portaria nº 672, 22 de agosto de 2025, torna público que, realizará **DISPENSA SIMPLIFICADA**, em conformidade com o art. 6º, II do Decreto Municipal nº 09/2024 c/c **art. 75, inciso II** da Lei nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas no Termo de Referência, objetivando obter a melhor proposta.

OBJETO: Constitui objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento dechapéus personalizados, destinados ao atendimento do 26º Concurso do Pé de Soja Solteiro,do Município de Laguna Carapã/MS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

PREFERÊNCIA: Haverá preferência para contratação com Microempresa e empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 2º do Decreto nº 09/2024.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 31/03/2026

DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS : 06/04/2026

DATA FINAL DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS : 08/04/2026

HORÁRIO DE ENCERRAMENTO :23:59 (HORÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL)

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 09/2024, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

As propostas serão recebidas pelo email: contratacaodireta@lagunacarapa.ms.gov.br, podendo ser também protocoladas no endereço Avenida Erva Mate, nº 650, Centro, Município de Laguna Carapã/MS, até às 17:00 horas do dia 08 de abril de 2026.

Termo de referência simplificado, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados e obtidos no site oficial do Município.

Link do site oficial do Município: https://transparencia.betha.cloud/#/Qamj9G2f8WhljKQKjl9BnQ==/consulta/84127

Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (67) 3438-1202.

Laguna Carapã/MS, 31 de março de 2026.

DAHELI RODRIGUES AGUERO

Superintendente da Central de Suprimento e Serviços

Matéria enviada por Leticia Delgado dos Reis Matozo

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO DE FONTE AO CONTRATO Nº 20/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025

PARTES – Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã/MS e a empresa **DELGADO E MANTELLI LTDA.**

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, do Contrato Administrativo nº **20/2026**, oriundo do Processo Administrativo nº **191/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 33/2025**, que tem por objeto a **aquisição de mobiliário hospitalar e de escritório para atendimento ao Hospital Municipal e às Unidades Básicas de Saúde do Município de Laguna Carapã/MS**, sob responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Termo de Referência e no instrumento contratual .

A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da fonte de recurso da dotação orçamentária, conforme necessidade de reclassificação para melhor adequação contábil e disponibilidade financeira, passando de **2.600.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal** para **1.500.1002 – Recursos não vinculados de impostos – Saúde**, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais, especialmente quanto ao objeto, valor e prazo de vigência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Apostilamento possui fundamento no artigo 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual dispõe que:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
(. . .)
III – empenho de dotações orçamentárias."

Assim, a presente alteração possui natureza meramente formal e contábil, não implicando modificação do objeto, valor ou prazo contratual, sendo, portanto, plenamente cabível sua formalização por meio de apostilamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O Presente APOSTILAMENTO tem por objeto a alteração da fonte orçamentária, passando a ser a dotação abaixo discriminada:

De:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 2.600.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Para:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 1.500.1002
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato nº 20/2026, permanecendo inalteradas no que não contrariar o presente apostilamento.

DATA: 31/03/2026.

ASSINA: MARIA ANTÔNIA VERAS - Secretária Municipal de Saúde (Ordenadora de Despesas – Decreto nº 004/2025).

Matéria enviada por Caroline Batista de Sousa

EXTRATO DO EMPENHO Nº. 005/2026

PROCESSO Nº. 044/2026

DISPENSA Nº. 015/2026

NOTA DE EMPENHO Nº. 982/2026

CONTRATANTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CONTRATADA – MARCOS JOSE HENZ

OBJETO – Constitui objeto a contratação de serviços elétricos, com fornecimento de materiais destinados à manutenção do Parque de Exposições Colorindo Pezarico, para o evento da Festa do Pé de Soja Solteiro de 2026, solicitados pelo Fundo Municipal de Turismo de Laguna Carapã/MS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: – Artigo 75, inciso l da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

04.003 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
DESENVOLVER AS AÇÕES DA FESTA E CONCURSOS DO PÉ DE SOJA SOLTEIRO Fonte de Recurso: 1.500.0000 Natureza: 3.3.90.00 – Serviços e Materiais de Consumo.

VALOR DO EMPENHO: R$ 59.577,68 (cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 31/03/2026.

PRAZO: IMEDIATO

Laguna Carapã/MS, 31 de março de 2026.

Matéria enviada por Leticia Delgado dos Reis Matozo

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO DE FONTE AO CONTRATO Nº 19/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025

PARTES – Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã/MS e a empresa **MEDICOLI DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS MÉDICOS, COZINHA E LIMPEZA LTDA.**

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, do Contrato Administrativo nº **19/2026**, oriundo do Processo Administrativo nº **191/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 33/2025**, que tem por objeto a **aquisição de mobiliário hospitalar e de escritório para atender ao Hospital Municipal de Laguna Carapã/MS, através do Fundo Municipal de Saúde**, conforme especificações constantes no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da fonte de recurso da dotação orçamentária, conforme necessidade de reclassificação para melhor adequação contábil e disponibilidade financeira, passando de **2.600.0000** para **1.500.1002 – Recursos não vinculados de impostos – Saúde**, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais, especialmente quanto ao objeto, valor e prazo de vigência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Apostilamento possui fundamento no artigo 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual dispõe que:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
(. . .)
III – empenho de dotações orçamentárias."

Assim, a presente alteração possui natureza meramente formal e contábil, não implicando modificação do objeto, valor ou prazo contratual, sendo, portanto, plenamente cabível sua formalização por meio de apostilamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O Presente APOSTILAMENTO tem por objeto a alteração da fonte orçamentária, passando a ser a dotação abaixo discriminada:

De:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 2.600.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Para:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 1.500.1002
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato nº 19/2026, permanecendo inalteradas no que não contrariar o presente apostilamento.

DATA: 31/03/2026.

ASSINA: MARIA ANTÔNIA VERAS - Secretária Municipal de Saúde (Ordenadora de Despesas – Decreto nº 004/2025).

Matéria enviada por Caroline Batista de Sousa

EXTRATO DO EMPENHO Nº. 982/2026

PROCESSO Nº. 049/2026

DISPENSA Nº. 014/2026

NOTA DE EMPENHO Nº. 982/2026

CONTRATANTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA – MARQUES UNIFORMES LTDA

OBJETO – Constitui objeto a confecção de Kit de Bandeiras Oficiais (bandeira do Brasil, bandeira do estado de Mato Grosso do Sul e bandeira do município de Laguna Carapã) que serão utilizadas nos mastros externos em atendimento a solicitação da

Secretaria Municipal de Administração de Laguna Carapã/MS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: – Artigo 75, inciso ll da Lei nº 14.133/2021

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Funcional/Programática: 04.122.0003.2014 - Manter e Aprimorar as Atividades da Secretaria Municipal de Administração
Fonte de Recurso: 1.500.0000
Natureza: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

VALOR DO EMPENHO: R$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais).

DATA: 31/03/2026.

PRAZO: IMEDIATO

Laguna Carapã/MS, 31 de março de 2026.

Matéria enviada por Leticia Delgado dos Reis Matozo

EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO DE FONTE AO CONTRATO Nº 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191/2025

PARTES – Fundo Municipal de Saúde de Laguna Carapã/MS e a empresa **E. TRIPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, do Contrato Administrativo nº **18/2026**, oriundo do Processo Administrativo nº **191/2025**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 33/2025**, que tem por objeto a **aquisição de mobiliário hospitalar e de escritório para atendimento ao Hospital Municipal e às Unidades Básicas de Saúde do Município de Laguna Carapã/MS**, sob responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no instrumento contratual.

A presente alteração refere-se exclusivamente à adequação da fonte de recurso da dotação orçamentária, conforme necessidade de reclassificação para melhor adequação contábil e disponibilidade financeira, passando de **2.600.0000** para **1.500.1002 – Recursos não vinculados de impostos – Saúde**, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais, especialmente quanto ao objeto, valor e prazo de vigência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Apostilamento possui fundamento no artigo 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o qual dispõe que:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por

simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações: (. . .)
III – empenho de dotações orçamentárias.”

Assim, a presente alteração possui natureza meramente formal e contábil, não implicando modificação do objeto, valor ou prazo contratual, sendo, portanto, plenamente cabível sua formalização por meio de apostilamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O Presente APOSTILAMENTO tem por objeto a alteração da fonte orçamentária, passando a ser a dotação abaixo discriminada:

De:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 2.600.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Para:

02.011 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional/Programática: 10.301.0009.2066 Ações da Atenção primária APS
Fonte: 1.500.1002
Natureza: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato nº 18/2026, permanecendo inalteradas no que não contrariar o presente apostilamento.

DATA: 31/03/2026.

ASSINA: MARIA ANTÔNIA VERAS - Secretária Municipal de Saúde (Ordenadora de Despesas – Decreto nº 004/2025).

Matéria enviada por Caroline Batista de Sousa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2026

CONTRATANTE E CONTRATADA:O MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ/MS e a empresa **NATALI BRINK BRINQUEDOS LTDA.**

PROCESSO: 041/2026

Adesão: 001/2026

DO OBJETO: A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2025 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTEAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL-CIDESAT, PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓDULOS DE USO CONTÍNUO DIÁRIO OU PERMANENTE DEFINIDOS COMO ESTRUTURAS DE RECREAÇÃO INFANTIL(PARQUINHOS) EM LAGUNA CARAPÃ/MS SOLICITADOS PELS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESPORTES E LAZER E INFRAESTRUTURA.

DO VALOR: Dá-se ao presente contrato o valor global de R$ **655.500,00(seiscentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).**

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Funcional/Programática: 12.361.0012.2040 - Manter e Aprimorar as Atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Ensino Fundamental
Fonte de Recurso: 1.500.1001
Natureza: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Funcional/Programática: 12.365.0013.2045 - Manter as Ativividades do Ensino Infantil (Pré-Escola)
Fonte de Recurso: 1.500.1001
Natureza: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Funcional/Programática: 27.813.0014.2040 – Desenvolver as ações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Fonte de Recurso: 2.500.0000
Natureza: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Funcional/Programática: 15.451.0016.1004 - Desenvolver as Ações da Secretaria Municipal de Infraestrutura
Fonte de Recurso: 2.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Natureza: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

CÓDIGO DE REGISTRO E-SFINGE: 2EEB633D21A456D9DA452F76DE9BABE8B1820035

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados da assinatura, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até a conclusão da entrega do

objeto contratado.

DATA DA ASSINATURA: Laguna Carapã (MS), 31 de março de 2026.

Assinam: Sergio Bareiro Gimenes pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Laguna Carapã (MS); Paulino Effting pela Secretaria Municipal de Infraestrutura; Carlos Alberto Milani pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer p/ Contratante e Itamar Sidnei Ortega por Natali Brink Brinquedos Ltda p/ Contratado.

Matéria enviada por MARTA DE SOUZA LEDESMA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO N° 003/2026 AO CONTRATO N° 012/2023

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ – MS, inscrita no CPNJ sob o n° 01.989.839/0001-67 E LAMPER DIGITALIZAÇÃO E SISTEMAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 97.408.074/0001-01

OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato n.º 012/2023 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A IMPLANTAÇÃO DA TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ/MS, COM A LOCAÇÃO DE SOFTWARE, CONFORME CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ADITAMENTO:

2.1 – DO VALOR: O valor contratual ora pactuado para o presente Termo Aditivo fica fixado na importância total de **R$ 160.036,58 (cento e sessenta mil trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos)**, com a fixação do reajuste aproximado de **2,52 (dois virgular cinquenta e dois por cento)**, referente à continuação da prestação de serviços, passando o valor total do contrato para **R$ 619.661,99 (seiscentos e dezenove mil seiscentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos)** em razão do presente aditamento.

2.1.1. Ficam aditados apenas o item 04, passando a tabela prevista na cláusula segunda do contrato a vigorar da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
04	LOCAÇÃO DE SOFTWARE	MÊS	11	R$ 14.548,78	R$ 160.036,58

2.2 – DA VIGÊNCIA: Fica o contrato aditado o prazo por mais **11 (onze) meses**, tendo sendo seu término fixado em 02/02/2027, totalizando 45 (quarenta e cinco) meses de vigência contratual, em decorrência da presente prorrogação.

DESCRIÇÃO	ASSINATURA	PRAZO	ENCERRAMENTO VIGÊNCIA
CONTRATO 012/2023	02/05/2023	12 MESES	02/05/2024
TA 001/2024	02/05/2024	11 MESES	02/04/2025
TA 002/2025	02/04/2025	11 MESES	02/03/2026
TA 003/2026	02/03/2026	11 MESES	02/02/2027

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - os recursos destinados ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentaria:

Órgão: 05 – CÂMARA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ

Classificação Funcional: 01.031.0001.2001 – Manutenção da Câmara Municipal

3.3.90.40 – Serv. de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ

Vínculo: 1500 – Recursos não Vinculado de Impostos

FUNDAMENTO LEGAL: o presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com Art. 57 da Lei Federal n° 8.666/93 e demais alterações posteriores correlatas.

DATA DA ASSINATURA: 02/03/2026

ASSINAM: VANDER HENRIQUE NUNES DOSSO - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – CONTRATANTE E MARCIO PERES VIEIRA MONTEIRO - CONTRATADA.

Matéria enviada por GEORGE DE BARROS DA SILVA

PORTARIA/GP/PMLC/ nº 271 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"Dispõe sobre homologação do Processo Seletivo Simplificado de Laguna Carapã – Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências."

Itamar Bilibio Prefeito Municipal de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso da competência que lhe confere as disposições previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o resultado final classificatório do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 realizado pelo Município de Laguna Carapã/MS;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica homologado o RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 01/2026, publicado no Edital nr. 06/2026 no dia 23 de março de 2026.

Art. 2º - As convocações se darão, conforme necessidade do Município.

Registra-se e cumpra-se

Laguna Carapã, 31 de março de 2026.

Itamar Bilibio
Prefeito Municipal

Matéria enviada por Carol Mattoso da Silva

PORTARIA/GP/PMLC/ nº 269 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"Dispõe sobre exoneração a pedido".

Itamar Bilibio Prefeito Municipal de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso da competência que lhe confere as disposições previstas na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Sra. **HELEN BEATRIZ MATOZO EDUARDO BRANDÃO** do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais - Sede** nomeada pela portaria nº 90/2025 de 09 de janeiro de 2025 lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com efeitos a partir de 01 de abril de 2026.

Registra-se e cumpra-se

Laguna Carapã, 31 de março de 2026.

Itamar Bilibio
Prefeito Municipal

Matéria enviada por Carol Mattoso da Silva

PORTARIA/GP/PMLC/ nº 270 DE 31 DE MARÇO DE 2026

"Dispõe sobre licença maternidade".

Itamar Bilibio Prefeito Municipal de Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso da competência que lhe confere as disposições previstas na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à Servidora **JESSICA CARLESSO BOEIRA,** CPF: 028XXX.XXX-73, do cargo de **Diretor do Departamento de Habitação,** Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com efeitos a partir de 28 de março de 2026.

Registra-se e cumpra-se

Laguna Carapã, 31 de março de 2026.

Itamar Bilibio
Prefeito Municipal

Matéria enviada por Carol Mattoso da Silva

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA
C.N.P.J.: 01.989.813/0001-19
Município: LAGUNA CARAPÃ

DECRETO Nº 83/2026, de 1 de Abril de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LAGUNA CARAPÃ e autorização contida na Lei Municipal nº 710/2025, de 18 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 269.765,57, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001.12.361.12.2040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$30.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 30.000,00

10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.10.122.17.1005-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$155.000,00
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 155.000,00

10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.10.302.17.2063-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$84.765,57
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 84.765,57

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.10.122.17.2061-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$28.255,19
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 28.255,19
10.001.10.301.17.2064-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$28.255,19
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 28.255,19
10.001.10.302.17.2063-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$28.255,19
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 28.255,19

10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001.10.302.17.2063-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$155.000,00
1.500.1002 Recursos não Vinculados de Impostos 155.000,00

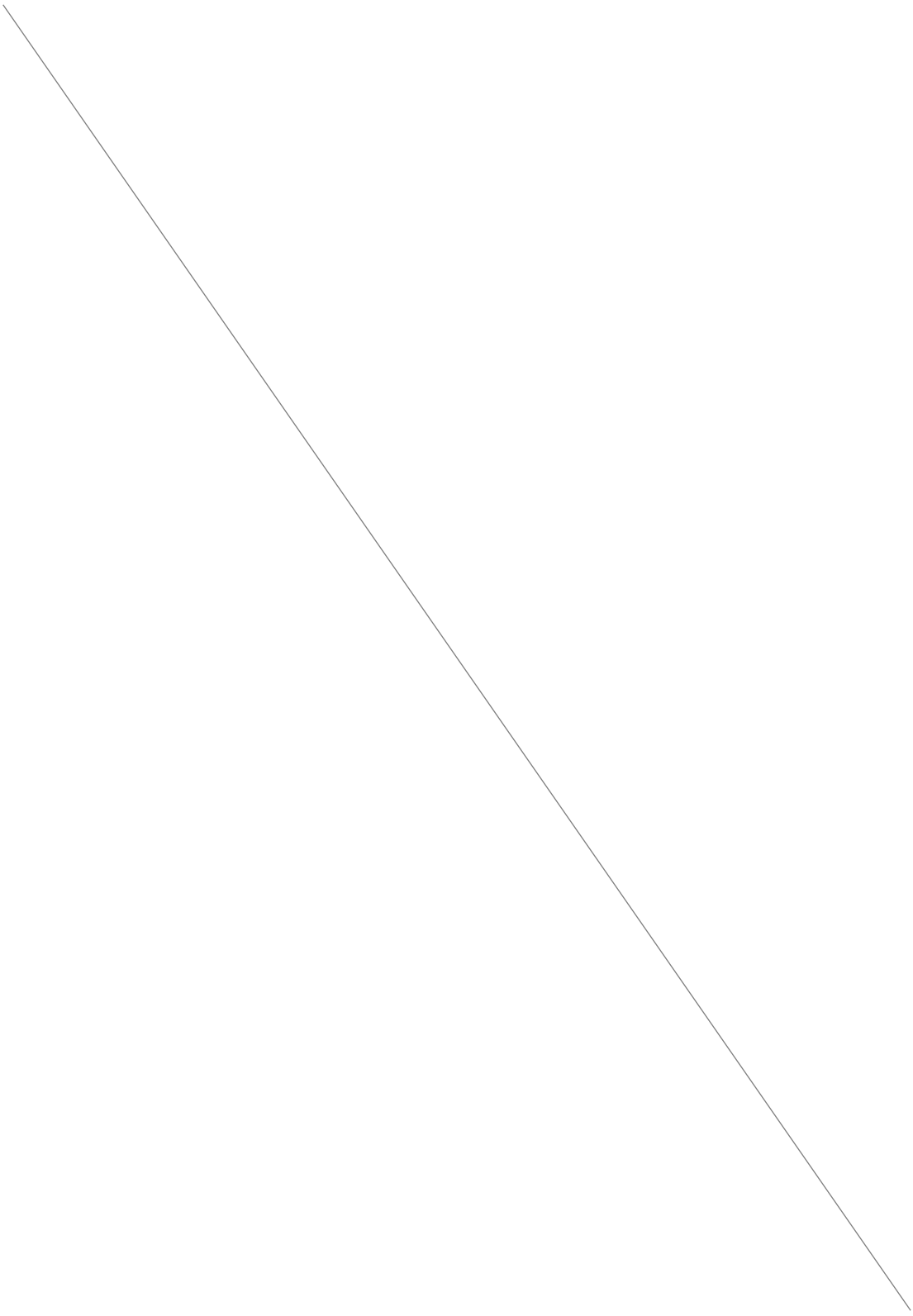
06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001.12.361.12.2040-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R$30.000,00
1.500.1001 Recursos não Vinculados de Impostos 30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de Abril de 2026.

ITAMAR BILIBIO
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA
C.N.P.J.: 01.989.813/0001-19
Município: LAGUNA CARAPÃ



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA

GESTÃO DE CONTRATOS

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO REFERENTE AO REALINHAMENTO DE PREÇOS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 207/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2024– PREGAO ELETRÔNICO 001/2024

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, torna público e aos interessados que TORNA SEM EFEITO a Publicação veiculada no Diário da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL (ASSOMASUL)** ANO XVIII Nº 4063, terça feira, 31 de março de 2026, Páginas 695, referente a realinhamento de preços para contratação de serviços de Transporte Escolar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação no transporte de alunos nas Redes Municipal e Estadual de Ensino.

Dessa forma a presente revogação entra em vigor na data de sua publicação.

Miranda-MS, 31 de março de 2026

Matéria enviada por FABIANO RODRIGUES DE SOUZA

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 001/2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MIRANDA/MS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e do Agente de Contratação e sua Equipe de apoio, nomeados através do Decreto Municipal N° 4545/2026, consoante aos princípios da impessoalidade e publicidade, torna público que resolve PRORROGAR O EDITAL PARA "**CREDENCIAMENTO**", na forma do Art. 79, Inc. II da Lei Federal 14.133/2021[[1]], do tipo "**COM SELEÇÃO A CRITÉRIO DE TERCEIRO**", na forma **PRESENCIAL** que tem por objetivo o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E REFEIÇÕES, regido pelo Decreto Municipal n° 4109/2023 e pela Lei Federal n° 14.133/2021 e alterações posteriores, por mais 12 (doze) meses, a contar de 07 de Março de 2026.

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de hospedagem e refeição a pacientes do SUS, em Campo Grande/MS, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Miranda/MS, conforme condições e exigências detalhadas no Termo de Referência e no Edital.

Serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos valores, pagamentos, objeto, finalidades e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;

O Edital e seus anexos serão disponibilizados para consulta dos interessados, através do sítio do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br no Diário Oficial Eletrônico do Município de Miranda/MS: https://diariooficialms.com.br/assomasul e pelo e-mail licita.mirandams@gmail.com ou presencialmente no endereço: Coordenadoria de Licitações Públicas – Praça Agenor Carrilho, n° 222, Centro, Miranda/MS. Informações poderão ser obtidas diretamente no setor de Licitação ou através do E-mail licita.mirandams@gmail.com

Miranda/MS, 07 de Março de 2026.

TATIELE DE JESUS SILVA

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

---

[1] Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: Inc. II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação; [...]

Matéria enviada por Tatiele de Jesus Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DEMONSTRATIVO POR ETAPA EDUCAÇÃO INFANTIL

QUADRO DEMONSTRATIVO POR ETAPA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS - EM ESPERA - VAGAS DISPONÍVEIS – MARÇO/2026

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	BERÇÁRIO			MATERNAL			JARDIM		
	Nº de Crianças			Nº de Crianças			Nº de Crianças		
	Atendidas	Em espera	Vagas disponíveis	Atendidas	Em espera	Vagas disponíveis	Atendidas	Em espera	Vagas disponíveis
CEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS	19	0	1	19	0	1	39	0	1
CEI VÓ EMILIANA	17	0	3	20	0	0	40	2	0
CEI EDILES MORAES DE SOUZA	41	0	0	49	0	11	96	0	0

QUADRO DEMONSTRATIVO POR ETAPA
EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA - INTEGRAL
NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS - EM ESPERA - VAGAS DISPONÍVEIS – MARÇO/2026

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PRÉ – I			PRÉ – II		
	Nº de Crianças			Nº de Crianças		
	Atendidas	Em espera	Vagas disponíveis	Atendidas	Em espera	Vagas disponíveis
EM ROBERTO PAULO ALMEIDA	16	0	9	18	0	7
EMU MARIA DO ROSÁRIO	21	1	1	29	0	1

QUADRO DEMONSTRATIVO POR ETAPA
EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA - PARCIAL
NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS - EM ESPERA - VAGAS DISPONÍVEIS – MARÇO/2026

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PRÉ – I			PRÉ – II		
	Nº de Crianças			Nº de Crianças		
	Atendidas	Em espera	Vagas disponíveis	Atendidas	Em espera	Vagas disponíveis
EMU WALDEMAR JOÃO DE SOUZA	46	2	1	56	0	17
EMU ESTANISLAU BOSSAY	18	5	0	18	6	0
EMU 15 DE OUTUBRO	15	0	0	35	0	0
CAIC – MARIA HENRIQUETA REBUÁ SIUFI	61	0	7	75	0	10
EMR POLO RAIMUNDO DOS SANTOS	39	0	0	38	0	0
EMI POLO FELIPE ANTONIO	36	0	5	28	0	5
EMI POLO CEL. NICOLAU HORTA BARBOSA	28	0	0	27	0	0
EMI POLO PÍLAD REBUÁ	28	0	12	56	0	0
EMI POLO PRES. JOÃO FIGUEIREDO	29	0	0	35	0	0

Matéria enviada por JOSUÉ DA SILVA SIMAS

GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 170/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2025

PARTES: Contratante: O MUNICIPIO DE MIRANDA/MS / **Contratada**: **RUI BERGAMO**

OBJETO*: renovação da ata é o Registro de Preços para prestação de serviços de desentupimento, limpeza, esgotamento e transporte de resíduos sólidos de fossas, caixas de gordura, ralos e banheiros químicos a fim de suprir as necessidades dos Órgãos da Administração Pública do Município de Miranda/MS, conforme exigências e especificações descritas no Termo de Referência, no Edital e Proposta de Preços.*

DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência da ata de registro de preços 001/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, ficam **RENOVADOS TODOS OS QUANTITATIVOS INICIALMENTE ESTABELECIDOS**, em razão da permanência da vantajosidade dos preços estabelecidos.
ASSINANTES: CONTRATANTE: **FABIO SANTOS FLORENÇA**/ **CONTRATADA RUI BERGAMO.**
Miranda – MS, 05 de março de 2026.

Matéria enviada por FABIANO RODRIGUES DE SOUZA

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 005/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 005/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de filmagem, gravação, transmissão e disponibilização digital das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes e Audiências Públicas realizadas pela Câmara Municipal de Miranda/MS.
Considerando o cumprimento dos requisitos previstos na legislação vigente, especialmente o disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
Considerando a justificativa da necessidade da contratação, a razão da escolha do contratado, a justificativa do preço, a existência de dotação orçamentária e o parecer jurídico favorável constante nos autos;

Considerando que o valor apresentado encontra-se compatível com os praticados no mercado, atendendo ao princípio da economicidade e ao interesse público;

RATIFICO a Dispensa de Licitação para a contratação da empresa **THAIS MARIANY WUNDERVAL FERREIRA**, no valor global de **R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais)**, para a execução do objeto acima descrito.

Determino a adoção das providências necessárias à formalização da contratação, inclusive emissão de empenho, publicação do extrato e celebração do respectivo contrato administrativo.

Miranda/MS, 12 de março de 2026.

MICHEL ROGER FREDDI
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA/MS

Matéria enviada por NEY CARLOS MORAES PINHEIRO

SETOR DE COMPRAS

RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2026

O Prefeito Municipal de Miranda/MS, no uso de sua competência, bem como, considerando o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Municipalidade, que, dentre outras ponderações, sugere a Dispensa de Licitação, **DECIDE:**

"**RATIFICO** a Dispensa de Licitação, tendo como objetivo à Contratação de empresa para manutenção preventiva de semáforos, em atendimento a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município de Miranda/MS"

Empresa:

EDSON DA SILVA CONSTRUÇOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 17.771.397/0001-18, situada na Rua Barão do Rio Branco, nº 551, Bairro Centro, CEP: 79.380-000, na cidade de Miranda/M**S**. Com valor global de R$ 120.315,00 (cento e vinte mil e trezentos e quinze reais).

Com fundamento nos pareceres do Agente de Contratação e da Procuradoria Jurídica, ainda nos termos do art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Miranda/MS, 27 de março de 2026.

Fábio Santos Florença

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Rebeka Jakeliny Maciel Rabello Menezes

DECRETO Nº 4575 , DE 30 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1608

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRANDA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 276.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 03	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
66	12.306.1005.2045.0000	EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA, CULTURA E ESPORTE P/		85.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
02 08 06	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
178	08.122.1004.2102.0000	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA E DA INCLUSÃO SOCIAL		51.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
02 27 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS			
329	25.752.1008.2015.0000	DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL SUSTENTÁVEL		140.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.:	1 708 0000
	708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 06 03	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
84	12.361.1005.2054.0000	EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA, CULTURA E ESPORTE PAR		-85.000,00
	3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU(	F.R. Grupo:	1 500 1001
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
02 08 06	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
204	08.245.1004.2105.0000	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA E DA INCLUSÃO SOCIAL		-51.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 0000
	500	Recursos não vinculados de Impostos		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		
02 25 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
283	28.846.1007.2004.0000	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS DO MUNICÍPIO		-140.000,00
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 708 0000
	708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais		
	000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

DECRETO Nº 4575 , DE 30 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1608

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRANDA, 30 de MARÇO de 2026

FABIO SANTOS FLORENÇA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4576 , DE 31 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1608

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRANDA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 172.081,47 distribuídos as seguintes dotações:

02	06	03	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
359		12.365.1006.1021.0000	PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS INTEGRADAS Á PRIMEIR	172.081,47
		4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.: 2 570 0000
		570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à E	
		000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: **172.081,47**

Fontes de Recurso	
570 0000	172.081,47

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRANDA, 31 de MARÇO de 2026

FABIO SANTOS FLORENÇA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4577 , DE 31 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1608

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRANDA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 100,00 distribuídos as seguintes dotações:

02	06	03	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
	93	12.365.1006.1021.0000	PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS INTEGRADAS Á PRIMEIR		100,00
		4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R.:	1 500 1001
		500	Recursos não vinculados de Impostos		
		000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02	06	03	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
	87	12.361.1005.2054.0000	EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA, CULTURA E ESPORTE PAR		-100,00
		4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	F.R. Grupo:	1 500 1001
		500	Recursos não vinculados de Impostos		
		000 000	Recursos que não se enquadram nos Detalh		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRANDA, 31 de MARÇO de 2026

FABIO SANTOS FLORENÇA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - INEXIGIBILIDADE N.° 024/2026.

O presente refere-se à **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 45.274.931/0001-16, DETENTORA DE EXCLUSIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA DUPLA JENNIFER E STEPHANY, PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL NO DIA 18 DE ABRIL DE 2026, DURANTE A 30ª EXPONAVI, NO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS, EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA DE NAVIRAÍ/MS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 2026TR001801, CELEBRADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.**

PROCESSO LICITATÓRIO N.° 045/2026 – INEXIGIBILIDADE N.°024/2026

Empresa Vencedora: **LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**inscrita no CNPJ N.° **45.274.931/0001-16,** com o Lote 001 – Item: 001;

PERFAZENDO O VALOR TOTAL: **R$ 70.000,00**(setenta mil reais).

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: FUNDAÇÃO DE CULTURA

DOTAÇÃO: 06001133920303202633903900000 (R5 F1500)

Nos termos do parecer jurídico da Procuradoria Adjunta, aprovo o Termo de Referência e demais documentos constantes neste processo, AUTORIZO e RATIFICO a Contratação pro Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 74, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, encaminhando-se os autos para os demais procedimentos que compõe.

DATA DA RATIFICAÇÃO: 31 de março de 2026.

ANDRÉ SANTANA VIEIRA
Gerente de Educação e Superintendente de Cultura
Portaria nº 222/2026 - Decreto nº 40/2026

Matéria enviada por MARLETE FLORIAN RABELLO

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 032/2026

O Município de Naviraí-MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o nº. 03.155.934/0001-90, com sede e foro à Praça Prefeito Euclides Antonio Fabris, 343, neste ato representado pelo Gerente Municipal de Educação, Sr. André Santana Vieira, e **LUCINEIA SILVA DE OLIVEIRA.**

R E S O L V E M

CLÁUSULA PRIMEIRA: Rescindir por meio deste, de comum acordo, em todos os seus termos e efeitos, a partir desta data, o **Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado**, nº. 032/2026firmado entre as partes em 12 de fevereiro de 2026, desobrigando-se igualmente de quaisquer obrigações sobre o mesmo.

CLÁSULA SEGUNDA:O presente Termo de Rescisão será arquivado juntamente com o referido Contrato.

E, por estarem assim acordados, firmam o presente, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Naviraí-MS, 30 março de 2026.

_____
O MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

_____
CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERÊNCIA DE SAÚDE/PREFEITURA DE NAVIRAÍ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2024

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 118/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

1. AGERENTE DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal,considerando as condições previstas neste Edital e seus anexos e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS,** constantes no anexo I, referente ao cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS,** em substituição, do Processo Seletivo Simplificado, n° 004/2024da Gerência Municipal de Saúde, em substituição.

Oscandidatosterãoosdias 06 e 07 de Abrilde 2026 , sendo das 08:00 às 10:30 horase das 13:00 as 16:30 horaspara apresentar-se na Gerência de Saúde portando documento de identidade.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

Naviraí-MS, 31 de Março de 2026.

Josiane de Oliveira Silva

Gerente Municipal de Saúde

ANEXO I

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS

CLASSI-FICAÇÃO	NOME COMPLETO	CURSOS	EXPERI-ÊNCIA	TOTAL	DATA NASC.
104	Érica Fernandes da Silva	0	0	0	26/12/1994
105	Thaísa Rodrigues dos Santos	0	0	0	05/05/1995

Matéria enviada por Keila Tavares de Souza

GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE APOSTILAMENTO N.º 01/2026 AO TERMO DE FOMENTO N.º 13/2026

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVIRAI E A ASSCIAÇÃO NIPO-BRASILEIRA DE NAVIRAI-ANIBRAN.

– **Do objeto**

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento, a alteração da parte II, dos representantes do **Termo de Fomento n.º 13/2026.**

– Onde se lê:

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, no Banco do Brasil, **Agência 0954-7 Conta Corrente nº 58.369-3.**

Passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, no Banco do Brasil, **Agência 0954-7 Conta Corrente nº 59397-4.**

Apostila-se o **Termo de Fomento n.º 13/2026,** com efeito a contar da publicação deste.

Naviraí, 31 de março de 2026.

JEAN MARCOS DE M. OLIVEIRA

Ger. Núcleo de Apoio à Gestão

Matéria enviada por Carla Andreia A. Freitas

GERÊNCIA DE SAÚDE/PREFEITURA DE NAVIRAÍ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 21/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

1. AGERENTE DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal,considerando as condições previstas neste Edital e seus anexos e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO o EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS** constantesno anexo I**,** referente ao cargode **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL,** do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2024da Gerência Municipal de Saúde**.**

O candidato teráentre os dias 06e 07 de abrilde 2026 sendo das 08:00 às 10:30 horase das 13:00 as 16:30 horaspara apresentar-se na Gerência de Saúde portando documento de identidade.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação.

Naviraí-MS, 31 de março de 2026.

Josiane de Oliveira Silva

Gerente Municipal de Saúde

ANEXO I

EDITAL DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS E RESULTADO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

CLASSI-FICAÇÃO	NOME COMPLETO	CURSOS	EXPERIÊNCIA	TOTAL
19	Rosimeire Sanches Flores	2	5	7

Matéria enviada por Keila Tavares de Souza

GERÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS/PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ/MS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 003/2025

Rescindir o contrato, em todos os seus termos e efeitos a partir de 01/04/2025, o Contrato nº 003/2025**.**

Partes : Município de Naviraí – MS e **FÁBIO COSTA**.

Objeto do contrato : Contratado para prestar serviços ao EMPREGADOR, na função de PINTOR, vinculado à Gerência de Serviços públicos.

Data da Assinatura da Rescisão :31 de março de 2026.

Assinam : **MARCELO SILVEIRA MONTEIRO** – Gerente de Serviços Públicose **FÁBIO COSTA** contratado.

Matéria enviada por Katia Regina Pereira da Silva Braghini

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº. 491/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **OTÁVIO JUNIOR LARANJEIRA.**

Objeto: prestar serviços ao EMPREGADOR, na função de Prof.(a) de Ensino Fundamental Anos Iniciais 3º e 5º Ano, Carga Horária 16H/A + 08 H/A Atividades, período matutino, lotada na EMEF Profª. Maria de Lourdes Aquino Sotana, em virtude desubstituição à Angela Maria de Oliveira da Silva que se encontra de licença médica.

Vigência: De **01 de abril de 2026** e término 17 de maio **de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a)_**OTÁVIO JUNIOR LARANJEIRA.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE SAUDE/PREFEITURA DE NAVIRAI

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PRONTO PAGAMENTO Nº 001/2026, GERÊNCIA DE SAÚDE.

A Presente, refere-se a aquisição do receituário B1 (receituário azul), blocos no total de 255 blocos com 50 folhas, na cor azul com medidas 26X17cm, 51x1, Papel Bond Azul, que serão utilizados em todas as unidades da Atenção Básica Municipal

JUSTIFICATIVA:

A receita B1 é indispensável para a prescrição de medicamentos controlados, com alto risco de dependência, principalmente aqueles classificados como psicotrópicos, de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A Urgência e divido o estoque atual de receituário azul B1, armazenado na Gerência Municipal de Saúde, encontra-se em eminente esgotamento, possuindo, no momento, apenas 02 (dois) blocos.Salientamos que a demanda mensal das unidades supramencionadas são elevadas, tendo isso em vista e a imprescibilidade da Receita B1, para os usuários do Sistema, Justifica-se a AQUISIÇÃO COM A MÁXIMA URGÊNCIA.

EMPRESA VENCEDORA:CONSERVARE GRAFICA

CNPJ: 22.367.488/0001-22

PERFAZENDO O VALOR TOTAL: R$ 2.251,65

RECURSO ORÇAMENTARIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE: 1500

DESPESA: 31

Nos Termos do Decreto Municipal, nº 132/2025, aprovo os documentos constantes neste processo, AUTORIZO E RATIFICO a Contratação por Pronto Pagamento, com fundamento no parágrafo segundo do art. 95 da Lei de Licitações e Contratos administrativos, e suas alterações, encaminhando-se os autos para os demais procedimentos que compõe.

JOSIANE DE OLIVEIRA SILVA
Gerente Municipal de Saúde

Portaria nº 457/2025- Decreto nº 176/2025

Matéria enviada por MARIA CECILIA SANCHES BOM FOGO

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº 396/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **FABIANA PUGLIA DE OLIVEIRA.**

Objeto: Prestar serviço na função de **PROFISSIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL** – (05 horas diárias) com lotação na EMEF Marechal Rondon, em virtudede projeto não ser objeto de concurso.

Vigência: De **01 de abril** e término **11 de dezembro de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a) **FABIANA PUGLIA DE OLIVEIRA.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº 394/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **TELMA ROSANA SANCHES GODOY**

Objeto: Prestar serviço na função de **COZINHEIRA ESCOLAR** – (08 horas diárias) com lotação no CIEI Vera Maria de Brida, em virtudede **vaga pura**.

Vigência: De **01 de abril** e término **11 de dezembro de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a) **TELMA ROSANA SANCHES GODOY.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº 393/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **SAMUEL CHAQUINE BRANCALEÃO**

Objeto: Prestar serviço na função de Profissional de Apoio à Educação Especial – (05horas diárias) com lotação na EMEF José Martins Flores, em virtude de não ser objeto de concurso.

Vigência: De **01 de abril** e término **11 de dezembro de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a) **SAMUEL CHAQUINE BRANCALEÃO.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº 392/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **MARIA CRISTINA KOHN PEREIRA**

Objeto: Prestar serviço na função de Profissional de Apoio à Educação Especial – (05horas diárias) com lotação no CIEI Profª. Azená Ricco de Freitas, em virtude de não ser objeto de concurso.

Vigência: De **01 de abril** e término **11 de dezembro de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a) **MARIA CRISTINA KOHN PEREIRA.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº 391/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **ANA CLÁUDIA OLIVEIRA LUNA**

Objeto: Prestar serviço na função de Profissional de Apoio à Educação Especial – (05horas diárias) com lotação na EMEIEF Ver. Odercio Nunes de Matos, em virtude de não ser objeto de concurso.

Vigência: De **01 de abril** e término **11 de dezembro de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a) **ANA CLÁUDIA OLIVEIRA LUNA.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº 390/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **DANIELI SODRÉ DA LUZ GEDRO**

Objeto: Prestar serviço na função de Profissional de Apoio à Educação Especial – (05horas diárias) com lotação no CIEI Vera Maria de Brida, em virtude de não ser objeto de concurso.

Vigência: De **01 de abril** e término **11 de dezembro de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a) **DANIELI SODRÉ DA LUZ GEDRO.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº. 493/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **CILMARA GUIZOLFI SOARES.**

Objeto: prestar serviços ao EMPREGADOR, na função de Prof.(a)de Projeto Ciranda em Arte, Carga Horária 20H, período vespertino, lotada na Fundação de Cultura, em virtude de não ser objeto de concurso.

Vigência: De **01 de abril de 2026** e término **30 de outubro de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abrilde 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a **CILMARA GUIZOLFI SOARES.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº. 492/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **CILMARA GUIZOLFI SOARES.**

Objeto: prestar serviços ao EMPREGADOR, na função de Prof.(a)de Projeto Ciranda em Arte, Carga Horária 20H, período matutino, lotada na Fundação de Cultura, em virtude de não ser objeto de concurso.

Vigência: De **01 de abril de 2026** e término **30 de outubro de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abrilde 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a **CILMARA GUIZOLFI SOARES.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE SAUDE/PREFEITURA DE NAVIRAI

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2024

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2026

1. A **GERENTE DE SAÚDE DE NAVIRAÍ-MS**, no uso de suas atribuições legais, e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal,considerando as condições previstas neste Edital e seus anexos e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA SEM EFEITO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO EM PROCESSO SELETIVO 005/2024 DA GERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA A VAGA DE TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA, ATRAVÉS DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS Nº. 13/2026 POR NÃO COMPARECIMENTO.**

TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO
5	Maria Benedita Barboza

Naviraí-MS, 31 de março de 2026.

Josiane de Oliveira Silva

Gerente Municipal de Saúde

Matéria enviada por MARIA CECILIA SANCHES BOM FOGO

NAVIRAIPREV

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2025 – DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 001/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025

Contratante: Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Naviraí/MS - NAVIRAIPREV

Contratada: AUTO POSTO ANTONINI LTDA – CNPJ nº 09.541.550/0001-92

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração da Cláusula Quarta – Do Valor e Condições de Pagamento, conforme solicitação apresentada, bem como de acordo com o Parecer Jurídico.

Alteração Contratual: Fica alterado o valor do item abaixo mencionado, correspondenteao reequilíbrio econômico-financeiro solicitado pela contratada, de acordo com o valor apurado no Parecer Jurídico;

EM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	VALOR PACTUADO UNITÁRIO(L)	VALOR UNITÁRIO REEQUILÍBRIO
01	DIESEL S10	L	6,19	7,90

Fundamentação legal: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal no Artigo 124, Inciso II, alínea "d" da Lei nº. 14.133/2021 e alterações correlatas e justificativas.

Assinam: Moisés Bento da Silva Júnior, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, conforme Decreto nº 61/2024(pela contratante) e o Sr. Milton Antonini(pela Contratada).

Data: 31/03/2026.

Matéria enviada por ERICA BARBOSA DE ARAUJO STRADA

GERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/PREFEITURA DE NAVIRAI

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/25

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 027/25

Partes: Município de Naviraí(Gerência de Assistência Social) – MS e PEDRO RODRIGUES SANTANA

Objeto: ENCANADOR com carga horária de 40h semanais para atuar na Gerencia de Assistencia com Vigência: de 17/03/2026 A 17/03/2027

Dotação Orçamentária : Gerência de Assistência Social

Data da Assinatura: 17/03/2026

Assinam: MARIA TELMA DE OLIVEIRA MINARI – Gerente Municipal de Assistência Social e PEDRO RORIGUES SANTANA

Matéria enviada por MIRCE MARIA SANTELLI

GERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO Nº 03/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 03/2026

Partes: Município de Naviraí – MS eVANESSA GARCIA

Objeto: Visitadoracarga horária 40h semanais, para atuar no Programa Criança Feliz Vigência: De 23 **de Março de 2026 à 31 de dezembro de 2026.**

Assinam:Maria Telma de Oliveira Minari - Gerente Municipal de Assistência Social e Vanessa Garcia- Contratado.

002/2023 Geas

Matéria enviada por MIRCE MARIA SANTELLI

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº. 490/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **AMANDA RIBEIRO BARTHMAN ESPOSITO.**

Objeto: prestar serviços ao EMPREGADOR, na função de Prof.(a) de Ensino Fundamental Anos Iniciais 1º e 2º Ano, Carga Horária 16H/A + 08 H/A Atividades, período matutino, lotada na EMEIEF Ver. Odercio Nunes de Matos, em virtude desubstituição a Luzia Ap. Martins Frazão que se encontra lotada na GEMED.

Vigência: De **01 de abril de 2026** e término 18 de dezembro **de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a)_**AMANDA RIBEIRO BARTHMAN ESPOSITO.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

GERENCIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO AO CONTRATO Nº. 489/2026

Partes: Município de Naviraí – MS e **VANESSA DE SOUSA.**

Objeto: prestar serviços ao EMPREGADOR, na função de Prof.(a) de Educação Infantil, Pré-escola, Carga Horária 16H/A + 08 H/A Atividades, período matutino, lotada no CIEI Maria José da Silva Cançado, em virtude desubstituição a Anne Carina Serpa de Mello - Licença maternidade.

Vigência: De **01 de abril de 2026** e término 10 de setembro **de 2026.**

Data da Assinatura: 01 de abril de 2026.

Assinam: André Santana Vieira – Gerente Municipal de Educação e Contratado (a)_**VANESSA DE SOUSA.**

Matéria enviada por CELINA ESPINOSA PEREZ

PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO N° 647/2023

PROCESSO: 362/2023 – DISPENSA POR JUSTIFICATIVA: 126/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – MS

CONTRATADA: VALDOMIRO DA SILVA VIEIRA.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

A contar da data do Ato de Designação, ficam designados como fiscais deste instrumento os seguintes servidores:

Sra. Mirce Maria Santelli - Fiscal

Sra. Ivone Martins Silva - Suplente.

Naviraí, 30 de Março de 2026.

Matéria enviada por KEROLAYNE PAULA DE OLIVEIRA

PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO N° 244/2023

PROCESSO: 015/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO: 005/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – MS

CONTRATADA:TELEVIDA CENTRO ESPECIALIZADO DE TELEDIAGNÓSTICOS LTDA.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

A contar da data do Ato de Designação, ficam designados como fiscais deste instrumento os seguintes servidores:

Sr. Carlos Hernandes Lopes Alves - Fiscal

Sr. Kaio Candido dos Santos - Suplente.

Naviraí, 13 de Março de 2026.

Matéria enviada por KEROLAYNE PAULA DE OLIVEIRA

PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO SUBSTITUIÇÃO DE GERENCIADOR DA ATA N° 21/2025

PROCESSO: 026/2025 – PREGÃO ELETRONICO: 011/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – MS.

CONTRATADA: PIRA SINAL COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO LTDA; TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA e TS SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE GERENCIADOR DE ATA

A contar da data da Comunicação Interna n. 038/2026/GESP/COMPRAS, fica designado como gerenciador deste instrumento o seguinte servidor:

Sr. Daniel Pinto da Silva- Gerenciador

Naviraí, 17 de Março de 2026.

Matéria enviada por KEROLAYNE PAULA DE OLIVEIRA

PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO SUBSTITUIÇÃO DE GERENCIADOR DA ATA N° 35/2025

PROCESSO: 089/2025 – PREGÃO ELETRONICO: 033/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – MS.

CONTRATADA: BRAXPARK MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA; AGRO COMERCIAL GES LTDA; DIOGO EMANUEL KUHN & CIA LTDA; SANRE COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI; JH MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA; CARVALHO COMÉRCIO LTDA; MAPA AVENIDA LTDA; AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA e COMPACT POWER MÁQUINAS LTDA EPP.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE GERENCIADOR DE ATA

A contar da data da Comunicação Interna n. 049/2026/GESP/COMPRAS, fica designado como gerenciador deste instrumento o seguinte servidor:

Sr. Daniel Pinto da Silva- Gerenciador

Naviraí, 26 de Março de 2026.

Matéria enviada por KEROLAYNE PAULA DE OLIVEIRA

PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO SUBSTITUIÇÃO DE GERENCIADOR DA ATA N° 27/2025

PROCESSO: 051/2025 – PREGÃO ELETRONICO: 023/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – MS.

CONTRATADA: SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE GERENCIADOR DE ATA

A contar da data do Ato de Designação, fica designado como gerenciadora deste instrumento a seguinte servidora:

Sra. Viviane Martins Souza - Gerenciadora

Naviraí, 03 de Março de 2026.

Matéria enviada por KEROLAYNE PAULA DE OLIVEIRA

PREFEITURA DE NAVIRAI

EXTRATO SUBSTITUIÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO N° 031/2026

PROCESSO: 173/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO: 076/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – MS

CONTRATADA: OXI MORENA COMÉRCIO DE OXIGÊNIO EIRELI - EPP.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

A contar da data do ato de designação, fica designado como gestor deste instrumento o seguinte servidor:

Sr. Kaio Candido dos Santos - Gestor.

Naviraí, 06 de Março de 2026.

Matéria enviada por KEROLAYNE PAULA DE OLIVEIRA

GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 251, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia **Daniel Pintoda Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 96, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 10 da Lei Complementar nº 025, de 29 de dezembro de 2000,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear **Daniel Pintoda Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Núcleo de Fiscalização de Aeroporto, Símbolo GER-3, vaga prevista na Lei Complementar n.º 132/2013, e alterações posteriores, lotando-o na Gerência de Serviços Públicos, aplicando-se 50% (cinquenta por cento) de adicional a título de gratificação sobre o vencimento base, **com efeito a partir de 01 de abril de 2026**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Naviraí – MS, 31de março de 2026.

RODRIGO MASSUO SACUNO

Prefeito Municipal de Naviraí

Matéria enviada por LAURA EMILY DE ASSIS KLEIN

GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 250, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Exonera oservidor **Oseias da Silva Caetano**, do cargo de provimento em comissão que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 96, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar oservidor **Oseias da Silva Caetano**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Núcleo de Fiscalização de Aeroporto, Símbolo GER-3, pertencente ao Quadro da Prefeitura Municipal de Naviraí, **com efeito a partir de 31 de marçode 2026**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Naviraí – MS, 31demarçode 2026.

RODRIGO MASSUO SACUNO

Prefeito Municipal de Naviraí

Matéria enviada por LAURA EMILY DE ASSIS KLEIN

GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 249, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Exonera oservidor **Daniel Pintoda Silva**, do cargo de provimento em comissão que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 96, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar oservidor, **Daniel Pinto da Silva**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Equipe de Manutenção de Malha Asfáltica, Símbolo GER-4, pertencente ao Quadro da Prefeitura Municipal de Naviraí, **com efeito a partir de 31 de marçode 2026**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Naviraí – MS, 31demarçode 2026.

RODRIGO MASSUO SACUNO

Prefeito Municipal de Naviraí

Matéria enviada por LAURA EMILY DE ASSIS KLEIN

GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 252, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia **Oseias da Silva Caetano**, para ocupar o cargo de provimento em comissão que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 96, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 10 da Lei Complementar nº 025, de 29 de dezembro de 2000,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear **Oseias da Silva Caetano**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Equipe de Manutenção de Malha Asfáltica, Símbolo GER-4, vaga prevista na Lei Complementar n.º 132/2013, e alterações posteriores, lotando-o na Gerência de Serviços Públicos, aplicando-se 50% (cinquenta por cento) de adicional a título de gratificação sobre o vencimento base, **com efeito a partir de 01 de abril de 2026**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Naviraí – MS, 31de março de 2026.

RODRIGO MASSUO SACUNO

Prefeito Municipal de Naviraí

Matéria enviada por LAURA EMILY DE ASSIS KLEIN

Gerência de Assistência Social/Prefeitura de Naviraí

RESOLUÇÃO 11/2026 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE

Lei nº1.929/2015 – Naviraí-MS

RESOLUÇÃO Nº 11/2026.

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial de Sindicânciapara apurar possíveis irregularidades na conduta dos Conselheiros Tutelares.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Naviraí, no exercício de suas atribuições legais, e considerando a plenária da reunião extraordinária do dia 30/03/2026, **Resolve:**

Artigo 1º: Fica instituída a Comissão Especial de Sindicância composta pelos seguintes membros:

Debora Canzian Volpini – Representante Governamental – Gerência de Assistência Social;

Michele Soares Rigonato - Representante Governamental – Gerência de Esporte e Lazer;

Andréia Cristina de Sena Santana Zucca – Representante Não Governamental - Associação de Pais, Professores das Escolas Municipais.

Jackes da Rocha – Representante Não Governamental - Associação de Pais, Professores das Escolas Estaduais.

Artigo 2º: Esta Comissão ficará responsável pela denúncia relatada no Oficio 099/2026/CT/NVR.

Artigo 3º: Está resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Naviraí-MS, 30 de março de 2026.

Débora Canzian Volpini

Presidente do CMDCA

Matéria enviada por VENINA DE JESUS OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

Procuradoria Jurídica

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA 29/2026

Proc. Administrativo: 181/2025 (Contrato 36/2026).

Contratada: Regiane Dos Santos Gonçalves

Objeto do contrato: Transporte Escolar – Linha Divisa

Inobservância: Inobservância dos requisitos de pontualidade e continuidade e segurança

O **MUNICÍPIO DE PARANAÍBA,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ. 03.343.118-0001-00, com sede administrativa na Avenida Juca Pinhé, nº 333, Jardim Santa Mônica, nesta cidade, por intermédio da Secretaria de Administração, no uso das atribuições que lhe conferem e o Decreto nº 1449/2025**, vem, por meio desta, NOTIFICAR a empresa a seguir identificada:**

NOME: REGIANE DOS SANTOS GONÇALVES

CNPJ nº: 45.006.493/0001-05

ENDEREÇO: Laurentino Francisco do Amaral, nº 515, Salomé, Paranaíba-MS, CEP 79500-000.

Representante: Regiane Dos Santos Gonçalves (CPF nº 018.415.531-23)

FINALIDADE:

NOTIFICA-SE a contratada em razão da constatação de **reiteradas irregularidades na execução do serviço de transporte escolar (Linha Divisa)**, consistentes **em atrasos frequentes e injustificados na chegada dos alunos à unidade escolar.**

Tais ocorrências vêm ocasionando prejuízos diretos à assiduidade dos estudantes, comprometendo a regularidade da frequência escolar e impactando negativamente a continuidade do processo educacional, o que revela **grave comprometimento da finalidade pública do contrato**.

A conduta verificada caracteriza **inadimplemento contratual**, por violação às obrigações assumidas, especialmente no tocante à **pontualidade, regularidade e continuidade da prestação do serviço**, em desconformidade com a Cláusula 1.1 do Contrato nº 36/2026.

No mesmo contexto, foi constatada **irregularidade grave quanto às condições de segurança do veículo utilizado na execução contratual**, notadamente o de placa **HRO-3I45** VW/Kombi TRANSFORM PAS de placa HRO-3I45, ano 2013, cujos **pneus dianteiros encontram-se em estado de desgaste excessivo ("carecas")**, em afronta às normas de trânsito e segurança veicular.

Portanto, fica Vossa Senhoria **NOTIFICADA** a promover, de forma imediata e ininterrupta, a regularização das condições de segurança do veículo utilizado na prestação do serviço, notadamente o de veiculo VW/Kombi TRANSFORM PAS de placa HRO-3I45, **mediante a imediata substituição dos pneus em estado irregular**, sob pena de caracterização de inexecução contratual e aplicação das sanções cabíveis.

Tal situação configura risco concreto à integridade física dos alunos transportados, evidenciando descumprimento da Cláusula 9.9 do contrato, além de violação ao dever de prestação de serviço adequado e seguro, inerente à natureza da atividade contratada.

Ressalta-se que, em se tratando de transporte escolar, a exigência de segurança assume caráter **absolutamente prioritário**, não sendo admissível qualquer tolerância com condições que exponham os usuários a risco.

CIENTIFICAR da notificação de processo administrativo de inexecução contratual, no bojo do qual pode lhe ser aplicada penalidade por descumprimento do contrato mencionado, nos termos do Decreto Municipal nº 1449/2025.

INFORMAR de que tem o prazo de 48h contados da publicação no Diário Oficial, para justificativa para o atraso, bem como as medidas corretivas que serão adotadas para regularizar a situação.

ADVERTÊNCIA: Em caso de não apresentação da defesa, manutenção do descumprimento das disposições contratuais ou julgamento desfavorável à versão defensiva, poderá ser aplicada as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 1.449/2025.

Comunico ainda que, a defesa deverá ser encaminhada, preferencialmente, por meio digital, para o endereço de e-mail: **gestaodecontratos.projur@gmail.com.**

Para que assim se cumpra, é determinado ao servidor, a quem for distribuída esta notificação, que encaminhe por E-MAIL e publicação no Diário Oficial do município para a pessoa notificada, com cópia dos documentos que deram azo ao procedimento.

Paranaíba-MS, 31 de março de 2026.

Marcelo Augusto da Silveira Facin

Procurador-Geral do Município

Matéria enviada por Alessandra Alves da Silva

Procuradoria Jurídica

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA 24/2026

Proc. Administrativo: 26/2025

Ata de Registro de Preço: 17/2026

Contratada: Sorpack Smart CGMS 02 Comércio Atacadista de Embalagens

Objeto do contrato: Materiais de higiene e limpeza

Inobservância: Ausência de apresentação de documentos

O MUNICÍPIO DE PARANAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ. 03.343.118-0001-00, com sede administrativa na Avenida Juca Pinhé, nº 333, Jardim Santa Mônica, nesta cidade, por intermédio da Secretaria de Administração, no uso das atribuições que lhe conferem e o Decreto nº 1449/2025, **vem, por meio desta, NOTIFICAR a empresa a seguir identificada:**

NOME: Sorpack Smart CGMS 02 Comércio Atacadista de Embalagens

CNPJ nº 48.483.553/0001-79

ENDEREÇO: Rua São Cosme Damião, nº608, Vila Progresso, Campo Grande-MS.

Representante: Evandro Conte Quadros (CPF nº 995.376.561-87)

FINALIDADE:

NOTIFICA-SE a empresa contratada para que **apresente a Certidão Negativa de Débitos Estaduais atualizada**, relativa à sua regularidade fiscal, sob pena de caracterização de descumprimento das obrigações contratuais.

Além disso de acordo com a cláusula 7.4 do contrato, estabelece que a contratada deve manter atualizados, durante toda a vigência do contrato, os seguintes documentos:

comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ em situação "ativa"

certidão negativa de débitos relativos aos Tribunais Federais e à Divida Ativa da União.

Certidão negativa de débitos relativos ao Tribunais Estaduais;

certidão regularidade do fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)

certidão negativa de débitos trabalhista (CNDT)

Ademais, conforme dispõe a **cláusula 8.3.12 do contrato**, a contratada deve **manter, durante a execução do contrato,** em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições e habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Diante disso, **NOTIFIQUE-SE** a empresa contratada para que, no prazo de **05(cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação, **regularize a pendência apontada, mediante a apresentação da certidão exigida**, sob pena de configuração de inadimplemento contratual.

CIENTIFICAR da notificação de processo administrativo de inexecução contratual, no bojo do qual pode lhe ser aplicada penalidade por descumprimento do contrato mencionado, nos termos do Decreto Municipal nº 1449/2025.

INFORMAR de que tem o prazo de 48h contados da publicação no Diário Oficial, para justificativa para o atraso, bem como as medidas corretivas que serão adotadas para regularizar a situação e garantir o cumprimento dos prazos contratuais.

ADVERTÊNCIA: Em caso de não apresentação da defesa, manutenção do descumprimento das disposições contratuais ou julgamento desfavorável à versão defensiva, poderá ser aplicada as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 1449/2025.

Comunico ainda que, a defesa deverá ser encaminhada, preferencialmente, por meio digital, para o endereço de e-mail: **gestaodecontratos.projur@gmail.com.**

Para que assim se cumpra, é determinado ao servidor, a quem for distribuída esta notificação, que encaminhe por E-MAIL e publicação no Diário Oficial do município para a pessoa notificada, com cópia dos documentos que deram azo ao procedimento.

Paranaíba-MS, 31 de março de 2026.

Marcelo Augusto da Silveira Facin

Procurador-Geral do Município

Matéria enviada por Alessandra Alves da Silva

Procuradoria Jurídica

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA 28/2026

Processo Licitatório: 14/2024

Contrato: 60/2025

Contratada: VALLE ENGENHARIA LTDA

Objeto do contrato: Pavimentação e Drenagem na rua Laurentino F. Do Amaral; Avenida Correa da Costa, parte do Bairro Universitário 1 e Bairro Daniel VI.

Inobservância: Morosidade na execução da obra

O **MUNICÍPIO DE PARANAÍBA,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ. 03.343.118-0001-00, com sede administrativa na Avenida Juca Pinhé, nº 333, Jardim Santa Mônica, nesta cidade, por intermédio da Secretaria de Administração, no uso das atribuições que lhe conferem e o Decreto nº 1449/2025**, vem, por meio desta, NOTIFICAR a empresa a seguir identificada:**

NOME: VALLE ENGENHARIA LTDA

CNPJ Nº: 00.572.142.0001-23

ENDEREÇO: Rua Rúbio Glorio de Guimarães, s/n, Quadra D, Lote 09, Chácara Caravelas Sitio de Recreio, CEP 75360-000.

Representante: Sérgio Ricardo Teixeira da Silva (CPF nº 414.682.101-06)

FINALIDADE:

NOTIFICA-SE a empresa contratada em razão de irregularidades constatadas pela fiscalização municipal na execução do Contrato nº 60/2025, caracterizadas, sobretudo, pela **morosidade injustificada na execução da obra** e pela **manutenção de situação de risco em via pública**.

Verificou-se, em inspeção in loco, a existência de **escavação de grandes proporções (cratera exposta)**, desprovida de recomposição provisória, contenção adequada ou quaisquer medidas eficazes de segurança, expondo a risco iminente a integridade física de pedestres, condutores.

Registra-se que a contratada foi previamente cientificada por meio do **Ofício nº 24/2026**, ocasião em que lhe foi expressamente determinada a **imediata liberação da via pública e o restabelecimento das condições adequadas de tráfego**, sem que, até o presente momento, tenham sido adotadas providências efetivas para a regularização da situação.

Destaca-se, ainda, que a execução dos serviços já ocasionou transtornos relevantes à coletividade, dentre os quais:

Interferência indevida durante a escavação em área de acesso à parede do canal, ocasionando o comprometimento da rede de fiação elétrica e a consequente **interrupção da iluminação pública** em trecho da Avenida Durval Rodrigues Lopes, situação que exigiu **intervenção emergencial do Município** para restabelecimento de serviço essencial, conforme devidamente acompanhado pela fiscalização;

Ausência ou insuficiência de sinalização viária adequada, em desconformidade com as normas técnicas aplicáveis, comprometendo a segurança dos usuários da via.

Não obstante as orientações e determinações já expedidas, a contratada **permanece inerte quanto à adoção das medidas corretivas necessárias**, mantendo-se o cenário de risco e o comprometimento da regular execução contratual, circunstância que impõe a atuação imediata desta Administração.

Diante do exposto, e em observância aos princípios da supremacia do interesse público, da eficiência e da continuidade do serviço público, **NOTIFICA-SE V.S.as para que promovam, de forma IMEDIATA**, a regularização das condições de tráfego da via, ainda que em caráter provisório, bem como a implementação e manutenção de **sinalização viária adequada e suficiente** no trecho em obras.

Ressalta-se que o descumprimento das determinações ora expedidas caracteriza **inadimplemento contratual**, sujeitando a contratada à aplicação das sanções administrativas e legais cabíveis, nos termos do contrato e da legislação vigente.

INFORMAR de que tem o prazo de 48h contados da publicação no Diário Oficial, para justificativa para o atraso, bem como as medidas corretivas que serão adotadas para regularizar a situação e garantir o cumprimento dos prazos contratuais.

CIENTIFICAR da notificação de processo administrativo de inexecução contratual, no bojo do qual pode lhe ser aplicada penalidade por descumprimento do contrato mencionado, nos termos do Decreto Municipal nº 1.449/2025.

ADVERTÊNCIA: Em caso de não apresentação da defesa, manutenção do descumprimento das disposições contratuais ou julgamento desfavorável à versão defensiva, poderá ser aplicada as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 1.449/2025.

Comunico ainda que, a defesa deverá ser encaminhada, preferencialmente, por meio digital, para o endereço de e-mail: **gestaodecontratos.projur@gmail.com.**

Para que assim se cumpra, é determinado ao servidor, a quem for distribuída esta notificação, que encaminhe por E-MAIL e publicação no Diário Oficial do município para a pessoa notificada, com cópia dos documentos que deram azo ao procedimento.

Paranaíba-MS, 31 de março de 2026.

Marcelo Augusto da Silveira Facin

Procurador-Geral do Município

Matéria enviada por Alessandra Alves da Silva

Procuradoria Jurídica

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA 27/2026

Processo Licitatório: 128/2025

Dispensa: 40

Contratada: SUPREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Objeto do contrato: Materiais de Consumo

Inobservância: Descumprimento do prazo de entrega

O **MUNICÍPIO DE PARANAÍBA,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ. 03.343.118-0001-00, com sede administrativa na Avenida Juca Pinhé, nº 333, Jardim Santa Mônica, nesta cidade, por intermédio da Secretaria de Administração, no uso das atribuições que lhe conferem e o Decreto nº 1449/2025, **vem, por meio desta, NOTIFICAR a empresa a seguir identificada:**

NOME: SUPREMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº: 22.548.304/0001-20

ENDEREÇO: Rua Dr. Virgílio Alves Correa, nº 510, Bairro Goiabeiras, Cuiabá-MT, CEP 78.032-165.

Representante: Gerson Jose da Costa (CPF nº299.568.381-87)

FINALIDADE:

NOTIFICA-SE a contratada acerca do descumprimento do prazo contratual estabelecido para a entrega do objeto descrito na Autorização de Fornecimento nº 6214/25, consistente nos seguintes itens:

Boquilha de massa para sax soprano;

Boquilha pop para sax tenor;

Boquilha pop para sax alto;

Estante para partitura;

Jogo de sapatilha para clarinete;

Lubrificante para pistão;

Palheta para clarineta nº 2,5;

Palheta para clarineta nº 3;

Palheta para sax tenor nº 3;

Pele de caixa 14 polegadas porosa;

Pele de resposta para caixa 14 polegadas;

Prato chimbal;

Prato para fanfarra;

Vaselina para cortiça.

Até a presente data, não se verificou a entrega dos itens acima descritos, configurando-se o inadimplemento da obrigação contratualmente assumida. Tal conduta representa violação das cláusulas pactuadas e afronta aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, com potencial comprometimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura, especialmente aquelas relacionadas ao suporte e à manutenção de instrumentos e equipamentos utilizados em atividades culturais e musicais.

Diante disso **NOTIFIQUE-SE** a empresa para que proceda à **imediata regularização da pendência**, promovendo a entrega integral do item contratado, bem como apresente justificativa formal e circunstanciada acerca do atraso verificado.

CIENTIFICAR da notificação de processo administrativo de inexecução contratual, no bojo do qual pode lhe ser aplicada penalidade por descumprimento do contrato mencionado, nos termos do Decreto Municipal nº 1449/2025.

INFORMAR de que tem o prazo de 48h contados da publicação no Diário Oficial, para justificativa para o atraso, bem como as medidas corretivas que serão adotadas para regularizar a situação e garantir o cumprimento dos prazos contratuais.

ADVERTÊNCIA: Em caso de não apresentação da defesa, manutenção do descumprimento das disposições contratuais ou julgamento desfavorável à versão defensiva, poderá ser aplicada as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 1449/2025.

Comunico ainda que, a defesa deverá ser encaminhada, preferencialmente, por meio digital, para o endereço de e-mail: **gestaodecontratos.projur@gmail.com.**

Para que assim se cumpra, é determinado ao servidor, a quem for distribuída esta notificação, que encaminhe por E-MAIL e publicação no Diário Oficial do município para a pessoa notificada, com cópia dos documentos que deram azo ao procedimento.

Paranaíba-MS, 31 de março de 2026.

Marcelo Augusto da Silveira Facin

Procurador-Geral do Município

Matéria enviada por Alessandra Alves da Silva

Procuradoria Jurídica

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA 26/2026

Proc. Administrativo: 67/2025

Ata de Registro de Preço: 27/2025

Contratada: GR INDUSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MOLA LTDA

Objeto do contrato: Materiais de construção diversos

Inobservância: Ausência de apresentação de documentos e atraso na entrega da mercadoria

O MUNICÍPIO DE PARANAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ. 03.343.118-0001-00, com sede administrativa na Avenida Juca Pinhé, nº 333, Jardim Santa Mônica, nesta cidade, por intermédio da Secretaria de Administração, no uso das atribuições que lhe conferem e o Decreto nº 1449/2025, **vem, por meio desta, NOTIFICAR a empresa a seguir identificada:**

NOME: GR Indústria Comércio e Distribuidora de Molas LTDA

CNPJ nº 10.804.784/0001-64

ENDEREÇO: Avenida Marcos Paulo Gonçalves, nº 1575, Vila Nova Bonsucesso, Guarulhos-SP, CEP 07175-120.

Representante: Rodnei Alves Teixeira (CPF nº 342.175.518-35)

FINALIDADE:

NOTIFICA-SE a contratada acerca do descumprimento do prazo contratual estabelecido para a entrega do objeto descrito na Autorização de Fornecimento nº 6287/25, em especial no que se refere ao itens **Arame Recozido nº18.**

Diante disso **NOTIFIQUE-SE** a empresa para que p**roceda à imediata regularização da pendência**, **promovendo a entrega integral do item contratado**, bem como apresente justificativa formal e circunstanciada acerca do atraso verificado.

Adicionalmente NOTIFICA-SE a empresa contratada para que **apresente a Certidão Negativa de Débitos Estaduais atualizada**, relativa à sua regularidade fiscal, sob pena de caracterização de descumprimento das obrigações contratuais.

Além disso de acordo com a cláusula 7.4 do contrato, estabelece que a contratada deve manter atualizados, durante toda a vigência do contrato, os seguintes documentos:

comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ em situação "ativa"

certidão negativa de débitos relativos aos Tribunais Federais e à Divida Ativa da União.

Certidão negativa de débitos relativos ao Tribunais Estaduais;

certidão regularidade do fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)

certidão negativa de débitos trabalhista (CNDT)

Diante disso, **NOTIFIQUE-SE** a empresa contratada para que, no prazo de **05(cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação, **regularize a pendência apontada, mediante a apresentação da certidão exigida**, sob pena de configuração de inadimplemento contratual.

CIENTIFICAR da notificação de processo administrativo de inexecução contratual, no bojo do qual pode lhe ser aplicada penalidade por descumprimento do contrato mencionado, nos termos do Decreto Municipal nº 1449/2025.

INFORMAR de que tem o prazo de 48h contados da publicação no Diário Oficial, para justificativa para o atraso, bem como as medidas corretivas que serão adotadas para regularizar a situação e garantir o cumprimento dos prazos contratuais.

ADVERTÊNCIA: Em caso de não apresentação da defesa, manutenção do descumprimento das disposições contratuais ou julgamento desfavorável à versão defensiva, poderá ser aplicada as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 1449/2025.

Comunico ainda que, a defesa deverá ser encaminhada, preferencialmente, por meio digital, para o endereço de e-mail: **gestaodecontratos.projur@gmail.com.**

Para que assim se cumpra, é determinado ao servidor, a quem for distribuída esta notificação, que encaminhe por E-MAIL e publicação no Diário Oficial do município para a pessoa notificada, com cópia dos documentos que deram azo ao procedimento.

Paranaíba-MS, 31 de março de 2026.

Marcelo Augusto da Silveira Facin

Procurador-Geral do Município

Matéria enviada por Alessandra Alves da Silva

Procuradoria Jurídica

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA 25/2026

Proc. Administrativo: 26/2025

Ata de Registro de Preço: 17/2026

Contratada: Prototype Serviços em Publicidade, Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Plásticos LTDA

Objeto do contrato: Eletrodomésticos e outros

Inobservância: Ausência de apresentação de documentos

O MUNICÍPIO DE PARANAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ. 03.343.118-0001-00, com sede administrativa na Avenida Juca Pinhé, nº 333, Jardim Santa Mônica, nesta cidade, por intermédio da Secretaria de Administração, no uso das atribuições que lhe conferem e o Decreto nº 1449/2025, **vem, por meio desta, NOTIFICAR a empresa a seguir identificada:**

NOME: Prototype Serviços em Publicidade, Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Plásticos LTDA

CNPJ nº 35.779.785/0002-08

ENDEREÇO: Avenida Oceania, S/N, Galpão 01, Quadra N, Lote 02, Bairro Distrito Industrial Iguape, Ilhéus-BA, CEP 45658-464

Representante: Aline Lopes Chagas (CPF nº 915.595.065-34)

FINALIDADE:

NOTIFICA-SE a empresa contratada para que **apresente a Certidão Negativa de Débitos Estaduais atualizada**, relativa à sua regularidade fiscal, sob pena de caracterização de descumprimento das obrigações contratuais.

Além disso de acordo com a cláusula 7.4 do contrato, estabelece que a contratada deve manter atualizados, durante toda a vigência do contrato, os seguintes documentos:

comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ em situação "ativa"

certidão negativa de débitos relativos aos Tribunais Federais e à Divida Ativa da União.

Certidão negativa de débitos relativos ao Tribunais Estaduais;

certidão regularidade do fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS)

certidão negativa de débitos trabalhista (CNDT)

Ademais, conforme dispõe a **cláusula 8.3.12 do contrato**, a contratada deve **manter, durante a execução do contrato,** em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições e habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Diante disso, **NOTIFIQUE-SE** a empresa contratada para que, no prazo de **05(cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação, **regularize a pendência apontada, mediante a apresentação da certidão exigida**, sob pena de configuração de inadimplemento contratual.

CIENTIFICAR da notificação de processo administrativo de inexecução contratual, no bojo do qual pode lhe ser aplicada penalidade por descumprimento do contrato mencionado, nos termos do Decreto Municipal nº 1449/2025.

INFORMAR de que tem o prazo de 48h contados da publicação no Diário Oficial, para justificativa para o atraso, bem como as medidas corretivas que serão adotadas para regularizar a situação e garantir o cumprimento dos prazos contratuais.

ADVERTÊNCIA: Em caso de não apresentação da defesa, manutenção do descumprimento das disposições contratuais ou julgamento desfavorável à versão defensiva, poderá ser aplicada as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 1449/2025.

Comunico ainda que, a defesa deverá ser encaminhada, preferencialmente, por meio digital, para o endereço de e-mail: **gestaodecontratos.projur@gmail.com.**

Para que assim se cumpra, é determinado ao servidor, a quem for distribuída esta notificação, que encaminhe por E-MAIL e publicação no Diário Oficial do município para a pessoa notificada, com cópia dos documentos que deram azo ao procedimento.

Paranaíba-MS, 31 de março de 2026.

Marcelo Augusto da Silveira Facin

Procurador-Geral do Município

Matéria enviada por Alessandra Alves da Silva

Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA N.º 488, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 99, da Lei Complementar nº 047 de 09 de maio de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** a(o) servidor(a) **RENATA ALVES DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de Monitor de Educação Infantil, do quadro permanente deste Município, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, sendo 30 (trinta) dias, de **01/06/2026 a 30/06/2026**, conforme decisão proferida no Processo Administrativo nº 1569/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "*Prefeito Edú Queiroz Neves*", aos 31 dias do mês de março de 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra.

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Câmara Municipal

PORTARIA Nº 0132-2026, 31 DE MARÇO DE 2026

Wanice Luciana de Oliveira, Presidenta da Câmara Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º CONCEDER dispensa do serviço em decorrência do desempenho da função de Presidente de Mesa Receptora, das eleições gerais de 2016 - 1º turno, do cargo eletivo (vereador) **FABIANO MORAIS AGI,** matrícula 21-2, da Câmara Municipal de Paranaíba-MS, 01 (um) dia de dispensa nos termos do art. 98 da Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, conforme declaração expedida pela Justiça Eleitoral em anexo. A partir do dia 30 de março 2026.

Artigo 2º REVOGAR a **Portaria nº 130-2026, de 30 de março de 2026**.

Artigo 3º Está Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir do dia 30 de março de 2026.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Paranaíba-MS, 31 de março de 2026.

Wanice Luciana de Oliveira

Presidenta

Publicada e **Registrada** na Secretaria da Câmara Municipal na data supra.

Eliana da Silva Leal

Diretora Administrativa

Matéria enviada por Joscimara Cantário de Oliveira

Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA N.º 490, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 1336, de 22 de agosto de 2025, que diz respeito a licença prêmio da servidora, **DANIELLA SOUZA QUEIROZ DA SILVA DE PAULA**.

Onde lê-se:

"Conceder **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** a(o) servidor(a) **DANIELLA SOUZA QUEIROZ DA SILVA DE PAULA**, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível III (Especialização), do quadro permanente deste Município, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, sendo 15 (quinze) dias, de 26/09/2025 a 10/10/2025 e sendo 15 (quinze) dias, de 06/04/2026 a 20/04/2026, conforme decisão proferida no Processo Administrativo nº 4915/2025."

Passa a vigorar o texto:

"Conceder **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE** a(o) servidor(a) **DANIELLA SOUZA QUEIROZ DA SILVA DE PAULA**, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível III (Especialização), do quadro permanente deste Município, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, sendo 15 (quinze) dias, de 26/09/2025 a 10/10/2025 e sendo 15 (quinze) dias, de 17/08/2026 a 31/08/2026, conforme decisão proferida no Processo Administrativo nº 4915/2025."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir desta data.

Paço Municipal "*Prefeito Edu Queiroz Neves*", aos 31 dias do mês de março de 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA N.º 487, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º AUTORIZAR a averbação de tempo de serviço, do período de 204 (duzentos e quatro) dias, equivalente a 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) dias, como tempo de serviço e contribuição prestados à iniciativa privada e/ou a outro ente público, pelo(a) servidor(a) **ARENCI FERREIRA DE OLIVEIRA** ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal – Classe Especial do quadro permanente deste Município, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Procuradoria Jurídica, a ser computado unicamente para fins de aposentadoria, conforme decisão proferida nos autos do Processo Administrativo nº. 0459/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "*Prefeito Edu Queiroz Neves*", aos 31 dias do mês de março de 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra.

Matéria enviada por Adrielli Rodrigues da Silva

PORTARIA N.º 492, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul no uso da competência que lhe confere o inciso II do artigo 102 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a necessidade de instituir e nomear uma Comissão Técnica para a elaboração do Plano Municipal de Educação 2026-2036;

CONSIDERANDO, a necessidade de fortalecer a gestão democrática participativa;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Técnica Municipal (Cotem), com a finalidade de elaborar o Plano Municipal de Educação (PME) 2026-2036, assegurando que sua construção seja participativa e em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais.

Art. 2º A Comissão Técnica Municipal (Cotem) será composta:

I. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aparecida Alves Lacerda

Daniela Rocha de Oliveira
Glaucia da Silva Claro
Marineuza Cassia Oliveira Nagliati
Noely Costa Dias Garcia
Simone Almeida da Silva
Vania Cristina Pereira
Weima Cristina Machiavelli Martins

II. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Dartanhan de Oliveira Paula
Lívia Nunes de Queiroz

III. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Elizangela Ferreira Andrade
Noely Costa Dias Garcia

IV. CONSELHO ESCOLAR

Adriana Lucon Pegado Gomes
Marilene de Oliveira Reis Gonçalves

V. FUNDEB – CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Glaucia da Silva Claro

VI. CONSELHO TUTELAR

Emerson Luis Fischer de Oliveira
Patrícia Rodrigues de Souza

VII. COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Marineuza Cassia Oliveira Nagliati
Adriana Lopes de Oliveira Viana Ferreira

VIII. COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAÍBA – CRE 10

Elio Cardoso dos Santos
Leandro Melo da Silva

IX. SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANAÍBA / SINDISPAR

Laurenice de Fátima Coutinho de Carvalho
Rita de Cássia Souza

X. SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO / SIMTED

Aníbal Camilo Bueno Neto

XI. INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR / IES

Iris Cristina Gomes do Nascimento Ferreira
Sheila Aparecida Villa Rosa

XII. CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍBA

Wanice Luciana de Oliveira

Art. 3º Compete Comissão Técnica Municipal (Cotem):

I - realizar diagnóstico abrangente da realidade educacional identificando desafios, potencialidades e necessidades específicas.

II - garantir a coerência nacional e estadual, promovendo o alinhamento das metas, objetivos e estratégias do PME às diretrizes do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação;

III - elaborar um plano de trabalho intersetorial, estruturado em grupos de trabalho, assegurando a efetiva participação social em todas as etapas do processo de construção do PME 2026-2036.

Art. 4º A Comissão Técnica Municipal (Cotem) atuará, no âmbito de suas competências, para assegurar o efetivo processo de construção do Plano Municipal de Educação (PME), referente ao decênio de 2026–2036.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "*Prefeito Edu Queiroz Neves*", aos 31 dias do mês de março de 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE
Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra

Matéria enviada por Antonio Amilton Garcia da Silva Junior

PORTARIA N.º 491, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE, Prefeito Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul no uso da competência que lhe confere o inciso II do artigo 102 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a necessidade de instituir e nomear uma Comissão Gestora Municipal para elaboração do Plano

Municipal de Educação 2026-2036;

CONSIDERANDO, a necessidade de fortalecer a gestão democrática participativa

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Gestora Municipal (Cogem), com a finalidade de coordenar a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) 2026-2036, assegurando que sua construção seja participativa e em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais

Art. 2º A Comissão Gestora Municipal (Cogem) será composta:

I. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Jane Paula da Silva

II. DEPARTAMENTO DE ENSINO

Leila Cristina Soares de Oliveira Diniz

Rosangela Sueli Bruno de Oliveira

III. COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PARANAÍBA

Elio Cardoso dos Santos

Leandro Melo da Silva

IV. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Elizangela Ferreira de Andrade

Noely Costa Dias Garcia

V. SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANAÍBA – SINDISPAR

Laurenice de Fátima Coutinho de Carvalho

Rita de Cássia Souza

Art. 3º Compete à Comissão Gestora Municipal de Educação (Cogeme):

I - Promover debate qualificado sobre o Plano Estadual e Municipal de Educação, contribuindo para diagnóstico, identificação de pontos críticos e definição de objetivos, metas e estratégias;

II - Garantir participação social efetiva na elaboração do Plano Municipal de Educação (2026–2036);

III - Acompanhar e apoiar a Comissão Técnica, organizando e sistematizando informações educacionais;

IV - Coordenar a elaboração do texto-base do Plano Municipal de Educação, assegurando sua divulgação e aprovação em Audiência Pública.

Art. 4º A Comissão Gestora Municipal (Cogem) atuará, no âmbito de suas competências, para assegurar o efetivo processo de construção do Plano Municipal de Educação (PME), referente ao decênio de 2026–2036.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "*Prefeito Edu Queiroz Neves*", aos 31 dias do mês de março de 2026.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA na Secretaria Municipal de Administração na data supra

Matéria enviada por Antonio Amilton Garcia da Silva Junior

Câmara Municipal

PORTARIA Nº 0131-2026, 30 DE MARÇO DE 2026.

Wanice Luciana de Oliveira, Presidenta da Câmara Municipal de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

NOMEAR a servidora **DAIANA MOURA STREGE BERRGANTINI** fiscal no Processo Administrativo nº 006/2026, Dispensa Eletrônica nº 002/2026.

Fica garantido ao Fiscal de Contratos amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Esta Portaria entrará em vigor a partir da sua data de publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Paranaíba-MS, 30 de março de 2026.

Wanice Luciana de Oliveira

Presidenta

Publicada e **Registrada** na Secretaria da Câmara Municipal na data supra.

Eliana da Silva Leal

Diretora Administrativa

Matéria enviada por Joscimara Cantário de Oliveira

Secretaria Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA .

RESOLUÇÃO Nº 030/2026 - CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Paranaíba/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Municipal nº 2.036, de 06 de julho de 2015,**

Considerando o **Decreto nº 1.388, de 3 de fevereiro de 2025**, que dispõe sobre a nova composição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

Considerando a realização da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, etapa preparatória da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a **Deliberação Plenária nº 011/2026,** referente à Reunião Ordinária realizada em **26 de março de 2026;**

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Regimento Interno da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,** conforme texto anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaíba/MS, 26 de março de 2026.

Mara Júlia Assis Cardoso
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Paranaíba – MS

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO

XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Município de Paranaíba – MS

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO

Art. 1º A XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no dia **22 de maio de 2026**, no Auditório da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, no município de Paranaíba – MS.

Art. 2º A Conferência tem por objetivo promover a participação da sociedade na avaliação e proposição de diretrizes para as políticas públicas voltadas à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, conforme orientações da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II
DO TEMA E DOS EIXOS

Art. 3º A XI Conferência Municipal terá como tema:

"**Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa".**

Art. 4º A Conferência será organizada nos seguintes eixos temáticos:

I – Aprimoramento do controle social e fortalecimento da participação social;
II – Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
III – Promoção da convivência familiar e comunitária;
IV – Prevenção e enfrentamento das violências;
V – Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescentes no trabalho;
VI – Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º A XI Conferência Municipal será presidida pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. Na ausência da Presidente, a Vice-Presidente assumirá a condução dos trabalhos.

Art. 6º A Conferência será realizada com a seguinte programação:

I – Credenciamento;
II – Abertura e aprovação do Regimento Interno;
III – Palestra sobre o tema central;
IV – Trabalho em grupos por eixos;
V – Plenária final;
VI – Eleição dos delegados para a Conferência Estadual.

CAPÍTULO IV
DOS PARTICIPANTES

Art. 7º Poderão participar da Conferência:

I– Representantes do Poder Público;
II – Representantes da sociedade civil;

III – Conselheiros de direitos e conselheiros tutelares;
IV – Profissionais da rede de atendimento;
V – Representantes de entidades e movimentos sociais;
VI – Crianças e adolescentes;
VII – Convidados.

Art. 8º Todos os participantes terão direito à voz, sendo garantido o direito a voto apenas aos delegados devidamente credenciados na plenária final.

CAPÍTULO V
DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 9º Os grupos de trabalho serão organizados por eixos temáticos.

Art. 10º Cada grupo poderá aprovar até **03 (três) propostas por eixo**, assim distribuídas:

I – até 03 (três) propostas de âmbito municipal;
II – até 03 (três) propostas de âmbito estadual;
III – até 03 (três) propostas de âmbito federal.

Art. 11º As propostas serão aprovadas por maioria simples.

CAPÍTULO VI
DOS DELEGADOS

Art. 12º A Conferência elegerá delegados para a Conferência Estadual, conforme orientação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 13º A escolha dos delegados deverá respeitar a representação entre governo, sociedade civil e participação de adolescentes.

Art. 14º Os delegados serão referendados pela plenária final.

CAPÍTULO VII
DA PLENÁRIA FINAL

Art. 15º Compete à plenária final:

I – Aprovar as propostas dos grupos;
II – Aprovar moções;
III – Eleger delegados;
IV – Aprovar o relatório final.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16º Este Regimento será lido e aprovado na abertura da XI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 17º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Paranaíba – MS, 26 de março de 2026.

Mara Júlia Assis Cardoso
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Paranaíba/MS

Matéria enviada por Thiago Ferreira Bergantini

PREVIM - Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paranaíba-MS

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 31 DE MARÇO DE 2026

ROBSON JESUS DA SILVA, Diretor Executivo do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paranaíba - PREVIM, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder ao servidor **JOSÉ UISLEY ARAÚJO**, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Matrícula 5.111-2, do quadro permanente do PREVIM, 04 (quatro) dias de afastamento do labor, conforme atestado médico de 24 de março de 2026.

Artigo 2º. Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua data de publicação, retroagindo seus efeitos a contar do dia 24 de março de 2026.

"Sede Administrativa do PREVIM", aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBSON JESUS DA SILVA
Diretor Executivo

Matéria enviada por Vanila Garcia Belo

Secretaria Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA -

RESOLUÇÃO Nº 029/2026 - CMDCA

Dispõe sobre a Aprovação do Balancete da Receita Orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao mês de fevereiro de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Paranaíba/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Municipal nº 2.036, de 6 de julho de 2015,**

Considerando o **Decreto nº 1.388, de 3 de fevereiro de 2025**, que dispõe sobre a nova composição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

Considerando a **Deliberação Plenária nº 011/2026,** referente à Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 26 de março de 2026;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o **Balancete da Receita Orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, referente ao mês de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranaíba/MS, 26 de março de 2026.

Mara Júlia Assis Cardoso
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Paranaíba – MS

Matéria enviada por Thiago Ferreira Bergantini

Secretaria Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 028/2026 - CMDCA

Dispõe sobre a Aprovação do Balancete da Receita Orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao mês de janeiro de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Paranaíba/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Municipal nº 2.036, de 6 de julho de 2015,**

Considerando o **Decreto nº 1.388, de 3 de fevereiro de 2025**, que dispõe sobre a nova composição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

Considerando a **Deliberação Plenária nº 011/2026,** referente à Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 26 de março de 2026;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o **Balancete da Receita Orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, referente ao mês de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranaíba/MS, 26 de março de 2026.

Mara Júlia Assis Cardoso
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Paranaíba – MS

Matéria enviada por Thiago Ferreira Bergantini

MUNICIPIO DE PARANAIBA
AV. JUCA PINHÉ
03.343.118/0001-00 Exercício: 2026

DECRETO Nº 1699 , DE 01 DE ABRIL DE 2026 - LEI N.2630

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$3.259.564,47 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **3.259.564,47**

02 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

618	10.301.0116.2095.0000	CUIDAR PARA VIVER MELHOR	203.624,61
		F.R.:	2 600 3110
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	
	3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
621	10.301.0116.2095.0000	CUIDAR PARA VIVER MELHOR	207.115,33
		F.R.:	2 600 3110
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	
	3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
622	10.301.0116.2095.0000	CUIDAR PARA VIVER MELHOR	50.906,15
		F.R.:	2 600 3110
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	
	3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
619	10.302.0116.2022.0000	CUIDAR PARA VIVER MELHOR	1.038.220,79
		F.R.:	2 600 3110
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	
	3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
620	10.302.0116.2022.0000	CUIDAR PARA VIVER MELHOR	621.345,98
		F.R.:	2 600 3110
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	
	3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
623	10.302.0116.2022.0000	CUIDAR PARA VIVER MELHOR	1.021.791,61
		F.R.:	2 600 3130
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	
	3130	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão	

MUNICIPIO DE PARANAIBA
AV. JUCA PINHÉ
03.343.118/0001-00 Exercício: 2026

DECRETO Nº 1699 , DE 01 DE ABRIL DE 2026 - LEI N.2630

02 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

624	10.305.0116.2025.0000	CUIDAR PARA VIVER MELHOR	116.560,00
			F.R.: 2 500 1002
	3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	1002	Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: **2.797.918,38**

Fontes de Recurso		
500	1002	116.560,00
600	3110	1.659.566,77
600	3130	1.021.791,61

Anulação:

02 08 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

607	10.301.0116.2095.0000	CUIDAR PARA VIVER MELHOR	-461.646,09
			F.R.: 2 600 3110
	3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Ma	
	3110	Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	

-461.646,09

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANHOS

PREVIPAR

PORTARIA N. 10/2026.

PORTARIA N. 10/2026.

Dispõe sobre a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente, com proventos proporcionais e dá outras providências.

ALDINAR RAMOS DIAS, Diretor-Presidente do PREVIPAR, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER aposentadoria por incapacidade permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ao servidor **ADELINO MARQUES,** matrícula n. 3144561-1, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Nível I, Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Obras, com fulcro nos arts. 43, 47, §2° e calculado conforme art. 71 da Lei Complementar nº 688/2020, 15 de dezembro de 2020. (Processo n. 2026.16.06163P).

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 1º de abril de 2026.

Paranhos/MS, 31 de março de 2026.

ALDINAR RAMOS DIAS

Diretor-Presidente do PREVIPAR

Portaria 107/2023

Matéria enviada por ALDINAR RAMOS DIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES

CAMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES/MS

ATO Nº 005/2026 – DETERMINA PONTO FACULTATIVO

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES-ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO DIA 02 DE ABRIL DE 2026 (QUINTA-FEIRA), DEVIDO AO FERIADO DA SEMANA SANTA".

O Presidente da Câmara Municipal de Pedro Gomes - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 18, do Regimento Interno Resolução nº 012 de 10 de Outubro de 1991.

CONSIDERANDOa tradição religiosa da 'Semana Santa', que culmina com a celebração da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo;

CONSIDERANDOque a Quinta-Feira Santa é data de profunda reflexão espiritual para a maioria da população;

R E S O L V E:

Art. 1º - Decretar ponto facultativo no dia **02 de Abril de 2026 (quinta-feira)**, no âmbito da Câmara Municipal de Pedro Gomes, diante do feriado da Semana Santa.

Art. 2º - Suspender o expediente da Câmara Municipal, no dia 02 de Abril de 2026, sem prejuízo da remuneração dos servidores, resguardada a compensação das horas não trabalhadas.

Art. 3º - O ponto facultativo não abrangerá serviços que por sua natureza não admitem paralisação.

Art. 4 º - Este Ato, assegurada a sua vigência nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno, entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES-ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 30 DE MARÇO DE 2026.

RÉGES NUNES DE PAULA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PEDRO GOMES-MS

Matéria enviada por CELI MENDONÇA DE OLIVEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES/MS

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2026 – APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES-MS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2026

"APROVA AS CONTAS DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES-MS, GESTÃO DO EX-PREFEITO WILLIAM LUIZ FONTOURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Presidente da Câmara Municipal de Pedro Gomes - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 39 inciso IX, da Lei Orgânica do Município, C/C o Artigo 223 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pedro Gomes MS e:

CONSIDERANDO a decisão soberana do Colendo Plenário desta Casa de Leis, que decidiu por unanimidade de votos favoráveis, foi aprovada de forma total e irrestrita as contas do Poder Executivo Municipal, Exercício Financeiro de 2019.

CONSIDERANDO o resultado da votação em Plenário, na Sessão Ordinária realizada em 30/03/2026, que votou pela aprovação do Parecer Prévio nº PA00 – 25/2024 emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul no processo TC n° 3230/2020, e consequentemente pela aprovação da prestação de contas de gestão anual da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes, relativo ao exercício financeiro de 2019, do ex-prefeito William Luiz Fontoura.

CONSIDERANDO, ainda, o que dispõem o artigo 66 parágrafo 2° da Lei Orgânica Municipal, combinado C/C o Artigo 224, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Faço saber que a Câmara Municipal de Pedro Gomes - Estado de Mato Grosso do Sul, **APROVOU** na Sessão Ordinária, realizada no dia 30 de Março de 2026 e, Eu Réges Nunes de Paula, Presidente da Câmara Municipal, usando das atribuições **que me confere o Art. 18, inciso I, "d" da Resolução nº 12 e 10 de Outubro de 1991 e na conformidade do Art. 31, § 2º, da Constituição Federal e Art. 39, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Pedro Gomes-MS, PROMULGO O PRESENTE DECRETO LEGISLATIVO:**

Art. 1º - Ficam aprovadas, por unanimidade, as Contas do Exercício Financeiro de 2019, da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes-MS, do Ex-Prefeito **WILLIAM LUIZ FONTOURA,** conforme PARECER PRÉVIO–PA00 – 25/2024 – Processo nº TC/3230/2020 do Egrégio Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, que opinou pela aprovação das Contas.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES-ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 30 DE MARÇO DE 2026.

RÉGES NUNES DE PAULA

Presidente da Câmara Municipal

Pedro Gomes/MS

Publicada e Registrada na Secretaria Administrativa

Da Câmara Municipal de Pedro Gomes - Estado de

Mato Grosso do Sul, de acordo com a Legislação

Em vigor, na data supra.
ADAÍDES FRANCISCO DE MORAIS
1º Secretário da Câmara Municipal
Pedro Gomes/MS

Matéria enviada por CELI MENDONÇA DE OLIVEIRA

Departamento de Recursos Humanos
PREFEITURA MUNICIPAL PEDRO GOMES PROCESSO SELETIVO Nº. 01/2026
EDITAL Nº 008, DE 31 DE MARÇO DE 2026

CONVOCAÇÃO

O Município de Pedro Gomes – Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Organizadora do Processo de Seleção Simplificada, constituída através da Portaria nº 069/2026, torna público para conhecimento dos interessados, a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos classificados, conforme Edital nº 04/2026, de 10 de março de 2026, para APRESENTAÇÃO e CONTRATAÇÃO, observada a ordem de classificação final e cronograma:

1 – DA CONVOCAÇÃO

ADVOGADO		
Ordem	**Nome**	**Secretaria**
5º	RENATA SAMILA REZENDE ATANAZIO	**PROCURADORIA JURIDICA**

2 –DA DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

2.1. A candidata convocada, para apresentação de documentos e posterior assinatura de contratos por prazo determinado conforme itens 10.4 e 11.2 do Edital Nº 001/2026 de 11 de fevereiro de 2026, acompanhados da Declaração de Entrega de Documentos, conforme Anexo I deste Edital.

2.2. A candidata deverá comparecer na sede da Prefeitura de Pedro Gomes, localizada a Rua Minas Gerais, 392, das 07 horas às 16 horas no Departamento de Recursos Humanos, tendo 5 dias úteis para apresentação da documentação.

Pedro Gomes – MS, 31 de março de 2026.

EMILY RAMOS DOS SANTOS

Matrícula nº. 3876-2

Presidente

ADERLAN GOMES FERREIRA

Matrícula nº. 3881-1

Membro

JOSIDELMA COSME DE JESUS

Matrícula nº. 244-1

Membro

KELLY MOLTOCARO REZENDE CHIAVOLONI

Matrícula nº. 3833-1

Membro

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Eu, _____, RG Nº _____, CPF Nº_____ _____, DECLARO que estou entregando no Setor de Recursos Humanos deste Município os documentos abaixo assinalados, e AUTORIZO o tratamento dos meus dados, de acordo com os artigos 7º e 11 da Lei Federal Nº 13.709/2018.

a) cédula de identidade, ou na ausência, documento oficial de identidade, com foto.

b) inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF.

c) título de Eleitor.

d) comprovante de quitação eleitoral da última eleição.

e) certidão negativa de crime eleitoral.

f) cartão do PIS/PASEP e data do cadastramento.

g) 01 (uma) foto 3x4 colorida, recente e sem uso.

h) comprovante recente de residência (conta de água, luz ou telefone).

i) certidão de nascimento dos filhos dependentes.

j) comprovante de escolaridade exigida para o cargo.

k) certificado militar, para candidatos do sexo masculino.

l) atestado médico, comprovando que goza de boa saúde física e mental.

m) declaração de acúmulo ou não de cargo e/ou função pública.

n) declaração de Bens atualizada ou declaração de imposto de renda (ano base 2024).

o) conta bancária - poupança ou corrente (Banco do Brasil).

p) cópia da folha que consta a foto e qualificação civil da Carteira de Trabalho – CTPS.

q) declaração de prestação de serviços em outros órgãos públicos, contendo o emprego, carga horária e jornada semanal (somente para os empregos em que a legislação autorize o acúmulo).

r) certidão Negativa de Ações Criminais.

s) certidão Negativa de Ações Cíveis.

t) certidão negativa de punição vigente do serviço público municipal de Pedro Gomes.

u) certidão de registro profissional emitida pelo respectivo Conselho de Classe, com comprovação de regularidade para o exercício profissional, conforme previsto na legislação específica.

v) exame toxicológico (para motorista, operador e tratorista);

Pedro Gomes – MS _____ de _____de 2026.

_____

Assinatura do Declarante

Matéria enviada por ALEF MIGUEL DOS SANTOS

Departamento de Licitações e Contratos

Extrato de Contrato nº 51/2026

Partes: Município de Pedro Gomes/MS, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a empresa Guariã Comércio e Representação de Produtos Hospitalar LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição emergencial de materiais hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Pedro Gomes/MS, visando garantir a continuidade dos atendimentos realizados no Hospital Municipal, Unidades Básicas de Saúde, Laboratório Municipal e cumprimento de demandas decorrentes de ordens judiciais.

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Valor: O valor total dos itens contratados é de R$ 57.288,50 (cinquenta e sete mil e duzentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Data da Assinatura: O contrato foi assinado em 30 de março de 2026.

Assinam: Julielton de Melo Targino e Eugênio Isidoro de Souza.

Matéria enviada por CAMILLA NUNES MESQUITA

Departamento de Licitações e Contratos

Extrato de Contrato nº 57/2026

Partes: Município de Pedro Gomes/MS, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a empresa Du Bom Distribuição de Produtos Médico-Hospitalar LTDA.

Objeto: Aquisição emergencial de medicamentos para o Hospital Municipal Demétria Albano Ramos e Unidades Básicas de Saúde do Município de Pedro Gomes/MS, visando recompor o estoque mínimo essencial e assegurar a continuidade imediata dos serviços públicos de saúde

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Valor: O valor total dos itens contratados é de R$ 130.248,80 (cento e trinta mil e duzentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Data da Assinatura: O contrato foi assinado em 30 de março de 2026.

Assinam: Julielton de Melo Targino e Eugênio Isidoro de Souza.

Matéria enviada por CAMILLA NUNES MESQUITA

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES/MS

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

DFD N.º 003/2026

Processo Administrativo N.º 002/2026

Inexigibilidade de Licitação n.º 002/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de cursos, workshops, capacitações e treinamentos presenciais, destinados a agentes públicos, agentes políticos e servidores da Câmara Municipal de Pedro Gomes/MS.

Recebidos os autos do Processo em epígrafe, devidamente instruído com os estudos preliminares, termo de referência e demais documentos, favoráveis à contratação,

AUTORIZO a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** n.º 002/2026, para a contratação da empresa IFAG - BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.690.609/0001-24, pelo valor por inscrição de R$ 990,00 (novecentos e noventa reais), durante o período de 03 (três) meses, totalizando ao final o valor de R$ 35.640,00(trinta e cinco mil seiscentos e quarenta reais)**.**

DETERMINO, considerando o fundamento legal do art. 72, parágrafo único da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e o art. 67, inciso III do Decreto Legislativo n.º 005/2023, a divulgação desta autorização no Portal da Transparência da Câmara Municipal, para que produza os efeitos legais.

Pedro Gomes, 31 de março de 2026.

Ver. Reges Nunes de Paula

Presidente da Câmara Municipal de Pedro Gomes

Matéria enviada por THAYENE LIMA DOS SANTOS

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 139/2026

Credencia Policiais Militares com Agentes da Autoridade de Trânsito e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pedro Gomes – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24 da Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro);

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar os policiais militares abaixo relacionados como agente de autoridades de trânsito para autuar infrações de competência do órgão municipal.

I - 1º Sgt PM José OLIVEIRA Conceição – Mat. 65584021

II - 2º Sgt PM LINDOMAR de Oliveira Ferreira – Mat. 116096021

III - 3º Sgt PM Ricardo PEDRALINO de Souza – Mat. 27055021

IV - Cb PM ALESSANDRA Alves Ferreira – Mat. 424947021

V - Cb PM Jose Ronivon Quirino CAVALCANTE – Mat. 43405202

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedro Gomes/MS, 31 de março de 2026.

Murilo Jorge Vaz Silva

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Laerte Ecker

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 140/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI.

O Prefeito do Município de Pedro Gomes – Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o que determina a Lei Federal n. 9.503/97, de 23 de setembro de 1997, em seu art. 16;

CONSIDERANDO o que prevê o item 6.2 do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 357 de 02 de agosto de 2010;

CONSIDERANDO o art. 3º, do Regimento Interno da JARI, aprovado pelo Decreto n.º 025/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os representantes abaixo relacionados para comporem a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, órgão deliberativo vinculado a Diretoria Municipal de Transporte e Trânsito, para o biênio 2026/2027.

I - Representantes da Agência Municipal de Transporte e Trânsito: Antônio Carlos Mendes da Rocha, matrícula nº 145-1 – Titular;

II - Representantes do com conhecimento na área de trânsito: Etenir Felipe Lopes Honorato, matrícula nº 3846-1; - Titular;

III - Representantes da Sociedade Civil Organizada: Eliane Ferreira Elias Zahn, matrícula nº 169/1- Titular

Art. 2º Fica designado o servidor Antônio Carlos Mendes da Rocha, matrícula nº 145-1, para exercer a função de Presidente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI do Município de Pedro Gomes/MS.

Art. 3º Compete aos membros da JARI exercer as atribuições previstas no Regimento Interno instituído pelo Decreto Municipal nº 025/2026, especialmente no que se refere à análise e julgamento de recursos interpostos contra penalidades

decorrentes de infrações de trânsito.

Art. 4º O mandato dos membros da JARI será de 02 (dois) anos, admitida recondução, nos termos do Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações.

Art. 5º A participação na JARI será considerada de relevante interesse público.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 114/2026.

Pedro Gomes/MS, 31 de março de 2026.

Murilo Jorge Vaz Silva

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Laerte Ecker

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação, compreendendo o desenvolvimento, implantação, customização, migração de dados, manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa, hospedagem segura, gestão técnica, suporte especializado, treinamento de servidores, gestão de e-mails institucionais, criação de aplicativo móvel e desenvolvimento web sob demanda, destinados ao Website Institucional da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes/MS, incluindo o Portal da Transparência, Diário Oficial Eletrônico e demais módulos legais

FORNECEDOR: IBDM MODERNIZAÇÃO E ASSESSORIA LTDA – CNPJ 37.908.846/0001-34.

VALOR UNITÁRIO MENSAL: R$1.300,00 – VALOR TOTAL PERIODO DE 12 MESES: R$15.600,00.

AMPARO LEGAL: Art. 75, inciso II, Lei 14.133/2021

DOTAÇÃO: 02/01/01 - GABINETE DO PREFEITO

04.131.0114.2003.0000 - MANTER O CERIMONIAL E A REALIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS

3.3.90.40.99 - OUTROS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -

Visto, Ratifico a Dispensa de Licitação, de acordo com o objeto supracitado, com fundamento no Art. 75, inciso II, Lei 14.133/2021, em consonância com a justificativa e Parecer Jurídico acostado aos autos. Pedro Gomes - MS**,** 31 março de 2026. Laerte Ecker. Chefe de Gabinete.

Matéria enviada por Ronivaldo Dias da Silva

Departamento de Licitações e Contratos

Termo de retificação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2025
CONTRATO 32/2026

Publicado no diário oficial dia 27 de março de 2026

ONDE SE LÊ:

Conforme documentação constante nos autos, verifica-se a necessidade de acréscimo da quilometragem diária inicialmente contratada, passando de 12 km (doze quilômetros) para 18 km (dezoito quilômetros) por dia, em razão da inclusão de novo itinerário destinado ao atendimento de aluno residente na zona rural, localidade denominada "Fazenda Olho d'Água".

O referido acréscimo terá início em 02 de março de 2026, pelo período correspondente a 193 (cento e noventa e três) dias letivos.

Considerando que o valor contratado por quilômetro é de R$ 6,36 (seis reais e trinta e seis centavos), o acréscimo de 6 km (seis quilômetros) diários resulta no seguinte impacto financeiro:

- Acréscimo diário: 6 km x R$ 6,36 = R$ 38,16 (trinta e oito reais e dezesseis centavos);
- Período: 193 dias letivos;
- Impacto total do aditivo: R$ 7.364,88 (sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

LEIA-SE:

Conforme documentação constante nos autos, verifica-se a necessidade de acréscimo da quilometragem diária inicialmente contratada, passando para 18 km (dezoito quilômetros) a mais por dia, em razão da inclusão de novo itinerário destinado ao atendimento de aluno residente na zona rural, localidade denominada "Fazenda Olho d'Água".

O referido acréscimo terá início em 02 de março de 2026, pelo período correspondente a 193 (cento e noventa e três) dias letivos.

Considerando que o valor contratado por quilômetro é de R$ 6,36 (seis reais e trinta e seis centavos), o acréscimo de 18 km (dezoito quilômetros) diários resulta no seguinte impacto financeiro:

- Acréscimo diário: 18 km x R$ 6,36 = R$ 114,48 (cento e quatorze reais e quarenta e oito centavos);
- Período: 193 dias letivos;
- Impacto total do aditivo: R$ 22.094,64 (vinte e dois mil, noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

Matéria enviada por CAMILLA NUNES MESQUITA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal, Sr. Murilo Jorge Vaz Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 14.133/2021 a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira e sua equipe de apoio, nos termos da documentação encartada resolve:

Adjudicar e Homologar a presente Licitação nestes termos:

Processo Administrativo nº 005/2026

Processo Licitatório nº 002/2026

Nº Modalidade: 01/2026

Objeto: Aquisição de aparelho de eletrólitos automático (íon seletivo)

Empresas vencedoras:

BLESS BRASIL SERVICO E COMERCIO DE ARTIGOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.587.313/0001-63, totalizando o valor global estimado de R$ 18.487,46.

MARIMAX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E VETERINÁRIA EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 20.339.865/0001-94, totalizando o valor global estimado de R$ 35.063,00.

Pedro Gomes – MS, 31 de Março de 2026.

Murilo Jorge Vaz Silva
PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO GOMES

Matéria enviada por Ronivaldo Dias da Silva

DECRETO Nº 47 , DE 19 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1520

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$10.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

10.000,00

02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

184 08.244.0105.2020.0000 OPERAR E MANTER O SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 10.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 1 500 0000
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não vinculados de Impostos
0000 Sem código de acompanhamento

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

186 08.244.0105.2021.0000 PROTEÇÃO SOCIAL PARA TODOS -10.000,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não vinculados de Impostos
000 000 Recursos que não se enquadram nos Detalh

-10.000,00

Artigo 3o.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO GOMES, 19 de março de 2026

MURILO JORGE VAZ SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA

Gabinete do Prefeito

5° EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE.

5° EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2025

A PREFEITURA DE SELVÍRIA, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, CONVOCA o(s) candidato(s) habilitado(s) e aprovado(s), conforme relação constante no ANEXO I deste Edital, para **NOMEAÇÃO E POSSE** do(s) respectivo(s) cargo(s), observadas as seguintes condições:

1 DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. O(s) candidato(s) relacionado(s) no ANEXO I deste edital, após a presente convocação, deverá(ão) comparecer na Divisão de Recursos Humanos, situada na Avenida João Selvírio de Souza, 997 no prédio da Prefeitura Municipal de Selvíria - nos seguintes dias e horário: Segunda a Quinta-feira das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00 e na Sexta-Feira das 07:00 as 13:00 (horário MS).

1.2. O interessado na vaga tem até 30 dias após esta convocação, para entregar a documentação relacionada no ANEXO II deste edital.

1.3. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do ANEXO II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.4. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado e convocado.

2 DOS EXAMES MÉDICOS

2.1. Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.

2.2. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado nos últimos 30 (trinta) dias.

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO E POSSE

3.1. Diante da publicação da nomeação e posse, obedecendo a legislação vigente. Cumpridas as exigências constantes deste Edital, o candidato deverá se apresentar na Prefeitura de Selvíria-MS para assinar o termo de posse e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

3.2. Da data da posse, o candidato terá 01 dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário do departamento à qual ficará subordinado.

Selvíria -MS, 31 de Março de 2026

JAIME SOARES FERREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 05

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

CONCURSO Nº 001/2025

Classificação - Lista Especial - PCD – Lei Municipal nº 497/2003

PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL (URBANO)

02 – BEATRIZ SILVA DE QUEIROZ

Selvíria MS, 31 de Março de 2026

Jaime Soares Ferreira

Prefeito Municipal

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 05

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

CONCURSO Nº 001/2025

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO CADASTRO FUNCIONAL

• Foto 3x4 recente;

• Comprovante de residência atualizado, no nome do servidor, ou acompanhado de declaração do titular do comprovante, ou declaração de endereço de próprio punho;

• RG;

• CPF;

•Comprovante de regularidade do CPF (emitido pelo site da Receita Federal https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.a sp);

• Título de Eleitor ;

• Comprovante de quitação eleitoral (emitido pelo site do TRE/MS http://www.trems.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral) ;

• Comprovante de Quitação do Serviço Militar (somente homens) ;

• CNH ;
• CTPS (Página da foto, frente e verso) ;
• Certidão de Nascimento ou Certidão de casamento (Atualizada, especialmente se houve alteração de nome após o casamento ou separação);
• Certidão Negativa Criminal;
• Cartão do PIS/NIT/NIS/PASEP ;
• Certidão de Nascimento dos Filhos (menores de 21 anos);
• Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
• Comprovante de escolaridade (Diploma, Certidão ou Histórico Escolar da maior escolaridade concluída);
• Certificados de Pós Graduação (se houver);
• Carteira do órgão de classe profissional atualizada(se houver);
• Cópia de decisão judicial que atribua a guarda de menores de 21 anos em seu nome;
• Cópia de decisão judicial de pensão alimentícia;
• Declaração de Bens;
• Declaração de acúmulo de cargos;
• Declaração de Parentesco (Existência ou não de parentes trabalhando na Prefeitura Municipal de Selvíria).

As declarações deverão ser originais, preenchidas de próprio punho no setor RH, no momento da entrega da documentação acima.

As cópias dos documentos deverão ser autenticadas ou acompanhadas dos originais para conferência.

Matéria enviada por Pamela Bianca Alves da Costa

Departamento de Compras
EXTRATO DO PEDIDO DE EMPENHO N.° 00891-26
EXTRATO DE PEDIDO DE EMPENHO

PEDIDO DE EMPENHO: **00891/26**
Ata de Registro de Preços Nº **012/2024**
Processo Nº **000137/24**
PREGÃO PRESENCIAL **Nº:**21
Merenda Escolar
sob a demanda estimativa solicitada pelos órgãos desta Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I -
Termo de Referência.
Dotação Orçamentária: 020701 - 12.306.0014.2019.0000 -3.3.90.30.07 - Ficha 246
Fornecedor:**DEMEU CONVENIENCIA LTDA**
CNPJ: 24.283.121/0001-56
Valor: R$ 11.053,40 onze mil e cinquenta e três reais e quarenta centavos
Data de emissão: 30/03/2026
Fundamentação Legal: Art. 95, Lei Federal n.° 14.1333/21.
Selvíria-MS 31/03/2026
Departamento de Compras

Matéria enviada por Arthur Eduardo da Silva Pereira

Departamento de Compras
EXTRATO DO PEDIDO DE EMPENHO N.° 00892-26
EXTRATO DE PEDIDO DE EMPENHO

PEDIDO DE EMPENHO: **00892/26**
Ata de Registro de Preços Nº **012/2024**
Processo Nº **000137/24**
PREGÃO PRESENCIAL **Nº:**21
Merenda Escolar
sob a demanda estimativa solicitada pelos órgãos desta Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I -
Termo de Referência.
Dotação Orçamentária: 020701 - 12.306.0014.2019.0000 -3.3.90.30.07 - Ficha 246
Fornecedor:**DEMEU CONVENIENCIA LTDA**
CNPJ: 24.283.121/0001-56

Valor: R$ 5.548,30 cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos
Data de emissão: 30/03/2026
Fundamentação Legal: Art. 95, Lei Federal n.° 14.1333/21.
Selvíria-MS 31/03/2026
Departamento de Compras

Matéria enviada por Arthur Eduardo da Silva Pereira

Departamento de Compras
EXTRATO DO PEDIDO DE EMPENHO N.° 00893-26
EXTRATO DE PEDIDO DE EMPENHO

PEDIDO DE EMPENHO: **00893/26**
Ata de Registro de Preços Nº **012/2024**
Processo Nº **000137/24**
PREGÃO PRESENCIAL **Nº:**21
Merenda Escolar
sob a demanda estimativa solicitada pelos órgãos desta Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I -
Termo de Referência.
Dotação Orçamentária: 020701 - 12.306.0014.2025.0000 -3.3.90.30.07 - Ficha 248
Fornecedor:**DEMEU CONVENIENCIA LTDA**
CNPJ: 24.283.121/0001-56
Valor: R$ 3.045,00 três mil e quarenta e cinco reais
Data de emissão: 30/03/2026
Fundamentação Legal: Art. 95, Lei Federal n.° 14.1333/21.
Selvíria-MS 31/03/2026
Departamento de Compras

Matéria enviada por Arthur Eduardo da Silva Pereira

Departamento de Compras
EXTRATO DO PEDIDO DE EMPENHO N.° 00894-26
EXTRATO DE PEDIDO DE EMPENHO

PEDIDO DE EMPENHO: **00894/26**
Ata de Registro de Preços Nº **012/2024**
Processo Nº **000137/24**
PREGÃO PRESENCIAL **Nº:**21
Merenda Escolar
sob a demanda estimativa solicitada pelos órgãos desta Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I -
Termo de Referência.
Dotação Orçamentária: 020701 - 12.306.0014.2025.0000 -3.3.90.30.07 - Ficha 248
Fornecedor:**DEMEU CONVENIENCIA LTDA**
CNPJ: 24.283.121/0001-56
Valor: R$ 9.372,20 nove mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte centavos
Data de emissão: 30/03/2026
Fundamentação Legal: Art. 95, Lei Federal n.° 14.1333/21.
Selvíria-MS 31/03/2026
Departamento de Compras

Matéria enviada por Arthur Eduardo da Silva Pereira

Departamento de Compras
EXTRATO DO PEDIDO DE EMPENHO N.° 00895-26
EXTRATO DE PEDIDO DE EMPENHO

PEDIDO DE EMPENHO: **00895/26**

Ata de Registro de Preços Nº **012/2024**

Processo Nº **000137/24**

PREGÃO PRESENCIAL **Nº:**21

Merenda Escolar

sob a demanda estimativa solicitada pelos órgãos desta Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I -

Termo de Referência.

Dotação Orçamentária: 020701 - 12.306.0014.2025.0000 -3.3.90.30.07 - Ficha 248

Fornecedor:**JAVERT DOMINGUES BUENO ILHA SOLTEIRA**

CNPJ: 02.704.121/0001-40

Valor: R$ 4.779,29 quatro mil, setecentos e setenta e nove reais e vinte e nove centavos

Data de emissão: 30/03/2026

Fundamentação Legal: Art. 95, Lei Federal n.° 14.1333/21.

Selvíria-MS 31/03/2026

Departamento de Compras

Matéria enviada por Arthur Eduardo da Silva Pereira

Departamento de Compras

EXTRATO DO PEDIDO DE EMPENHO N.° 00896-26

EXTRATO DE PEDIDO DE EMPENHO

PEDIDO DE EMPENHO: **00896/26**

Ata de Registro de Preços Nº **012/2024**

Processo Nº **000137/24**

PREGÃO PRESENCIAL **Nº:**21

Merenda Escolar

sob a demanda estimativa solicitada pelos órgãos desta Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes do Anexo I -

Termo de Referência.

Dotação Orçamentária: 020701 - 12.306.0014.2019.0000 -3.3.90.30.07 - Ficha 246

Fornecedor:**JAVERT DOMINGUES BUENO ILHA SOLTEIRA**

CNPJ: 02.704.121/0001-40

Valor: R$ 9.344,12 nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e doze centavos

Data de emissão: 30/03/2026

Fundamentação Legal: Art. 95, Lei Federal n.° 14.1333/21.

Selvíria-MS 31/03/2026

Departamento de Compras

Matéria enviada por Arthur Eduardo da Silva Pereira

Departamento de Licitações - Dispensa - Prefeitura Municipal de Selviria

EXTRATO DO CONTRATO N°039/2026.

Os infra-assinados, de um lado, como contratante, o **MUNICÍPIO DE SELVÍRIA MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 15.410.665/0001-40, com sede na Avenida João Selvíria de Souza, 997, nesta cidade de Selvíria MS, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, **JAIME SOARES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador do RG. nº 53.7590 - SSP/MS, inscrito no CPF sob n.º 446.184.681-49, residente e domiciliado na Rua Avenida Joao Selvíria de Souza, nº 1607, nesta cidade de Selvíria/MS, e, de outro lado como contratada.

PRONELLI GESTAO EM LICITACOES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 50.627.634/0001-47, com sede na Avenida Rodolfo Jose Pinho, n° 1507, Bairro Jardim Bela Vista, CEP 79.003-068, município de Campo Grande/MS, licitacao.pronelli@gmail.com , telefone 67 99244-8239, por seu representante legal, o Sr. Tiago Balsanelli, brasileiro, empresário, inscrito no CPF n° 353.141.108-06, residente e domiciliado na cidade de Campo Grande/MS, celebram entre si, o presente Contrato Administrativo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento na Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2026, Processo adm. n.º 002/2026, devidamente ratificado pelo Prefeito aos 30 dias de março de 2026, em conformidade com o Artigo 74, inciso III, alínea A e F, c/c artigo 6, inciso XVIII, alínea A e F, ambas da Lei n.º Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, juntamente com o Decreto municipal n° 007/2025 de 25 de fevereiro de 2025 e suas alterações

posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos continuados de consultoria e assessoria em planejamento das contratações, governança, compras públicas e fiscalização de contratos, com treinamento dos servidores, visando à adequação e aprimoramento dos procedimentos à Lei nº 14.133/2021.

Cláusula terceira- da vigência

O prazo de validade do presente instrumento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua elaboração, podendo o mesmo ser assinado posteriormente tanto físico e/ou digital, para validação de todo os elementos do instrumento contratual, podendo ser aditivado por igual período conforme Lei 14.133/21.

Cláusula quarta - do valor e do pagamento

O pagamento, decorrente da execução do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação da respectiva **Nota Fiscal ou documento equivalente**, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe na Lei 14.133/21 e alterações.

O valor total estimado do contrato é de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Sendo o valor mensal estimado de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Cláusula quinta - da dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotação orçamentária 2026, conforme segue:

020201 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0007.2007.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL

3.3.90.35.00 serviços de consultoria

Fonte: 1.500.0000

Ficha 51

Valor da Reserva R$ 90.000,00

020201 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0007.2007.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL

3.3.90.35.00 serviços de consultoria

Fonte: 1.709.0000

Ficha 747

Valor da Reserva R$ 90.000,00

020901 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0005.2061.0000 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL

3.3.90.35.00 serviços de consultoria

Fonte: 1.500.1002

Ficha 514

Valor da Reserva R$ 90.000,00

Cláusula décima terceira – das condições gerais

As partes elegem o foro da comarca de Três Lagoas/MS, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste termo, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas instrumentarias, para que produza os efeitos legais.

Selviria/MS, 31 de março de 2026.

Assinatura Digital**JAIME SOARES FERREIRA**

Prefeito Municipal

PRONELLI GESTAO EM LICITACOES LTDA ME

Tiago Balsanelli

Matéria enviada por Astrogilda Silvestre da Silva

Departamento de Licitaçoes e Contratos - Prefeitura Municipal de Selviria

AVISO PROC 022-26, PE 010-26 - Aquisição Generos Alimenticios As. Social

AVISO DE LICITAÇÃO

Código da Pré Publicação E-Sfinge-TCE: "34AB75C7F2B15F70DFECA8AB9D983F3FA5615B88"

Exclusivo ME/EPP, com prioridade regional nos lances, conforme decreto municipal 030/2022 e art.48, §3 da lc 147/14 c.c lei 123/06.

Processo Administrativo nº 022/2026 - PREGÃO ELETRONICO N° 010/2026. Objeto: "contratação para aquisição de gêneros alimentícios em atendimento das demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Ser Mais I, Ser Mais II, Unidade de Acolhimento "Menino Jesus" em anuência com a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de SELVIRIA/MS". Início da sessão e disputa de preços as 08h00m (MS), no dia 15/04/2026, através do sistema BNCCOMPRAS, no site www.bnc.org.br - O edital está na integra no site: www.selviria.ms.gov.br. E na plataforma do pregão eletrônico. Dúvidas ligar/whatsapp (67) 9.2001-2148 e pelo e-mail:

licitacaoselviria@gmail.com. Selvíria/MS, 31 de março de 2026. Jaime Soares Ferreira, Prefeito Municipal.

Matéria enviada por Willian Braz da Cruz Negrão

Departamento de Licitações - Dispensa - Prefeitura Municipal de Selviria

PORTARIA N.º 054-2026 DLC, FISCAL DO CONTRATO 039/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a designação de servidor para acompanhar e fiscalizar execução deste contrato e dá outras providencias.

Excelentíssimo Senhor JAIME SOARES FERREIRA, Prefeito Municipal de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das competências que lhe são conferidas por Lei e no artigo 9º, do Decreto nº 312 de 23 de Janeiro de 2020.

CONSIDERANDO as determinações previstas no Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21.

CONSIDERANDO a indicação de Servidor no processo administrativo n.º 002/2026, Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2026.

Art.1º DESIGNAR, o. Carlos Sergio Araujo, portador do CPF n° 142.024.468-01, como fiscal do contrato de nº 039/2026, cujo o objeto é a "*Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos continuados de consultoria e assessoria em planejamento das contratações, governança, compras públicas e fiscalização de contratos, com treinamento dos servidores, visando à adequação e aprimoramento dos procedimentos à Lei nº 14.133/2021*".

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato, ora designado, fica garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto nº 312 de 23 de Janeiro de 2020, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução.

Art. 3º O servidor designado deverá cumprir integralmente as atribuições previstas no Decreto nº 312 de 23 de Janeiro de 2020, exercendo o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização de faltas e problemas observados e sanções que entender cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Paço Municipal de Selvíria/MS, 31 de março de 2026.

JAIME SOARES FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Astrogilda Silvestre da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA

AV JOAO SELVIRIO DE SOUZA
15.410.665/0001-40 Exercício: 2026

DECRETO Nº 55 , DE 25 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1365

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE Selviria, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$2.195,50 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **2.195,50**

02 02 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

52 04.122.0007.2007.0000 GESTÃO E INOVAÇÃO 2.015,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
500 Recursos não vinculados de Impostos
0000 Sem código de acompanhamento
000 Recursos que não se enquadram nos Detalh

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

751 10.302.0005.2065.0000 SAÚDE E BEM-ESTAR 180,50

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
709 Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos
0000 Sem código de acompanhamento
000 Recursos que não se enquadram nos Detalh

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 02 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

53 04.122.0007.2007.0000 GESTÃO E INOVAÇÃO -2.015,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
500 Recursos não vinculados de Impostos
0000 Sem código de acompanhamento
000 Recursos que não se enquadram nos Detalh

02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

750 10.301.0005.2063.0000 SAÚDE E BEM-ESTAR -180,50

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
709 Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos
0000 Sem código de acompanhamento
000 Recursos que não se enquadram nos Detalh

-2.195,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA
AV JOAO SELVIRIO DE SOUZA
15.410.665/0001-40 Exercício: 2026

DECRETO Nº 55 , DE 25 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1365

Artigo 3o.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Selviria, 25 de março de 2026

JAIME SOARES FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA

AV JOAO SELVIRIO DE SOUZA
15.410.665/0001-40 Exercício: 2026

DECRETO Nº 58 , DE 31 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1365

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE Selviria, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$80.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **80.500,00**

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

77	04.123.0007.2012.0000	GESTÃO E INOVAÇÃO	70.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

695	13.392.0003.2030.0000	CULTURA EM AÇÃO	2.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

02 15 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

727	27.812.0004.2079.0000	MAIS ESPORTES	1.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
752	27.812.0004.2079.0000	MAIS ESPORTES	7.500,00
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

84	28.843.0008.3000.0000	GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICIPIO	-72.000,00
	3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
	500	Recursos não vinculados de Impostos	
	0000	Sem código de acompanhamento	
	000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVIRIA

AV JOAO SELVIRIO DE SOUZA
15.410.665/0001-40 Exercício: 2026

DECRETO Nº 58 , DE 31 DE MARÇO DE 2026 - LEI N.1365

02	15	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
725		27.812.0004.2079.0000	MAIS ESPORTES	-1.000,00
		3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
		500	Recursos não vinculados de Impostos	
		0000	Sem código de acompanhamento	
		000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	
726		27.812.0004.2079.0000	MAIS ESPORTES	-7.500,00
		3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	
		500	Recursos não vinculados de Impostos	
		0000	Sem código de acompanhamento	
		000	Recursos que não se enquadram nos Detalh	

-80.500,00

Artigo 3o.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Selviria, 31 de março de 2026

JAIME SOARES FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS

Departamento de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0020/2026

Processo nº 000036/2026

Inexigibilidade nº 0003/2026

CODIGO E-SFINGE: 8E1640EEF0CF1474AA9F6DE6643491F68EE5345D

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS/MS e a empresa INSTITUTO CATAVENTO CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA

Objeto: Contratação do Instituto Catavento – Catavento Consultoria e Projetos Educacionais, inscrito no CNPJ nº 24.510.883/0001-48, para oferta do Curso de Formação de Profissional de Apoio Escolar, com carga horária total de 180 (cento e oitenta) horas, na modalidade híbrida (presencial e a distância), incluindo estágio supervisionado, certificação e acesso à plataforma virtual de aprendizagem.

Dotação Orçamentária:

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
195	2026	021301	12.365.0025.2076.0000	3.3.90.39.05	1.500.1001	14.910,00	129.913,90	129.913,90

Valor: 14.910,00 (quatorze mil, novecentos e dez reais).

Vigência: 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato.

Data da Assinatura: 27/03/2026

Fundamento Legal: Lei nº 14.333/2021 e Decreto Municipal 22/2024.

Assinam: ERLON FERNANDO POSSA DANELUZ, pela contratante e CAROLINE TOURO BELUQUE, pela contratada.

Matéria enviada por ADRIANA MARTINS RODRIGUES

Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Sete Quedas/MS - IPSSQ

PORTARIA Nº 005/2026

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SERVIDORA ZILDA APARECIDA FERREIRA GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Sete Quedas – MS - IPSSQ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 092, de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor de **ZILDA APARECIDA FERREIRA GOMES**, com fulcro no §4º do art. 63 e com seus proventos calculados com base no §6º, inciso I do artigo 63 da Lei Complementar n. 092/2023.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de Abril de 2026. (Processo 2026.04.05415P).

Sete Quedas - MS, 31 de março de 2026.

AIRTON TROMBETTA
Diretor-Presidente
Decreto 154/2007

Matéria enviada por Katia Regina Viana

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

Instituto Municipal de Previdência Social de Sidrolândia - Previlândia

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2026

O Instituto Municipal de Previdência Social de Sidrolândia/MS – PREVILÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pernambuco, nº 860, Centro, nesta cidade, CEP 79.170-000, inscrito no CNPJ sob o nº 01.705.182/0001-69, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Dispensa de Licitação nos termos Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM.**

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza, higiene e gêneros alimentícios para atender as demandas operacionais diárias do PREVILÂNDIA, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos.

DA PARTICIPAÇÃO: Eventuais interessados poderão apresentar Propostas de Preços e documentos de habilitação no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, nos termos do Artigo 75, Inciso II, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, oportunidade em que a PREVILÂNDIA escolherá a mais vantajosa.

DATA, LOCAL E HORÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: As empresas interessadas deverão apresentar a proposta de preços e documentos de habilitação previstos no Termo de Referência, até as 11h (horário oficial de Mato Grosso do Sul) do dia 09 de abril de 2026 no Instituto Municipal de Previdência Social de Sidrolândia/MS – PREVILÂNDIA, Rua Pernambuco, nº 860, Centro, nesta cidade, CEP 79.170-000 ou encaminhados por meio do e-mail: licitacao@previlandia.ms.gov.br até as 17h (horário oficial de Mato Grosso do Sul) do dia 09 de abril de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: Estão disponíveis no site oficial da PREVILÂNDIA: https://previlandia.ms.gov.br/editais e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

DEMAIS INFORMAÇÕES Através do telefone: (67) 3272-2231 ou pelo e-mail: licitação@previlandia.ms.gov.br.

Sidrolândia-MS, 31 de março de 2026

Juliana Neves Martins
Agente de Contratação
Portaria nº 003/2026

Matéria enviada por Juliana Neves Martins

Divisão de Gestão de Pessoas

1° - CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA PERÍCIA MÉDICA

Deverão se apresentar no dia **06/04/2026** (segunda-feira), às **07h30min** na Rua Acre, n.º 682, Jandaia (rua lateral da Câmara Municipal), munidos de **documentos pessoais**.

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO
EDER WILSON CARRAFA	2842 - 17	PROFESSOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GLACELY BASILIO DE SOUZA	816 - 1	PROFESSORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GLAUCO BARBOSA DE REZENDE	5814 - 2	PROFESSOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
IRENE FERREIRA DE ALBUQUERQUE VIEIRA	997 - 1	PROFESSORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JEILSON MIRANDA GAZZOLA	15035 - 1	SOLDADOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
JESSICA TAINARA NOGUEIRA DA SILVA	15112 - 1	PROFESSORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JUCEMARA DINO CLARO LEMES	936 - 1	PROFESSORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JUSCELINO MARQUES DE SOUZA	2692 - 5	PROFESSOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
LUCIANA SGANZERLA	2391 - 1 2391 - 2	PROFESSORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARIA CONCEIÇÃO DE SOUZA RIBEIRO	1461 - 1	PROFESSORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARIA INEZ DE SOUZA ROCHA OLIVEIRA	3505 - 1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NEUZA MATTOS GOMES	2421 - 1	PROFESSORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
VILMA AVILLA DA SILVA	15084 - 1	PROFESSORA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Matéria enviada por Lisiane Ajala de Souza

Departamento de Licitação

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Comunico a homologação do Certame na modalidade **Pregão Eletrônico n° 09/2026**, que versa sobre o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, NOS DIÁRIOS OFICIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E DA UNIÃO,** quando **CONVOCADA** pelo Município o(a) representante da empresa vencedora da licitação, a comparecer na Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação, para assinarem o contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

AVOX PUBLICIDADE LTDA – CNPJ Nº 40.678.890/0001-00, vencedora dos lotes 01 e 02 no valor total de R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais).

Sidrolândia - MS, 31 de março de 2026.

Edilene Rodrigues Cruz

Secretária Municipal de Administração Interina

Decreto n° 81/2026

Matéria enviada por Robeval Mendes dos Santos

Departamento de Licitação

AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

O Município de Sidrolândia – MS, através do Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos os interessados a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO, SUPORTE, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA WWW.SIDROLANDIA.MS.GOV.BR E TAMBÉM SERVIÇOS DE E-MAIL INSTITUCIONAL EM NUVEM**, de acordo com as especificações constantes do anexo I do Edital, apresentou o seguinte resultado:

W3 TECNOLOGIA LTDA – CNPJ Nº 20.522.727/0001-46					
Item	**Especificação**	**Und**	**Quant**	**Valor Unitário**	**Valor total**
01	WEBSITE INSTITUCIONAL – SOLUÇÃO COMPLETA DE HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO. Contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços técnicos de hospedagem, manutenção, sustentação, atualização tecnológica e desenvolvimento evolutivo do site oficial da Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS (www.sidrolandia.ms.gov.br), compreendendo todas as fases do ciclo de vida da solução. Inclui planejamento técnico, implantação, migração segura de dados e conteúdos existentes, configuração de ambiente em nuvem com alta disponibilidade, redundância e monitoramento proativo, bem como suporte técnico especializado. A solução deverá contemplar manutenção corretiva, preventiva e evolutiva, atualização de versões, melhorias de desempenho, adequações de segurança, proteção contra ataques cibernéticos e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Deverá utilizar tecnologias modernas, seguras e consolidadas no mercado, sendo vedada a utilização de CMS gratuitos e de código aberto como WordPress, Joomla ou similares. O desenvolvimento deverá ser realizado com frameworks e arquiteturas atuais, garantindo segurança, escalabilidade, desempenho, acessibilidade digital, responsividade e compatibilidade com dispositivos modernos. Todo o código-fonte deverá ser versionado em repositório privado(GIT), com controle de versões por meio de branchs, mantendo ambiente de testes acessível à Administração da Prefeitura para acompanhamento e validação das evoluções. Compreende ainda a possibilidade de desenvolvimento e implementação de novas ferramentas e funcionalidades, como formulários personalizados, sistema de gerenciamento de documentos públicos, página de Leis Municipais com mecanismos de busca e filtros, biblioteca digital, evolução do sistema de notícias e demais recursos voltados à transparência, comunicação institucional e modernização administrativa.	Mês	12	R$ 1.700,00	R$ 20.400,00
02	WEBMAIL INSTITUCIONAL – SOLUÇÃO CORPORATIVA EM NUVEM. Contratação de empresa especializada em serviços de computação em nuvem para prestação contínua de serviços técnicos de implantação, hospedagem, gestão, suporte e manutenção de solução de e-mail corporativo institucional do tipo Exchange ou equivalente, em ambiente de alta disponibilidade. Compreende a disponibilização de 200 (duzentas) contas de e-mail corporativo com capacidade mínima de 25GB por conta, painel administrativo completo para criação, exclusão e gerenciamento de usuários e senhas, bem como migração segura das contas existentes, preservando mensagens, contatos e calendários. A solução deverá contemplar obrigatoriamente os serviços de IMAP, POP, POP3 e SMTP, antispam, antivírus, auditoria de mensagens, backup mínimo de 30 dias, agenda, calendário, contatos corporativos, drive virtual de armazenamento, serviço integrado de bate-papo e chamadas de vídeo. A infraestrutura deverá estar hospedada em Data Center Tier III localizado no Brasil, garantindo conformidade com a LGPD, alta disponibilidade, redundância, escalabilidade, desempenho e segurança da informação. Deverá incluir suporte técnico 24x7x365, monitoramento contínuo, manutenções corretivas e preventivas, possibilidade de expansão de contas e capacidade, criação de grupos institucionais, padronização de assinaturas e implementação de novas funcionalidades voltadas à colaboração e comunicação institucional.	Mês	12	R$ 1.624,16	R$ 19.489,92
				VALOR TOTAL:	**R$ 39.889,92**

Sidrolândia - MS, 31 de março de 2026.

ROBEVAL MENDES DOS SANTOS

Agente de Contratação

Matéria enviada por Robeval Mendes dos Santos

Departamento de Licitação

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2025

Município de Sidrolândia – MS, através do Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos os interessados **Registro de preço para futura e eventual aquisição de insumos em saúde, materiais médico-hospitalares para atendimento das demandas da atenção primária, média e alta complexidade da secretaria municipal de saúde parte IV**, de acordo com as especificações constantes do anexo I do Edital, apresentou o seguinte

resultado:

EMPRESA VENCEDORA: CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA

CNPJ Nº: 10.735.873/0001-04

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
28	ESTETOSCOPIO CARDIOLOGICO PROFISSIONAL, TUBOS EM PVC, AUSCULTADOR EM AÇO INOX, DUPLO USO ADULTO E PEDIATRICO	UNID.	200	R$ 80,00	R$ 16.000	PREMIUM
38	INALADOR/NEBULIZADOR A AR COMPRIMIDO	UNID.	30	R$ 115,00	R$ 3.450,00	DELLAMED/ COMPRESSOR
40	LANTERNA CLINICA DE ALUMÍNIO LUZ DE LED BRANCA	UNID.	100	R$ 16,00	R$ 1.600,00	LC/LD
					TOTAL GERAL R$	**21.050,00**

EMPRESA VENCEDORA: C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA (PARANÁ MED)

CNPJ Nº: 24.864.422/0001-73

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
2	ASPIRADOR DE SECRECAO 1,3 LITROS (1300 ML) PORTATIL.	UNID.	30	R$ 325,00	R$ 9.750,00	NEVONI
23	DETECTOR FETAL PORTÁTIL - DOPPLER FETAL ULTRA-SÔNICO	UNID.	50	R$ 235,00	R$ 11.750,00	VCOMIN FD640
24	ESFIGMOMANÔMETRO NEONATAL	UNID.	3	R$ 76,06	R$ 228,18	PREMIUM BR-20-D
					TOTAL GERAL R$	**21.728,18**

EMPRESA VENCEDORA: CIRURGICA JM – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº: 55.909.512/0001-67

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
22	DERMATOSCÓPIO CLINICO	UNID.	5	R$ 300,00	R$ 1.500,00	MIKATOS
					TOTAL GERAL R$	**1.500,00**

EMPRESA VENCEDORA: EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº: 38.408.899/0001-59

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
43	OTOSCÓPIO COM 5 ESPÉCULOS	UND.	60	R$ 168,00	R$ 10.080,00	DOCTOR DEVICES BR101.105
					TOTAL GERAL R$	**10.080,00**

EMPRESA VENCEDORA: ENDOGERAIS EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA-ME

CNPJ Nº: 08.697.852/0001-91

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
37	HISTERÔMETRO DE COLLIN 28 CM PARA USO GINECOLÓGICO	UNID.	40	R$ 49,15	R$ 1.966,00	FUTURE HI 138-4231
45	PINÇA ALLIS 16 CM	UNID.	33	R$ 27,63	R$ 911,79	FUTURE HI 138-4163
					TOTAL GERAL R$	**2.877,79**

EMPRESA VENCEDORA: GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA

CNPJ Nº: 46.884.097/0001-43

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
10	CABO DE BISTURI NÚMERO 3 (TRÊS) - UNIDADE	UNID.	40	R$ 6,00	R$ 240,00	COOPERFLEX
11	CABO DE BISTURI NÚMERO 4 (QUATRO) - UNIDADE	UNID.	40	R$ 6,10	R$ 244,00	COOPERFLEX
18	COMADRE PÁ HOSPITALAR INOX CAPACIDADE DE 3.500 ML	UNID.	30	R$ 125,00	R$ 3.750,00	COOPERFLEX
21	CUBA RIM 26X12CM HOSPITALAR EM AÇO INOX	UNID.	33	R$ 34,00	R$ 1.122,00	COOPERFLEX
30	ESTOJO PARA INSTRUMENTAL PERFURADO 28 X 14 X 06 CM EM INOX	UNID.	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00	COOPERFLEX
31	ESTOJO PARA INSTRUMENTAL LISO 20 X 10 X 05 CM EM INOX	UNID.	30	R$ 70,00	R$ 2.100,00	COOPERFLEX
46	PINÇA ALLIS 12 CM	UNID.	33	R$ 25,00	R$ 825,00	COOPERFLEX
47	PINÇA ANATÔMICA COM DENTE DE RATO 16 CM	UNID.	40	R$ 9,00	R$ 360,00	COOPERFLEX
48	PINÇA ANATÔMICA DE DISSECCAO COM SERRILHA 16 CM	UNID.	40	R$ 9,50	R$ 380,00	COOPERFLEX
49	PINCA ANATOMICA DE DISSECCAO COM SERRILHA 18 CM	UNID.	40	R$ 13,50	R$ 540,00	COOPERFLEX
50	PINCA ANATOMICA DE DISSECCAO COM SERRILHA 14 CM	UNID.	40	R$ 9,50	R$ 380,00	COOPERFLEX
51	PINÇA CHERON 24 CM DE AÇO INOX ESTERELIZAVEL	UNID.	40	R$ 35,00	R$ 1.400,00	COOPERFLEX
52	PINÇA CRILE CURVA 16 CM	UNID.	40	R$ 23,00	R$ 920,00	COOPERFLEX
53	PINCA CRILE RETA 16 CM	UNID.	40	R$ 24,00	R$ 960,00	COOPERFLEX
54	PINCA DENTE DE RATO 14 CM	UNID.	40	R$ 10,00	R$ 400,00	COOPERFLEX
55	PINCA DENTE DE RATO 18 CM	UNID.	40	R$ 13,50	R$ 540,00	COOPERFLEX
56	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 16 CM	UNID.	40	R$ 24,00	R$ 960,00	COOPERFLEX
57	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 14 CM	UNID.	40	R$ 20,00	R$ 800,00	COOPERFLEX
58	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA 12CM	UNID.	40	R$ 16,00	R$ 640,00	COOPERFLEX
59	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 12 CM	UNID.	40	R$ 16,00	R$ 640,00	COOPERFLEX
60	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 14 CM	UNID.	40	R$ 20,00	R$ 800,00	COOPERFLEX
61	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO RETA 16CM	UNID.	40	R$ 22,50	R$ 900,00	COOPERFLEX
63	PINÇA KELLY HEMOSTATICA CURVA 16 CM	UNID.	40	R$ 21,00	R$ 840,00	COOPERFLEX
64	PINÇA KELLY HEMOSTATICA RETA 14 CM	UNID.	40	R$ 20,00	R$ 800,00	COOPERFLEX
65	PINÇA KELLY RETA HEMOSTATICA 16 CM	UNID.	40	R$ 23,00	R$ 920,00	COOPERFLEX
66	PINCA KOCHER HEMOSTATICA CURVA 14 CM	UNID.	40	R$ 23,00	R$ 920,00	COOPERFLEX
67	PINCA KOCHER HEMOSTATICA CURVA 16 CM	UNID.	40	R$ 28,00	R$ 1.120,00	COOPERFLEX
68	PINÇA KOCHER HEMOSTATICA RETA 14 CM	UNID.	40	R$ 22,00	R$ 880,00	COOPERFLEX
69	PINÇA KOCHER HEMOSTATICA RETA 16 CM	UNID.	40	R$ 30,50	R$ 1.220,00	COOPERFLEX
70	PINCA PEAN RETA 16 CM	UNID.	40	R$ 23,00	R$ 920,00	COOPERFLEX
71	PINÇA POZZI 24 CM	UNID.	40	R$ 40,00	R$ 1.600,00	COOPERFLEX
72	PINÇA POZZI 25 CM	UNID.	40	R$ 38,00	R$ 1.520,00	COOPERFLEX
73	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 14 CM SEM VIDEA PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL	UNID.	80	R$ 19,00	R$ 1.520,00	COOPERFLEX

74	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 12 CM SEM VIDEA PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL	UNID.	80	R$ 21,00	R$ 1.680,00	COOPERFLEX
75	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 16 CM SEM VIDEA PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL	UNID.	80	R$ 23,00	R$ 1.840,00	COOPERFLEX
77	TENTACANULA TAMANHO 16 CM	UNID.	40	R$ 6,00	R$ 240,00	COOPERFLEX
80	TESOURA IRIS CIRURGICA PONTA ROMBA 12 CM	UNID.	60	R$ 16,00	R$ 960,00	COOPERFLEX
81	TESOURA CIRURGICA FINA/FINA 15 CM	UNID.	60	R$ 19,00	R$ 1.140,00	COOPERFLEX
83	TESOURA ÍRIS FINA RETA 12 CM, AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	UNID.	60	R$ 12,00	R$ 720,00	COOPERFLEX
84	TESOURA METZEMBAUM CURVA 20 CM	UNID.	60	R$ 32,00	R$ 1.920,00	COOPERFLEX
85	TESOURA METZEMBAUM RETA 20 CM	UNID.	60	R$ 26,00	R$ 1.560,00	COOPERFLEX
86	TESOURA SPENCER RETA 12 CM	UNID.	60	R$ 22,00	R$ 1.320,00	COOPERFLEX
					TOTAL GERAL R$	**43.541,00**

EMPRESA VENCEDORA: HR MEDICAL SOLUCOES LTDA

CNPJ Nº: 31.445.696/0001-93

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
33	FLUXOMETRO DE AR COMPRIMIDO PARA PAREDE	UNID.	20	R$ 44,00	R$ 880,00	ANDRAMED
34	FLUXOMETRO DE OXIGENIO MEDICINAL PARA PAREDE	UNID.	20	R$ 44,00	R$ 880,00	ANDRAMED
					TOTAL GERAL R$	**1.760,00**

EMPRESA VENCEDORA: ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº: 54.322.844/0001-88

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
39	KIT LARINGOSCÓPIO COMPLETO COM 6 LÂMINAS CURVAS COM ESTOJO, CABO PARA LARINGOSCÓPIO STANDARD MÉDIO.	UNID.	30	R$ 540,00	R$ 16.200,00	DYASIST AD 6 LAM
					TOTAL GERAL R$	**16.200,00**

EMPRESA VENCEDORA: JAVA MED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº: 45.508.404/0001-29

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
35	FRASCO DE ALMOTOLIA 250 ML BICO CURVO	UNID.	100	R$ 4,50	R$ 450,00	TAYLOR
36	FRASCO DE ALMOTOLIA 500 ML BICO CURVO	UND.	100	R$ 6,70	R$ 670,00	TAYLOR
					TOTAL GERAL R$	**1.120,00**

EMPRESA VENCEDORA: K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS

EIRELLI - EPP

CNPJ Nº: 09.251.627/0001-90

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
5	BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA INFANTIL ATÉ 15 KG	UNID.	30	R$ 570,00	R$ 17.100,00	LIDER LD230BABY
6	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL 200 KG	UNID.	50	R$ 848,00	R$ 42.400,00	LIDER P200C
					TOTAL GERAL R$	**59.500,00**

EMPRESA VENCEDORA: 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - ME

CNPJ Nº: 15.631.700/0001-51

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
4	BACIA AÇO INOX 32CM CAPACIDADE DE 3100ML	UNID.	20	R$ 45,00	R$ 900,00	BZ
44	PAPAGAIO HOSPITALAR DE AÇO INOX COLETOR DE URINA MASCULINO DE 1 LITRO	UNID.	30	R$ 105,00	R$ 3.150,00	FORTINOX
76	SERRA ELÉTRICA PARA REMOÇÃO DE GESSO.	UNID.	2	R$ 1.889,00	R$ 3.778,00	MEDICATE
88	REGUA ANTROPOMETRICA DE MADEIRA	UNID.	40	R$ 95,00	R$ 3.800,00	TAYLOR
					TOTAL GERAL R$	**11.628,00**

EMPRESA VENCEDORA: RCA SAÚDE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ Nº: 11.352.270/0001-88

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
26	ESFIGMOMANOMETRO PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL, CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO DE 18 A 35 CM	UNID.	200	R$ 62,70	R$ 12.540,00	PRIME
27	ESFIGMOMANOMETRO PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL, CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO DE 35 A 51 CM	UNID.	25	R$ 80,75	R$ 2,018,75	PRIME
					TOTAL GERAL R$	**14.558,75**

EMPRESA VENCEDORA: SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº: 54.534.012/0001-25

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
1	ABRIDOR DE GESSO ORTOPÉDICO HENNING 27 CM	UNID.	10	R$ 387,95	R$ 3.879,50	ABC
12	COLAR CERVICAL DE RESGATE ADULTO - TAMANHO PP	UNID.	20	R$ 14,80	R$ 296,00	RESGATE SP
13	COLAR CERVICAL DE RESGATE ADULTO - TAMANHO P	UNID.	20	R$ 14,80	R$ 296,00	RESGATE SP

14	COLAR CERVICAL DE RESGATE ADULTO - TAMANHO M	UNID.	30	R$ 14,80	R$ 444,00	RESGATE SP
15	COLAR CERVICAL DE RESGATE ADULTO - TAMANHO G	UNID.	30	R$ 14,52	R$ 435,60	RESGATE SP
78	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL RÍGIDO	UNID.	100	R$ 11,77	R$ 1.177,00	WINNER MED
79	TERMOMETRO DIGITAL CLINICO INFRAVERMELHO TIPO PISTOLA	UNID.	100	R$ 48,00	R$ 4.800,00	NIXZEN
87	VÁLVULA REGULADORA COM FLUXÔMETRO EM METAL CROMADO	UNID.	60	R$ 220,00	R$13.200,00	WWSOLDAS
89	PRANCHA DE RESGATE COM KIT CINTO E IMOBILIZADOR DE CABEÇA	UNID.	3	R$ 448,23	R$ 1.344,69	RESGATE SP
91	ESTABILIZADOR/IMOBILIZADOR DE PESCOÇO PARA RESGATE ADULTO E INFANTIL	UNID.	6	R$ 173,11	R$ 1.038,66	RESGATE SP
92	TALA MOLDAVEL PARA IMOBILIZAÇAO FLEXIVEL TAMANHO PP - ROXO	UNID.	10	R$ 10,76	R$ 107,60	RESGATE SP
93	TALA MOLDAVEL PARA IMOBILIZAÇAO FLEXIVEL TAMANHO P - AZUL	UNID.	10	R$ 10,58	R$ 105,80	RESGATE SP
95	TALA MOLDAVEL PARA IMOBILIZAÇAO FLEXIVEL TAMANHO G - VERDE	UNID.	20	R$ 16,72	R$ 334,40	RESGATE SP
96	TALA MOLDAVEL PARA IMOBILIZAÇAO FLEXIVEL TAMANHO GG - AMARELO	UNID.	10	R$ 24,24	R$ 242,40	RESGATE SP
97	TÁBUA DE MASSAGEM CARDÍACA EM ACRILICO - POLIETILENO PARA CARRO DE EMERGÊNCIA	UNID.	2	R$ 199,09	R$ 398,18	RESGATE SP
98	GANCHO DE ZALFAL PARA OUVIDO E CORPO ESTRANHO 17 CM	UNID.	10	R$ 45,07	R$ 450,70	ABC
					TOTAL GERAL R$	**28.550,53**

EMPRESA VENCEDORA: SUTCARE LTDA

CNPJ Nº: 61.771.120/0001-87

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
3	BACIA AÇO INOX 41 CM CAPACIDADE DE 6300ML	UNID.	20	R$ 64,00	R$ 1.280,00	IMPERIAL-BACIA INOX 41CM
8	BANDEJA INOX RETANGULAR 42X30X2 CM - UNIDADE	UNID.	10	R$ 74,00	R$ 740,00	IMPERIAL BANDEJA INOX
9	BANDEJA LISA RETANGULAR TAMANHO 30X20X4 CM - UNIDADE	UNID.	10	R$ 54,00	R$ 540,00	IMPERIAL BANDEJA INOX
19	CUBA REDONDA PARA ASSEPSIA INOX COM 08 CM HOSPITALAR	UNID.	60	R$ 10,75	R$ 645,00	IMPERIAL CUBA INOX
20	BANDEJA/CUBA RETANGULAR HOSPITALAR EM AÇO INOX MEDIDAS 37 CM X 27 CM X 4 CM UNIDADE	UNID.	50	R$ 64,00	R$ 3.200,00	IMPERIAL BANDEJA INOX
					TOTAL GERAL R$	**6.405,00**

EMPRESA VENCEDORA: TOTAL SAUDE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº: 50.507.418/0001-68

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
62	PINÇA KELLY HEMOSTATICA CURVA 14 CM	UNID.	40	R$ 18,30	R$ 732,00	VITAL
82	TESOURA CIRURGICA FINA/ROMBA 15 CM	UNID.	60	R$ 17,40	R$ 1.044,00	VITAL
					TOTAL GERAL R$	**1.776,00**

EMPRESA VENCEDORA: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº: 51.740.794/0001-60

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Marca
29	ESTOJO PARA INSTRUMENTAL PERFURADO 20 X 10 X 05 CM EM INOX	UNID.	30	R$ 79,67	R$ 2.390,10	FLEXINOX
32	FITA MÉTRICA 150CM PARA MEDIDA CORPORAL USO CLINICO	UNID.	100	R$ 4,62	R$ 462,00	VONDER
41	MÁSCARA ANTI GOTÍCULAS TRANSPARENTE DE POLICARBONATO.	UNID.	100	R$ 12,29	R$ 1.229,00	PREVEN
90	CINTO DE PARA PRACHA DE RESGATE - NÃO ARANHA - JOGO DE 3 UNIDADES	UNID.	6	R$ 32,34	R$ 194,04	RESGATESP
94	TALA MOLDAVEL PARA IMOBILIZAÇAO FLEXIVEL TAMANHO M - LARANJA	UNID.	20	R$ 12,34	R$ 246,80	RESGATE SP
					TOTAL GERAL R$	**4.521,94**

Sidrolândia - MS, 31 de março de 2026.

Ademilson Teixeira de Matos

Pregoeiro

Matéria enviada por Ademilson Teixeira de Matos

Superintendência Pedagógica - SEME

EDITAL N.º 01/2026 - HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA FORMADORES DO PROGRAMA MS ALFABETIZA

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO E CADASTRO DE RESERVA PARA FORMADOR MUNICIPAL PELO PROGRAMA MS ALFABETIZA - TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA E PELO COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA

O Secretário Municipal de Educação de Sidrolândia Vili Marcos Tognon, em pleno exercício de seu cargo, usando de suas

atribuições legais e em conformidade com a Lei n. 5.724, de 23 de setembro de 2021 e suas alterações, na Lei n. 6.168, de 20 de dezembro de 2023, Decreto nº 15.896, de 14 de março de 2022, Resolução/SED n. 4.307, de 18 de abril de 2024, Decreto Federal n. 11.556, de 12 de junho de 2023, HOMOLOGA e torna pública a seleção para cadastro de servidores públicos para atuarem como colaboradores no Programa MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança e no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na função de Formador Municipal para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, com o objetivo de realizar ações pedagógicas a partir de formações continuadas de professores, sob a égide do Edital pertinente nº 01/2026, para que produza seus reais e legais efeitos.

CLASSIFICAÇÃO FINAL (1ª E 2ª FASE)				
CANDIDATA	1ª FASE ANÁLISE CURRICULAR	2ª FASE ENTREVISTA	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
Ana Cristina de S. de Oliveira	11,0	20,0	31,0	1ª colocada
Juscimara M. de Lima	11,0	20,0	31,0	2ª colocada
Danusa Simoni A. Almeida	8,0	19,0	27,0	3ª colocada
Anny Gisely S. Bispo	6,0	19,0	25,0	4ª colocada
Juliana Pagliosa B. da Silva	6,0	18,0	24,0	5ª colocada

Sidrolândia, 01 de abril de 2026.

Matéria enviada por Edninha José de Paiva Morais

Superintendência Pedagógica - SEME

EDITAL N.º 01/2026 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DE CANDIDATOS PARA FORMADOR MUNICIPAL PELO PROGRAMA MS ALFABETIZA

A Secretaria Municipal de Educação do município de Sidrolândia, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS), no uso de suas atribuições, **torna pública a Classificação final dos candidatos** para atuarem como colaboradores no Programa MS Alfabetiza - Todos pela Alfabetização da Criança e no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na **função de Formador Municipal** para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, com o objetivo de realizar ações pedagógicas a partir de formações continuadas de professores, conforme estabelecido neste Edital e previsto pela Lei n. 5.724, de 23 de setembro de 2021 e suas alterações, na Lei n. 6.168, de 20 de dezembro de 2023, no Decreto nº 15.896, de 14 de março de 2022, na Resolução/SED n. 4.307, de 18 de abril de 2024 e no Decreto Federal n. 11.556, de 12 de junho de 2023, na Lei n. 15.247, de 31 de outubro de 2025.

CLASSIFICAÇÃO FINAL (1ª E 2ª FASE)				
CANDIDATA	1ª FASE ANÁLISE CURRICULAR	2ª FASE ENTREVISTA	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
Ana Cristina de S. de Oliveira	11,0	20,0	31,0	1ª colocada
Juscimara M. de Lima	11,0	20,0	31,0	2ª colocada
Danusa Simoni A. Almeida	8,0	19,0	27,0	3ª colocada
Anny Gisely S. Bispo	6,0	19,0	25,0	4ª colocada
Juliana Pagliosa B. da Silva	6,0	18,0	24,0	5ª colocada

Sidrolândia, 01 de abril de 2026.

Matéria enviada por Edninha José de Paiva Morais

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº620/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: PRISCILA ARAUJO DE SOUZA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Monitor de Transporte Escolar, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.468,54 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 17/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e PRISCILA ARAUJO DE SOUZA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº201/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: INGRIDY MAYARA MARTINS DA SILVA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com

carga horária de 8 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 1.062,05 (um mil e sessenta e dois reais e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e INGRIDY MAYARA MARTINS DA SILVA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Recursos Humanos - SEMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº047/2026/SEMS

***REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO**

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pela Secretária Municipal de Saúde, VANESSA ROSA PRADO.

CONTRATADO: GABRIELLY DUTRA DIAS

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Recepcionista, lotado (a) na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 02/03/2026 à 30/06/2026.

ASSINAM: VANESSA ROSA PRADO e GABRIELLY DUTRA DIAS.

Matéria enviada por Camila Neves Sandim Alban

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº623/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: SONIA DA SILVA DOS SANTOS

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Monitor de Transporte Escolar, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.468,54 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 17/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e SONIA DA SILVA DOS SANTOS.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº549/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: RAIANE ESTEFANI FIGUEREDO SOLER

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Assistente de Educação Infantil, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos)

VIGÊNCIA: 04/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e RAIANE ESTEFANI FIGUEREDO SOLER.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº616/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: MARIA FERNANDA SANTOS DE OLIVEIRA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Monitor de Transporte Escolar, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.468,54 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 17/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e MARIA FERNANDA SANTOS DE OLIVEIRA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº622/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: MARCIA LUCIA FIGUEIRA DOS SANTOS

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Monitor de Transporte Escolar, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.468,54 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 17/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e MARCIA LUCIA FIGUEIRA DOS SANTOS.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº117/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: ROMEINA LUCINERI DOS SANTOS

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 13 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 1.725,83 (um mil, setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e ROMEINA LUCINERI DOS SANTOS.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº598/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: GEDEONE BASILIO FIALHO

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Segurança Patrimonial, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos)

VIGÊNCIA: 09/03/2026 à 30/06/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e GEDEONE BASILIO FIALHO.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº619/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: ROSILDA VENITE DUARTE

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Monitor de Transporte Escolar, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.468,54 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 17/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e ROSILDA VENITE DUARTE.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Instituto Municipal de Previdência Social de Sidrolândia - Previlândia

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2024

CONTRATANTE: Instituto Municipal de Previdência Social de Sidrolândia – PREVILÂNDIA

CONTRATADA: MKJ Assessoria Contábil Ltda, CNPJ 18.180.813/0001-76.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 002/2024, por mais 12 (doze) meses, conforme Clausula Sétima (7.1) do contrato original.

VIGÊNCIA: Após assinatura do presente Termo Aditivo, em decorrência da necessidade de continuidade da prestação dos serviços, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 002/2024 por 12 (doze) meses, com início em 04 de abril de 2026 e término em 03 de abril de 2027.

REGÊNCIA LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

ASSINANTES:

CONTRATANTE: Maria José de Oliveira – Presidente do PREVILÂNDIA

CONTRATADA: Milton Souto de Araújo Neto – Sócio – Administrador.

Sidrolândia/MS, 31 de março de 2026.

Matéria enviada por Juliana Neves Martins

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº241/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: ELIAS DE SOUZA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 5 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 663,78 (seiscentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e ELIAS DE SOUZA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº299/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: ROSA DA SILVA RODRIGUES

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 26 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 3.451,67 (três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos)

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e ROSA DA SILVA RODRIGUES.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº225/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: TAMIRES DE SOUZA VERCOSA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 44 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 5.841,30 (cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e TAMIRES DE SOUZA VERCOSA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº167/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: IDMAR SILVA TELES FERNANDES

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 2.655,13 (dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos)

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e IDMAR SILVA TELES FERNANDES.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº187/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: VALERIA CRISTINA RODRIGUES BARBOSA PEREIRA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 08 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 1.062,05 (um mil e sessenta e dois reais e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e VALERIA CRISTINA RODRIGUES BARBOSA PEREIRA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº333/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: ELIVELTON LOPES ARGUELHO

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 22 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 2.920,65 (dois mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e ELIVELTON LOPES ARGUELHO.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº515/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: GEIZA GABRIEL MARCOS

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 22 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 2.920,65 (dois mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 09/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e GEIZA GABRIEL MARCOS.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº514/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: GISLENE DIAS BERNARDO

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 22 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 2.920,65 (dois mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 09/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e GISLENE DIAS BERNARDO.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº497/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: LUIZ RODRIGUES DE LIMA

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 22 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 2.920,65 (dois mil, novecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 02/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e LUIZ RODRIGUES DE LIMA.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº614/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: ELIONAY ALCANTARA MARTIM

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Monitor de Transporte Escolar, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.468,54 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 17/03/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e ELIONAY ALCANTARA MARTIM.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº334/2026/SEME

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pelo Secretário Municipal de Educação Sr. VILI MARCOS TOGNON.

CONTRATADO: ELIEL GABRIEL LOPES

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Professor de Educação Básica - PEB 2, lotado (a) na Secretaria de Educação, com carga horária de 30 horas aulas.

VALOR MENSAL: R$ 3.982,70 (três mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: 11/02/2026 à 18/12/2026.

ASSINAM: VILI MARCOS TOGNON e ELIEL GABRIEL LOPES.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Gestão de Pessoas

EXTRATO DE CONTRATO Nº008/2026/SEMASC

CONTRATANTE: "O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS", CNPJ n. 03.501.574/0001-31, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania Sr.ª MARIA TORIBIA OLAZAR SANCHES.

CONTRATADO: MARTHA REGINA VIEIRA SOARES

OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato, a prestação de serviços pelo contratado, em caráter provisório, para o desempenho do cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Assistência Social e Cidadania, com carga horária de 40 horas semanais.

VALOR MENSAL: R$ 1.784,71 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 12/03/2026 à 30/06/2026.

ASSINAM: MARIA TORIBIA OLAZAR SANCHES e MARTHA REGINA VIEIRA SOARES.

Matéria enviada por Joselma Leite da Silva

Divisão de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 86/2026

Processo Administrativo n.º 774/2026

Concorrência n.º 03/2026

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÕA E INTERESSE SOCIAL – Representado pelo Sr. Natalino José Gonzaga.

Contratada: ECOL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.428.774/0001-95

Objeto:

O objeto do presente instrumento é a contratação, sob o regime de empreitada por **preço global** de empresa especializada para **Construção de 40 unidades habitacionais com pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais no Município de Sidrolândia/MS para atender o plano de trabalho referente ao Termo de Compromisso 987077 - Proposta 040064/2025 - MCMV FNHIS - Programa Minha Casa, Minha Vida. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social FNHIS. Conforme Planilha Orçamentaria e Memoriais em anexo. (Ministério das Cidades)**, conforme especificações constantes no Projeto Básico deste Edital e seus anexos**.**

Valor: O valor total da contratação é de **R$ 5.448.923,78** (cinco milhões quatrocentos e quarenta e oito mil novecentos e vinte e três reais e setenta e oito centavos).

ECOL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA – CNPJ Nº 15.428.774/0001-95				
Item	**Especificação**	**Und.**	**Quant.**	**Valor total**
01	Construção de 40 unidades habitacionais com pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais no Município de Sidrolândia/MS para atender o plano de trabalho referente ao Termo de Compromisso 987077 - Proposta 040064/2025 - MCMV FNHIS - Programa Minha Casa, Minha Vida. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social FNHIS. Conforme Planilha Orçamentaria e Memoriais em anexo. (Ministério das Cidades).	SV.	01	R$ 5.448.923,78
				VALOR TOTAL: R$ 5.448.923,78

Dotação:

02.03.06 – FUNDO MUNICIPAL DE HAB. E INTERESSE SOCIAL

16.482.1203.2014 – CONSTRUINDO LEGAL

4.4.90.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

FONTE DE RECURSO 1700

Vigência:

O prazo de **vigência da contratação** é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, superior ao prazo de execução, com vistas ao cumprimento das obrigações acessórias.

O prazo estimado para a **execução do objeto** é de **18 (dezoito) meses** a contar da ordem de serviços.

Data de Assinatura:23 de março de 2026

Assinam: NATALINO JOSÉ GONZAGA e ECOL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA

Matéria enviada por Isabela Puerta Pereira Maihack

Previlândia

PORTARIA Nº11/2026

"CONCEDE PENSÃO POR MORTE À FRANCISCA APARECIDA FERREIRA DA SILVA E À FLAVIA ELOISA FERREIRA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SIDROLÂNDIA/MS - PREVILÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar 023/2005, de 05 de outubro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE, a partir de 30 de dezembro de 2025, à Francisca Aparecida Ferreira da Silva (esposa) e à Flávia Eloísa Ferreira da Silva (filha), dependentes do ex-servidor Público Municipal de Sidrolândia-MS, Josivaldo Rodrigues da Silva, falecido na data de 30 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Os proventos da pensão por morte serão calculados na forma prevista do art. 57, I, da LCM 023/2005, alterado pela LCM 147/2021, correspondendo a quota de 60% (sessenta por cento) do valor da aposentadoria do servidor falecido para a viúva, pelo período de 20 anos, nos termos do art. 65, "b", 5, da LCM 023/2005, alterada pela LCM 147/2021 e a quota de 10% (dez por cento) para sua filha Flávia Eloísa Ferreira da Silva até 13.05.2028 quando completará 21 anos de idade, nos termos do art. 65, IV, da LCM 023/2005, alterada pela LCM 147/2021.

Parágrafo Único - O valor dos proventos será reajustado anualmente, em conformidade com o art. 40, § 8º da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/03 c/c Art. 39, § 10º da Lei Complementar Municipal nº 023/2005

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sidrolândia/MS, 31 de março de 2026.

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA

Diretora Presidente - PREVILÂNDIA

Matéria enviada por Fábio Luís Pedroso

Previlândia

PORTARIA N° 012/2026

Dispõe sobre o recadastramento dos aposentados e pensionistas da previdência social dos servidores públicos do município de Sidrolândia- Previlândia.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SIDROLÂNDIA/MS - PREVILÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar 023/2005, de 05 de outubro de 2005.

Considerando a necessidade de manter atualizadas as informações de todos os Aposentados e Pensionistas do Previlândia.

RESOLVE:

Art. 1° - Iniciar, a partir **de 06 de abril de 2026 e término em 05 de junho de 2026**, no horário de 7h às 11h, o recadastramento dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Sidrolândia-Previlândia.

Art. 2° - Para efeito de recadastramento do que se trata no art 1°, os Aposentados e Pensionistas da Previlândia, deverão apresentar-se na sede do Instituto, situado a Rua Pernambuco n° 860, munidos do cadastro de Pessoa Física-CPF Cédula de Identidade-RG, comprovante de residência atualizado com menos de 30 (trinta) dias, Certidão de Casamento ou divórcio, CPF ou RG dos filhos menores de 21 anos e número de telefone atualizado.

Art. 3° - Os Aposentados e Pensionistas residentes em outras localidades poderão efetuar o recadastramento acessando o site do Instituto (www.previlandia.ms.gov.br), preencher o formulário, assinar, reconhecer a firma em cartório e encaminhar via correio para o Previlândia no endereço rua Pernambuco n° 860 centro CEP 79170 000, Sidrolândia MS.

Art. 4° - Não havendo Manifestação por parte de qualquer dos Aposentados ou Pensionistas no período citado no artigo 1° os pagamentos serão suspensos, sendo liberados somente após o comparecimento do segurado (a).

Art. 5° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sidrolândia – MS, 31 de março de 2026.

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA

Diretora Presidente - PREVILÂNDIA

Matéria enviada por Fábio Luís Pedroso

Controladoria Geral do Município

PORTARIA Nº 023/2026

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA/MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 02/2025 e demais disposições legais aplicáveis, e:

Considerando a necessidade de organização, controle e conservação dos bens móveis pertencentes ao Município de Sidrolândia/MS;

Considerando o dever de zelar pela boa guarda e utilização adequada dos bens públicos sob responsabilidade de cada servidor;

Considerando a importância da descentralização do controle patrimonial mediante a designação de responsáveis setoriais;

RESOLVE

Art. 1º – Ficam designados os servidores constantes do **ANEXO I** desta Portaria para responder pelas Unidades Setoriais de Patrimônio, no âmbito de suas respectivas Secretarias, Fundações e Órgãos Municipais.

Parágrafo único. Fica fixada a data final de **05 DE DEZEMBRO de cada exercício,** ou outra data determinada pelo Setor Geral de Patrimônio, para a entrega do relatório do levantamento patrimonial dos bens de cada setor, sob a responsabilidade dos servidores designados nesta Portaria, devendo as informações serem encaminhadas ao Setor Geral de Patrimônio para fins de consolidação, registro contábil e elaboração do relatório de inventário patrimonial.

Art. 2º – As Unidades Setoriais de Patrimônio têm como competências:

Receber, conferir e assinar os Termos de Responsabilidade relativos aos bens sob sua guarda e uso;

Realizar o inventário anual de bens móveis, que deverá ser concluído até 31 de dezembro de cada exercício, ou outra data definida pelo Setor de Patrimônio;

Efetuar conferência de bens, no mínimo, a cada quatro meses, encaminhando relatórios de verificação à Controladoria e ao Setor Central de Patrimônio;

Zelar pela conservação e correta utilização dos bens sob sua responsabilidade, exclusivamente para os fins públicos a que se destinam;

Manter afixada em local visível, em cada setor, a relação atualizada dos bens respectivos com número de tombamento e situação de conservação;

Comunicar previamente ao Setor Central de Patrimônio qualquer movimentação, transferência ou redistribuição de bens;

Comunicar de imediato ao Setor Central de Patrimônio qualquer dano, extravio, irregularidade ou deterioração de bens patrimoniais;

Comunicar imediatamente à Controladoria e ao Setor Central de Patrimônio a desvinculação de função ou cargo de servidor responsável, procedendo à transferência formal da carga patrimonial para outro agente público.

Art. 3º – Os membros das Equipes Setoriais de Patrimônio deverão se reportar ao Responsável pelo Setor Central de Patrimônio, bem como encaminhar relatórios de conferência patrimonial periodicamente à Controladoria Geral do Município.

Art. 4º – Os serviços desempenhados pelos servidores designados terão caráter de relevante interesse público e serão executados sem ônus adicional para o Município.

Parágrafo único – A atuação dos responsáveis setoriais poderá ser reconhecida para fins de avaliação funcional e registro em assentamentos funcionais.

Art. 5º – Determina-se que esta Portaria seja publicada no Diário Oficial do Município e arquivada junto ao Setor Central de Patrimônio e à Controladoria Geral.

Art. 6º – Fica expressamente **revogada a Portaria nº 048/202**5, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 7º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sidrolândia/MS, 31 de Março de 2026.

_____

FABIANE BRITO LEMES

Controladora Geral do Município

Decreto nº 02/2025

ANEXO I – RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS SETORIAIS DE PATRIMÔNIO

a) Controladoria Geral do Município: Ana Carla Pereira de Andrade – matrícula 23338;

b) Secretaria Municipal de Finanças – Anderson Gimenez – matrícula 14886; Rener Alves Dutra Junior – matrícula 21562;

c) Procuradoria Geral do Município: Cristian da Silva Gandolfi – matrícula 23398;

d) Secretaria Municipal de Administração – SAD: Renan Luiz Feitosa Pereira – matrícula 25483;

e) Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAA: Antonio Galdino – matrícula 10297

f) Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC:

Vitor Moron de Souza – matrícula 23644 - Coordenador Geral de Almoxarifado e Patrimônio;

g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – SEDEMA: Jefferson do Nascimento Ferreira – matrícula 23384;

h) Secretaria Municipal de Educação – SEME:

UNIDADE ESCOLAR/ADMINISTRATIVO	RESPONSÁVEIS
CMEI Cantinho Feliz	Francillainy Leal Cabral – mat. 7088
CMEI Elza Alves Leme	Natália Mendes Santos – mat. 10.961
CMEI Inês Nunes dos Santos	Vania Dias de Souza – mat. 6180
CMEI Irmã Demétria Pedrosa de Almeida	Ligia Lopes Rocha – mat. 2675
CMEI João Lemes de Souza	Daniele Vitória da Silva Barbosa – mat. 20172
CMEI Lar da Criança	Stephany Jacques Barbosa Santos – mat. 20391
CMEI Profª Michelle Maria Canejo	Maria Clara Abrantes Casaril - 26005
CMEI Profª Telma Ferreira Rabero	Taysa Luna de Lisboa – mat. 19083
CMEI Heitor dos Santos Machado	Silizone Cristian Rodrigues Pereira – mat. 23764
EMI Cacique João Batista Figueiredo - Polo	Talia Figueiredo da Silva – mat. 15984
EM Olinda Brito de Souza	Fabiana Nunes Fabrao – mat. 16196
EM Pedro Aleixo	Debora Zoboli de Deus – mat. 24058
EM Porfiria Lopes do Nascimento	Guilherme Silva Ribas – mat. 14480
EM Profª Natália Moraes de Oliveira	Jéssica de Mello Peres – mat. 18673
EM Valério Carlos da Costa	Tereza Batista de Morais – mat. 1184
EM Sandro Luiz Gonzales	Millena Rezende Alves – mat. 25804
EM Domingos Alves Nantes	Rosiane da Cruz Faria – mat. 16762
EM Ariano Suassuna	Adailton Freire – mat. 10835
EMI Cacique Armando Gabriel- Polo	Cris Delfino Mamedes – mat. 27899
EMI Cacique Armando Gabriel- Extensão 10 de Maio	Cris Delfino Mamedes – mat. 27899
EMI Cacique Armando Gabriel- Extensão Elizabete Dias	Cris Delfino Mamedes – mat. 27899
EM Darcy Ribeiro – Polo	Lais Pereira de Aguiar – mat. 14258
EM Eldorado	Angélica Destro Alvarenga – mat. 14035
EM João Batista	Dilcineia Oliveira dos Santos Nunes – mat.25731
EM Leonida La Rosa Balbuena	Mauricio Moraes Nantes – mat. 24098
EM Monteiro Lobato	Adrielly Simone de Souza – mat. 8887
EMI Vítor Marcelino	Douglas da Silva Oliveira – mat.26020
EM Darcy Ribeiro – Extensão Doralicio Garcez Paim	Lais Pereira de Aguiar – mat. 14258
EM Darcy Ribeiro – Extensão Geraldo Garcia	Lais Pereira de Aguiar – mat. 14258
EMI Cacique João Batista Figueiredo – Extensão Nandi Pasilio	Talia Figueiredo da Silva – mat.15984
EMI Cacique João Batista Figueiredo – Extensão Aide de Souza	Talia Figueiredo da Silva – mat.15984
Superintendência de Alimentação Escolar	Vivian Rinaldi Nantes Padilha – mat.2819
Superintendência de Transporte Escolar	Júlio César Recaldi Benites – mat. 10904
SEME Administrativo – Setor de Almoxarifado, Setorial da Equipe Multidisciplinar e Conselho Municipal de Educação	Jessica Vanessa França da Silva – mat.26477 Apoliana Sides- mat. 15546 Eliane de Fátima Taborda dos Santos- mat. 599

i) Secretaria Municipal de Governo e Desburocratização – SEGOV: Arthur Ribeiro Arce – matrícula 23566;

j) Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA: João Carlos Moura de Olindo – matrícula 166;

k) Secretaria Municipal de Inovação, Tecnologia, Ciência E Comunicação – SITEC: Jefferson Gimenez – matrícula 12807;

l) Secretaria Municipal de Saúde – SEMS: João Pedro Nascimento da Silva – matrícula 26827-1;

m) Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – SETESC: Simone Náthalia Gimenes de Assunção –

matrícula 19259;

m.1) Fundação Municipal de Turismo: Vanessa Nunes Osiro – matrícula 2349;

m.2) Fundação Municipal de Esporte: Marcos Cezar Rodrigues da Silva – matrícula 23660.

Matéria enviada por Ana Carla Pereira de Andrade

Previlândia

PORTARIA Nº013/2026

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTARIA PARA SEGURADO SR. VALDIR DE CASTRO FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SIDROLÂNDIA/MS - PREVILÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar 023/2005, de 05 de outubro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Benefício Previdenciário de Aposentadoria Voluntária, a partir de 01 de abril de 2026, para o segurado **Sr. Valdir de Castro Ferreira**, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, sob a Matricula 399-1 Referencia Inicial 22 – NIVEL I LETRA K, Lotado na Secretária Municipal de Infraestrutura, do quadro de servidores efetivos do Município de Sidrolândia/MS, Os proventos deverão ser calculados com base na integralidade e paridade, ou seja, corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, nos termos do art. 45, caput, §1º da LCM nº 023/2005 c/c art. 3º da EC 47/2005 e art. 7º EC 41/2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sidrolândia/MS, 31 de março de 2026.

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA

Diretora Presidente - PREVILÂNDIA

Matéria enviada por Fábio Luís Pedroso

Previlândia

PORTARIA Nº014/2026

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTARIA PARA SEGURADO SR. RONALDO VENITES FRANCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SIDROLÂNDIA/MS - PREVILÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar 023/2005, de 05 de outubro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Benefício Previdenciário de Aposentadoria Voluntária, a partir de 01 de abril de 2026, para o segurado **Sr. Ronaldo Venites Franco**, ocupante do cargo de Pedreiro, sob a Matricula 352-1 Referencia Inicial 20 – NIVEL I LETRA L, Lotado na Secretária Municipal de Educação, do quadro de servidores efetivos do Município de Sidrolândia/MS, Os proventos deverão ser calculados com base na integralidade e paridade, ou seja, corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, nos termos do art. 69-A, § 2º, I, da LCM nº 147/2021 c/c art. 7º da EC 41/2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sidrolândia/MS, 31 de março de 2026.

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA

Diretora Presidente - PREVILÂNDIA

Matéria enviada por Fábio Luís Pedroso

Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

FICA RETIFICADA A PUBLICAÇÃO ANTERIOR DO REGULAMENTO DO EVENTO "Hingá Numikuxa ûti hôe – Vamos Pescar Peixe", PARA CORREÇÃO DE INFORMAÇÕES.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O evento de pesca esportiva "Hingá Numikuxa ûti hôe – Vamos Pescar Peixe" será realizado no município de Sidrolândia/MS, promovido pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, em parceria com a Fundação Municipal Indígena, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAA) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

A competição será organizada por Comissão Organizadora, responsável por:

a) Elaborar o regulamento da competição;

b) Realizar o período de inscrições;
c) Coordenar a equipe de apoio;
d) Definir data, local e horário da prova;
e) Fiscalizar e realizar a pontuação dos participantes;
f) Garantir o cumprimento das normas deste regulamento;
g) Deliberar sobre casos omissos.

Parágrafo único. O evento tem como objetivo celebrar o Dia dos Povos Indígenas, promovendo lazer, integração social, valorização da cultura da etnia Terena, bem como o incentivo ao turismo esportivo no município.

COMISSÃO ORGANIZADORA

A Comissão Organizadora será composta por:

Josimar Gabriel Clementino – Presidente da Fundação Municipal Indígena

Alex José de Nazareth Nantes – Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Vanessa Nunes Osiro – Diretora/Presidente da Fundação de Turismo

Enelvo Iradi Felini Júnior – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Grupo Xovo-Xovo – Representado pela liderança do Cacique Jucelino Terena, da Aldeia Tereré

CAPÍTULO I – DA REALIZAÇÃO

Art. 2º O evento será realizado no Lago do Parque Ecológico e Recreativo do Vale do Vacaria, localizado na Avenida Antero Lemes da Silva, esquina com a Rua Sônia de Almeida Hortêncio, no município de Sidrolândia/MS.

Art. 3º A competição ocorrerá no dia **12 de abril de 2026**, no período das **08h00 às 11h00**.

CAPÍTULO II – DAS INSCRIÇÕES

Art. 4º As inscrições serão realizadas no período de **01/04 a 10/04/2026**, na Aldeia Tereré, zona rural do município de Sidrolândia/MS.

Parágrafo único.

As inscrições serão gratuitas;

Deverão ser realizadas presencialmente pelo participante ou mediante procuração;

Não serão realizadas inscrições no dia do evento.

CAPÍTULO III – DOS PARTICIPANTES

Art. 5º A participação será destinada prioritariamente à comunidade indígena da etnia Terena.

Art. 6º A idade mínima para participação será de 17 anos, sendo que menores de 18 anos deverão estar acompanhados por responsável legal.

Art. 7º O evento será aberto ao público em geral para acompanhamento e visitação, sendo vedada a participação na competição.

CAPÍTULO IV – DA COMPETIÇÃO

Art. 8º A competição será realizada com limite de 20 (vinte) vagas, distribuídas entre as categorias vigentes.

Art. 9º Cada participante poderá utilizar apenas uma vara de pesca, do tipo bambu, não sendo permitida sua substituição durante a prova.

Art. 10º Será permitida a utilização de instrumentos tradicionais indígenas, como arco, flecha, lança (zagaia) e vara de bambu, valorizando a cultura da etnia Terena.

Art. 11º A competição será realizada na modalidade **pesque e solte**, sendo obrigatória a devolução dos peixes ao lago, imediatamente após a pesagem, assegurando a preservação ambiental, a sustentabilidade do evento e o respeito à fauna local.

Art. 12º A classificação será definida com base nos seguintes critérios:
a) Maior peso de peixe pescado;
b) Maior quantidade de peixes capturados.

CAPÍTULO V – DAS REGRAS GERAIS

Art. 12º A pesagem será realizada exclusivamente pela organização, sendo proibida a utilização de equipamentos próprios.

Art. 13º O participante deverá acompanhar e conferir sua pesagem no momento do registro, sob pena de perda da pontuação.

Art. 14º É proibido:

Utilizar equipamentos não autorizados;

Fazer uso de recipientes de vidro no local;

Fumar nas proximidades do lago.

Art. 15º O descumprimento das regras implicará na desclassificação imediata do participante.

CAPÍTULO VI – DO DESEMPATE

Art. 16º Em caso de empate, serão adotados os seguintes critérios:

a) Maior quantidade de peixes capturados;
b) Sorteio.

CAPÍTULO VII – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17º Cada participante será responsável por suas despesas pessoais.

Art. 18º A organização não se responsabiliza por danos, acidentes ou extravios ocorridos durante o evento.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º Os participantes, ao se inscreverem, declaram estar cientes e de acordo com todas as normas deste regulamento.

Art. 20º Não poderão participar da competição membros da comissão organizadora, secretários e diretores da Prefeitura Municipal de Sidrolândia.

Art. 21º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Sidrolândia/MS, 31 de março de 2026.

Alex José Nazareth Nantes

Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Decreto 309/2025

Matéria enviada por Simone Náthali Gimenes de Assunção

Contabilidade

N° do Termo 15/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA UNIDADE ESCOLAR E.M.I. CACIQUE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO POLO E EXTENSÕES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Prefeitura Municipal de Sidrolândia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada Administração Pública, com sede em Sidrolândia, na rua São Paulo n°964 Centro, inscrito no CNPJ nº 03.501.574/00001-31, neste ato representado pelo Sr. Vili Marcos Tognon da secretaria municipal de educação**,** nomeado por meio de Decreto nº 003/2025 portador do CPF nº 6xx.xxx.xxx-xx; e a **Associação de Pais e Mestres da Unidade Escolar E.M.I Cacique João Batista Figueiredo Polo e Extensões,** situada à Rua Guarani nº0 , Aldeia Tereré - Sidrolândia, CEP 79170-000, inscrita no CNPJ sob o número 32.113.393/0001-36, neste ato representado pelo (a) seu Presidente, o Sr. (a) Daiane Soares Figueiredo a portadora do CPF nº 0xx.xxx.xxx-xx e seu Gestor responsável pela unidade Sr.(a) Valéria Marcelino Figueiredo a portadora do CPF nº 0xx.xxx.xxx-xx doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.**

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente do Decreto Municipal Nº 08, de 07 de janeiro de 2026. "Regulamenta a Lei Municipal N° 2.248, de 02 de abril, que institui o Programa Renova Escola, e dá outras providências e o Decreto Municipal N° 100, de 10 de fevereiro de 2026, que altera dispositivos do Decreto N° 111, de 06 de fevereiro de 2025, que regulamenta a aplicação da Lei Federal N ° 13.019, de 31 de julho de 2014, tendo em vista o que consta do Processo N° 11/2026 , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Colaboração é a execução do Renova Escola; **execução de ações voltadas à melhoria das condições de funcionamento da Unidade Escolar**, incluindo aquisição de materiais de expediente e escritório; impressão de provas e demais materiais de apoio; produtos de limpeza e higienização; materiais para sanitários e higiene pessoal; utensílios e ferramentas de limpeza e conservação; materiais de copa e cozinha; visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipe obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipe.

Sub cláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por apostilamento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação dos seu extrato no meio oficial de publicidade desta administração, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019 de 2014.

mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública.

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do Renova Escola previstas(os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados repasses que serão feitos com recursos provenientes da **dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação**, prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme código:

3.3.50.00.00 - Renova Escola

O valor total de R$ 54.810,00 (cinquenta e quatro mil oitocentos e dez reais), sendo distribuído para EMI Cacique João Batista Figueiredo – Polo o valor de R$ 36.480,00 (trinta e seis mil quatrocentos e oitenta reais), Extensão Aíde de Souza valor de R$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais) e Extensão Nandi Pasiliu valor de R$ 12.350,00 (doze mil trezentos e cinquenta reais), será repassado anualmente para a Unidade de Ensino foi calculado mediante per capita de R$ 130,00 (cento e trinta reais) por aluno em período integral.

A aplicação do recurso deverá observar os princípios de **economicidade, transparência e finalidade pública**, com apresentação de prestação de contas à Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A distribuição do recurso financeiro por unidade escolar observará as seguintes parcelas:

EMI Cacique João Batista Figueiredo - Polo: *2 (duas) parcelas de R$ 18.240,00 (dezoito mil duzentos e quarenta reais);*

Extensão Aíde de Souza: *2 (duas) parcelas de R$ 2.990,00 (dois mil novecentos e noventa reais);*

Extensão Nandi Pasiliu: *2 (duas) parcelas de R$ 6.175,00 (seis mil cento e setenta e cinco reais).*

A liberação do recurso financeiro se dará em 2 (duas) parcelas, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014."

Sub cláusula Primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Sub cláusula Segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Sub cláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II.a análise das prestações de contas parciais ou anuais,

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo;

Sub cláusula Terceira. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela administração pública, deverão ser mantidos na conta corrente no Banco do Brasil, Agência *xxxxx*, Conta Bancária xxx.

Sub cláusula Primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Sub cláusula Segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Sub cláusula Terceira. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Sub cláusula Quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Sub cláusula Quinta. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do §2º do art. 73 da lei. 13019/2014.

Sub cláusula Sexta. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Gestor ou pelo dirigente máxima da entidade da administração pública municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Sub cláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar os relatórios de execução do objeto;

analisar os relatórios de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração.

instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos legais.

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

publicar, na Imprensa Oficial do Município e no sitio eletrônico oficial do Município o extrato do Termo de Colaboração;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial ou Plataforma Eletrônica, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Sub cláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019.

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014.

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado

garantir sua guarda e manutenção,

comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

A realização de despesas com recursos transferidos pela administração pública, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços pela OSC, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

incluir regularmente no sitio eletrônico ou Plataforma eletrônica as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório.

divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Municipal nº 13.019, de 2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual ou Municipal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Colaboração, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Sub cláusula primeira.

Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Sub cláusula segunda.

Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

a descrição dos dados pessoais envolvidos;

a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e

quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Única. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo que a realização de despesas, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Sub cláusula Primeira. Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

Sub cláusula Segunda. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá solicitar à administração alteração no Plano de Trabalho, de forma a compatibilizar os recursos disponíveis.

Sub cláusula Terceira. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Sub cláusula Quarta. Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite de R$ 0,0, nos termos especificados no Plano de Trabalho.

(QUANDO HOUVER)

Sub cláusula Sexta. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento ou em data posterior à sua vigência;

IV- pagar à qualquer título dirigentes da OSC.

Sub cláusula Sétima.É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas em relatórios.

Sub cláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Sub cláusula Segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

realizará visita técnica "*in loco*" para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

realizará, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, sendo obrigatório nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014.

poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

Sub cláusula Terceira. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

Sub cláusula Quarta. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso II da Sub cláusula Segunda*, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

Sub cláusula Quinta. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Sub cláusula Sexta. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.

Sub cláusula Sétima. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação poderão ser realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso III da Sub cláusula Segunda*, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Sub cláusula Nona. A visita técnica "*in loco*", de que trata o *inciso IV da Sub cláusula Segunda*, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado. A OSC deverá ser notificada previamente à realização da visita técnica "*in loco*".

Sub cláusula Décima. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica "*in loco*", enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública O relatório de visita técnica "*in loco*" deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

Sub cláusula Décima Primeira. A pesquisa de satisfação, de que trata o *inciso V da Sub cláusula Segunda*, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

Sub cláusula Décima Segunda. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

Sub cláusula Décima Terceira. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria.

outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Sub cláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficandoos partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Sub cláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a OSC dos danos emergentes comprovados que

houver sofrido.

Sub cláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

Sub cláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

Sub cláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Sub cláusula Primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos:

nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso.

Sub cláusula Segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e mais 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES

[PRIMEIRA OPÇÃO – TITULARIDADE DA OSC]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Sub cláusula Primeira. *Os bens patrimoniais de que trata o* ***caput*** *deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à administração pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.*

Sub cláusula Segunda. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.*

Sub cláusula Terceira. *Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:*

I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Sub claúsula Quarta. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.*

Sub cláusula Quinta. *A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.*

Sub cláusula Sexta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da administração pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.*

OU

[SEGUNDA OPÇÃO – TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública Municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

Sub cláusula Primeira. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.*

Sub cláusula Segunda. *A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a administração pública municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não será mais responsável pelos bens.*

Sub claúsula Terceira. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.*

Sub cláusula Quarta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública municipal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Primeira. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, conforme conta no Manual Orientador, parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Sub cláusula Segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

sanar a irregularidade;

cumprir a obrigação; ou

apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Sub cláusula Quarta. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

A OSC prestará contas parcial da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração e deverá ser apresentada até 60 dias após a liberação de cada parcela de recursos prevista no cronograma de desembolso.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas parcial relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos contidos na Prestação de Contas Parcial, de acordo com o Manual Orientador.

Sub cláusula Segunda O gestor emitirá parecer técnico sobre a prestação de contas parcial, para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas parcial concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou detectar evidência de irregularidade na prestação de contas parcial, o gestor da parceria, notificará a OSC para que apresente justificativas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Quarta. Após análise da justificativa, se mantida as irregularidades será suspenso o pagamento da parcela subsequente a aquela data, até que sejam resolvidas as pendências ou irregularidades.

Sub cláusula Quinta. Caso a OSC não apresenta a prestação de contas parcial no prazo estabelecido será suspenso o pagamento da parcela subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22 da Lei 13.1019 de 2014, além dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Sub cláusula Segunda. A administração pública considerara ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

I - relatório de visita técnica "*in loco*" eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

Sub cláusula Terceira O gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Quarta. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de a análise concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou for detectado evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Sexta. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

o extrato da conta bancária específica;

a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Sub cláusula Sétima. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da *Sub cláusula anterior* quando já constarem da prestação de contas final.

Sub cláusula Oitava. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria; ou

aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário; ou

rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

omissão no dever de prestar contas;

descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Sub cláusula Nona. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Décima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Sub cláusula Décima Primeira. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Sub cláusula Décima Segunda. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Décima Terceira. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Sub cláusula Décima Quarta. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Sub cláusula Décima Segundano prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Sub cláusula Décima Quinta. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Sub cláusula Décima Sexta. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento da Prestação de Contas.

Sub cláusula Décima Sétima. O transcurso do prazo definido na *Sub cláusula anterior*, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Sub cláusula Décima Oitava. Se o transcurso do prazo definido na *Sub cláusula Décima Sexta*, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Sub cláusula Décima Nona. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

advertência;

suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a administração pública municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Sub cláusula Primeira.A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Sub cláusula Segunda.A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública Municipal.

Sub cláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Sub cláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal.

Sub cláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal prevista na *Sub cláusula anterior*, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Sub cláusula Sexta. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no cadastro de entidades municipais enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Sub cláusula Sétima. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da administração pública municipal.

Sub cláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens

que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração municipal, no prazo máximo de dez dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa da organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014.

Sub cláusula Única.Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de xxxxxxxxxxxx.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Sidrolândia, 26 de março de 2026.

XX

__ Secretário Municipal de Educação

XX
Pre **Presidente APM**
N

Diretor(a) da Unidade Escolar

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

Identidade: Identidade:

CPF: **CPF:**

Matéria enviada por Guilherme Navarro

Contabilidade

N° do Termo 11/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA UNIDADE ESCOLAR E.M. DOMINGOS ALVES NANTES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Prefeitura Municipal de Sidrolândia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada Administração Pública, com sede em Sidrolândia, na rua São Paulo n°964 Centro, inscrito no CNPJ nº 03.501.574/00001-31, neste ato representado pelo Sr. Vili Marcos Tognon da secretaria municipal de educação**,** nomeado por meio de Decreto nº 003/2025 portador do CPF nº 6xx.xxx.xxx-xx; e a **Associação de Pais e Mestres da Unidade Escolar E.M. Domingos Alves Nantes,** situada à Rua Av. Mato Grosso do Sul nº735 , Distrito Quebra Coco, Sidrolândia, CEP 79173-000, inscrita no CNPJ sob o número 01.834.110/0001-11, neste ato representada pelo (a) seu Presidente, o Sr. (a) Gislaine Rodrigues de Jesus portadora do CPF nº 9xx.xxx.xxx-xx e seu Gestor responsável pela unidade Sr.(a) Paula Ferreira Terra a portadora do CPF nº 5xx.xxx.xxx-xx doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.**

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente do Decreto Municipal Nº 08, de 07 de janeiro de 2026. "Regulamenta a Lei Municipal N° 2.248, de 02 de abril, que institui o Programa Renova Escola, e dá outras providências e o Decreto Municipal N° 100, de 10 de fevereiro de 2026, que altera dispositivos do Decreto N° 111, de 06 de fevereiro de 2025, que regulamenta a aplicação da Lei Federal N ° 13.019, de 31 de julho de 2014, tendo em vista o que consta do Processo N° 07/2026 , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Colaboração é a execução do Renova Escola; **execução de ações voltadas à melhoria das condições de funcionamento da Unidade Escolar**, incluindo aquisição de materiais de expediente e escritório; impressão de provas e demais materiais de apoio; produtos de limpeza e higienização; materiais para sanitários e higiene pessoal; utensílios e ferramentas de limpeza e conservação; materiais de copa e cozinha; visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipe obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipe.

Sub cláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por apostilamento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação dos seu extrato no meio oficial de publicidade desta administração, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019 de 2014.

mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública.

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do Renova Escola previstas(os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados repasses que serão feitos com recursos provenientes da **dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação**, prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme código:

3.3.50.00.00 - Renova Escola

O valor de R$ 20.280,00 (vinte mil duzentos e oitenta reais), que será repassado anualmente para a Unidade de Ensino foi calculado mediante per capita de R$ 130,00 (cento e trinta reais) por aluno em período integral.

A aplicação do recurso deverá observar os princípios de **economicidade, transparência e finalidade pública**, com apresentação de prestação de contas à Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em 2 (duas) *parcelas de R$ 10.140,00 (dez mil cento e quarenta reais)*, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Sub cláusula Segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Sub cláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II.a análise das prestações de contas parciais ou anuais,

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo;

Sub cláusula Terceira. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela administração pública, deverão ser mantidos na conta corrente no Banco do Brasil, Agência *xxxxx*, Conta Bancária xxx.

Sub cláusula Primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Sub cláusula Segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Sub cláusula Terceira. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Sub cláusula Quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Sub cláusula Quinta. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do §2º do art. 73 da lei. 13019/2014.

Sub cláusula Sexta. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Gestor ou pelo dirigente máxima da entidade da administração pública municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Sub cláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições,

responsabilidades e obrigações:

promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar os relatórios de execução do objeto;

analisar os relatórios de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração.

instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos legais.

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

publicar, na Imprensa Oficial do Município e no sitio eletrônico oficial do Município o extrato do Termo de Colaboração;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial ou Plataforma Eletrônica, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Sub cláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019.

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014.

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado

garantir sua guarda e manutenção,

comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

A realização de despesas com recursos transferidos pela administração pública, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços pela OSC, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

incluir regularmente no sitio eletrônico ou Plataforma eletrônica as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório.

divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Municipal nº 13.019, de 2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual ou Municipal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Colaboração, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Sub cláusula primeira.

Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Sub cláusula segunda.

Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar

imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

a descrição dos dados pessoais envolvidos;

a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e

quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Única. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo que a realização de despesas, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Sub cláusula Primeira. Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

Sub cláusula Segunda. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá solicitar à administração alteração no Plano de Trabalho, de forma a compatibilizar os recursos disponíveis.

Sub cláusula Terceira. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Sub cláusula Quarta. Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite de R$ 0,0, nos termos especificados no Plano de Trabalho.

(QUANDO HOUVER)

Sub cláusula Sexta. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento ou em data posterior à sua vigência;

IV- pagar à qualquer título dirigentes da OSC.

Sub cláusula Sétima.É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas em relatórios.

Sub cláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Sub cláusula Segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

realizará visita técnica "*in loco*" para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

realizará, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, sendo obrigatório nas

parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014.

poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

Sub cláusula Terceira. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

Sub cláusula Quarta. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso II da Sub cláusula Segunda*, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

Sub cláusula Quinta. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Sub cláusula Sexta. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.

Sub cláusula Sétima. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação poderão ser realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso III da Sub cláusula Segunda*, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Sub cláusula Nona. A visita técnica "*in loco*", de que trata o *inciso IV da Sub cláusula Segunda*, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado. A OSC deverá ser notificada previamente à realização da visita técnica "*in loco*".

Sub cláusula Décima. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica "*in loco*", enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública O relatório de visita técnica "*in loco*" deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

Sub cláusula Décima Primeira. A pesquisa de satisfação, de que trata o *inciso V da Sub cláusula Segunda*, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

Sub cláusula Décima Segunda. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

Sub cláusula Décima Terceira. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria.

outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Sub cláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficandoos partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Sub cláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a OSC dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Sub cláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

Sub cláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

Sub cláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Sub cláusula Primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos:

nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso.

Sub cláusula Segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e mais 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES

[PRIMEIRA OPÇÃO – TITULARIDADE DA OSC]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Sub cláusula Primeira. *Os bens patrimoniais de que trata o* ***caput*** *deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à administração pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.*

Sub cláusula Segunda. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.*

Sub cláusula Terceira. *Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:*

I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Sub claúsula Quarta. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.*

Sub cláusula Quinta. *A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.*

Sub cláusula Sexta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da administração pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.*

OU

[SEGUNDA OPÇÃO – TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública Municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

Sub cláusula Primeira. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.*

Sub cláusula Segunda. *A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a administração pública municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não será mais responsável pelos bens.*

Sub claúsula Terceira. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.*

Sub cláusula Quarta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública municipal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Primeira. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, conforme conta no Manual Orientador, parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Sub cláusula Segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

sanar a irregularidade;

cumprir a obrigação; ou

apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Sub cláusula Quarta. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

A OSC prestará contas parcial da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração e deverá ser apresentada até 60 dias após a liberação de cada parcela de recursos prevista no cronograma de desembolso.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas parcial relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos contidos na Prestação de Contas Parcial, de acordo com o Manual Orientador.

Sub cláusula Segunda O gestor emitirá parecer técnico sobre a prestação de contas parcial, para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas parcial concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou detectar evidência de irregularidade na prestação de contas parcial, o gestor da parceria, notificará a OSC para que apresente justificativas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Quarta. Após análise da justificativa, se mantida as irregularidades será suspenso o pagamento da

parcela subsequente a aquela data, até que sejam resolvidas as pendências ou irregularidades.

Sub cláusula Quinta. Caso a OSC não apresenta a prestação de contas parcial no prazo estabelecido será suspenso o pagamento da parcela subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22 da Lei 13.1019 de 2014, além dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Sub cláusula Segunda. A administração pública considerara ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

I - relatório de visita técnica "*in loco*" eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

Sub cláusula Terceira O gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Quarta. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de a análise concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou for detectado evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Sexta. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

o extrato da conta bancária específica;

a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Sub cláusula Sétima. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da *Sub cláusula anterior* quando já constarem da prestação de contas final.

Sub cláusula Oitava. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria; ou

aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário; ou

rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

omissão no dever de prestar contas;

descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Sub cláusula Nona. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Décima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Sub cláusula Décima Primeira. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Sub cláusula Décima Segunda. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Décima Terceira. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Sub cláusula Décima Quarta. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Sub cláusula Décima Segundano prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Sub cláusula Décima Quinta. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Sub cláusula Décima Sexta. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento da Prestação de Contas.

Sub cláusula Décima Sétima. O transcurso do prazo definido na *Sub cláusula anterior*, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Sub cláusula Décima Oitava. Se o transcurso do prazo definido na *Sub cláusula Décima Sexta*, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Sub cláusula Décima Nona. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

advertência;

suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a administração pública municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Sub cláusula Primeira.A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Sub cláusula Segunda.A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública Municipal.

Sub cláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Sub cláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal.

Sub cláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal prevista na *Sub cláusula anterior*, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Sub cláusula Sexta. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no cadastro de entidades municipais enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Sub cláusula Sétima. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da administração pública municipal.

Sub cláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração municipal, no prazo máximo de dez dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa da organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014.

Sub cláusula Única.Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de xxxxxxxxxxxx.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Sidrolândia, 25 de março de 2026.

XX

__ Secretário Municipal de Educação

XX
Pre **Presidente APM**
N

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

Identidade: Identidade:

CPF: **CPF:**

Matéria enviada por Guilherme Navarro

Contabilidade

N° do Termo 08/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA UNIDADE ESCOLAR CMEI INÊS NUNES DOS SANTOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Prefeitura Municipal de Sidrolândia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada Administração Pública, com sede em Sidrolândia, na rua São Paulo n°964 Centro, inscrito no CNPJ nº 03.501.574/00001-31, neste ato representado pelo Sr. Vili Marcos Tognon da secretaria municipal de educação**,** nomeado por meio de Decreto nº 003/2025 portador do CPF nº 6xx.xxx.xxx-xx; e a **Associação de Pais e Mestres da Unidade Escolar Cmei Inês Nunes dos Santos,** situada à Rua Alagoas, n°899 – Bairro Santa Marta, cidade de Sidrolândia MS, inscrita no CNPJ sob o número 10.936.464/0002-68, neste ato representada pelo (a) seu Presidente, o Sr. (a) Mailise Rocho de Castro , portadora do CPF nº 0xx.xxx.xxx-xx e seu Gestor responsável pela unidade Sr.(a) Adriana dos Santos Almeida a portadora do CPF nº 8xx.xxx.xxx-xx doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.**

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente do Decreto Municipal Nº 08, de 07 de janeiro de 2026. "Regulamenta a Lei Municipal N° 2.248, de 02 de abril, que institui o Programa Renova Escola, e dá outras providências e o Decreto Municipal N° 100, de 10 de fevereiro de 2026, que altera dispositivos do Decreto N° 111, de 06 de fevereiro de 2025, que regulamenta a aplicação da Lei Federal N ° 13.019, de 31 de julho de 2014, tendo em vista o que consta do Processo N° 03/2026 , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Colaboração é a execução do Renova Escola; **execução de ações voltadas à melhoria das condições de funcionamento da Unidade Escolar**, incluindo aquisição de materiais de expediente e escritório; impressão de provas e demais materiais de apoio; produtos de limpeza e higienização; materiais para sanitários e higiene pessoal; utensílios e ferramentas de limpeza e conservação; materiais de copa e cozinha;visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipe obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipe.

Sub cláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por apostilamento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação dos seu extrato no meio oficial de publicidade desta administração, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019 de 2014.

mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública.

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública*,* quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do Renova Escola previstas(os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados repasses que serão feitos com recursos provenientes da **dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação**, prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme código:

3.3.50.00.00 - Renova Escola

O valor de R$ 21.190,00 (vinte e um mil cento e noventa reais), que será repassado anualmente para a Unidade de Ensino foi calculado mediante per capita de R$ 130,00 (cento e trinta reais) por aluno em período integral.

A aplicação do recurso deverá observar os princípios de **economicidade, transparência e finalidade pública**, com apresentação de prestação de contas à Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em 2 (duas) *parcelas de R$ 10.595,00 (dez mil quinhentos e noventa e cinco reais)*, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Sub cláusula Segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Sub cláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II.a análise das prestações de contas parciais ou anuais,

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo;

Sub cláusula Terceira. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela administração pública*,* deverão ser mantidos na conta corrente no Banco do Brasil, Agência *xxxxx*, Conta Bancária xxx.

Sub cláusula Primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Sub cláusula Segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Sub cláusula Terceira. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Sub cláusula Quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Sub cláusula Quinta. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita

à identificação do beneficiário final à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do §2º do art. 73 da lei. 13019/2014.

Sub cláusula Sexta. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Gestor ou pelo dirigente máxima da entidade da administração pública municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Sub cláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar os relatórios de execução do objeto;

analisar os relatórios de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração.

instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos legais.

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

publicar, na Imprensa Oficial do Município e no sitio eletrônico oficial do Município o extrato do Termo de Colaboração;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial ou Plataforma Eletrônica, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Sub cláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019.

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014.

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado

garantir sua guarda e manutenção,

comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

A realização de despesas com recursos transferidos pela administração pública, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços pela OSC, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

incluir regularmente no sitio eletrônico ou Plataforma eletrônica as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório.

divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Municipal nº 13.019, de 2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual ou Municipal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Colaboração, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Sub cláusula primeira.

Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Sub cláusula segunda.

Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

a descrição dos dados pessoais envolvidos;

a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e

quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Única. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo que a realização de despesas, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Sub cláusula Primeira. Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

Sub cláusula Segunda. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá solicitar à administração alteração no Plano de Trabalho, de forma a compatibilizar os recursos disponíveis.

Sub cláusula Terceira. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Sub cláusula Quarta. Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite de R$ 0,0, nos termos especificados no Plano de Trabalho.

(QUANDO HOUVER)

Sub cláusula Sexta. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento ou em data posterior à sua vigência;

IV- pagar à qualquer título dirigentes da OSC.

Sub cláusula Sétima.É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas em relatórios.

Sub cláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Sub cláusula Segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria,

a Administração Pública:

designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

realizará visita técnica "*in loco*" para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

realizará, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, sendo obrigatório nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014.

poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

Sub cláusula Terceira. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

Sub cláusula Quarta. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso II da Sub cláusula Segunda*, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

Sub cláusula Quinta. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Sub cláusula Sexta. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.

Sub cláusula Sétima. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação poderão ser realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso III da Sub cláusula Segunda*, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Sub cláusula Nona. A visita técnica "*in loco*", de que trata o *inciso IV da Sub cláusula Segunda*, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado. A OSC deverá ser notificada previamente à realização da visita técnica "*in loco*".

Sub cláusula Décima. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica "*in loco*", enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública O relatório de visita técnica "*in loco*" deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

Sub cláusula Décima Primeira. A pesquisa de satisfação, de que trata o *inciso V da Sub cláusula Segunda*, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

Sub cláusula Décima Segunda. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

Sub cláusula Décima Terceira. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante

prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria.

outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Sub cláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficandoos partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Sub cláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a OSC dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Sub cláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

Sub cláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

Sub cláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Sub cláusula Primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos:

nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso.

Sub cláusula Segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e mais 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES

[PRIMEIRA OPÇÃO – TITULARIDADE DA OSC]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Sub cláusula Primeira. *Os bens patrimoniais de que trata o* ***caput*** *deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à administração pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.*

Sub cláusula Segunda. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da*

OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

Sub cláusula Terceira. *Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:*

I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Sub claúsula Quarta. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.*

Sub cláusula Quinta. *A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.*

Sub cláusula Sexta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da administração pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.*

OU

[SEGUNDA OPÇÃO – TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública Municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

Sub cláusula Primeira. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.*

Sub cláusula Segunda. *A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a administração pública municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não será mais responsável pelos bens.*

Sub cláusula Terceira. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.*

Sub cláusula Quarta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública municipal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Primeira. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, conforme conta no Manual Orientador, parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Sub cláusula Segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

sanar a irregularidade;

cumprir a obrigação; ou

apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Sub cláusula Quarta. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

A OSC prestará contas parcial da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração e deverá ser apresentada até 60 dias após a liberação de cada parcela de recursos prevista no cronograma de desembolso.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas parcial relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos contidos na Prestação de Contas Parcial, de acordo com o Manual Orientador.

Sub cláusula Segunda O gestor emitirá parecer técnico sobre a prestação de contas parcial, para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas parcial concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou detectar evidência de irregularidade na prestação de contas parcial, o gestor da parceria, notificará a OSC para que apresente justificativas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Quarta. Após análise da justificativa, se mantida as irregularidades será suspenso o pagamento da parcela subsequente a aquela data, até que sejam resolvidas as pendências ou irregularidades.

Sub cláusula Quinta. Caso a OSC não apresenta a prestação de contas parcial no prazo estabelecido será suspenso o pagamento da parcela subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22 da Lei 13.1019 de 2014, além dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Sub cláusula Segunda. A administração pública considerara ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

I - relatório de visita técnica "*in loco*" eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

Sub cláusula Terceira O gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Quarta. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de a análise concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou for detectado evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Sexta. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

o extrato da conta bancária específica;

a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Sub cláusula Sétima. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da *Sub cláusula anterior* quando já constarem da prestação de contas final.

Sub cláusula Oitava. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria; ou

aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for

constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário; ou

rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

omissão no dever de prestar contas;

descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Sub cláusula Nona. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Décima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Sub cláusula Décima Primeira. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Sub cláusula Décima Segunda. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Décima Terceira. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Sub cláusula Décima Quarta. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Sub cláusula Décima Segundano prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Sub cláusula Décima Quinta. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Sub cláusula Décima Sexta. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento da Prestação de Contas.

Sub cláusula Décima Sétima. O transcurso do prazo definido na *Sub cláusula anterior*, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Sub cláusula Décima Oitava. Se o transcurso do prazo definido na *Sub cláusula Décima Sexta*, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Sub cláusula Décima Nona. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

advertência;

suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a administração pública municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Sub cláusula Primeira.A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Sub cláusula Segunda.A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública Municipal.

Sub cláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Sub cláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal.

Sub cláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal prevista na *Sub cláusula anterior*, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Sub cláusula Sexta. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no cadastro de entidades municipais enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Sub cláusula Sétima. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da administração pública municipal.

Sub cláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração municipal, no prazo máximo de dez dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa da organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014.

Sub cláusula Única.Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de xxxxxxxxxxxx.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Sidrolândia, 27 de março de 2026.

xx

__ Secretário Municipal de Educação

xx
Pre **Presidente APM**
N

Diretor (a) da Unidade Escolar _____

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

Identidade: Identidade:

CPF: **CPF:**

Matéria enviada por Guilherme Navarro

Contabilidade

N° do Termo 10/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA UNIDADE ESCOLAR CMEI

PROF ELZA ALVES LEME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Prefeitura Municipal de Sidrolândia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada Administração Pública, com sede em Sidrolândia, na rua São Paulo n°964 Centro, inscrito no CNPJ nº 03.501.574/00001-31, neste ato representado pelo Sr. Vili Marcos Tognon da secretaria municipal de educação**,** nomeado por meio de Decreto nº 003/2025 portador do CPF nº 6xx.xxx.xxx-xx; e a **Associação de Pais e Mestres da Unidade Escolar Cmei Prof Elza Alves Leme,** situada à Rua Av. Mato Grosso , n°707 – Bairro Centro, Distrito Quebra Coco – Sidrolândia, CEP 79173-000, inscrita no CNPJ sob o número 10.957.885/0001-75, neste ato representada pelo (a) seu Presidente, o Sr. (a) Alessandra de Souza Ribeiro, portadora do CPF nº 0xx.xxx.xxx-xx e seu Gestor responsável pela unidade Sr.(a) Beatriz Nolasco Além a portadora do CPF nº 0xx.xxx.xxx-xx doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.**

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente do Decreto Municipal Nº 08, de 07 de janeiro de 2026. "Regulamenta a Lei Municipal N° 2.248, de 02 de abril, que institui o Programa Renova Escola, e dá outras providências e o Decreto Municipal N° 100, de 10 de fevereiro de 2026, que altera dispositivos do Decreto N° 111, de 06 de fevereiro de 2025, que regulamenta a aplicação da Lei Federal N ° 13.019, de 31 de julho de 2014, tendo em vista o que consta do Processo N° 05/2026 , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Colaboração é a execução do Renova Escola; **execução de ações voltadas à melhoria das condições de funcionamento da Unidade Escolar**, incluindo aquisição de materiais de expediente e escritório; impressão de provas e demais materiais de apoio; produtos de limpeza e higienização; materiais para sanitários e higiene pessoal; utensílios e ferramentas de limpeza e conservação; materiais de copa e cozinha;visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipe obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipe.

Sub cláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por apostilamento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação dos seu extrato no meio oficial de publicidade desta administração, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019 de 2014.

mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública.

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública*,* quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do Renova Escola previstas(os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados repasses que serão feitos com recursos provenientes da **dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação**, prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme código:

3.3.50.00.00 - Renova Escola

O valor de R$ 14.250,00 (quatorze mil duzentos e cinqüenta reais), que será repassado anualmente para a Unidade de Ensino foi calculado mediante per capita de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) por aluno em período integral.

A aplicação do recurso deverá observar os princípios de **economicidade, transparência e finalidade pública**, com apresentação de prestação de contas à Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em 2 (duas) *parcelas de R$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais)*, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Sub cláusula Segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Sub cláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II.a análise das prestações de contas parciais ou anuais,

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo;

Sub cláusula Terceira. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela administração pública, deverão ser mantidos na conta corrente no Banco do Brasil, Agência *xxxxx*, Conta Bancária xxx.

Sub cláusula Primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Sub cláusula Segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Sub cláusula Terceira. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Sub cláusula Quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Sub cláusula Quinta. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do §2º do art. 73 da lei. 13019/2014.

Sub cláusula Sexta. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Gestor ou pelo dirigente máxima da entidade da administração pública municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Sub cláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar os relatórios de execução do objeto;

analisar os relatórios de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração.

instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos legais.

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

publicar, na Imprensa Oficial do Município e no sitio eletrônico oficial do Município o extrato do Termo de Colaboração;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial ou Plataforma Eletrônica, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando

as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Sub cláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019.

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014.

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado

garantir sua guarda e manutenção,

comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

A realização de despesas com recursos transferidos pela administração pública, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços pela OSC, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

incluir regularmente no sitio eletrônico ou Plataforma eletrônica as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório.

divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Municipal nº 13.019, de 2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual ou Municipal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Colaboração, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Sub cláusula primeira.

Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Sub cláusula segunda.

Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

a descrição dos dados pessoais envolvidos;

a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e

quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Única. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo que a realização de despesas, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Sub cláusula Primeira. Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

Sub cláusula Segunda. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá solicitar à administração alteração no Plano de Trabalho, de forma a compatibilizar os recursos disponíveis.

Sub cláusula Terceira. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Sub cláusula Quarta. Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite de R$ 0,0, nos termos especificados no Plano de Trabalho.

(QUANDO HOUVER)

Sub cláusula Sexta. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento ou em data posterior à sua vigência;

IV- pagar à qualquer título dirigentes da OSC.

Sub cláusula Sétima.É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas em relatórios.

Sub cláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Sub cláusula Segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

realizará visita técnica "*in loco*" para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

realizará, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, sendo obrigatório nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014.

poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

Sub cláusula Terceira. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

Sub cláusula Quarta. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso II da Sub cláusula Segunda*, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

Sub cláusula Quinta. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Sub cláusula Sexta. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.

Sub cláusula Sétima. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação poderão ser realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso III da Sub cláusula Segunda*, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Sub cláusula Nona. A visita técnica "*in loco*", de que trata o *inciso IV da Sub cláusula Segunda*, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado. A OSC deverá ser notificada previamente à realização da visita técnica "*in loco*".

Sub cláusula Décima. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica "*in loco*", enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública O relatório de visita técnica "*in loco*" deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

Sub cláusula Décima Primeira. A pesquisa de satisfação, de que trata o *inciso V da Sub cláusula Segunda*, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

Sub cláusula Décima Segunda. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

Sub cláusula Décima Terceira. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria.

outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Sub cláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficandoos partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Sub cláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a OSC dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Sub cláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

Sub cláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

Sub cláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Sub cláusula Primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos:

nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso.

Sub cláusula Segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão corrigidos pela taxa referencial do Sistema

Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e mais 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES

[PRIMEIRA OPÇÃO – TITULARIDADE DA OSC]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Sub cláusula Primeira. *Os bens patrimoniais de que trata o* ***caput*** *deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à administração pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.*

Sub cláusula Segunda. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.*

Sub cláusula Terceira. *Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:*

I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Sub claúsula Quarta. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.*

Sub cláusula Quinta. *A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.*

Sub cláusula Sexta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da administração pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.*

OU

[SEGUNDA OPÇÃO – TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública Municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

Sub cláusula Primeira. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.*

Sub cláusula Segunda. *A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a administração pública municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não será mais responsável pelos bens.*

Sub claúsula Terceira. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.*

Sub cláusula Quarta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública municipal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Primeira. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, conforme conta no Manual Orientador, parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Sub cláusula Segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

sanar a irregularidade;

cumprir a obrigação; ou

apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Sub cláusula Quarta. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

A OSC prestará contas parcial da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração e deverá ser apresentada até 60 dias após a liberação de cada parcela de recursos prevista no cronograma de desembolso.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas parcial relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos contidos na Prestação de Contas Parcial, de acordo com o Manual Orientador.

Sub cláusula Segunda O gestor emitirá parecer técnico sobre a prestação de contas parcial, para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas parcial concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou detectar evidência de irregularidade na prestação de contas parcial, o gestor da parceria, notificará a OSC para que apresente justificativas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Quarta. Após análise da justificativa, se mantida as irregularidades será suspenso o pagamento da parcela subsequente a aquela data, até que sejam resolvidas as pendências ou irregularidades.

Sub cláusula Quinta. Caso a OSC não apresenta a prestação de contas parcial no prazo estabelecido será suspenso o pagamento da parcela subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22 da Lei 13.1019 de 2014, além dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Sub cláusula Segunda. A administração pública considerara ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

I - relatório de visita técnica "*in loco*" eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

Sub cláusula Terceira O gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Quarta. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de a análise concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou for detectado evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Sexta. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

o extrato da conta bancária específica;

a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Sub cláusula Sétima. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da *Sub cláusula anterior* quando já constarem da prestação de contas final.

Sub cláusula Oitava. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria; ou

aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário; ou

rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

omissão no dever de prestar contas;

descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Sub cláusula Nona. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Décima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Sub cláusula Décima Primeira. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Sub cláusula Décima Segunda. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Décima Terceira. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Sub cláusula Décima Quarta. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Sub cláusula Décima Segundano prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Sub cláusula Décima Quinta. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Sub cláusula Décima Sexta. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento da Prestação de Contas.

Sub cláusula Décima Sétima. O transcurso do prazo definido na *Sub cláusula anterior*, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Sub cláusula Décima Oitava. Se o transcurso do prazo definido na *Sub cláusula Décima Sexta*, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Sub cláusula Décima Nona. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da

parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

advertência;

suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a administração pública municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Sub cláusula Primeira.A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Sub cláusula Segunda.A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública Municipal.

Sub cláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Sub cláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal.

Sub cláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal prevista na *Sub cláusula anterior*, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Sub cláusula Sexta. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no cadastro de entidades municipais enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Sub cláusula Sétima. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da administração pública municipal.

Sub cláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração municipal, no prazo máximo de dez dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa da organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014.

Sub cláusula Única.Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de xxxxxxxxxxxx.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Sidrolândia, 26 de março de 2026.

XX

__ Secretário Municipal de Educação

XX
Pre **Presidente APM**

N

Diretor(a) da Unidade Escolar
TESTEMUNHAS:

Nome:
Identidade:
CPF:

Nome:
Identidade:
CPF:

Matéria enviada por Guilherme Navarro

Instituto Municipal de Previdência Social de Sidrolândia - Previlândia
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2024

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SIDROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Pernambuco, nº 860, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.705.182/0001-69, neste ato representado pela Diretora Presidente, Senhora Maria José de Oliveira**,** brasileira, solteira, servidora pública, inscrita no CPF sob o nº ***.731.***-80, residente à Travessa 05, n.º 167, Carandazal, Sidrolândia/MS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **MKJ ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 18.180.813/0001-76, com sede na Rua da Paz, nº 476, Bairro Jardim dos Estados, Campo Grande/MS, neste ato representada por seu sócio administrador, Senhor Milton Souto de Araújo Neto, brasileiro, casado, empresário contábil, inscrito no CPF nº ***.696.***-15, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Termo Aditivo, regidos pelas disposições contidas no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação, e do que consta do processo acima indicado mediante as condições estipuladas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: BASE LEGAL

A legislação aplicável ao aditamento do presente contrato é a Lei Federal n° 14.133/21, conforme disposto no Artigo 107, Caput.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO DO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 002/2024, por mais 12 (doze) meses, conforme Clausula Sétima (7.1) do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR MENSAL

O valor do contrato permanece inalterado, estabelecido em R$ 13.000,00 (treze mil reais) mensais, a serem pagos em 12 (doze) parcelas fixas e sucessivas, perfazendo o total de R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR FINAL

O valor global do Contrato Administrativo nº 002/2024, considerando o valor originalmente contratado, o valor do Termo Aditivo 01 e o valor do presente Termo Aditivo, passa a ser de R$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais).

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

Após assinatura do presente Termo Aditivo, em decorrência da necessidade de continuidade da prestação dos serviços, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 002/2024 por 12 (doze) meses, com início em 04 de abril de 2026 e término em 03 de abril de 2027.

CLÁUSULA SEXTA – DA EFICÁCIA

A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, conforme Art. 94, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA - RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 002/2024.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente, em duas vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Sidrolândia/MS, 31 de março de 2026.

CONTRATANTE:

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SIDROLÂNDIA - PREVILÂNDIA

CONTRATADA:

MILTON SOUTO DE ARAÚJO NETO
SÓCIO ADMINISTRADOR
MKJ ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA

Matéria enviada por Juliana Neves Martins

Contabilidade
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM POR INTERMÉDIO DA /PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES PORFIRIA LOPES DO NASCIMENTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Prefeitura Municipal de Sidrolândia, por intermédio da Secretaria de Governo e Secretária de Saúde, doravante denominada Administração Pública, com sede em Sidrolândia Mato Grosso do Sul na rua São Paulo 964 centro, inscrito no CNPJ/MF nº 03.501.574/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Rodrigo Borges Basso**,** nomeado por meio de Decreto municipal nº 14 na Imprensa Oficial Diário Oficial, portador do registro geral nº 9x.xxx.xe CPF nº 7xx.xxx. xxx-xx, residente e domiciliado em Sidrolândia-MS na rua Cattleya Walkeriana 416, Parque das Orquídeas; e a APM Associação de Pais e Mestres Porfiria Lopes do Nascimento**,** organização da sociedade civil, doravante denominada **OSC**, situada à Rua João Márcio Ferreira Terra, nº 440 – São Bento, Sidrolândia-MS, CEP: 79.170-000,inscrita no CNPJ sob o número 01.766.908/0001-73, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. Adriano Bonfim**,** residente e domiciliado na Rua Prudente de Moraes, nº 318, São Bento CEP: 79.170-000, portador da Carteira de Identidade nº 1xxxxxx SSP/ MS e CPF nº 9xx.xxx.xxx-xx,

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente do Decreto 100, tendo em vista o que consta do Processo n. 03 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Municipal nº 100, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Colaboração é construir um espaço adequado para leitura e pesquisa, ampliar o acesso dos alunos a livros, periódicos e materiais didáticos. Visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho, visando a consecução da finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Sub cláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por apostilamento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência (execução) deste Termo de Colaboração será de 12 meses a partir da data de publicação dos seu extrato no meio oficial de publicidade desta administração, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, desde que nos avise com 30 dias de antecedência para o fim do primeiro prazo nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019 de 2014.

Mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública.

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução das [atividades] ou [projetos] previstas(os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos pela administração pública municipal via emenda parlamentar do Deputado Federal Marcos Pollon no valor total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme cronograma de desembolso, previsto na LOA 2026.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em parcela única, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Sub cláusula Segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Sub cláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II.a análise das prestações de contas parciais ou anuais,

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo;

Sub cláusula Terceira. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela administração pública, deverão ser

mantidos na conta corrente no Banco Sicoob Agência 4256, Conta Bancária 88750-1.

Sub cláusula Primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Sub cláusula Segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Sub cláusula Terceira. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Sub cláusula Quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Sub cláusula Quinta. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do §2º do art. 73 da lei. 13019/2014.

Sub cláusula Sexta. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Gestor ou pelo dirigente máxima da entidade da administração pública municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Sub cláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

Prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

Monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

Comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

Analisar os relatórios de execução do objeto;

Analisar os relatórios de execução financeira;

Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração.

Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos legais.

Designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, art. 27 do Decreto Municipal nº 111;

Publicar, na Imprensa Oficial do Município e no sitio eletrônico oficial do Município o extrato do Termo de Colaboração;

Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial ou Plataforma Eletrônica, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

Informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente

Termo de Colaboração;

Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Sub cláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019.

Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

Executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

Prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014.

Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado

Garantir sua guarda e manutenção,

Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

Durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

A realização de despesas com recursos transferidos pela administração pública, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços pela OSC, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

Incluir regularmente no sitio eletrônico ou Plataforma eletrônica as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

Observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

Comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório.

Divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Municipal nº 13.019, de 2014;

Submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual ou Municipal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Colaboração, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Sub cláusula primeira.

Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Sub cláusula segunda.

Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

a descrição dos dados pessoais envolvidos;

a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e

quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Única. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo que a realização de despesas, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Sub cláusula Primeira. Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

Sub cláusula Segunda. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá solicitar à administração alteração no Plano de Trabalho, de forma a compatibilizar os recursos disponíveis.

Sub cláusula Terceira. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Sub cláusula Sexta. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento ou em data posterior à sua vigência;

IV- pagar à qualquer título dirigentes da OSC.

Sub cláusula Sétima.É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação

de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas em relatórios.

Sub cláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Sub cláusula Segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

Designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

Designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

Emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

Realizará visita técnica "in loco" para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

Realizará, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, sendo obrigatório nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

Examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014.

Poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

Poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

Sub cláusula Terceira. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

Sub cláusula Quarta. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II da Sub cláusula Segunda, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

Sub cláusula Quinta. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Sub cláusula Sexta. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.

Sub cláusula Sétima. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação poderão ser realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Sub cláusula Segunda, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Sub cláusula Nona. A visita técnica "in loco", de que trata o inciso IV da Sub cláusula Segunda, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado. A OSC deverá ser notificada previamente à realização da visita técnica "in loco".

Sub cláusula Décima. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica "in loco", enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública O relatório de visita técnica "in loco" deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

Sub cláusula Décima Primeira. A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V da Sub cláusula Segunda, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

Sub cláusula Décima Segunda. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

Sub cláusula Décima Terceira. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser:

Extinto por decurso de prazo;

Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

Violação da legislação aplicável;

Cometimento de falhas reiteradas na execução;

Malversação de recursos públicos;

Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

Descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria.

Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Sub cláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Sub cláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a OSC dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Sub cláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

Sub cláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

Sub cláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Sub cláusula Primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

Nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos:

Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso.

Sub cláusula Segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e mais 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES

[PRIMEIRA OPÇÃO – TITULARIDADE DA OSC]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração

Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Sub cláusula Primeira. Os bens patrimoniais de que trata o **caput** deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à administração pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Segunda. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

Sub cláusula Terceira. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I. Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Sub cláusula Quarta. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

Sub cláusula Quinta. A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

Sub cláusula Sexta. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da administração pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

OU

[SEGUNDA OPÇÃO – TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública Municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

Sub cláusula Primeira. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.

Sub cláusula Segunda. A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a administração pública municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não será mais responsável pelos bens.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.

Sub cláusula Quarta. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública municipal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

CASO A PARCERIA TENHA VIGÊNCIA SUPERIOR A UM ANO:

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Primeira. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, conforme conta no Manual Orientador, parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 10 (dez) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Sub cláusula Segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

Sanar a irregularidade;

Cumprir a obrigação; ou

Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Sub cláusula Quarta. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

A OSC prestará contas parcial da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração e deverá ser apresentada até 60 dias após a liberação de cada parcela de recursos prevista no cronograma de desembolso.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas parcial relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos contidos na Prestação de Contas Parcial, de acordo com o Manual Orientador.

Sub cláusula Segunda O gestor emitirá parecer técnico sobre a prestação de contas parcial, para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas parcial concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou detectar evidência de irregularidade na prestação de contas parcial, o gestor da parceria, notificará a OSC para que apresente justificativas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Quarta. Após análise da justificativa, se mantida as irregularidades será suspenso o pagamento da parcela subsequente a aquela data, até que sejam resolvidas as pendências ou irregularidades.

Sub cláusula Quinta. Caso a OSC não apresenta a prestação de contas parcial no prazo estabelecido será suspenso o pagamento da parcela subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22 da Lei 13.1019 de 2014, além dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Sub cláusula Segunda. A administração pública considerara ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

I - relatório de visita técnica "in loco" eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

Sub cláusula Terceira O gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Quarta. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de a análise concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou for detectado evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Sexta. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

A relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

O extrato da conta bancária específica;

A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Sub cláusula Sétima. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da Sub cláusula anterior quando já constarem da prestação de contas final.

Sub cláusula Oitava. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

Aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria; ou

Aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário; ou

Rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

Omissão no dever de prestar contas;

Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Sub cláusula Nona. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Décima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Sub cláusula Décima Primeira. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Sub cláusula Décima Segunda. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

Devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Décima Terceira. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Sub cláusula Décima Quarta. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Sub cláusula Décima Segunda no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Sub cláusula Décima Quinta. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Sub cláusula Décima Sexta. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento da Prestação de Contas.

Sub cláusula Décima Sétima. O transcurso do prazo definido na Sub cláusula anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

Não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Sub cláusula Décima Oitava. Se o transcurso do prazo definido na Sub cláusula Décima Sexta, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Sub cláusula Décima Nona. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

Advertência;

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a administração pública municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir os

prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Sub cláusula Primeira. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Sub cláusula Segunda. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública Municipal.

Sub cláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Sub cláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal.

Sub cláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal prevista na Sub cláusula anterior, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Sub cláusula Sexta. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no cadastro de entidades municipais enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Sub cláusula Sétima. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da administração pública municipal.

Sub cláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração municipal, no prazo máximo de dez dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa da organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014.

Sub cláusula Única.Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de Sidrolândia.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Sidrolândia23de Março de 2026

Prefeito Municipal	**Assoc. de Pais e Mestres Porfiria**
Rodrigo Borges Basso	**Adriano Bonfim**

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Identidade:	Identidade:
CPF:	**CPF:**

Matéria enviada por Guilherme Navarro

Credenciamentos

Processo Administrativo nº 2972/2025
Credenciamento nº 08/2025

Os Secretários Municipais de Sidrolândia-MS, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas, depois de cumpridas todas as suas fases legais e administrativas, decidem **Adjudicar e Homologar** a empresa: **JEFFERSON BASILIO**

GONÇALVES – CNPJ: 57.603.190/0001-59.

OBJETO: O presente documento tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de lavagem e higienização de veículos automotores da Prefeitura Municipal de Sidrolândia e suas Secretarias, conforme demanda.

Mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, em consequência fica convocada a empresa habilitada na sessão de 05/09/2025, para assinar o Termo de Credenciamento.

Sidrolândia/MS, 05 de setembro de 2025.

ASSINAM:

Enelvo Iradi Felini -Secretário Municipal de Infraestrutura

Natalino José Gonzaga -Secretário Municipal de Governo

Edilene Rodrigues Cruz -Secretária Municipal de Finanças

Enelvo Iradi Felini Junior -Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Cleyton Martins Teixeira -Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento

Maria Toribia Olazar Sanches -Secretária Municipal de Assistência Social

Vili Marcos Tognon -Secretário Municipal de Educação

Alex José de Nazareth Nantes - Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Vanessa Rosa Prado -Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por Carolina Rebeschini Arruda

Credenciamentos

2º TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 2972/2025
Credenciamento nº 08/2025

Os Secretários Municipais de Sidrolândia-MS, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas, depois de cumpridas todas as suas fases legais e administrativas, decidem **Adjudicar e Homologar** a empresa: **LAVA JATO DO GORDO LTDA – CNPJ: 29.059.344/0001-58**

OBJETO: O presente documento tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de lavagem e higienização de veículos automotores da Prefeitura Municipal de Sidrolândia e suas Secretarias, conforme demanda.

Mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, em consequência fica convocada a empresa habilitada na sessão de 05/09/2025, para assinar o Termo de Credenciamento.

Sidrolândia/MS, 05 de Setembro de 2025.

ASSINAM:

Enelvo Iradi Felini -Secretário Municipal de Infraestrutura

Natalino José Gonzaga -Secretário Municipal de Governo

Edilene Rodrigues Cruz -Secretária Municipal de Finanças

Enelvo Iradi Felini Junior -Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Cleyton Martins Teixeira -Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento

Maria Toribia Olazar Sanches -Secretária Municipal de Assistência Social

Vili Marcos Tognon -Secretário Municipal de Educação

Alex José de Nazareth Nantes - Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Vanessa Rosa Prado -Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por Carolina Rebeschini Arruda

Credenciamentos

3º TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 2972/2025
Credenciamento nº 08/2025

Os Secretários Municipais de Sidrolândia-MS, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas, depois de cumpridas todas as suas fases legais e administrativas, decidem **Adjudicar e Homologar** a empresa: **ANTONIO PEREIRA DE SOUZA – CNPJ: 28.637.501/0001-00.**

OBJETO: O presente documento tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de lavagem e higienização de veículos automotores da Prefeitura Municipal de Sidrolândia e suas Secretarias, conforme demanda.

Mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, em consequência fica convocada a empresa habilitada na sessão de 05/09/2025, para assinar o Termo de Credenciamento.

Sidrolândia/MS, 05 de setembro de 2025.

ASSINAM:

Enelvo Iradi Felini -Secretário Municipal de Infraestrutura

Natalino José Gonzaga -Secretário Municipal de Governo
Edilene Rodrigues Cruz -Secretária Municipal de Finanças
Enelvo Iradi Felini Junior -Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
Cleyton Martins Teixeira -Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
Maria Toribia Olazar Sanches -Secretária Municipal de Assistência Social
Vili Marcos Tognon -Secretário Municipal de Educação
Alex José de Nazareth Nantes - Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
Vanessa Rosa Prado -Secretária Municipal de Saúde

Matéria enviada por Carolina Rebeschini Arruda

Contabilidade

N° do Termo 07/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA UNIDADE ESCOLAR CMEI CANTINHO FELIZ, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Prefeitura Municipal de Sidrolândia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, doravante denominada Administração Pública, com sede em Sidrolândia, na rua São Paulo n°964 Centro, inscrito no CNPJ nº 03.501.574/00001-31, neste ato representado pelo Sr. Vili Marcos Tognon da secretaria municipal de educação**,** nomeado por meio de Decreto nº 003/2025 portador do CPF nº 637.126.521-00; e a **Associação de Pais e Mestres da Unidade Escolar Cmei Cantinho Feliz,** situada à Rua Av. Aroeira, n°250 – Bairro Pé de Cedro, cidade de Sidrolândia MS, inscrita no CNPJ sob o número 12.090.678/0001-91, neste ato representada pelo (a) seu Presidente, o Sr. (a) Bruna de Souza Braga, portadora do CPF nº 072.891.551-06 e seu Gestor responsável pela unidade Sr.(a) Andrea Agueiro dos Santos a portadora do CPF nº 764.727.872-04 doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.**

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração**, decorrente do Decreto Municipal Nº 08, de 07 de janeiro de 2026. "Regulamenta a Lei Municipal N° 2.248, de 02 de abril, que institui o Programa Renova Escola, e dá outras providências e o Decreto Municipal N° 100, de 10 de fevereiro de 2026, que altera dispositivos do Decreto N° 111, de 06 de fevereiro de 2025, que regulamenta a aplicação da Lei Federal N ° 13.019, de 31 de julho de 2014, tendo em vista o que consta do Processo N° 02/2026 , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Colaboração é a execução do Renova Escola; **execução de ações voltadas à melhoria das condições de funcionamento da Unidade Escolar**, incluindo aquisição de materiais de expediente e escritório; impressão de provas e demais materiais de apoio; produtos de limpeza e higienização; materiais para sanitários e higiene pessoal; utensílios e ferramentas de limpeza e conservação; materiais de copa e cozinha;visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipe obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipe.

Sub cláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por apostilamento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação dos seu extrato no meio oficial de publicidade desta administração, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019 de 2014.

mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública.

II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução do Renova Escola previstas(os) neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados repasses que serão feitos com recursos provenientes da **dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação**, prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme código:

3.3.50.00.00 - Renova Escola

O valor de R$ 24.830,00 (vinte e quatro mil oitocentos e trinta reais), que será repassado anualmente para a Unidade de Ensino foi calculado mediante per capita de R$ 130,00 (cento e trinta reais) por aluno em período integral.

A aplicação do recurso deverá observar os princípios de **economicidade, transparência e finalidade pública**, com apresentação de prestação de contas à Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em 2 (duas) *parcelas de R$ 12.415,00 (doze mil quatrocentos e quinze reais)*, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Primeira. As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades

detectadas nos seguintes casos:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Sub cláusula Segunda. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Sub cláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II.a análise das prestações de contas parciais ou anuais,

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo;

Sub cláusula Terceira. Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração, desembolsados pela administração pública, deverão ser mantidos na conta corrente no Banco do Brasil, Agência *xxxxx*, Conta Bancária xxx.

Sub cláusula Primeira. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Colaboração deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Sub cláusula Segunda. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Sub cláusula Terceira. A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Sub cláusula Quarta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Sub cláusula Quinta. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho, na forma do §2º do art. 73 da lei. 13019/2014.

Sub cláusula Sexta. Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Gestor ou pelo dirigente máxima da entidade da administração pública municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Sub cláusula Primeira. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;

comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

analisar os relatórios de execução do objeto;

analisar os relatórios de execução financeira;

receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração.

instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos legais.

designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;

assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo

ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

publicar, na Imprensa Oficial do Município e no sitio eletrônico oficial do Município o extrato do Termo de Colaboração;

divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial ou Plataforma Eletrônica, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

Sub cláusula Segunda. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019.

zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014.

responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado

garantir sua guarda e manutenção,

comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

A realização de despesas com recursos transferidos pela administração pública, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços pela OSC, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

incluir regularmente no sitio eletrônico ou Plataforma eletrônica as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;

observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório.

divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Municipal nº 13.019, de 2014;

submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual ou Municipal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de Colaboração, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

Sub cláusula primeira.

Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Sub cláusula segunda.

Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

a descrição dos dados pessoais envolvidos;

a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e

quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Única. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo que a realização de despesas, abrangendo a compra de bens e a contratação de serviços, sempre que possível deverão ser precedidas de três cotações, de forma a garantir o pagamento a preços do mercado local, ou justificativa quando não for possível realizar três cotações.

Sub cláusula Primeira. Mediante autorização as organizações sociais poderão aderir aos sistemas de registro de preço da administração municipal, ou, utilizar como parâmetro os preços praticados nos contratos firmados pelo município, dispensando, neste caso, as três cotações de preço.

Sub cláusula Segunda. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá solicitar à administração alteração no Plano de Trabalho, de forma a compatibilizar os recursos disponíveis.

Sub cláusula Terceira. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Sub cláusula Quarta. Os critérios e limites para a autorização do pagamento em espécie estarão restritos ao limite de R$ 0,0, nos termos especificados no Plano de Trabalho.

(QUANDO HOUVER)

Sub cláusula Sexta. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, da administração pública, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento ou em data posterior à sua vigência;

IV- pagar à qualquer título dirigentes da OSC.

Sub cláusula Sétima.É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas em relatórios.

Sub cláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

Sub cláusula Segunda. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

realizará visita técnica "*in loco*" para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

realizará, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, sendo obrigatório nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014.

poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

Sub cláusula Terceira. Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

Sub cláusula Quarta. A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso II da Sub cláusula Segunda*, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

Sub cláusula Quinta. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

Sub cláusula Sexta. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal.

Sub cláusula Sétima. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação

poderão ser realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Oitava. O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso III da Sub cláusula Segunda*, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

Sub cláusula Nona. A visita técnica "*in loco*", de que trata o *inciso IV da Sub cláusula Segunda*, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado. A OSC deverá ser notificada previamente à realização da visita técnica "*in loco*".

Sub cláusula Décima. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica "*in loco*", enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública O relatório de visita técnica "*in loco*" deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

Sub cláusula Décima Primeira. A pesquisa de satisfação, de que trata o *inciso V da Sub cláusula Segunda*, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

Sub cláusula Décima Segunda. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

Sub cláusula Décima Terceira. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser:

extinto por decurso de prazo;

extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria.

outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Sub cláusula Primeira. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficandoos partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

Sub cláusula Segunda. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a OSC dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Sub cláusula Terceira. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

Sub cláusula Quarta. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

Sub cláusula Sexta. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Sub cláusula Primeira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos:

nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso.

Sub cláusula Segunda. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e mais 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS BENS REMANESCENTES

[PRIMEIRA OPÇÃO – TITULARIDADE DA OSC]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

Sub cláusula Primeira. *Os bens patrimoniais de que trata o* ***caput*** *deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à administração pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.*

Sub cláusula Segunda. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.*

Sub cláusula Terceira. *Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:*

I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Sub claúsula Quarta. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.*

Sub cláusula Quinta. *A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.*

Sub cláusula Sexta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da administração pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.*

OU

[SEGUNDA OPÇÃO – TITULARIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA]

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública Municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

Sub cláusula Primeira. *Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.*

Sub cláusula Segunda. *A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a administração pública municipal, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não será mais responsável pelos bens.*

Sub claúsula Terceira. *Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.*

Sub cláusula Quarta. *Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública municipal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

No caso de parcerias com vigência superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Primeira. Para fins de prestação de contas anual, a OSC deverá apresentar Relatório Parcial de Execução do Objeto, conforme conta no Manual Orientador, parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, sendo que se considera exercício cada período de 12 (doze) meses de duração da parceria, contado da primeira liberação de recursos para sua execução.

Sub cláusula Segunda. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Persistindo a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 30 (trinta) dias:

sanar a irregularidade;

cumprir a obrigação; ou

apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

Sub cláusula Quarta. Serão glosados os valores relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

A OSC prestará contas parcial da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração e deverá ser apresentada até 60 dias após a liberação de cada parcela de recursos prevista no cronograma de desembolso.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas parcial relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos contidos na Prestação de Contas Parcial, de acordo com o Manual Orientador.

Sub cláusula Segunda O gestor emitirá parecer técnico sobre a prestação de contas parcial, para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Terceira. Na hipótese da análise da prestação de contas parcial concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou detectar evidência de irregularidade na prestação de contas parcial, o gestor da parceria, notificará a OSC para que apresente justificativas, no prazo de até 10 (dez) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Quarta. Após análise da justificativa, se mantida as irregularidades será suspenso o pagamento da parcela subsequente a aquela data, até que sejam resolvidas as pendências ou irregularidades.

Sub cláusula Quinta. Caso a OSC não apresenta a prestação de contas parcial no prazo estabelecido será suspenso o pagamento da parcela subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho, de conformidade com o Manual de Orientação que é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração.

Sub cláusula Primeira. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22 da Lei 13.1019 de 2014, além dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

Sub cláusula Segunda. A administração pública considerara ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

I - relatório de visita técnica "*in loco*" eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

Sub cláusula Terceira O gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Sub cláusula Quarta. Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram

realizadas, os pareceres técnicos deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

Sub cláusula Quinta. Na hipótese de a análise concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou for detectado evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da notificação. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Sub cláusula Sexta. O Relatório Final de Execução Financeira, quando exigido, deverá conter:

a relação das receitas e despesas efetivamente realizadas, inclusive rendimentos financeiros, e sua vinculação com a execução do objeto, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

o extrato da conta bancária específica;

a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;

a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Sub cláusula Sétima. A OSC fica dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os incisos I a IV da *Sub cláusula anterior* quando já constarem da prestação de contas final.

Sub cláusula Oitava. Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria; ou

aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário; ou

rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

omissão no dever de prestar contas;

descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Sub cláusula Nona. A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

Sub cláusula Décima. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Sub cláusula Décima Primeira. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao dirigente máximo da entidade da Administração Pública Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Sub cláusula Décima Segunda. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do §2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Sub cláusula Décima Terceira. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

Sub cláusula Décima Quarta. A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea "b" do inciso II da Sub cláusula Décima Segundano prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Sub cláusula Décima Quinta. Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e

o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Sub cláusula Décima Sexta. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de recebimento da Prestação de Contas.

Sub cláusula Décima Sétima. O transcurso do prazo definido na *Sub cláusula anterior*, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Sub cláusula Décima Oitava. Se o transcurso do prazo definido na *Sub cláusula Décima Sexta*, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Sub cláusula Décima Nona. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004 e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

advertência;

suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a administração pública municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Sub cláusula Primeira.A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

Sub cláusula Segunda.A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública Municipal.

Sub cláusula Terceira. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Sub cláusula Quarta. A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública Municipal.

Sub cláusula Quinta. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do dirigente máximo da entidade da administração pública municipal prevista na *Sub cláusula anterior*, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

Sub cláusula Sexta. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, cumulativamente, como inadimplente no cadastro de entidades municipais enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Sub cláusula Sétima. Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da administração pública municipal.

Sub cláusula única. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato na Imprensa Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração municipal, no prazo máximo de dez dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública municipal, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa da organização

da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014.

Sub cláusula Única.Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de xxxxxxxxxxxx.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Sidrolândia, 27 de março de 2026.

XX

__ Secretário Municipal de Educação

XX
Pre **Presidente APM**

N

Diretor (a) da Unidade Escolar _____

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

Identidade: Identidade:

CPF: **CPF:**

Matéria enviada por Guilherme Navarro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA

NÚCLEO DE CONTABILIDADE

ATO DE AUTORIZAÇÃO RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SONORA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, baseado na Lei Federal nº. 14.133/2021 e em suas alterações, decide:

AUTORIZAR, RATIFICAR E HOMOLOGAR o repasse de contribuição financeira, no valor total de R$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta mil reais), através do Termo de Contribuição que tem por objeto o instrumento contratual, para o repasse de recursos financeiros, a serem efetuados pelo Município diretamente para Maçonaria, no apoio financeiro na realização da 28º cavalgada de sonora e da etapa eliminatória do Rodeio Qualify nos dias (10, 11 e 12.04.2026).

Sonora-MS, 30 de Março de 2026.

_____

MARIA CLARICE EWERLING

PREFEITA MUNICIPAL DE SONORA

Matéria enviada por MARIA ALDERLUCE DE SOUZA CAMPOS

Prefeitura Municipal de Sonora MS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

O MUNICÍPIO DE SONORA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, **TORNA PÚBLICO** o resultado do processo supra citado.

OBJETO: Contratação de empresa, para formalização de Ata de Registro de Preços destinada à aquisição de eletrodomésticos, aparelhos e utensílios domésticos que atenderão às necessidades dos diversos setores da Prefeitura Municipal de Sonora/MS. Visando garantir a melhoria das condições de funcionamento das unidades administrativas, o suporte adequado às atividades operacionais e o atendimento eficiente à população, assegurando padronização, economicidade, continuidade do abastecimento e gestão otimizada dos recursos públicos, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

EMPRESAS VENCEDORAS:

ARPEJO COMUNICAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – R$ 70.420,00 (setenta mil, quatrocentos e vinte reais)

CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA – R$ 106.315,29 (cento e seis mil, trezentos e quinze reais e vinte e nove centavos)

DOMÍNIO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – R$ 1.496,00 (mil, quatrocentos e noventa e seis reais)

MAP COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – R$ 33.548,48 (trinta e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos)

MS CONSTRUÇÃO CIVIL E REPAROS NAVAIS LTDA – R$ 14.787,92 (quatorze mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos)

REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA – R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)

TECNOBLU COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA – R$ 13.793,93 (treze mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e três centavos)

ZFP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA – R$ 20.804,27 (vinte mil, oitocentos e quatro reais e vinte e sete centavos)

VALOR TOTAL: R$ 282.665,89 (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Sonora - MS, 31 de março de 2026.

Aline de Oliveira Alves
Agente de Contratação

Matéria enviada por Ellen Borges dos Santos

NÚCLEO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2021 CELEBRADO EM 18 DE AGOSTO DE 2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2021

PROCESSO Nº 076/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA e o Sr. **FRANCISCO NORONHA ABREU.**

OBJETO: O objeto deste **TERMO** é a **RESCISÃO AMIGÁVEL** AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 002/2021, celebrado entre as partes nominadas.

FUNDAMENTO LEGAL: do inciso VII do Art. 137 da Lei Federal nº 14.333/2021, com as alterações que lhe foram supervenientes.

DATA: Sonora – MS, 27 de março de 2026.

ASSINAM: Maria Clarice Ewerling – Prefeita Municipal e **Francisco Noronha Abreu** Representante legal contratado.

Matéria enviada por ALINE DE OLIVEIRA ALVES

NÚCLEO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2025

O MUNICÍPIO DE SONORA, torna público a anulação do pregão eletrônico nº 024/2025 e PROCESSO LICITATÓRIO nº 063/2025, Contratação exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), assim definidos pelo art. 3º e 18-A, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, para aquisição de equipamento e material permanente para Unidade Básica de Saúde I, Emenda Parlamentar 44200004, em atendimento a Gerência Municipal de Saúde, conforme especificações, quantidades e condições constantes no edital e seus Anexos;

O cancelamento se dá em razão da necessidade de readequação dos itens do processo, após o início da tramitação processual, houve alteração no sistema utilizado para condução dos processos licitatórios, o que ocasionou a paralisação do andamento do processo considerável, bem como pelo fato de que as cotações de preços constantes nos autos encontram-se vencidas, o que compromete a fidedignidade dos valores estimados e a regularidade do certame.

Diante disso, visando atender aos princípios da legalidade, economicidade e eficiência, o processo será oportunamente revisto e, republicado com as devidas adequações.

Esta decisão deve ser comunicada a todos interessados e publicada em meio oficial, conforme determina a legislação, garantindo transparência e publicidade ao ato administrativo.

Sonora - MS, 31 de março de 2026.

Aline de Oliveira Alves

Agente da Contratação

Matéria enviada por ALINE DE OLIVEIRA ALVES

Prefeitura Municipal de Sonora MS

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2026

PROCESSO Nº 006/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA – MS e a empresa **41.782.042 JULIANE CRISTHINA WATHIER.**

OBJETO: Contratação de empresas especializadas, por meio de credenciamento, para a prestação de serviços de conserto, limpeza e revisão em aparelhos e ferramentas de construção civil, sob demanda, destinados a atender às necessidades da Administração Pública Municipal de Sonora/MS, especialmente das gerências e setores que utilizam tais equipamentos em atividades de obras, manutenção predial, serviços urbanos e demais ações operacionais, de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e valores estabelecidos neste Termo e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 71.988,00 (setenta e um mil e novecentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado sucessiva e anualmente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que os preços permaneçam vantajosos para a Administração Pública Municipal, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

DATA: 30/03/2026.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING - Prefeita Municipal e **JULIANE CRISTHINA WATHIER -** Representante legal da Empresa.

Matéria enviada por Milena Gabriela Silva

Prefeitura Municipal de Sonora MS

APOSTILAMENTO N°001 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2026

PROCESSO Nº 141/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

CONTRATADA: 40.371.283 LUANDER ORESTE

OBJETO: Contratação de empresa no ramo pertinente, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para aquisição parcelada de material de expediente e confecção e reparo de carimbos, em atendimento as solicitações das Gerências Municipais, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Edital e seus anexos, propostas de preços e ata do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2025**, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

ASSUNTO: Inclusão de dotação orçamentária.

AMPARO LEGAL: Lei Federal nº14.133/2021, e demais alterações pertinentes.

O presente Apostilamento é para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Solicita-se a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

44 – Fundo Municipal de Assistência Social de Sonora;
027502 – Fundo Municipal de Assistência Social;
08.245.0016-2.181 – Bloco de Proteção Social Básica;
3.3.90.30-16 –– Material de Expediente –– 2.660.0000
Ficha: 350
As demais condições estabelecidas na ARP nº 022/2026, estão mantidas.
Sonora - MS,31 de Março de 2026.
AUTORIZO:

_____
MARIA CLARICE EWERLING
Prefeita Municipal

Matéria enviada por Mariene Rondon Carvalho

Prefeitura Municipal de Sonora MS
APOSTILAMENTO N°001 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2026
PROCESSO Nº 141/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

CONTRATADA: 54.452.817 GABRIELLI BOLONHANI

OBJETO: Contratação de empresa no ramo pertinente, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para aquisição parcelada de material de expediente e confecção e reparo de carimbos, em atendimento as solicitações das Gerências Municipais, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Edital e seus anexos, propostas de preços e ata do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2025**, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

ASSUNTO: Inclusão de dotação orçamentária.

AMPARO LEGAL: Lei Federal nº14.133/2021, e demais alterações pertinentes.

O presente Apostilamento é para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Solicita-se a inclusão das seguintes dotações orçamentárias:

23 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
025503 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
12.365.0013-2.175 – Executar a Manu. das Atividades do Ensino Infantil- Fundeb
3.3.90.30-16 –– Material de Expediente –– 2.543.0000
Ficha: 355
23 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
025503 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
12.361.0012-2.174 – Executar a Manu. das Atividades do Ensino Fundamental- Fundeb
3.3.90.30-16 –– Material de Expediente –– 2.542.0000
Ficha: 352
As demais condições estabelecidas na ARP nº 021/2026, estão mantidas.
Sonora - MS,31 de Março de 2026.
AUTORIZO:

_____
MARIA CLARICE EWERLING
Prefeita Municipal

Matéria enviada por Mariene Rondon Carvalho

Prefeitura Municipal de Sonora MS
APOSTILAMENTO N°001 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2026
PROCESSO Nº 141/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

CONTRATADA: MAP COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa no ramo pertinente, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para aquisição parcelada de material de expediente e confecção e reparo de carimbos, em atendimento as solicitações das Gerências Municipais, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Edital e seus anexos, propostas de preços e ata do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2025**, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

ASSUNTO: Inclusão de dotação orçamentária.

AMPARO LEGAL: Lei Federal nº14.133/2021, e demais alterações pertinentes.

O presente Apostilamento é para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Solicita-se a inclusão das seguintes dotações orçamentárias:

23 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;

025503 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
12.365.0013-2.175 – Executar a Manutenção das Atividades do Ensino Infantil- Fundeb
3.3.90.30-16 –– Material de Expediente –– 2.543.0000
Ficha: 355
23 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
025503 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
12.361.0012-2.174 – Executar a Manu. das Atividades do Ensino Fundamental- Fundeb
3.3.90.30-16 –– Material de Expediente –– 2.542.0000
Ficha: 352
As demais condições estabelecidas na ARP nº 023/2026, estão mantidas.
Sonora - MS,31 de Março de 2026.
AUTORIZO:

_____
MARIA CLARICE EWERLING
Prefeita Municipal

Matéria enviada por Mariene Rondon Carvalho

Prefeitura Municipal de Sonora MS
APOSTILAMENTO N°001 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2026
PROCESSO Nº 141/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

CONTRATADA: ZFP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa no ramo pertinente, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, para aquisição parcelada de material de expediente e confecção e reparo de carimbos, em atendimento as solicitações das Gerências Municipais, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Edital e seus anexos, propostas de preços e ata do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2025**, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

ASSUNTO: Inclusão de dotação orçamentária.

AMPARO LEGAL: Lei Federal nº14.133/2021, e demais alterações pertinentes.

O presente Apostilamento é para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.
Solicita-se a inclusão das seguintes dotações orçamentárias:
23 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
025503 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
12.365.0013-2.175 – Executar a Manu. das Atividades do Ensino Infantil- Fundeb
3.3.90.30-16 –– Material de Expediente –– 2.543.0000
Ficha: 355
23 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
025503 – Fundo de Manu. Desenv. Educação Básica- Fundeb;
12.361.0012-2.174 – Executar a Manu. das Atividades do Ensino Fundamental- Fundeb
3.3.90.30-16 –– Material de Expediente –– 2.542.0000
Ficha: 352
As demais condições estabelecidas na ARP nº 025/2026, estão mantidas.
Sonora - MS,31 de Março de 2026.
AUTORIZO:

_____
MARIA CLARICE EWERLING
Prefeita Municipal

Matéria enviada por Mariene Rondon Carvalho

NÚCLEO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 026/2025
PROCESSO Nº 017/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA, SECRETARIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA J. O. CONCEIÇÃO JUNIOR.

OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA** e **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO,** onde trata-se da contratação exclusiva para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), assim definidos pelo art. 3º e 18-A, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, para prestação de serviços veterinário em atendimento as campanhas de vacinação antirrábica, testes de patologias e para serviços de Inspeção Sanitária Municipal em estabelecimentos que comercializam produtos de origem animal, como

forma de garantir a integração e comprometimento dos diversos segmentos municipais integrantes do mesmo, visando o controle de produtos de origem animal, e na adoção de um conjunto de procedimentos com a finalidade de se obter um produto (carne, leite, ovos, mel e pescado) isento de qualquer risco e/ou perigo higiênico sanitário, em atendimento a Gerência Municipal de Saúde de Sonora - MS. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo e seus anexos.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato será aditivado em 12 (doze) meses, passando de 01/04/2026 para 01/04/2027.

DO VALOR: O valor mensal do Contrato permanecerá **R$ 8.339,97** (oito mil, trezentos e tinta e nove reais e noventa e sete centavos), totalizando no período de 12 meses **R$ 100.079,64** (cem mil e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), passando o total do referido Contrato para **R$ 200.159,78**.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparo da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais alterações pertinentes.

DATA:31 de março 2026.

ASSINAM: Maria Clarice Ewerling - Prefeita Municipal; **Ivana Maria Paião** - Secretária Municipal de Saúde e **Jozino Oliveira Conceição Junior -** Representante Legal da Empresa.

Matéria enviada por JOSIMEIRE VITOR DE BRITO

NÚCLEO DE CONTABILIDADE

ATO DE AUTORIZAÇÃO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SONORA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições, baseado na Lei Federal nº. 14.133/2021 e em suas alterações, decide:

AUTORIZAR, RATIFICAR E HOMOLOGAR o repasse de contribuição financeira no valor total de **R$ 10.500,00** (dez mil e quinhentos reais), conforme cronograma, a ser efetuado pelo Município de Sonora-MS, diretamente para a Fundação Pio XII, destinado ao pagamento de despesas de custeio da entidade.

Sonora-MS, 30 de novembro de 2026.

MARIA CLARICE EWERLING

PREFEITA MUNICIPAL

Matéria enviada por MARIA ALDERLUCE DE SOUZA CAMPOS

NÚCLEO DE CONTABILIDADE

EXTRATO DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO N°: 006/2026

PARTES: A **CONCEDENTE** representada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA-MS**, e a **FUNDAÇÃO PIO XII**, denominada **CONVENENTE.**

OBJETO: O repasse de recursos financeiros, a serem efetuados pela **CONCEDENTE** (Prefeitura Municipal de Sonora), diretamente para a **CONVENENTE** (Fundação Pio XII), destinado ao pagamento de despesas de custeio da entidade em conformidade com a Lei Municipal nº 1.244, de 13 de fevereiro de 2026.

VIGÊNCIA: Este termo terá vigência até 31 de outubro de 2026, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da sua data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, sendo que, a prorrogação de vigência "de ofício" quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa ao atraso na liberação dos recursos, estará limitada ao exato período do atraso verificado.

AMPARO LEGAL: O presente Termo é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pelo disposto na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na lei municipal 1.244 de 13 de fevereiro de 2026 Lei Orçamentária nº 1150/2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

021501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

04.122.0002.2141.0000 – ASSEGURAR EFICIENCIA E FUNCIONAMENTO DAS ATIV. GABINETE

3.3.50.00 – TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUC.

1.500.0000 – FONTE DO RECURSO

VALORES: Para execução do objeto deste Termo o Município repassará para Fundação Pio XII, o total de **R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)** em uma **única parcela**, conforme cronograma de desembolso.

Sonora-MS, 31 de março de 2026.

MARIA CLARICE EWERLING

PREFEITA MUNICIPAL

RHAFAEL DOS SANTOS DRUMOND

COORDENADOR DE ARRECADAÇÃO

Matéria enviada por MARIA ALDERLUCE DE SOUZA CAMPOS

NÚCLEO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 003/2025

Processo Administrativo Originário Nº 011/2024

Pregão Eletrônico Originário N° 001/2025

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba – MG - CISPAR

Processo nº 023/2026 – Município de Sonora - MS

PARTES: MUNICÍPIO DE SONORA e a empresa **DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA.**

OBJETO: Aquisição de Conjuntos de Mobiliário Escolar Infantil, compreendendo Conjuntos Mesa e Cadeira para pré-escola e Conjuntos de Alimentação com 04 (quatro) lugares e Cadeira para Supervisor, destinados ao atendimento das demandas com Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI Osório Valeis, CMEI Luciano Samúrio e CMEI Paulo Henrique Zanin, ambos vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

VALOR TOTAL: R$ 202.240,00 (duzentos e dois mil e duzentos e quarenta reais).

PRAZO: Em consonância ao estabelecido, da Lei 14.133/2021, Art. 84, o prazo de vigência da Ata deRegistro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde quecomprovado o preço vantajoso.

DATA: 31/03/2026.

ASSINAM: MARIA CLARICE EWERLING – Prefeita Municipal e **JOÃO GUSTAVO DA CONCEIÇÃO BUCHUD** – Representante legal da empresa.

Matéria enviada por ALINE DE OLIVEIRA ALVES

Secretaria de Educação

RESOLUÇÃO/SEMED N°01, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

Dispõe sobre a execução da BNCC da Computação nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Sonora/MS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SONORA/MS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1/2022, que institui a Base Nacional Comum Curricular da Computação na Educação Básica;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 001/2026 do Conselho Municipal de Educação de Sonora/MS, que institui a implementação da BNCC da Computação;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar a execução nas unidades escolares; RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes para a execução da BNCC da Computação nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Sonora/MS, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Art. 2º A Computação será desenvolvida:

I – na Educação Infantil, de forma transversal, por meio de atividades lúdicas e integradas aos campos de experiências;

II – no Ensino Fundamental, de forma integrada aos componentes curriculares, com práticas pedagógicas interdisciplinares.

Art. 3º As unidades escolares deverão:

I – adequar o Projeto Político-Pedagógico (PPP);

II – inserir o planejamento da Computação nos planos de ensino;

III – desenvolver projetos pedagógicos alinhados aos eixos da BNCC da Computação;

IV – registrar as práticas pedagógicas desenvolvidas.

Art. 4º Os professores deverão:

I – planejar atividades que desenvolvam o pensamento computacional, cultura digital e mundo digital;

II – utilizar metodologias ativas e recursos tecnológicos disponíveis;

III – participar das formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º A equipe gestora das unidades escolares deverá:

I – acompanhar a implementação da BNCC da Computação;

II – apoiar os professores no planejamento e execução das atividades;

III – garantir a inserção das ações no cotidiano escolar.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação será responsável por:

I – ofertar formação continuada;

II – disponibilizar orientações pedagógicas;

III – acompanhar e monitorar a implementação;

IV – avaliar os resultados obtidos.

Art. 7º A avaliação das aprendizagens ocorrerá de forma contínua e qualitativa, considerando o desenvolvimento das competências previstas na BNCC.

Art. 8º A implementação ocorrerá de forma gradual, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sonora/MS, 01 de abril de 2026.

Josevam Lopes do Nascimento
Secretário Municipal de Educação

Matéria enviada por Valdineia dos Santos Alves

NÚCLEO DE CONTABILIDADE

EXTRATO DE TERMO DE CONTRIBUIÇÃO N°: 005/2026

PARTES: Prefeitura Municipal de Sonora, por intermédio da Gerência Municipal de Educação, Cultura e Lazer e Loja Maçônica Portal Do Sul.

OBJETO: O presente Termo de Contribuição tem por objeto de instrumento contratual, o repasse de recursos financeiros, a serem efetuados pela CONCEDENTE, diretamente para a CONVENENTE, apoio financeiro para a realização da 28º cavalgada de sonora e da etapa eliminatória do Rodeio Qualify nos dias (10, 11 e 12.04.2026), conforme PLANO DE TRABALHO aprovado parte integrante deste TERMO independentemente de transcrição ou de anexação.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contribuição terá início a partir da data de publicação dos seu extrato no meio oficial de publicidade desta administração, até 30 de Junho de 2026.

Este Termo poderá ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de **TERMO DE ADITIVO.**

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, e pela Lei Orçamentária nº 1.230 de 16 de dezembro de 2025 e Lei Municipal 1.247 de 17 de Março 2026 e demais normas legais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

FICHA - 150

15 – Fundo Municipal de Cultura de Sonora -MS.

02.55 – Secretaria Municipal de Educação

13.392.0015-2171 0000 – Apoiar e Incentivar as Atividades Culturais do Município.

3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

1.500.0000 – Fonte

VALOR TOTAL: R$ 250.000,00 R$ (Duzentos e Cinquenta Mil Reais).

Parcela Única.

Sonora-MS, 30 de março de 2026.

JOSEVAM LOPES DO NASCIMENTO

Gerente Mun. de Educação Cultura Lazer

ERIVAN FRANCISCO DA SILVA

Presidente da Loja Maçônica Portal Sul

Matéria enviada por MARIA ALDERLUCE DE SOUZA CAMPOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Prefeitura - Procuradoria Jurídica

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2024;
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024
ÓRGÃO GESTOR: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
FORNECEDORES: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA; PAPELARIA TRIBUTÁRIA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES COMPLETOS E PADRONIZADOS, DESTINADOS AOS ALUNOS ELEGÍVEIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO GABRIEL DO OESTE-MS E AOS PROFESSORES QUE COMPÕEM O QUADRO PEDAGÓGICO, POR MEIO DA ADESÃO (CARONA) À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024, DISPONIBILIZADA PELO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, VIA SISTEMA SIGARP, VISANDO ASSEGURAR A DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE MATERIAIS ESSENCIAIS AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.

AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Diante do requerimento apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, bem como os documentos e justificativas anexados ao processo e com o parecer favorável da Procuradoria Jurídica, que adoto como fundamentos deste ato, **AUTORIZO** a efetivação da adesão à Ata de Registro de Preços n. 011/2024, devidamente prorrogada, realizada pelo **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.378.257/0001-81, para o fim de adquirir kits escolares, pelo preço global de R$ 181.456,62 (Cento e Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais e Sessenta e Dois centavos), tendo como vencedoras as empresas **BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, INSCRITA NO CNPJ DE Nº 79.788.766/0025-0 E PAPELARIA TRIBUTÁRIA, INSCRITA NO CNPJ Nº 09.905.760/0003-00.**

Remeto o processo administrativo à Procuradoria Jurídica para as demais providências.

São Gabriel do Oeste - MS, 31 de março de 2026.

LEOCIR PAULO MONTAGNA
PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por Maria Luísa Link

Prefeitura

Anexo I ao PCA – Plano de Contratação Anual Exercício de 2026

Órgão Municipal: Instituto de Previdência Municipal de São Gabriel do Oeste - MS

ITEM	TIPO MATERIAL/ SERVIÇO	DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO RENOVAÇÃO	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA	VALOR ESTIMADO EXERCICIO (R$)	GRAU PRIORIDADE (ALTA, MÉDIA OU BAIXA)	INÍCIO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO	MÊS DA LICITAÇÃO	MÊS DA CONTRATAÇÃO
1	339030.16	Material de Expediente	Contratação	Dispensa	Manter as atividades da Autarquia	R$ 3.200,00	MEDIA	Janeiro	Fevereiro	Fevereiro
2	339030.01	Combustíveis e lubrificantes	Contratação	Dispensa	Manter as atividades da Autarquia	R$ 6.000,00	ALTA	Janeiro	Janeiro	Janeiro
3	339030.21	Material de Higiene, Limpeza e Descartáveis	Contratação	Dispensa	Manter as atividades da Autarquia	R$ 3.600,00	ALTA	Janeiro	Fevereiro	Fevereiro
4	339039.43	Serviços de energia elétrica	Renovação de contrato	Inexigibilidade	Manter as atividades da Autarquia	R$ 5.250,00	ALTA	Janeiro	Janeiro	Janeiro
5	339040.14	Serviços de telefonia	Renovação de contrato	Inexigibilidade	Manter as atividades da Autarquia	R$ 1.650,00	ALTA	Janeiro	Janeiro	Janeiro
6	339039.44	Serviços de Água e Esgoto	Renovação	Inexigibilidade	Manter as atividades da Autarquia	R$ 1.050,00	ALTA	Janeiro	Janeiro	Janeiro
7	339036.69	Seguro de veiculos automotores	Renovação		Manter as atividades da Autarquia	R$ 2.800,00	BAIXA	Janeiro	Janeiro	Janeiro
8	339039.69	Serviço Manutenção ar condicionado	Contratação	Dispensa	Manter as atividades da Autarquia	R$ 2.000,00	BAIXA	Julho	Setembro	Outubro
9	339036.20	Serviço de Manutenção de Veiculos (peças e serviços)	Contratação	Dispensa	Manter as atividades da Autarquia	R$ 2.400,00	BAIXA	Agosto	Agosto	Agosto
10	339036.25	Serviço de Limpeza e Conservação Predial	Contratação	Pregão Eletrônico	Manter as atividades da Autarquia	R$ 32.000,00	ALTA	Maio	Junho	Julho
11	339040.04	Locação de Impressoras Multifuncionais e Equipamentos	Contratação	Dispensa	Manter as atividades da Autarquia	R$ 16.000,00	ALTA	dez/25	Janeiro	Janeiro
12	339039.10	Locação de Imóveis para instalação da sede da SGO PREV	Renovação de contrato	Dispensa	Instalação da sede administrativa	R$ 21.500,00	ALTA	Janeiro	Janeiro	Fevereiro
13	339035.00	Serviços de consultoria em investimentos	Contratação	Dispensa	Orientação técnica ao Comitê de Investimentos	R$ 30.000,00	BAIXA	Janeiro	Fevereiro	Fevereiro

14	339035.00	Serviços de consultoria especializada em direito previdenciária e regime próprio de previdência	Contratação	Contratação	Orientação técnica aos dirigentes da Previdência	R$ 126.000,00	BAIXA	Janeiro	Fevereiro	Fevereiro
15	339039.11	Serviços de locação de sistemas de gestão pública e contabilidade, com suporte técnico	Renovação de contrato	Direta	Manter as atividades da Autarquia	R$ 45.000,00	ALTA	Fevereiro	Fevereiro	Março
16	339039.56	Serviços de WEB Site da SGOPREV	Contratação	Pregão Presencial	Atender a Transparência Municipal	R$ 8.000,00	MEDIA	Maio	Junho	Julho
17	339035.00	Serviço de Consultoria em contabilidade pública voltada para o regime próprio de previdência	Renovação de contrato	Dispensa	Manter as atividades da Autarquia	R$ 52.000,00	MEDIA	Agosto	Agosto	Setembro
18	339039.99	Serviços de perícia médica	Contratação	Inexigibilidade	Concessão de benefícios previdenciários	R$ 26.000,00	MEDIA	Fevereiro	Março	Março
19	339035.00	Serviço de assessoria e consultoria atuarial	Renovação de contrato	Dispensa	Manter as atividades da Autarquia	R$ 24.000,00	ALTA	Agosto	Agosto	Agosto
20	339035.00	Serviço de assessoria e consultoria alteração do nível do Pró-gestão	Contratação	Dispensa	Orientação técnica aos dirigentes da Previdência	R$ 24.000,00	ALTA	Abril	Abril	Abril
21	339035.00	Serviço de tecnologia DATAPREV	Renovação de contrato	Contratação Direta	Sistema de consulta e acompanhamento de créditos e débitos de compensações previdenciárias	R$ 4.500,00	ALTA	Janeiro	Janeiro	Janeiro
22	449051.80	Serviço de elaboração de estudo e projeto da construção da sede	Contratação	Dispensa	Serviço de elaboração de estudo e projeto da construção da sede	R$ 60.000,00	BAIXA	Julho	Julho	Julho
23	339039.00	Serviço de censo previdenciário	Contratação	Inexigibilidade	Atualização cadastral para alimentação da base de dados	R$ 55.000,00	ALTA	Abril	Abril	Abril
24	339039.00	Certificadora Pró-gestão	Contratação	Inexigibilidade	Exigência do Ministério da Previdência	R$ 15.000,00	ALTA	Junho	Junho	Junho
25	339039.00	Elaboração da ALM	Contratação	Dispensa	Atender requisitos do pró-gestão II	R$ 12.000,00	ALTA	Abril	Abril	Abril

Matéria enviada por Cleo Eduardo Pasquali Junior

Secretaria de Assistência Social

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2026

Objetivo: Em cumprimento ao art. 32, §1º, da Lei Federal nº 13.019/2014 e ao art. 10, §1º, do Decreto Municipal nº 2.566/2021, faz-se publicar o presente **EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026**, para celebração de parceria, por meio de **Termo de Fomento**, entre o **MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS**, e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COMUNIDADE KOLPING SÃO FRANCISCO DE ASSIS – CKSFA**, inscrita no CNPJ nº 00.806.345/0001-37, devidamente credenciada junto ao **Conselho Municipal de Assistência Social** e ao **Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social**.

A parceria tem por finalidade a execução do projeto intitulado "**Força para Superar"**, cujos recursos destinam-se ao **custeio das ações necessárias à ampliação e qualificação das atividades socioeducativas desenvolvidas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).**

A **Comunidade Kolping São Francisco de Assis** possui **reconhecida trajetória de atuação no município na execução de serviços socioassistenciais**, especialmente voltados ao atendimento de **crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**, sendo responsável, há vários anos, pelo desenvolvimento de ações vinculadas ao **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**, atendendo número expressivo de usuários com qualidade, regularidade e resultados positivos.

Ressalta-se que a referida entidade **dispõe de estrutura física adequada, espaços apropriados para atividades coletivas e equipe com experiência comprovada na execução de oficinas socioeducativas**, além de possuir **capacidade técnica e operacional consolidada**, elementos que garantem condições efetivas para a execução do objeto proposto.

Ademais, a organização já desenvolve, de forma contínua, oficinas e atividades voltadas ao desenvolvimento pessoal, social e educacional dos usuários do SCFV, mantendo **vínculo consolidado com o público atendido, suas famílias e a rede socioassistencial do município**, o que favorece a continuidade das ações e a efetividade das estratégias de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Diante desse contexto, verifica-se a **inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil**, considerando a **singularidade do objeto da parceria, a especificidade do serviço ofertado, a experiência institucional acumulada pela entidade, sua capacidade técnica instalada e a disponibilidade de estrutura física apropriada,** características que a qualificam como **a única organização da sociedade civil apta a executar o projeto com a qualidade, continuidade e eficiência exigidas pela política pública de assistência social no município.**

O projeto prevê a **contratação de empresa especializada para a realização de dois cursos profissionalizantes, nas áreas de informática e oratória, ambos com certificação,** visando ao desenvolvimento de **habilidades pessoais, sociais e educacionais dos participantes,** ampliando suas oportunidades de aprendizagem e inclusão social.

Além disso, contempla a **manutenção e qualificação das oficinas já ofertadas**, como **inglês, jiu-jitsu e karatê**, garantindo a continuidade e o aprimoramento das atividades socioeducativas desenvolvidas junto às crianças e adolescentes atendidos.

A execução do projeto contribuirá para o **fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de competências e o estímulo ao protagonismo dos usuários**, em conformidade com a **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, instituída pela **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009**, e com o respectivo **Plano de Trabalho** apresentado pela entidade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A inexigibilidade de chamamento público encontra amparo no **art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014**, com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que dispõe:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica."

VALOR:
R$ 79.999,20 (setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos), **oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS**.

PERÍODO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:
08 (oito) meses, com início em **15 de abril de 2026** e término em **15 de dezembro de 2026.**

Fica concedido o prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da publicação deste extrato, para **impugnação da justificativa constante no processo administrativo**, nos termos do §2º do art. 10 do **Decreto Municipal nº 2.566/2021**.

São Gabriel do Oeste/MS, 31 de março de 2026.

_____

Jefferson Masiaga
Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Agnis Dimeira Schrêiner

Camara Municipal

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N. 06/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representada pelo Presidente Sr. Valdecir Malacarne, torna público para conhecimento de todos a **AUTORIZAÇÃO** do processo de **Inexigibilidade n. 04/2026** para a contratação da empresa especializada UNIÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES DE MATO GROSSO DO SUL inscrita no **CNPJ** N. 01.941.195/0001-37 mediante Processo de inexigibilidade, com base no art. 74, inciso III, "f" da Lei n. 14.133/2021, com intuito de contratação de empresa especializada para realização de capacitação e treinamento de pessoal, que visa atender a Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste.

São Gabriel do Oeste, 31 de março de 2026.

Valdecir Malacarne
Presidente

Matéria enviada por Jane de Oliveira Silva

CAMARA MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE, em conformidade com o art. 75, inciso II, §3º, da Lei Federal n. 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar a contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços de lavagem automotiva completa (exceto motor), incluindo lavagem externa e limpeza interna, com aspiração e higienização de superfícies internas compatíveis, para atendimento sob demanda do veículo utilitário oficial** da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS, **pelo período de 12 (doze) meses**, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste.

Eventuais interessados poderão solicitar o Termo de Referência através do e-mail: compras@camarasgo.ms.gov.br, como também apresentar Proposta de Preço, até o dia **07 de abril de 2026**, através do mesmo e-mail, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta mais vantajosa.

Valor médio total estimado da contratação: **R$ 8.022,57 (oito mil, vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos)**.

São Gabriel do Oeste - MS, 31 de março de 2026.

Valdecir Malacarne - Presidente

Matéria enviada por VÂNDIA MARIA MARCON

Prefeitura Municipal

DECRETO "P" Nº 124/2026

Decreto "P" Nº 124/2026 PMSGO-GAB 31 de março de 2026.

Designar Servidor para Exercício em Jornada Ampliada.

O Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII, do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 028/2007, de 19 de abril de 2007,

Resolve:

Art. 1º. Designar a servidora ***DENISE DALLA ROSA***, matrícula 3728, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Serviço Público - Magistério - 04 horas, na função de Professor Regente dos Anos Iniciais - 20 horas semanais, para exercício em jornada ampliada, com acréscimo de 20 horas semanais, ocasião em que passa a exercer a carga horária de 40 horas semanais, em substituição a Cristina Aparecida Strada Biscalchin, que encontra-se afastada para tratamento de saúde, no período compreendido entre 01/04/2026 e 18/04/2026, com base no Art. 40, III, da Lei Complementar nº 158/2016, de 29/06/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e terá seus efeitos a contar da data de 01/04/2026, revogadas as disposições em contrário.

São Gabriel do Oeste – MS, 31 de março de 2026.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Eliane Aparecida de Oliveira Vieira da Silva

---

Prefeitura Municipal

DECRETO "P" Nº 126/2026

Decreto "P" Nº 126/2026 PMSGO-GAB 31 de março de 2026.

Designar Servidor para Exercício em Jornada Ampliada.

O Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII, do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 028/2007, de 19 de abril de 2007,

Resolve:

Art. 1º. Designar a servidora ***ARIADNE MANSANO NETTO SEVERO***, matrícula 6496, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Serviço Público - Magistério - 04 horas, na função de Professor Regente dos Anos Iniciais - 20 horas semanais, para exercício em jornada ampliada, com acréscimo de 20 horas semanais, ocasião em que passa a exercer a carga horária de 40 horas semanais, em substituição a Cristina Aparecida Strada Biscalchin, que encontra-se afastada para tratamento de saúde, no período compreendido entre 01/04/2026 e 18/04/2026, com base no Art. 40, III, da Lei Complementar nº 158/2016, de 29/06/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e terá seus efeitos a contar da data de 01/04/2026, revogadas as disposições em contrário.

São Gabriel do Oeste – MS, 31 de março de 2026.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Eliane Aparecida de Oliveira Vieira da Silva

---

Prefeitura Municipal

DECRETO "P" Nº 125/2026

Decreto "P" Nº 125/2026 PMSGO-GAB 31 de março de 2026.

Designar Servidor para Exercício em Jornada Ampliada.

O Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII, do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 028/2007, de 19 de abril de 2007,

Resolve:

Art. 1º. Designar a servidora ***ANA PAULA CALEGARI***, matrícula 7419, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Serviço Público - Magistério - 04 horas, na função de Professor Regente dos Anos Iniciais - 20 horas semanais, para exercício em jornada ampliada, com acréscimo de 20 horas semanais, ocasião em que passa a exercer a carga horária de 40 horas semanais, em substituição a Tatiana Moitinho Macedo, que encontra-se afastada para tratamento de saúde, no período compreendido entre 01/04/2026 e 14/05/2026, com base no Art. 40, III, da Lei Complementar nº 158/2016, de 29/06/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e terá seus efeitos a contar da data de 01/04/2026,

revogadas as disposições em contrário.

São Gabriel do Oeste – MS, 31 de março de 2026.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Eliane Aparecida de Oliveira Vieira da Silva

---

Prefeitura Municipal

DECRETO "P" Nº 123/2026

Decreto "P" Nº 123/2026 PMSGO-GAB 31 de março de 2026.

Designar Servidor para Exercício em Jornada Ampliada.

O Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII, do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 028/2007, de 19 de abril de 2007,

Resolve:

Art. 1º. Designar a servidora ***NEUMA BARCELOS FERREIRA***, matrícula 2682, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Serviço Público - Magistério - 04 horas, na função de Professor Regente dos Anos Iniciais - 20 horas semanais, para exercício em jornada ampliada, com acréscimo de 20 horas semanais, ocasião em que passa a exercer a carga horária de 40 horas semanais, em substituição a Eloiza Gabriel Lopes de Melo, que encontra-se em licença maternidade, no período compreendido entre 01/04/2026 e 22/05/2026, com base no Art. 40, III, da Lei Complementar nº 158/2016, de 29/06/2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e terá seus efeitos a contar da data de 01/04/2026, revogadas as disposições em contrário.

São Gabriel do Oeste – MS, 31 de março de 2026.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Eliane Aparecida de Oliveira Vieira da Silva

---

Prefeitura Municipal

DECRETO "P" Nº 122/2026

Decreto "P" Nº 122/2026 PMSGO-GAB 31 de março de 2026.

Revoga Decreto "P"

O Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII, do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 028/2007, de 19 de abril de 2007,

Resolve:

Art. 1º. Revogar o Decreto "P" Nº 064/2026, de 02 de março de 2026, o qual designou a servidora ***MARIA EDIVANEIDE DE LIMA PEREIRA,*** matrícula 6299, para exercício em jornada ampliada.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e terá seus efeitos a contar da data de 01/04/2026, revogadas as disposições em contrário.

São Gabriel do Oeste – MS, 31 de março de 2026.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Eliane Aparecida de Oliveira Vieira da Silva

---

Prefeitura - Procuradoria Jurídica

DECRETO N° 3.800/2026 PMSGO/GAB 31 DE MARÇO DE 2026.

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO PROCURADOR OPERACIONAL – EM ATENDIMENTO ÀS NORMAS ESTABELECIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO DO SUL.

O Prefeito Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VII do Art. 70 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o servidor **CLEO EDUARDO PASQUALI JÚNIOR** - matrícula nº 7286, designado para atuar como Responsável Procurador Operacional – PO, na plataforma OPERAR TCE DIGITAL no Portal Jurisdicionado do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE-MS, em atendimento às orientações estabelecidas pela Resolução nº 149, de 28 de julho de 2021, bem como Resolução TCE-MS nº 266, de 24 de novembro de 2025, e pela Instrução Normativa TCE-MS nº 51, de 5 de fevereiro de 2026.

Parágrafo único: A designação tem por finalidade habilitar servidor para o preenchimento, atualização e validação das informações relativas às emendas parlamentares estaduais e municipais na plataforma TCE- Digital, bem como para o acompanhamento da execução dessas emendas, a emissão da Declaração do Pleno Cumprimento dos Requisitos de Transparência e Rastreabilidade em Emendas Parlamentares e demais atividades correlatas ao planejamento, execução,

monitoramento, avaliação e prestação de contas das emendas parlamentares.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Gabriel do Oeste - MS, 31 de março de 2026.

LEOCIR PAULO MONTAGNA

Prefeito Municipal

Matéria enviada por ANA NÁTHALEN SANTOS DA SILVA

Edital de Notificação N° 009, de 01 de abril de 2026.

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Intima o proprietário que menciona para comparecimento no local citado para tratar assunto do seu interesse.

O Agente de Serviços Públicos, na função de Fiscal de Obras e Posturas, **INTIMA** o(s) proprietário(s) do(s) terreno(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, no Centro de Qualificação da Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, na Rua Bahia, nº 2961, Bairro Amábile Maffissoni, para tomar ciência da(s) Notificação(ões) em observância à disposição do Art. 99º da Lei Complementar nº 185/2017 - Código de Posturas de São Gabriel do Oeste – MS.

Em caso de não comparecimento do proprietário ou do seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação e no 15º (décimo quinto) dia, após a publicação deste Edital, caso o fato gerador não seja sanado, incorrerá no lançamento do auto de infração e da multa.

NOTIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	ENDEREÇO DO IMÓVEL	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
9483/2026	Marivone Maffissoni	Rua Joao Ribeiro Guimaraes 14	76	01	Capão Redondo II
9489/2026	Marivone Maffissoni	Rua Joao Ribeiro Guimaraes 24	76	02	Capão Redondo II
9490/2026	Marivone Maffissoni	Rua Joao Ribeiro Guimaraes 36	76	03	Capão Redondo II
9740/2026	Emilio Guimaraes Loss e outra	Rua Suica 233	03	07	Residencial Rosada
9741/2026	Emilio Guimaraes Loss e outra	Rua Suica 221	03	06	Residencial Rosada
9751/2026	Sergio Allan Seibert	Rua Turquia 185	05	03	Residencial Rosada
9821/2026	Emilio Guimaraes Loss e outra	Rua Estados Unidos 1341	19	04	Residencial Rosada
9827/2026	Antonio Carlos Nunes	Rua Mexico 1329	02	03	Residencial Rosada

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
Evelyn I. B. Pasquali	Fiscal de Obras e Posturas	Matrícula: 4812

São Gabriel do Oeste, 01 de abril de 2026.

Matéria enviada por Ronilson Freitas Brandão

Edital de Notificação N° 010, de 01 de abril de 2026.

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Intima o proprietário que menciona para comparecimento no local citado para tratar assunto do seu interesse.

O Agente de Serviços Públicos, na função de Fiscal de Obras e Posturas, **INTIMA** o(s) proprietário(s) do(s) imóvel(is) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, na Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, na Rua Bahia, nº 2961, Amábile Maffissoni, para tomar ciência do(s) Auto(s) de Infração(ões) em observância à disposição no Artigo 4º e 29 da Lei nº 002/1994 – Código de Obras de São Gabriel do Oeste - MS

Em caso de não comparecimento do contribuinte ou do seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação e no 30º (trigésimo) dia, após a publicação deste Edital, caso o fato gerador não seja sanado, incorrerá no lançamento de multa.

AUTO DE INFRAÇÃO	PROPRIETÁRIO	ENDEREÇO DO IMÓVEL	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
2653/2026	Mizael Miranda da Silva	Rua Jorge Amado 701	42	10	Jardim Alvorada
2659/2026	Daiane Leite da Silva	Rua Fortunato Quintino Zanetti 1064	48	27	Jardim Alvorada

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
Evelyn Iane B. Pasquali	Fiscal de Obras e Posturas	Matrícula: 4612

São Gabriel do Oeste, 01 de abril de 2026.

Matéria enviada por Ronilson Freitas Brandão

Hospital Municipal/Funsaúde

EXTRATO ADITIVO 006.2026 - GONÇALVES SANTANA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 006/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5414/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE PUBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

CONTRATADO: GONÇALVES SANTANA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo tem por fundamento legal o artigo 91 e seguintes da Lei Federal nº 14133/2021.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 017/2025, pelo período de 02 (dois) meses, a contar de seu vencimento.

VALOR: O valor do aditivo ao contrato nº. 017/2025, é no valor de R$ 54.980,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta reais).

ASSINANTES: Luciane Zacarias Martins/ Aieda Moutinho Rocha

DATA DA ASSINATURA: 30 de março de 2026.

Matéria enviada por Francieli Maria Vieira Dessoy

CAMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 04/2025

Processo Administrativo n. 048/2026

Processo Licitatório n. 02/2025

Dispensa n. 01/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE-MS

Contratado: NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 01 de abril de 2026 até 01 de abril de 2027.

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/04/2026 a 01/04/2027, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os demais requisitos legais.

Valor Mensal: R$ 3.633,35 (três mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).

Valor Total: R$ 43.600,20 (quarenta e três mil, seiscentos reais e vinte centavos).

Dotação:

Gestão/Unidade: 01 - Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste

Fonte de Recursos:1.500 - Ordinário

Programa de Trabalho: 2001 – Manutenção das Atividades da Câmara

Elemento de Despesa: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

São Gabriel do Oeste-MS, 31 de março de 2026.

Assinantes:

Valdecir Malacarne – Contratante

Emerson Domingues de Oliveira - Contratada

Matéria enviada por VÂNDIA MARIA MARCON

CAMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 09/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N. 010/2023

PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2023

PARTES: Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste-MS e Pilar & Silva Ltda EPP.

OBJETO: Repactuação do valor mensal do Contrato n. 09/2023, em razão da atualização dos custos de mão de obra decorrente da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, com fundamento nos arts. 40, XI; 55, III; e 65, § 8º da Lei n. 8.666/1993.

VALOR: O valor mensal do serviço contratado passa de passa de **R$ 17.201,58 (dezessete mil duzentos e um reais e cinquenta e oito centavos)** para **R$ 18.502,01** (dezoito mil quinhentos e dois reais e um centavo). O referido reajuste será aplicado no faturamento do mês de março de 2026, retroativo a 01 de janeiro de 2026, data base da categoria.

VALOR TOTAL:R$ 9.103,01 (nove mil cento e três reais e um centavo).

PERCENTUAL DE REAJUSTE: 7,56%.

EFEITOS FINANCEIROS: A partir de 1º de janeiro de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.37.00 – Locação de Mão de Obra.

São Gabriel do Oeste, 31 de março de 2026.

Valdecir Malacarne - Presidente

Matéria enviada por VÂNDIA MARIA MARCON

Porocuradoria Juridica

EXTRATO DO CONTRATO 022/2026 W S SERVIÇOS

CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9308/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DO CREDENCIAMENTO N° 3949/2026

CONTRATO Nº 022/2026

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE - MS

INTERVENIENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIADA: W S SERVICOS MEDICOS LTDA

OBJETO: O presente contrato tem como objeto O CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e jurídicas para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS DE PEDIATRIA, CARDIOLOGIA, CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA, CONSULTA EM CIRURGIA GERAL e REALIZAÇÃO DE PEQUENOS PROCEDIMENTOS, PSIQUIATRIA E NEUROLOGIA/NEUROCIRURGIA, com a finalidade de atender as demandas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SMS

FUNDAMENTAÇÃO: O credenciamento de que trata este CONTRATO obedece ao estabelecido na Lei como situação de inexigibilidade de licitação, com fundamento no caput do art.74 e demais dispositivos aplicáveis, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 3.016/2023

DO VALOR: O valor de total do presente contrato para prestação de serviços pelo período do contrato é estimado em R$ 172.688,00 (cento e setenta e dois mil seiscentos e oitenta e oito reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL (06 MESES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO CONTRATO
06	Consulta Média Ambulatorial – Psiquiatria	600	R$ 287,78	R$ 172.668,00

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato será de 06 (seis) meses meses a partir da data da última assinatura, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e respeitadas as diretrizes do art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e conforme Decreto nº 3.016/2023.

O prazo de execução dos serviços será de 06 (seis) meses acordo com o cronograma de execução, iniciando sua contagem a partir da Ordem de Serviços.

DA DESPESA:

020200	**Fundo Municipal de Saúde**
10.302.0003.2030.0000	Atenção Especializada - MAC
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS –PESSOA FÍSICA

Assinantes: Leocir Paulo Montagna / Katia Lira Adono/ William do Vale Silveira

Data da assinatura: 02 de março de 2026

Matéria enviada por Juliana Barbosa dos Anjos Santana

Diretor geral de compras

Aviso de Anulação P.E 009-2026

Aviso de Anulação de Licitação Pública

Modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2026

A Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que **ANULA a** licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **Menor Preço Por ITEM,** nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, que tem como objeto a **Seleção de proposta mais vantajosa para a administração pública, visando a Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços em saúde multiprofissional, abrangendo atendimentos terapêuticos, clínicos destinados a crianças, adolescentes e adultos com necessidades relacionadas ao neurodesenvolvimento, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de São Gabriel do Oeste-MS,** por interesse da administração pública faz-se necessária a anulação do presente certame, bem como fase preparatória e fase externa, para correções no Termo de Referência e demais documentos para posterior formalização de um novo procedimento licitatório.

e-Sfinge: 71A0F3CA4FFF37712F3992DAADD224D9A8559CA2

idRemessaOnline: 6070375

São Gabriel do Oeste – MS, 31 de Março de 2026.

Ronilso Freitas Brandão-Superintendência de Compras e Licitações

Matéria enviada por Ronilson Freitas Brandão

Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste

PORTARIA N. 027/2026, DE 27 DE MARÇO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor **VALDECIR MALACARNE**, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE:**

Art. 1º Divulgar os dias de feriados e estabelecer os dias de pontos facultativos no ano de 2026, para cumprimento pela Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Parágrafo único. Nas datas fixadas nesta Portaria, os serviços públicos considerados essenciais devem ser garantidos por meio de escalas de serviço ou de plantão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

DATA	EVENTO
02 de abril	Ponto facultativo
03 de abril	Feriado nacional – Paixão de Cristo
20 de abril	Ponto facultativo
21 de abril	Feriado nacional - Tiradentes
01 de maio	Feriado nacional – Dia Mundial do Trabalho
11 de maio	Ponto facultativo
12 de maio	Feriado Municipal – Aniversário da cidade
04 de junho	Feriado nacional – Corpus Christi
05 de junho	Ponto facultativo
07 de setembro	Feriado nacional – Independência do Brasil
28 de setembro	Ponto facultativo
29 de setembro	Feriado municipal – Padroeiro da Cidade
11 de outubro	Feriado estadual – Criação do Estado MS
12 de outubro	Feriado nacional – Nossa Sra. Aparecida
30 de outubro	Ponto facultativo – Dia do Servidor Público (comemoração transferida de 28 de outubro)
02 de novembro	Feriado nacional - Finados
15 de novembro	Feriado nacional – Proclamação da República
20 de novembro	Feriado nacional – Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra
24 de dezembro	Ponto facultativo – Véspera de Natal
25 de dezembro	Feriado nacional – Natal
31 de dezembro	Ponto facultativo – Véspera de Ano Novo

São Gabriel do Oeste, 27 de março de 2026.

VALDECIR MALACARNE

Presidente

Matéria enviada por Fabio Murilo Moura de Arruda

Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste

PORTARIA N. 026/2026, DE 27 DE MARÇO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor **VALDECIR MALACARNE**, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada, a partir do dia 1º de abril de 2026, a concessão do percentual de 20(vinte) por cento de gratificação sobre o vencimento base, para os membros da Equipe de Apoio da Comissão de Licitação. Em conformidade com Lei Complementar nº 315/2025 de 19 de dezembro de 2025, que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e estrutura administrativa da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, e dá outras providências.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

São Gabriel do Oeste, 27 de março de 2026.

VALDECIR MALACARNE

Presidente

Matéria enviada por Fabio Murilo Moura de Arruda

SAAE

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1479/2026

PROCESSO LICITATÓRIO: 009/2026

Modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2026

O Serviço Autônomo De Água e Esgoto de São Gabriel do Oeste - SAAE, em conformidade com o artigo 28, § I da Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados, que a Autarquia Municipal pretende realizar por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **Menor Preço Por ITEM**, a aquisição **materiais hidráulicos**, destinados à manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Gabriel do Oeste/MS, contemplando os itens que restaram fracassados na Licitação nº 058/2025, modalidade Pregão Eletrônico nº 021/2025, bem como outros materiais necessários ao atendimento das demandas operacionais da Autarquia

Fim do cadastramento das propostas 16/04/2026 às 09:00 horas. Início da sessão pública no dia 16/04/2026 às 9hs01min. O edital e o recebimento da proposta estarão disponíveis a partir de 01/04/2026 sendo a sessão pública online realizada às **9hs01min, horário de Brasília no dia 16/04/2026, com abertura no portal www.portaldecompraspublicas. com.br**

Edital e anexos contendo as especificações do objeto a ser contratado e demais informações constarão no sitio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Demais informações poderão ser obtidas no Setor De Compras do SAAE, telefone (67)3295-1191; (67) 99679-2634 ou pelo e-mail compras@saaesaogabriel.ms.gov.br e no sítio eletrônico do SAAE www.saaesaogabriel.ms.gov.br.

E-SFINGE: ***D184F416E62EDF50F3AD72DB7FF19BC13E23ED54***

IDPROCESSO*: 6393656*

JULIA FERNANDA BORTOLINI

Presidente da Autarquia

Matéria enviada por Reylla Nayara Pereira Nogueira

Porocuradoria Juridica

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - TERMO DE APOSTILAMENTO 004/2026 MARKIZE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 020/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 35150/2024

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 581/2024

CONTRATO Nº 303/2024

CONTRATADA: MARKIZE ENGENHARIA LTDA.

Objeto: REVITALIZAÇÃO DO CENTRO POLIESPORTIVO JOÃO ROBERTO ROSSONI.

Ref.: Prorrogação Automática do Prazo de vigência e execução.

Segundo Termo de Apostilamento ao Contrato 303/2024, firmado entre o Município de São Gabriel do Oeste e a Empresa Markize Engenharia Ltda.

I – OBJETO

O presente instrumento tem por objeto registrar a prorrogação do prazo de vigência do contrato em epígrafe pelo período de 90 (dias) mês, a contar de seu encerramento.

II – FUNDAMENTAÇAO LEGAL

O presente termo de apostilamento tem por fundamento o artigo 111, *caput*, 115, §5° e 136, *caput*, todos da Lei federal 14.133/2021, bem como a cláusula segunda do contrato 303/2024.

Publique-se. Intime-se.

São Gabriel do Oeste – MS, 29 de fevereiro de 2026.

Leocir Paulo Montagna

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Juliana Barbosa

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO EXERCÍCIO 2025
CÂMARA MUNCIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE -MS
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2025

1 – Contexto Operacional

1.1 A Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 33.730.490/0001-30, situada em São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul, na Av. Juscelino Kubitscheck, 953, teve suas atividades iniciadas com a implantação da primeira legislatura em 1º de fevereiro de 1983, com prazo indeterminado, hoje com sede própria e dispondo de 11(onze) Vereadores em seu quadro de agentes políticos.

1.2 As atividades do Poder Legislativo são exercidas pela Câmara Municipal, que tem as funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo e de julgamento político-administrativo, e estão de conformidade com a Resolução 263, de 22 de dezembro de 2015. As atividades operacionais do Legislativo durante o exercício de 2025 estão amparadas pela Lei n. 1.335 de 17 de julho de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei n. 1.347 de 18 de dezembro de 2024 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei n. 1.232 de 20 de dezembro de 2021 – Plano Plurianual (PPA) 2022/2025, sendo responsável pela gestão dos assuntos de sua economia interna.

1.3 A divulgação das informações à sociedade está disponível no portal: www.camarasgo.ms.gov.br/ ou http://sip.saogabriel.ms.gov.br:8086/Transparenciacm/.

1.4 Parar gerir seu orçamento, o Legislativo depende do Executivo para recebimento de recursos, com repasses mensais de numerário denominado duodécimo, este valor é definido na Lei Orçamentária Anual, e o valor não utilizado será devolvido ao executivo no final do exercício financeiro.

2 – Base de Preparação

2.1 As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16) e a Resolução TCE/MS n. 273 de 18 de dezembro de 2025 e atualizações.

2.2 Os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial foram extraídos do Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI9, fazendo parte das demonstrações os - Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Notas Explicativas (NE).

Declaramos que as informações aqui apresentadas refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta entidade pública, de acordo com os registros contábeis e documentos que lhes deram origem.

Valdecir Malacarne	**Ramão Gomes Barbosa**	**Jessyka Garcia Araújo Miranda**
Presidente	Primeiro Secretário	Contadora CRC/MS 012672-O-8

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 1

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	8.948.971,77	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	8.948.971,77	0,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.635.158,11	8.504.712,22	8.504.712,22	8.300.601,52	8.300.601,52	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.399.450,10	5.719.440,60	5.719.440,60	5.631.534,37	5.631.534,37	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.235.708,01	2.785.271,62	2.785.271,62	2.669.067,15	2.669.067,15	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	1.521.576,02	444.259,55	444.259,55	349.584,17	349.584,17	0,00
INVESTIMENTOS	1.521.576,02	444.259,55	444.259,55	349.584,17	349.584,17	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	12.156.734,13	8.948.971,77	8.948.971,77	8.650.185,69	8.650.185,69	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	12.156.734,13	8.948.971,77	8.948.971,77	8.650.185,69	8.650.185,69	0,00
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	12.156.734,13	8.948.971,77	8.948.971,77	8.650.185,69	8.650.185,69	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	124.736,71	204.110,70	123.918,67	123.918,67	818,04	204.110,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.360,68	87.906,23	26.360,68	26.360,68	0,00	87.906,23
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	98.376,03	116.204,47	97.557,99	97.557,99	818,04	116.204,47
DESPESAS DE CAPITAL	811.493,44	94.675,38	786.175,00	786.175,00	25.318,44	94.675,38
INVESTIMENTOS	811.493,44	94.675,38	786.175,00	786.175,00	25.318,44	94.675,38
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	936.230,15	298.786,08	910.093,67	910.093,67	26.136,48	298.786,08

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(C)	(d)	JAN A DEZ 2025
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA EXPLICATIVA

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Nota 01. – Legislação aplicada:

a) Lei n. 1.335 de 17 de julho de 2024 – *Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO),*

b) Lei n. 1.347 de 18 de dezembro de 2024 – *Lei Orçamentária Anual (LOA),*

c) *Lei n. 1.232 de 20 de dezembro de 2021 – Plano Plurianual 2022 (PPA),*

Nota 02. – Regime Orçamentário

O regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação.

Nota 03. – Período do exercício financeiro

Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2025, coincidindo, por disposição legal conforme art. 34, da Lei n. 4320/64, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, com utilização de moeda corrente nacional em Real, sem arredondamentos.

Nota 04. – Receitas Orçamentárias

O Legislativo não possui receitas, por não ser um agente arrecadador, apenas recebe transferências financeiras através de repasses mensais de duodécimo, em conformidade com o Art. 29-A da Constituição Federal Inciso I, referente a 7% do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

O balanço orçamentário representa o saldo da dotação inicial das despesas orçamentárias, que são utilizadas para a manutenção dos serviços internos e pagamento de pessoal da entidade, bem como a devolução do valor orçamentário não utilizado, que retornará ao Executivo.

Para o Legislativo o demonstrativo Anexo 12 - Balanço Orçamentário sempre apresentará déficit orçamentário, no exercício de 2025 evidenciou o valor de R$ 8.948.971,77.

Nota 05. – Despesas Orçamentárias

A despesa orçamentária do Legislativo foi fixada em R$ 12.156.734,13, de acordo com a Lei n. 1.347 de 18 de dezembro de 2024.

A dotação atualizada do Legislativo ficou em R$ 8.948.971,77, conciliando-se com o Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada e as despesas orçamentárias no Anexo 13 – Balanço Financeiro.

Quadro das Despesas Orçamentárias:

Tabela 1	
Dotação Inicial/ Fixada	12.156,734,13
(+) Suplementação	925.393,23
(-) Anulações	-4.133.155,59

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA EXPLICATIVA	
Dotação Atualizada	8.948.971,77

a) Do valor empenhado, houve liquidação do valor de R$ 8.650.185,69, e

b) Houve pagamento no valor de R$ 8.650,185,69.

Anulou-se o valor de R$ 4.133.155,59, relativos à diferença entre os valores fixados com os empenhados, os quais foram devolvidos ao Executivo, através dos Decretos n. 3652 de 08 de outubro de 2025, n. 3728 de 18 de dezembro de 2025 e n. 3731 de 23 de dezembro de 2025, ao qual o executivo suplementou em seu orçamento.

Nota 06. – Dos Restos a Pagar Não Processados e Processados

A diferença entre os valores empenhados, liquidados e pagos será considerada como saldo de Restos a Pagar, subdividido em restos a pagar não processados (ainda não houve a entrega do bem ou serviço) ou processados quando houve a liquidação (entrega do bem ou serviço):

a) Restos a Pagar não processados inscritos em 2023 no valor de R$ 20.148,00 e 2024 no valor de R$ 916.082,15 totalizando R$ 936.230,15, tendo sido liquidado e pago em 2025 o valor de R$ 910.093,67, e cancelado o valor de R$ 26.136,48, conciliando-se com os Anexos 13 – Balanço Financeiro e 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

b) Restos a Pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de 2025, no valor de 298.786,08, conciliando-se com os anexos 13 – Balanço Financeiro e 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - MCASP

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		**0,00**	**0,00**
RECURSOS NÃO VINCULADOS		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		**13.082.127,36**	**12.156.734,07**
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	07	13.082.127,36	12.156.734,07
REPASSE RECEBIDO	07	13.082.127,36	12.156.734,07
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		**2.394.682,20**	**2.296.985,03**
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	08	298.786,08	916.082,15
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	08	298.786,08	916.082,15
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	09	2.053.242,41	1.347.092,86
RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES	09	0,00	1.487,19
PENSAO ALIMENTICIA	09	9.108,00	28.678,00
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	09	67.687,43	45.479,75
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	09	228.424,90	173.730,58
OUTROS CONSIGNATARIOS	09	0,00	188.508,50
DEPOSITOS DE TERCEIROS	09	888,59	0,00
OUTROS DEPOSITOS	09	207.378,21	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	09	266.437,27	186.199,60
ISS	09	47.436,08	24.234,34
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	09	340.153,36	231.742,09
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	09	885.728,57	455.319,62
DEPOSITOS JUDICIAIS	09	0,00	11.713,19
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	10	42.653,71	33.810,02
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	10	32.952,79	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	10	9.700,92	31.853,88
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	10	0,00	1.956,14
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		**961.478,28**	**142.830,30**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)	11	961.478,28	142.830,30
CONTA ÚNICA	11	944.548,04	142.826,49
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	11	16.930,24	3,81
TOTAL		**16.438.287,84**	**14.596.549,40**

DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		**8.948.971,77**	**7.079.974,20**
RECURSOS NÃO VINCULADOS	12	8.948.971,77	7.079.974,20
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		**4.168.373,74**	**5.074.228,21**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	13	4.168.373,74	5.074.228,21
REPASSE DUODÉCIMO CÂMARA MUNICIPAL	13	4.168.373,74	5.074.228,21
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		**2.995.376,20**	**1.480.868,71**
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	14	910.093,67	116.132,30
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	14	910.093,67	108.658,97
RP PROCESSADOS PAGOS		0,00	7.473,33
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	15	2.042.628,82	1.330.926,40
RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES	15	0,00	1.487,19
PENSAO ALIMENTICIA	15	9.108,00	28.678,00
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	15	67.687,43	45.479,75
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	15	228.424,90	173.730,58
OUTROS CONSIGNATARIOS	15	0,00	188.508,50
DEPOSITOS DE TERCEIROS	15	888,59	0,00
OUTROS DEPOSITOS	15	207.378,21	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	15	266.437,27	186.199,60
ISS	15	47.436,08	24.234,34
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	15	330.706,26	215.575,63
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	15	884.562,08	455.319,62
DEPOSITOS JUDICIAIS	15	0,00	11.713,19
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	16	42.653,71	33.810,01
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	16	32.952,79	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS	16	9.700,92	31.853,88
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	16	0,00	1.956,13
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		**325.566,13**	**961.478,28**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)	17	325.566,13	961.478,28
CONTA ÚNICA	17	298.786,08	944.548,04
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	17	26.780,05	16.930,24
TOTAL		**16.438.287,84**	**14.596.549,40**

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - MCASP

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA

O Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Nota 07. - Receita Orçamentária - Transferências Financeiras Recebidas

No Exercício 2025 houve recebimento no valor de R$ 13.082.127,36, e no Exercício 2024 no valor de R$ 12.156.734,07, conciliando-se com o Anexo 15 – Demonstrações das Variações Patrimoniais, sendo verificado um aumento de aproximadamente 7,612% no valor do repasse, de 2024 para 2025.

Nota 08. - Recebimentos Extraorçamentários – Inscrições de Restos a Pagar

a) **Restos a Pagar não processados** conforme descrito na Nota Explicativa n. 06 alínea "*b*"

Tabela 2

Restos a Pagar Não Processados

Data de Emissão	Número do Empenho	Fornecedores	Natureza de Despesa	Valor
16/01/25	11	OITENTA VINTE MARKETING LTDA	3.3.90.39.90	5.632,00
14/0225	82	STILO SEGURANCA LTDA	3.3.90.37.03	17.021,20
25/02/25	105	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	3.3.90.39.83	1.467,22
07/04/25	178	SIMPA ASSESSORIA & PLANEJAMENTO LTDA	3.3.90.35.01	11.300,00
07/04/25	179	R3GED GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA	3.3.90.40.06	6.943,54
07/04/25	180	NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁT	3.3.90.40.14	3.500,00

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA				
24/04/25	194	AREA9 TECNOLOGIA LTDA	3.3.90.40.06	1.166,34
19/05/25	247	STILO SEGURANCA LTDA	3.3.90.37.03	2.705,70
20/05/25	252	PUBLICA BRASIL LTDA	3.3.90.40.05	450,00
11/06/25	326	M.C.A CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	4.4.90.51.91	84.740,92
01/08/25	393	PILAR & SILVA LTDA - ME	3.3.90.37.02	17.201,58
04/08/25	394	SETTE ASSESSORIAS TECNICAS E AUDITORI	3.3.90.35.01	12.600,00
13/08/25	419	ENGELUGA ENGENHARIA EIRELI	3.3.90.39.05	18.000,00
18/08/25	430	LAMPER DIGITALIZACAO E SISTEMAS LTDA	3.3.90.40.06	11.052,56
02/10/25	524	DESTAK NET LTDA	3.3.90.40.07	199,90
14/11/25	589	CLARO S.A.	3.3.90.40.14	4.068,00
26/11/26	617	M.C.A CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	4.4.90.51.91	9.934,46
16/12/25	650	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA	3.1.90.13.02	43.435,41
16/12/25	656	FOLHA SUBSÍDIO VEREADORES	3.1.90.11.45	36.300,00
17/12/25	658	FOLHA FUNCIONÁRIOS - FÉRIAS	3.1.90.11.45	1.010,82
17/12/25	659	FOLHA FUNCIONÁRIOS - FÉRIAS	3.1.90.11.45	3.032,47
17/12/25	660	FOLHA FUNCIONÁRIOS - FÉRIAS	3.1.90.11.45	2.021,65
17/12/25	661	FOLHA FUNCIONÁRIOS - FÉRIAS	3.1.90.11.45	2.105,88
18/12/25	664	SEGUROS SURA S.A.	3.3.90.39.69	1.845,01
23/12/25	665	GENTE SEGURADORA SA	3.3.90.39.69	1.051,42
Total				298.786,08

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA

Nota 9. - Recebimentos Extraorçamentários – Depósitos restituíveis e Valores vinculados

Valores financeiros recebidos em caráter temporário, que não se submetem ao processo de execução orçamentária, do qual a Câmara é mero agente depositário. Sua origem é de consignações de folhas de pagamento, retenções tributárias e outros. Sua movimentação não se sujeita a autorização do Poder Legislativo, conciliando-se com os valores do anexo 17, assim distribuídos:

Tabela 3		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Especificação	31/12/2025	31/12/2024
RESSARCIMENTO E RESTITUIÇÕES	0,00	1.487,19
(+) Devolução de diária	0,00	1.438,64
(+) Ressarcimento de encargos de faturas pagas fora do prazo	0,00	48,55
PENSAO ALIMENTICIA – CAMARA	9.108,00	28.678,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	67.687,43	45.479,75
CASSEMS	67.687,43	41.971,94
UNIMED	0,00	3.507,81
RETENÇÕES – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	228.424,90	173.730,58
(+) Caixa Econômica Federal	0,00	90.437,84
(+) Sicredi (Câmara)	185.218,20	83.292,74
(+) Banco do Brasil	43.206,70	0,00
OUTROS CONSIGNATARIOS(1)	0,00	188.508,50
Rendimentos de aplicação financeira	0,00	188.508,50
DEPÓSITO DE TERCEIROS	888,59	
(+) Juros Acordo Extra Judicial	799,73	0,00

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA		
(+) Ressarcimento de encargos de Impostos pagos fora do prazo	88,86	0,00
OUTROS DEPÓSITOS(¹)	207.378,21	
Rendimentos de aplicação financeira	207.378,21	
RPPS – Retenções Sobre Vencimentos e Vantagens	266.437,27	186.199,60
ISS	47.436,08	24.234,34
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	340.153,36	231.742,09
(+) INSS Folha de Pagamento	262.255,24	196.576,92
(+) INSS Pessoa Jurídica	77.898,12	35.165,17
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	885.728,57	455.319,62
(+) I.R.R.F Folha de Pagamento	825.051,94	433.909,43
(+) I.R.R.F. Pessoa Jurídica(²)	60.676,63	21.410,19
DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	11.713,19
Total	2.053.242,41	1.347.092,86

(¹)Saldo de Rendimentos de aplicação financeira, dos valores depositados nos bancos, e saldo devolvido aos cofres do executivo no final do exercício.

(²)Conta usada para retenção do IRPJ, em substituição ao IRRF, conforme IN SRF n. 2145/2023.

A contabilização das retenções para fins orçamentários, o Legislativo adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro.

Nota 10. - Recebimentos Extraorçamentários – Outros Recebimentos Extraorçamentários

Tabela 4		
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
Especificação	31/12/2025	31/12/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA		
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO DOENÇA E ACIDENTES PAGOS (UNIMED)	9.700,92	31.853,88
(+) UNIMED	9.700,92	31.853,88
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	32.952,79	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	0,00	1.956,14
(+) INSS PJ a compensar	0,00	1.763,95
(+) IRPJ a compensar	0,00	192,19
Total	42.653,71	33.810,02

Nota 11. – Saldo do Exercício Anterior - Caixa e equivalente de Caixa

Valores não devolvidos à Prefeitura Municipal, compondo o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa para suporte do passivo financeiro dos valores inscritos em restos a pagar no exercício anterior e depósitos e consignações, constantes do Anexo 17 – Demonstrações da Dívida Flutuante.

Trata-se dos saldos das contas bancárias composto por:

Tabela 5		
Saldo do Exercício Anterior - Caixa e equivalente de Caixa		
Especificação	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil – Ag. 2620 - Receita 1.500	944.548,04	142.826,49
Banco do Brasil – Ag. 2620 - Receita 1.869	16.166,46	0,00
Caixa Econômica Federal - Ag. 3736	763,78	3,81
Total	961.478,28	142.830,30

Nota 12. – Despesas Orçamentária – Recursos do Tesouro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA

No exercício de 2025 foi empenhado o valor de R$ 8.948.971,77 e no exercício de 2024 o valor de R$ 7.079.974,20, de acordo com o Anexo 11 – Comparativo da Despesa Fixada com a Realizada e os valores informados no Anexo 12 – Balanço Orçamentário, demonstrando um aumento de aproximadamente 26,39% nas despesas empenhas em comparação com o exercício anterior, distribuídos nos seguintes elementos de despesa:

Tabela 6			
Despesas Orçamentária			
Elemento de Despesa	Especificação	2025	2024
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.831.734,61	3.783.056,85
13	Obrigações Patronais	887.705,99	632.164,49
94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00
8	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	62.969,22	20.058,36
14	Diárias – Civil	302.217,16	225.404,06
30	Material de Consumo	56.361,66	43.419,16
33	Passagens e Despesas Com Locomoção	16.313,67	13.724,62
35	Serviços de Consultoria	192.369,54	128.170,11
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	8.450,00
37	Locação de Mão-De-Obra	411.217,96	317.721,54
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.166.317,51	704.073,22
40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	323.748,94	219.744,52
46	Auxílio-Alimentação	215.624,77	147.938,11
47	Obrigações Tributárias E Contributivas	0,00	131,34
93	Indenizações e Restituições	38.131,19	8.164,70

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA			
51	Obras e Instalações	128.120,39	750.000,00
52	Equipamentos e Material Permanente	316.139,16	77.753,12
Total		8.948.971,77	7.079.974,20

Nota 13. – Transferências Financeiras Concedidas – Repasse Duodécimo da Câmara

Refere-se à devolução de Duodécimo à Prefeitura Municipal, relativos ao saldo não utilizado na execução financeira e valores de restos a pagar cancelados no exercício, provenientes de economia na gestão de recursos financeiros do exercício. No exercício de 2025 foi efetuado uma devolução no valor de R$ 4.168.373,74 e no exercício de 2024 o valor de R$ 5.074.228,21, proporcionando uma diminuição aproximada de 17,85% na devolução.

Nota 14. – Pagamento Extraorçamentários - Pagamentos de Restos a Pagar

a) **Restos a Pagar não Processados:** conforme descrito na Nota Explicativa n. 06 alínea "a"

Tabela 7			
Pagamento Extraorçamentários – Restos a Pagar Não Processados			
Empenho	Data de Emissão	Fornecedor	Valor
12	02/01/2023	TELEFONICA BRASIL S.A	16.735,68
429	25/10/2023	TELEFONICA BRASIL S.A	2.789,28
2	02/01/2024	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	1.300,00
41	29/01/2024	LXTEC INFORMATICA EIRELI	640,00
52	02/02/2024	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	1.399,62
56	05/02/2024	BERTONCELLI SOLUCÕES AMBIENTAIS LTDA	647,00
108	01/03/2024	W3 TECNOLOGIA LTDA	793,10
131	15/03/2024	SIMPA ASSESSORIA & PLANEJAMENTO LTDA	10.780,34
164	01/04/2024	R3GED GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA	6.500,00

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA			
407	01/08/2024	PILAR & SILVA LTDA - ME	16.035,78
425	16/08/2024	LAMPER DIGITALIZACAO E SISTEMAS LTDA	10.535,28
452	09/09/2024	ALFA SISTEMA DE SEGURANCA ELETRONICA	605,38
476	01/10/2024	DESTAK NET LTDA	199,90
541	13/11/2024	TECHX INFORMATICA LTDA	15.690,00
562	22/11/2024	CLARO S.A	4.457,28
586	05/12/2024	VINICIUS GOMES DE OLIVEIRA	9.925,00
593	11/12/2024	PERSIANAS NOBLEX LTDA.	20.485,00
617	20/12/2024	ROSANGELA DE ALMEIDA ME	4.816,00
618	20/12/2024	RENAN MONTEIRO TEIXEIRA 00864079109	3.608,00
620	23/12/2024	GENTE SEGURADORA AS	609,75
621	23/12/2024	GESSTORHA SEGURANCA E SAUDE DO TRAB	3.705,00
624	24/12/2024	ALIANCA DO BRASIL SEGUROS S/A	1.475,60
625	24/12/2024	M.C.A CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	750.000,00
626	26/12/2024	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCI	26.360,68
Total			910.093,67

Nota 15. – Pagamento Extraorçamentários – Depósitos restituíveis e valores vinculados

O valor de R$ 2.042.628,82 corresponde à restituição ou entrega de valores em contrapartida aos recebimentos a título de receita extraorçamentária - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - que não integram o orçamento e cujos valores foram recebidos (detalhamento na Nota Explicativa n. 9) e repassados aos destinatários.

Cumpri salientar que permaneceu saldo a ser pago no exercício seguinte, na importância de R$ 26.780,05, referente as retenções de dezembro de 2025 de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF, conciliando-se com os valores do anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA

Nota 16. – Pagamento Extraorçamentários – Outros Pagamentos Extraorçamentários

O valor de R$ 42.653,71 refere-se aos dispêndios correspondentes as entradas de recursos que foram concedidas de forma temporária, não fazendo parte do orçamento, que foram integralmente recebidas dentro do exercício financeiro de 2025 para fazer frente aos outros pagamentos extraorçamentários, conforme detalhamento na Nota Explicativa n. 10.

Nota 17. – Saldos p/o Exercício Seguinte – Bancos Contas Movimento

O Saldo de R$ 325.566,13, corresponde ao valor da disponibilidade financeira não devolvida à Prefeitura Municipal, para suporte do Passivo Financeiro nos valores inscritos em Restos a Pagar e Depósitos e Consignações, constantes do Anexo 17 – Demonstrações da Dívida Flutuante, e está de acordo com o saldo do Anexo 14 – Balanço Patrimonial no Caixa e equivalentes caixa e do Anexo 18 – Demonstração do Fluxo de Caixa como Caixa e Equivalentes de Caixa Final, demonstrando que os anexos encontram-se conciliados, sendo assim distribuído:

Tabela 8

Relação dos Saldos Bancários

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil – Ag. 2620-4 Conta 5141-1	325.566,13	951.632,83
Banco do Brasil – Ag. 2620-4 Conta 5141-1 (Débito pendente em conciliação)	0,00	9.081,67
Caixa Econômica Federal - Ag. 3736 Conta 00000013-1	0,00	763,78
Total	325.566,13	961.478,28

O valor do saldo bancário em 31 de dezembro de 2024 foi no montante de R$ 952.396,61, entretanto, o saldo contábil registrou o valor de R$ 961.478,28 havendo, portanto, uma divergência de R$ 9.081,67.

Referida diferença decorre do pagamento indevido do IPVA de um veículo de terceiro, realizado pela Câmara Municipal no exercício de 2022.

O valor permaneceu em conciliação até que a origem do débito fosse confirmada e o acordo de restituição formalizado, o que ocorreu em 13 de janeiro de 2025, mediante assinatura da devedora e respectivo reconhecimento em cartório.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 13 - Balanço Financeiro

NOTA EXPLICATIVA

Tais informações foram ratificadas por meio de acordo extrajudicial, conforme o Processo Administrativo nº 125/2024. O débito foi parcelado em quatro parcelas, atualizadas monetariamente pelo IPCA (conforme Nota Explicativa nº 09). Cumpre salientar, que o montante restituído pela devedora foi devidamente repassado à Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste/MS (conforme Nota Explicativa nº 25).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 1

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE			**352.986,68**	**978.158,55**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			**325.566,13**	**961.478,28**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL			**325.566,13**	**961.478,28**
CONTA ÚNICA	18	F	298.786,08	944.548,04
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	18	F	26.780,05	16.930,24
ESTOQUES			**27.195,91**	**16.382,44**
ALMOXARIFADO			**27.195,91**	**16.382,44**
MATERIAL DE CONSUMO	19	P	9.359,26	7.083,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	19	P	11.830,69	2.653,61
MATERIAL DE EXPEDIENTE	19	P	6.005,96	6.645,83
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			**224,64**	**297,83**
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR			**0,00**	**104,47**
VPD Paga Antecipadamente -Outros Prêmios de Seguros a Apropriar	20	P	0,00	104,47
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR			**224,64**	**193,36**
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	20	P	224,64	193,36
ATIVO NÃO CIRCULANTE			**3.521.594,58**	**2.508.321,24**
IMOBILIZADO			**3.521.594,58**	**2.508.321,24**
BENS MOVEIS			**1.152.977,79**	**800.663,63**
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	21	P	175.769,81	164.363,40
BENS DE INFORMÁTICA	21	P	233.157,55	182.543,64
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	21	P	429.011,97	408.426,97
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	21	P	47.438,46	37.729,62
VEÍCULOS	21	P	267.600,00	7.600,00
BENS IMÓVEIS			**3.464.934,33**	**2.681.489,32**
BENS DE USO ESPECIAL	21	P	2.681.489,32	2.681.489,32
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	21	P	783.445,01	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS			**-1.096.317,54**	**-973.831,71**
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	21	P	-281.572,27	-228.216,40
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	21	P	-814.745,27	-745.615,31
TOTAL			**3.874.581,26**	**3.486.479,79**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Nota		Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE			**189.374,39**	**73.145,89**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			**162.594,34**	**56.979,43**
PESSOAL A PAGAR			**162.594,34**	**56.979,43**
PESSOAL A PAGAR		F	44.470,82	0,00
PESSOAL A PAGAR	22	P	118.123,52	56.979,43
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			**26.780,05**	**16.166,46**
VALORES RESTITUÍVEIS			**26.780,05**	**16.166,46**
CONSIGNAÇÕES	23	F	26.780,05	16.166,46
TOTAL PASSIVO			**189.374,39**	**73.145,89**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO		**3.685.206,87**	**3.413.333,90**
RESULTADOS ACUMULADOS		**3.685.206,87**	**3.413.333,90**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		**3.685.206,87**	**3.413.333,90**
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	24	271.872,97	749.469,58
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.413.333,90	2.652.821,30
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	11.043,02
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.685.206,87**	**3.413.333,90**
TOTAL		**3.874.581,26**	**3.486.479,79**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 2

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	25	325.566,13	961.478,28	PASSIVO FINANCEIRO (71.250,87)+RP não Proc.(254.315,26)	25	325.566,13	952.396,61
ATIVO PERMANENTE	26	3.549.015,13	2.525.001,51	PASSIVO PERMANENTE	26	118.123,52	56.979,43
				SALDO PATRIMONIAL		3.430.891,61	2.477.103,75

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025)

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (811xxx e 8944201)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				ATOS POTENCIAIS PASSIVO		**2.851.510,69**	**3.844.258,27**
				OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	27	2.851.510,69	3.844.258,27
				TOTAL		**2.851.510,69**	**3.844.258,27**

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade Pública por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação conforme as definições do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

O ativo e passivo são compostos por circulante e não circulante. A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como retenções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução dos recursos.

Nota 18. – Caixa e Equivalentes de Caixa

São os valores constantes nas contas de banco lançadas pelo valor original, as aplicações financeiras são mensuradas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial, com os rendimentos devolvidos ao Executivo antes do final do exercício civil. No exercício atual o saldo foi de R$ 325.566,13 e no exercício anterior de R$ 961.478,28, conforme detalhado na Nota Explicativa n. 17.

Nota 19. – Estoques

Os estoques constituem os bens adquiridos e recebidos pelo almoxarifado, cujos valores de custo incluem todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição e o método de mensuração utilizado é o custo médio ponderado, conforme inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/1964.

Os saldos dos estoques de 2025, representam o saldo de material de consumo, tais como: material de expediente, material de higienização e limpeza, material de copa e cozinha e gêneros de alimentação, necessários para o desenvolvimento das atividades administrativas. O ente possui Setor de Compras e sistema com controle de itens, o saldo está em conformidade com o termo de conferencia do almoxarifado, distribuído da seguinte forma:

Tabela 09

Estoques - Almoxarifado

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Material de Consumo	9.359,26	7.083,00
Gêneros de Alimentícios	11.830,69	2.653,61
Material de Expediente	6.005,96	6.645,83
Total	27.195,91	16.382,44

Nota 20. – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

Compreende os valores pagos antecipadamente, registrados pelo valor efetivamente pago e cujos benefícios ou prestação de serviços a entidade ocorrerão no futuro, com reconhecimento no resultado à medida que os benefícios forem obtidos , ou seja o reconhecimento será feito mensalmente pela apropriação do valor na conta de (VPD) Variação Patrimonial Diminutiva, com saldo a apropriar constante de R$ 224,64 para o exercício atual, e de R$ 297,83 no exercício anterior, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 10		
Despesas Pagas Antecipadamente		
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Assinatura Correio do Estado	R$ 224,64	R$ 193,36
Seguro do Prédio	R$ 0,00	R$ 104,47
Seguro Moto	R$ 0,00	R$ 0,00
Total	224,64	297,83

Nota 21. – Ativo Não Circulante - Imobilizado

No ativo imobilizado, estão incluídos os bens móveis e imóveis do ente, sendo que os valores são mensurados ou avaliados inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor patrimonial será definido nos termos da doação. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2025 a Câmara de São Gabriel apresentou um saldo de R$ 3.521.594,58, relacionados ao imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado:

Imobilizado – Composição.

Tabela 11		
Composição do Imobilizado		
Descrição	31/12/2025	31/12/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

Bens Móveis	871.405,52	572.447,23
(+) Valor Bruto Contábil	1.152.977,79	800.663,63
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	-281.572,27	-228.216,40
Bens Imóveis	2.650.189,06	1.935.874,01
(+) Valor Bruto Contábil	3.464.934,33	2.681.489,32
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	-814.745,27	-745.615,31
Total	3.521.594,58	2.508.321,24

Bens Móveis

Os Bens Móveis da Câmara Municipal em 31/12/2025 totalizavam R$ 871.405,52 distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir:

Bens Móveis – Composição

Tabela 12		
Bens Móveis		
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	175.769,81	164.363,40
Bens de Informática	233.157,55	182.543,64
Móveis e Utensílios	429.011,97	408.426,97
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	47.438,46	37.729,62
Veículos	267.600,00	7.600,00
Depreciação / Amortização Acumulada	-281.572,27	-228.216,40
Total	871.405,52	572.447,23

A movimentação nos saldos das contas dos Bens Móveis, deu-se em virtude de aquisições.

Tabela 13	
Bens Móveis	
Veículos - Saldo 2024	7.600,00

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

Aquisições 2025	260.000,00
Baixas 2025	0,00
Saldo 2025	267.600,00
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas - Saldo 2024	164.363,40
Aquisições 2025	11.406,41
Baixas 2025	0,00
Saldo 2024	175.769,81
Bens de Informática - Saldo 2024	182.543,64
Aquisições 2025	50.613,91
Baixas 2025	0,00
Saldo 2025	233.157,55
Móveis e Utensílios - Saldo 2024	408.426,97
Aquisições 2025	20.585,00
Baixas 2025	0,00
Saldo 2025	429.011,97
Material Cultural, Educacional e de Comunicação - Saldo 2024	37.729,62
Aquisições 2025	9.708,84
Baixas 2025	0,00
Saldo 2025	47.438,46
Total	1.152.977,79

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da Câmara Municipal em 31/12/2025 totalizavam R$ 2.650.189,06, e estão distribuídos nas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis – Composição.

Tabela 14
Bens Imóveis

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Edificações	2.201.489,32	2.201.489,32
Bens Imóveis em Andamento	783.445,01	0,00
Terrenos	480.000,00	480.000,00
Depreciação / Amortização Acumulada	-814.745,27	-745.615,31
Total	2.650.189,06	1.935.874,01

A diferença entre o inventário anual dos bens imóveis e o total de bens imóveis no balanço patrimonial trata-se do custo com obras em andamento, a qual será concluída em 2026.

(a) **Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei n. 4.320/1964, Lei Complementar n. 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei n. 10.180/2001, e conforme o Decreto Municipal n. 323, de 27 de setembro de 2012, todos os bens adquiridos anteriormente a 01/01/2013, necessariamente, deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.

A primeira avaliação do bem será registrada no Patrimônio Líquido na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores e, da segunda em diante, diretamente em contas de resultado. Os bens da Câmara Municipal não foram reavaliados até a presente data.

(b) Depreciação, amortização ou exaustão do Imobilizados

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes, com utilização de um percentual de 10% como saldo residual.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês, com apuração mensal e automática pelo sistema integrado.

Para a depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 01/01/2013 utiliza-se o método das cotas constantes que se dá de acordo com a tabela definida pela Secretaria da Receita Federal, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n. 162/1998.

Não foi realizada a depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

Tabela 15		
Tabela de Utilização		
Grupo	Vida Útil	Taxa Anual
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10 anos	10%
Bens de Informática	05 anos	20%
Móveis e Utensílios	10 anos	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação:	05 anos	20%
Veículos	05 anos	20%
Edificações	25 anos	4%

Nota 22. – Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar

Conforme disposto no MCASP 9ª Edição *"Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais os empregados ou servidores tenham direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo"*

A apropriação dos benefícios a servidores, como gratificação natalina (décimo terceiro) e adicional de férias, são contabilizados mensalmente através do registro na conta variação patrimonial diminutiva (VPD) em contrapartida ao passivo a pagar, no pagamento do benefício baixa-se o passivo. Em 2025, o saldo contábil de R$ 118.123,52 refere-se as apropriações do abono de férias contabilizados por competência, registrados mensalmente, utilizando-se os valores constantes nos relatórios emitidos pelo sistema de folha de pagamento, o referido saldo está representado pelas seguintes apropriações:

Tabela 16	
Abono Constitucional de Férias	
Saldo 31/12/2024	**56.979,43**
(+) Apropriação anual da parte constitucional	163.300,44
(-) Pagamento da parte constitucional de férias de apropriação	102.156,35
Saldo 31/12/2025	**118.123,52**
Servidores Efetivos	76.648,75
Servidores Comissionados/Vereadores	41.474,77
Décimo Terceiro Salário	
Saldo 31/12/2024	**0,00**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

(+) Apropriação mensal do 13º Salário	367.129,16
(-) Pagamento do 13º Salário de apropriação	367.129,16
(-) Baixa	0,00
Saldo 31/12/2025	**0,00**
Servidores Efetivos	0,00
Servidores Comissionados	0,00

Nota 23. – Valores Restituíveis

Saldo contábil de consignações na importância de R$ 26.780,05, referente a retenções de dezembro de 2025 de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social, sendo o valor de R$ 4.062,13 correspondente a retenção de serviço prestado por pessoa jurídica e R$ 22.717,92 a retenção da folha de pagamento de dezembro de 2025.

Nota 24. – Patrimônio Líquido – superavit ou déficit do Exercício

O total do Patrimônio Líquido de R$ 3.685.206,87, compreende os valores residuais dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O Resultado do exercício de 2025 foi superavitário em R$ 271.872,97, conforme apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15). Nota Explicativa n. 39.

Tabela 17

Detalhamento do Patrimônio Líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Resultados Acumulados	**3.685.206,87**	**3.413.333,90**
(-/+) Resultado do Exercício	271.872,97	749.469,58
(+) Resultados de Exercícios Anteriores	3.413.333,90	2.652.821,30
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	11.043,02

Nota 25. - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: Ativo Financeiro – Passivo financeiro

O art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal veda ao titular de Órgão ou Poder contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dos dois últimos quadrimestres do seu mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiência de disponibilidade de caixa.

A Câmara Municipal apresentou superávit financeiro no valor de R$ 9.081,67, no final do exercício de 2024, apurado entre a diferença do ativo e passivo financeiro, correspondente ao valor pendente de conciliação, conforme Nota Explicativa n. 17.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

O Ativo Financeiro no valor de R$ 325.566,13 é composto pelo total da conta contábil caixas e equivalentes de caixa, conforme demonstrado na Nota Explicativa n. 17.

Quanto ao passivo financeiro no valor de R$ 325.566,13 refere-se aos restos a pagar inscritos no exercício (fornecedores R$ 254.315,26+ Pessoal a pagar 44.470,82), e as consignações (R$ 26.780,05). Conciliando-se com o Anexos 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante.

Nota 26. - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: Ativo Permanente – Passivo Permanente

No ativo permanente, o valor de R$ 3.549.015,13 é composto pela somatória das contas escrituráveis de ativo com atributo (P) permanente, sendo composto da seguinte forma:

Tabela 18		
Ativo Permanente		
	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado (material consumo)	27.195,91	16.382,44
VPD paga antecipadamente	224,64	297,83
Imobilizado	3.521.594,58	2.508.321,24
Total	3.549.015,13	2.525.001,51

No passivo permanente, o valor de R$ 118.123,52 refere-se ao saldo das apropriações de férias parte constitucional, apropriados com natureza de conta atributo contábil (P) permanente, devidamente detalhado na Nota Explicativa n. 22.

Nota 27. – Compensações – saldo de Atos Potenciais Passivos

Nas Contas de Compensação, que são de natureza apenas de controle, com o valor de R$ 2.851.510,69, constante no demonstrativo, referem-se ao saldo dos contratos para prestação de serviços continuados, com saldo empenhado (saldo de restos a pagar) ou a empenhar, cuja vigência para execução será em exercício subsequente, contabilizados nas contas de compensação das classes 7 (conta contábil 7.1.2.3.1.00.00) e 8 (conta contábil 8.1.2.3.1.00.00), com seguinte composição:

Tabela 19		
Atos Potenciais Passivos		
Contrato	Fornecedor	Valor
002/22	R3GED GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA	27.774,16
005/22	DESTAK NET LTDA	1.999,00

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

001/23	H2L EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA	2.934,44
003/22	SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA NORTESTADO LTDA ME	39.000,00
009/23	PILAR E SILVA LTDA	137.612,64
013/23	OITENTA VINTE MARKETING LTDA	2.095.312,36
014/23	CLARO S.A.	45.064,49
001/24	BERTONCELLI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA ME	8.466,19
002/24	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	4,80
004/24	LAMPER DIGITALIZAÇÃO E SISTEMAS LTDA	99.750,79
005/24	M.C.A CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	94.675,38
03/2025	PRIGOL & MORAZ LTDA - ME	3.812,00
01/2025	STILO SEGURANCA LTDA	50.748,80
02/2025	ENGELUGA ENGENHARIA EIRELI	36.000,00
05/2025	SIMPA ASSESSORIA & PLANEJAMENTO LTDA	45.200,00
04/2025	NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA	14.700,00
06/2025	AREA9 TECNOLOGIA LTDA	7.192,48
07/2025	PUBLICA BRASIL LTDA	3.150,00
08/2025	CAST NOW EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA	6.730,64
09/2025	57.429.093 MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO ROCHA	2.574,20
10/2025	SETTE ASSESSORIAS TECNICAS E AUDITORIAS ADM	100.800,00
11/2025	OVIDIO DARCI MULLER E CIA LTDA	784,00
14/2025	COMERCIO DE COMBUST E DERIVADOS DO PETROLEO	22.428,86
15/2025	SEGUROS SURA S.A.	1.845,01
16/2025	GENTE SEGURADORA SA	1.051,42
17/2025	CENTRO DE SAUDE OCUPACIONAL E ESPECIALIZACOES DO R	1.620,00
18/2025	GENTE SEGURADORA SA	279,03
Total		2.851.510,69

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

NOTA EXPLICATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 1

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**13.082.127,36**	**12.156.734,07**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	28	13.082.127,36	12.156.734,07
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS		**13.082.127,36**	**12.156.734,07**
TOTAL		**13.082.127,36**	**12.156.734,07**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E ENCARGOS		**5.979.134,73**	**4.515.337,02**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	29	4.892.878,70	3.761.595,10
ENCARGOS PATRONAIS	30	870.631,26	605.803,81
BENEFÍCIOS A PESSOAL	31	215.624,77	147.938,11
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**62.969,22**	**20.058,36**
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	32	62.969,22	20.058,36
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**2.561.645,51**	**1.789.344,86**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	33	45.548,19	42.209,35
SERVIÇOS	34	2.393.611,49	1.641.813,00
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	35	122.485,83	105.322,51
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**4.168.373,74**	**5.074.228,21**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	36	4.168.373,74	5.074.228,21
TRIBUTÁRIAS		**0,00**	**131,34**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	131,34
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**38.131,19**	**8.164,70**
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	37	38.131,19	8.164,70
TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS		**12.810.254,39**	**11.407.264,49**
RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	38	**271.872,97**	**749.469,58**
TOTAL		**13.082.127,36**	**12.156.734,07**

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		**349.584,17**	**16.259,68**
INVESTIMENTOS	39	349.584,17	16.259,68

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 15 - Variações Patrimoniais

NOTA EXPLICATIVA

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações patrimoniais ocorridas no exercício financeiro do ente público, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. As variações patrimoniais quantitativas decorrem de transações que impactam o patrimônio líquido, subdividindo-se em variações patrimoniais aumentativas (VPA) que aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial) e variações patrimoniais diminutivas (VPD) que diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Nota 28. – Transferências Intragovernamentais -

O Saldo contábil de R$ 13.082.127,36, refere-se ao valor do repasse efetuado, a título de duodécimo, pela Prefeitura Municipal à Câmara, para subsidiar a execução de suas despesas orçamentárias.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Nota 29. – Remuneração de Pessoal

A Remuneração de Pessoal é composta pelos saldos liquidados a título de vencimento e salários, subsídios, décimo terceiro e abono de férias do elemento de despesa Vencimentos e Vantagens – Pessoal Civil, extraídos do Anexo II, bem como os valores de apropriação por competência:

Tabela 20

Despesas com Pessoal e Encargos	
Pessoal Cargo Efetivo	***2.084.242,65***
Vencimentos	1.771.443,88
Abono de Permanência	44.372,02
13º salário	154.148,67
Férias	82.470,88
Salário Maternidade	31.807,20
Pessoal Cargo Comissionado	***1.501.836,05***
Vencimentos	1.189.535,46
13º salário	210.240,95
Férias	102.059,64
Subsídios dos Vereadores	***1.306.800,00***

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 15 - Variações Patrimoniais

NOTA EXPLICATIVA	
TOTAL	4.892.878,70

O Legislativo é composto por 11(onze) agentes políticos. Em 2025 não houve alteração no quadro de Edis.

Nota 30. – Encargos Patronais

O Poder Legislativo é filiado ao Regime Geral de Previdência Social (INSS), para a contribuição previdenciária e da parte patronal dos salários dos servidores comissionados e subsídios dos vereadores sem opção de remuneração.

Para os servidores efetivos, servidores cedidos do Executivo e Vereadores com cargo efetivo com opção de remuneração ou concomitância de cargo, a previdência é recolhida para o Regime Próprio em virtude da aprovação da Lei n. 1162, de 21 de outubro de 2019, que instituiu o Regime Próprio para servidores municipais de São Gabriel do Oeste.

Tabela 21	
Encargos Patronais	
Previdência Social - Regime Geral (INSS)	490.858,96
Regime Próprio de Previdência Social (SGOPREV)	379.772,30
TOTAL	870.631,26

Nota 31. – Benefícios a Pessoal

Benefícios a pessoal compreende os valores liquidados a título de auxílio alimentação e que é fornecido aos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, conforme determina a Lei Ordinária n. 597 de 07 de julho de 2005. Em 2024 foram executadas despesas no valor de R$ 215.624,77 na natureza de despesa 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação.

Nota 32. – Variações Patrimoniais Diminutivas – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Neste grupo encontram-se os valores liquidados a fim de subsidiar, conforme Lei n. 1247 de 08 de junho de 2022 e 1409 de 15 de dezembro de 2025 e suas alterações, o abono saúde, e autoriza o Legislativo a celebrar ou aderir a convênios com a CASSEMS, para atender aos funcionários que quiserem um plano de saúde, parte da parcela. Em 2025 foram executadas despesas no valor de R$ 62.969,22 na natureza de despesa 3.3.90.08.11 – Auxílio Saúde .

Variações Patrimoniais Diminutivas – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Nota 33. – Uso de Material de Consumo

O valor de R$ 45.548,19 refere-se aos materiais de expediente, gêneros de alimentação, materiais de limpeza e higienização, materiais para manutenção de móveis e imóveis, combustíveis e lubrificantes, material de processamento de dados, gás engarrafado (gás de cozinha), material para copa e cozinha, material elétrico e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 15 - Variações Patrimoniais

NOTA EXPLICATIVA

eletrônico, materiais para proteção e segurança, materiais para festividade e homenagens e materiais para áudio, vídeo e foto. O saldo da movimentação dos materiais de consumo utilizados no exercício apresentou a seguinte movimentação:

Tabela 22	
Despesas com Uso de Material de Consumo	
(=) Estoque final de 31/12/2024	**16.382,44**
(+) Aquisições orçamentárias utilizadas em 2025	56.361,66
(-) Estoque Final em 31/12/2024	27.195,91
(=) Saldo de Uso de Material	**45.548,19**

Nota 34. – Serviços

O valor de R$ 2.393.611,49 é composto pelos valores liquidados orçamentariamente em 2025 e pelos restos a pagar inscritos em 2023 e 2024, bem como pelos valores consumidos na apropriação de prêmio de seguros e assinaturas de periódicos.

Tabela 23	
Despesas com Serviços	
3.3.90.14 – Diárias	302.217,16
3.3.90.33 – Passagens e despesas com locomoção	16.313,67
3.3.90.35 – Serviços de Consultoria	168.469,54
3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - PF	0,00
3.3.90.37 – Locação de Mão-de-obra	374.289,48
3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros PJ	1.137.984,86
3.3.90.40 – Serviços TIC (Tecnologia da informação)	296.368,60
(+) Restos inscritos em 2023 e 2024, liquidados em 2025	95.472,64
(+) Prêmio de Seguros apropriado 2024	2.189,82
(+) Assinaturas de Periódicos e Anuidades 2024	305,72
Total	2.393.611,49

Nota 35. – Depreciação, Amortização e Exaustão

O valor de R$ 122.485,83 trata-se da depreciação do exercício de 2025 aplicadas nos bens móveis e imóveis, conforme descrito em Nota Explicativa n. 21 *"b"*, e através dos registros efetuados pelo Setor de Patrimônio da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 15 - Variações Patrimoniais

NOTA EXPLICATIVA

Tabela 24	
Depreciação Consolidada	
Bens Móveis	53.355,87
Bens Imóveis	69.129,96
Total	122.485,83

Nota 36. Variações Patrimoniais Diminutivas – Transferências e Delegações Concedidas:

As transferências intragovernamentais no valor de R$ 4.168.373,74 referem-se à devolução do duodécimo à Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste/MS, destacando que o valor de R$ 9.081,67 (conforme Nota Explicativa n. 17) de 2022, o valor de R$ 26.136,48 do cancelamento de restos a pagar de 2023 e 2024 e o valor de 4.133.155,59 conforme decretos Nota Explicativa n.8.

Nota 37. – Variações Patrimoniais Diminutivas – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas no valor de R$ 38.131,19 na natureza de despesa 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições, a execução das despesas no valor de R$ 35.751,89 referem-se ao reembolso dos valores utilizados em razão da atividade parlamentar nos termos da Lei n. 779 de 20 de agosto de 2010 e regulamentada pela Resolução n. 252 de 18 de fevereiro de 2014, alterada pela Lei n. 1113 de 23 de abril de 2018, e o valor de R$ 2.379,30 relacionado ao reconhecimento de dívida, processo administrativo n. 53/2025, correspondente ao serviço de manutenção e hospedagem de site nos meses de março, abril e maio de 2025. conforme parecer jurídico n. 03/2025.

Nota 38. – Resultado Patrimonial Do Exercício

O Resultado Patrimonial do exercício de 2025 foi superavitário em R$ 271.872,97, sendo que é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Tabela 25		
Resultado Patrimonial do Exercício		
Descrição	2025	2024
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	13.082.127,36	12.156.734,07
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	12.810.254,39	11.407.264,49
Resultado do Exercício	271.872,97	749.469,58

O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício, conforme demonstrado em Nota Explicativa n. 24.

Nota 39. – Variações Patrimoniais Qualitativas- Incorporações de Ativos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 15 - Variações Patrimoniais

NOTA EXPLICATIVA

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações ou desincorporações de ativos resultantes da execução orçamentária das receitas ou despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período. Em 2025 ocorreram incorporações no valor de R$ 1.135,759,17 correspondente as liquidações nas naturezas de despesa 4.4.90.52 – Obras e Instalações e 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

Tabela 26

Variações Patrimoniais Qualitativas

Descrição	2025	2024
(+) Liquidações orçamentárias de 2025	349.584,17	16.559,68
(+) Liquidações de Restos a Pagar 2024	786.175,00	0,00
Resultado do Exercício	1.135.759,17	16.559,68

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Exercício de 2025

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERIODO				SALDO P/ O PERIODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2023	20.148,00	0,00	20.148,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2024	916.082,15	0,00	916.082,15	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2025	0,00	298.786,08	0,00	0,00	0,00	298.786,08
Sub-total	936.230,15	298.786,08	936.230,15	0,00	0,00	298.786,08
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	9.108,00	9.108,00	0,00	0,00	0,00
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	0,00	67.687,43	67.687,43	0,00	0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	228.424,90	228.424,90	0,00	0,00	0,00
DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	888,59	888,59	0,00	0,00	0,00
OUTROS DEPOSITOS	0,00	207.378,21	207.378,21	0,00	0,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	266.437,27	266.437,27	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	47.436,08	47.436,08	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	16.166,46	340.153,36	330.706,26	0,00	0,00	25.613,56
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	885.728,57	884.562,08	0,00	0,00	1.166,49
Sub-total	16.166,46	2.053.242,41	2.042.628,82	0,00	0,00	26.780,05
TOTAL	952.396,61	2.352.028,49	2.978.858,97	0,00	0,00	325.566,13

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

*
*

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

NOTA EXPLICATIVA

Demonstrativo da Dívida Flutuante é a demonstração contábil que evidencia os saldos dos restos a pagar ao final do exercício financeiro e os valores de depósitos e consignações. Restos a Pagar são despesas regularmente empenhadas, no exercício atual ou anterior, que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente, e temos dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). Quanto aos depósitos e consignações são despesas extraorçamentárias decorrentes de recolhimento de valores retidos anteriormente na folha de salários de pessoal ou nos pagamentos de serviços de terceiros, que não foram pagos até 31 de dezembro do exercício financeiro, estes saldos ao final do exercício integrarão os saldos iniciais do exercício seguinte.

Nota n. 40 – Restos a pagar Processados e não Processados

Demonstrativo da Dívida Flutuante apresenta a execução dos restos a pagar processados e não processados, a seguir a tabela demonstra o detalhamento na movimentação, em consonância com o Anexo 13 – Balanço Financeiro e a Nota Explicativa n. 6.

Tabela 27

Restos a Pagar

Descrição	2024			2025	
	Saldo Inscrito	Pagos	Cancelados	Inscritos no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não processados	936.230,15	910.093,67	26.136,48	298.786,08	298.786,08
Total	936.230,15	910.093,67	26.136,48	298.786,08	298.786,08

Nota n. 41. – Depósitos e Consignações

O saldo de Depósitos e Consignações no valor de R$ 25.613,56 refere-se à retenção de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS , no valor de R$ 4.062,13 correspondente a retenção de serviço prestado por pessoa jurídica e R$ 21.551,43 a retenção da folha de pagamento e de dezembro de 2025 e o valor de R$ 1.166,49 de Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF, retido em folha de férias pagas em dezembro 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 1

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

A - QUADRO PRINCIPAL

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		15.178.023,48	13.537.636,95
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	42	15.178.023,48	13.537.636,95
Ingressos Extraorçamentários		2.095.896,12	1.380.902,88
Transferências Financeiras Recebidas		13.082.127,36	12.156.734,07
Transferência de resgate de Aplicação RPPS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS (Incluidos pagto de RP)		14.678.176,46	12.702.729,29
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C 43	8.044.747,89	5.940.919,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	D	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B 44	379.772,30	322.845,27
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	45	6.253.656,27	6.438.964,62
Desembolsos Extra-Orçamentários		2.085.282,53	1.364.736,41
Transferências Financeiras Concedidas		4.168.373,74	5.074.228,21
Transferência de Aplicação RPPS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	46	499.847,02	834.907,66

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		1.135.759,17	16.259,68
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.135.759,17	16.259,68
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-1.135.759,17	-16.259,68

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE FINANCIAMENTO		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		0,00	0,00

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

Layout conforme IPC 08 - STN

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 2

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	48	961.478,28	142.830,30
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	48	-635.912,15	818.647,98
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	48	325.566,13	961.478,28

B - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		0,00	0,00
Intergovernamentais		0,00	0,00
da União		0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas		0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas		**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		379.772,30	322.845,27
Intergovernamentais		0,00	0,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios		0,00	0,00
Intragovernamentais	44	379.772,30	322.845,27
Outras transferências concedidas		0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas		**379.772,30**	**322.845,27**

C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA	43	8.044.747,89	5.940.919,40
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**8.044.747,89**	**5.940.919,40**

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

Layout conforme IPC 08 - STN

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2025 DEZEMBRO(31/12/2025) Pág.: 3

ISOLADO: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**0,00**	**0,00**

VALDECIR MALACARNE
PRESIDENTE

RAMÃO GOMES BARBOSA
PRIMEIRO SECRETARIO

JESSYKA GARCIA ARAUJO MIRANDA
CONTADORA

Layout conforme IPC 08 - STN

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA EXPLICATIVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: a) operacionais; b) investimento; e c) financiamento. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência

O fluxo de caixa operacional compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

INGRESSOS

Nota 42. – Outros Ingressos Operacionais

Os ingressos de numerários no exercício de 2025, em caixa e Equivalente de Caixa, foi no montante de R$ 15.178.023,48, assim representado:

Tabela 28		
Outros Ingressos Operacionais		
Ingressos	31/12/2025	31/12/2024
Ingressos Extraorçamentários: valores que não entram no orçamento, valores compensatórios, mas que afetam o saldo de caixa, como os Depósitos restituíveis e valores vinculados e outros recebimentos extraorçamentários	2.095.896,12	1.380.902,88
Transferências Financeiras Recebidas: valores recebidos do Executivo a título de duodécimo para manutenção das atividades operacionais, amparada pela CF Art. 29-A Inciso I, referente a 7% do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior	13.082.127,36	12.156.734,07
Total	15.178.023,48	13.537.636,95

DESEMBOLSOS

Os desembolsos foram no montante de R$ 14.678.176,46 para o exercício corrente e o valor de 12.702,729,29 para o exercício anterior, conforme detalhado :

Nota 43. – Pessoal e Demais Despesas

Para os valores de Pessoal e Demais Despesas considera-se o saldo das despesas orçamentárias e restos a pagar de exercícios anteriores, subtraindo-se os valores referentes a bens adquiridos e a parte patronal do Regime Próprio.

Tabela 29		
Pessoal e Demais Despesas		
Desembolsos	31/12/2025	31/12/2024
(+) Despesas de Pessoal e Outras Despesas Correntes	7.920.829,22	5.824.787,10
(+) Restos Pagos processados e não processados	123.918,67	116.132,30
Total	8.044.747,89	5.940.919,40

Nota 44. – Transferências Concedidas

O valor de R$ 379.772,30 é o saldo referente a parte patronal recolhida ao Regime Próprio de Previdência Social. O valor é decorrente do orçamento na modalidade de aplicação 91.

Nota 45. – Outros Desembolsos Operacionais

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA EXPLICATIVA

Os valores de Outros Desembolsos Operacionais contemplam situações não previstas e foi adaptado conforme as necessidades da Câmara Municipal. São valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Considera-se, assim, os valores da devolução de duodécimo e os pagamentos extraorçamentários.

Tabela 30		
Outros Desembolsos Operacionais		
Desembolsos	31/12/2024	31/12/2024
Transferências intragovernamental – (devolução do saldo de duodécimo dos valores financeiros não utilizados do orçamento do exercício)	4.168.373,74	5.074.228,21
Pagamentos extraorçamentários Valores que não entram no orçamento, valores compensatórios, mas que afetam o saldo de caixa, como os Depósitos restituíveis e valores vinculados e outros recebimentos extraorçamentários (detalhamento nas Notas Explicativas n° 15 e 16)	2.085.282,53	1.364.736,41
Total	6.253.656,27	6.438.964,62

Nota 46. – Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)

A Demonstração de Fluxo de Caixa líquida nas atividades Operacionais apresenta o saldo do confronto dos valores de ingressos menos os valores de desembolsos.

Tabela 31		
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais		
Desembolsos	31/12/2025	31/12/2024
Ingressos	15.178.023,48	13.537.636,95
Desembolsos	-14.678.176,46	-12.702.729,29
Total	499.847,02	834.907,66

Nota 47. – Fluxo de caixa das atividades de Investimento - Desembolso

O desembolso no valor de R$ 1.135.759,17 refere-se a aquisições de bens ou materiais considerados patrimônio do Legislativo, que serão incorporados aos bens móveis ou imóveis. O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi negativo, pois o legislativo não tem entradas de caixa de investimentos, este valor está conciliado com o Anexo 12 – Balanço Orçamentário.

Nota 48. – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III) e saldo final de Caixa e equivalente de caixa

O valor da geração líquida de caixa e equivalente de caixa é feito pela somatória dos fluxos de caixa líquido das atividades, bem como, pela diferença entre o saldo final e inicial de caixa e equivalente de caixa.

Tabela 32		
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		
Desembolsos	31/12/2024	31/12/2024
Fluxo de Caixa Liquido da Atividades Operacionais (I)	499.847,02	834.907,66
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	-1.135.759,17	-16.259,68
Total	-635.912,15	818.647,98

Sucessivamente demonstrando a apuração do caixa e equivalentes de caixa com saldo Inicial de R$ 961.478,28 e saldo final no valor de R$ 325.566,13, concluindo assim, que os saldos apresentados na DFC, correspondem aos saldos apresentados no Anexo 13 - Balanço Financeiro e no Anexo 14 – Balanço Patrimonial.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA EXPLICATIVA	
(+) Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	-635.912,15
(-) Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	961.478,28
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	325.566,13

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO Nº 02 AO CONTRATO 55/2024.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Taquarussu – MS**– CONTRATADA**: GRIFON DIGITAL SERVIÇOS LTDA** – **DATA DA ASSINATURA:** 30 de março de 2026- OBJETO: o serviço de recortes e envio eletrônicos via e- mail das notícias diárias do município de Taquarussu, publicada em diários oficiais em âmbito Municipal, Estadual e Nacional Aditivo prazo e valor compreendendo o período de 08 de abril de 2026 até 07 de abril de 2027. Sendo acrescentado um valor de R$ 127,05 (cento e vinte e sete reais e cinco centavos) mensal sendo um valor anual de R$ 1.524,60(um mil quinhentos e vinte e quatro reais e cinco centavos) desta forma o valor do contrato com seus aditivos que era de R$ 2.970,00(dois mil novecentos e setenta reais), passa para o valor de R$ 4.494,60(quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

ASSINATURAS: Clóvis José do Nascimento e Alessandra Patrícia de Sousa.

Taquarussu - MS, 30 de março de 2026.

CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

CAMARA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2025

Processo Administrativo nº 021/2025

Contratante: Câmara Municipal de Taquarussu/MS
Contratada: Tatiane Cristina da Silva Moreno Sociedade Individual de Advocacia – CNPJ nº 61.553.009/0001-14

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 015/2025, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 03 de abril de 2026.

Valor: Inalterado, permanecendo conforme estabelecido no contrato originário.

Fundamento Legal: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes correrão por conta da dotação orçamentária prevista no contrato originário.

Data da Assinatura: 31 de março de 2026.

Assinam:
Gilson Francisco Filho – Presidente da Câmara Municipal (Contratante)
Tatiane Cristina da Silva Moreno – Contratada

Gilso Francisco Filho

Presidente do Legislativo de Taquarussu – MS

Matéria enviada por BEATRIZ ALVES SANTOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 945/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 931/2024

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU– MS – CONTRATANTE CNPJ: 03.923.703/0001-80

JC FENIX DISTRIBRUIÇÃO LTDA CNPJ Nº 56.689.278/0001-72

DATA DO EMPENHO: 19/03/2026.

OBJETO: Contratação de Empresa, para o Fornecimento de Pneus, Câmaras e Protetores, para Manutenção dos Veículos e Maquinários, pertencentes a este Município de Taquarussu/MS.

VALOR: R$ 6.388,00 (seis mil trezentos e oitenta e oito reais).

DOTAÇÃO: 09.001.20.122.104.2.081 – Conservação de Patrimônio SEMAP; elemento de despesa: 3.3.90.30.39 Material para manutenção de veículos

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO PUBLICAÇÃO NOTA DE EMPENHO Nº 944/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 931/2024

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2024

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU– MS – CONTRATANTE CNPJ: 03.923.703/0001-80

JC FENIX DISTRIBRUIÇÃO LTDA CNPJ Nº 56.689.278/0001-72

DATA DO EMPENHO: 19/03/2026.

OBJETO: Contratação de Empresa, para o Fornecimento de Pneus, Câmaras e Protetores, para Manutenção dos Veículos e Maquinários, pertencentes a este Município de Taquarussu/MS.

VALOR: R$ 30.876,00 (trinta mil e oitocentos e setenta e seis reais).

DOTAÇÃO: 08.001.26.782.103.2.035 – Manutenção do Fundersul; elemento de despesa: 3.3.90.30.39 Material para manutenção de veículos.

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2026.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Taquarussu – MS e Fundo de Saúde** – CONTRATADA**: OESTE MED COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - DATA DA ASSINATURA:** 31 de março de 2026 – Contratação de Empresa para Aquisição De Suplementos Alimentares Destinados a Dieta Enterais de Pacientes Acamados em tratamento de CA e Ordem Judiciais para o ano de 2026. Conforme termo de referência. Pregão eletrônico 005/2026. – **VALOR:** R$ 157.719,00 (cento e cinquenta e sete mil setecentos e dezenove reais) sendo os itens 02 ao 08,10 e 12

Vigência: por 12 meses a partir da sua assinatura, dotação orçamentária: 2.043 Manutenção das Ações Básicas de Saúde. Elemento de despesa 3.3.90.

Assinaturas: Clóvis José do Nascimento, Josimar de Matos Silva e Ângelo Roberto Villavicencio Lemos

Taquarussu - MS, 31 de março de 2026

Clóvis José do Nascimento

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO Nº 03 AO CONTRATO 100/2023.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Taquarussu – MS fundo Municipal de Assistência Social** – CONTRATADA**: STUDIO DANÇA EM CENA LTDA** – **DATA DA ASSINATURA:** 31 de março de 2026- OBJETO: Ensino de Arte, Dança e Cultura, com o objetivo de ofertar oficinas de Ballet, Jazz, Hip HOP e Zumba, aos usuários do SCFV, no Município de Taquarussu/MS sendo aditivo de prazo e o valor compreendendo o período de 04 de abril de 2026 até 03 de abril de 2027. Acrescento um valor de R$ 30.000,00(trinta mil reais) ao contrato original por 12 (doze) meses,

ASSINATURAS: Clóvis José do Nascimento Cleide Soares de Oliveira e João Rafael Pinto Cavalcante.

Taquarussu - MS, 31 de março 2026.

CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 004 2026

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 6, XLI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 76/2026

b) Nr. Licitação: 4/2026 - PR

c) Modalidade: Pregão presencial

31/03/2026

e) Objeto da Licitação: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DO PROJETO - FUNASA " O LIXO DE HOJE SERÁ OFUTURO DE AMANHÃ".*

Código registro TCE: 374B7F54BF765883643BCD02C4BBC7A559759A84

Participante: ENGEQUALI ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Reuniões para a mobilização e implantação de 5 Redes de Apoio à Coleta Seletiva nos Assentamentos alvos do projeto, com a participação dos representantes dos órgãos públicos municipal e estadual, lideranças comunitárias, comerciantes, entidades da sociedade civil e catadores. Todos os matérias a serem utilizados e organização conforme estudo técnico.	15,000	UN	2.670,8407	40.062,61
	Marca: ENGEQUALI				
2	Cursos Didáticas e Pedagógicos de elaboração de projetos comunitários com as temáticas: promoção à saúde, manejo de resíduos sólidos, organização social, geração de renda e valorização da cultura local, com a participação de jovens envolvidos nos movimentos sociais nos Assentamentos alvos do projeto, com uso de metodologia participativa. Todos os matérias a serem utilizados e organização conforme estudo técnico.	5,000	UN	10.433,384	52.166,92
	Marca: ENGEQUALI				

3	Cursos de técnicas em coleta de dados, redação, diagramação e formatação de jornal comunitário virtual, para a divulgação de informações para a promoção e prevenção das doenças acometidas e promoção da educação ambiental nos Assentamentos alvos do projeto, com a participação dos jovens residentes nas comunidades. Todos os matérias a serem utilizados e organização conforme estudo técnico.	5,000	UN	8.936,572	44.682,86
	Marca: ENGEQUALI				
4	Mutirões educativos, com a participação de jovens moradores das comunidades, de orientação e informação sobre os cuidados e promoção à saúde, reaproveitamento e coleta seletiva de resíduos sólidos com base nos conceitos de territórios saudáveis e sustentáveis. Todos os matérias a serem utilizados e organização conforme estudo técnico.	5,000	UN	7.009,386	35.046,93
	Marca: ENGEQUALI				
5	Gincanas educativas com a temática voltada para a promoção da alimentação saudável e o saneamento ambiental, com a participação dos alunos das escolas de ensino fundamental localizada nas comunidades alvos do projeto. Todos os matérias a serem utilizados e organização conforme estudo técnico.	5,000	UN	6.408,136	32.040,68
	Marca: ENGEQUALI				

Total do Participante: **204.000,00**

Total Geral: **204.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001.04.122.0104.2008.3.3.90.00.00

R$ 214.883,25

Taquarussu/MS,

31 de Março de 2026

CLOVIS JOSÉ DO NASCIMENTO

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 107/2026 **DISPENSA DE LICITAÇÃO:** 007/2026

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Até o dia e horário do julgamento.

O Julgamento será no dia 10/04/2026 ás 09:00 horas (horário de MS).

ENDEREÇO FÍSICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, REGULARIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Rua Alcides Saovesso, 267 Centro Taquarussu/MS.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, REGULARIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: licitacao@taquarussu.ms.gov.br

O MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.923.703/0001-80, por sua pregoeira Marilda Carvalho, torna público para conhecimento dos interessados a realização **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições estabelecidas neste Aviso e seus anexos, **objetivando obter a melhor proposta**, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: Contratação de Empresa para a Reforma de Poço de Captação de Água e Montagem de Processo de Outorga de Direito de uso dos Recursos Hidricos Subterrâneo para atender demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do Município de Taquarussu, conforme descrição contida neste Termo de Referência.

QUANTIDADE ESTIMADA:

A quantidade apurada a ser contratada fora baseada na necessidade do município, bem como na priorização para realização dos serviços, considerando a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária – SEMAP, conforme descrito no objeto abaixo:

Trata-se de serviços e peças que visam a instalação de um poço tubular profundo existente com 60mt com diâmetro de 4”, com necessidade de instalação de uma bomba submersa de 1,00hp 220v. bifásica, chave de partida automática com chave boia instalada na caixa d’água, 40mt tubo edutor , tubo guia, cabo elétrico, cavalete soldável 40mm com hidrômetro e dispositivo de coleta de agua, desinfecção do poço, coleta de agua para análise de agua bruta, construção cerca de alambrado de 4,00 x 4,00 metros com portões de acesso, mureta para quadro de comando, e montagem do processo de outorga de direito de uso dos recursos hídricos subterrâneos, com os seguintes serviços e peças:

SERVIÇOS	QTDE.	UNID
CERCA TELADA DE ALAMBRADO 4,00 X 4,00 MT C/PORTAO	01	UN
SERVICO DE INSTALACAO BOIA ELETRICA NA CX	01	UN
OUTORGA DE USO - POÇO EXISTENTE	01	UN
ANALISE BRUTA - FISICO-QUIMICA E BACTERIOLOGICA	01	UN
CAVALETE SOLDAVEL 40MM +TORNEIRA/ SEM HIDROMETRO	01	UN
TESTE DE BOMBEAMENTO 24h E RECUPERACAO 4h	01	UN
MURETA DE ALVENARIA P/PROTECAO QUADRO COMANDO	01	UN
SERVICO GUINCHO INSTALAR BOMBA SUBMERSA	01	UN
VIAGEM COM CAMINHAO GUINCHO	60	KM
MAO DE OBRA SERVICOS HIDRAULICOS	01	UN
MATERIAL / PEÇAS	**QTDE.**	**UNID.**
MOTOBOMBA SUB 25-10NY4E6 1HP 230 MO 2 FIO	01	UN
CABO PP 3x2.5MM 750V	100	ML
HORIMETRO LK-11 220V PRETO - LUKMA	01	UN
TUBO EDUTOR GEOMECANICO 1.1/4”x4M EMAR	10	BR
LUVA GALVANIZADA 1.1/4	10	UN
TUBO SOLDAVEL 25MMx6.00 MTS	07	BR
TUBO SOLDAVEL 40MMx6.00 MTS	10	BR
CURVA SOLDAVEL 90° 40MM	08	UN
FLANGE DE ACO DIAMETRO 6”x3/16x1.1/2” COM	01	UN
PRE CAMISA GEOMECANICA 6”	01	UN
ADAPTADOR CURTO SOLDAVEL 25 X 3/4”	01	UN
CAP PVC ROSCAVEL BRANCO 3/4	01	UN
TORNEIRA PROFIELD C/ESFERA ITALIANA 3/4	01	UN
COLAR DE TOMADA 50 MM X 3/4	01	UN
MANGUEIRA MARROM 3/4”x2.0mm	60	ML
BIOCIDE POWER (CON-BACT EXTRA - (Desinfecção)	20	KG
PAINEL MONOFASICO 0.5-1.5HP - MOTOR 2 FIOS	01	UN
UNIAO SOLDAVEL 40MM	02	UN
ADESIVO 175GR - COLA C/PINCEL	03	UN
CABO PP 2 x1MM 500V	60	ML
CHAVE BOIA ELETROMECANICA CB2012 15 AM	01	UN
REGISTRO ESFERA METAL 2.1/2” REMADI - AZUL	02	UN
TUBO SOLDAVEL 75MMx6MT	01	BR
CURVA SOLDAVEL 90° 75MM	03	UN
ADAPTADOR CURTO SOLDAVEL 2 .1/2 X 75MM	02	UN

VALOR ESTIMADO PELO SERVIÇO E PEÇAS: R$ 43.791,71 (quarenta e três mil setecentos e noventa e um reais e setenta e um centavos).

A proponente responsabilizar-se-á pela qualidade dos serviços, produtos e pelo controle de fornecimento, sendo que os produtos em desconformidade com o Edital não serão aceitos, devendo a contratada proceder a substituição imediata do produto no caso de não atendimento aos padrões de qualidade solicitados. A contratada deverá manter, conforme orientação da Licitante, todos os controles necessários. Fornecer as devidas notas fiscais, nos termos da lei.

A contratada deverá também possuir licenças e autorizações necessárias para realizar as manutenções requeridas em poços artesianos, de acordo com a regulamentação ambiental. Possuir equipamentos e ferramentas adequados para realizar os serviços necessários, bem como, profissional qualificado.

O transporte e a entrega dos materiais licitados bem como os serviços prestados, serão de total responsabilidade da empresa contratada, que deverá garantir o deslocamento seguro e eficiente até o local indicado pela contratante.

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

Visando que a instalação do poço já possui os serviços e materiais em seus quantitativos e serviços a serem executados, a contratação de empresa especializada para a execução do serviço se toma a mais viável, sendo que a mesma executará toda a obra e a municipalidade fiscalizará a qualidade e cumprimento dos serviços executados, devendo ao final dos serviços fornecer RT de outorga dos serviços.

A contratação de serviços e peças que visam a instalação de um poço tubular profundo existente com 60mt com diâmetro de 4", com necessidade de instalação de uma bomba submersa de 1,00hp 220v. bifásica, chave de partida automática com chave boia instalada na caixa d'água, 40mt tubo edutor , tubo guia, cabo elétrico, cavalete soldável 40mm com hidrômetro e dispositivo de coleta de agua, desinfecção do poço, coleta de agua para análise de agua bruta, construção cerca de alambrado de 4,00 x 4,00 metros com portões de acesso, mureta para quadro de comando, e montagem do processo de outorga de direito de uso dos recursos hídricos subterrâneos em poço artesiano já existente no pátio das instalações da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, deverá ser realizado dentro das normas técnicas que regem o serviço, devendo a empresa inicialmente fazer a limpeza do poço como um todo e como parte final instalar os equipamentos necessários para o bombeamento da água e interligação ao sistema de distribuição já existente. Executando todos os serviços dentro das normas técnicas e de segurança, bem como serão exigidas todas as garantias dos equipamentos, bem como a disponibilização de assistência técnica quando necessária

Ao final da Prestação dos serviços será exigido a RT de conclusão.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

DA HABILITAÇÃO

Para comprovar sua plena qualificação, somente o licitante vencedor deverá apresentar documentação para habilitação, conforme artigo 63, incisos I, e II, da lei 14.133/2021, em apenas uma via, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada (cartório ou servidor da Administração), ou ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial, dos seguintes documentos:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato

formal de designação de diretoria em exercício.

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante, se for o caso.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); e Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

Em virtude do tipo do objeto licitado (Serviços), não será exigida prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

Declarações anexas ao edital;

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- Para pessoa jurídica:

Certidão Negativa de Feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA/PROFISSIONAIS

- A Empresa deverá possuir Atestado de Capacidade Técnica de execução de projetos iguais ou similares ao objeto da contratação;

- Os atestados mencionados neste item deverão ser regularmente emitidos ou registrados pelo conselho profissional competente (CREA/CAU).

- Exige-se Registro no Órgão Competente da empresa e do profissional (geólogo), vigente no ato da contratação.

7.4.3. Demais declarações, conforme Anexos do edital.

ANEXOS:

Modelo de proposta

À Prefeitura Municipal de Taquarussu – MS.

Prezados Senhores:

Atendendo ao Processo Administrativo n° 107/2026, apresentamos nossa proposta conforme abaixo alinhado:

Item	Descrição	Un.	Qtde.	V l r unit.	V l r total
	Contratação de Empresa para a Reforma de Poço de Captação de Água e Montagem de Processo de Outorga de Direito de uso dos Recursos Hidricos Subterrâneo para atender demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do Município de Taquarussu. **CERCA TELADA DE ALAMBRADO 4,00 X 4,00 MT C/PORTAO 01 UN; SERVICO DE INSTALACAO BOIA ELETRICA NA CX 01 Un; OUTORGA DE USO - POÇO EXISTENTE 01 Un; ANALISE BRUTA - FISICO-QUIMICA E BACTERIOLOGICA 01 Un; CAVALETE SOLDAVEL 40MM +TORNEIRA/ SEM HIDROMETRO 01 Un; TESTE DE BOMBEAMENTO 24h E RECUPERACAO 4h 01 Un; MURETA DE ALVENARIA P/ PROTECAO QUADRO COMANDO 01 Un; SERVICO GUINCHO INSTALAR BOMBA SUBMERSA 01 Un;VIAGEM COM CAMINHAO GUINCHO 60 KM;MAO DE OBRA SERVICOS HIDRAULICOS; 01 Un; MOTOBOMBA SUB 25-10NY4E6 1HP 230 MO 2 FIO 01 Un; CABO PP 3x2.5MM 750V 100 ML; HORIMETRO LK-11 220V PRETO - LUKMA 01 Un; TUBO EDUTOR GEOMECANICO 1.1/4"x4M EMAR 10 BR; LUVA GALVANIZADA 1.1/4 10 Un; TUBO SOLDAVEL 25MMx6.00 MTS 07 BR; TUBO SOLDAVEL 40MMx6.00 MTS 10 BR; CURVA SOLDAVEL 90° 40MM 08 Un; FLANGE DE ACO DIAMETRO 6"x3/16x1.1/2" COM 01 Un; PRE CAMISA GEOMECANICA 6" 01 Un; ADAPTADOR CURTO SOLDAVEL 25 X 3/4" 01 Un; CAP PVC ROSCAVEL BRANCO 3/4 01 Un; TORNEIRA PROFIELD C/ ESFERA ITALIANA 3/4 01 Un; COLAR DE TOMADA 50 MM X 3/4 01 Un; MANGUEIRA MARROM 3/4"x2.0mm 60 ML; BIOCIDE POWER (CON-BACT EXTRA - (Desinfecção) 20 KG; PAINEL MONOFASICO 0.5-1.5HP - MOTOR 2 FIOS 01 Un; UNIAO SOLDAVEL 40MM 02 Un; ADESIVO 175GR - COLA C/PINCEL 03 Un;CABO PP 2 x1MM 500V 60 ML; CHAVE BOIA ELETROMECANICA CB2012 15 AM 01 Un; REGISTRO ESFERA METAL 2.1/2" REMADI - AZUL 02 Un; TUBO SOLDAVEL 75MMx6MT 01 BR; CURVA SOLDAVEL 90° 75MM 03 Un; ADAPTADOR CURTO SOLDAVEL 2 .1/2 X 75MM 02 UN**	Unid.	01 prestação de serviços e peças para a conclusão do serviço		

Declaramos expressamente que no valor ofertado, bem como nos preços ofertados estão inclusos todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

Validade da Proposta _____

Dados de Conta para Depósito:

Conta Corrente nº ___, da Agência nº ___, do banco ___ nº ___, de titularidade da licitante.

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:

Nome: _____

Qualificação (cargo ou função): _____ Endereço Completo: _____

Carimbo CNPJ e Assinatura do Responsável

ANEXO DECLARAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº _____.

OBJETO: Contratação de Empresa para a Reforma de Poço de Captação de Água e Montagem de Processo de Outorga de Direito de uso dos Recursos Hidricos Subterrâneo para atender demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária do Município de Taquarussu, conforme descrição contida neste Termo de Referência.

(NOME DA EMPRESA) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, sediada a Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, CEP: _____, Município de _____ - _____.

DECLARA QUE:

• Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;

Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

( ) Sou BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 – MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme previsto na LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e 155/2016, em se tratando de ME ou EPP.

Cidade/Estado, de de 2026.

Nome e Ass. do Representante Legal da Empresa

Taquarussu- MS, 31 de março de 2026.

Marilda Carvalho

Agente de contratação

Anexo

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DE POÇO DE CAPTAÇÃO DE AGUA E MONTAGEM DE PROCESSO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS HIDRICOS SUBTERRÂNEO PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU

JANEIRO 2026

NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, tem por objetivo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a reforma de poço de captação de agua e montagem de processo de outorga de direito de uso dos recursos hídricos subterrâneo para atender demanda da secretaria municipal de agricultura e pecuária do município de Taquarussu.

O Município de Taquarussu no ano de 2022 adquiriu uma área rural com construção de barracão para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e dentre as construções existentes na área, encontra-se um poço artesiano.

Isso posto, em projeto enviado à Itaipu Binacional, o município foi contemplado com construção de um abastecedouro comunitário de água com capacidade de 20.000 litros, abastecedouro este instalado no terreno então adquirido para a secretaria de agricultura e pecuária, com o intuito de atender aos pequenos produtores no fornecimento de agua para a atividade agrícola.

Este abastecedouro será suprido com a agua proveniente do poço artesiano em questão. Contudo, por se tratar de um poço antigo, e que a um longo tempo não é utilizado e, portanto, necessita de reforma e regularização do direito de uso de aguas subterrâneas.

A solução aqui apresentada irá propiciar a utilização do poço, o qual demonstrou capacidade de vazão para o atendimento à demanda da secretaria bem como dos pequenos produtores da região.

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

De acordo com o Decreto Municipal n° 228/2025, existe previsão no Plano anual de Contratação: ELEMENTO 3.3.90.39. – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.

REQUISITOS

Com base nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a dispensa de licitação é aplicável em situações em que o valor da contratação não exceda os limites definidos pela legislação, sendo esta medida justificável pela necessidade de assegurar a economicidade e a eficiência nos processos administrativos. O dispositivo legal em questão permite a contratação direta para serviços e aquisições de bens de valores reduzidos, viabilizando a otimização de tempo e recursos públicos, sem prejuízo à transparência ou à qualidade do objeto contratado. Assim, considerando que o presente caso envolve a realização de serviços e aquisição de bens, opta-se pela referida modalidade, em estrita observância aos critérios legais e aos princípios que regem a gestão pública.

Ademais é imprescindível que os interessados atendam aos requisitos de habilitação, atentando-se a regularidade fiscal, comprovada mediante a apresentação de documentos que atestem a regularidade perante os órgãos competentes, a habilitação jurídica, que exige a comprovação da constituição da empresa de acordo com as leis brasileiras, visando demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, além da documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico operacional, nos termos da Lei 14.133/2021.

A proponente responsabilizar-se-á pela qualidade dos serviços, produtos e pelo controle de fornecimento, sendo que os produtos em desconformidade com o Edital não serão aceitos, devendo a contratada proceder a substituição imediata do produto no caso de não atendimento aos padrões de qualidade solicitados. A contratada deverá manter, conforme orientação da Licitante, todos os controles necessários. Fornecer as devidas notas fiscais, nos termos da lei.

A contratada deverá também possuir licenças e autorizações necessárias para realizar as manutenções requeridas em poços artesianos, de acordo com a regulamentação ambiental. Possuir equipamentos e ferramentas adequados para realizar os serviços necessários, bem como, profissional qualificado.

O transporte e a entrega dos materiais licitados bem como os serviços prestados, serão de total responsabilidade da empresa contratada, que deverá garantir o deslocamento seguro e eficiente até o local indicado pela contratante.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A quantidade apurada a ser contratada fora baseada na necessidade do município, bem como na priorização para realização dos serviços, considerando a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária – SEMAP, conforme descrito no objeto abaixo:

Trata-se de serviços e peças que visam a instalação de um poço tubular profundo existente com 60mt com diâmetro de 4”, com necessidade de instalação de uma bomba submersa de 1,00hp 220v. bifásica, chave de partida automática com chave boia instalada na caixa d’água, 40mt tubo edutor , tubo guia, cabo elétrico, cavalete soldável 40mm com hidrômetro e dispositivo de coleta de agua, desinfecção do poço, coleta de agua para análise de agua bruta, construção cerca de alambrado de 4,00 x 4,00 metros com portões de acesso, mureta para quadro de comando, e montagem do processo de outorga de direito de uso dos recursos hídricos subterrâneos, com os seguintes serviços e peças:

SERVIÇOS	QTDE.	UNID
CERCA TELADA DE ALAMBRADO 4,00 X 4,00 MT C/PORTAO	01	UN
SERVICO DE INSTALACAO BOIA ELETRICA NA CX	01	UN
OUTORGA DE USO - POÇO EXISTENTE	01	UN
ANALISE BRUTA - FISICO-QUIMICA E BACTERIOLOGICA	01	UN
CAVALETE SOLDAVEL 40MM +TORNEIRA/ SEM HIDROMETRO	01	UN
TESTE DE BOMBEAMENTO 24h E RECUPERACAO 4h	01	UN
MURETA DE ALVENARIA P/PROTECAO QUADRO COMANDO	01	UN
SERVICO GUINCHO INSTALAR BOMBA SUBMERSA	01	UN
VIAGEM COM CAMINHAO GUINCHO	60	KM
MAO DE OBRA SERVICOS HIDRAULICOS	01	UN

MATERIAL / PEÇAS	QTDE.	UNID.
MOTOBOMBA SUB 25-10NY4E6 1HP 230 MO 2 FIO	01	UN
CABO PP 3x2.5MM 750V	100	ML
HORIMETRO LK-11 220V PRETO - LUKMA	01	UN
TUBO EDUTOR GEOMECANICO 1.1/4”x4M EMAR	10	BR
LUVA GALVANIZADA 1.1/4	10	UN

TUBO SOLDAVEL 25MMx6.00 MTS	07	BR
TUBO SOLDAVEL 40MMx6.00 MTS	10	BR
CURVA SOLDAVEL 90° 40MM	08	UN
FLANGE DE ACO DIAMETRO 6”x3/16x1.1/2” COM	01	UN
PRE CAMISA GEOMECANICA 6”	01	UN
ADAPTADOR CURTO SOLDAVEL 25 X 3/4”	01	UN
CAP PVC ROSCAVEL BRANCO 3/4	01	UN
TORNEIRA PROFIELD C/ESFERA ITALIANA 3/4	01	UN
COLAR DE TOMADA 50 MM X 3/4	01	UN
MANGUEIRA MARROM 3/4”x2.0mm	60	ML
BIOCIDE POWER (CON-BACT EXTRA - (Desinfecção)	20	KG
PAINEL MONOFASICO 0.5-1.5HP - MOTOR 2 FIOS	01	UN
UNIAO SOLDAVEL 40MM	02	UN
ADESIVO 175GR - COLA C/PINCEL	03	UN
CABO PP 2 x1MM 500V	60	ML
CHAVE BOIA ELETROMECANICA CB2012 15 AM	01	UN
REGISTRO ESFERA METAL 2.1/2” REMADI - AZUL	02	UN
TUBO SOLDAVEL 75MMx6MT	01	BR
CURVA SOLDAVEL 90° 75MM	03	UN
ADAPTADOR CURTO SOLDAVEL 2 .1/2 X 75MM	02	UN

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com base na definição da demanda da municipalidade, bem como das necessidades para a execução dos serviços objeto deste estudo e dos requisitos da contratação é possível definir algumas alternativas possíveis para solução da demanda:

Opção 01: Contratação de empresa por empreitada global para a execução dos serviços e fornecimento dos materiais por uma mesma empresa, sendo esta empresa responsável por toda a execução, desde o planejamento até a conclusão;

Opção 02: Contratação de empresa por preço unitário, onde a empresa é contratada por preços unitários para serviços e materiais;

MELHOR SOLUÇÃO: observando as condições técnicas, bem como os valores de mercado, optou-se pela alternativa n°. 01, contratação de empresa por empreitada global para a execução dos serviços e fornecimento dos materiais por uma mesma empresa. Visando que a instalação do poço já possui os serviços e materiais em seus quantitativos e serviços a serem executados, a contratação de empresa especializada para a execução do serviço se toma a mais viável, sendo que a mesma executará toda a obra e a municipalidade fiscalizará a qualidade e cumprimento dos serviços executados.

Isso posto, tendo em vista se tratar de contratação da empresa para realização de serviços que não ultrapassam R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) opta-se pela dispensa de licitação, conforme preconizado no art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor da contratação será baseado nos valores praticado pelo mercado, mediante cotação pública e, sendo possível, em pesquisa a banco de preços.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de serviços e peças que visam a instalação de um poço tubular profundo existente com 60mt com diâmetro de 4”, com necessidade de instalação de uma bomba submersa de 1,00hp 220v. bifásica, chave de partida automática com chave boia instalada na caixa d’água, 40mt tubo edutor , tubo guia, cabo elétrico, cavalete soldável 40mm com hidrômetro e dispositivo de coleta de agua, desinfecção do poço, coleta de agua para análise de agua bruta, construção cerca de alambrado de 4,00 x 4,00 metros com portões de acesso, mureta para quadro de comando, e montagem do processo de outorga de direito de uso dos recursos hídricos subterrâneos em poço artesiano já existente no pátio das instalações da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, deverá ser realizado dentro das normas técnicas que regem o serviço, devendo a empresa inicialmente fazer a limpeza do poço como um todo e como parte final instalar os equipamentos necessários para o bombeamento da água e interligação ao sistema de distribuição já existente. Executando todos os serviços dentro das normas técnicas e de segurança, bem como serão exigidas todas as garantias dos equipamentos, bem como a disponibilização de assistência técnica quando necessária

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. No caso concreto, visto que a contratação regerá em parcela única (somente um serviço com instalação de materiais), não há previsão de parcelamento.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a recuperação do poço tubular profundo é o estabelecimento do fornecimento de água para suprir a necessidade do abastecedouro ali instalado, visando atender aos pequenos produtores do município de Taquarussu.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da administração.
Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que disciplina os procedimentos para a fiscalização dos contratos administrativos e decreto n° 193/2023 de dezembro de 2023, que regulamenta a gestão do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Portanto, após verificação do item a ser contratado, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Os critérios de sustentabilidade devem ser orientados de acordo com o Art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021, demonstrando e descrevendo os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável ao objeto a ser contratado

A aquisição em si deste não gera impactos ambientais diretamente, não sendo necessárias medidas para sanar qualquer risco ambiental que porventura possa existir. Mas, para todos os produtos a serem adquiridos, que seguirem critérios de logística reversa, essa deverá ser observada, orientada e executada pelo fornecedor específico

A Lei nº14.133/21, determina que as empresas cumpram integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

Deverão cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre resíduos sólidos, em especial as Políticas de descarte sustentáveis das embalagens vazias, ou relacionadas.

No objeto em questão, a empresa vencedora deverá seguir todas as normas vigentes para abastecimentos e manutenções dos equipamentos, destinando corretamente os resíduos, sendo de total responsabilidade da empresa tais cuidados.

VIABILIDADE E A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar trouxe informações importantes acerca da contratação almejada. Concluímos que este ETP evidencia que a contratação pretendida a possibilidade da dispensa de licitação, conforme preconiza o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, fundamento legal de contratação por dispensa de licitação para contratação que envolvam valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Dessa forma, e com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, DECLARAMOS que é viável a contratação à luz do artigo acima referenciado, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Taquarussu-MS, 30 de janeiro de 2026.

LUIZ FERNANDO PIGARI BAPTISTA

Secretário Municipal de Administração Geral

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2026

O MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.923.703/0001-80, por sua pregoeira Marilda Carvalho, torna pública a realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal de nº 195/2023 de 21 de dezembro de 2023, Decreto 033/2025 de 07 de fevereiro de 2025, tendo por objeto a "Contratação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), assim definidos pelo art. 3º e 18-A, §1º, da Lei Complementar 123/2006, para fornecimento de Peças Automotivas para Manutenção dos veículos da Frota do Município de Taquarussu/MS".

Código registro TCE: E084AF7395F5B88834B9C2B4964D66EC420D4BED

Código registro TCE: E7EDCA033CC43B2E3212DD9BAB3C2B4AAE88CAD9

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração Geral.

DATA: 16/04/2026.

HORÁRIO: 08h00min

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Sala de Licitações na Sede da Prefeitura Municipal de Taquarussu na Rua Alcides Sãovesso, n. 267 – Taquarussu -MS.

OBTENÇÃO DO EDITAL: no Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado ou pelo Portal de Transparência do Município, através do endereço: http://taquarussu.ms.gov.br/site/ transparência.

TELEFONE: (0xx67) 3444-1559 das 07h às 13h.

Taquarussu – MS, 31 de março de 2026.

Marilda Carvalho

Pregoeira

Matéria enviada por MARILDA CARVALHO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PORTARIA MUNICIPAL Nº 067/2026 DE 31 DE MARÇO DE 2026.

"**Dispõe sobre licença da servidora que menciona e dá outras providências"**

CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VI, do artigo 57 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o requerido pela servidora através do Processo Administrativo nº 313/2026 de 19/03/2026.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 130, inciso II e Art. 146 § 1°ao 3° da Lei Municipal Nº 079/97 de 19 de dezembro de 1997;

RESOLVE;

Artigo 1.º Conceder licença com vencimentos por 180 (cento e oitenta) dias; no período compreendido de: 01/04/2026 a 27/09/2026, a servidora pública municipal **MARIA GEISA DE JESUS DA SILVA**, brasileira, portadora do RG 000XXXX76/SSP/MS, CPF: 572.XXX.XXX-20, ocupante do Cargo de Provimento efetivo de **MERENDEIRA**, lotada no Setor de Ensino 10%, nomeada pela Portaria Municipal Nº 083/93 de 21 de maio de 1993.

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 01/04/2026; revogam-se as disposições em contrário.

Taquarussu-MS, terça-feira, 31 de março de 2026.

CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Cumpre-se, Registre-se, Publique-se.

LUIZ FERNANDO PIGARI BAPTISTA

Secretário Mun. de Adm. Geral

Matéria enviada por KELLY ROBERTA DO NASCIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO.

CONCORRENCIA PRESENCIAL N° 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 34/2026

O MUNICÍPIO DE TERENOS/MS*, por intermédio do Agente de Contratação Oficial, TORNA PÚBLICO aos interessados, que promoverá Licitação na modalidade* ***CONCORRÊNCIA PRESENCIAL****, pelo* ***SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,*** *modo "****disputa aberto"****, obedecendo ao critério de julgamento do tipo "****menor preço global"*** *para atendimento do objeto abaixo descrito:*

OBJETO: O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública para a formação de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Recapeamento Asfáltico na área urbana com utilização de Micro Revestimento e Sinalização Horizontal de Trânsito, conforme projetos, planilha orçamentária de custos, cronograma físico financeiro e demais anexos, em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Data da Realização: 17 de abril de 2026.

Horário: *08h00min*

Local: Sede no recinto da Prefeitura Municipal de Terenos, sito á Av. Dr. Antônio José Paniago, n°. 119, Centro, Terenos/MS.

Edital na Íntegra: *à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Terenos – MS, com informações dadas pelo Fone (67) 3246 - 8209, em horário de expediente tido das 7h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira, em dias úteis. Os interessados poderão obter o edital completo através de solicitação enviada no e-mail:* ***licitacao@terenos.ms.gov.br ou através do link http://avisolicitacao.qualitysistemas.com.br/prefeitura_municipal_de_terenos.***

CÓDIGO DE REGISTRO E-SFINGE: 9E17D6BDB08BB29E69CDE4A730C07A018E4F4538

Terenos – MS, 31 de março de 2026.

VALDEIR LOPES DE ALMEIDA

Agente de Contratação

Matéria enviada por LAIS DA SILVA PIRES

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DECRETO 7833

DECRETO N.º 7833 DE 30 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Cancelamento Parcial e ou total, de Empenhos de Restos a Pagar de exercícios anteriores e dá outras providências do ***Município de Terenos Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde.***

ARLINDO LANDOLFI FILHO, Prefeito Municipal Interino de Terenos-MS., no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

Considerando que, cabe ao Prefeito, na condição de Ordenador de Despesas, baixar atos referentes à cancelamento/anulação de empenhos.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam cancelados os empenhos abaixo, devido a não utilização no exercício pretendido.

Restos à Pagar – 2025

Municipio de Terenos – Secretaria Municipal de Educação, cultura, Esportes

Empresa: **RICARDO MOURA** – **CPF: nº 023.814.391-02**

Empenho nº 1837 de 08/12/2025 - no valor de= R$ 2.000,00=

Restos à Pagar – 2024

Secretaria Municipal de Saude

Empresa – **CLODOALDO CONRADO & CIA LDA** – **CNPJ nº 02.403.704/0001-30**, Dispensa nº 119/2024, Proc. Licitação nº 203/2024, Contrato nº 081/2024 – CI-314/2026.

Empenho nº 1374 de 22/08/2024 – no valor de= R$ 2.400,00=

Empresa: **ABBA ESTANCIA TERAPEUTICA LTDA – CNPJ nº 52.061.290/0001-87** Proc.Licitatório nº 251/2024, Dispensa nº 142/2024, Contrato nº 94/2024, CI-195/2026

Empenho nº 107 de 06/01/2025 – no valor de= R$ 7.400,00=

Restos à Pagar – 2024

Fundo Municipal de Saude

Empresa – **FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** – **CNPJ nº 40.724.582-73**, Proc.Administrativo nº 119/2024, Pregão Presencial nº 11/2024, Contrato nº 075/2025 – Ata de Registro nº 012/2024 – CI-315/2026.

Empenho nº 1293 de 15/08/2025 – no valor de= R$ 25,10=

Empresa – **FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** – **CNPJ nº 40.724.582-73**, Proc.Administrativo nº 232/2025, Pregão Presencial nº 28/2024, Proc. Licitação nº 2363 – Ata de Registro nº 004/2025 – CI-315/2026.

Empenho nº 1860 de 05/12/2025 – no valor de= R$ 6,00=

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

ARLINDO LANDOLFI FILHO

Prefeito Municipal Interino

Matéria enviada por MATHEUS GUARDIANO WELTER

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 59/2026

O MUNICÍPIO DE TERENOS/MS*, por intermédio do Pregoeiro Oficial,* ***TORNA PÚBLICO*** *aos interessados, que promoverá Licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, obedecendo ao critério de julgamento do tipo "****menor preço por item"*** *para atendimento do objeto abaixo descrito:*

OBJETO: O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública visando a Formação de Registro de Preços para a aquisição de materiais de expediente para atender as secretarias do Município de Terenos – MS, segundo as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referências.

Data da Realização: *16 de abril de 2026.*

Horário: *07h30min*

Local: Sede no recinto da Prefeitura Municipal de Terenos, sito á Av. Dr. Antônio José Paniago, n°. 119, Centro, Terenos/MS.

Edital na Íntegra: *à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Terenos – MS, com informações dadas pelo Fone (67) 3246 - 8209, em horário de expediente tido das 7h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira, em dias úteis. Os interessados poderão obter o edital completo através de solicitação enviada no e-mail:* ***licitacao@terenos.ms.gov.br ou através do link http://avisolicitacao.qualitysistemas.com.br/prefeitura_municipal_de_terenos.***

CÓDIGO DE REGISTRO E-SFINGE: 03D0B912C9A816C0A0A5CBD3768A1F01686F2D63

Terenos – MS, 31 de março de 2026.

MÁRCIA FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro (a)

Matéria enviada por Márcia Ferreira da Silva

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 030/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 038/2026

DATA DE ASSINATURA: 26 de março de 2026

PARTES: O MUNICÍPIO DE TERENOS - MS e a empresa **CAPITAL CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.**

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em consultoria técnica ao Município de Terenos/MS, com foco no desenvolvimento local e na formulação de políticas públicas orientadas à valorização da economia circular, fortalecimento do poder de compras públicas, por meio da implementação de soluções tecnológicas e de ações integradas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico sustentável, com a utilização de aplicativo de gestão e controle para aquisição de produtos e serviços por meio de "CREDENCIAMENTO", conforme previsto no art. 79 incisos I, II, III da Lei Federal n° 14.133/2021.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo este ser rescindido ou ter seu prazo prorrogado por iguais e sucessíveis períodos por tratar-se de serviços contínuos, de acordo com a necessidade e interesse dessa autarquia, nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, e indicação orçamentária que vier substituir o exercício seguinte:

Código Reduzido	240
Órgão Unidade	15.001 - Secretaria Municipal Administração
Dotação	04
Sub – Função	122
Programa	1000
Projeto/Atividade	2057
Natureza da Despesa	3.3.90.39.00.00
Fonte de Recurso	1500

BASE LEGAL: Este contrato está sendo firmado com fundamento no artigo 74, incisos III, alínea "c", da Lei nº 14.133/21.

Assinam:

ARLINDO LANDOLFI FILHO

Prefeito Interino

EMERSON MIGUEL MIRANDA ARAUJO

Secretária Municipal De Administração

LUIS CESAR PIVOVAR

Representante Legal

CÓDIGO DE REGISTRO E-SFINGE: B8F154F28940DB28A93B1EDD8F8DF72D5607423B

Matéria enviada por JAQUELINE MARQUES FERREIRA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA "PE" N°.155 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

ARLINDO LANDOLFI FILHO, Prefeito Municipal Interino de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR, JOEL DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR, do cargo de Diretor, símbolo DAI, a contar de 31 de Março de 2026, considerando tratar-se de exoneração á pedido.

TERENOS/MS, 01 DE ABRIL DE 2026.

ARLINDO LANDOLFI FILHO

Prefeito Municipal Interino

Registre-se e cumpra-se

Em 01.04.2026.

Matéria enviada por LIANDRA PIMENTA VIEIRA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA "PE" N°.156 DE 01 DE ABRIL DE 2026.

ARLINDO LANDOLFI FILHO, Prefeito Municipal Interino de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR, JACQUELINE AMORIM ARAÚJO, do cargo de Assessor, símbolo ADI-4, a contar de 31 de Março de 2026, considerando tratar-se de exoneração á pedido.

TERENOS/MS, 01 DE ABRIL DE 2026.

ARLINDO LANDOLFI FILHO

Prefeito Municipal Interino

Registre-se e cumpra-se

Em 01.04.2026.

Matéria enviada por LIANDRA PIMENTA VIEIRA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

MUNICÍPIO DE TERENOS/MS EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EDITAL 93/2026

O Município de Terenos – Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Organizadora do Processo de Seleção Simplificada, constituída através da Portaria "PE n° 574 de 12 de novembro de 2024, **TORNA PÚBLICO,** para conhecimento dos interessados, a **79ª CONVOCAÇÃO** no Processo Seletivo Simplificado, para atender a Prefeitura Municipal no exercício de 2026.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONVOCAÇÃO

Para a convocação nos cargos, inclusos no presente Processo Seletivo, serão exigidos dos candidatos **CONVOCADOS** o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

Apresentar os seguintes documentos, sendo:

1) Fotocópia da cédula de identidade;

2) Fotocópia do cartão de cadastro de pessoa física – CPF.;

3) Fotocópia da certidão de casamento ou nascimento ou declaração de convivência;

4) Fotocópia da certidão de nascimento dos dependentes (se possuir); com **CPF**;

5) Fotocópia do título de eleitor, com prova de quitação perante a Justiça Eleitoral;

6) Fotocópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (para homens);

7) Fotocópia do **Diploma** de escolaridade exigida para o cargo, com original para conferencia;

8) Declaração de não acumulo de cargos (preenchido no ato da entrega de documentos no setor de Rh);

9) Declaração de bens (preenchido no ato da entrega de documentos no setor de Rh)

10) Fotocópia do cartão de inscrição no PIS/PASEP (se já inscrito);

11) Fotocópia da carteira de registro no Órgão de classe; (quando o cargo exigir);

12) Comprovante de endereço atualizado.

13) Certidão de antecedentes criminais emitida pelo órgão reponsavel Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (Civil e criminal); www.tjms.jus.br

14) Comprovante de abertura de conta bancária no **Banco Bradesco**;

15) Exame admissional;

16) Cópia da Carteira de trabalho (onde aparece a foto e as informações pessoais);

Os candidatos **CONVOCADOS**, conforme listagem abaixo deverão comparecer no endereço Av. Dr Antônio Jose Paniago, (em frente a Prefeitura) Centro, 79190-000, Terenos/MS, (do Departamento de Recursos Humanos - RH) nos dias **01 de Abril e 06 de Abril de 2026** das **07:30 horas até as 12:30 horas**, munidos de todos os documentos exigidos para assumir o cargo, não serão permitidos entrega incompleta de documentos, o candidato que não apresentar **TODOS** os documentos exigidos, serão automaticamente desclassificados.

A verificação a qualquer tempo, de declaração falsa ou de inexatidão de dados fornecidos pelo candidato, bem como a apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato importará na nulidade de sua participação no Processo Seletivo e na nomeação acaso ocorrida, com a consequente responsabilização nos termos da Lei Penal.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

MARCIO ALEXANDRE NOGALES	CAPS

Terenos/MS, 01 de Abril de 2026.

Valter Ferreira de Almeida Junior
Presidente da Comissão

Matéria enviada por LIANDRA PIMENTA VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS

Câmara Municipal de Três Lagoas

ATO DA MESA Nº 01 DE 18 DE MARÇO DE 2026: "ALTERA DISPOSITIVOS DO ATO DA MESA Nº 01, DE 19 DE MAIO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO PARLAMENTO JOVEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS RESOLVE:

Art. 1º O art. 8º do Ato da Mesa nº 01, de 19 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º *Os alunos eleitos e os suplentes serão diplomados pelo Presidente da Câmara, em sessão solene, após a eleição, sendo permitida apenas uma única participação no Programa Parlamento Jovem.*

Art. 2º O art. 71 do Ato da Mesa nº 01, de 19 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71 *São modalidades de proposição:*

I – Requerimento;

II – Indicação;

III – Moção;

IV – Emenda e subemenda.

Art. 3º Os arts. 73 e 74 do Ato da Mesa nº 01, de 19 de maio de 2025, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 73 *Requerimento é a proposição apresentada por escrito pelo Vereador Jovem exclusivamente para solicitar a realização de Sessão Solene no âmbito do Programa Parlamento Jovem.*

Art. 74 *O requerimento para realização de Sessão Solene será submetido à discussão e votação em turno único, exigindo-se maioria simples para sua aprovação.*

Art. 4º Ficam revogados os arts. 75 e 76 do Ato da Mesa nº 01, de 19 de maio de 2025.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, Sala das Sessões,
Três Lagoas-MS, 18 de março de 2026.
Antônio Luiz Teixeira Empke Júnior
Presidente da CMTL

Fernando Lucas de Souza Jurado
1º Vice Presidente

Evalda dos Reis Ferreira
2º Vice Presidente

Pedro Machado Gonçalves Júnior
1ª Secretário

Maria Aparecida Diogo
2º Secretário

Matéria enviada por RAFAEL DA COSTA FERNANDES

Diretoria de Compras e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2026
CÓDIGO TCE N° 91B7ECB6206B49D004BC7503C1385B2F8FB11D71

AVISO DE SUSPENSÃO

O **MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**, através da **DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, comunica a todos os interessados a suspensão do certame em epígrafe, para adequações, visando a autotutela administrativa em qualquer dos seus atos.

NOTA: O prosseguimento da licitação e a nova data da sessão pública de abertura, serão informados através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Maiores informações e orientações pertinentes poderão ser obtidas através do sítio eletrônico http://www.treslagoas.ms.gov.br.

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.
(assinado digitalmente)
VANDER SOARES MATOSO
Diretoria de Compras e Licitações

Matéria enviada por Isabela de Carvalho Pinheiro

Diretoria de Compras e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2025
CÓDIGO TCE N° E7230A08783E2A0D5D82A59EA2A94A03D4F05706

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Objeto: "Contratação de Clínica, Hospital e/ou Comunidade Terapêutica especializada no tratamento de pacientes portadores de transtornos mentais e/ou em uso problemático de substâncias psicoativas (álcool e/ou drogas) que atenda demanda de internação de caráter voluntário, involuntário ou compulsório de adolescentes e adultos, de ambos os sexos, incluindo gestantes, para atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Três

Lagoas/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.”

Em decorrência do julgamento do mérito, que apreciou e processou o certame acima qualificado, constante na Ata de Sessão Pública exarada pelo Pregoeiro, assim como, superado e decidido os recursos administrativos, constantes nos autos do processo licitatório, ratifico como FRACASSADA a presente licitação.

Publique-se, para ciência dos interessados.

Três Lagoas-MS, na data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

VANDER SOARES MATOSO

Diretoria de Compras e Licitações

Matéria enviada por Jéssica Pereira Balduíno

Departamento de Fiscalização de Obras

TAXA ROÇADA DE TERRENO Nº GUIA 57734/2026

Local de Ocorrência: Rua Dom Aquino Correa, nº, L. 03, Q. 21, Loteamento, Três Lagoas – MS;

BIC do Imóvel: 27932

Data: 27/03/2026

Qualificação do Autuado: **Nome**: A. C. G. P. B. **CPF**: ***.482.788-**

Descrição do fato: O proprietário não realizou a limpeza do imóvel desrespeitando a salubridade e colocando a risco à saúde, higiene, segurança e incolumidade pública da população, assim, a Administração Municipal procedeu a roçada para garantir o bem estar social.

Capitulação legal do fato: Lei Municipal nº 3.344, de 10 de outubro de 2017, Parágrafo Único do Art. 1º: Realizados os serviços de manutenção ou roçada previstos no caput, o Secretário Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito ou o fiscal responsável pela autuação procederá à abertura de procedimento administrativo para a apuração e cobrança da multa, dos valores totais dos serviços executados e da taxa de administração.

Art. 4º Detectada a existência de imóvel mal conservado, de ofício, através de comunicação de qualquer do povo, ou mediante parecer técnico dos órgãos competentes em saúde, posturas, obras ou meio ambiente, o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito, procederá imediata lavratura do auto de infração com imposição de multa, podendo ainda executar a manutenção ou roçada do imóvel direta ou indiretamente, aos custos do proprietário ou responsável pelo imóvel, mediante cobrança da taxa prevista no Código Tributário Municipal em seus artigos 93 a 99 - Lei nº 1.067, de 05 de dezembro de 1991.

Penalidade: As taxas de competência do Município decorrem: Lei 1.067/1991, Art. 93; 97 e 110.

Qualificação do autuante: Fiscal de Obras e Posturas - MATRÍCULA 16922

Três Lagoas 31 de Março de 2026.

Responsável pela publicação:

Nathália Sousa Carvalho Tavares Paranaiba

Secretaria de Infraestrutura Transporte, Trânsito.

Matéria enviada por Márcia Josiani de Oliveira

Departamento de Fiscalização de Obras

TAXA ROÇADA DE TERRENO Nº GUIA 57738/2026

Local de Ocorrência: Rua Trajano dos Santos, nº, L. 950, Q. 09, Loteamento, Três Lagoas – MS;

BIC do Imóvel: 27839

Data: 27/03/2026

Qualificação do Autuado: **Nome**: M. L. G. e M. da S. G. **CPF**: ***.153.091-**

Descrição do fato: O proprietário não realizou a limpeza do imóvel desrespeitando a salubridade e colocando a risco à saúde, higiene, segurança e incolumidade pública da população, assim, a Administração Municipal procedeu a roçada para garantir o bem estar social.

Capitulação legal do fato: Lei Municipal nº 3.344, de 10 de outubro de 2017, Parágrafo Único do Art. 1º: Realizados os serviços de manutenção ou roçada previstos no caput, o Secretário Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito ou o fiscal responsável pela autuação procederá à abertura de procedimento administrativo para a apuração e cobrança da multa, dos valores totais dos serviços executados e da taxa de administração.

Art. 4º Detectada a existência de imóvel mal conservado, de ofício, através de comunicação de qualquer do povo, ou mediante parecer técnico dos órgãos competentes em saúde, posturas, obras ou meio ambiente, o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito, procederá imediata lavratura do auto de infração com imposição de multa, podendo ainda executar a manutenção ou roçada do imóvel direta ou indiretamente, aos custos do proprietário ou responsável pelo imóvel, mediante cobrança da taxa prevista no Código Tributário Municipal em seus artigos 93 a 99 - Lei nº1.067, de 05 de dezembro de 1991.

Penalidade: As taxas de competência do Município decorrem: Lei 1.067/1991, Art. 93; 97 e 110.

Qualificação do autuante: Fiscal de Obras e Posturas - MATRÍCULA 16922

Três Lagoas 31 de Março de 2026.

Responsável pela publicação:
Nathália Sousa Carvalho Tavares Paranaiba
Secretaria de Infraestrutura Transporte, Trânsito.
Matéria enviada por Márcia Josiani de Oliveira

Departamento de Fiscalização de Obras
TAXA ROÇADA DE TERRENO Nº GUIA 57757/2026

Local de Ocorrência: Rua Mato Grosso, nº 836, L. 250, Q. 61, Loteamento, Três Lagoas – MS;

BIC do Imóvel: 27723

Data: 27/03/2026

Qualificação do Autuado: **Nome**: A. R. **CPF**: ***.287.971-**

Descrição do fato: O proprietário não realizou a limpeza do imóvel desrespeitando a salubridade e colocando a risco à saúde, higiene, segurança e incolumidade pública da população, assim, a Administração Municipal procedeu a roçada para garantir o bem estar social.

Capitulação legal do fato: Lei Municipal nº 3.344, de 10 de outubro de 2017, Parágrafo Único do Art. 1º: Realizados os serviços de manutenção ou roçada previstos no caput, o Secretário Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito ou o fiscal responsável pela autuação procederá à abertura de procedimento administrativo para a apuração e cobrança da multa, dos valores totais dos serviços executados e da taxa de administração.

Art. 4º Detectada a existência de imóvel mal conservado, de ofício, através de comunicação de qualquer do povo, ou mediante parecer técnico dos órgãos competentes em saúde, posturas, obras ou meio ambiente, o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito, procederá imediata lavratura do auto de infração com imposição de multa, podendo ainda executar a manutenção ou roçada do imóvel direta ou indiretamente, aos custos do proprietário ou responsável pelo imóvel, mediante cobrança da taxa prevista no Código Tributário Municipal em seus artigos 93 a 99 - Lei nº1.067, de 05 de dezembro de 1991.

Penalidade: As taxas de competência do Município decorrem: Lei 1.067/1991, Art. 93; 97 e 110.

Qualificação do autuante: Fiscal de Obras e Posturas - MATRÍCULA 16922

Três Lagoas 31 de Março de 2026.

Responsável pela publicação:
Nathália Sousa Carvalho Tavares Paranaiba
Secretaria de Infraestrutura Transporte, Trânsito.
Matéria enviada por Márcia Josiani de Oliveira

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 013/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ELK CRISTINA SOARES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito
Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 036/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: NATALI PEREIRA RAMOS

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito
Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 038/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: JÚLIO DA SILVA DE MATOS

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 046/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: SANDRA APARECIDA RODRIGUES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 040/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: REGIANE RODRIGUES ALVES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 041/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: SILVIA CRISTINA GUILHERME DE FREITAS

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 012/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: JULIANA ANTUNES FERREIRA COIMBRA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 042/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: LUCIANA FRANCISCA DE FREITAS

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 043/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MÁRIO SÉRGIO ALVES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 044/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: IVES MARIA IDALO ZOGBI MORETTI

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 045/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: RITA DE CÁSSIA GEBARA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 039/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: LEUDES SANTOS E SILVA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 049/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: BRUNNA RAFAELA DA ROCHA CORREA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 047/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: LARISSA BARBOSA DE QUEIROZ

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 048/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ROBERTO BARBOSA DA SILVA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 050/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: BRUNO APARECIDO DA SILVA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 051/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ELISÂNGELA FERREIRA DE AMORIM LEAL

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 052/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: VERA LÚCIA BATISTA DE SOUZA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 053/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: JOANA CRISTINA DE OLIVEIRA LOPES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 054/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: VERUSKA DE QUEIROZ NAVARRO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 055/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MÁRCIO AURÉLIO DE PAULA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 056/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: EDUARDO APARECIDO LIMA DE MENEZES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 057/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: RAPHAEL LUCAS LEAL MARIANO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 058/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ROBERTA PONTIN MOREIRA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 059/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: DANIELLE CARDELICHIO DE OLIVEIRA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 060/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ANA MARIA GIACOMETTI FERRAZ

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2025

PARTES: Município de Três Lagoas, por meio da Secretaria Municipal de Governo e Políticas Pública e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Lagoas- APAE.

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a CLÁUSULA QUARTA - Do Fornecimento Combustível e Manutenção do Acordo de Cooperação nº 001/2025.

DA RETIFICAÇÃO: Após retificação a Cláusula Quarta do Acordo do Cooperação nº 001/2025 passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA — DO FORNECIMENTO COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO:

4.1 – Relação dos veículos da frota da APAE e quantitativo, que serão atendidos com o abastecimento de combustível e manutenção:

VEÍCULOS	COR	PLACA	FAB/MOD.	COMBUSTÍVEL	ABASTECIMENTO
Ônibus Mercedes Benz	Azul	NRS7050	2010/2010	Diesel Comum	Até 1.200 litros por mês
Ônibus Volvo	Azul	QAE7550	2015/2016	Diesel S10	Até 1.200 litros por mês
				ARLA	Até 48 litros por mês
Chevrolet Celta	Branca	OOG6055	2014/2014	Gasolina Comum	Até 216 litros por mês
Volkswagem Kombi	Branca	NRL6830	2012/2012	Gasolina Comum	Até 216 litros por mês
Fiat/Uno Mille Way Econ.	Branca	HSH5142	2010/2010	Gasolina Comum	Até 216 litros por mês
Ônibus VW/NEOBUS TH O	Amarela	QAB8B42	2020/2021	Diesel S10	Até 1.200 litros por mês

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas ajustadas entre as Partes do Acordo de Cooperação nº 001/2025.

DATA: 16/03/2026

ASSINAM:

CASSIANO ROJAS MAIA

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIS BACALÁ RIBEIRO

Secretário Municipal de Governo e Políticas Públicas

NELSON SILVA TORRES

Presidente da APAE

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 011/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: TAISA CLEMENTINO DOS SANTOS

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 037/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: JOELMA MENDES DE LIMA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de EDUCADOR SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 009/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ANNA PAULA DA SILVA GOMES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 026/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MARIA PATRÍCIA DE OLIVEIRA SOARES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 015/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: LEILA RODRIGUES ALBA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de PSICÓLOGO.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 016/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: SILMARA LUIZA DE SOUZA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de PSICÓLOGO.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 017/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: GLÉCIA FERNANDA DE SOUZA ROCHA SAPATERRA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de PSICÓLOGO.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 018/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MARIZA PARO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de PSICÓLOGO.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 019/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MIRIAN CRISTINA ALVES AQUINO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de PSICÓLOGO.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 020/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: KRISCIA RODRIGUES DUQUE

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de PSICÓLOGO.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 021/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: LIDIANE RIBAS DOMINGUES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 022/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: EDINEIA MARTINS DIAS ALVES CORDEIRO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 023/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MAGNA VIEIRA CANDIDO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 024/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: VÂNIA DA SILVA VALÉRIO MAXIAS

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 008/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: TATIANE BENITES DE OLIVEIRA LIMA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 025/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: KATIA DA COSTA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 027/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ELIANE KARINA PEREIRA MARTINS FULANETTI

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 035/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: CRISTIANE MENDES DA SILVA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 006/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: BEATRIZ DA SILVA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 005/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MARGARETH FARIAS BISPO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 004/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MARTA ROYO DA SILVA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 028/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: FLÁVIA TEREZA NASCIMENTO ALVES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 003/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ROSIMARY MOREIRA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 034/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MARGARIDA FÁTIMA LOPO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 033/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: MARCIA NATALIA CAMPOS MIRANDA GARCIA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 032/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: ACÉLIA ROBERTA PEREIRA PINHO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 031/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: JANE CAROLINA PEREIRA MARTINS DOS ANJOS

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 030/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: SANDRA ADRIANA DA SILVA RIBEIRO

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 029/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: DANIELE OLIVEIRA DA SILVA

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de ASSISTENTE SOCIAL.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 5.659,50 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO - TEMPORÁRIO 010/SMAS/2026

CONTRATANTE: Município de Três Lagoas (MS)

CONTRATADA: SILVINA FERREIRA DOS SANTOS COSTA NEVES

DO OBJETIVO: O Presente Contrato como objeto de servidor para o exercício da função de CUIDADOR PLANTONISTA.

DA VIGÊNCIA: De 01 de abril de 2026 a 30 de junho de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 020801.08.122.0013.2054.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.452,44 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) mensal.

Fernando Garcia de Brito

Secretário Municipal de Assistência Social

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

Câmara Municipal de Três Lagoas

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO

CONTRATO N° 174/2025

PROCESSO N.º 12/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS

MARIA ROSA RODRIGUES TAVARES - EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar, erva mate, adoçante, suco e pão de queijo), de forma contínua, para a Câmara Municipal de Três Lagoas-MS, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo II.

ADITIVO: Prorrogar a vigência contratual por 12 (doze) meses, com vigência inicial em 01/04/2026 e final em 31/03/2027 e promover a alteração contratual por mútuo acordo, com a supressão de 31,10% sobre o valor do contrato original correspondente a uma supressão de 100% referente ao item 5 e 6, que deverá seguir a mesma descrição contida no contrato original.

AMPARO LEGAL: O presente termo aditivo se encontra amparado nos termos dos Art. 107, Art. 124 inciso I, alínea 'b', Art. 124 inciso II, Art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e Cláusulas Segunda e Décima do Contrato.

VALOR DO ADITIVO: O valor deste termo aditivo é de **R$ 39.903,00 (trinta e nove mil, novecentos e três reais)** ficando aplicado uma supressão por mútuo acordo de 31,10%, ao valor total do contrato correspondente a R$ 13.824,00 (treze mil, oitocentos e vinte e quatro reais).

DOTAÇÃO: 0101.01.031.0003.2001

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 – Material de Consumo

SUBELEMENTO DE DESPESA: 07 - Gêneros de Alimentação

CÓDIGO E-SFINGE TCE-MS: 4C52973E33BBB23AFD8481DC5308BED4A8698DA7

ASSINAM: ANTONIO LUIZ TEIXEIRA EMPKE JUNIOR

MARIA ROSA RODRIGUES TAVARES

Três Lagoas/MS, 31 de março de 2026

Matéria enviada por Chrystian Vieira Fontes

PORTARIA Nº 192/SEGP/DGP/2026.

VANESSA DOS SANTOS SÊNA, Secretária Municipal de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS, no uso da Competência que lhe confere o Decreto nº 1512/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo de Atendente de Farmácia, ocupado pelo servidor **FABRICIO DA SILVA PRATES**, matricula nº 25348-1, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 38, inciso VII da Lei Municipal nº 2.120/2006.

Art. 2º - A vacância de que se trata o art. 1º desta Portaria, será pelo prazo de 03 (três) anos, ou antes, desde que a pedido do servidor, a partir da data que o servidor assumiu o cargo de Farmacêutico da Prefeitura Municipal de Andradina-SP;

Art. 3º - O período terá início em 01 de abril de 2026, data em que a servidor assumiu o cargo de Farmacêutico na Prefeitura Municipal de Andradina-SP.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se

Paço Municipal de Três Lagoas, aos 31 de março de 2026.

VANESSA DOS SANTOS SÊNA

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 13/GAB/2026

CASSIANO ROJAS MAIA, Prefeito Municipal de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 43, V, da Lei Municipal nº. 1.795, de 16 de julho de 2002 (Lei Orgânica do Município de Três Lagoas/MS).

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica concedida a cedência do servidor GABRIEL BAEZ GONÇALVES, matrícula 28017-1, ocupante do cargo efetivo de médico plantonista, pelo período de 01 de maio de 2026 até 31 de dezembro de 2026, com ônus para origem, para a Secretaria de Estado de Saúde, conforme Convênio de Cooperação Mútua SAD/MS nº 10/2025 celebrado

junto ao Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Divulgue-se.

Paço Municipal de Três Lagoas, 05 de março de 2026.

Cassiano Rojas Maia

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 10/GAB/2026

CASSIANO ROJAS MAIA, Prefeito Municipal de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 43, V, da Lei Municipal nº. 1.795, de 16 de julho de 2002 (Lei Orgânica do Município de Três Lagoas/MS).

R E S O L V E:

Onde se lê:

Art. 1° - Revogar, a partir de 03 de março de 2026, a cedência do servidor LUIZ EDUARDO SILVA LOPES, matrícula 11823-1, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, que encontrava cedido ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Três Lagoas, conforme Termo de Convênio nº 002/2025 e Portaria nº 017/GAB/2025, publicada no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, no dia 25 de junho de 2025.

Art. 2° - Determinar o retorno imediato do servidor ao órgão de origem a contar da publicação desta Portaria.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leia-se:

Art. 1° - Revogar a cedência do servidor LUIZ EDUARDO SILVA LOPES, matrícula 11823-1, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, que encontrava cedido ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Três Lagoas, conforme Termo de Convênio nº 002/2025 e Portaria nº 017/GAB/2025, publicada no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, no dia 25 de junho de 2025.

Art. 2° - Determinar o retorno imediato do servidor ao órgão de origem.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 25 de fevereiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Divulgue-se.

Paço Municipal de Três Lagoas, 09 de março de 2026.

Cassiano Rojas Maia

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 032/SEMED/2026

Designa colaboradores para exercer a função de Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente.

Angela Maria de Brito, Secretária Municipal de Educação do município de Três Lagoas, Estado de MATO GROSSO DO SUL, decreto nº 1023, de 01 de janeiro de 2025, no uso das atribuições legais, designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos:

Contrato Administrativo nº 069/2026 - Firmado junto com a Prefeitura Municipal de Três Lagoas - MS e a empresa **EXPANSÃO E-COMMERCE LTDA;**

Processo Licitatório nº 095/2025 – Pregão Eletrônico: nº 034/2025.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de bebedouros para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Três Lagoas, suas Secretarias e demais unidades administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência."

Código TCE: 1561B3D7564A3915D61CEA0D2559D63F796EA94C

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Angela Maria de Brito**, inscrita no CPF sob o nº 143.XXX.XXX-78, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, como Ordenadora de Despesa; o servidor **Marcílio Donadoni Júnior**, inscrito no CPF sob o nº 001.XXX.XXX-97, ocupante do cargo de Assessor Especial Educacional e Pedagógico, como Gestor do Contrato; a servidora **Élida Aparecida Bertoletti Quijadas Aro**, inscrita no CPF sob o nº 794.XXX.XXX-53, ocupante do cargo de Professora**,** como Fiscal Titular, e a servidora **Fátima Aparecida Gomes**, inscrita no CPF sob o nº 390.XXX.XXX-15, ocupante do cargo de Professora, como Fiscal Suplente, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato acima descrito, no qual a Prefeitura de Três Lagoas figura como parte.

Art. 2º Determinar que os servidores ora designados deverão:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relativas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e

as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - Verificar se a entrega de materiais, a execução de obras ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) estão sendo cumpridas de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório.

III - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

IV - Atestar, formalmente, nos autos do processo, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para o pagamento.

Art. 3º Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Três Lagoas/MS, 26 de março de 2026.

_____

Angela Maria de Brito

Secretária Municipal de Educação

Decreto nº 1023, de 01 de janeiro de 2025

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Eu, Marcílio Donadoni Júnior, _____, declaro que estou ciente da designação de Gestor de Contrato ora atribuída e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Élida Aparecida Bertoletti Quijadas Aro, _____, declaro que estou ciente da designação de Fiscal Titular ora atribuída e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Fátima Aparecida Gomes, _____, declaro que estou ciente da designação de Fiscal Suplente ora atribuída e das funções que são inerentes em razão desta.

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 032/SMS/2026

Designa colaboradores para exercer a função de Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente da execução abaixo:

Juliana Rodrigues Salim, Secretária Municipal de Saúde, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições legais, designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução abaixo:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 239/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

Contrato Administrativo nº 488/2023 - Firmado junto M.S Diagnóstica Ltda

Contrato Administrativo nº 489/2023 - Firmado junto Habx Comercio & Prestação De Serviços em Equipamentos De Hospitais e Laboratórios Ltda

Objeto: Contratação de Empresa especializada em Serviços de Locação de Equipamentos como fornecimento de Reagentes e Insumos para o Laboratório Municipal da Prefeitura de Três Lagoas-MS, conforme condições, especificações, exigências e quantidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA

***RESOLVE*:**

Art. 1º - Designar a servidora Juliana Rodrigues Salim, portador(a), inscrita no CPF 301.xxx.xxx-74, ocupante do cargo de Secretaria de Saúde como Ordenadora de Despesa, o servidor César Vinicius Moleiro Ribas portador do CPF: 117.xxx.xxx-51 ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico como fiscal titular e o servidor Arieu Azevedo Moraes portador do CPF: 000.xxx.xxx-09 ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico como fiscal suplente para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto dos contratos acima descritos, no qual a Prefeitura de Três Lagoas figura como parte.

Art. 2º - Determinar que os servidores ora designados, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento dos contratos, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório.

III – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados em periodicidade adequada ao objeto dos contratos, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

IV – Atestar, formalmente, nos autos do processo, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para o pagamento.

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando portarias anteriores.

Cumpra-se e Publique-se.

Três Lagoas/MS, 01 de abril de 2026

_____

Juliana Rodrigues Salim

Secretaria Municipal de Saúde

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Eu, César Vinicius Moleiro Ribas, _____, declaro que estou ciente da designação de fiscal titular, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Arieu Azevedo Moraes, _____, declaro que estou ciente da designação de fiscal suplente, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

Câmara Municipal de Três Lagoas

PORTARIA N. 33/2026 - EMENTA: DESIGNAR A PROCURADORA DA MULHER CONFORME ART. 2º DA RESOLUÇÃO 07/2021 .

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS- MS, VEREADOR ANTÔNIO LUIZ TEIXEIRA EMPKE JÚNIOR, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 20 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

R E S O L V E:

Art.1º DESIGNAR a vereadora EVALDA DOS REIS FERREIRA, conforme art. 2º da Resolução n. 07, de 20 de setembro de 2021, para desempenhar a função de Procuradora da Mulher para a atual sessão legislativa.

Art.2 º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

Três Lagoas/MS, 31 de março de 2026.

ANTÔNIO LUIZ TEIXEIRA EMPKE JÚNIOR

Presidente da Câmara Municipal de Três Lagoas

Matéria enviada por RAFAEL DA COSTA FERNANDES

PORTARIA Nº 033/SMS/2026

Designa colaboradores para exercer a função de Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente da execução abaixo:

Juliana Rodrigues Salim, Secretária Municipal de Saúde, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições legais, designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução abaixo:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023

Contrato Administrativo Nº 199/2023 - Firmado junto M.S Diagnóstica Ltda

Contrato Administrativo Nº 200/2023 - Firmado junto Labinbraz Comercial Ltda

Contrato Administrativo Nº 201/2023 - Firmado junto PMH Produtos Médicos Hosp. Ltda

Objeto: Contratação de Empresa especializada em Serviços de Locação de Equipamentos com o fornecimento de Reagentes e Insumos para o Laboratório Municipal da Prefeitura de Três Lagoas-MS, conforme condições, especificações, exigências e quantidades estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

***RESOLVE*:**

Art. 1º - Designar a servidora Juliana Rodrigues Salim, portador(a), inscrita no CPF 301.xxx.xxx-74, ocupante do cargo de Secretaria de Saúde como Ordenadora de Despesa, o servidor César Vinicius Moleiro Ribas portador do CPF: 117.xxx.xxx-51 ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico como fiscal titular e o servidor Arieu Azevedo Moraes portador do CPF: 000.xxx.xxx-09 ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico como fiscal suplente para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto dos contratos acima descritos, no qual a Prefeitura de Três Lagoas figura como parte.

Art. 2º - Determinar que os servidores ora designados, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento dos contratos, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório.

III – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados em periodicidade adequada ao objeto dos contratos, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

IV – Atestar, formalmente, nos autos do processo, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para o pagamento.

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando portarias anteriores.

Cumpra-se e Publique-se.

Três Lagoas/MS, 01 de abril de 2026

_____

Juliana Rodrigues Salim

Secretaria Municipal de Saúde

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Eu, César Vinicius Moleiro Ribas, _____, declaro que estou ciente da designação de fiscal titular, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Arieu Azevedo Moraes, _____, declaro que estou ciente da designação de fiscal suplente, ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 030, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de servidor ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Três Lagoas – TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**,** no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 23 da Lei Municipal nº 2.809/2014 e com fundamento na Lei Municipal nº 2.865/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, o(a) servidor(a) MILTON JUNIOR DE ALMEIDA SANTOS (matrícula nº 2016-1) do cargo de provimento em comissão de *Assessor Jurídico* - Símbolo *CAS 1*.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/03/2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Três Lagoas/MS, data da assinatura digital.

Dirceu Garcia de Oliveira Junior

DIRETOR PRESIDENTE

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 007, DE 30 DE MARÇO DE 2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DE TRÊS LAGOAS**, Estado de Mato Grosso do Sul, **STÊNIO CONGRO NETO**, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR os servidores municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão de Seleção dos projetos concorrentes em editais de chamamento público a serem publicados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e que visem apoio financeiro às Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos para execução de eventos de interesse público (Lei Federal n° 13.019/2016 e Decreto Municipal 476, de 22 de março de 2023.

Matrícula	Nome	Função
31473001	Mônica Ferreira Porto	Presidente
33053001	Vivian Cristina de Souza Gonçalves	Membro
31451001	Tábata Furtado Olivi	Membro
33244001	Ana Luiza Pereira Arcanjo	Membro SUBSTITUTO

Três Lagoas/MS, 30 de março de 2026

STÊNIO CONGRO NETO

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 037/SMS/2026

Designa colaboradores para exercer a função de Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente da execução abaixo:

Juliana Rodrigues Salim, Secretária Municipal de Saúde, Estado de MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições legais, designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2025

Código Tce N° 1561b3d7564a3915d61cea0d2559d63f796ea94c

Contrato Administrativo nº 104/2026 – Firmado junto com Expansão E-Commerce Ltda

Contrato Administrativo nº 105/2026 – Firmado junto com Soul Distribuidora De Produtos E Equipamentos Industriais Ltda

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de bebedouros para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Três Lagoas, suas Secretarias e demais unidades administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência".

***RESOLVE*:**

Art. 1º - Designar a servidora Juliana Rodrigues Salim, inscrita no CPF 301.XXX.XXX -74, ocupante do cargo de Secretaria de Saúde como Ordenadora de Despesa, a servidora Jamila de Lima Gomes Chiarini, inscrita no CPF: 349.XXX.XXX-62 ocupante do cargo de Diretora de Saúde como Gestora de Contrato, o servidor Eric Cezar Da Silva Souza, portador do CPF Nº. 040.XXX.XXX-09, ocupante do cargo de Diretor de Departamento como Fiscal de Contrato e o servidor Márcio Alan Martins portador do CPF: 348.xxx.xxx-02, ocupante do cargo de Assessor de Saúde Odontológico como Fiscal Suplente para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto dos contratos acima descritos, no qual a Prefeitura de Três Lagoas figura como parte.

Art. 2º - Determinar que os servidores ora designados, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento dos contratos, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução,

determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório.

III – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

IV – Atestar, formalmente, nos autos do processo, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para o pagamento.

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Cumpra-se e Publique-se.

Três Lagoas/MS, 20 de março de 2026

_____

Juliana Rodrigues Salim

Secretária Municipal de Saúde

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Eu, Jamila de Lima Gomes Chiarini, _____, declaro que estou ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Eric Cezar Da Silva Souza, _____, declaro que estou ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Eu, Márcio Alan Martins, _____, declaro que estou ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão desta.

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

PORTARIA Nº 0193/SEGP/2026

Dispõe sobre a abertura de Sindicância Administrativa com o intuito de apurar possíveis infrações disciplinares, irregularidades funcionais e condutas em desacordo com os deveres inerentes ao cargo público, a partir de fatos noticiados e encaminhados pela Assessoria de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS.

VANESSA DOS SANTOS SENA, Secretária Municipal de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS, no uso da Competência que lhe confere o Decreto nº 1512/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Sindicância Administrativa com o objetivo de apurar possíveis infrações disciplinares, irregularidades funcionais e condutas em desacordo com os deveres inerentes ao cargo público, a partir de fatos noticiados e encaminhados através da Comunicação Interna Nº 046/2026 pela Assessoria de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS.

Art. 2º - A Comissão de Processo Disciplinar, instituída pelo Decreto nº 1627 de 04 de fevereiro de 2026, deverá investigar, ouvir possíveis envolvidos, apresentando relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 149 da Lei Municipal nº 2120/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Paço Municipal de Três Lagoas, 01 de abril de 2026.

Vanessa dos Santos Sena

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

Matéria enviada por Flávia Priscilla Ferreira da Silva Areias

---

Resolução CME/TL/MS nº 98, de 31 de março de 2026.

Dispõe sobre a Resolução nº 001/SEMED/2026 referente ao Calendário Escolar do ano letivo de 2026 da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas/MS.

Os membros do Conselho Municipal de Educação – CME/TL/MS instituídos pelo Decreto nº 714, de 08 de dezembro de 2023, no uso de suas atribuições legais e, considerando a aprovação em sessão plenária ocorrida em 31 de março de 2026,

Resolvem:

Art. 1º Fica aprovado Calendário Escolar do ano letivo de 2026 da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas que passa a ser organizado por trimestre.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Três Lagoas/MS 31 de março de 2026

Profª Drª Anízia Aparecida Nunes Luz

Conselheira Presidente - CME/TL/MS

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues

Câmara Municipal de Três Lagoas

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 31 DE MARÇO DE 2026: "REGULAMENTA OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NA FORMA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL."

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS-MS, APROVOU E EU, NA QUALIDADE DE SEU PRESIDENTE PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º *Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Três Lagoas o Processo Digital"Papel Zero", autorizando o uso de meio eletrônico para o registro e comunicação de atos e para a tramitação de processos administrativos.*

Art. 2º *Para o disposto nesta Resolução, consideram-se as seguintes definições:*

I - Documento - unidade de registro de informações, independentemente do formato, do suporte ou da natureza;

II - Documento digital - informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

a) documento nato-digital - documento criado originariamente em meio eletrônico; ou

b) documento digitalizado - documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

III - processo eletrônico - aquele em que os atos processuais são registrados e disponibilizados em meio eletrônico;

Art. 3º *São objetivos desta Resolução:*

I - Assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;

II - Promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade;

III - ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e da comunicação.

Art. 4º *Para o atendimento ao disposto nesta Resolução, a Câmara Municipal de Três Lagoas, utilizará sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos.*

Art. 5º *Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados, preferencialmente, em meio eletrônico, exceto nas situações em que este procedimento for inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico, cujo prolongamento cause danos relevante à celeridade do processo.*

Parágrafo único. *No caso das exceções previstas no caput, os atos processuais poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado, conforme procedimento previsto no artigo 12.*

Art. 6º *A autoria, a autenticidade e a integridade dos documentos nos processos administrativos eletrônicos serão garantidas mediante utilização de assinatura eletrônica ou assinatura digital, nos termos desta norma.*

§ 1º *Para fins deste artigo, considera-se:*

I - Assinatura digital: forma online de atrelar a identidade de um indivíduo à sua assinatura em documentos digitais mediante o uso de Certificado Digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, observados os padrões por ela definidos.

II - Assinatura eletrônica: outros meios de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha ou demais formas online de atrelar a identidade do indivíduo ao documento.

§ 2º *A escolha entre as modalidades de assinatura previstas nos incisos I e II observará o nível de segurança exigido pela natureza do ato ou a disponibilidade técnica do órgão e do interessado.*

§ 3º *A assinatura digital realizada com Certificado Digital emitido no âmbito da ICP-Brasil presume-se válida quanto à autoria, autenticidade e integridade do documento eletrônico.*

§ 4º *A assinatura eletrônica poderá ser realizada por outros meios de comprovação de autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive aqueles que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha, desde que assegurados mecanismos mínimos de segurança, rastreabilidade e controle.*

§ 5º *O disposto neste artigo não se aplica às situações que permitam identificação simplificada do interessado ou nas hipóteses legais de anonimato.*

Art. 7º *Os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo sistema informatizado de gestão de processo administrativo eletrônico da Câmara Municipal de Três Lagoas, o qual deverá fornecer recibo eletrônico de protocolo que os identifique.*

§ 1º *Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do prazo, no horário oficial de Brasília.*

§ 2º *Na hipótese prevista no § 1º, se o sistema informatizado de gestão de processo administrativo eletrônico do órgão ou entidade se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do primeiro dia útil seguinte ao da resolução do problema.*

§ 3º *Na hipótese do § 2º, o peticionante deverá comprovar a indisponibilidade por motivo técnico do processo legislativo e administrativo eletrônico do órgão, devendo anexar tal comprovação no momento do protocolo.*

Art. 8º *O acesso à íntegra do processo ou documentos à usuários externos podem ocorrer por intermédio da disponibilização de sistema informatizado ou por acesso à cópia do documento em meio eletrônico.*

Art. 9º *A classificação da informação quanto ao grau de sigilo e a possibilidade de limitação do acesso aos servidores*

autorizados e aos interessados no processo observarão os termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e das demais normas vigentes.

Art. 10 *Os documentos nato-digitais e assinados eletronicamente na forma do artigo 6º são considerados originais para todos os efeitos legais.*

Art. 11 *O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos.*

§ 1º *O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.*

§ 2º *Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples.*

§ 3º *A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos artigos 14 e 15.*

Art. 12 *A digitalização de documentos recebidos no âmbito dos órgãos e das entidades da administração deverá ser acompanhada da conferência da integridade do documento digitalizado.*

§ 1º *A conferência prevista no caput deverá registrar se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples.*

§ 2º *Os documentos resultantes da digitalização de originais serão considerados cópia autenticada administrativamente; os resultantes da digitalização de cópia autenticada em cartório, de cópia autenticada administrativamente e os de cópia simples, terão valor de cópia simples.*

§ 3º *A Câmara Municipal de Três Lagoas, poderá:*

I - Proceder a digitalização imediata do documento apresentado e devolvê-lo imediatamente ao interessado;

II - Receber o documento em papel para posterior digitalização, considerando que:

a) os documentos em papel recebidos que sejam originais ou cópias autenticadas em cartório devem ser devolvidos ao interessado; e

b) os documentos em papel recebidos que sejam cópias autenticadas administrativamente ou cópias simples podem ser descartados após realizada a sua digitalização, nos termos do caput e do § 1º.

§ 4º *Na hipótese de ser impossível ou inviável a digitalização do documento recebido, este ficará sob guarda da administração e será admitido o trâmite do processo de forma híbrida, conforme definido em ato de cada setor da entidade.*

Art. 13 *Impugnada a integridade do documento digitalizado, mediante alegação motivada e fundamentada de adulteração, deverá ser instaurada diligência para a verificação do documento objeto de controvérsia.*

Art. 14 *A administração poderá exigir, a seu critério, até que decaia o seu direito de rever os atos praticados no processo, a exibição do original de documento digitalizado no âmbito dos órgãos ou das entidades ou enviado eletronicamente pelo interessado.*

Art. 15 *Deverão ser associados elementos descritivos aos documentos digitais que integram processos eletrônicos, a fim de apoiar sua identificação, sua indexação, sua presunção de autenticidade, sua preservação e sua interoperabilidade.*

Art. 16 *A definição dos formatos de arquivo dos documentos digitais deverá ser em PDF/A (Portable Document Format ABNT NBR ISO 19005).*

Art. 17 *Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.*

Câmara Municipal, Sala das Sessões.

Três Lagoas-MS, 31 de março de 2026.

Antônio Luiz Teixeira Empke Júnior

Presidente da CMTL

Autores: Mesa Diretora, Antônio Luiz Teixeira Empke Júnior – Presidente, Fernando Lucas de Souza Jurado – 1º Vice-Presidente, Evalda dos Reis Ferreira – 2ª Vice-Presidente, Pedro Machado Gonçalves Júnior – 1º Secretário e Maria Aparecida Diogo – 2ª Secretária.

Matéria enviada por RAFAEL DA COSTA FERNANDES

RESOLUÇÃO 01/2026, 30 DE MARÇO DE 2026.

Aprova a habilitação do Programa Mais Acesso a Especialistas.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS LAGOAS/MS**, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, que institui a Política Nacional de Atenção Especializada à Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.492, de 8 de abril de 2024, que institui o Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada;

Considerando a necessidade de ampliação do acesso à atenção especializada no âmbito do Município de Três Lagoas/MS;

Considerando a necessidade de adoção de medida administrativa para garantir a continuidade dos fluxos assistenciais e operacionais;

Considerando a proposta formal apresentada pelo Hospital Nossa Senhora Auxiliadora para adesão ao Programa Mais Acesso a Especialistas, destacando-se como unidade estratégica para a ampliação da oferta de serviços especializados no município;

Considerando que o referido hospital possui capacidade instalada, estrutura assistencial e corpo técnico qualificado,

aptos a contribuir significativamente para a ampliação do acesso a consultas, exames e, especialmente, procedimentos cirúrgicos especializados;

Considerando que a inserção do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora no Programa Mais Acesso a Especialistas contribuirá diretamente para a redução da demanda reprimida, otimização dos fluxos regulatórios e maior resolutividade da atenção especializada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando que a participação do prestador fortalece a rede de atenção à saúde, promovendo maior integração entre os níveis assistenciais e garantindo maior eficiência, qualidade e oportunidade no atendimento à população;

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a habilitação do Programa Mais Acesso a Especialistas, nas modalidades 3801 – Programa Mais Acesso a Especialistas e 2902 – Programa Mais Acesso a Especialistas – Componente Cirurgias, com base na proposta apresentada pelo Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde.

Art. 2º Fica estabelecido que o Hospital Nossa Senhora Auxiliadora será o prestador de serviços de saúde responsável pela execução do Programa Mais Acesso a Especialistas, devendo estar devidamente cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com as habilitações correspondentes às modalidades previstas nesta Resolução.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANA RODRIGUES SALIM

Secretária Municipal de Saúde de Três Lagoas

Matéria enviada por Lara Stela Martins Rodrigues